

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - FAFICH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

GABRIEL AFONSO VIEIRA CHAGAS

**A CONSANGUINIDADE COMO IMPEDIMENTO AOS
CASAMENTOS EM MINAS GERAIS: ENTRE A TRADIÇÃO
FAMILIAR E OS ESTUDOS GENÉTICOS**

Belo Horizonte
2024

GABRIEL AFONSO VIEIRA CHAGAS

**A CONSANGUINIDADE COMO IMPEDIMENTO AOS
CASAMENTOS EM MINAS GERAIS: ENTRE A TRADIÇÃO
FAMILIAR E OS ESTUDOS GENÉTICOS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para obtenção do título de doutor em Ciência e Cultura na História.
Orientadora: Profa. Dra. Júnia Ferreira Furtado.

Belo Horizonte
2024

981.51	Chagas, Gabriel Afonso Vieira.
C433c	A consanguinidade como impedimento aos casamentos em Minas Gerais [manuscrito] : entre a tradição familiar e os estudos genéticos / Gabriel Afonso Vieira Chagas. - 2024.
2024	333 f. Orientadora: Júnia Ferreira Furtado.
	Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Inclui bibliografia.
	1.História – Teses. 2. Consanguinidade - Teses. 3.Medicina – Periódicos – Séc. XIX .4.Medicina – História - Teses. 5. Minas Gerais – História – Teses. I. Furtado, Júnia Ferreira. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

"A consanguinidade como impedimento aos casamentos em Minas Gerais: entre a tradição familiar e os estudos genéticos"

Gabriel Afonso Vieira Chagas

Tese aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Profa. Dra. Júnia Ferreira Furtado - Orientadora
UFMG

Prof. Dr. Luiz Otavio Ferreira
FIOCRUZ

Prof. Dra. Magali Romero Sá
FIOCRUZ

Profa. Dra. Rita de Cássia Marques
UFMG

Prof. Dr. Flávio Coelho Edler
FIOCRUZ

Belo Horizonte, 22 de março de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cassia Marques, Cidadã**, em 08/04/2024, às 14:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Júnia Ferreira Furtado, Professora do Magistério Superior**, em 11/04/2024, às 13:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Otávio Ferreira, Usuário Externo**, em 11/04/2024, às 13:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Magali Romero Sá, Usuária Externa**, em 18/04/2024, às 12:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flavio Coelho Edler, Usuário Externo**, em 19/04/2024, às 23:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3163430** e o código CRC **FCCEC981**.

À minha esposa, Magalli Santos Souza Chagas, pela parceria, cuidado, apoio e suporte em cada linha desta tese.

Aos meus pais, Afonso dos Reis Chagas e Ana Maria Vieira Chagas, que desde sempre me incentivaram e investiram em mim.

Ao meu irmão, Lucas Vieira Chagas, pelo companheirismo.

Em louvor à Deus.

AGRADECIMENTOS

É curioso reconhecer que a parte mais sensível da escrita de um trabalho que encerra um ciclo em nossas vidas são os agradecimentos. Isso ocorre porque agradecer requer memória e nós, historiadores, sabemos que a memória nem sempre é um fiel escudeiro. Corre-se o sério risco de esquecer alguém que teve um relevante papel na construção do trabalho. No caso específico desta tese o risco é redobrado, uma vez que ela é continuidade natural da minha dissertação de mestrado que, por sua vez, nasceu do trabalho de conclusão de curso de bacharel em História, este, fruto de uma bolsa de iniciação científica da graduação. Assim, trata-se de uma pesquisa que foi gestada ao longo de treze anos e fatalmente alguém não será nomeado nas páginas seguintes. A estes, inicio me desculpando pelo esquecimento momentâneo e agradecendo pela ajuda que prestaram a esse trabalho. Como ocorreu após a entrega da dissertação de mestrado em 2018, ao reler os agradecimentos me culparei por ter esquecido o nome de vocês.

A primeira pessoa a quem tenho que agradecer é a doutora Júnia Ferreira Furtado, de quem tenho a honra de ser orientado desde 2011, ainda na graduação. Serei eternamente grato pela disponibilidade de sempre, especialmente por ter me escutado quando a senhora lecionava a disciplina de História Moderna no segundo período do curso de História e eu a procurei interessado em pesquisar os livros de registros paroquiais da minha região de origem. Foi a senhora quem me ensinou na teoria e na prática a arte de ser historiador, me fez ter o primeiro contato com as fontes e a forma de trabalhá-las. Contudo, eu lhe dei muito trabalho, especialmente com a escrita que precisou de muita paciência e espírito docente da senhora para ajustá-la ao aceitável. Se hoje eu tenho alguma tranquilidade em escrever, saiba que lhe devo inteiramente por isso. Não tenho palavras para agradecer a oportunidade de ter sido acolhido e orientado por mais de uma década por uma historiadora de tanto brilhantismo. Sem a senhora, certamente eu não teria chegado nem perto daqui.

Aproveito essas linhas também para agradecer a todos os professores do curso de História que, nesses treze anos, lecionaram para mim. Cada um teve um papel fundamental na construção do historiador que hoje sou. Não os listarei porque são muitos, mas saibam que lembro com muito carinho e consideração de cada

conselho, cada correção e indicação que me deram. Foram elas que possibilitaram que hoje eu concluísse essa etapa. Abro exceção para nomear as professoras Anny Jackeline Torres Silveira e Rita de Cássia Marques que, em dois momentos nessa trajetória do doutorado, foram de imensurável importância para o bom êxito deste trabalho.

De relevância ímpar, agradeço de forma imensurável à minha esposa Magalli Santos Souza Chagas que me apoiou a cada instante e, desde que nossos caminhos se encontraram, esteve comigo em tudo. Historiadora da Arte de enorme brilhantismo, sem você esse trabalho certamente não teria a riqueza que tem. Além de viajar comigo para as pesquisas próprias do mestrado e do doutorado, você debateu cada linha deste trabalho e foi a primeira pessoa a conhecer o teor desse trabalho e questionar as lacunas que ele apresentava. Além disso, vivenciamos juntos nossas experiências de pós-graduação e, também nisso, aprendi imensamente com você. Muito obrigado por cada segundo ao meu lado. Eu te amo!

Agradeço ainda aos inestimáveis amigos que me apoiaram e deram sugestões que enriqueceram o desenvolvimento deste trabalho. A numerosa quantidade destes torna essas linhas bastante difíceis de redigir, portanto, nomearei aqueles dois que mais de perto estiveram presentes na minha escrita deste trabalho do doutorado durante todo o processo, compartilhando as vivências da pós-graduação, debatendo comigo as hipóteses que eu levantava e me escrutinando para testar minhas argumentações: Bruno Alves Coelho e João Victor de Jesus Oliveira Nogueira. Agradeço também à Aurélia Ferreira e ao Vinicius Hespanhol que corrigiram literalmente cada vírgula deste texto e foram fundamentais para o bom êxito deste trabalho. Aos demais amigos, que, desde a graduação, estiveram em minha vida, fica o meu agradecimento de coração. Como apontado, seus nomes são muitos e temo que, listando uns, esqueça outros de enorme relevância.

Não posso deixar de agradecer nominalmente a quem sempre me auxiliou no levantamento de dados, viajando comigo a inúmeros lugares onde se encontram os arquivos que possibilitaram a escrita desta tese. São eles: meus amados pais, Afonso dos Reis Chagas e Ana Maria Vieira Chagas, meu amado irmão, Lucas Vieira Chagas, meu primo, José Geraldo Moreira Júnior e minha tia, Maria do Carmo Moreira. Essas viagens, principiadas na época da graduação, possibilitaram um levantamento de fontes que superou em muito a expectativa que aquele graduando de história poderia um dia imaginar. Vocês abraçaram a minha pesquisa e deram

todo o suporte para que ela fosse realizada em loco e abarcasse documentações que, sem vocês, muito dificilmente comporiam as fontes utilizadas. Vocês não mediram esforços para ajudar em tudo, desde o transporte, as fotografias dos documentos e até a pesquisa de novas fontes. Por isso tudo, muito obrigado!

Nesse caminho de pesquisa, várias pessoas abriram as portas de seus arquivos pessoais ou públicos para viabilizarem o acesso às fontes necessárias à realização desta pesquisa. Meu primeiro agradecimento nesse campo é ao Luiz Maia Quintão do cartório de Entre Rios de Minas. Agradeço também, de forma especial, ao padre José Antônio de Oliveira, que foi pároco da matriz de Santo Amaro de Queluzito e me permitiu acesso físico aos arquivos paroquiais daquela localidade. A mesma razão me leva a agradecer a Dom Geraldo de Souza Rodrigues, que foi pároco da matriz de Nossa Senhora das Brotas de Entre Rios de Minas e me autorizou com prontidão a pesquisar as atas paroquiais naquela época. A extensão do recorte temporal na pesquisa do doutorado me levou novamente aos Livros de Registro Paroquiais de Entre Rios de Minas aos quais tive acesso novamente pela autorização e prestatividade imensuráveis do padre Ildeu da Cruz Sílvio, a quem agradeço imensamente. Agradeço também aos responsáveis pelos arquivos: Museu e Arquivo Antônio Perdigão de Conselheiro Lafaiete; IPHAN de São João Del Rei; Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana; Arquivo Eclesiástico da Diocese de São João Del Rei e; Arquivo Público Mineiro.

Agradeço ainda às incontáveis pessoas que abriram suas portas para me atenderem e indicarem a localização das fontes. Primeiramente, ao José de Albuquerque da Fazenda Santa Sophia em Santana do Deserto, que mesmo desconfiado permitiu a consulta a parte do rico acervo da fazenda; ao doutor Antônio Henrique Duarte Lacerda, que foi muito prestativo ao me ajudar a tentar localizar as cartas pessoais do Conde de Prados; e ao doutor Adriano Toledo Paiva, que me cedeu várias transcrições de sua autoria referentes a processos de habilitação matrimoniais da Arquidiocese de Mariana. Agradeço também, de forma especial, ao padre Marcos Macário Mendes, que, por amizade, redigiu a carta de indicação que abriu as portas do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana para mim, e ao padre Euder Daniane Canuto Monteiro, que, além de interceder junto ao padre Ildeu para que eu pudesse acessar o arquivo de Entre Rios de Minas, por amizade, leu este trabalho e contribuiu de forma incontestável a ele em vários aspectos. Ao

senhor agradeço ainda o compartilhamento das nossas vivências da pós-graduação. Muito obrigado pela amizade de todos os senhores!

No receio de ter esquecido alguém, o que certamente eu fiz, com quem me desculpo de antemão, por motivo de espaço, encerro aqui os agradecimentos escritos, mas, quero que saibam que estes ultrapassam os limites que as breves palavras aqui redigidas podem expressar.

RESUMO

Esta tese foi motivada pela observação da mudança de comportamento matrimonial de alguns grupos familiares na virada do século XIX para o XX. Dentre esses, sobressai-se a família Ferreira da Fonseca que outrora utilizava sistematicamente os casamentos consanguíneos para preservarem a extensão territorial da fazenda dos Olhos D'Água ao longo de um século e meio. Esse grupo atingiu o elevado índice de 83,33% de casamentos intrafamiliares na quinta geração após o estabelecimento no Brasil, que compreende período 1864-1890. Ao mesmo tempo em que se acirrava na classe médica brasileira o debate sobre a condenação da endogamia matrimonial familiar, é observada nessa família uma vertiginosa queda do índice de consanguinidade nos casamentos. Em apenas duas gerações, os casamentos consanguíneos passam a representar apenas 22,85% do total de uniões – isso no período 1923 a 1958. Movimento semelhante foi observado nas famílias Ferreira Armond e Rodrigues Chaves, ambas envoltas no comércio da província.

Por essa razão, este trabalho debruçou-se sobre a adesão de um grupo de médicos brasileiros do século XIX à autodenominada escola anticonsanguinista, que advoga que o casamento consanguíneo de progenitores tinha efeitos potencializadores na geração de prole portadora de doenças hereditárias. O intuito é sugerir uma relação entre a divulgação desses estudos e as decisões matrimoniais dos grupos familiares que paulatinamente abandonaram as práticas de casamentos consanguíneos dando lugar a casamentos extrafamiliares.

Dessa forma, ciente da multiplicidade de fatores que gestaram a mudança no comportamento matrimonial daqueles que passam a desprestigiar os casamentos consanguíneos, esta tese centra-se apenas na construção do discurso médico que culpava a endogamia familiar da recorrência de extensa gama de anomalias hereditárias sem adentrar-se nas outras razões do decréscimo desta prática, mesmo indicando recorrentemente a ciência da existência e da atuação delas. Com isso, objetiva-se contribuir com os estudos do campo da História da Ciência, focalizando na apropriação e difusão do discurso europeu acerca das doenças hereditárias e dos impedimentos aos casamentos consanguíneos por uma considerável gama de médicos brasileiros.

A análise dos artigos presentes nos periódicos de medicina brasileiros do século XIX, aliados às teses redigidas por médicos mineiros formados na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e conservadas no Arquivo Público Mineiro, permite reconstruir o acesso e as formas de difusão das pesquisas médico-científicas internacionais que dizem respeito às teorias sobre o papel da hereditariedade na transmissão de doenças consanguíneas sob a pauta da classe médica brasileira. Mais ainda, esses textos são um termômetro privilegiado para mensurar a existência e abrangência desse debate entre os médicos brasileiros ou radicados no país. Dessa forma, toma-se a queda dos índices de casamentos consanguíneos no final do século XIX como indício de que, dentre outros fatores, esse discurso obteve significativo impacto na alteração das estratégias de casamento destes grupos familiares.

Palavras-chave: Casamentos Consanguíneos; Escola Anticonsanguinista; Família Ferreira da Fonseca/Ferreira Armond; Revistas Brasileiras de Medicina do Século XIX; História da Medicina.

ABSTRACT

This thesis was motivated by the observation of the change in marital behavior of some family groups at the turn of the 19th to the 20th century. Among these, the Ferreira da Fonseca family stands out, which once systematically used consanguineous marriages to preserve the territorial extension of the Olhos D'Água farm over the course of a century and a half. This group reached a high rate of 83.33% of intra-family marriages in the fifth generation after establishment in Brazil, which covers the period 1864-1890. At the same time that the debate about the condemnation of family marital endogamy was intensifying in the Brazilian medical profession, a dizzying drop in the rate of consanguinity in marriages was observed in this family. In just two generations, consanguineous marriages came to represent just 22.85% of the total number of unions – this in the period from 1923 to 1958. A similar movement was observed in the Ferreira Armond and Rodrigues Chaves families, both involved in commerce in the province.

For this reason, this work focused on the adherence of a group of Brazilian doctors from the 19th century to the self-styled anti-consanguinist school, which advocates that the consanguineous marriage of parents had potentiating effects on the generation of offspring carrying heredity diseases. The aim is to suggest a relationship between the dissemination of these studies and the marriage decisions of family groups that gradually abandoned the practices of consanguineous marriages, giving way to extra-family marriages.

Thus, aware of the multiplicity of factors that generated the change in the marital behavior of those who began to discredit consanguineous marriages, this thesis focuses only on the construction of the medical discourse that blamed family endogamy for the recurrence of a wide range of hereditary anomalies without delving into other reasons for the decrease in this practice, even repeatedly indicating the awareness of their existence and action. With this, the objective is to contribute to studies in the field of History of Science, focusing on the appropriation and dissemination of the European discourse about hereditary diseases and impediments to consanguineous marriages by a considerable range of Brazilian doctors.

The analysis of articles present in Brazilian medical journals from the 19th century, combined with theses written by Minas Gerais doctors trained at the Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro and preserved in the Arquivo Público Mineiro, allows us to reconstruct the access and forms of dissemination of medical research. international scientific studies that concern theories about the role of heredity in the transmission of consanguineous diseases under the agenda of the Brazilian medical profession. Furthermore, these texts are a privileged thermometer to measure the existence and scope of this debate among Brazilian doctors or those based in the country. Thus, the drop in consanguineous marriage rates at the end of the 19th century is taken as an indication that, among other factors, this discourse had a significant impact on changing the marriage strategies of these family groups.

Keywords: Consanguineous Marriages; Anticonsanguinist School; Ferreira da Fonseca/Ferreira Armond Family; Brazilian Medical Journals of the 19th Century; History of Medicine.

MAPAS, FIGURAS, TABELAS E GRÁFICOS:

Mapas

Mapa 1: A Serra do Camapuã na Comarca do Rio das Mortes.....	43
--	----

Figuras

Figura 1: Árvore genealógica da família Ferreira da Fonseca e a transmissão da posse da fazenda Olhos D'Água.....	59
---	----

Figura 2: Tabela construída por Morris de Washington a partir dos dados da pesquisa de Jean-Christian-Marc-François-Joseph Boudin relacionando os índices de casamentos consanguíneos com a má constituição da prole	197
--	-----

Tabelas

Tabela 1: Variação dos matrimônios consanguíneos registrados na freguesia de Santo Amaro do Camapuã	77
---	----

Tabela 2: Índice de Consanguinidade das freguesias que compõe o entorno da Serra do Camapuã no século XIX e XX e das famílias Ferreira da Fonseca e Ferreira Armond.....	80
--	----

Tabela 3: Os artigos médicos sobre hereditariedade nos <i>Annaes Brasilienses de Medicina</i> (1851-1882).....	159
--	-----

Gráficos

Gráfico 1: Variação percentual dos casamentos consanguíneos frente à amostragem elencada para os séculos XVIII e XIX nas Minas Gerais.....	46
--	----

Gráfico 2: Variação percentual dos matrimônios consanguíneos na família Ferreira Armond.....	69
--	----

Gráfico 3: Variação percentual dos matrimônios consanguíneos na família Ferreira da Fonseca.....	71
--	----

Gráfico 4: Variação percentual dos matrimônios consanguíneos registrados na freguesia de Nossa Senhora das Brotas de Entre Rios de Minas	74
--	----

Gráfico 5: Variação percentual dos matrimônios consanguíneos registrados na freguesia de Santo Antônio da Lagoa Dourada	76
---	----

Gráfico 6: Variação percentual dos matrimônios consanguíneos registrados na freguesia de Santo Amaro do Camapuã	78
---	----

Gráfico 7: Quantitativo dos artigos publicados na sessão <i>Medicina</i> do periódico <i>Investigador Portuguez</i> (1811-1819) por campo de pesquisa em que se insere	110
Gráfico 8: Quantitativo de artigos de autoria brasileira, frente aqueles traduzidos de periódicos estrangeiros.....	117
Gráfico 9: O crescimento dos artigos que abordam a temática da hereditariedade ao longo das quatro décadas de circulação dos <i>Annaes Brasilienses de Medicina</i>	167
Gráfico 10: Quantitativo de artigos que buscam relacionar uma patologia à origem hereditária frente ao total de textos que abordam a hereditariedade nos <i>Annaes Brasilienses de Medicina</i>	169
Gráfico 11: Posicionamento dos formandos em medicina mineiros, cuja as teses se encontram no APM, acerca da interdição aos casamentos consanguíneos.	281

ABREVIATURAS

AEAM: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana.

APFS: Arquivo Particular da Fazenda Santa Sophia.

APM: Arquivo Público Mineiro.

SUMÁRIO

Introdução	17
Capítulo 1: Os casamentos consanguíneos sob dois interditos: religioso e científico	27
1.1 Os Casamentos Consanguíneos: uma trajetória de longínqua data e suas interdições eclesiais	28
1.2 Os casamentos consanguíneos nas Minas sete-otocentistas	37
1.3. As diversas motivações da consanguinidade nas Minas oitocentistas.....	47
1.4. A família Ferreira da Fonseca e a posse da Fazenda dos Olhos D'água ao longo de cinco gerações	54
1.5. O Conde de Prados e a família Ferreira Armond	61
1.6. Uma mudança radical: o abandono dos casamentos consanguíneos	66
Capítulo 2: A Medicina Científica do Século XIX: dos dois lados do Atlântico .	83
2.1. O surgimento de uma medicina científica	83
2.2. Saúde Pública e Higiene social	89
2.3. O avanço dos estudos que culminaram no surgimento do campo da genética: séculos XIX e XX	93
2.4. Os periódicos brasileiros da primeira metade do século XIX.....	101
2.5. As primeiras Revistas Médicas Brasileiras.....	116
2.6. As primeiras tentativas de engendramento dos comportamentos sociais à luz da medicina em periódicos brasileiros: <i>Semanario de Saúde Pública</i> (1831-1833) e o <i>Diário da Saúde, das Ciências Médicas e Naturais do Brasil</i> (1835-1836).....	122
Capítulo 3: A consolidação dos estudos médicos no Brasil no século XIX e o advento dos primeiros artigos sobre hereditariedade nos periódicos nacionais	132
3.1. Os debates sobre transmissão hereditária de patologias nos periódicos da Academia Imperial de Medicina: <i>A Revista Médica Fluminense</i> (1835-1841) e a <i>Revista Médica Brasileira</i> (1841-1843)	133

3.2. A temática da hereditariedade começa a figurar com maior frequência nos boletins médicos brasileiros: o <i>Arquivo Medico Brasileiro: Gazeta Mensal de Medicina, Cirurgia, e Sciencias Accessorias</i> (1844-1847).....	141
3.3. A consolidação dos estudos sobre a hereditariedade: <i>O Guanabara: Revista Mensal Artistica, Scientifica e Litteraria</i> (1849-1855) e a <i>Revista Brasileira, jornal de ciências, letras e artes</i> (1857-1861).....	146
3.4. Os <i>Annaes Brasilienses de Medicina</i> (1851-1882).....	158
3.5. As pioneiras Faculdades de Medicina do Brasil: Bahia e Rio de Janeiro...	172
Capítulo 4: O interdito aos Casamentos Consanguíneos nos periódicos médicos brasileiros.....	181
4.1. Antoine Portal (1742-1832): influência nos estudos brasileiros sobre a hereditariedade e na ascensão da condenação médica aos casamentos consanguíneos.....	182
4.2. A interdição aos casamentos consanguíneos na <i>Gazeta Médica do Rio de Janeiro</i>	196
4.3. O interdito aos casamentos consanguíneos nas páginas dos <i>Annaes Brasilienses de Medicina</i> (1851-1882).....	204
4.4. O interdito aos casamentos consanguíneos nas páginas da <i>Gazeta Médica da Bahia</i> (1864-1882).....	213
Capítulo 5: O poder do discurso científico no século XIX.....	228
5.1. Os Concursos da Academia Imperial de Medicina: uma fonte que permite mergulhar na recepção das pesquisas sobre a consanguinidade e destes debates que elas suscitaram na classe médica brasileira.....	229
5.2. <i>A Inconveniência dos casamentos entre parentes</i>	234
5.3. O <i>Lugar Social</i> do Médico: O discurso de autoridade médico-científica frente ao discurso religioso.....	256
5.4. O debate nas Minas: as concepções de alguns médicos mineiros acerca dos casamentos consanguíneos.....	263
5.5. A construção da concepção moderna sobre os casamentos consanguíneos: reflexos desse discurso no século XX brasileiro.....	289
Conclusão.....	297
Fontes e Bibliografia.....	310

INTRODUÇÃO:

Esta tese tem como tema a adesão de um grupo de médicos brasileiros do século XIX à autodenominada escola anticonsanguinista, que advogava que o casamento consanguíneo de progenitores tinha efeitos potencializadores na geração de prole portadora de doenças hereditárias. Essa escola anticonsanguinista insere-se na controvérsia científica¹ que movimenta as últimas décadas do século XIX sobre os riscos patológicos que os casamentos consanguíneos ofereciam para os filhos nascidos destes consórcios. Por sua vez, a própria existência de uma categoria de doenças hereditárias era outra importante controvérsia científica daquele interim. Assim, esta tese aborda uma controvérsia científica que surge de outra controvérsia científica, buscando, assim, contribuir com as pesquisas do campo da História das Ciências da Saúde.

O intuito deste trabalho é sugerir uma relação entre a divulgação desses estudos e as decisões matrimoniais de alguns grupos familiares no Brasil, focando especificamente em algumas famílias de uma região da Zona da Mata em Minas Gerais, entre fins do século XIX e meados do seguinte, que paulatinamente abandonaram as práticas de casamentos consanguíneos, o que costumava ser comum entre elas no século anterior,² dando lugar a casamentos extrafamiliares. Certamente vários fatores, como o crescimento do mercado matrimonial do início do século XX, o declínio financeiro de algumas famílias, o aumento da imigração para a região, entre outros, impactaram as escolhas dos nubentes, mas aqui busca-se reforçar a hipótese de que o interdito médico aos casamentos consanguíneos também influenciou na mudança das atitudes matrimoniais em relação à escolha dos nubentes nessas famílias. Ou seja, a prática de casamentos extra-familiares foi, entre outros fatores, resultante do desenvolvimento e da reverberação no meio médico brasileiro dos estudos sobre o papel da hereditariedade na transmissão de doenças.

¹ Esta tese não irá aprofundar no debate historiográfico sobre a questão das controvérsias científicas, atendo-se à questão específica das controvérsias sobre a existência de doenças hereditárias e do papel dos casamentos consanguíneos na transmissão geracional de patologias. O recorte justifica-se pela adequação desta pesquisa ao tempo determinado pelo Programa de Pós-Graduação em História para duração do doutorado e à extensão da escrita desta tese.

² CHAGAS, Gabriel Afonso Vieira. **Estratégia de família: casamentos endogâmicos em grupos familiares do entorno da Serra do Camapuã (1750-1890)**. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2018. Dissertação (Mestrado em História).

Tal hipótese se assenta no texto de uma carta escrita por Camillo Maria Ferreira Armond³ (1815-1882), futuro Conde de Prados, médico brasileiro formado pela Academia de Medicina de Paris, em 1837, na qual ele advoga o abandono da tradição secular de casamentos consanguíneos costume entre seus familiares. A missiva foi escrita a seu primo, Damaso Ferreira da Fonseca, como resposta a um convite de casamento que recebera. Camillo dizia-se honrado com o convite, contudo alertava amigavelmente o primo de que o parentesco próximo dos nubentes deveria ser levado em conta, uma vez que as pesquisas mais recentes de sua época apontavam que os casamentos consanguíneos eram responsáveis pela transmissão de uma extensa gama de anomalias. Esse documento, datado de 1875, foi lido por mim nas dependências da Fazenda de Santa Sophia, localizada em Santana do Deserto, Minas Gerais, propriedade que pertencera a Camillo Armond, na ocasião das pesquisas empreendidas para a conclusão da minha dissertação de mestrado, que versou para os índices de consanguinidade entre nubentes nas famílias da região. Infelizmente, na época, por não fotografar ou transcrever a carta, já que o conteúdo da mesma não versava sobre o objeto de pesquisa da referida dissertação, a mesma ficou apenas registrada na minha memória, mas acabou sendo o mote para o tema da tese de doutorado que viria a seguir. Durante as pesquisas para a tese, reiteradas vezes foi pedido o acesso à leitura e a autorização para a transcrição da carta, contudo, por diversas razões, a mesma foi negada. As cartas, que ao todo totalizariam cerca de 25.000, teriam sido levadas para restauração e digitalização em um órgão público que, por sua vez, sempre negou ter a posse desses documentos.

Assim, inicialmente, quando essa pesquisa foi proposta, o objetivo era analisar o protagonismo assumido por Camillo Maria Ferreira Armond no abandono dos casamentos consanguíneo por parte da família Ferreira Armond, radicada na região de São João del Rei, em Minas Gerais, o que havia sido comum no século anterior.⁴ Conforme indicava o conteúdo da carta que escrevera ao primo, o Conde de Prados,

³ Camillo Maria Ferreira Armond nasceu na Fazenda do Moinho em Barbacena, no dia 7 de agosto de 1815 e faleceu no Rio de Janeiro, no dia 14 de agosto de 1882, sendo sepultado no Cemitério do Catumbi. Graduiu-se em medicina pela Academia de Medicina de Paris, aos 27 dias do mês de novembro de 1837. Próximo da metade do século XIX, construiu a Fazenda de Santa Sophia, situada em Santana do Deserto, que lhe aproximou ainda mais da Corte do Rio de Janeiro. A 30 de março de 1861, foi agraciado com o título de Barão de Prados pelas mãos do Imperador Dom Pedro II e, por mercê do mesmo, elevado a Visconde de Prados, a 17 de maio de 1871. O título de Conde de Prados veio dez anos depois, em 15 de junho de 1881.

⁴ CHAGAS, Gabriel Afonso Vieira. **Estratégia de família: casamentos endogâmicos em grupos familiares do entorno da Serra do Camapuã (1750-1890)**. p.152-156.

apoiado na nova ciência sobre a transmissão hereditária de patologias, começara a advogar o abandono dessa prática em sua família e as estantes de sua biblioteca estavam recheadas de publicações médicas que versavam sobre o tema.

Baseado num agudo sentimento de unidade familiar, o Conde de Prados, inicialmente, aderiu ao costume familiar de que os inúmeros matrimônios consanguíneos serviam para fortalecer sua parentela e permitia estender sua influência sobre diversos setores, desde os comerciais até os políticos. O que se observa foi que, a partir da década de 1870, uma mudança de postura ocorreu. Então, ele não mais incentivou seu grupo familiar a utilizar a estratégia dos casamentos consanguíneos. Observa-se que tal mudança esteve relacionada a seu acesso, por meio de publicações, hoje preservadas nas estantes da sua fazenda, que veiculavam o discurso médico-científico anticonsanguinista, no crepúsculo do século XIX, acerca dos riscos hereditários da consanguinidade. Análise demográfica revelou que a geração dos netos de Camillo Maria Ferreira Armond começou a encetar, cada vez em maior número, uniões matrimoniais extrafamiliares nas primeiras décadas do século XX.

A análise da biblioteca do Conde de Prados permite reconstruir a bibliografia médica que Camillo Armond leu e o motivou a escrever ao primo alertando-o para os riscos de casamentos endogâmicos. Entre os livros de sua estante, destacam-se os periódicos brasileiros do século XIX e a literatura que debatia a questão dos casamentos consanguíneos, que naquele século opôs duas escolas antagônicas sobre o tema: os consanguinistas e anticonsanguinistas. A riqueza de fontes encontradas e os argumentos enfáticos da escola anticonsanguinista, que levava à adesão da maioria dos médicos daquela época, foi o ponto de partida dessa pesquisa. O teor da carta do conde revelou ser um indício de um movimento muito mais amplo que dominava a medicina brasileira daquele período visando extinguir a prática da consanguinidade na sociedade brasileira, o que se tornou o objeto central dessa pesquisa.

A família Ferreira Armond,⁵ de origem açoriana, se estabeleceu primeiramente em São João Del Rei, em meados do século XVIII, logo se transferindo para

⁵ Existe uma bibliografia que aborda aspectos distintos da história desse grupo familiar. Sobressai-se LACERDA, Antônio Henrique Duarte. **Negócios de Minas: família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas Minas Gerais – a família Ferreira Armonde (1751-1850)**. Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. 2010, Tese (Doutorado em História), na qual o autor esmiúça a áurea ascensão desse grupo, e que foi, posteriormente, publicada em livro.

Barbacena. Já no período do Império, vários de seus membros passaram a residir na Zona da Mata mineira. Segundo Antônio Henrique Duarte Lacerda, apesar de terem chegado nas Minas sem aparente relações familiares ou rede de sociabilidades que lhe permitissem sustentar sua escalada econômica, os Ferreira Armond logo encontraram no comércio sua oportunidade de ascensão social. Seus membros atuaram em toda a província e estenderam suas atividades ao Rio de Janeiro.⁶

Enquanto cabeça política do grupo durante sua maioridade e, portanto, grande responsável pelos arranjos matrimoniais da família, o Conde de Prados guiou-a no sentido de preservar o patrimônio familiar por meio dos casamentos consanguíneos. É importante apontar que a questão da endogamia é tema ainda razoavelmente inédito no conjunto de estudos sobre família encetados pelos historiadores. Há o estudo de Vitória Andrade para São Paulo de Muriaé,⁷ mas a maioria das análises refere-se ao apadrinhamento,⁸ às relações comerciais⁹ e às estratégias de poder das elites, não se centrando nos casamentos endogâmicos, apesar de fazerem referências a essa prática.¹⁰ Justamente tendo em vista essa lacuna, em trabalho anterior, intitulado *Estratégia de Família: Casamentos Endogâmicos em grupos familiares do entorno da Serra da Camapuã (1750-1890)*,¹¹ defendido como dissertação de mestrado pelo mesmo programa de Pós-Graduação em História da

⁶ LACERDA, Antônio Henrique Duarte. **Negócios de Minas: família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas Minas Gerais – a família Ferreira Armonde (1751-1850)**. p. 53.

⁷ ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. *Propriedade agrária e arranjos matrimoniais: uma análise comparada entre São Paulo do Muriaé e Minho, no século XIX*. Juiz de Fora: UFJF, 2012; ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de Andrade; GONTIJO, Beatriz Simão. A terra e o altar: análise comparativa dos sistemas de casamento e uso da terra. São Paulo do Muriaé e Baixo Minho, século XIX. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. Anpuh 50 anos*, São Paulo, 17 a 22 de julho de 2011.

⁸ MACHADO, Cacilda. Casamento & Compadrio Estudo sobre relações sociais entre livres, libertos e escravos na passagem do século XVIII para o XIX. *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. São José dos Pinhais, PR: ABEP, 2004; RAMOS, Donald. Teias Sagradas e Profanas – O lugar do Batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. *Varia História*, Belo Horizonte, n.31, p.41-68, Janeiro 2004;

MAIA, Joaquim Rodrigo de Castro. As Relações De Parentesco Ritual Em Uma Sociedade Escravista: Compadres, Padrinhos e Afilhados no Cotidiano Mineiro da primeira metade do século XVIII. *Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira*. 2008.

⁹ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e Pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. 1ª ed. Belo Horizonte: Argumentum, 2010; FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócios: a interiorização da Metrópole e do comércio nas Minas Setecentistas*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

¹⁰ MARTINS, Maria Fernanda. Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX. In: FRAGOSO, João Luis Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. (orgs.). *Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.424

¹¹ CHAGAS, Gabriel Afonso Vieira Chagas. **Estratégia de Família: Casamentos Endogâmicos em grupos familiares do entorno da Serra da Camapuã (1750-1890)**. Dissertação [Mestrado em História]. Programa de Pós-Graduação em História, UFMG. 2018.

UFMG, analisei detidamente as motivações que instigaram os grupos familiares estudados a adotarem a endogamia como estratégia familiar, com principal destaque para a preservação do patrimônio familiar durante os processos de sucessão patrimonial.

A legislação portuguesa previa, com raras exceções, igualdade de condições entre os herdeiros legítimos na sucessão de posses.¹² Esse caráter igualitário do processo sucessório foi uma das razões da dissolução dos bens de um clã familiar ao longo de seguidas gerações. A despeito das interdições canônicas aos casamentos consanguíneos, para evitar tal dispersão, famílias da elite colonial brasileira desenvolveram certa gama de estratégias, entre elas o morgadio,¹³ exclusivo da nobreza; mas também o recolhimento de mulheres, com pagamento de dotes; a venda fictícia antecipada dos bens a um dos herdeiros; e a endogamia matrimonial, as últimas também acessíveis às famílias de maior poder aquisitivo não nobres de nascimento.

Para além do fator da repercussão patrimonial e das alianças políticas ligadas ao Partido Liberal, coube ao Conde proteger ainda a nobreza adquirida pela família conquistada através dos títulos durante o Império. A opção por matrimônios intrafamiliares foi, até então, estratégia muito usada pelos Ferreira Armond. Dos 13 casamentos dos membros da geração de Camillo Maria Ferreira Armond, considerando-se os que mais se relacionavam com o médico, há 6 casamentos intrafamiliares, o que perfaz um índice de 46,15% de consanguinidade nestas uniões, no período entre 1841-1870.¹⁴

A forte influência angariada pela família Ferreira Armond no cenário político da Província de Minas Gerais e da Corte do Rio de Janeiro favoreceu consideravelmente os negócios empreendidos com vários membros da família Ferreira da Fonseca, que eram seus aparentados. Os últimos, na segunda metade do século XIX, fixaram residência na Comarca do Paraibuna e, frequentemente, se uniram ao ramo Armond pelo matrimônio de seus membros. A consanguinidade entre as duas famílias foi tida

¹² FURTADO, Júnia F. A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi e DE LUCA, Tania R. (orgs.) *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

¹³ Morgadio é um regime de sucessão patrimonial no qual o conjunto bens, especialmente a terra, eram inalienáveis e indivisíveis. O Morgado era transmitido geralmente ao primogênito homem. Desta forma, o conjunto dos bens de um morgado não era objeto de partilhas, garantindo a perpetuação do poder econômico da família de que faziam parte, ao longo de sucessivas gerações.

¹⁴ CHAGAS, Gabriel Afonso Vieira. **Estratégia de família: casamentos endogâmicos em grupos familiares do entorno da Serra do Camapuã (1750-1890)**. p.155.

em grande consideração por ambas, como se observa pelos cinco casamentos levantados entre os dois ramos nesta mesma geração.¹⁵ Tais relações foram utilizadas para a proteção mútua de seus membros e para o estabelecimento de redes de influência, especialmente no que toca aos negócios envolvendo a Corte do Rio de Janeiro e a política provincial, como ocorreu durante a Revolução Liberal, de 1842.

A pujança econômica vivida pelas famílias Ferreira da Fonseca e Ferreira Armond, no período imperial brasileiro, não perdurou entre os descendentes desse grupo familiar, que ainda hoje residem na região da Zona da Mata mineira. A prosperidade e o requinte ficaram no passado e a fazenda Santa Sophia, por exemplo, é apenas um vulto esmaecido do áureo passado que seus integrantes ostentaram. A fazenda ainda guarda centenas de cartas, documentos, fotografias e mobiliário, que retratam a antiga condição abastada da família. O estado de conservação do imóvel, que abriga variados objetos, possibilita ainda hoje a produção de inúmeros artigos, monografias, dissertações e teses, que possibilitam compreender como era a vida em uma fazenda de café da elite brasileira do século XIX.¹⁶

Entrevistas com os descendentes dos dois grupos familiares viabilizou o acesso a consideráveis informações que ajudaram a tecer hipóteses quanto às motivações

¹⁵ CHAGAS, Gabriel Afonso Vieira. **Estratégia de família: casamentos endogâmicos em grupos familiares do entorno da Serra do Camapuã (1750-1890)**. p.156.

¹⁶ ALEGRIO, Leila Vilela. Fazenda Santa Sophia: caminho das entradas mineiras. *Revista do Café*. Rio de Janeiro. Setembro 2009. Ano 88. Nº 831; ANDRADE, Leandro Braga de. Uma pequena praça comercial e seus agentes: integração mercantil e hierarquia social em Minas Gerais no século XIX. Temporalidades, v. 2, n. 1. Belo Horizonte, 2010; CALDAS, Andréa Christina da Silva Panaro. À sombra de um cafezal: estratégias sociais, familiares, Produtivas e políticas de barões do café na zona da mata Mineira - (1830-1890). *Anais do XIX Encontro Regional de História profissão Historiador: Formação e Mercado de Trabalho*. Juiz de Fora – 28 a 31 de julho de 2014; COHN, Marjorie Rocha. *A fazenda Santa Sofia: cafeicultura e escravidão no Vale do Paraíba Mineiro, 1850-1882*. São Paulo: USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2013. [Tese de Doutorado]; GRAZINOLI, Danniell de Miranda. *Fazenda Santa Sophia (MG): Preocupação com o aspecto social do escravo no Brasil do Segundo Império*. Valença: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Valença, 2004. [Monografia]; GUIMARÃENS, Elione Silva. Escravos e libertos da zona da mata mineira: da luta pela liberdade aos primeiros anos do pós-emancipação (1870-1900). *Revista Científica da FAMINAS*. v. 1, n. 2. 2005; GUIMARÃENS, Elione Silva. Economia autônoma de escravos nas grandes fazendas cafeeiras do sudeste do Brasil (Zona da Mata mineira –século XIX). *História Econômica da América Latina*. nº.32 México jul./dic. 2009; LACERDA, Antônio Henrique Duarte. **Negócios de Minas: família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas Minas Gerais – a família Ferreira Armonde (1751-1850)**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, p. 53. 2010; LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *A evolução do patrimônio da família Ferreira Armonde através de três gerações (Comarca do Rio das Mortes – Minas Gerais, 1751-1850)*. GUIMARÃES, Elione Silva. MOTTA, Márcia Maria Menendes. (Org.) *Campos em disputa: história agrária e companhia*. São Paulo: Annablume, 2007; PINHEIRO, Fábio W. A. *O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata (c.1809-c.1830)*. Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2007, [dissertação de mestrado]; PINHEIRO, Fábio W. A. *Os condutores de almas africanas: concentração E famílias no tráfico de escravos para Minas Gerais, c. 1809- c.1830*. Acesso: <https://core.ac.uk/download/pdf/6519617.pdf>. Acessado em 28/06/2017 às 15h46.

que provocaram a perda do patrimônio nas gerações seguintes à do Conde de Prados. O abandono dos casamentos entre parentes das duas famílias foi uma delas. Foi consequência da mudança da postura do Conde, que passou a condenar a prática, a partir da leitura dos tratados médicos que, pioneiramente, abordaram a questão da transmissão hereditária de doenças. A partir de suas leituras, o Conde foi um dos grandes responsáveis pelo abandono da endogamia familiar, o que resultou na divisão, ao longo das gerações seguintes, das extensas propriedades acumuladas até os oitocentos. Ao longo do século XX, mobiliários, terras, documentos e fotografias dispersaram-se a cada novo inventário que se abria. É possível aventar que foi no abandono da estratégia que protegera o patrimônio das famílias Ferreira da Fonseca e Ferreira Armond que se encontra a ruína de seus descendentes. A partir desses indícios, esta tese busca estabelecer a relação entre as pesquisas científicas acerca das doenças hereditárias no final do século XIX e princípios do XX e a decisão familiar de abandonar a estratégia de casamentos consanguíneos, majoritariamente adotada até então. Esse estudo pode ser o ponto de partida para estudos que analisem, de forma mais ampla, de como essa relação se expandiu entre outras famílias e locais no Brasil e como se deu, a nível local, por meio de párocos, médicos, artigos de jornal, a divulgação da condenação científica aos casamentos consanguíneos.

A mudança nas práticas sociais de casamento, resultante dos enunciados emanados pelas pesquisas médico-científicas, a partir da segunda metade do século XIX, é espaço privilegiado para se analisar a contribuição do discurso médico no engendramento dos comportamentos sociais, uma vez que as relações conjugais se situam na intimidade do lar e é necessário a introjeção individual do seu discurso para que a sociedade modele coletivamente seu comportamento, segundo as novas prescrições médico-científicas. Portanto, a análise do comportamento social em um âmbito tão pessoal permite ao pesquisador observar como foi sendo internalizado o discurso médico-científico de determinada sociedade. Contudo, é importante destacar que o abandono dos casamentos consanguíneos é um processo que não se deve exclusivamente à atuação médica, sendo necessário atentar-se a outros atores que agiam naquela temporalidade. Esses múltiplos agentes foram relevantes para reverberar o discurso anticonsanguinista da mesma forma que os médicos dessa escola valeram-se de argumentos desses outros campos, como o do Direito,¹⁷ para a

¹⁷ O capítulo 5 dessa tese abordará brevemente o trabalho de Raymond-Theodore Troplong (1795-1869), que foi um jurista de grande proeminência na França do século XIX. Dentre os cargos que ele

difusão de suas ideias de abandono dos casamentos consanguíneos. Essa múltipla atuação reforça a ação coletiva de vários grupos na tentativa de engendramento dos comportamentos sociais, conforme apregoa José Leopoldo Ferreira Antunes,¹⁸ não se restringindo apenas aos médicos esse papel. Torna-se então possível compreender com Bruno Latour que os profissionais dessas áreas distintas estavam se acionando como forma de alistar e manter alistadas ao seu lado pessoas, teorias e fatos que coadunavam com o argumento que defendiam.¹⁹

Ainda que esta tese se centre na condenação médico-científica aos casamentos consanguíneos, outras questões de natureza econômica, social, cultural e mesmo demográfica atuaram na queda expressiva do número de casamentos consanguíneos entre as famílias Ferreira da Fonseca e Ferreira Armond. Sobressai-se, nas Minas do final do século XIX, o aumento do mercado matrimonial, decorrente do aumento demográfico e da emigração para a província, inclusive de estrangeiros. Para Arno Wehling, no tocante ao século XVIII, em algumas localidades, o mercado matrimonial era tão escasso, que ocasionava o alto índice de uniões consanguíneas uma vez que quase toda a população possuía, entre si, algum grau de parentesco. Segundo o autor, essa situação teria se agravado na transição do século XVIII para o XIX, quando diminuiu drasticamente a chegada de forasteiros²⁰ na capitania. Em um movimento oposto, ao voltar-se o olhar para o final do século XIX e início do XX, pode-se perceber um aumento populacional considerável nas Minas, aliado ao crescimento urbano e, conseqüentemente, a um acréscimo importante no mercado matrimonial dos mineiros. É importante destacar que a chegada de italianos, que formaram colônias numerosas em Juiz de Fora e Belo Horizonte, no início do século XX, a de

assumiu em sua trajetória de vida, destacam-se a presidência do Senado da França entre 1852 e o seu falecimento, em 1869. Foi ainda relator do *Senatus-Consulte* sob Napoleão III, membro do conselho privado do imperador e da seção jurídica da *Académie des sciences morales et politiques* da França. Troplong foi um veemente defensor da proibição legal aos casamentos consanguíneos pautando-se na distribuição dos bens para fora do seio familiar. Seus escritos valeram-se de inúmeros estudos médicos de sua época para reforçar sua argumentação jurídica. No mesmo sentido, o trabalho jurídico de Troplong foi reforço argumentativo para o médico italiano radicado no Brasil, Luís Vicente de Simoni (1792-1881), quando este redige, pautando-se na medicina, contra os casamentos consanguíneos. [TROPLONG, Raymond Theodore. *Dos impedimentos de parentesco. Da influencia do christianismo sobre o direito civil dos romanos*. Tradução de Jose Raymundo da Costa Menezes. BDJur, Brasília, DF, 2007. p.88.]

¹⁸ ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, Leis e Moral: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. p.271.

¹⁹ LATOUR, B. *Ciência em Ação. Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. Tradução (REVISÃO), I. C. B. e. J. d. P. A. São Paulo: UNESP, 1987/1997. p.102.

²⁰ WHELING, Arno. e WEHLING, Maria José. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p.540.

ingleses, ligados à mineração aurífera, como em São João del Rei, atrelada à maior mobilidade populacional proporcionada pela Estrada de Ferro Central do Brasil, que corta a região abarcada por esse estudo, também foram decisivas nesse alargamento das opções de realização de “bons casamentos” por parte dessas famílias. Como consequência de todos esses fatores, o índice de consanguinidade entre os nubentes sofre uma queda vertiginosa. O que esse estudo busca lançar luz é que, para além de todos esses fatores, também o acesso e à divulgação dos estudos médicos sobre transmissão hereditária de patologias exerceram seu papel nessa transformação.

Desta forma, ciente da multiplicidade de fatores que gestaram a mudança no comportamento matrimonial dos mineiros, que passam a desprestigiar os casamentos consanguíneos, essa tese centra-se na construção do discurso médico que culpava a endogamia familiar da recorrência de extensa gama de anomalias hereditárias sem adentrar-se nas outras razões do decréscimo desta prática. Com isso, objetiva-se contribuir com os estudos do campo da História da Ciência, focalizando na apropriação e na difusão, entre uma considerável parcela de médicos brasileiros, do discurso europeu acerca das doenças hereditárias e dos impedimentos aos casamentos consanguíneos, o que pode ser descortinado a partir da alentada biblioteca do conde de Prados sobre o tema.

Para tanto, analisa-se, brevemente, a trajetória de alguns médicos mineiros anticonsanguinistas para, por meio de seus escritos, estudar as justificativas médico-científicas que sustentaram o abandono da estratégia de casamentos consanguíneos, o que acabou sendo seguido pelas famílias estudadas.

Treze anos antes da publicação do pioneiro trabalho sobre os genes, de Gregor Johann Mendel²¹ (1822-1884), de 1865, o estudo do médico irlandês Sir William Robert Wills Wilde²² (1815-1876) teve papel fulcral no nascimento da corrente anticonsanguinista, conduzindo o primeiro estudo sistemático acerca da surdez congênita, relacionando a doença à hereditariedade e observando que a consanguinidade entre os pais aumentava as chances para a ocorrência dessa

²¹ Gregor Johann Mendel (1822-1884) nasceu em Vražni, na época parte do Império Austríaco, hoje República Tcheca. Foi um monge agostiniano que desenvolveu importantes pesquisas que desencadearam o surgimento da Genética no século XX.

²² William Robert Wills Wilde (1815-1876) nasceu em Kilkiveen, Irlanda. Foi um renomado cirurgião oftalmológico e autor de obras significativas sobre medicina, apontando pioneiramente para a recorrência de patologias potencializadas pelos casamentos consanguíneos. Faleceu com 61 anos em Dublin, Irlanda.

patologia.²³ Cinco anos depois, em 1858, Friedrich Wilhelm Ernst Albrecht von Gräfe²⁴ (1828-1870), oftalmologista alemão, estudou a existência de anomalia hereditária na retinite pigmentosa verificada em três irmãos.²⁵ Estes estudos deram impulso às pesquisas que associavam algumas patologias à hereditariedade. E é nesse ponto que essa tese se insere, discutindo a repercussão que tais trabalhos exerceram sobre a comunidade médica brasileira na mesma época. Busca-se investigar o impacto dos estudos que associaram algumas patologias à hereditariedade, mais particularmente, à consanguinidade, na construção do discurso anticonsanguinista que visava à interdição dos casamentos consanguíneos, no Brasil, entre o apagar das luzes do século XIX e o advento do XX. Abre-se espaço ainda para observar a passagem do interdito religioso às uniões intrafamiliares, de origem moral, vigente no período colonial e imperial,²⁶ para um de caráter científico, republicano.

Assim, o marco cronológico inicial escolhido, 1853, refere-se ao ano da publicação do referido trabalho do médico William Wilde, quando ainda imperavam nas famílias a tradição familiar dos casamentos consanguíneos. Como este estudo investiga o papel decisivo que o avanço das pesquisas que relacionam consanguinidade e geração de prole com doenças hereditárias exerceu sobre o abandono da estratégia de uniões consanguíneas dentro dos grupos familiares analisados, escolheu-se para marco cronológico final a década de 1920, uma vez que, essa década marca o surgimento da Genética como campo autônomo, quando esses estudos se emanciparam do campo da Embriologia Humana e foram nomeados de Genética.

²³ GODINHO, Ricardo. KEOGH, Ivan. EAVEY, Roland. Perda auditiva Genética. *Revista Brasileira Otorrinolaringologia*. V.69, n.1, 100-4, jan./fev. 2003 p.2.

²⁴ Friedrich Wilhelm Ernst Albrecht von Gräfe (1828-1870) nasceu em Berlim, Alemanha. Foi um pioneiro da oftalmologia alemã, deixando relevantes estudos sobre a transmissão hereditária da retinite pigmentosa. Esta é uma degeneração rara e progressiva da retina que pode levar à perda moderada à grave da visão. Hoje se sabe que a retinite pigmentosa quase sempre é hereditária. Gräfe foi pioneiro em defender que a consanguinidade entre os pais era causa da manifestação desta patologia na prole. Como se verá ao longo deste trabalho, Gräfe foi muito lido e citado pelos médicos brasileiros nos periódicos do século XIX analisados por esta tese.

²⁵ GODINHO, Ricardo. KEOGH, Ivan. EAVEY, Roland. Perda auditiva Genética. p.2.

²⁶ CHAGAS, Gabriel Afonso Vieira. **Estratégia de família: casamentos endogâmicos em grupos familiares do entorno da Serra do Camapuã (1750-1890)**. 2018. 184 p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.

CAPÍTULO 1

OS CASAMENTOS CONSANGUÍNEOS SOB DOIS INTERDITOS: O RELIGIOSO E O CIENTÍFICO

As ligações de família aqui são uma beleza; são tão estreitas como a de um clã da Escócia. Mas têm o seu lado mau nos constantes casamentos entre parentes próximos como tios com sobrinhas, tias com sobrinhos, etc., de modo que os casamentos em vez de alargar as ligações, difundir a propriedade e produzir maiores relações gerais no país, parecem estreitá-las, acumular fortunas e concentrar todas as afeições num círculo fechado e egoísta¹.

Maria Graham

Para a leitura desta tese, é importante apontar, primeiramente, as diferenças existentes entre dois conceitos: o casamento e o matrimônio. Isso se justifica na medida em que a análise das possíveis motivações para a discrepância entre os índices de matrimônios consanguíneos entre meados do século XIX e a última década desta centúria pauta-se justamente nas uniões que se enquadram no recorte mais recente, e é notório que os dois conceitos podem ser facilmente confundidos por aqueles que se dedicam a estudar temáticas familiares, principalmente no que tange o período posterior ao século XV.

Sob o ponto de vista sociológico o casamento é um fenômeno inerente à sociedade humana para o qual nenhum ato solene é necessário para sua efetivação. Entretanto, coube a algumas sociedades estabelecer o liame entre o reconhecimento das uniões e aquilo que não seria aceito². Nesse engendramento é que se enquadra o conceito de matrimônio que nasce ao longo do século XI, fruto do cristianismo, e transforma a definição acerca do casamento que, desde então, passa a ser encarado como um sacramento realizado com a benção divina. Portanto, ao valer-se do termo matrimônio, estamos invariavelmente adentrando um campo religioso, especificamente aquele concernente à Igreja Católica. Dessa forma, esse capítulo dedica algumas páginas a visitar brevemente parte da extensa literatura

¹ GRAHAM, Maria. Diário de uma viagem ao Brasil. São Paulo: Companhia Edição Nacional, 1956. p.253.

² A título de exemplo, o Direito Romano distinguia o casamento do simples concubinato pela definição do *affectio maritalis*, ou seja, o desejo manifesto de constituir uma união duradoura entre duas pessoas.

religiosa produzida com o objetivo de balizar o matrimônio. Trata-se de textos teológicos e canônicos, na sua maioria legislativos, que fornecem dados relevantes quanto à definição aos olhos da Igreja da relação entre o matrimônio e as uniões ilegítimas.

A análise dessa literatura servirá de contraponto para um debate que se apresenta como relevante para esta tese, que seja, a compreensão das razões que tornaram esses interditos religiosos aparentemente ineficazes para inibir a realização de matrimônios consanguíneos em índices elevados, ao passo que os enunciados médico-científicos parecem ter logrado maior êxito em fazer esse alto percentual declinar na transição do século XIX para o XX. Apesar de que será apenas no capítulo 5 em que se analisará detidamente algumas possíveis respostas sustentáveis para esse questionamento, os próximos três capítulos apresentam hipóteses que permitirão compreender as mudanças de mentalidades que se configuravam no pano de fundo da transição de um interdito religioso aos matrimônios consanguíneos para um interdito de caráter científico.

Dessa forma, este primeiro capítulo presta-se a três importantes papéis dentro deste trabalho: compreender brevemente a construção e estabelecimento do interdito religioso, oriundo do Concílio Lateranense II e sua chegada às Minas oitocentistas; analisar o contexto social e econômico da comarca do Rio das Mortes, espaço geográfico privilegiado de análise da questão sobre a qual esta tese se debruça; e, finalmente, perpassar pela trajetória dos dois grupos familiares elencados para a análise, Ferreira da Fonseca e Ferreira Armond, a fim de se cotejar, ao longo desta tese, o declínio da realização de uniões consanguíneas nesses grupo com o crescimento do número de artigos médicos anti-consanguinistas publicados. Ambas as famílias apresentaram índices elevados de casamentos consanguíneos nos primórdios do século XIX e assistiram a uma vertiginosa queda dessa prática marital no final daquela centúria, possivelmente relacionada, como se verá ao longo deste trabalho, com a ação de médicos que apontavam para diversas patologias geradas por essas uniões.

1.1 Os Casamentos Consanguíneos: uma trajetória de longínqua data e suas interdições eclesiásticas

A prática das uniões consanguíneas é consideravelmente antiga e enraizada na história das famílias, não se podendo restringi-la apenas a uma localidade ou a determinados grupos familiares. Neste capítulo, alguns clãs serão observados como indicativos de um costume arraigado na sociedade mineira oitocentista e, de forma geral, na humanidade, embora essa pesquisa não se detenha nas origens longínquas dos casamentos consanguíneos. Contudo, é importante asseverar que o abandono desse modelo de casamento é uma ruptura importante na organização familiar da sociedade e indício da importância gradativa que se conferia ao discurso médico-científico.

Por adentrar-se no campo religioso ao se debruçar sobre o matrimônio, é importante apontar que a lei mosaica e, conseqüentemente a Bíblia, não faz restrições a casamentos entre primos, com exceção a uniões entre os progenitores e a prole em linha direta, entre irmãos ou tios-sobrinhos, conforme está redigido no livro de Levítico³. Ainda assim, é interessante observar que o referido livro lança nota sobre a existência dessa prática entre os egípcios e os povos que habitavam em Canaã⁴. No século XVI, o não interdito bíblico às demais uniões intrafamiliares se reflete nos países atingidos pela reforma protestante, nos quais a tradição católica e o Código de Direito Canônico foram abolidos e a Bíblia tornou-se a única fonte de verdade. Desta feita, os casamentos vedados se restringem apenas aos casos listados acima, implicando o consistente aumento de uniões entre primos em primeiro grau nessas localidades⁵.

As mesmas proibições se encontram no atual Código Civil brasileiro, entretanto ainda carecemos de dados consistentes que revelem a prática de casamentos entre primos em primeiro grau no Brasil do século XXI. Até 1990, podem-se consultar os trabalhos realizados pelo geneticista brasileiro Newton Freire-Maia que apontam, por exemplo, para 4,8% de casamentos consanguíneos na década de 1950⁶. Nesse sentido, defende-se que o postulado médico científico acerca da potencialização do risco de herança de doença congênita aliado à crescente urbanização sejam razões que ajudem a justificar o decréscimo deste

³ Levítico, 18. Em consonância, o Livro de Números relata a passagem em que as filhas de Salfaad se casaram com os filhos de seu tio paterno com o manifesto objetivo de manter a propriedade deste dentro do mesmo grupo familiar. (Números, 36, 10-12)

⁴ Levítico, 18, 3-18.

⁵ WOORTMANN, Klaas. WOORTMANN, Ellen F. Monoparentalidade e chefia feminina. Conceitos, contextos e circunstâncias. *Série Antropológica*. Nº357. Brasília, 2004. P.15.

⁶ FREIRE-MAIA, Newton. Os casamentos consanguíneos e o novo código de direito canônico. *Revista Brasileira de Genética*. 1986.

número quando referenciado aos dados relativos aos séculos XVIII e XIX, abordados no decorrer deste capítulo. O próprio Freire-Maia afirmou, em entrevista para a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que os altos índices de casamentos consanguíneos em sua própria família resultaram em vários parentes herdeiros de anomalias genéticas, sendo uma das razões para que ele se enveredasse por essa linha de pesquisa⁷.

Entretanto, ainda é importante apontar que em inúmeros outros países para os quais foram realizados estudos consistentes relativos a períodos mais recentes, especialmente no mundo oriental, encontram-se altos índices de casamentos consanguíneos.

Atualmente, as estatísticas referentes à incidência de casamentos consanguíneos são raras. Antes uma prática comum nas sociedades ocidentais, agora o Oriente Médio e a África registram o maior número de casos no mundo. No Egito, cerca de 40% da população casa com um primo; a última pesquisa realizada em 1992 na Jordânia revelou que 32% dos jordanianos eram casados com primos em primeiro grau; e 17,3% haviam casado com parentes mais distantes. As taxas são ainda mais elevadas em países tribais como Iraque e nos países do Golfo Pérsico, como Arábia Saudita, Iêmen e Kuwait⁸.

Ainda que no mundo ocidental esses números sejam apenas memória, algumas regiões ainda apresentam dados elevados, como os apontados por Klaas Woortmann & Ellen F. Woortmann, que demonstram que em Niola, na Itália, a preferência matrimonial pelos primos se manteve até o século XX e o casamento entre parentes aumentou mais de 40% entre 1875 e 1920⁹.

Ao voltar-se o olhar para a origem das interdições eclesiásticas aos casamentos consanguíneos, constata-se que elas antecedem em quatro séculos o Concílio de Trento (1545-1563). Entretanto, os historiadores que se dedicam ao estudo deste tema ainda divergem sobre o momento exato em que a Igreja Católica

⁷ <http://portal.sbpnet.org.br/noticias/o-professor-newton-freire-maia-foi-o-pioneiro-das-pesquisas-cientificas-da-ufpr/>. Acesso em 09/01/2022 às 17h20.

⁸ <https://ceert.org.br/noticias/historia-cultura-arte/10608/casamentos-entre-parentes-ainda-e-pratica-comum-no-oriental>. Acesso em 09/01/2022 às 17h23.

⁹ WOORTMANN, Klaas. WOORTMANN, Ellen F. Monoparentalidade e chefia feminina. Conceitos, contextos e circunstâncias. p.4.

elevou o casamento à condição de sacramento¹⁰ e, portanto, normatizou as interdições às uniões consanguíneas. Urbano Zilles aponta o Concílio Lateranense II, ocorrido em 1193, como esse momento¹¹; Sílvia Bünnger afirma que o mesmo teria acontecido, em 1150¹²; e, segundo Ronaldo Vainfas, a quem esta pesquisa acompanha, teria sido durante o Concílio de Latrão, em 1215¹³.

Contudo, é importante asseverar que, independentemente da data na qual a Igreja assuntou o casamento enquanto sacramento do matrimônio, para ela, a união marital, desde longa data, esteve investida de sentido religioso, para o qual dispunha exigências como a monogamia, a fidelidade e a indissolubilidade¹⁴. Segundo Maria Luiza Andreazza, o cristianismo, desde seus primórdios, dedicou-se a erradicar costumes que regulamentavam a organização familiar nos diversos espaços em que ele se estabeleceu com vistas, evidentemente, a implantar uma conjugalidade afinada ao seu corpo doutrinário¹⁵. Desta forma, na primeira metade do primeiro milênio, assiste-se à expansão do ideário em torno da família cristã que a igreja romana pretendeu impor. Nesse cenário, segundo Maria Egrácia Leandro, dentre as práticas correntes na bacia do mediterrâneo que foram proibidas pela Igreja, inclui-se o casamento no seio do parentesco até o sétimo grau¹⁶. É possível concluir que a visão de parentesco da Igreja Católica havia sido construída muitos séculos antes da elevação do casamento à condição de sacramento. Jack Goody, discriminando a tradição romana de opção por casamentos próximos como estratégias de preservação do patrimônio familiar, aponta que a Igreja da Alta Idade Média desencorajava tais uniões, no intuito de fortalecer seu poder temporal e, dessa forma, expandir seu patrimônio, tornando-se herdeira de terras e outros tipos de propriedades¹⁷.

¹⁰ Sacramentos, para a igreja católica, seriam os atos instituídos por Cristo, que passam a ser instituintes para se alcançar a salvação. São sete os sacramentos: batismo, crisma, confissão, eucaristia, matrimônio, ordem e unção dos enfermos. Percebe-se que estes acompanham a vida do indivíduo desde seu nascimento (batismo) até sua morte (unção dos enfermos).

¹¹ ZILLES, Urbano. Os Sacramentos da igreja católica. 3ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

¹² BRUGGER, Sílvia Maria Jardim. Casar-se em Minas: Uma Análise das Uniões Matrimoniais na Comarca do Rio das Mortes (1820 – 1850). *Análise Social*, v. XLV, n.194, p.141-163, 2010.

¹³ VAINFAS, Ronaldo. Casamento, Amor e Desejo no Ocidente Cristão. São Paulo: Ática, 1992.

¹⁴ LOTT, Mirian. Na forma do Ritual Romano. Belo Horizonte: Annablume, 2008. p.65.

¹⁵ ANDREAZZA, Maria Luiza. Cultura Familiar e Registros Paroquiais. In: BASSANEZI, Maria Sílvia C. Beozzo. BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Linhas e Entrelinhas: as diferentes leituras das atas paroquiais dos setecentos e oitocentos. Belo Horizonte: Veredas e Cenários, 2011, p.139.

¹⁶ LEANDRO, Maria Engrácia. Transformações da família na História do Ocidente. Lisboa: Universidade Aberta, 2006, p.60-61.

¹⁷ GOODY, Jack. Família e casamento na Europa. Oeiras: Celta Editora, 1995, p.42.

Todavia, não se podem validar as decisões eclesiásticas acerca das uniões matrimoniais apenas com o intuito temporal de acúmulo de bens por parte da igreja. Jean-Louis Flandrin aponta as raízes, na sociedade medieval, do estímulo às uniões exogâmicas na existência de solidariedades parentais diferentes das de sangue. Torna-se importante lembrar que as uniões matrimoniais geravam vínculos entre duas famílias, criando, entre elas, redes de sociabilidades, que superam a morte dos cônjuges¹⁸. Portanto, as legislações eclesiásticas que inibissem as escolhas matrimoniais restritas apenas ao próprio clã familiar serviam, também, aos interesses de diferentes grupos familiares.

Entretanto, segundo James Casey e François Lebrun, a Sé Romana empregou cerca de cinco séculos desde o triunfo definitivo do cristianismo enquanto religião, no século IV, para tomar para si as questões matrimoniais e estabelecer, somente no século X, com as denominadas “Reformas Gregorianas”, as primeiras legislações exclusivas sobre a matéria¹⁹. As ditas reformas, que dissertaram sobre inúmeros aspectos da vivência cristã, no campo do casamento, abriram o caminho para que, em meados do século XII ou XIII, este fosse elevado à categoria de sacramento pela Igreja Católica. E é exatamente na virada do século XII para o XIII que se data a primeira legislação religiosa, abordando os impedimentos ao matrimônio, isto é, o Código de Direito Canônico Clássico, redigido durante o papado de Inocêncio III, entre 1198 e 1216. Trata-se de um período marcado pelo combate a grupos que pregavam doutrinas destoantes daquela desejada e exarada por Roma. Destacam-se os que almejavam severa ascese, como os cátaros, do sul da França e os bogomilos. Salvas as diferenças entre eles, ambos repudiavam o casamento e a procriação, defendendo que o matrimônio afastava os homens de uma vida dedicada unicamente a Deus.

Portanto, concorda-se com Ronaldo Vainfas, quando afirma que foi neste contexto que Inocêncio III normatizou o casamento no seio da igreja e definiu os impedimentos para sua realização. Se estas normas não fossem seguidas, a igreja considerava o casamento pecaminoso e os nubentes passíveis de excomunhão.

É importante destacar que foi justamente ao definir “relações incestuosas” e impedir consórcio conjugal a todos os que nelas

¹⁸ FLANDRIN, Jean-Louis. Famílias: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga. Lisboa: Editorial Estampa, 1991, p.27.

¹⁹ LEBRUN, François. A vida conjugal no Antigo Regime. Lisboa: Edições Rolim, 1999. p.60.

estivessem incluídos que a Igreja demarcou sua hegemonia face à matéria conjugal. O Direito Matrimonial do século XII, quando condenava como incestuoso o casamento entre parentes, tinha do parentesco uma visão muito complexa²⁰.

Segundo François Lebrun, inicialmente, antes de 1215, a doutrina cristã interditava o casamento de pessoas que possuíssem até o sétimo grau de uma das três formas possíveis de agnação ou cogação²¹. Apenas com a reforma introduzida por Inocêncio III, essa proibição foi abrandada, reduzindo-se para o quarto grau²². Interessante notar ainda que, segundo o autor, antes mesmo de 1215, era possível que os que incorressem nesse veto solicitassem uma dispensa ao juizado eclesiástico, que os tornavam aptos ao casamento.

Ainda, é importante afirmar que, para além dos laços consanguíneos, a Igreja Católica considerava que também os laços adquiridos pelos sacramentos produziam parentesco entre aqueles que os contraíssem e tornavam-se, também, impedimentos para o enlace. Segundo Jean-Louis Flandrin, além do “parentesco natural” dado biologicamente pela descendência de um mesmo tronco familiar, a igreja tomava em consideração o “parentesco legal” que poderia ser adquirido pela adoção; pelo casamento, através do qual se fundava uma afinidade legítima entre cada um dos cônjuges e a família do outro; e o parentesco espiritual que unia o filho batizado e os seus pais aos padrinhos e madrinhas e aos seus próximos, ou ainda o confessor e sua penitente e o catequista à catecúmena²³.

Contudo, coube apenas ao Concílio de Trento²⁴ ser um marco no estabelecimento da moral cristã no que tange à consolidação e ao reforço do casamento – e de seus impedimentos – enquanto um dos sete sacramentos católicos, dedicando exclusivamente a Sessão XXIV, realizada a 11 de novembro de 1563, para discutir as questões referentes ao assunto. Nele, os pontos fundamentais

²⁰ ANDREAZZA, Maria Luiza. *Cultura Familiar e Registros Paroquiais*, p.144.

²¹ O Dicionário da Língua Portuguesa de Raphael Bluteau, produzido entre 1712 e 1720 define agnação como parentesco por linha masculina, enquanto cogação é o parentesco por linha feminina.

²² LEBRUN, François. *A vida conjugal no Antigo Regime*. p.18-20.

²³ FLANDRIN, Jean-Louis. *Famílias: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*. p.147.

²⁴ O Concílio de Trento configura-se como o XIX Concílio Universal, tendo sido realizado na cidade de Trento, hoje território italiano, entre os anos de 1545 e 1563. Tratou-se de uma resposta ao avanço do protestantismo, depois do cisma desencadeado por Lutero, no início do século XVI. Pretendeu-se com ele reafirmar os assuntos dogmáticos da Igreja Católica, fortalecer a propagação da doutrina e disciplinar os leigos e o clero. Seu produto escrito mais relevante foi a *Compilação do Catecismo Romano*, de 1563, em que a Igreja sistematizou toda sua doutrina, em um esforço para combater as “heresias” da época e aperfeiçoar a fé dos católicos.

estabelecidos no século XII foram reafirmados²⁵. Naquilo que é o objeto sobre o qual esta tese se debruça, o Concílio de Trento interditou os matrimônios em 4º grau de parentesco e prescreveu que não fossem concedidas dispensas de modo algum para contrair o matrimônio ou, quando inevitáveis, que fossem expedidas muito raramente, e isto com causa justa e gratuitamente. A dispensa para união de nubentes que incorressem em segundo grau de parentesco foi veementemente interdita, excetuando-se entre os grandes Príncipes, e por uma causa pública²⁶. Importa ainda apontar que as normas para solicitação das dispensas matrimoniais não estão contempladas nesse capítulo e em nenhuma outra parte dos documentos exarados pelo Concílio de Trento. Entretanto, o valor excepcional creditado a elas e o fato de terem se tornado corriqueiras é o que se depreende do exame dos processos de habilitação matrimonial, em Minas Gerais, no século XVIII e XIX que foram analisados cautelosamente na dissertação de mestrado deste autor²⁷.

Coube ainda ao Concílio de Trento assegurar a presença do sacerdote na celebração do casamento, como condição *sine qua non* para a validação do consórcio e o seu registro nos Livros de Registros Paroquiais²⁸. Entretanto, o arraigado poder decisório dos pais sobre as uniões dos filhos, que desde a Alta Idade Média valia-se do casamento como importante meio de criar parentela e selar alianças, permanece intocável quando o texto conciliar determina ser necessário o consentimento dos pais para a celebração das núpcias dos filhos²⁹.

A despeito da extensa legislação sobre o tema, não se pode deixar de apontar que a Igreja considerava o matrimônio como um sacramento inferior ao da ordem (ordenação de eclesiásticos), o que, segundo Ronaldo Vainfas³⁰, explica, em parte, a razão de uma expressiva porcentagem dos portugueses viverem em concubinato, mesmo sendo extremamente católicos. Para o catolicismo, os castos é que estavam em estado de graça e de purificação maior que os casados e o casamento era, apenas, um mal necessário para garantir a procriação. Assim, a

²⁵ O sacrossanto, e ecumênico Concílio de Trento em latim e português. Exemplar da Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: http://purl.pt/360/4/sc-7007-p/sc-7007-p_item4/sc-7007-p_PDF/sc-7007-p_PDF_24-C-R0150/sc-7007-p_0000_capa-guardas2_t24-C-R0150.pdf acessado em 11/01/2017 às 22:11. Tomo II. Sessão XXIV, cânone 1, p.220.

²⁶ O sacrosanto, e ecumenico Concilio de Trento em latim e portuguez. Tomo II. Sessão XXIV, capítulo V, p.240.

²⁷ CHAGAS, Gabriel Afonso Vieira. **Estratégia de Família: casamentos endogâmicos no entorno da Serra do Camapuã.**

²⁸ ANDREAZZA, Maria Luiza. Cultura Familiar e Registros Paroquiais. p.142.

²⁹ ANDREAZZA, Maria Luiza. Cultura Familiar e Registros Paroquiais. p.151.

³⁰ VAINFAS, Ronaldo. Trópico dos pecados. Rio de Janeiro: Campus, 1989, p.10.

graça recebida pelo matrimônio era menor e, portanto, o pecado pelo descumprimento deste sacramento também era, conseqüentemente, menor. Transplantando essa observação para a alta ocorrência de casamentos consanguíneos, mesmo com toda legislação que os interditava, é possível vislumbrar neste ponto uma das possíveis razões para que esses casamentos ocorressem sem que os nubentes temessem as punições transcendentais do sagrado. Esse argumento será de grande relevância para o capítulo 5, quando esta tese confrontará as interdições eclesiásticas e médico-científicas às uniões intrafamiliares cotejando-as com as diferentes posturas dos grupos familiares frente a esses interditos.

Na esteira das disposições exaradas por Trento, foram compiladas, em 1707, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia³¹, que reverberaram em terras brasileiras o estabelecido no Código de Direito Canônico Clássico do papado de Inocêncio III entre 1198 e 1216, e que se manteve inalterado até 1916. Portanto, esses *corpus* documentais são unívocos no que se referem à constituição familiar, ao rito do casamento e aos interditos que o impedem.

Pelo que conformando-nos com a disposição de direito, mandamos, que qualquer súdito nosso, que casar por palavras de presente com a pessoa, com a qual esteja dentro no quarto grau de consanguinidade, ou afinidade, sabendo do tal impedimento, (além do Matrimônio ser nulo, e se haverem de separar) fique incorrendo em sentença de excomunhão maior, e será preso no aljube, e condenado em cinquenta cruzados, e nas mais penas, que parecerem justas³².

No parágrafo seguinte, o 295, discriminam-se as penas para quem incorrer nos interditos que não sejam o de consanguinidade, que se constituíam nas mesmas penas de prisão, pecuniária com exceção da excomunhão³³. Observa-se, então, que os que incorriam no impedimento de consanguinidade eram passíveis de excomunhão, enquanto aos demais era vedada essa pena. Isso revela o grau de pecado em que incorriam os parentes consanguíneos que teimavam em se casar, a despeito das interdições canônicas. A excomunhão ainda constitui a pena máxima imposta à cristandade católica, na qual aquele que a recebe está automaticamente

³¹ Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Exemplar da Biblioteca do Senado Federal. Disponíveis em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/222291>. Acesso em 15/04/2015 às 10h50.

³² Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Título LXIX §294, p.122

³³ Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Título LXIX §295, p.122

excluído do corpo místico de Cristo e, portanto, da Igreja. Partindo da premissa defendida por Lucien Febvre, de que os homens daquele tempo não tinham condições de descrever, por não possuírem “utensilagem mental” para tal, a excomunhão era considerada a maior pena que poderia ser creditada a alguém. Desta forma, as populações que ansiassem pela oficialização de suas uniões deveriam seguir, cautelosamente, o disposto nessa legislação, ou então, como sugere Andreazza, do contrário, restava-lhes burlá-las de modo criativo, buscando não despertar a ira das autoridades locais³⁴.

Os títulos LXIV à LXVII das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia estabelecem a exigência da abertura prévia de um processo de habilitação matrimonial, antes da cerimônia em si, no qual seriam esmiuçados os *por menores* da vida dos noivos e discriminados os impedimentos ao ato. Estes processos eram abertos quando um casal demonstrava interesse em realizar o casamento e corriam pelo prazo de cerca de dois meses, ao fim do qual ocorria a cerimônia religiosa³⁵. A responsabilidade sobre tais processos era compartilhada pelos vigários, promotores e escrivães provisionados pela câmara eclesiástica, que se encarregavam desde a abertura, passando pelo acompanhamento até seu termo final. Nos casos em que não havia impedimentos à realização do matrimônio, os processos de habilitação matrimonial eram despachados com maior rapidez e geravam documentação significativamente menor. Na vertente oposta, quando algum impedimento era encontrado, um processo interno era aberto para apurar o fato. Se fossem concedidas dispensas³⁶, o que podia ocorrer, essas deveriam ser emitidas pelo bispo diocesano ou por sacerdotes por ele autorizados, como os vigários de vara³⁷.

A legislação católica discrimina dois tipos de impedimentos: os proibitivos ou impedientes e os impedimentos dirimentes – aqueles que têm força para anular o

³⁴ Para o estudo mais detalhado das disposições das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia acerca do sacramento do matrimônio, ver: CHAGAS, Gabriel Afonso Vieira. **Estratégia de Família: casamentos endogâmicos no entorno da Serra do Camapuã**, cap.2.

³⁵ Como várias investigações sobre os noivos e seus antepassados eram realizadas, eles geravam extensa documentação, a qual ainda sobrevive e pode ser consultada nos arquivos eclesiásticos das dioceses locais. Por sua riqueza de informações sobre as famílias dos nubentes, tais processos configuram importante fonte histórica para a dissertação de mestrado que resultou na presente tese. No entanto, não se pode deixar de mencionar que, por vezes, quando havia algum impedimento ou dificuldade para realizar o enlace, quando possível, não era incomum que versões diferentes da realidade fossem construídas sobre os noivos e suas famílias. Por isso, trabalhar com esses documentos exige cautela e demandam que sejam cotejados com outras fontes de natureza diversa.

³⁶ Nem sempre o desejo dos nubentes era atendido, porque, devido às legislações canônicas vigentes poderiam existir impedimentos não dispensáveis para a realização do matrimônio.

³⁷ Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Título LXVII, p.118-9.

matrimônio³⁸. As Constituições Primeiras versam sobre as duas modalidades de impedimentos, esmiuçando as formas de se incorrer em algum deles e como e se podiam ser contornados, através de uma dispensa episcopal, quando eram impedientes. Os motivos dirimentes estão claramente relacionados e descritos na legislação³⁹, mas, em Minas Gerais, foram concedidas inúmeras dispensas a casais que, segundo a legislação canônica, não poderiam se casar de forma nenhuma, nem ter direito a algum tipo de dispensa⁴⁰.

Não obstante a extensa lista de dirimentes, entre os noivos que pediram dispensas em Minas Gerais, no século XVIII, o maior número foi daqueles que pleitearam o matrimônio com laços de consanguinidade⁴¹.

1.2 Os casamentos consanguíneos nas Minas sete-oitocentistas

Quando se restringe o olhar à sociedade mineira setecentista, observa-se o baixo número de uniões oficiais, consagradas pelo matrimônio católico⁴². Várias são as razões, apontadas por diferentes estudiosos para tal relativa ausência, entre elas, a própria rigidez dessas normas⁴³. Para Arno Wehling, em algumas localidades

³⁸ Os primeiros são os que contêm uma proibição grave; porém, não chegam a anular o casamento. São determinados pelo voto simples, tais como voto de virgindade, de castidade, de não se casar, de receber as ordens sagradas e de abraçar o estado religioso; pelo parentesco legal e pela diferença de religião, quando um dos noivos era católico e o outro não. Já os dirimentes ou “decisivos, terminantes, que obstam ou anulam de modo irremediável o enlace” são determinados pela idade (mínimo de 14 anos para o homem e 12 para as mulheres); pela impotência para a geração de prole que antecedente a realização do casamento.

³⁹ Dentre os impedimentos impedientes, destaca-se a cognação, sendo esta de três maneiras, natural, espiritual, e legal. Natural, se os contraentes são **parentes por consanguinidade dentro no quarto grau**. Espiritual, que se contrai nos Sacramentos do Batismo, e da Confirmação, entre o que batiza, e o batizado, e seu pai, e mãe; e entre os padrinhos, e o batizado, e seu pai, e mãe; e da mesma maneira no Sacramento na Confirmação. Legal, que provêm da perfeita adoção, e se contrai este parentesco entre o perfilhante e o perfilhado, e os filhos do mesmo que perfilha, em quanto estão debaixo do mesmo poder, ou dura a perfilhação. E também entre a mulher do adotado e adotante, e entre a mulher do adotante e adotado. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Título LXIV §285, p.117.

⁴⁰ CHAGAS, Gabriel Afonso Vieira. **Estratégia de Família: casamentos endogâmicos no entorno da Serra do Camapuã.**

⁴¹ CHAGAS, Gabriel Afonso Vieira. **Estratégia de Família: casamentos endogâmicos no entorno da Serra do Camapuã.**

⁴² BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: família e sociedade. (São João Del Rei – séculos XVIII e XIX)*. São Paulo, Annablume, 2007, p.66.

BRUGGER, Sílvia Maria Jardim. Casar-se em Minas: Uma Análise das Uniões Matrimoniais na Comarca do Rio das Mortes (1820 – 1850). *Análise Social*, vol. XLV (194), 2010, p.141-163.

⁴³ Sobre o tema ver WHELING, Arno. e WEHLING, Maria José. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. ALMEIDA, Ângela. (org) *Pensando a família no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/ Editora da UFRJ, 1983. SAMARA, Eni de Mesquita. *A família Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 4ed. 1993. SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*, São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero, Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989. VAINFAS,

pequenas, o mercado matrimonial era escasso e o resultado foi um índice tão alto de uniões consanguíneas que fez com que, praticamente, quase toda a população possuísse, entre si, algum grau de parentesco. Segundo ele, essa situação teria se agravado na transição do século XVIII para o XIX, quando diminuiu drasticamente a chegada de forasteiros⁴⁴.

O argumento de Arno Wehling é deveras caro a esta pesquisa, uma vez que, ao voltar-se o olhar para o final da centúria oitocentista e início do novecentos, pode-se perceber um aumento populacional considerável nas Minas, aliado ao crescimento urbano e, conseqüentemente, um acréscimo importante no mercado matrimonial dos mineiros. Paralelamente a este cenário, o índice de consanguinidade entre os nubentes sofre uma queda vertiginosa. Na medida em que esta tese defende a relevância do discurso médico-científico que condena as uniões consanguíneas no abandono deste modelo matrimonial intrafamiliar em prol de um modelo extrafamiliar, não se pretende apresentar esta justificativa como única responsável por guiar a escolha exogâmica destas famílias. Em outras palavras, a despeito do discurso médico-científico que apresenta o risco de geração de prole herdeira de anomalias como desincentivador de uniões consanguíneas, outros fatores, dentre os quais o aumento dos núcleos urbanos, são agentes importantes para o referido decréscimo dos índices de uniões consanguíneas nas Minas.

Retomando temporalmente o período de análise de Arno Wehling, parece que o mercado matrimonial escasso do crepúsculo do século XVIII e primórdios do XIX, encontrava algum respaldo da Igreja, pois, visando elevar o número de uniões legítimas e facilitar o acesso às dispensas, o papa Pio VI emitiu, em 26 de janeiro de 1790, a *Bula magnam profecto curam*, onde autorizava os bispos brasileiros e “padres respeitáveis” a dispensar os nubentes do impedimento de consanguinidade, na maioria dos graus de parentesco⁴⁵, com exceção do primeiro grau em linha direta e transversal e do primeiro grau em linha direta de afinidade. Com exceção desses últimos casos, ao invés de uma dispensa papal, passou a bastar apenas uma eclesiástica, geralmente assinada pelo bispo diocesano ou, com autorização deste, pelo vigário da vara.

Ronaldo. Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1989, p.39.

⁴⁴ WHELING, Arno. e WEHLING, Maria José. Formação do Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p.540.

⁴⁵ WHELING, Arno. e WEHLING, Maria José. Formação do Brasil Colonial. p.540.

Entretanto, importa destacar que a afirmação de Wehling acerca do pequeno mercado matrimonial das Minas da virada do século XVIII para o XIX não explica sozinha a alta incidência de uniões intrafamiliares encontradas para o período. O impedimento de consanguinidade não se estendia a todos os graus de parentesco e, em todas essas famílias, havia disponibilidade de parentes próximos não impedidos de se casarem pela nova bula papal. Mesmo assim, as famílias continuaram a realizar uniões que infringiam as normas canônicas vigentes, sendo comuns os casamentos entre primos-irmãos e tios-sobrinhas⁴⁶.

Os aspirantes ao matrimônio, assistentes nas Minas dos séculos XVIII e XIX que incorressem em algum dos impedimentos relatados no Título LXVII das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* deveriam entrar com um pedido de dispensa, que era encaminhado pelo pároco à justiça eclesiástica, instalada na sede do bispado dessa jurisdição, que desde 1745 localizava-se em Mariana. Lá haveria a confirmação, ou não, da dispensa e só então, se concedida, dava-se continuidade ao processo de habilitação matrimonial.

Entretanto, a excepcionalidade da concessão destas referidas dispensas que as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* nos apresentam é o que seria ideal para a Igreja. Porém, a recorrência de casamentos endógamos nos graus impedidos e, portanto, que receberam dispensas eclesiásticas⁴⁷, são indicativos de como se podia contornar certas situações condenadas pelos cânones religiosos. A entrada em vigor da bula *Magnam Profecto Curam*, permitiu, segundo Sheila de

⁴⁶No segundo capítulo da dissertação de mestrado deste autor, encontra-se um debate acerca das dispensas por consanguinidade emitidas nas Minas setecentistas e suas inúmeras justificativas, conforme estudado nos Processos de Habilitação Matrimoniais conservados no *Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*. Para a presente pesquisa, furta-se apenas a apresentar de forma genérica os dados lá debatidos com o objetivo de cotejar nos capítulos posteriores a mudança do interdito de ordem moral-religiosa para um interdito de ordem científica. Trata-se de buscar confrontar neste trabalho o caráter de verdade inegociável conferido ao discurso científico frente à uma verdade “negociável” com o sagrado, fruto do interdito religioso. CHAGAS, Gabriel Afonso Vieira. **Estratégia de Família: casamentos endogâmicos no entorno da Serra do Camapuã.**

⁴⁷ Os processos de habilitação matrimoniais das diversas freguesias das Minas sete-oitocentistas, estão conservados no *Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*, e tornam possíveis lançar luz sobre inúmeros componentes do cotidiano da sociedade mineira sete-oitocentista. Isto porque, durante o processo de habilitação matrimonial, a vida dos aspirantes ao matrimônio é destrinchada e, na eminência de algum dos impedimentos outrora citados, testemunhas eram convocadas para prestar depoimento sobre os contraentes.

Importa ressaltar que a abertura de um processo de habilitação matrimonial nem sempre implicava a posterior realização do enlace entre os aspirantes, todavia, considerável gama dos processos de habilitação matrimoniais que se encontram em posse do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana são encerrados com a realização do sacramento. Contribui com essa assertiva, a constatação de que uma quantidade considerável de pedidos de dispensas, por variados motivos, eram concedidas, especialmente as dispensas por consanguinidade, que constituem a maioria das dispensas presentes nos processos constantes no referido arquivo.

Castro Faria, que, a partir de então, se tornasse possível, com certa facilidade, contornar esses impedimentos canônicos, desde que os envolvidos pagassem as penitências, normalmente na forma de orações e presença nas missas⁴⁸. Trata-se, portanto de negociar com o sagrado que tudo vendo, perdoa aqueles que infringem suas normas com uma boa justificativa. Veremos que, ao lidar com os postulados médico-científicos, a mesma negociação não existirá. Desta forma, é importante afirmar que, a despeito de existirem discordâncias internas em ambos grupos, o campo da ciência e o da Igreja são realidades muito distintas.

Por fim, é possível constatar que a escolha matrimonial por parentes próximos impedidos ao matrimônio pelas legislações canônicas abordadas até aqui foi uma estratégia deliberada de vários grupos familiares mineiros e, portanto, não são justificadas apenas pelo pequeno mercado matrimonial das Minas. Desta forma, o abandono dessa estratégia também não pode ser justificado apenas pelo crescimento populacional e urbano do crepúsculo do século XIX, mas pautado também em argumentos médico-científicos capazes de engendrar o comportamento da sociedade de acordo com seus postulados. A elevada incidência de consanguinidade nos casamentos mineiros do sete-oitocentos permite defender a hipótese de que esses postulados foram introjetados de tal forma pela sociedade que ajudaram a mudar toda a organização matrimonial desta sociedade.

Quando o pesquisador se debruça sobre as fontes disponíveis para estimar a porcentagem dos casamentos consanguíneos frente à totalidade de uniões legitimadas pela Igreja Católica no sete-oitocentos mineiro, faz-se necessário trabalhar por amostragem, uma vez que a totalidade de processos de habilitação matrimoniais arquivados no *Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana* é realmente alto, sendo 8019 processos referentes somente ao século XVIII, dispostos em 802 pastas. Desta forma, na pesquisa anterior⁴⁹ foram escolhidas arbitrariamente 7 pastas completas que possuíam 120 processos de habilitação matrimoniais do século XVIII, abrangendo nove décadas e provindo de vinte e seis localidades de

⁴⁸ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.59-60.

⁴⁹ CHAGAS, Gabriel Afonso Vieira. **Estratégia de Família: casamentos endogâmicos no entorno da Serra do Camapuã**.

Minas Gerais, que serviram de parâmetro para estimar de forma aproximada os índices de endogamia encontrados para a capitania das Minas nos setecentos⁵⁰.

Em 17 processos de habilitação matrimoniais para os quais foram expedidas dispensas, encontraram-se seis tipos de impedimentos diferentes, sendo que, em 6 processos, o que equivale a 5% do total, havia consanguinidade entre os nubentes. Desses, dois referem-se à dispensa por consanguinidade em primeiro grau, dois em terceiro grau e dois em quarto grau. É válido ainda lembrar que os seis processos se situam em datas anteriores à edição da bula *Magnam Profecta Curam* (1790), que facilitou as dispensas para segundo, terceiro e quarto grau. Desta forma, observa-se, através da amostra realizada, que a percentagem de casamentos consanguíneos no século XVIII é bastante reduzida. Entretanto, o crescimento da população, o alargamento do território e o estabelecimento definitivo das famílias portuguesas em solo mineiro propiciaram um aumento desse índice no que toca a centúria oitocentista. Acrescido a esse fator, pode-se elencar que a facilidade da concessão de dispensas no período posterior à bula influenciou os resultados de consanguinidade levantados a partir de 1790.

À medida que a população da capitania/província das Minas aumentou de forma considerável no século XIX, foi necessário alterar a metodologia utilizada para se estabelecer uma estatística de casamentos consanguíneos. Para a centúria oitocentista recortaram-se apenas três freguesias mineiras: Nossa Senhora das Brotas do Brumado do Suassuí, atual município de Entre Rios de Minas; Santo Antônio da Lagoa Dourada, atual Lagoa Dourada; e Santo Amaro do Camapuã, atual Queluzito. A escolha dessas freguesias deve-se a sua localização estratégica na divisa entre as comarcas de Vila Rica e Rio das Mortes, à disponibilidade local de fontes que viabilizaram a pesquisa, permitindo a reconstituição populacional dessas localidades de forma quase completa e à constatação de que a comarca do Rio das Mortes se tornou a mais próspera das Minas, após o declínio da atividade

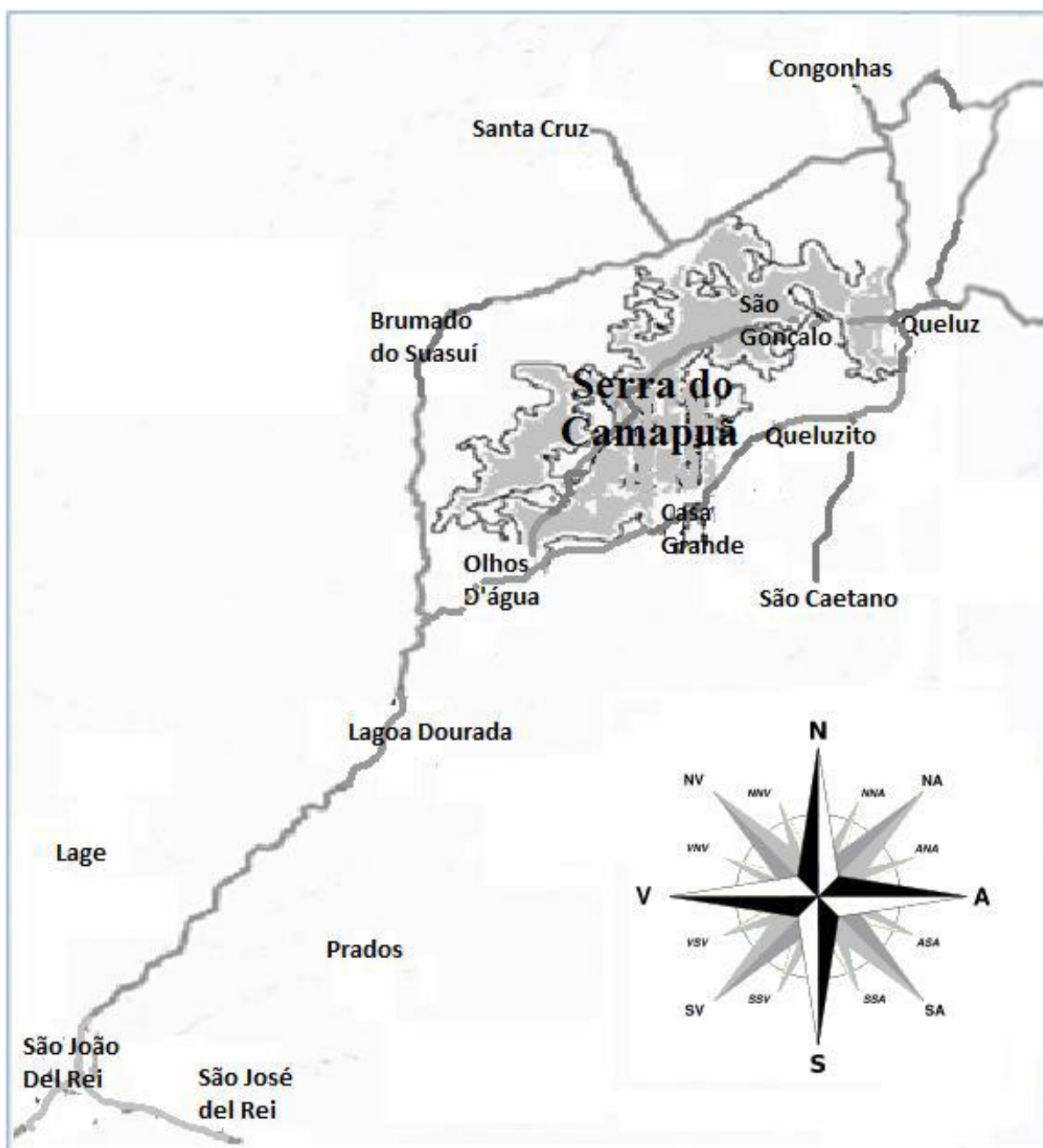
⁵⁰ Importa ainda afirmar que, na presente tese esses índices são revisitados com o intuito de apresentar ao leitor um panorama estatístico acerca da recorrência das uniões intrafamiliares em solo mineiro, não se pretendendo, portanto, aprofundar nesta questão. Esses índices serão importantes no debate a que este trabalho se propõe nos próximos capítulos, nos quais se verá que o discurso médico-científico acerca da geração de prole herdeira de anomalias terá papel importante no abandono desse modelo de casamentos consanguíneos. Portanto, busca-se apenas revisar os dados já mobilizados na pesquisa anterior sem acréscimo de novos processos que poderiam produzir um panorama ainda mais completo.

mineradora⁵¹. Isso se justificaria, segundo Carla Maria Carvalho de Almeida, no fato de que “no decorrer da segunda metade do século XVIII, a tendência à diversificação econômica presente desde os primórdios da ocupação foi se aguçando e os produtos agropecuários passaram a desempenhar papel preponderante na economia da capitania, anteriormente ocupado pelo ouro⁵².”

⁵¹ BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. Minas patriarcal: família e sociedade, São João Del Rei, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2007. P.20.

⁵² ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de Almeida. De Vila Rica ao Rio das Mortes: mudança do eixo econômico em Minas colonial. Revista de História. Juiz de Fora, v. 11, n. 1 e 2, p. 137-160, 2005

Mapa 1 – A Serra do Camapuã na Comarca do Rio das Mortes



Fonte: CHAGAS, Gabriel Afonso Vieira. **Estratégia de Família: casamentos endogâmicos no entorno da Serra do Camapuã.** p.96.

Ainda, segundo Afonso de Alencar Graça Filho, essas mudanças na estruturação da economia regional e no comércio de São João Del Rei interferem diretamente nas estratégias de ascensão social das famílias que compõem a elite local. Dessa forma, os grupos familiares que se estabeleceram na comarca foram gestados em meio à fortuna gerada por esse dinamismo econômico vivido pela região. São esses grupos que se organizaram estrategicamente para não permitirem

a dissolução de seus patrimônios, valendo-se corriqueiramente das uniões consanguíneas e, portanto, foram estudados detalhadamente na dissertação de mestrado que gestou a atual pesquisa⁵³.

Para se analisar o costume matrimonial das freguesias elencadas, utilizaram-se os matrimônios assentados nos livros de registro paroquiais das matrizes dessas localidades. Levantaram-se dados relativos à freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Prados, entre 1750 e 1832⁵⁴. Isso porque, até 1832, parte do Brumado e Lagoa Dourada eram capelas pertencentes a essa freguesia. A partir desse ano, surgiram as freguesias de Nossa Senhora das Brotas do Brumado e de Santo Antônio da Lagoa Dourada. Por conseguinte, fez-se o levantamento para Lagoa Dourada, entre 1832 e 1890⁵⁵, e para freguesia das Brotas, entre 1828 e 1888.⁵⁶ Também se debruçou sobre os dados que foram possíveis de coletar para a freguesia de Santo Amaro do Camapuã, entre 1878 e 1890⁵⁷, vizinha das duas já citadas.

Para Prados, há sete dispensas de consanguinidade, ocorridas entre 1750 e 1832, o que equivale a 0,018% do total dos matrimônios. Se forem desconsiderados os casamentos entre escravos, esse índice sobe para 0,028%. Dessa maneira, observa-se que, nesse período, a falta de famílias enraizadas há muitas gerações na capitania, o alto índice de imigração de portugueses homens – maioria deles recém-chegados e solteiros, sem serem acompanhados por famílias –, certamente, contribuíram para esses índices pouco expressivos. A maioria dos casamentos tinha que se dar de forma exogâmica, entrelaçando os primeiros migrantes recém-chegados de famílias diversas.

Para a freguesia de Santo Antônio da Lagoa Dourada, foram analisados 958 assentos de Matrimônio, sendo 188 desses escravos (19,62% do total) e 770 homens livres (80,37%). Considerando o período como um todo – 1832 a 1890 – e

⁵³ CHAGAS, Gabriel Afonso Vieira. **Estratégia de Família: casamentos endogâmicos no entorno da Serra do Camapuã.**

⁵⁴ www.familysearch.org Livros de Registros de Matrimônio da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Prados: 1740-1770; 1770-1775; 1775-1822 e 1822-1864. Foram analisados 38320 assentos de matrimônio incluindo as inúmeras capelas filiais. Descarta-se 13760 assentos que se referiam a escravos, equivalendo a 35,91% do total.

⁵⁵ www.familysearch.org Livros de Registros de Matrimônio de Santo Antônio da Lagoa Dourada: 1828-1856; 1856-1881 e 1880-1890. Foram analisados 958 assentos de matrimônio.

⁵⁶ www.familysearch.org Livros de Registros de Matrimônio de Nossa Senhora das Brotas do Brumado: 1828-1863 e 1864-1888. Foram analisados 1627 assentos de matrimônio.

⁵⁷ Queluzito. Arquivo Paroquial da Matriz de Santo Amaro. Livros de Registros de Matrimônio de Santo Amaro do Camapuã: 1878-1890. Foram analisados 351 assentos de matrimônio.

somente os livres, camada que foi estudada na referida pesquisa, ocorrem 264 casamentos endogâmicos, o que equivale a 34,3% e 506 exogâmicos, ou 65,7% do total. Observa-se, assim, que, ao longo do século XIX, o comportamento da população no que concerne aos casamentos endogâmicos mudou, e esse tipo de matrimônio cresceu de maneira geral, mas não tanto quanto entre os membros das famílias Ferreira da Fonseca e Ferreira Armond que serão debatidas neste trabalho.

O mesmo movimento de crescimento dos índices de consanguinidade, ao longo do oitocentos, torna-se vislumbrável ao observar os dados concernentes à freguesia vizinha, de Nossa Senhora das Brotas do Brumado, onde debruçou-se sobre 1627 assentos de Matrimônio, dos quais 1443 eram de homens livres (88,69%) e 184 de escravos (11,30% do total). Mantendo o recorte nos homens livres, destacam-se 550 casamentos intrafamiliares, o que equivale a 38,11% e 893 extrafamiliares, ou 61,88% do total.

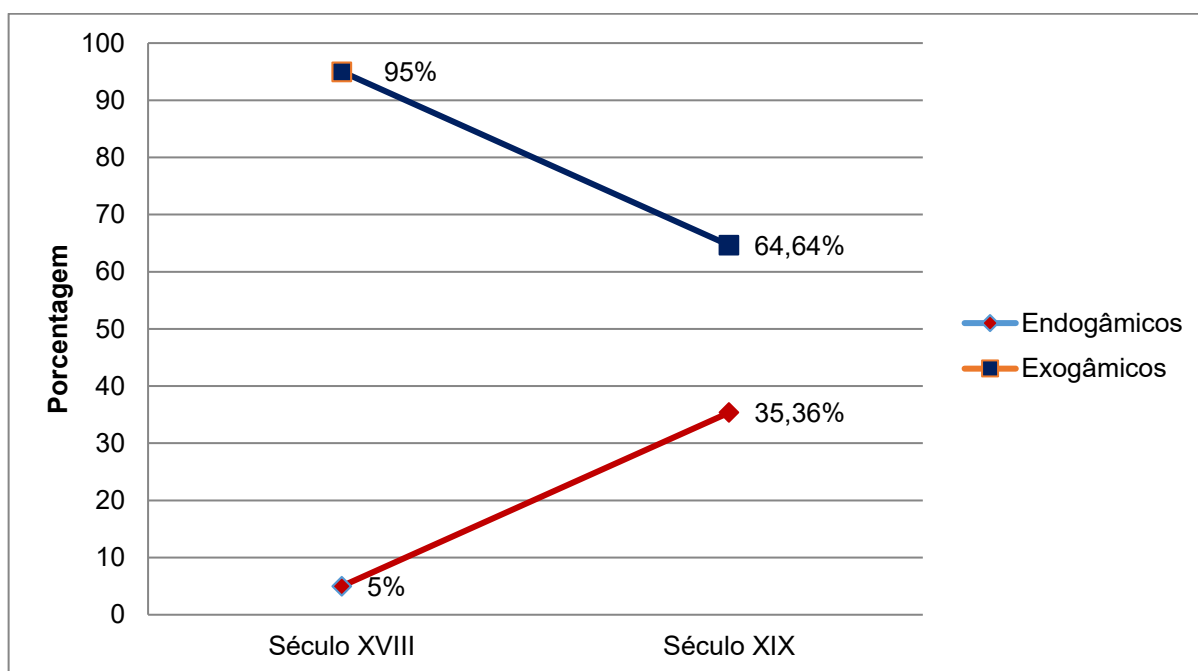
Ao voltar-se o olhar para a freguesia de Santo Amaro do Camapuã, observam-se índices muito semelhantes aos analisados até aqui. Para essa localidade, apenas um livro de registro de Matrimônio que abarca o século XIX foi encontrado, totalizando 351 assentos, dos quais 25 eram de escravos (7,12%), enquanto 326 referem-se a homens livres (92,88% do total). Adotando-se o mesmo critério das demais freguesias, chega-se a 25,76% de casamentos consanguíneos, o que equivale a 84 matrimônios para os quais foram necessárias dispensas por infringirem o impedimento canônico de Cognação.

De uma forma geral, foi possível analisar 2936 registros de matrimônios, divididos em diversas localidades que compõem essas três freguesias. Descartando-se 397 matrimônios entre escravos, observa-se que, dos 2539 enlaces encetados entre homens livres, 898 requereram dispensa de consanguinidade, apontando um índice de 35,36% de endogamia para a região, considerando-se o período entre 1828 e 1890⁵⁸. Esse índice assemelha-se aos 35,2% de casamentos consanguíneos que Carla Almeida apontou para os residentes em Mariana, quando a autora se debruçava sobre os homens ricos daquela localidade⁵⁹.

⁵⁸ Para análise detida desse índice e sua variação por década dentro do período elencado, vide CHAGAS, Gabriel Afonso Vieira. **Estratégia de Família: casamentos endogâmicos no entorno da Serra do Camapuã**, pg. 104.

⁵⁹ ALMEIDA, Carla. Ricos e Pobres em Minas Gerais, p.202

Gráfico 1 – Variação percentual dos casamentos consanguíneos frente à amostragem elencada para os séculos XVIII e XIX nas Minas Gerais



Fonte: Processos de Habilitação Matrimonial arquivados no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. www.familysearch.org Livros de Registros de Matrimônios de Entre Rios de Minas, Lagoa Dourada e Queluzito.

Entretanto, reter o olhar apenas sobre a análise quantitativa desses casamentos consanguíneos não permitiria responder a questionamentos pertinentes que decorrem da observação desses dados. Dessa forma, faz-se necessário analisar a trajetória de algumas famílias da região, que foram escolhidas no trabalho anterior por suas relações com os Ferreira da Fonseca/Armond, para elucidar como esses clãs locais se portavam frente à endogamia intrafamiliar.

Em termos estatísticos, em todas as famílias analisadas houve um crescimento dos índices de endogamia ao longo do tempo. Porém, observa-se que, enquanto entre os Ferreira da Fonseca e a família Rodrigues Chaves esses índices foram altíssimos, atingindo, em meados de 1870, valores em torno de 80% dos matrimônios realizados, entre a família Ferreira de Souza e os Resende Costa esse costume foi recorrente, mas não tão expressivo, variando entre 68,3% para os primeiros e 54,2% para os segundos.

Várias são as razões que levaram as famílias estudadas no trabalho anterior e revisitadas nesse capítulo a encetarem casamentos consanguíneos no interior do seu clã familiar, de forma que se faz necessário discorrer sobre essas razões antes

de entrar-se propriamente nas motivações que levaram esses grupos a abandonarem essa modalidade de união intrafamiliar.

1.3 As diversas motivações da consanguinidade nas Minas oitocentistas

Várias motivações podem ser elencadas como justificativas para a escolha de inúmeros grupos familiares mineiros por uniões consanguíneas⁶⁰. O conjunto de 120 processos de habilitação matrimoniais, relativos ao século XVIII, selecionados no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, permitem concluir que, apesar da amostra ser reduzida, a justificativa mais recorrente é o risco para a salvação da alma dos contraentes, encontrada em seis desses processos⁶¹. Tal assertiva é compreensível, especialmente quando essa justificativa aparecia atrelada à gravidez da noiva⁶², haja vista que a Igreja Católica via-se como responsável pela salvação das almas de todos os fiéis. Por sua vez, três processos apontam apenas a gravidez como razão da solicitação de dispensa. Não menos incomum é a alegação dos perigos aos quais a mulher estaria submetida ao manter-se solteira, utilizada por dois processos, mesma quantidade de processos em que os contraentes negam a existência dos impedimentos. Podemos vislumbrar um processo em que a justificativa pautava-se na exaltação das qualidades da noiva como principal argumento pró-concessão da dispensa por parte das autoridades eclesiásticas.

Entretanto, a segunda alegação mais comum é aquela construída sobre a questão dos bens materiais dos noivos, em que o contraente afirma intentar prover com seus bens à consorte⁶³, pois essa é muito pobre e a realização do matrimônio

⁶⁰ Ao deter-se a análise no século XVIII, lançando mão dos Processos de Habilitação Matrimoniais levantados no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, observa-se que as alegações dos contraentes variam consideravelmente. Dentre os referidos processos, deve-se destacar que, em alguns casos, as dispensas eram concedidas sem as justificativas dos nubentes, ou pode-se aventar que essas se perderam no tempo.

⁶¹ Dentre eles: *Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*, Processos de Habilitação Matrimonial, Armário 04-162. Auto 1619. Serro, 1793.

⁶² *Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*, Processos de Habilitação Matrimonial, Armário 03-374. Auto 3739. Catas-Altas/ Santa Bárbara, 1752.

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Processos de Habilitação Matrimonial, Armário 03-146. Auto 2775. Curral del Rei, 1757.

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Processos de Habilitação Matrimonial, Armário 05-510. Auto 5100. São João Del Rei, 1763.

⁶³ Um dos Processos de Habilitação Matrimonial deste escopo de 120 analisados no *Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*, o de José Pereira da Fonseca e Inácia Silva Siqueira, sobressai-se por alegar unicamente a questão do provimento de bens materiais da noiva pelo noivo, sem relacioná-lo a outras razões. *Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*, Processos de Habilitação Matrimonial, Armário 05-541. Auto 5402. Camargos, 1726.

era a forma de tirá-la dessa condição. Esses quatro processos⁶⁴ referem-se à dispensa de consanguinidade, portanto, nota-se que a questão material era tida como justificativa plausível nos arranjos matrimoniais e possuía excelente aceitação por parte das autoridades eclesiástica, uma vez que esses processos em tela obtiveram êxito na solicitação das dispensas e se encerraram com a celebração do matrimônio entre os pleiteantes.

Pode-se questionar a veracidade das informações apresentadas pelos contraentes, uma vez que inúmeras famílias utilizavam os arranjos matrimoniais para protegerem os bens do clã durante a sucessão patrimonial. Nesse sentido, levanta-se também a possibilidade de que as autoridades eclesiásticas saberiam da real condição dos nubentes e, mesmo assim, concederiam as dispensas necessárias para a realização do matrimônio. Entretanto, chama a atenção a recorrência de justificativas de cunho patrimonial no universo de processos de habilitação matrimonial que pleiteavam dispensas eclesiásticas para a realização do casamento.

Quando voltamos nosso olhar para o século XIX, ao analisar alguns grupos familiares⁶⁵ encontramos várias justificativas diferentes, tais como o fortalecimento da rede comercial da família Rodrigues Chaves, a manutenção dos títulos nobiliárquicos dos Rezende, ou a influência de outras famílias, como no caso dos Ferreira de Souza. Entretanto, a grande maioria das justificativas são de cunho patrimonial, mantendo-se o padrão do século XVIII no que se refere às razões que moviam essas famílias a buscarem uniões consanguíneas.

A família Rodrigues Chaves, estabelecida na primeira metade do século XVIII naquela que viria a se tornar a freguesia de Santo Antônio da Lagoa Dourada, descende do português André Rodrigues Chaves e Gertrudes Joaquina da Silva. O casal e, posteriormente, seus herdeiros debruçaram-se sobre o comércio de grosso trato e, quando da ascensão econômica da comarca do Rio das Mortes, no início do século XIX, diversificaram seus negócios e gozaram de considerável fortuna. A despeito do casamento entre André e Gertrudes não apresentar impedimento de consanguinidade, o que chama à atenção é o que ocorre na geração dos netos dos

⁶⁴ Entre eles: *Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*, Processos de Habilitação Matrimonial, Armário 03-336. Auto 3355. Piranga, 1777.

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Processos de Habilitação Matrimonial, Armário 06-662. Auto 6612. Piranga, 1762.

⁶⁵ Esses grupos familiares foram recortados no trabalho anterior deste autor. Optou-se por retomá-los, uma vez que esta atual pesquisa desenvolveu-se como busca de respostas a lacunas que não eram objeto de estudo daquele momento. CHAGAS, Gabriel Afonso Vieira. **Estratégia de Família: casamentos endogâmicos no entorno da Serra do Camapuã.**

dois⁶⁶. Seus netos, casaram-se, em boa parte, com seus primos, sendo a maioria deles primos-irmãos. Em um universo de 105 netos, 64 se casaram com primos (60,9% do total e 71,1% dos casados), 26 com não parentes (24,8% do total e 28,9% dos casados) e apenas 15 ficaram solteiros (14,3% do total)⁶⁷. Quando se considera apenas os matrimônios realizados, esses alcançam o total de 90, sendo 64 deles consanguíneos e 26 extrafamiliares, o que significa uma taxa de endogamia de 71,1%. Isso em uma época em que Lagoa Dourada possuía uma taxa de 17,97% de casamentos intrafamiliares⁶⁸. Por sua vez, do total de 68 bisnetos⁶⁹ de André Rodrigues Chaves, 48 casaram-se endogamicamente, 12 com pessoas de fora da família e 8 permaneceram solteiros. Entre os casados, que totalizaram 60 membros, a endogamia atingiu a alta marca de 80% dos matrimônios.

A família Rodrigues Chaves apresentou um índice de consanguinidade em seus matrimônios que dobra o da própria freguesia de Santo Antônio da Lagoa Dourada. Portanto, para essa família, a argumentação que se baseia em um pequeno mercado matrimonial para justificar o alto índice de endogamia não se aplica. Dessa forma, fez-se necessário deter-se na dinâmica dos processos de sucessão patrimoniais desse grupo para compreender as redes de sociabilidade

⁶⁶ Na dissertação de mestrado do autor, pode-se vislumbrar os nomes de cada um destes descendentes e seus arranjos matrimoniais de forma detalhada. Vide: CHAGAS, Gabriel Afonso Vieira. **Estratégia de Família: casamentos endogâmicos no entorno da Serra do Camapuã**. pg.91-6. Nesta tese, apresenta-se apenas superficialmente esses dados para cotejamento destes com os índices posteriores à ascensão do discurso médico-científico que desincentiva as uniões consanguíneas.

⁶⁷ A organização dos índices matrimônios desses grupos familiares por geração deve-se ao acompanhamento da sucessão patrimonial desses clãs. Em trabalho anterior, intentou-se perceber como os arranjos matrimoniais consanguíneos prestaram-se ao processo de manutenção dos bens nas famílias elencadas para aquele estudo. Naquele caso, a distância da data de casamento de um membro para o outro na mesma geração não interfere na igualdade de condições frente à distribuição dos bens do antepassado falecido. Exemplo: um neto (filho de pai falecido) pode ter se casado 30 anos antes do outro neto (também filho de pai falecido) que os dois casais herdaram em igualdade de condições os bens que ficaram de seu avô devido à ausência do pai. Desta forma, esses dois casamentos em questão devem ser computados juntos, uma vez que interferem no mesmo processo de sucessão patrimonial.

Como esse presente tópico presta-se a analisar as justificativas para o alto índice de casamentos consanguíneos nesses grupos estudados, manteve-se a organização geracional para melhor compreensão da estratégia de manutenção dos bens no próprio grupo, que se revelou uma das principais motivações para tais consórcios intrafamiliares.

Contudo, para melhor comparação nesta tese dos índices de consanguinidade ao longo das décadas do século XIX, reordenou-se os casamentos das famílias Ferreira da Fonseca e Ferreira Armond por décadas, cotejando-os com os índices das localidades que compõem a região em que essas famílias habitavam. Para tanto, compôs-se a tabela 2 que encerra este capítulo.

⁶⁸ Prados e Lagoa Dourada www.familysearch.org Livro de Registro de Matrimônio da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Prados, 1789-1798, 1798-1817; Livro de Registro de Matrimônio da freguesia de Santo Antônio da Lagoa Dourada, 1828-1856.

⁶⁹ Na quarta geração dessa família, foi possível mapear apenas aqueles que permaneceram na região da Lagoa Dourada.

desse clã e o sentido de coesão familiar empreendido por eles. As três gerações que sucederam a André Rodrigues Chaves permaneceram ligadas ao comércio. Data da primeira metade da centúria oitocentista a diversificação das atividades da família que passa a investir também na produção de gêneros agropastoris, em especial, milho e gado vacum, voltados ao abastecimento das vilas de São João del Rei e da Corte do Rio de Janeiro. Os inventários analisados demonstram que quase a totalidade das dívidas ativas e passivas dos inventariados eram com irmãos e sobrinhos desses, demonstrando que a família, a partir de então, amealhava para si a produção e o comércio desses gêneros.

Nota-se que, comercialmente, a família Rodrigues Chaves mantinha um agudo sentido de coesão familiar, que se refletiu no campo dos acordos matrimoniais, influenciando os índices de endogamia que cresceram paralelamente ao enriquecimento da família e ao incremento do comércio empreendido por ela. A partir da análise dos inventários de vários netos de André, vislumbra-se que, após a primeira década do século XIX, o tráfico de escravos entre o porto do Rio de Janeiro e a Província de Minas Gerais tornou-se a atividade de maior lucratividade da família e, portanto, seu declínio na segunda metade do século XIX conferiu ao grupo consideráveis perdas, minimizadas em parte pela diversificação das atividades empreendida pela família no início da centúria. Movimento semelhante foi observado por Afonso de Alencastro Graça Filho para várias famílias de comerciantes de São João del Rei⁷⁰.

Uma curta incursão nos processos de inventários da quarta geração do grupo⁷¹, que datam geralmente do último quarto do século XIX, possibilita inferir um empobrecimento considerável da família. É nesse instante que os índices de cognação natural do grupo dão um salto, permitindo concluir que a endogamia familiar se constituiu uma estratégia de minimização das perdas sofridas pelo grupo através do fortalecimento da unidade familiar.

Por sua vez, quando comparamos o índice de consanguinidade da família Rezende, descendente dos açorianos João de Rezende Costa e Helena Maria de Jesus, com os índices da mesma freguesia de Santo Antônio da Lagoa Dourada, onde estes também se estabeleceram na primeira metade do século XVIII, nota-se

⁷⁰ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Padrão de transmissão de fortunas nas famílias da elite mercantil da Comarca do Rio das Mortes, C.1750-C.1850. p.200.

⁷¹ Realizada na dissertação de mestrado deste autor. CHAGAS, Gabriel Afonso Vieira. **Estratégia de Família: casamentos endogâmicos no entorno da Serra do Camapuã**. p.91-6.

um interessante paralelo nos dados: a geração dos netos de João e Helena realiza 17,39% dos seus matrimônios de forma intrafamiliar, enquanto a freguesia possui um índice de 17,97%⁷² de casamentos consanguíneos; os bisnetos casam-se dentro da família em 39,7% dos matrimônios à época que o índice de casamentos endogâmicos de Lagoa Dourada era de 43,86% ; e, por fim, os trinotos do casal apresentam 47,41% de casamentos consanguíneos frente à 47,13 da dita freguesia. Aventa-se que o tamanho desse grupo familiar tenha influenciado os dados dessa freguesia como um todo⁷³.

O crescimento da consanguinidade neste grupo familiar é coetâneo ao crescimento dos títulos nobiliárquicos conquistados pelo grupo, dos quais destacam-se oito barões e uma baronesa, além de condes e condessas⁷⁴. A riqueza desse ramo da família se oriunda da terra, e, no século XIX, especificamente do café. A rede de sociabilidade empreendida pela família atinge os mais altos graus do Império brasileiro e estende a influência da família Rezende por quatro províncias, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. Destaca-se a quinta geração da família Rezende na qual o número de casamentos consanguíneos cresce, consideravelmente, ao mesmo tempo em que o número de membros da família praticamente quintuplica quando comparada com a geração anterior. São 658 tataranetos de João e Helena, sendo que, 312 casaram-se com familiares, 262 realizaram casamentos exogâmicos e 84 ficaram solteiros, sendo 1 casamento entre primos-irmãos e 9 entre tios-sobrinhas.

Entretanto, a análise das sucessões patrimoniais dessa geração aponta um enfraquecimento do poderio econômico do grupo que permanece na região da Serra do Camapuã; uma hipótese para isso seria o crescimento da região da Zona da Mata mineira. Aventa-se que a recorrência maior de consanguinidade nessa geração

⁷² RESENDE, Artur. Genealogia Mineira. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1937, vol.1.

Prados e Lagoa Dourada www.familysearch.org Livro de Registro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Prados, 1798-1817, 1817-1840; Livro de Registro de matrimônio da mesma freguesia, 1779-1822; Livro de Registro de Batismo da Freguesia de Santo Antônio da Lagoa Dourada, 1822-1849, 1854-1876; Livro de Registro de Matrimônio da mesma freguesia, 1828-1856, 1856-1880.

⁷³ Essa conclusão deriva da comparação da geração dos netos de João de Rezende Costa e Helena Mara de Jesus, que é coetânea temporalmente ao censo de 1831, quando Lagoa Dourada foi apontada com 2169 habitantes, dos quais, 1209 eram livres. Analisando os documentos do referido censo, é perceptível que 225 pessoas eram membros dessa família, totalizando 18,61% dos habitantes livres relacionados.

⁷⁴ Para os nomes desses personagens e mais detalhes, vide: CHAGAS, Gabriel Afonso Vieira. **Estratégia de Família: casamentos endogâmicos no entorno da Serra do Camapuã.** p.86.

(47,41%⁷⁵), pode ter relação com uma tentativa de minimizar esse declínio econômico do grupo, tal como fizeram os Rodrigues Chaves. Entretanto, para essa família, acredita-se que o pequeno mercado matrimonial é a justificativa mais plausível para o crescimento dos índices de endogamia familiar entre os membros, haja vista que o seu crescimento supera, consideravelmente, o crescimento da freguesia de Lagoa Dourada que se pode observar pela análise dos livros de registros paroquiais daquela freguesia.

De forma geral, ao se observar as três gerações da família Rezende que viveram no século XIX, nota-se um crescimento vertiginoso da endogamia, influenciando os resultados da própria freguesia, em que esses membros estudados se inseriam. O objetivo primeiro – a manutenção dos bens minimamente dispersos durante os sucessivos e inevitáveis inventários, garantindo aos jovens casais segurança patrimonial – obteve êxito, e ao final do referido século pode-se observar as propriedades da família com tamanho equivalente ao do início da centúria. Ao longo do século XIX, outras razões somaram-se à primeira, chegando a serem ainda mais influentes nessas escolhas matrimoniais; como o crescimento demográfico da família de forma superior ao da freguesia e a necessidade de contrair matrimônio entre iguais.

Em comparação aos dois grupos familiares abordados acima, a família Ferreira de Souza adotou dinâmicas matrimoniais e diversificação patrimonial bastante díspares, o que se pode creditar à origem menos abastada do grupo e à necessidade de empreender alianças com outras famílias visando à ascensão social. Apenas na quinta geração que os números se aproximam daqueles apresentados pela família Rodrigues Chaves, atingindo a marca de 68,25% de endogamia do total de membros nessa geração⁷⁶. Debruçando-se sobre os matrimônios empreendidos pela família, nota-se que o salto nos índices de endogamia entre a geração dos netos e bisnetos do primeiro casal desse grupo, Francisco José Ferreira de Souza e Antônia Rita de Jesus Xavier, é justificado pela prática de consanguinidade presente nas famílias que realizaram alianças com a segunda geração dos Ferreira de Souza. Em outras palavras, a estratégia de uniões endogâmicas arquitetada pelos membros da terceira geração, quando dos arranjos

⁷⁵ Quando se observa a percentualidade de casamentos consanguíneos encetados frente à totalidade de matrimônios.

⁷⁶ CHAGAS, Gabriel Afonso Vieira. **Estratégia de Família: casamentos endogâmicos no entorno da Serra do Camapuã**. p.120-123.

impetrados para sua prole, realizou-se com a parentela do seu consorte, cuja família valia-se dessa prática. Portanto, torna-se verossímil que os índices de casamentos consanguíneos de alguns grupos familiares elevavam-se quando realizavam alianças matrimoniais com famílias para as quais a prática dos casamentos consanguíneos era comum. Os descendentes dessa união de duas famílias, ao terem contato com a parentela que já se valia comumente da endogamia, adotavam essa prática.

Reitera-se que, depois de revisitar-se os grupos familiares acima elencados, a grande maioria das justificativas para as uniões consanguíneas se pautam na questão patrimonial. Entretanto, importa considerar que outras motivações de grande relevância também foram apontadas por diversos trabalhos que se debruçaram sobre esse tema. Estudando a ilha de São Miguel dos Açores, José Damião Rodrigues aponta que o recurso a casamentos consanguíneos “deve ser entendido como uma prática que, além de evitar a dispersão do património [sic] e reforçar a coesão do grupo familiar, permitia a celebração de matrimônios entre pessoas da mesma qualidade”⁷⁷. É a mesma constatação feita por Nuno Gonçalo Monteiro ao debruçar-se sobre a região do Minho⁷⁸. Para ambos os autores, os casamentos consanguíneos objetivavam reforçar a solidariedade da parentela e as alianças matrimoniais com outros grupos familiares de mesma posição social, contribuindo para que os governos das vilas locais estivessem nas mãos de um leque bem definido de famílias aparentadas entre si⁷⁹.

Entretanto, pode-se vislumbrar que, de todas as justificativas, a questão da preservação da terra é aquela que se tornou a imperiosa motivação para tais casamentos intrafamiliares⁸⁰, vindo ao encontro daquilo que Maria Luiza Andreazza aponta em seus trabalhos, ao afirmar que essa modalidade de matrimônio insere-se como uma estratégia de transição dos direitos sobre as propriedades ao longo das

⁷⁷ RODRIGUES, José Damião. Endogamia, consanguinidade e reprodução social: o mercado matrimonial das elites açorianas no Antigo Regime. p.206-9.

⁷⁸ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Casa, casamento e nome: fragmentos sobre relações familiares e indivíduos. História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna. MATTOSO, José. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. (orgs.) Lisboa: Circulo de Leitores, 2011, p. 136-37.

⁷⁹ RODRIGUES, José Damião. “Endogamia, consanguinidade e reprodução social: o mercado matrimonial das elites açorianas no Antigo Regime”. p.214

⁸⁰ Sobre a questão da terra e da repercussão patrimonial como elementos motivadores de casamentos consanguíneos, ver os trabalhos de: DURÃES, Margarida. Estratégias de sobrevivência econômica nas famílias camponesas minhotas: os padrões hereditários (sécs XVIII-XIX). Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais/ABEP. Caxambu-MG, 20 a 24 de setembro de 2004; e ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. Propriedade agrária e arranjos matrimoniais: uma análise comparada entre São Paulo do Muriaé e Minho, no século XIX. Juiz de Fora: UFJF, 2012.

gerações. A autora aponta que a interferência da família nas decisões matrimoniais de seus filhos está intimamente relacionada à repercussão patrimonial e à preservação da linhagem, haja vista que a herança e o casamento são questões indissociáveis⁸¹. Em outras palavras, trata-se daquilo que afirma Michel de Montaigne: “As pessoas não se casam para si mesmas, mesmo que o digam; casam-se, sobretudo, para sua posteridade, para sua família⁸².”

Nesse sentido, é o estudo das famílias Ferreira da Fonseca e Ferreira Armond que se propõe na sequência deste capítulo, que melhor elucida a utilização sistemática dessas uniões como forma de estratégia familiar de proteção do patrimônio durante as sucessões patrimoniais. O primeiro trata-se de um grupo coeso, que viu, entre outros fatores, na manutenção da fazenda dos Olhos D’água, uma necessidade para manter a estrutura que sustentava a família. Para conservá-la ao longo do tempo, esse grupo valeu-se de recorrentes matrimônios, de extrema proximidade consanguínea. O segundo, comerciantes que angariaram considerável ascensão social e nobiliárquica que intentaram preservar os títulos conquistados no seio da família. Por se tratar de grupos familiares no qual os casamentos consanguíneos eram a grande maioria das uniões impetradas desde o início do século XIX, estes tornam-se objetos privilegiados de análise para compreensão das motivações que levavam inúmeras famílias a adotarem esse tipo de união. Mais ainda, a ruptura desse modelo matrimonial pelas duas famílias coincide justamente com o advento do discurso médico científico que postulava os casamentos extrafamiliares como forma de se evitar prole herdeira de anomalias.

1.4A família Ferreira da Fonseca e a posse da Fazenda dos Olhos D’água ao longo de cinco gerações

Para a compreensão das estratégias de sucessão patrimonial empregadas pela família Ferreira da Fonseca, faz-se necessário fornecer, além da legislação canônica já vislumbrada, um panorama da legislação civil, então em vigor. Desde o século XV o império português cuidou de organizar e compilar suas leis em um corpo legislativo unificado. Desde então, três códigos se sucederam até que em

⁸¹ ANDREAZZA, M.L.; BOSCHILIA, R. (Org.) *Portuguesas na diáspora: histórias e sensibilidades*. 2.ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2013. p.149.

⁸² MONTAIGNE, Michel de. *Os ensaios. Uma seleção*. Tradução e notas: Rosa Freire d’Aguilar. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p.172.

1603, sob o reinado de Filipe III, de Espanha e I, de Portugal (1598-1621), foram publicadas as Ordenações Filipinas que serviu como base legal ao reino e às possessões portuguesas do ultramar⁸³. Esse corpo interessa sobremaneira a esta pesquisa uma vez que vigorou por 313 anos no Brasil, até sua substituição pelo Código de Direito Civil Brasileiro, em 1916, já no período republicano. Isso significa que, no período abordado por essa tese, suas normas estavam em vigor nas Minas Gerais, engendrando, do ponto de vista do Estado, os casamentos aí realizados.

Deste *corpus* documental, sobressai-se para esta pesquisa o Título XLVI, do Livro IV⁸⁴, que legisla sobre os direitos dos casais e sobre as modalidades de casamento, prevendo que no regime de bens padrão adotado pelos casais, cada cônjuge tinha direito à metade do patrimônio do casal e, em caso de morte, de mais a metade do bem do falecido, salvo quando entre as partes for feito um contrato prévio com outras disposições⁸⁵. Previa-se também igualdade de condições entre os herdeiros legítimos na sucessão de posses e a instalação de inventários *post-mortem* para a distribuição dos bens. Por essa legislação, os indivíduos só podiam dispor livremente sobre um terço do seu patrimônio, a Terça, que, muitas vezes, era determinada em testamento⁸⁶. Esse dispositivo legal determinava também, para parte dos filhos nascidos de uniões não sagradas pelo matrimônio religioso, aqueles denominados naturais, os mesmos direitos sucessórios dos filhos legítimos⁸⁷. Destaca-se ainda que esse caráter igualitário do processo sucessório era o principal responsável pela dissolução dos bens de um clã familiar. Para tanto, as famílias buscavam estratégias que reduzissem os danosos efeitos da sucessão geracional com o intuito de manter indissolúvel o patrimônio familiar⁸⁸.

⁸³ MATTOSO, Katia de Queirós. Família e Sociedade na Bahia do Século XIX. São Paulo: Corrupio, 1988, p.38-39.

⁸⁴ *Ordenações Filipinas*. Exemplar da Biblioteca do Senado Federal. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242733> acessado em 12/01/2017 às 08:36. Livro IV, título XLVI p.832-35.

⁸⁵ *Ordenações Filipinas*. Livro IV, título XLVI p.832.

⁸⁶ Sobre a legislação luso-brasileiro sobre testamento e inventário ver: FURTADO, Júnia F. A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi e DE LUCA, Tania R. (orgs.) O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009, p.93-118.

⁸⁷ Sobre os tipos de filhos ilegítimos e seus direitos sucessórios ver: PEREIRA, Ana Luiza de Castro. **O sangue, a palavra e a lei: faces da ilegitimidade em Sabará, 1712-1770**. 2004. Dissertação de Mestrado em História. UFMG, Belo Horizonte, 2004.

⁸⁸ Importa afirmar ainda que as Ordenações Filipinas conviveram com as disposições legisladoras do Concílio de Trento, sendo que essas últimas, na América portuguesa e, em Minas Gerais, normatizadas pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, editadas em 1707. A existência coetânea de dois dispositivos legais – um civil e outro religioso - pode ser explicada pela simbiose entre Estado e Igreja que marcou o período.

Portanto, quando se leva em conta que a legislação portuguesa sobre heranças levava à fragmentação progressiva do patrimônio familiar ao longo das gerações, e que era de interesse das famílias manter esses bens íntegros, compreende-se a relevância de realizar casamentos intrafamiliares para esses grupos. Esse é o caso da família Ferreira da Fonseca, que se estabeleceu no entorno da capela de Nossa Senhora da Lapa dos Olhos D'Água, filial da Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Prados⁸⁹, descendente do casal açoriano João Ferreira da Fonseca e Maria da Conceição⁹⁰. Tendo a localidade como seu epicentro, as gerações seguintes da família se espalharam pela região, mas, apesar dessa dispersão, carregaram, além do sobrenome, os ideais de aguda unidade familiar. Um dos destinos de migração para onde seus membros se dirigiram foi a região de Barbacena, onde realizaram a maioria dos poucos casamentos extrafamiliares que encetaram; com efeito, esses conúbios os uniram a importantes famílias da região, tais como os Ferreira Armond e os Paiva Coimbra. É importante ressaltar que ambas essas famílias eram também de origem açoriana.

A partir da vila de Barbacena, parte da família se dispersou, posteriormente, instalando-se na recém-formada comarca da Paraibuna. Ali, alguns constituíram considerável fortuna e influenciaram diretamente na criação de vilas e cidades na região de Mar de Espanha, superando a influência de seus membros que permaneceram no Camapuã. Sobre o ramo familiar que se deslocou para a comarca do Paraibuna, Antônio Henrique Duarte Lacerda estudou a trajetória daqueles que se uniram em matrimônio com os Ferreiras Armond⁹¹. Destaca-se que esse ramo da família é oriundo do casamento entre João Ferreira da Fonseca (homônimo do pai e do avô citado) e Josepha Maria da Assumpção – uma Ferreira Armond. Lacerda

⁸⁹ A capela de Nossa Senhora da Lapa dos Olhos D'Água pertenceu à Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Prados até 1832, quando foi erigida a freguesia de Nossa Senhora das Brotas do Brumado e a capela passou a integrar o território da nova freguesia. À guisa de curiosidade, a capela pertence à atual paróquia de Nossa Senhora das Brotas até os dias atuais. Entretanto, a localidade que se chamava Brumado do Suassuí hoje é sede do município denominado Entre Rios de Minas.

⁹⁰ Não se sabe ao certo qual a data de chegada às Minas de João Ferreira da Fonseca (1691-1759) e Maria da Conceição (1715-1802), contudo, data-se de 1732 a abertura do *Processo de Habilitação Matrimonial* do casal que residia em Santo Antônio da Itaverava (atual município de Itaverava, MG). João e Maria batizaram sete filhos nesta localidade, 6 mulheres e um homem, dos quais foi possível acompanhar a trajetória de quatro. Destes, João Ferreira da Fonseca (?-1790) e Ana Josepha do Sacramento (?-1766) passaram a residir no entorno da capela de Nossa Senhora da Lapa dos Olhos D'Água.

⁹¹ LACERDA, Antônio Henrique Duarte. **Negócios de Minas: família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas Minas Gerais – a família Ferreira Armonde (1751-1850)**. 2010. 504 p. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010. p. 53.

considera que a família em questão pertence a um grupo que é caracterizado por Júnia Ferreira Furtado como uma camada de homens, portugueses, brancos e livres que se esforçava por se identificar com a elite local e diversificava seu investimento em terras, escravos e lavras, procurando os símbolos de dignificação⁹².

Ainda que o acesso à terra diferisse entre as ilhas açorianas e a capitania de Minas Gerais, região de fronteira ainda aberta, mas que dependia em algum grau da concessão de sesmarias para tanto, parte desse esforço da família Ferreira da Fonseca concentrou-se na manutenção desses investimentos perante a inevitável sucessão patrimonial. Assim, ao longo de cinco gerações, especialmente após a terceira, os níveis de consanguinidade dos matrimônios da família Ferreira da Fonseca atingiram níveis muito altos. Na quinta geração, chegam ao ápice, aumentando à medida que se torna mais difícil o acesso a terras livres, sendo que 83,33% dos membros realizam matrimônios intrafamiliares. O dado mais interessante é que, mesmo com a *Bula Magnam Profecta Curam*, que facilitava certos arranjos matrimoniais entre parentes, mas com certa distância, a família Ferreira da Fonseca opta, em várias oportunidades, por casamentos não contemplados pela dita Bula, como é o caso de primo-irmão e tio-sobrinha.

A principal motivação para a realização de elevado índice de casamentos consanguíneos pela família Ferreira da Fonseca durante o século XIX residia na manutenção de investimentos em terras perante a inevitável sucessão patrimonial. Para tanto, lugar privilegiado de análise é a posse da fazenda dos Olhos D'Água pelas sucessivas gerações da família. O evento remonta pelo menos a década de 1760, quando a propriedade de João Ferreira da Fonseca (filho do casal português) da fazenda já era, nessa ocasião, produtiva⁹³. Com a morte do capitão João Ferreira da Fonseca (filho) em 1790, metade da fazenda deveria ser dividida igualmente entre seus herdeiros, os filhos, sendo a outra metade destinada à sua esposa, já que a legislação portuguesa não só tornava o casal meeiro de seus bens, como considerava os filhos legítimos em igualdade de condições na partilha⁹⁴. Para evitar a divisão das propriedades rurais, os agricultores utilizavam diversas estratégias, um deles era a compra, em dinheiro, da parte de alguns herdeiros, como o que

⁹² FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 332.

⁹³ Arquivo Público Mineiro - CC - Cx. 124 - 20938.

⁹⁴ FURTADO, Júnia F. A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi e DE LUCA, Tania R. (orgs.) *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p.93-118.

parece ter acontecido no inventário de João Ferreira da Fonseca em relação ao filho Damaso, conforme se observa em um recibo⁹⁵, que obteve cento e vinte e sete mil seiscentos e oitenta e dois réis pela sua parte na fazenda. Apesar de ter recebido sua parte em dinheiro, em algum momento de sua vida, Damaso comprou de alguns de seus irmãos e irmãs as suas respectivas partes e voltou a ser proprietário da parte principal da fazenda. Era ainda meeiro de seu irmão o padre Gonçalo Ferreira Fonseca, no sítio do Brumadinho, nas cercanias da fazenda original. Depois da morte de Damaso, Gonçalo tornou-se tutor dos filhos órfãos desse e foi, dessa forma, que uniu as terras da fazenda dos Olhos D'Água com as do sítio do Brumadinho.

A partir de um decreto datado de 1854, oriundo da Lei de Terras, de 1850⁹⁶, que determinou que cada proprietário deveria inscrever suas propriedades rurais em um livro de registro de terras paroquiais, o padre Gonçalo registrou a fazenda Olhos D'Água como pertencente a ele em comunhão com uma sobrinha, Josepha Joaquina da Conceição, filha de sua irmã, Felícia Jacinta da Conceição e viúva de seu irmão, Damaso Ferreira da Fonseca, por isso sua cunhada. Quando morreu, o padre deixou-a, em seu testamento, como sua herdeira, selando definitivamente a união dessas terras, sob a denominação de fazenda Olhos D'Água⁹⁷. Sobressai aos olhos do pesquisador o aumento da extensão da fazenda, uma vez que, em 1833, quando Damaso morrera, a propriedade possuía 499 alqueires⁹⁸, e em 1855, quando o padre Gonçalo fez um novo registro dessas terras, ela possuía cerca de mil alqueires de cultura e campos⁹⁹, dobrando de tamanho em vinte anos.

A figura 1 ilustra o processo de partilha da fazenda ao longo das quatro primeiras gerações.

⁹⁵ Trecho tirado do Inventário de Damaso Ferreira da Fonseca, onde o inventário do pai, o Capitão João Ferreira da Fonseca, se faz citar para determinar a parte da fazenda que pertencia a cada herdeiro. São João Del Rei. Arquivo do IPHAN. Inventários. Cx. 308, Damaso Ferreira da Fonseca. fls. 17 e 17v.

⁹⁶ Para o fundo do Arquivo Público Mineiro que propõe preservar essa documentação, encontra-se a seguinte descrição: Registros das terras da província de Minas Gerais efetuados pelos vigários das paróquias, descrevendo a localização, limites, data e os proprietários de terras.

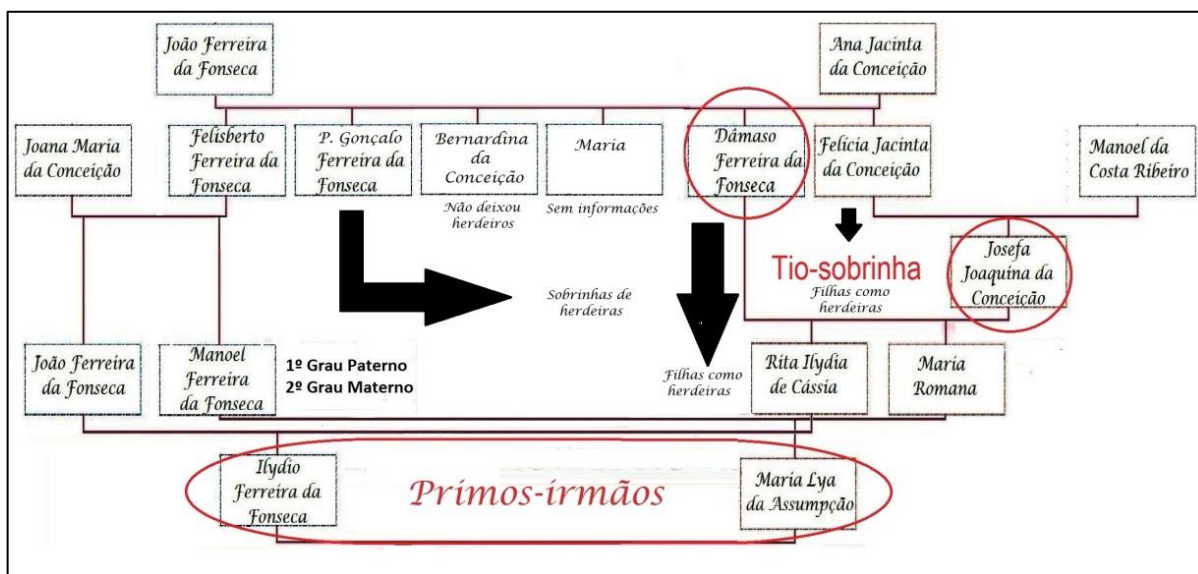
⁹⁷ *Mariana*. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Livro de Testamentos da Freguesia de Nossa Senhora das Brotas do Brumado, Armário 13, Folha 99-100.

Foram feitas duas transcrições desse testamento. A primeira por dom Oscar de Oliveira. A segunda transcrição se encontra em um Livro de Transcrições de Testamentos, datado de 1909, e que está em poder do Museu e Arquivo Antônio Perdigão, em Conselheiro Lafaiete. Esta transcrição se encontra na folha 159 e termina com uma nota do transcritor que afirma que “era uma das maiores fortunas desta região”.

⁹⁸ São João Del Rei. Arquivo do IPHAN. Inventários. Cx. 308, Damaso Ferreira da Fonseca.

⁹⁹ APM – Livro de Registro de Terras Paroquial. – Códice 028 – Registro 2446 – Brumado de Suassuhy (Nossa Senhora das Brotas do Queluz).

Figura 1 – Árvore genealógica da família Ferreira da Fonseca e a transmissão da posse da fazenda Olhos D'Água*



Fonte: CHAGAS, Gabriel Afonso Vieira. **Estratégia de Família: casamentos endogâmicos no entorno da Serra do Camapuã.** p.147.

* Os filhos do capitão João Ferreira da Fonseca (?-1790) que não residiram na região dos Olhos D'Água, durante o século XIX, não foram inseridos.

Dentre os cinco filhos de João Ferreira da Fonseca e Ana Jacinta da Conceição que permaneceram residindo na localidade Olhos D'Água, Maria e Bernardina não contraíram casamentos e, portanto, não deixaram descendentes herdeiros. Dessa forma, seus bens retornaram a ser repartidos entre seus irmãos e irmãs e os descendentes desses. Felícia realizou um casamento fora da parentela com Manoel da Costa Ribeiro. Damaso casou-se com a sobrinha Josepha, filha de Felícia. O padre Gonçalo Ferreira da Fonseca continuou residindo na fazenda, onde era capelão da igreja da Lapa, e tornou-se, posteriormente, tutor dos filhos de seu irmão Damaso, até sua morte em 10 de janeiro de 1857. Na ocasião, deixou por herdeiros sua sobrinha e cunhada Josefa, e seus descendentes¹⁰⁰.

Pelo registro de terras, de 1855, percebe-se, também, que vários outros netos de João Ferreira da Fonseca possuíam terras no entorno da fazenda dos Olhos D'Água, como o tenente Manoel Ferreira da Fonseca (o qual veio a se casar com Maria Romana, uma das filhas de Damaso e Josepha), que era proprietário da fazenda das Laranjeiras. Essas terras poderiam ser oriundas de partes da propriedade original que, depois da partilha, foram herdadas pelos

¹⁰⁰ CHAGAS, Gabriel Afonso Vieira. **Estratégia de Família: casamentos endogâmicos no entorno da Serra do Camapuã.** p.147.

descendentes dos demais filhos de João Ferreira da Fonseca. Elas podem ser, ainda, testemunhas do processo que levou a fazenda a se expandir, entre 1833 e 1855, pois as filhas e filhos de Damaso e Josepha também eram neto(a)s de Felícia, irmã do primeiro, e quando da morte desta e de suas tias solteiras, estes devem ter reavido partes da fazenda que haviam sido destinadas a elas, ou que haviam comprado, no entorno, com o dinheiro que receberam como herança após a morte de João Ferreira da Fonseca¹⁰¹.

A família Ferreira da Fonseca é claro indicativo de que os casamentos consanguíneos eram instrumentos de reversão das divisões patrimoniais realizadas em gerações pretéritas. Foi dessa forma que os filhos de Damaso Ferreira da Fonseca herdaram partes da fazenda que pertenciam a outros filhos do capitão João Ferreira da Fonseca que não o seu pai: a da sua avó materna Felícia, do tio padre Gonçalo, das tias Bernardina e Maria¹⁰².

Três¹⁰³ dos quatro filhos de Damaso reproduziram esse mesmo modelo de casamentos consanguíneos, garantindo a posse integral da fazenda a seus netos, preservando seu tamanho de outrora. Maria Romana da Conceição e Rita Ilydia de Cássia uniram-se a dois de seus primos-irmãos, Manoel e João Ferreira da Fonseca, filhos de Felisberto Ferreira da Fonseca. Por sua vez, o caçula, que era homônimo do pai, casou-se com a sobrinha, Joana, filha de sua irmã, Maria Romana e de Manoel Ferreira da Fonseca, proprietário da fazenda vizinha, das Laranjeiras. Trata-se de um processo bastante ilustrativo da preocupação das famílias com os processos de sucessão patrimoniais que, com efeito, levou a família Ferreira da Fonseca a transformar seus casamentos consanguíneos em estratégias de manutenção de bens no próprio clã familiar, particularmente, no que tange à fazenda Olhos D'Água.

Torna-se curioso notar que o desincentivo ao casamento entre parentes, oriundo, dentre outros fatores, dos avanços das pesquisas sobre transmissão hereditária de patologias no século XIX, pode ser apontado como o um dos maiores responsáveis pelo fim desses acordos e pela divisão constante das extensas propriedades oitocentistas. Ao longo do século XX as terras dispersaram-se a cada novo inventário que se abria. É no abandono da estratégia que protegeu o

¹⁰¹ Idem.

¹⁰² Idem.

¹⁰³ O mais velho, Francisco Ferreira da Fonseca (1824-1897), seguiu os passos do tio padre Gonçalo Ferreira da Fonseca e tornou-se padre e capelão da igreja de Nossa Senhora da Lapa dos Olhos d'Água.

patrimônio dessa família e da família Ferreira Armond que se encontra a questão que move o presente trabalho a se debruçar sobre a construção do discurso anticonsanguinista.

1.50 Conde de Prados e a família Ferreira Armond

A família Ferreira Armond descende de dois irmãos açorianos, Francisco Ferreira Armond (1691-1751) e Antônio Ferreira Armond (?-?), que fixaram residência no arraial da Igreja Nova de Campolide¹⁰⁴ em algum momento entre 1724 e 1735¹⁰⁵. Ambos os irmãos, segundo Antônio Henrique Duarte Lacerda, chegaram às Minas com suas esposas¹⁰⁶, respectivamente, Ângela Maria da Conceição Camelo (1700-1746) e Maria dos Remédios (?-?). Contudo, a trajetória de Antônio e Maria não foi investigada¹⁰⁷, uma vez que é justamente a partir da quarta geração do ramo da família de Francisco e Ângela que são realizadas as alianças matrimoniais com a família Ferreira da Fonseca.

Francisco e Ângela desembarcaram no Brasil com dois filhos, Maria Vicência de Jesus (1722-?) e Manoel Ferreira Armond (1724-1777) e, já em Campolide, batizaram mais quatro: Vicente Ferreira Armond (1735-1757), Francisco Ferreira Armond (1737-1814), Ana Maria de Jesus (1739-1813) e José Ferreira Armond (1742-?). Apenas Vicente, falecido aos 22 anos, não se casou, enquanto os demais se casaram fora da parentela.

Debruçando-se sobre o inventário de Francisco Ferreira Armond, aberto em 1751, ano de seu falecimento, cinco anos após Ângela Maria da Conceição Camelo, Lacerda aponta que a família Armond, não obstante ter chegado às Minas sem aparentes relações familiares ou rede de sociabilidades que lhe permitissem

¹⁰⁴ Atual município de Barbacena, Minas Gerais.

¹⁰⁵ Chega-se a esse recorte temporal a partir dos dados extraídos do testamento de Francisco Ferreira Armond, aberto em 1751, que apontava o filho Manoel Ferreira Armond, então com 27 anos, como nascido em Açores e o filho Vicente Ferreira Armond com 16 anos e já nascido em Campolide (Barbacena). Cf. Barbacena. www.familysearch.org. Livro de Registro de Óbitos da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Barbacena, 1747 a 1752, f.133.

¹⁰⁶ LACERDA, Antônio Henrique Duarte. **Negócios de Minas: família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas Minas Gerais – a família Ferreira Armonde (1751-1850)**. p.56.

¹⁰⁷ Segundo Antônio Henrique Duarte Lacerda, Antônio Ferreira Armond e Maria dos Remédios transferiram-se para a localidade de em Nossa Senhora da Glória dos Matos Gerais, atual município de Caranaíba em Minas Gerais. Lá, Antônio, uma vez viúvo, contraiu segundas núpcias com Joana Ignácia e seus descendentes permaneceram na região sem que se pudesse constatar contatos com o ramo de Francisco e Ângela. Cf. LACERDA, Antônio Henrique Duarte. **Negócios de Minas: família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas Minas Gerais – a família Ferreira Armonde (1751-1850)**. p.58-9.

sustentação na sua escalada econômica, logo encontraram no comércio a oportunidade de ascensão social. Os membros dessa família atuaram em toda a província e estenderam suas atividades à província do Rio de Janeiro¹⁰⁸. Quando do falecimento de Francisco Ferreira Armond, Manoel Ferreira Armond sucedeu o pai na administração da Fazenda dos Moinhos, localidade edificada por Francisco na década de 1730, e no comando das tropas comerciais que foram a principal atividade econômica empreendida por seu progenitor, através da qual ele havia logrado considerável ascensão social que pode ser inferida pelos bens arrolados no inventário. Manoel casou-se com a também açoriana Catarina Maria de Jesus e faleceu sem deixar descendência.

Apenas Maria Vicência de Jesus, Francisco Ferreira Armond, Ana Maria de Jesus e José Ferreira Armond realizaram casamentos que deixaram descendentes, totalizando 30 netos que constituem a terceira geração da família, a primeira nascida inteiramente nas Minas. Investigando as escolhas matrimoniais dessa geração, identificou-se apenas um casamento consanguíneo, realizado entre Ritta Maria de Jesus, filha de Ana Maria de Jesus e Francisco Pereira da Cunha, e Manoel José Pereira, que era primo em segundo grau pelo lado paterno de Ritta. Outros 14 membros se casaram fora da parentela e 15 permaneceram solteiros, dentre os quais 4 ordenaram-se sacerdotes¹⁰⁹.

A quarta geração da família Ferreira Armond assiste ao crescimento vertiginoso das escolhas intrafamiliares para a realização dos consórcios matrimoniais. Nesta geração, contabilizaram-se 82 bisnetos de Francisco e Ângela, dos quais não foi possível obter informações nos Livros de Registros Paroquiais sobre a trajetória de 30. Dentre os 52 restantes, 32 uniram-se em matrimônio a primos¹¹⁰, resultando em 61% de consanguinidade, frente a 20 que realizaram

¹⁰⁸ LACERDA, Antônio Henrique Duarte. **Negócios de Minas: família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas Minas Gerais – a família Ferreira Armonde (1751-1850)**. p. 53.

¹⁰⁹ Barbacena. www.familysearch.org Livro de Registro de Batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Barbacena, 1737 à 1747, 1740 à 1816, 1748 à 1798, 1748 à 1798, 1763 à 1771, 1771, 1771 à 1776, 1776 à 1780, 1777 à 1782, 1782 à 1788, 1788 à 1798, 1788 à 1790, 1798 à 1809, 1803 à 1811, 1810 à 1816, 1811 à 1830 e 1819 à 1824; Livro de Registro de Matrimônio da mesma freguesia de 1739 à 1781, 1752 à 1781, 1781 à 1795, 1795 à 1812, 1808 à 1826 e 1826 à 1887.

¹¹⁰ Consideram-se casamentos consanguíneos aqueles nos quais constam nos assentos de matrimônio do Livro de Registros Paroquiais a dispensa por consanguinidade. Realizando um trabalho minucioso de organização desses matrimônios em uma árvore genealógica, constatou-se que não houve casamentos entre tios e sobrinhas ou entre primos-irmãos nessa geração, apenas entre primos em primeiro, segundo e terceiro graus. Cf. Barbacena. www.familysearch.org Livro de Registro de Batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Barbacena, 1740 à 1816, 1748 à 1798, 1748 à 1798, 1763 à 1771, 1771, 1771 à 1776, 1776 à 1780, 1777 à 1782, 1782 à 1788, 1788

escolhas extrafamiliares. Importa considerar que esses matrimônios abrangem um marco temporal amplo que se inicia em 8 junho de 1797, com o casamento de Feliciano Maria de Jesus (filha de Maria Vicência dos Santos, neta de Maria Vicência de Jesus, por sua vez, primogênita de Francisco e Ângela) e José dos Reis Esgueira, realizado na localidade de Lavrinha, filial da Matriz de Nossa Senhora da Piedade de Barbacena, e encerra-se em 12 de maio de 1868 com o consórcio de Antônio Pereira da Cunha (filho de Marianna Antônia de Jesus, neto de Anna Maria de Jesus, bisneto de Francisco e Ângela) e Camila Augusta Pereira realizado na capela do Curra Novo, também filial da Matriz de Nossa Senhora da Piedade de Barbacena.

Também coube à quarta geração da família Ferreira Armond o início da aliança com a família Ferreira da Fonseca¹¹¹, com a qual compartilhava a origem açoriana¹¹², selando-a em 12 de junho de 1804 através dos casamentos dos irmãos João Ferreira da Fonseca e Felisberto Ferreira da Fonseca com as irmãs Josepha Maria da Assunção e Joana Maria da Conceição. A celebração desse duplo matrimônio teve lugar na capela de Nossa Senhora do Rosário do Curral Novo¹¹³, sufragaria da matriz de Barbacena. Os noivos eram irmãos do padre Gonçalo Ferreira da Fonseca e as nubentes eram primas de Camillo Maria Ferreira Armond, personagens de grande relevância para este estudo. Interessa apontar que o Conde de Prados só nasceria onze anos após a realização deste enlace matrimonial, permitindo inferir que este nascera em um período no qual sua família já se relacionava intimamente com a família Ferreira da Fonseca.

Protagonista dos arranjos matrimoniais de seu clã, o Conde de Prados, em um primeiro momento, foi grande incentivador da realização de casamentos consanguíneos no interior de sua parentela objetivando estender a influência de seu

à 1798, 1788 à 1790, 1798 à 1809, 1803 à 1811, 1810 à 1816, 1811 à 1830 e 1819 à 1824; Livro de Registro de Matrimônio da mesma freguesia de 1795 à 1812, 1808 à 1826 e 1826 à 1887.

¹¹¹ A consanguinidade entre essas duas famílias eram tidas em enorme consideração por seus membros, como pode-se aventar pelos cinco casamentos levantados entre os dois ramos na geração analisada. Tais relações foram utilizadas para proteção mútua e redes de influência, especialmente no que toca aos negócios envolvendo a corte do Rio de Janeiro e a política local, como durante a Revolução Liberal de 1842. Crê-se que a afinidade entre o médico Camilo Maria Ferreira Armond e o padre Gonçalo Ferreira da Fonseca em 1842, resultante da união das duas famílias, (afinal, dos 55 sobrinhos de Gonçalo, 22 eram primos de Camilo) foi decisiva na posição tomada pelas Câmeras de Barbacena e Queluz na revolução Liberal. Cf. CHAGAS, Gabriel Afonso Vieira. **Estratégia de Família: casamentos endogâmicos no entorno da Serra do Camapuã**. p.151.

¹¹² Seria necessário aventurarem-se em outras fontes para averiguar se ambas as famílias açorianas guardavam entre si laços de parentesco, o que o sobrenome em comum poderia sugerir. Entretanto, carecendo dessas fontes, resta considerar os laços constituídos em território mineiro.

¹¹³ Atual município de Antônio Carlos, Minas Gerais.

grupo familiar em diversos setores, desde os comerciais aos políticos. Dessa forma, a quinta geração do casal Francisco Ferreira Armond e Ângela Maria da Conceição Camelo, na qual inserem-se os filhos do Conde, é marcada por um índice de 46,15% de consanguinidade dentre as uniões matrimoniais¹¹⁴. Esse valor, embora inferior ao constatado no mesmo íterim, 1840-1870, para as famílias Ferreira da Fonseca (83,33)¹¹⁵ e Rodrigues Chaves (80%)¹¹⁶, é claro indicativo da recorrência da prática como estratégia familiar pelos Ferreira Armond.

O Conde de Prados, além do esforço para preservar o patrimônio familiar através do encetamento de casamentos consanguíneos, semelhantemente ao observado em relação à família Ferreira da Fonseca, tentou ainda proteger a nobreza conquistada através dos títulos imperiais. Seu pai, Marcelino José Ferreira Armond e, seu irmão Honório Augusto José Ferreira Armond, foram, respectivamente, o primeiro e segundo Barões de Pitangui. Por conseguinte, é crível que, na ausência dos dois, o Conde de Prados seja o responsável pelo arranjo político que levou sua irmã, Camilla Maria Ferreira de Assis, a contrair matrimônio com o Tenente-Coronel José Ribeiro de Rezende, o Barão de Juiz de Fora. Camilla era viúva de primeiras núpcias do primo Cândido Ferreira da Fonseca, filho de João Ferreira da Fonseca (irmão do padre Gonçalo) e Josepha Joaquina da Assunção.

Ainda, inúmeros membros da família Ferreira Armond conquistaram cargos relevantes na administração das vilas e, posteriormente, do império. Esse é o caso de Mariano José Ferreira Armond, tio paterno de Camilo, que fora vereador da Câmara Municipal de Barbacena e, posteriormente, deputado na Assembleia de Minas Gerais, de 1835 a 1839. Creditam-se a ele os primeiros riscos do projeto de uma estrada de rodagem que ligaria a Corte à sede da Província de Minas, executado anos depois pelo seu filho Mariano Procópio Ferreira Lage¹¹⁷. Desta forma, é possível constatar que a importância política da família Ferreira Armond no século XIX, teve princípio ainda com as trajetórias pessoais da geração do pai do Conde de Prados.

¹¹⁴ CHAGAS, Gabriel Afonso Vieira. **Estratégia de Família: casamentos endogâmicos no entorno da Serra do Camapuã**. p.155.

¹¹⁵ CHAGAS, Gabriel Afonso Vieira. **Estratégia de Família: casamentos endogâmicos no entorno da Serra do Camapuã**. p.131.

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ CHAGAS, Gabriel Afonso Vieira. **Estratégia de Família: casamentos endogâmicos no entorno da Serra do Camapuã**. p.154.

A Revolução Liberal de 1842 é espaço privilegiado de observação da importância política desse grupo e da íntima relação dele com a família Ferreira da Fonseca. As redes de sociabilidade estabelecidas por essas duas famílias foram importantes na definição da participação das vilas de Barbacena e Queluz¹¹⁸ nessa revolta, uma vez que o Conde de Prados presidia a câmara de Barbacena, enquanto o Padre Gonçalo Ferreira da Fonseca era vereador na Câmara de Queluz e, pelo que consta dos autos da Revolução Liberal¹¹⁹, o sacerdote foi um dos principais difusores da revolta entre os vereadores da vila que levou a decisão de declarar apoio aos revoltosos¹²⁰. A troca de correspondências arquivadas no Arquivo Particular da Fazenda de Santa Sophia, de propriedade do Conde de Prados, totalizando 8 cartas trocadas entre membros dos dois grupos que não tinham parentesco entre si, demonstra que a ligação entre os dois grupos envolveu inclusive aqueles membros que não guardavam parentesco entre si.

Sempre alistados ao Partido Liberal, inúmeros membros desses grupos desenvolveram papéis políticos relevantes na Província de Minas Gerais: o padre Gonçalo Ferreira da Fonseca, após um breve afastamento do cargo de vereador devido à Revolução Liberal, retomou sua cadeira na câmara de Queluz e lá ficou até 1857, ano de sua morte; o padre Francisco Ferreira da Fonseca, sobrinho e afilhado de Gonçalo herdou do tio o prestígio político e a vaga na câmara, permanecendo nela por quatro décadas; Camilo Maria Ferreira Armond, o Conde de Prados, assumiu uma extensa gama de cargos públicos, dentre os quais destaca-se a presidência da Câmara dos Deputados em duas ocasiões, de 1864 a 1866 e de 1879 a 1882, e da província do Rio de Janeiro, entre 1878 e 1879; Simplício José Ferreira da Fonseca e Cândido Ferreira da Fonseca (membros das duas famílias)

¹¹⁸ Queluz (atual Conselheiro Lafaiete), nos meados da década de 40 do século XIX, era uma das principais vilas da Província das Minas Gerais. Localizada no caminho novo a 50 Km da capital Ouro Preto, foi palco da principal batalha vencida pelos insurgentes (Partido Liberal) sobre os legalistas (Partido Conservador) no movimento político armado de 1842. O conflito entre os liberais e conservadores durou 73 dias na província de Minas e, das 42 vilas existentes na época, 15 declararam apoio ao movimento revolucionário que acabou sendo vencido pelos legalistas na batalha mais sangrenta ocorrida na vila de Santa Luzia (hoje cidade de Santa Luzia) no dia 20 de agosto de 1842. A revolução em Minas eclodiu em 10 de junho na vila de Barbacena que passou a ser capital dos revoltosos. Queluz foi a segunda vila a aderir ao movimento em 14 de junho de 1842. Cf. CHAGAS, Gabriel Afonso Vieira. **Estratégia de Família: casamentos endogâmicos no entorno da Serra do Camapuã**. p.150.

¹¹⁹ Arquivados no Museu e Arquivo Antônio Perdigão, em Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais. Sem caixa e número.

¹²⁰ Não por acaso, o Cônego Marinho, uma das principais figuras da revolta, esteve na fazenda dos Olhos D'Água entre 1842 e 1844 refugiado da perseguição do Império. Cf. CHAGAS, Gabriel Afonso Vieira. **Estratégia de Família: casamentos endogâmicos no entorno da Serra do Camapuã**. p.151.

assumiram cadeiras na câmara de Barbacena e, juntamente com o Conde de Prados, são responsáveis pelos acordos políticos que possibilitaram a criação das vilas de Além Paraíba, Mar de Espanha e Santana do Deserto, respectivamente¹²¹.

A forte influência angariada pela família Ferreira Armond no cenário político da Província de Minas Gerais e da corte do Rio de Janeiro favoreceu consideravelmente os negócios empreendidos pela família Ferreira da Fonseca, de forma que incontáveis membros desta família se valeram do parentesco com os Armonds e fixaram residência na Comarca do Paraibuna na segunda metade do século XIX, muitas vezes, através do encetamento de uniões matrimoniais¹²². Contudo, o crepúsculo do século XIX é marcado pela diversificação das escolhas matrimoniais desses grupos, por diversas razões, dentre as quais, como se verá no capítulo 5, o emergente discurso médico-científico que postulava contra a prática da endogamia matrimonial. Nesse momento, as famílias Ferreira Armond e Ferreira da Fonseca serão obrigadas a reinventar suas estratégias, entretanto, a análise da dispersão dos bens ao longo do século XX apontam que estas novas estratégias não foram bem-sucedidas.

1.6 Uma mudança radical: o abandono dos casamentos consanguíneos

A comparação dos índices de casamentos consanguíneos da geração dos netos do médico Camilo Maria Ferreira Armond, o Conde de Prados, com aqueles auferidos nos tópicos acima, referentes às gerações precedentes dessa família, apontam para uma vertiginosa queda. Em grande parte, esse decréscimo pode ser, em parte, explicado pela difusão dos postulados médico-científicos que se prestavam a interditar as uniões consanguíneas em defesa da geração de prole que não herdasse doenças hereditariamente transmissíveis.

Nos capítulos seguintes, essa tese irá se debruçar sobre o avanço das pesquisas médico-científicas e sua difusão no Brasil do século XIX, de forma a

¹²¹ CHAGAS, Gabriel Afonso Vieira. **Estratégia de Família: casamentos endogâmicos no entorno da Serra do Camapuã**. p.152.

¹²² Esse é o caso de José Ferreira da Fonseca que passou a residir em Além Paraíba, nas proximidades do primo Simplício José Ferreira da Fonseca, e uniu seu filho primogênito Antônio Ferreira Martins com Joana Ferreira da Fonseca em 1863, quando essa contava com apenas nove anos de idade. Joana era filha de Manoel Ferreira da Fonseca e Maria Romana da Conceição que haviam herdado a Fazenda dos Olhos D'Água com o falecimento do Padre Gonçalo Ferreira da Fonseca. Cf. CHAGAS, Gabriel Afonso Vieira. **Estratégia de Família: casamentos endogâmicos no entorno da Serra do Camapuã**. p.155.

defender a mudança do comportamento matrimonial desses grupos familiares. Contudo, neste tópico, torna-se necessário enveredar-se pelas gerações que abrem o século XX para observar em números a discrepância entre os índices menores de casamentos intrafamiliares realizados nas primeiras décadas do século XX quando comparados aos altos índices da segunda metade do século XIX.

Assim sendo, recortaram-se para a análise os matrimônios realizados pelos membros da Família Ferreira Armond correspondentes à geração dos filhos e netos de Camillo Maria Ferreira Armond¹²³, abrangendo os anos de 1851 a 1893 e 1873 a 1913, respectivamente¹²⁴. Camillo e sua esposa Josephina Cândida Gomes de Souza geraram cinco filhas¹²⁵ e todas atingiram a idade reprodutiva e encetaram matrimônios que juntos geraram 25 netos ao casal. A primogênita Camilla Maria Ferreira Armond (1841-1932) e Júlia Maria Ferreira Armond (1848-?) uniram-se maritalmente, em 1874, aos irmãos Antônio Ferreira de Assis (1835-1920) e Camillo Maria Ferreira da Fonseca¹²⁶ (1849-1910), filhos de Cândido Ferreira da Fonseca e Camilla Francisca Ferreira de Assis. Os nubentes guardavam entre si parentesco duplo sendo exigida dispensa de consanguinidade em 1º grau e 3º grau para a realização dos consórcios, visto que Camilla Francisca Ferreira de Assis era irmã de Camillo Maria Ferreira Armond e ambos primos em segundo grau de Cândido Ferreira da Fonseca. Por sua vez, as outras três filhas de Camillo e Josephina casaram-se com personagens de fora do grupo familiar, embora de famílias igualmente abastadas: Sophia Maria Ferreira Armond (1843-?) com Joaquim Bandeira de Mello Franco (?-?), Cecília Maria Ferreira Armond (1844-1926) com

¹²³ Como forma de viabilizar a pesquisa, tendo em vista a extensão deste grupo familiar, optou-se por recortar os descendentes dos pais de Camillo Maria Ferreira Armond, Marcelino José Ferreira Armond e Possidônia Eliodora da Silva.

¹²⁴ Os casamentos dessas duas gerações estão dispersos em extensa gama de cidades, de forma que se optou por seguir as árvores genealógicas construídas pelos descendentes da família Ferreira Armond no site *Family Search*. Essas árvores apresentam uma série de documentos pessoais que são postados pelos editores para cada personagem e apresentam confiabilidade para embasarem os números que a partir deles são levantados.

¹²⁵ O casal Camillo e Josephina residiam em Barbacena quando do nascimento de suas cinco filhas e os assentos de batismo delas foram conferidos encontrando-se no livro de registro paroquial de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Barbacena referente aos anos de 1839 à 1872. Barbacena. www.familysearch.org. Livro de Registro de Batismo de Nossa Senhora da Piedade de Barbacena, 1839-1872.

¹²⁶ Camillo Maria Ferreira da Fonseca, genro do Conde de Prados, Camillo Maria Ferreira Armond, seguiu os passos do sogro e formou-se em medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro apresentando sua tese em 18 de setembro de 1874. Camillo abordou em 136 páginas o tema da nutrição e enveredou-se pela embriologia em partes do texto. Disponível em: www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/teses/TM-0083.pdf. Acesso em 13/06/2023 às 12h36.

Hipólito Dornelles de Albuquerque Mello (1825-1894) e Josephina Maria Ferreira Armond (1851-1894) com Martinho Joaquim da Silva Campos (1841-1901).

Ao expandir a análise a fim de incluir os sobrinhos de Camillo Maria Ferreira Armond, observa-se que esta geração da família Ferreira Armond foi composta de 29 indivíduos, dos quais 7 uniram-se em matrimônio dentro do próprio grupo familiar, 14 casaram-se fora da parentela, 3 permaneceram solteiros e 6 faleceram enquanto criança. Desta forma, chega-se a um índice de 33,33% de indivíduos que se uniram a membros da própria família dentre aqueles que encetaram uniões maritais. Importa considerar que o primeiro casamento dessa geração foi o de Antônio Ferreira de Assis com Camilla Maria Ferreira de Assis em 1856 e o último em 1892, de Leopoldo Rodrigues Costa com Alice Ferreira Armond¹²⁷.

A geração seguinte, que compreende os 25 netos e 55 sobrinhos-netos de Camillo Maria Ferreira Armond, é marcada pela ascensão do discurso de desincentivo às uniões consanguíneas pautado nos postulados médico-científicos que começavam a reverberar no grupo familiar em questão, conforme se verá no capítulo 5. Dentre os 80 membros do clã investigados, foi possível obter informações acerca de 56, dos quais 6 casaram-se dentro da família, 41 encetaram uniões exogâmicas e 9 permaneceram solteiros, resultando em 12,76% de casamentos consanguíneos dentre aqueles que realizaram uniões maritais.

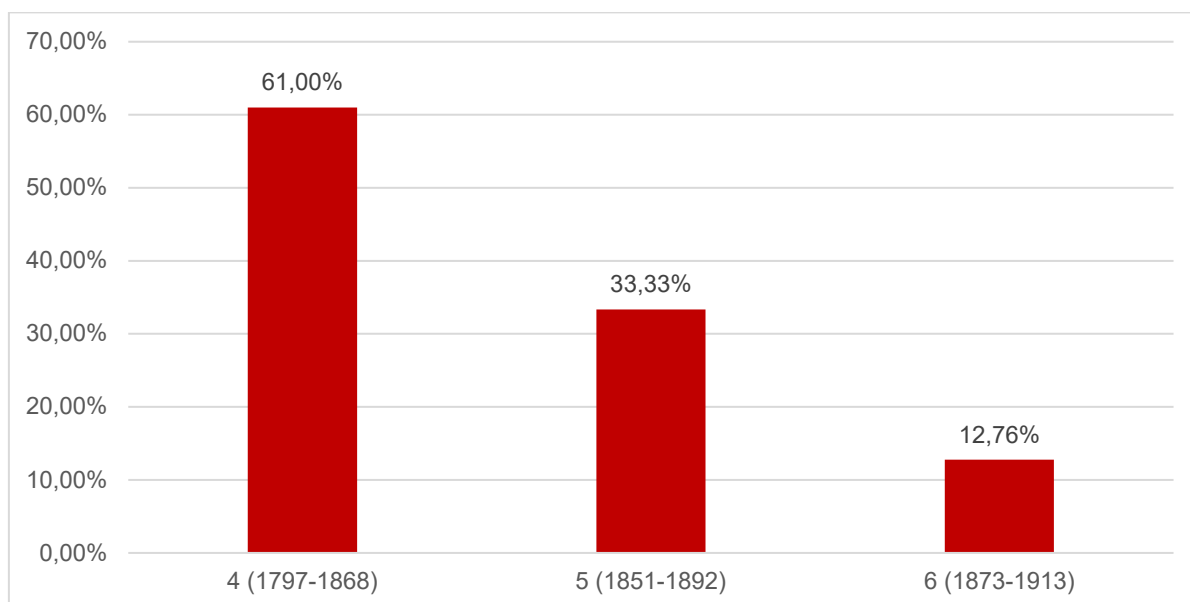
Recortando-se apenas os netos do Conde de Prados, Camillo Maria Ferreira Armond, foi possível mapear a trajetória de 17 indivíduos, dos quais apenas 2 realizaram uma única união intrafamiliar ao unirem-se em matrimônio entre si, neste caso Balthazar de Sá e Albuquerque (1861-?), filho de Hipólito Dornelles de Albuquerque Mello e Cecília Maria Ferreira Armond, e Stella Armond de Sá e Albuquerque (1859-?), filha de Antônio Ferreira de Assis e Camilla Maria Ferreira de Assis. Outros 13 netos de Camillo e Josephina encetaram matrimônio fora da parentela e 2 permaneceram solteiros. Desta forma, constata-se que, neste recorte, 13,33% dos netos do Conde de Prados realizaram casamentos consanguíneos frente à 86,67% que se casaram com pessoas estranhas ao grupo familiar.

O Gráfico 2 foi construído comparando os índices de casamentos consanguíneos de três gerações da família Ferreira Armond como forma de elucidar imagetivamente a variação dessa modalidade de matrimônio ao longo do século XIX

¹²⁷ Árvore Genealógica de Francisco Ferreira Armond. <https://www.familysearch.org/tree/pedigree/portrait/G9T7-3KS>. Acesso em 15/06/2023 às 14h01.

e início do século XX. Para tanto, incluiu-se a geração do Conde de Prados, Camillo Maria Ferreira Armond, na qual foi possível mapear 52 indivíduos.

Gráfico 2 – Variação percentual dos matrimônios consanguíneos na família Ferreira Armond¹²⁸



Fonte: Barbacena. www.familysearch.org. Livros de Registros de Matrimônios de Nossa Senhora da Piedade de Barbacena, Matrimônios 1795-1812, 1808-1826, 1826-1887, 1840-1856, 1863-1892, 1890-1897, 1897-1901, 1908-1915¹²⁹.

Árvore Genealógica de Francisco Ferreira Armond. <https://www.familysearch.org/tree/pedigree/portrait/G9T7-3KS>. Acesso em 15/06/2023 às 14h31.

Movimento semelhante pode ser observado na família Ferreira da Fonseca na qual o decréscimo dos casamentos intrafamiliares se deu na geração dos sobrinhos-bisnetos do padre Gonçalo Ferreira da Fonseca, que encetou suas uniões matrimoniais contemporaneamente aos netos do Conde de Prados. O primeiro

¹²⁸ Os 21 casamentos referentes à 5ª geração da família Ferreira Armond utilizados como base para a composição deste gráfico recortam apenas os filhos e sobrinhos do Conde de Prados, Camillo Maria Ferreira Armond. Na dissertação de mestrado deste autor, quando se analisou essa geração da família, utilizaram-se 40 matrimônios, dos quais 19 estão em ramificações que não descendem de Camillo e seus irmãos. Naquela ocasião, valendo-se desse recorte, chegou-se a um índice de 46,15%. Nessa tese, optou-se por recortar apenas o clã diretamente relacionado a Camillo como forma de possibilitar a comparação com a geração seguinte, dos netos e sobrinhos netos deste, composta por 80 indivíduos, uma vez que a abrangência dos descendentes dos 40 casais levantados para a dissertação de mestrado deste autor seria deveras trabalhosa e não adequada ao tempo de exequibilidade deste trabalho. Cf. CHAGAS, Gabriel Afonso Vieira. **Estratégia de Família: casamentos endogâmicos no entorno da Serra do Camapuã**. p.151.

¹²⁹ Os matrimônios não registrados na Matriz de Nossa Senhora da Piedade de Barbacena foram catalogados a partir da árvore genealógica de Francisco Ferreira Armond, disponível no site *FamilySearch*. As árvores postadas nesse site são referenciadas com os Livros de Registros Paroquiais disponibilizados pela mesma plataforma. Desta forma, os dados disponíveis são confiáveis e foram conferidos nas fontes indicadas antes de serem utilizados nesta tese.

casamento dessa geração, a sexta após o casal de portugueses João Ferreira da Fonseca (1691-1759) e Maria da Conceição (1715-1802), pioneiros a se estabelecerem no Brasil, foi realizado na Matriz de Nossa Senhora das Mercês em Mar de Espanha, Minas Gerais, em 1872, entre Domiciano José de Souza (1820-1890) e Virgílica Maria da Conceição (1858-?). Ele era filho de Domiciano José de Souza (?-?) e Maria Luiza da Conceição (?-?), enquanto ela era filha de Antônio Ferreira Martins (1832-1921) e Luíza Maria da Conceição (1846-1909)¹³⁰. Por sua vez, o último casamento dessa geração foi encetado em 1921 na Capela de Nossa Senhora da Lapa dos Olhos d'Água, filial da Matriz de Nossa Senhora das Brotas do Brumado do Suassuí, unindo João Ferreira da Fonseca (1870-), filho de Ilydio Ferreira da Fonseca (1847-?) e Maria Lya da Assumpção (1851-1890), com Sebastiana Pires de Mendonça (1900-), filha de Antônio Pires de Mendonça (1880-?) e Sophia Pires de Mendonça (?-?).

Dessa geração foi possível levantar as escolhas matrimoniais de 71 indivíduos ao recortar-se apenas os membros residentes na Comarca do Paraibuna e no entorno da Serra do Camapuã na Comarca do Rio das Mortes. Destes, 27 optaram por encetar uniões dentro do próprio grupo familiar, enquanto 36 uniram-se em matrimônio a pessoas de fora da família. Por sua vez, 8 indivíduos permaneceram comprovadamente solteiros¹³¹. À primeira vista, o índice de 42,85% de casamentos consanguíneos auferido dentre os membros dessa geração que puderam ser estudados pode ser apontado como elevado. Contudo a geração imediatamente anterior atingiu o índice de 83,33% de membros não celibatários casando-se com parentes próximos¹³². Dessa forma, é possível constatar uma vertiginosa queda no número de realizações de casamentos consanguíneos da quinta para a sexta geração da família Ferreira da Fonseca.

Com o objetivo de analisar a hipótese de que se tratava do início de um processo amplo de abandono da realização de uniões intrafamiliares entre os Ferreiras da Fonseca e não de uma queda pontual, optou-se por estender a análise para a geração seguinte, da qual foi possível levantar 168 pessoas, sendo que havia

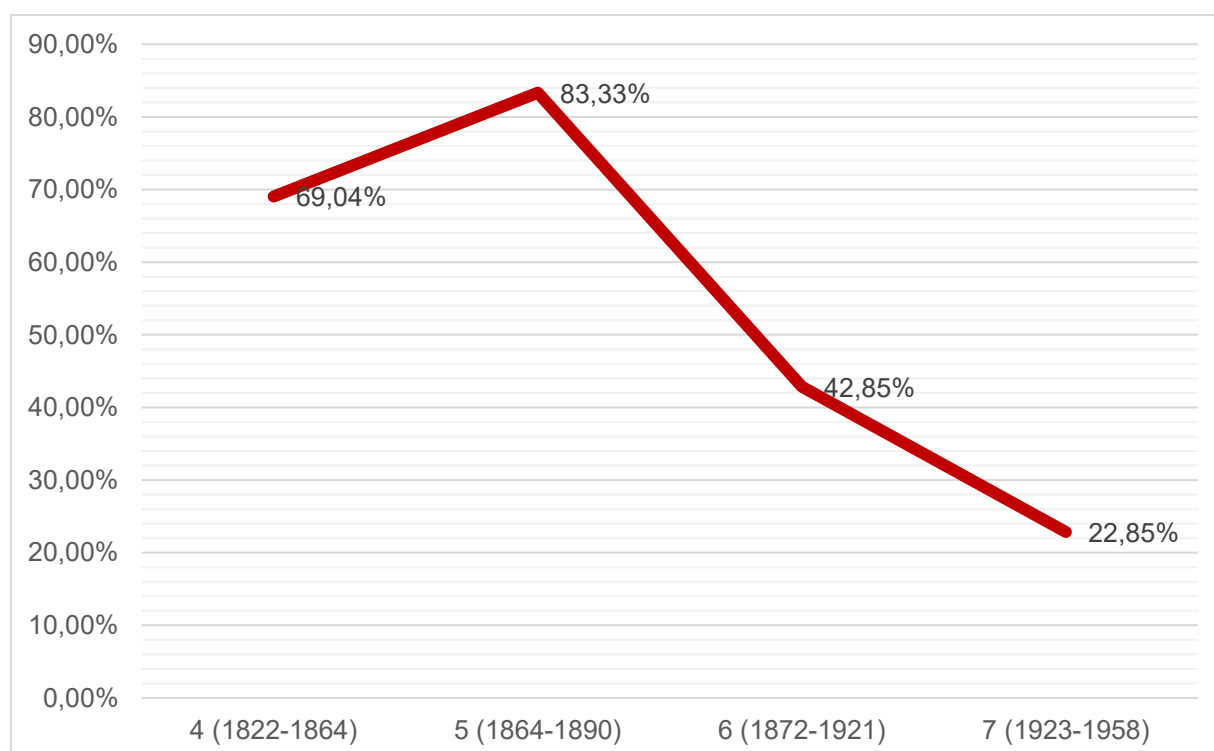
¹³⁰ Importa considerar que os membros desse grupo que se afastaram da região da Serra do Camapuã e não se direcionaram para a Comarca do Paraibuna não foram contabilizados para geração desses índices, uma vez que não foi possível rastrear suas trajetórias.

¹³¹ A sexta geração da família Ferreira da Fonseca é composta por 153 indivíduos que puderam ser identificados. Contudo, devido à dispersão do grupo, foi possível levantar informações concretas sobre as escolhas matrimoniais de apenas 71 que compuseram a base de cálculo desse trabalho.

¹³² CHAGAS, Gabriel Afonso Vieira. **Estratégia de Família: casamentos endogâmicos no entorno da Serra do Camapuã**. p.141.

fontes disponíveis sobre a trajetória de 77 indivíduos. Destes, 16 realizaram casamentos consanguíneos frente a 54 que se casaram fora da parentela e 7 permaneceram comprovadamente solteiros. Assim, é possível apontar que na sétima geração da família Ferreira da Fonseca, que compreende casamentos realizados entre os anos de 1923 e 1958, 22,85% dos casamentos foram intrafamiliares, indicando uma queda do índice de consanguinidade pela metade frente à geração anterior. Quando comparada com a quinta geração (1864-1890), a queda observada é para um quarto do valor encontrado naquele grupo, ou seja, de 83,33% para 22,85%.

Gráfico 3 – Variação percentual dos matrimônios consanguíneos na família Ferreira da Fonseca



Fonte: Barbacena. www.familysearch.org. Livros de Registros de Matrimônios das Freguesias: Nossa Senhora da Conceição de Prados 1775-1822, 1822-1864; Nossa Senhora das Brotas do Brumado do Suassuí 1825-1863, 1864-1888; Entre Rios de Minas. Arquivo Paroquial da Matriz de Nossa Senhora das Brotas de Entre Rios de Minas. Livro de Registro de Matrimônio de Nossa Senhora das Brotas de Entre Rios de Minas: 1915-1925; Cartório de Registros Cíveis de Entre Rios de Minas, Livro de Registro de Casamentos Cíveis, 1B 1889-1898, 2B 1898-1904 e 2C 1904-1920; Santo Antônio da Lagoa Dourada 1828-1856, 1856-1881, 1880-1890. Árvore Genealógica de Felisberto Ferreira da Fonseca. <https://www.familysearch.org/tree/pedigree/portrait/LZ6H-MK1>. Acesso em 23/06/2023 às 17h48.

Com o objetivo de observar a variação do índice de consanguinidade de forma mais abrangente, extrapolando os limites dessas duas famílias, optou-se por recortar novamente a região que compreende o entorno da Serra do Camapuã, uma vez que, em trabalho anterior¹³³, já foram levantados os dados sobre a incidência de casamentos consanguíneos no século XIX nas localidades de Nossa Senhora das Brotas do Brumado do Suassuí, Santo Antônio da Lagoa Dourada e Santo Amaro do Camapuã. Assim, torna-se possível observar, fora dos dois grupos familiares aqui estudados, a abrangência do fenômeno de abandono das uniões intrafamiliares que, como se aventará na sequência desse trabalho, está possivelmente atrelada ao advento dos discursos que pregavam contra essa prática naquela época.

Reduto da família Ferreira da Fonseca, a Freguesia de Nossa Senhora das Brotas do Brumado do Suassuí, que desde 19 de outubro de 1878 passa a ser nomeada de Entre Rios de Minas, registrou 891 casamentos¹³⁴ entre 1890 e 1920. Neste universo, apenas dois registros não apresentam condições de leitura devido ao estado de conservação, de forma que, dos 889 assentos legíveis, 175 referem-se a casamentos intrafamiliares. Assim, obtém-se um índice de 19,68% de casamentos consanguíneos frente a 80,31% de casamentos extrafamiliares no recorte temporal analisado. Quando observada a década imediatamente anterior, de 1881-1890, na qual foram registrados 78¹³⁵ casamentos consanguíneos em um universo de 212 uniões matrimoniais, que resultaram em 36,79% de casamentos consanguíneos, depara-se com uma redução pela metade da proporção de casamentos intrafamiliares frente ao total de casamentos na referida localidade.

A fim de melhor observar essas informações coletadas e cotejar o resultado encontrado com aqueles levantados para as décadas anteriores, optou-se por dispor os casamentos por decênios, como foi feito na dissertação de mestrado deste autor, e revisitar os valores observados naquela pesquisa com o objetivo de alargar a

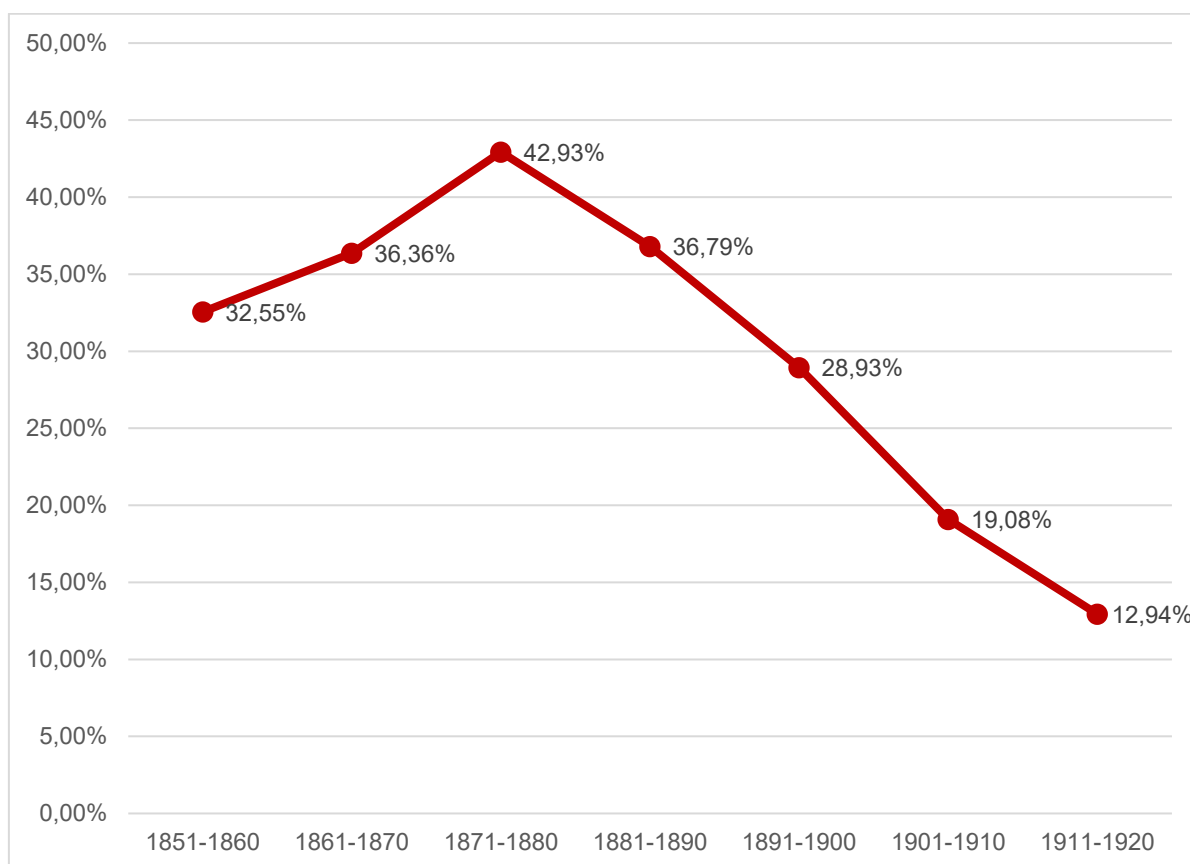
¹³³ CHAGAS, Gabriel Afonso Vieira. **Estratégia de Família: casamentos endogâmicos no entorno da Serra do Camapuã.**

¹³⁴ A consulta ao arquivo paroquial da Matriz de Nossa Senhora das Brotas de Entre Rios de Minas revelou a existência no acervo da paróquia apenas do Livro 4 que compreende os anos 1915-1925. Segundo as informações coletadas, o Livro 3, datado de 1898 a 1915, havia sido remetido ao Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana e não se encontrava disponível para consulta. Ainda, há um hiato de 11 anos (1889-1898) que não está registrado em nenhum Livro de Registro Paroquial em nenhum dos dois arquivos. Mediante esse infortúnio, optou-se por recorrer aos arquivos do Cartório de Registro Civil de Entre Rios de Minas, no qual foi possível encontrar registros de casamentos que se iniciavam em 1889 e cobriam todo o recorte temporal selecionado, 1890-1920, divididos em 3 livros de registros.

¹³⁵ CHAGAS, Gabriel Afonso Vieira. **Estratégia de Família: casamentos endogâmicos no entorno da Serra do Camapuã.** p.128.

temporalidade analisada. Com isso, torna-se possível observar com nitidez o movimento de queda do índice de realização dos casamentos consanguíneos quando comparada à segunda década do século XX e meados do século XIX.

Gráfico 4 – Variação percentual dos matrimônios consanguíneos registrados na freguesia de Nossa Senhora das Brotas de Entre Rios de Minas¹³⁶



Fonte: Entre Rios de Minas. www.familyseach.org. Livros de Registros de Matrimônios da Freguesia de Nossa Senhora das Brotas do Brumado do Suassuí 1825-1863, 1864-1888; Entre Rios de Minas. Arquivo Paroquial da Matriz de Nossa Senhora das Brotas de Entre Rios de Minas. Livro de Registro de Matrimônio de Nossa Senhora das Brotas de Entre Rios de Minas: 1915-1925; Cartório de Registros Cíveis de Entre Rios de Minas, Livro de Registro de Casamentos Cíveis, 1B 1889-1898, 2B 1898-1904 e 2C 1904-1920.

¹³⁶ Nos registros das uniões civis arquivados no Cartório de Registros Cíveis de Entre Rios de Minas, todos os assentos de casamentos discriminam a existência ou não de parentesco entre os contraentes. A sentença utilizada pelo escrivão variava entre “sem parentesco algum”, “parentes em Xº”, “são parentes, mas não em grau proibido pela lei”, dentre outras formulações possíveis. Havia ainda assentos nos quais a sentença em questão ganhava notável destaque, como o da folha 124 do livro 1B que registrou que “declaram que são parentes em terceiro grau civil, portanto em grau não proibido pela lei”. A notação em questão vinha sempre no parágrafo que principiava com “Os nubentes declaram que fazem em sua livre e espontânea vontade...”

Uma vez que foi possível consultar na paróquia de Nossa Senhora das Brotas de Entre Rios de Minas o Livro de Registro de Matrimônios referente aos anos de 1915 a 1925, os casamentos realizados em Entre Rios de Minas entre os anos de 1915 a 1920 puderam ser estudados em duas fontes distintas, permitindo conferir a queda dos índices de consanguinidade nos dois acervos. Importa considerar que foi observado que os casamentos civis de Entre Rios de Minas geralmente eram realizados bem posteriormente aos matrimônios encetados pelos indivíduos, de forma que o quantitativo de casamentos de um e outro acervo diferem. Enquanto a paróquia de Nossa Senhora das Brotas registrou 275 matrimônios entre 1915 e 1920, o Cartório de Registros civis documentou 200 casamentos. Contudo, o índice de casamentos consanguíneos apresentou apenas uma leve variação entre os dois arquivos, de 12,00% (24 casamentos) no cartório para 16,00% (44 matrimônios) na Igreja. Assim, os arquivos existentes na Matriz de Nossa Senhora das Brotas de Entre Rios de Minas corroboram o resultado levantado no Cartório de Registros Cíveis daquela cidade.

Ainda, extrapolando o recorte temporal estabelecido e estendendo o levantamento até 1925, uma vez que o livro de registro paroquial de matrimônios analisado se encerra nesse ano, é possível deparar-se com o abandono quase completo da prática de casamentos consanguíneos naquela localidade, outrora marcada por elevado índice de uniões intrafamiliares. Entre 1921 e 1925 foram realizados apenas 7 matrimônios entre indivíduos aparentados entre si dentre os 253 que foram registrados na matriz de Nossa Senhora das Brotas de Entre Rios de Minas (2,76% do total), sendo 3 casamentos em 1921, 3 em 1922 e apenas 1, curiosamente o último do livro¹³⁷, em 1925. Relevante é constatar que, em contraste com os elevados índices observados duas décadas antes, não houve nenhum casamento consanguíneo em 1923 e 1924 naquela localidade, anos que juntos registraram 116 matrimônios.

Por sua vez, mais populosa dentre as três freguesias abordadas, os livros de registros paroquiais de matrimônios da matriz de Santo Antônio da Lagoa Dourada registraram a realização de 896 casamentos entre 1890 e 1920¹³⁸, dos quais 118 exigiram dispensa por consanguinidade, representando 13,16% do total de uniões¹³⁹. Comparando-se esse índice à década imediatamente anterior, de 1880-1890, quando puderam ser observados 47,13%¹⁴⁰ de endogamia nos enlaces conjugais sacramentados na igreja, obtém-se uma redução de 33,97%. Dessa forma, confrontando as duas temporalidades, é possível constatar claramente uma queda vertiginosa na realização de casamentos consanguíneos, de forma que o movimento observado para as famílias Ferreira da Fonseca e Ferreira Armond não é isolado daquilo que ocorreu em várias localidades. Importa considerar que Santo Antônio da Lagoa Dourada e Santo Amaro do Camapuã não são redutos de nenhuma das duas famílias listadas, contudo são vizinhas da paróquia de Nossa Senhora das Brotas do Brumado do Suassuí / Entre Rios de Minas, compondo o

¹³⁷ Importa considerar que os casamentos consanguíneos foram discriminados pelo escrivão no Livro de Registro de Matrimônios estudado, apontando o grau de parentesco entre os nubentes quando era o caso e a inexistência de dispensa para os casamentos extrafamiliares. Desta forma, os dados apontados apresentam considerável confiabilidade.

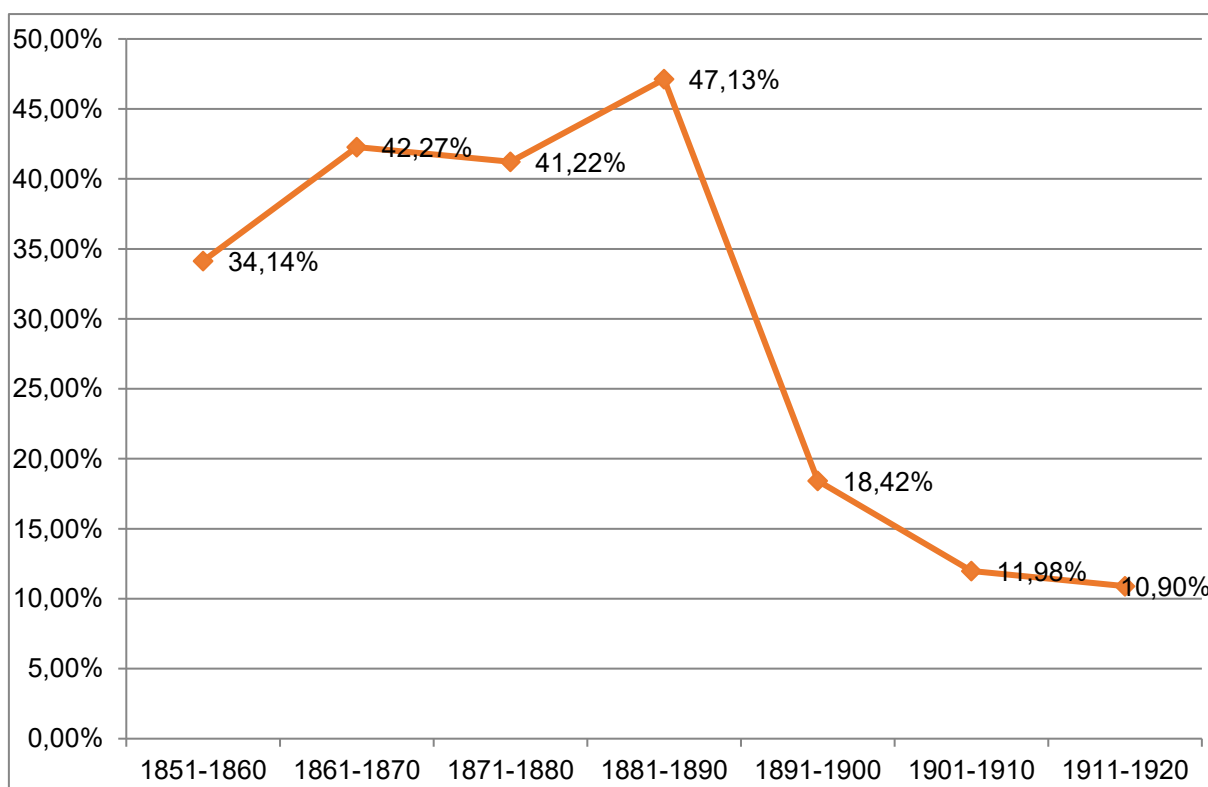
¹³⁸ No trabalho anterior recortou-se para análise apenas os casamentos realizados entre os livres, uma vez que se tratava de um período marcado pelas mazelas da escravidão. Para as décadas compreendidas entre 1890 e 1920, levantadas para este trabalho, não se discriminou grupos porque nessas décadas a escravidão já havia sido extinta.

¹³⁹ Lagoa Dourada. www.familyseach.org. Livros de Registro de Matrimônios de Santo Antônio da Lagoa Dourada, 1880-1893 e 1893-1920.

¹⁴⁰ CHAGAS, Gabriel Afonso Vieira. **Estratégia de Família: casamentos endogâmicos no entorno da Serra do Camapuã**. p.104.

entorno da Serra do Camapuã. Esses números possibilitam estender a análise desses dois grupos familiares para outras regiões e observar que o fenômeno da diminuição do índice de realização dos casamentos consanguíneos encontra correspondentes em áreas não habitadas numerosamente pelas famílias Ferreira da Fonseca e Ferreira Armond.

Gráfico 5 – Variação percentual dos matrimônios consanguíneos registrados na freguesia de Santo Antônio da Lagoa Dourada



Fonte: Lagoa Dourada. www.familysearch.org. Livros de Registros de Matrimônios de Santo Antônio da Lagoa Dourada, 1828-1856, 1856-1880, 1880-1893 e 1893-1920.

*Para formular essas taxas de endogamia, foi computada a quantidade total de matrimônios presentes nos Livros de Registro Paroquiais citados.

Importa ainda registrar que não foi encontrado nenhum casamento entre tio-sobrinha em Lagoa Dourada no íterim de 1890 a 1920, modalidade de união intrafamiliar que não era rara nas décadas anteriores nessa localidade¹⁴¹. Desta forma, é possível aventar que mesmo havendo 118 casamentos consanguíneos nesse recorte temporal, as uniões que figuram dentre as de grande proximidade parental desapareceram na virada do século XIX para o XX.

¹⁴¹ CHAGAS, Gabriel Afonso Vieira. **Estratégia de Família: casamentos endogâmicos no entorno da Serra do Camapuã.**

Voltando-se para a mesma temporalidade na freguesia de Santo Amaro do Camapuã, foram contabilizados 850 matrimônios¹⁴² realizados entre 1890 e 1919¹⁴³, dos quais 223 foram encetados dentro do próprio grupo familiar, exigindo, portanto, dispensa de consanguinidade. Assim, a taxa de casamentos intrafamiliares da freguesia situada no sopé leste da Serra do Camapuã é de 26,23% para a última década do século XIX e as duas primeiras do século XX. Quando comparada ao íterim de 1881 a 1890¹⁴⁴, analisado na dissertação de mestrado deste autor, observa-se uma leve variação no índice de casamentos consanguíneos de 0,57% para cima, o que indica estabilidade. Assim, fez-se necessário ordenar os matrimônios por quinquênio¹⁴⁵ para observar a variação da recorrência de consanguinidade nesta freguesia nas três décadas sobre as quais esse trabalho se debruça, permitindo construir a tabela 1.

Tabela 1 – Variação dos matrimônios consanguíneos registrados na freguesia de Santo Amaro do Camapuã

Quinquênio	Casamentos realizados	Casamentos Consanguíneos	%	Casamentos Extrafamiliares	%
1881-1890 ¹⁴⁶	191	46	24,08%	145	75,91%
1890-1894	146	36	24,65%	110	75,34%
1895-1899	157	43	27,38%	114	72,61%
1900-1904	151	49	32,45%	102	67,54%
1905-1909	182	57	31,31%	124	68,13%
1910-1914	93	21	22,58%	72	77,41%
1914-1919	121	17	14,04%	104	85,95%

Fonte: Queluzito. Arquivo Paroquial da Matriz de Santo Amaro. Livro de Registro de Matrimônio da Freguesia de Nossa Senhora das Brotas do Brumado, 1878-1890 e 1882-1919.

¹⁴² Queluzito. Arquivo Paroquial da Matriz de Santo Amaro. Livros de Registros de Matrimônios de 1882-1919.

¹⁴³ Os livros referentes à Freguesia de Santo Amaro foram pesquisados e fotografados em dezembro de 2012 com autorização do padre José Antônio de Oliveira, então pároco da Paróquia de Santo Amaro de Queluzito. Optou-se por encerrar a presente análise em dezembro de 1919, uma vez que o Livro de Registro Matrimonial que abarcava as décadas que foram estudadas encerrava-se nesta data, de forma que 1920 já compõe outro livro que não foi fotografado naquela ocasião.

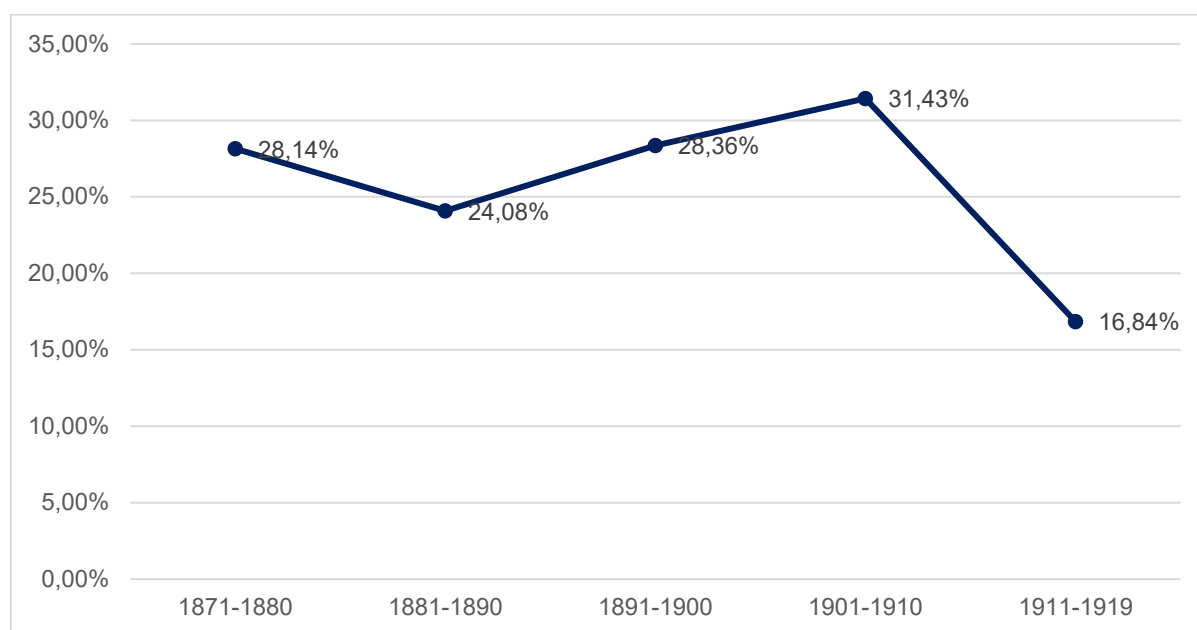
¹⁴⁴ CHAGAS, Gabriel Afonso Vieira. **Estratégia de Família: casamentos endogâmicos no entorno da Serra do Camapuã**. p.126 e 128.

¹⁴⁵ Importa considerar que os quinquênios se iniciam em 1890 e encerram-se em 1919, de forma que a organização não segue o padrão de década que se inicia em ano 01 e encerra-se em ano 10.

¹⁴⁶ CHAGAS, Gabriel Afonso Vieira. **Estratégia de Família: casamentos endogâmicos no entorno da Serra do Camapuã**. p.128.

Observa-se que a ascensão do índice de casamentos consanguíneos na freguesia de Santo Amaro do Camapuã ocorre na primeira década do século XX contrariamente ao que se pode observar nas freguesias vizinhas. Aventa-se que a localização de Santo Amaro, encrustada na Serra do Camapuã e distante das duas principais vias de deslocamento da região, a estrada de São João del Rei e a linha férrea da Central do Brasil que liga, dentre outros lugares, Barbacena à Queluz, pode explicar essa alta taxa de consanguinidade de forma tardia para a localidade. Contudo, nos dois quinquênios que compreendem quase a totalidade da segunda década do século XX, o índice sofre uma considerável queda, atingindo os valores encontrados para Entre Rios de Minas e Lagoa Dourada¹⁴⁷. Ainda, semelhantemente ao observado em Lagoa Dourada, não houve casamentos entre tios e sobrinhas e primos irmãos entre 1890 e 1919 em Queluzito.

Gráfico 6 – Variação percentual dos matrimônios consanguíneos registrados na freguesia de Santo Amaro do Camapuã



Fonte: Queluzito. Arquivo Paroquial da Matriz de Santo Amaro. Livro de Registro de Matrimônio da Freguesia de Nossa Senhora das Brotas do Brumado, 1878-1890 e 1882-1919.

¹⁴⁷ Como apontado no tópico 1.2, para o século XIX, foi possível analisar 2936 registros de matrimônios nessas três freguesias. Descartando-se 397 matrimônios entre escravos, restam 2539 enlances encetados entre homens livres, dos quais 898 requereram dispensa de consanguinidade, apontando um índice de 35,36% de endogamia para a região no período entre 1828 e 1890. Realizando o mesmo cálculo para o período entre 1890 e 1920, foram analisados 2635 casamentos, dos quais 516 foram realizados de forma intrafamiliar, resultando em 19,58% de casamentos consanguíneos frente ao total de uniões, o que resulta em uma redução de 44,62%.

Para compreender o índice de 22,85% de casamentos consanguíneos encontrados para a família Ferreira da Fonseca na geração que encetou suas uniões matrimoniais na primeira metade do século XX e a ascensão tardia dos índices de consanguinidade observados para a localidade de Santo Amaro do Camapuã, naquela altura já denominada de Queluzito, faz-se necessário recorrer ao conceito de *habitus* cunhado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. Para tanto, optou-se por utilizar o pioneiro texto “Esboço de uma teoria da prática¹⁴⁸” redigido originalmente em 1972, uma vez que o autor revisitou o conceito em escritos posteriores. Bourdieu compreende como *habitus*

As estruturas constitutivas de um tipo particular de meio (as condições materiais de existência características de uma condição de classe), que podem ser apreendidas empiricamente sob a forma de regularidades associadas a um meio socialmente estruturado, produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expreso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente¹⁴⁹.

O discurso médico-científico que visava engendrar o comportamento matrimonial da sociedade em vista do abandono dos casamentos consanguíneos incide justamente sobre o *habitus* daquela sociedade no intuito de formar um novo *habitus* engendrado pelo discurso médico daquele tempo. Contudo, é notório que a imposição de novo *habitus* encontra na sociedade resistência quando sua adoção significa abandonar um *habitus* já arraigado. Conforme apontado ao longo deste capítulo, os casamentos consanguíneos, estratégias que, dentre outras motivações, visava manter íntegro o patrimônio familiar ao longo das constantes sucessões patrimoniais, configurou-se em um *habitus* na sociedade sete-oitocentista mineira, e seu abandono ocorreu de forma lenta frente à nova conjuntura do século XX, na qual se destaca nesta tese o crescente discurso médico-científico que propunha um novo

¹⁴⁸ BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. IN ORTIZ, Renato (Org.). Pierre Bourdieu: *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p.46-81.

¹⁴⁹ BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. p.60.

comportamento que abandona essa modalidade de casamentos intrafamiliares em prol de casamentos extrafamiliares.

A Tabela 2 foi produzida com o objetivo de uniformizar, por décadas, os dados relativos às famílias e às localidades trabalhadas neste capítulo. Optou-se por colocá-la no final como forma de condensar os dados que motivaram a investigação empreendida nesta tese, qual seja, a construção do discurso anticonsanguinista no século XIX brasileiro.

TABELA 2: Índice de Consanguinidade das freguesias que compõe o entorno da Serra do Camapuã no século XIX e XX e das famílias Ferreira da Fonseca e Ferreira Armond

Dé- cada	Localidade/ Família ¹⁵⁰	Consangüíneos ¹⁵¹		Exógamos		Escre- -vos	llegí- -vos	Total
1821 - 1830	N.S. Brotas	2	14,28%	12	85,71%	16	8	38
	Lagoa Dourada	0	0%	3	100%	1	0	4
	Ferreira da Fonseca	2	33,33%	4	66,66%	/		6
	Ferreira Armond	5	71,42%	2	28,57%			7
1831 - 1840	N.S. Brotas	64	41,02%	92	58,97%	36	21	213
	Lagoa Dourada	3	3,22%	90	96,77%	20	0	113
	Ferreira da Fonseca	8	66,66%	4	33,33%	/		12
	Ferreira Armond	6	60,00%	4	40,00%			10
1841 - 1850	N.S. Brotas	100	47,16%	112	52,83%	63	16	291
	Lagoa Dourada	11	11,70%	83	88,29%	22	0	116
	Ferreira da Fonseca	9	69,23%	4	30,76%	/		13
	Ferreira Armond	5	55,55%	4	44,44%			9
1851 - 1860	N.S. Brotas	56	32,55%	116	67,44%	26	11	209
	Lagoa Dourada	28	34,14%	54	65,85%	43	0	125
	Ferreira da	6	85,71%	1	14,28%	/		7

¹⁵⁰ As demais famílias abordadas neste capítulo não foram registradas nessa tabela uma vez que a pesquisa acerca do comportamento matrimonial desses grupos, empreendida no mestrado, encerrava-se na década de 1880 e não abrangia o período de queda dos índices de consanguinidade que interessam este capítulo. Enveredar-se em nova investigação para atender aos anos não analisados desviaria o foco deste trabalho. Contudo, a análise dos índices das localidades nas quais a maioria dos membros desses grupos residiam, permite perceber o fenômeno da queda da proporção de casamentos consangüíneos também nessas famílias.

¹⁵¹ Para o cálculo dos índices de consanguinidade das localidades, foram excluídos os matrimônios entre escravizados no período de vigência da escravidão (até 1888).

	Fonseca							
	Ferreira Armond	6	54,54%	5	45,45%			11
1861 - 1870	N.S. Brotas	92	36,36%	161	63,63%	25	0	278
	Lagoa Dourada	52	42,27%	71	57,82%	56	0	179
	Ferreira da Fonseca	15	71,42%	6	28,57%	/		21
	Ferreira Armond	5	41,66%	7	58,33%			12
1871 - 1880	N.S. Brotas	158	42,93%	210	57,06%	9	0	377
	Lagoa Dourada	47	41,22%	67	58,77%	29	0	143
	Santo Amaro ¹⁵²	38	28,14%	97	71,85%	17	0	152
	Ferreira da Fonseca	12	80,00%	3	20,00%	/		15
	Ferreira Armond	4	33,00%	8	66,66%			12
1881 - 1890	Entre Rios de Minas ¹⁵³	78	36,79%	134	63,20%	9	0	212
	Lagoa Dourada	123	47,13%	138	52,87%	17	0	278
	Santo Amaro	46	24,08%	145	75,91%	8	0	199
	Ferreira da Fonseca	10	83,33%	2	16,66%	/		12
	Ferreira Armond	3	23,07%	10	76,92%			13
1891 - 1900	E. Rios de Minas	79	28,93%	194	71,06%	/		273
	Lagoa Dourada	42	18,42%	186	81,57%			228
	Santo Amaro	80	28,36%	202	71,63%			282
	Ferreira da Fonseca	4	25,00%	12	75,00%			16
	Ferreira Armond	1	10,00%	9	90,00%			10
1901 - 1910	E. Rios de Minas	46	19,08%	195	80,91%	/		241
	Lagoa Dourada	35	11,98%	257	88,01%			292
	Santo Amaro	105	31,43%	229	68,56%			334
	Ferreira da Fonseca	2	15,38%	11	84,61%			13
	Ferreira Armond	1	8,33%	11	91,66%			12
1910 - 1920	E. Rios de Minas	44	12,94%	296	87,05%	/		340
	Lagoa Dourada	41	10,90%	335	89,09%			376

¹⁵² Para essa localidade, o mais antigo livro de registro de Matrimônio que abarca o recorte temporal eleito para esse trabalho data-se de 1872. Por essa razão, a localidade passa a constar na tabela apenas a partir desse ponto.

¹⁵³ A Freguesia de Nossa Senhora das Brotas do Brumado do Suassuí desde 19 de outubro de 1878 passa a ser nomeada de Entre Rios de Minas.

	Santo Amaro	31	16,84%	154	83,24%		185 ¹⁵⁴
	Ferreira da Fonseca	2	13,33%	13	86,66%		15
	Ferreira Armond	1	11,11%	8	88,88%		9

FONTE: Entre Rios de Minas e Lagoa Dourada www.familysearch.org Livro de Registro de Matrimônio da Freguesia de Nossa Senhora das Brotas do Brumado, 1828-1863, 1864-1888; Livro de Registro de Matrimônio da Freguesia de Santo Antônio da Lagoa Dourada, 1828-1856, 1856-1881, 1880-1893 e 1893-1920.

Entre Rios de Minas. Arquivo Paroquial da Matriz de Nossa Senhora das Brotas de Entre Rios de Minas. Livro de Registro de Matrimônio de Nossa Senhora das Brotas de Entre Rios de Minas: 1915-1925; Cartório de Registros Cíveis de Entre Rios de Minas, Livro de Registro de Casamentos Cíveis, 1B 1889-1898, 2B 1898-1904 e 2C 1904-1920; Queluzito. Arquivo Paroquial da Matriz de Santo Amaro. Livro de Registro de Matrimônio da Freguesia de Nossa Senhora das Brotas do Brumado, 1878-1890 e 1882-1919.

CHAGAS, Gabriel Afonso Vieira. **Estratégia de Família: casamentos endogâmicos no entorno da Serra do Camapuã.** p.128.

Os números levantados neste capítulo permitem concluir que o interdito religioso aos casamentos consanguíneos, oriundo do século XII e reverberado nas Minas sete-otocentistas pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, não foi capaz de provocar um baixo índice de uniões intrafamiliares nos grupos familiares do entorno da Serra de Camapuã, na região da Comarca do Rio das Mortes, em Minas Gerais, especialmente as famílias Ferreira da Fonseca e Ferreira Armond. Pelo contrário, é possível observar que a realização dos casamentos consanguíneos como estratégia de manutenção dos bens destas famílias aqui estudadas, ao longo das recorrentes sucessões patrimoniais, encontrou relativa flexibilidade por parte do clero, que oficializou com os sagrados laços do matrimônio católico a maioria dessas uniões. A mudança radical de postura desses grupos familiares são indícios da difusão das emergentes pesquisas médico-científicas que contraindicavam essa prática que se somaram a outros fatores, como o crescimento das cidades e a chegada da ferrovia à região, que impulsionou o aumento da população e a chegada de ondas de imigrantes. Essas pesquisas foram ventiladas por médicos como o doutor Camilo Maria Ferreira Armond e Matheus Chaves de Magalhães. Portanto, esta tese se debruça sobre a construção deste discurso ancorado em pesquisas empíricas, empreendidas pioneiramente na Europa e replicadas no Brasil Império, e, compreende a alteração dos rumos das estratégias matrimoniais dos grupos analisados neste capítulo, em parte, também como sintomas da chegada desses estudos aos cidadãos comuns.

¹⁵⁴ Os dados de Santo Amaro do Camapuã foram tabulados até 1919, ano de encerramento do último livro de registro paroquial ao qual o autor desta tese teve acesso.

CAPÍTULO 2

A MEDICINA CIENTÍFICA DO SÉCULO XIX: DOS DOIS LADOS DO ATLÂNTICO

Queriam que a ciência não abundasse em recursos; que mesquinha e miserável permitisse ao médico um só meio de obrar! A ciência muda logo que não se emprega sempre um só remédio, embora se preencha sempre a mesma indicação, tenha-se sempre as mesmas vistas!!!....¹

A medicina não é um conjunto de saberes e de práticas que se possam desvincular do movimento geral do conhecimento².

2.1 O surgimento de uma medicina científica

Antes de enveredar-se pelo avanço dos estudos sobre a hereditariedade e a inconveniência dos casamentos consanguíneos, faz-se necessária uma pequena incursão nas mudanças das pesquisas anatomoclínicas da virada do século XVIII para o XIX. Intenta-se observar como o florescimento de novas metodologias forjou a sociedade novecentista na qual o discurso médico-científico contribuiu para o engendramento dos comportamentos matrimoniais da sociedade. Esse discurso é o principal responsável por criar o senso comum de que os casamentos consanguíneos, até então recorrentes na sociedade, deveriam ser evitados em favor da prole saudável³.

Nesta análise, é essencial ao pesquisador ter à vista que não é possível compreender a medicina como uma ciência que se desenvolveu à parte da evolução

¹ José Maria de Noronha Freital. Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Revista Médica Brasileira, número 7, de novembro de 1842, página 301. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/revista-medica-brasileira/146366>. Acesso em 30/01/2023 às 16h50.

² RAFFIN-ALLAMEL, Catherine. LEPLÈGE, Alain. JUNIOR, Lybio Martire. *História da Medicina. Edição brasileira organizada por Márcio Fabri dos Anjos. Revisão dos termos médicos de José Marques Filho*. Tradução de Aquiles Von Zuben. Aparecida, São Paulo: Ideias & Letras, 2011. p.29.

³ O primeiro tópico desse capítulo objetiva traçar o caminho percorrido pela medicina europeia para a construção de um conceito de medicina científica no século XIX de forma a permitir a compreensão da construção do discurso que desincentiva os casamentos consanguíneos na segunda metade daquela centúria. Contudo, esse não é o objeto de estudo central dessa tese, de forma que se optou por não empreender uma pesquisa aprofundada sobre a temática e furtou-se a adotar o trabalho de Catherine Raffin-Allamel, Alain Leplège e Lybio Martire Junior como referência para a incursão nesse campo. Cf. RAFFIN-ALLAMEL, Catherine. LEPLÈGE, Alain. JUNIOR, Lybio Martire. *História da Medicina. Edição brasileira organizada por Márcio Fabri dos Anjos. Revisão dos termos médicos de José Marques Filho*. Tradução de Aquiles Von Zuben. Aparecida, São Paulo: Ideias & Letras, 2011.

técnica e tecnológica da sociedade na qual ela se insere, de tal forma que, para alguns autores, a *tecnicidade* é uma das características à qual essa nova forma de fazer ciência surgida no século XVII obedecia⁴. Mais ainda, uma breve investigação na História da Medicina permite compreender que existe uma íntima relação entre o lidar humano com as patologias e o desenvolvimento geral do conhecimento.

Portanto foi de modo coerente que, nos séculos XVII e XVIII, durante o período clássico, ela desenvolveu – como propriamente científica – suas raízes. Esses séculos conheceram, de fato, uma *Revolução Científica* à qual contribuíram numerosos fatores, dentre os quais a perda de confiança no saber livresco e nas “autoridades” que representavam Hipócrates, Aristóteles e Galeno⁵.

Desta forma, constata-se a íntima relação entre o saber médico e o desenvolvimento do conhecimento de outras ciências. É inegável que a medicina se serviu de métodos, conceitos e instrumentos de outras áreas que se instituíram a partir do século XVII, como a química, a biologia, a física e a matemática⁶. Esta última, entretanto, destaca-se das demais para fins de análise neste primeiro momento, uma vez que a aliança entre a matemática e a medicina permitiu a emergência de uma política de saúde pública, na medida em que o desenvolvimento dos estudos das estatísticas e da probabilidade reuniram condições intelectuais e práticas suficientes para a aplicação de métodos numéricos aos fenômenos sociais, dentre os quais se destacam as doenças⁷.

À guisa de exemplo, em sua obra *Observations naturelles et politiques* (1662), Jonh Graunt (1620-1674), debruçando-se sobre Londres no período iniciado em 1603, quando uma epidemia de peste assolou a cidade, valendo-se dos livros de batismo e óbitos calculou as taxas de nascimento e morte a fim de aferir os índices de fertilidade e mortalidade daquela sociedade. Devido à forma de redação própria dos livros de registros de óbitos, que constam, na maioria dos casos, as causas da morte do indivíduo, o pesquisador pôde analisar a incidência de determinadas patologias e concluir que elas variavam consideravelmente de um período para o outro⁸. Era o nascimento da epidemiologia que deu consideráveis saltos nas

⁴ RAFFIN-ALLAMEL, Catherine. LEPLÈGE, Alain. JUNIOR, Lybio Martire. História da Medicina. p.30.

⁵ RAFFIN-ALLAMEL, Catherine. LEPLÈGE, Alain. JUNIOR, Lybio Martire. História da Medicina. p.29.

⁶ RAFFIN-ALLAMEL, Catherine. LEPLÈGE, Alain. JUNIOR, Lybio Martire. História da Medicina. p.31.

⁷ RAFFIN-ALLAMEL, Catherine. LEPLÈGE, Alain. JUNIOR, Lybio Martire. História da Medicina. p.39.

⁸ RAFFIN-ALLAMEL, Catherine. LEPLÈGE, Alain. JUNIOR, Lybio Martire. História da Medicina. p.40-1.

décadas seguintes, passando, por exemplo, pelas tabelas de mortalidade de Paris de 1667⁹.

Como forma de valer-se da análise desses dados, logo desenvolveu-se a noção de que seria possível prevenir determinados tipos de mortes com o objetivo utópico sintetizado por Condorcet em *Tableau historique des progrès de l'esprit humain* de 1795, de que “a medicina preventiva conduziria à extinção não somente das doenças contagiosas, mas também daquelas que são relacionadas à nutrição, às atividades e ao clima¹⁰”.

Conhecer a incidência das causas das mortes era um passo importante no desenvolvimento da saúde coletiva. Entretanto, mais que simplório, é errôneo concluir que somente com a matematização dos índices sociais é que foi possível se desenvolver uma noção de política de saúde pública. Desde longa data, a saúde e a doença se tornaram, progressivamente, uma questão coletiva e não meramente individual.

Note-se que, desde o século XIII, as cidades italianas como Reggio Emilia e Bolonha haviam instituído uma política sanitária por meio dos *medici condotti*, médicos encarregados de cuidar dos pobres. A seguir, a peste serviu de ocasião para que numerosas cidades, iniciando com Milão, Florença e Nápoles, constituíssem comissões com a responsabilidade de impor um regulamento sanitário e, para tanto, dispondo de poderes de polícia e justiça. Em suma, pode-se afirmar que saúde e doença se tornaram progressivamente uma questão coletiva e não meramente individual¹¹.

Esse debate torna-se deveras importante para esta pesquisa na medida em que a construção de uma argumentação médico-científica que visa o desincentivo dos casamentos intrafamiliares em prol de uniões exógamas pauta-se exatamente nesta noção de saúde coletiva como se verá oportunamente nos capítulos 4 e 5.

Neste momento, cumpre-se apenas abordar a questão da construção de uma medicina que se auto intitula científica no século XIX. Para tanto, faz-se necessário apontar que os novos conhecimentos médicos adquiridos desde o início do século XVII permaneceram ainda muito fragmentados para ter como resultado um

⁹ RAFFIN-ALLAMEL, Catherine. LEPLÈGE, Alain. JUNIOR, Lybio Martire. História da Medicina. p.42.

¹⁰ RAFFIN-ALLAMEL, Catherine. LEPLÈGE, Alain. JUNIOR, Lybio Martire. História da Medicina. p.39.

¹¹ RAFFIN-ALLAMEL, Catherine. LEPLÈGE, Alain. JUNIOR, Lybio Martire. História da Medicina. p.29.

conhecimento coerente e global, e para produzir novidades terapêuticas. Nota-se claramente a consistência dessa afirmação ao constatar a persistência do galenismo nos meios médicos, adentrando, em muito, o século XIX¹². Foi a Revolução Francesa, ao ordenar o fechamento das escolas de medicina, que, para os revolucionários, pautavam-se em um ensinamento demasiado livresco e distante da prática dos médicos urbanos¹³, que levou a uma “revolução” do ensino médico, das estruturas hospitalares, vistas por estes como arcaicas, e permitiu uma melhor ordenação do conhecimento médico em forma de enciclopédia, viabilizando um maior diálogo dos aspirantes à medicina com as descobertas antecedentes, até então pouco repercutidas.

A nova reorganização institucional do ensino da medicina, imposta pela Revolução, centrava a atuação médica na clínica. Para Fourcroy, Ministro da Instrução Pública no Governo de Napoleão Bonaparte de 1802 até sua morte em 1809, os alunos deveriam seguir a máxima: “pouca leitura, muita visão, muita ação¹⁴”. Ou seja, a observação clínica no leito do enfermo e a dissecação anatômica deveriam ser privilegiadas no âmbito da formação médica.

Essa primazia atribuída à observação clínica não consistiu, como sublinha Michel Foucault, num “reco para um primeiro grau do empirismo”. Trata-se ao contrário, “de vincular o saber particular a um sistema geral de conhecimentos”, este último sendo concebido, de um lado, com a definição de relações existentes entre todos os seres vivos e, de outro lado, como o ponto de junção entre a arte de curar e a “ordem civil”¹⁵.

Reitera-se que esta incursão na nova forma de ensino médico que se reestrutura no pós-Revolução Francesa é relevante a este trabalho, uma vez que é dessa nova estrutura que emergirão os médicos que postularão os cânones que advogam contra as uniões consanguíneas, objeto de estudo principal desta pesquisa.

Nesse sentido, o ano de 1794, atendendo ao objetivo de normatizar o ensino da medicina aos padrões revolucionários, assiste à criação de três faculdades: Paris, Montpellier e Strasbourg. Nelas fundem-se as áreas de medicina e cirurgia.

¹² RAFFIN-ALLAMEL, Catherine. LEPLÈGE, Alain. JUNIOR, Lybio Martire. História da Medicina. p.47.

¹³ RAFFIN-ALLAMEL, Catherine. LEPLÈGE, Alain. JUNIOR, Lybio Martire. História da Medicina. p.48.

¹⁴ RAFFIN-ALLAMEL, Catherine. LEPLÈGE, Alain. JUNIOR, Lybio Martire. História da Medicina. p.49.

¹⁵ RAFFIN-ALLAMEL, Catherine. LEPLÈGE, Alain. JUNIOR, Lybio Martire. História da Medicina. p.49.

Ocupando, Pierre-Jean Georges Cabanis (1757-1808)¹⁶, o cargo de administrador de hospitais em Paris, de 1790 a 1795, por impulso deste, testemunha-se a normatização das aptidões necessárias que seriam impostas àqueles que desejassem exercer a medicina, criando-se para tal o estatuto de “doutor” ou de “oficial de saúde”¹⁷.

As três primeiras décadas do século XIX assistem a um exponencial desenvolvimento de diversas áreas afins da medicina. Sempre aliada ao advento de novas técnicas, tornou-se cada vez mais possível aos médicos examinarem mais objetivamente os pacientes e aprofundar nas relações que se poderiam estabelecer entre as observações clínicas e o resultado das análises anatomopatológicas¹⁸. Destaca-se o avanço dos estudos de anatomia patológica que ressurgiram após um tempo de latência e a fisiologia, que no século XIX conquistou plenamente o estatuto de ciência experimental na França, após a publicação do *Compêndio Complementar de Fisiologia* de François Magendie (1783-1855)¹⁹ em 1816.

Como consequência, na década de 1830, sob a influência da Escola de Paris, os hospitais se transformaram gradativamente em centros de medicina científica e os laboratórios observavam notável desenvolvimento. Esse processo permitiu que a compreensão dos fenômenos fisiológicos e patológicos aumentassem progressivamente no decorrer do século XIX²⁰.

A pesquisa em laboratório tomou a forma de uma utilização sistemática de todos os instrumentos que as ciências físicas e químicas lhe permitiam adotar para a detecção e para a medida dos fenômenos. [...] Esse desejo de pensar os fenômenos do ser vivo, da saúde como da doença, com a ajuda de instrumentos conceituais técnicos da Física e da Química, revelam-se na França com François Magendie, fundador da medicina experimental e, portanto, da Fisiopatologia e da Farmacologia experimentais²¹.

¹⁶ Pierre-Jean-Georges Cabanis (1757-1808) publicou em 1789 a obra *Observations sur les hôpitaux* tornando-o apto a assumir o cargo de administrador de hospitais em Paris em 1790, no qual permaneceu até 1795 quando se tornou professor de higiene na faculdade de medicina de Paris. Em 1799, trocou de cargo novamente, assumindo a cadeira de história da medicina na mesma universidade.

¹⁷ RAFFIN-ALLAMEL, Catherine. LEPLÈGE, Alain. JUNIOR, Lybio Martire. História da Medicina. p.49.

¹⁸ RAFFIN-ALLAMEL, Catherine. LEPLÈGE, Alain. JUNIOR, Lybio Martire. História da Medicina. p.51.

¹⁹ François Magendie (1783-1855) foi um médico neurologista e fisiologista experimental francês. Coube a ele introduzir pioneiramente na investigação médica a utilização sistemática do animal de laboratório.

²⁰ RAFFIN-ALLAMEL, Catherine. LEPLÈGE, Alain. JUNIOR, Lybio Martire. História da Medicina. p.54.

²¹ RAFFIN-ALLAMEL, Catherine. LEPLÈGE, Alain. JUNIOR, Lybio Martire. História da Medicina. p.55-6.

Essa década também é marcada pelo acirramento dos debates que promoveram a ascensão do método numérico na clínica médica. Pioneiro da área, Pierre Charles Alexandre Louis (1787-1872) buscava resolver o problema da incerteza dos diagnósticos que fora o epicentro dos debates médicos na década de 1820. Para tanto, o método que ele propunha postulava “acompanhar a evolução das doenças notando escrupulosamente todas as variações clínicas²²”. Fora desta forma que ele descartou a validade da sangria, método clínico de origem que remonta à escola Hipocrática, como terapêutica médica em 1838²³.

Aliando as pesquisas laboratoriais, com os conceitos e instrumentos físico-químicos e a matematização dos resultados, Claude Bernard (1813-1878) ajudou a dar autonomia à Fisiologia e afirmar seu vínculo com a patologia. O pesquisador desenvolveu dois conceitos fundamentais: o de meio interior e o de função. Para esta pesquisa, importa-se debruçar apenas sobre o primeiro.

A vida caracteriza-se pela constância do meio interior: essa constância é físico-química e podem-se medir seus diferentes parâmetros, para estudar as variações em diferentes circunstâncias. Até então, a vida era caracterizada por um vago princípio hipocrático de perseverança do ser vivo em seu ser. A introdução do conceito de meio interior permitiu à fisiologia dispor de um quadro teórico unificado. Ao definir a enfermidade como consequência de um trauma da regulação do meio interior, a fisiologia bernardiana propôs uma nova concepção da doença, como processo e não como estado²⁴.

Portanto, a quarta década do século XIX iniciava-se com outra forma de se encarar as patologias, que passam a ser vistas como processos. A análise dos artigos de médicos brasileiros publicadas nos periódicos do Brasil Império e das teses defendidas por médicos mineiros na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro permitem concluir que a medicina brasileira manteve estreito contato com a academia europeia e, desta forma, esteve a par de todos os desenvolvimentos posteriores que o estudo da medicina passou no século XIX, especialmente naquilo que tange os estudos que um dia comporiam o campo da genética.

²² RAFFIN-ALLAMEL, Catherine. LEPLÈGE, Alain. JUNIOR, Lybio Martire. História da Medicina. p.53.

²³ Destaca-se que Louis recebeu enorme oposição de médicos que se opunham à matematização da medicina, entretanto seu método vigorou, especialmente após a metade da centúria oitocentista. Sobre isso, ver: RAFFIN-ALLAMEL, Catherine. LEPLÈGE, Alain. JUNIOR, Lybio Martire. História da Medicina. p.53.

²⁴ RAFFIN-ALLAMEL, Catherine. LEPLÈGE, Alain. JUNIOR, Lybio Martire. História da Medicina. p.57.

2.2 Saúde Pública e Higiene social

A Revolução Francesa teve importância ímpar na reordenação da sociedade e, como já apontado anteriormente, na forma de lidar com as patologias e as suas terapêuticas. Portanto, faz-se imperioso constatar que a relação sociedade-medicina, sempre marcada pela proximidade, tornou-se ainda mais indissociável. Após a Revolução Francesa, preocupar-se com o bem do estado era igualmente preocupar-se com a saúde dos cidadãos. Interessa de sobremaneira a este trabalho compreender que a afirmação das responsabilidades individuais, bandeira da ideologia liberal que moveu o referido movimento francês, torna-se intimamente relacionada com a determinação social do processo saúde-doença. Desta forma, sob a égide deste processo revolucionário, é no crepúsculo do século XVIII e alvorecer do XIX que surge o conceito de higiene, entendido originalmente como “a arte de conservar a vida”²⁵.

Entretanto, por mais que um olhar descuidado possa interpretar a utilização dos saberes médicos como elemento engendrador dos comportamentos sociais, com sérias interferências na política, como algo inaugurado na Europa pós-revolucionária, cumpre apontar que essas raízes entrelaçadas fazem parte da história da humanidade de tal forma que é deveras impossível determinar um período de surgimento desse diálogo entre essas três áreas. A guisa de exemplo, pode-se apontar a íntima relação estabelecida entre a escola Hipocrática e a política ateniense contemporânea a ela. Aprofundado posteriormente por Hipócrates de Cós (460 a.C. – 375 a.C.), Alcmeón de Crotona (cerca de 510 a.C.) definia saúde como o equilíbrio dos poderes – o úmido, o seco, o frio e o quente – ou seja, quando os humores estavam equilibrados quantitativamente, isto é, havia democracia entre eles, o indivíduo apresentava saúde. De forma oposta, a monarquia de um desses humores sobre os demais seria a causa das doenças²⁶. Claro que, neste presente trabalho, o debate sobre as relações entre a dita escola e a polis grega não passará desta pequena incursão, uma vez que o interesse aqui reside apenas em apontar que se data de longínquo tempo a relação medicina-política.

²⁵ LAROCCA, Liliana Muller. MARQUE, Vera Regina Beltrão. Quando a higiene se torna pública: saúde e estado. *Cogitare Enferm*, 2005, jan/abr; 10(1):75-80.

²⁶ Poder-se-ia citar inúmeras obras para compreensão dessa relação aqui citada. Entretanto, aqui destaca-se apenas RAFFIN-ALLAMEL, Catherine. LEPLÈGE, Alain. JUNIOR, Lybio Martire. *História da Medicina*. p.18.

Retomando o assunto que interessa diretamente a esta pesquisa, coube ao médico inglês Willian Farr (1807-1883), enquanto contratado pelo Escritório de Registros Gerais de Londres, o pioneirismo na análise das causas de mortes inglesas e a utilização desses dados como forma de sugerir aos governos medidas de prevenção sanitária²⁷. Seu relevante trabalho lhe creditou a inclusão na seleta lista de fundadores da estatística médica.

A utilização dos elementos matemáticos da estatística no campo do saber médico assistiu a um meteórico desenvolvimento no segundo quarto do século XIX, e impulsionou diversos países europeus a instalarem conselhos, criarem legislações específicas sobre higiene e, em suma, encetarem movimentos de reforma sanitária²⁸. Pode-se elencar aqui, a critério de exemplificação que, em 1865, em Munique na Alemanha, fora criada a primeira cadeira acadêmica de Higiene do país, na qual se destacou o pioneiro trabalho de Max Von Pettenkofer, químico e fisiologista, que se destacou pelo aprofundamento em análise laboratorial sobre higiene da nutrição, vestuário, ventilação, água e esgotos. Desta forma, pode-se afirmar que floresce na Europa o mito do *higienismo*, ou seja, “ao considerar a higiene como uma forma de aplicação de várias ciências na manutenção de bem-estar, cria-se a ideia de uma unidade de conhecimento em prol do bem viver²⁹”.

O século XIX é marcado pelo impacto da Revolução Industrial nos modos de vida da sociedade europeia, em especial as sociedades inglesa e francesa, gerando um incremento importante no quantitativo de pessoas residindo nos centros urbanos, diretamente relacionado às miseráveis habitações e às condições desumanas de trabalho. A associação entre pobreza e enfermidade não tardou a aparecer nos trabalhos dos médicos daquele século, da qual pode-se destacar a *Tabela do estado físico e moral dos operários empregados na manufatura de algodão, de lã e de seda*, de Louis René Villermé (1782-1863) na qual o autor debate a relação proporcional existente entre as condições socioeconômicas do operariado francês e o estado de saúde desses trabalhadores³⁰.

²⁷ RAFFIN-ALLAMEL, Catherine. LEPLÈGE, Alain. JUNIOR, Lybio Martire. *História da Medicina*. p.60.

²⁸ LAROCCA, Lilians Muller. MARQUE, Vera Regina Beltrão. *Quando a higiene se torna pública: saúde e estado*.

²⁹ LAROCCA, Lilians Muller. MARQUE, Vera Regina Beltrão. *Quando a higiene se torna pública: saúde e estado*.

³⁰ Contemporâneo de Villermé, Edwin Chadwick (180-1890) realizou trabalho semelhante com o operariado inglês.

Esse paralelo entre saúde e ambiente não era debate novo na medicina, remontado à Hipócrates, que defendia a influência do ar na raiz das doenças. Entretanto, essa relação ganhou forte repercussão no século XIX, especialmente após as epidemias de cólera que, sucessivamente, deixavam seus rastros na Europa da primeira metade daquela centúria. Não tardou para que o médico inglês John Snow (1813-1858) provasse empiricamente, em 1853, que a origem daquela doença se encontrava na água contaminada³¹. Deste ponto, não tardou para que os pesquisadores se enveredassem pelo estudo dos microorganismos e seu papel no desenvolvimento das doenças animais e humanas. Cumpre destacar os pioneiros trabalhos de Louis Pasteur (1822-1895) e Robert Koch (1843-1910) que transformaram o diagnóstico e a terapêutica de doenças contagiosas proporcionando um avanço imensurável no estudo dos “germes” e deixando sua marca indelével na medicina que nascia desses estudos.

O crescente descrédito conferido à teoria miasmática e a ascensão da bacteriologia, especialmente após os trabalhos de Henle, Cohn, Pasteur, Koch e Lister forneceram novas bases para se “pensar higiene”. Passa-se então a abandonar a concepção social como causadora das doenças e postular que cada doença se originava de um agente etiológico. Desta forma, a higiene se adequou à era bacteriológica e tornou-se, cada vez mais, conjunto normatizador, engendrador de comportamentos sociais. “A Higiene possui normas, recomendações e medidas que, se aplicadas, fariam com que o indivíduo se mantivesse em estado de saúde até a morte natural³²”.

Totalidade interdisciplinar (como aplicação de um conjunto de ciências) ou saber que se adere à vida, a Higiene cria um discurso de alusão-ilusão às condições reais de existência: alusão na medida em que discursa sobre o valor de uso da própria existência humana, e ilusão enquanto centra nas medidas higiênicas a solução dos problemas que estão na própria condição de ser vivente³³.

Todos esses fatores correlacionados são fundamentais para o surgimento de uma noção de saúde pública e de higiene social que serão a tônica das intervenções

³¹ RAFFIN-ALLAMEL, Catherine. LEPLÈGE, Alain. JUNIOR, Lybio Martire. História da Medicina. p.62.

³² LAROCCA, Lilliana Muller. MARQUE, Vera Regina Beltrão. Quando a higiene se torna pública: saúde e estado.

³³ Idem.

médicas na sociedade a partir do último quarto do século XIX e adentrando o século XX.

O referido discurso higienista apresenta-se como uma solução, praticamente infalível, dos problemas sociais de forma a inserir-se em uma imensa gama de espaços da sociedade, como a educação, a saúde e, principalmente, a família – em seu ponto mais íntimo: a reprodução. Cumpre-se engendrar o comportamento do ser humano através da introjeção por este do discurso científico que o responsabiliza pelo seu próprio bem-estar.

Observa-se, porém, que se trata de um discurso vertical, emanado diretamente da classe médica, detentora e, porque não, monopolizadora desse saber. Dessa forma, pode-se afirmar, sem receio, que esse discurso se converteria rapidamente em medidas de controle e de autoritarismo³⁴. É dessa forma que, na Alemanha do século XIX, surgiram as políticas sanitárias, tal como as concebemos atualmente. Elas tinham a “função de garantir o bem-estar e a segurança da população, utilizando, se necessário, métodos coercitivos e repressivos”³⁵.

Espalhando-se rapidamente pela Europa e Estados Unidos, as políticas sanitárias desembarcam no Brasil, sendo incorporadas pela Saúde Pública como método de controle social, frequentemente utilizando-se de milícias para sua realização. Mais ainda, no Brasil, esses ideais surgem como bastiões de um caminho para a “civilização”, de um “modelo de aperfeiçoamento moral e material que teria validade para qualquer povo, ou seja, o caminho da grandeza e prosperidade por meio da Higiene Pública³⁶”.

Temos então uma hegemonia do discurso higienista no país que partia da oposição entre “civilização e tempos coloniais”. O chamado caminho da civilização postula entre os políticos brasileiros as seguintes premissas higienistas: possibilidade de aperfeiçoamento moral e material que teria validade para qualquer povo e a grandeza e prosperidade dos países acontecendo por meio da solução de problemas sanitários³⁷.

Pode-se, sem equívoco, afirmar que a Higiene transpassa o espaço médico-científico e torna-se uma verdadeira ideologia, que objetivava colocar o Brasil no

³⁴ LAROCCA, Liliana Muller. MARQUES, Vera Regina Beltrão. Quando a higiene se torna pública: saúde e estado.

³⁵ Idem.

³⁶ Idem.

³⁷ Idem.

caminho da “civilização”. Desta forma, a higienização desempenhou um papel social ímpar, penetrando, moldando e modificando a cultura global e se apresentando como o único caminho possível para o desenvolvimento e progresso do país³⁸.

2.3O avanço dos estudos que culminaram no surgimento do campo da genética: séculos XIX e XX

Pioneiro nos estudos acerca da população irlandesa ao debruçar-se sobre os dados obtidos através do censo de Dublin de 1815, o otorrinolaringologista e oftalmologista irlandês, William Robert Wills Wilde³⁹ (1815-1876), percebeu que havia uma incidência muito alta de perda auditiva congênita na cidade e que essa patologia era muito comum em famílias onde havia uniões entre primos ou casamentos consanguíneos⁴⁰. Era a primeira vez que se aventava a hipótese de que a consanguinidade entre os pais aumentava as chances para a ocorrência de determinada patologia.

Acredita-se que esta constatação tenha impressionado Wilde de tal forma que ele dedicou anos de pesquisa a investigar as possíveis relações entre a surdez congênita e a consanguinidade entre os progenitores. Para tanto, foi dirigindo seu próprio hospital, o Hospital Oftalmológico de São Marcos para Doenças do Olho e do Ouvido, situado em Dublin, na Irlanda, que Willian Wilde encontrou um espaço privilegiado para conduzir o primeiro estudo sistemático relacionado àquela patologia. Em 1853, ao publicar a referida pesquisa, denominando-a de *Observações práticas sobre cirurgia auditiva e a natureza e tratamento das doenças do ouvido*, o otorrinolaringologista inscreveu seu nome, definitivamente, como pioneiro a postular que a consanguinidade parental era um elemento importante para a ocorrência de uma doença⁴¹. Desta forma, Willian Wilde relacionava diretamente a causa da surdez congênita àquilo que hoje denominamos de hereditariedade genética e, ao relatar a etiologia hereditária da surdez congênita,

³⁸ Idem.

³⁹ William Robert Wills Wilde, nasceu em março de 1815 em Kilkeevin, Condado de Roscommon, Irlanda e faleceu em 19 de abril de 1876 com 61 anos em Dublin, Irlanda.

⁴⁰ KEOGH, Ivan. Perda Auditiva Hereditária. IX Manual de Otorrinolaringologia pediátrica da IAPO. p.288. https://cdn.gn1.link/iapo/manuals/br_Perda-Auditiva-Hereditaria.pdf. Acessado em 25/01/2022 às 12h33.

⁴¹ GODINHO, Ricardo. KEOGH, Ivan. EAVEY, Roland. Perda auditiva Genética. Revista Brasileira Otorrinolaringologia. V.69, n.1, 100-4, jan./fev. 2003.

confirmava sua suspeita de que os casamentos consanguíneos eram responsáveis pela maior ocorrência dessa anomalia.

Em 1875, Willian Wilde, já nomeado comissário médico do censo irlandês desde 1841 e editor do *Dublin Journal of Medical Science* desde 1845, valeu-se de ambos para postular definitivamente que a ocorrência de casamentos consanguíneos – e a proximidade dessas uniões – era diretamente proporcional à incidência de doenças hereditárias⁴². Para tanto, Wilde criou heredogramas de vários grupos familiares de Dublin e identificou aqueles nos quais era inquestionável a transmissão de surdez congênita por uma causa hereditária. Dentre esses selecionados, o pesquisador constatou elevada proporção de casamentos consanguíneos. Por fim, Wilde ainda apontou a prevalência de homens entre as pessoas acometidas pela doença, entretanto, somente no início do século XX foi possível explicar que esta última constatação se deve a transmissão recessiva ligada ao cromossomo X⁴³.

A despeito do pioneirismo de Wilde ao relacionar diretamente os casamentos consanguíneos como agentes potencializadores da transmissão de patologias hereditárias, a suspeita de que as doenças poderiam ser transmitidas de geração em geração em uma mesma família pairava há mais de oito séculos sobre aqueles que se dedicavam a debater esse assunto. Segundo Arno Motulsky, algumas descrições sistemáticas de doenças hereditárias foram relatadas antes do século X. Por exemplo, a hemofilia e o daltonismo, que possuem sua transmissão hereditária ligada ao sexo dos progenitores, foram explanadas no final do século VIII e início do século IX⁴⁴.

Alfredo Rafaell Dell'Aringa afirma que as primeiras referências a perdas auditivas, relacionadas à hereditariedade, temática principal que moveu a pesquisa de Wilde, aparecem já no século XVI. Em 1584, Johannes Schenck von Grafenberg⁴⁵ (1530-1598) estudou a surdez profunda congênita em primos de primeiro grau que tinham pais normais. Seus estudos foram escritos no

⁴² MOTULSKY, Arno G. Joseph Adams (1756-1818). Um fundador esquecido da genética médica. *AMA Archivo Interno da Medicina*. Setembro de 1959;104(3):490-496.

⁴³ DELL'ARINGA, Alfredo Rafael. **Contribuição ao estudo da etiologia das perdas auditivas hereditárias, progressivas e de causas desconhecidas**. 1999. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. p.2.

⁴⁴ MOTULSKY, Arno G. Joseph Adams (1756-1818). Um fundador esquecido da genética médica.

⁴⁵ Johannes Schenck von Grafenberg (1530- 1598) era um médico alemão que estudou em Tübingen, e mais tarde foi médico da cidade de Freiburg im Breisgau. Trata-se de um dos pesquisadores mais influentes na medicina durante o final do Renascimento.

Observationum medicarum rariorum, libri VII, composto por sete volumes. Mesmo que temerário, pode-se aventar que Willian Wilde acessou os estudos de Schenck, ao menos na obra de 1875, para postular a importância da consanguinidade parental para a perda auditiva.

Por sua vez, no século XVIII, especificamente em 1752, Pierre-Louis Moreau de Maupertuis⁴⁶ (1698-1759) publicou a descrição de uma família com polidactilia⁴⁷ havia quatro gerações e demonstrou que essa característica era herdada dos progenitores⁴⁸. Maupertuis, fiel à filosofia natural newtoniana, construiu uma sólida carreira científica e filosófica junto à *Academia de Ciências de Paris*. Deixou estudos em geometria, física, astronomia e, o que é mais caro à esta pesquisa: biologia. Nesta última área, o pesquisador publicou duas obras de relevância para o tema que aqui se debruça: *Vênus física* (1745) e *Sobre a geração dos animais* (1752). Nesta, de 1752, Maupertuis postula a referida herança de polidactilia dos progenitores; naquela de 1745, ele apresenta sua primeira teoria da geração dos organismos.

Segundo Dell'Aringa, em *Sobre a geração dos animais*, o apreço de Maupertuis pela matemática permitiu ao pesquisador valer-se de cálculos de probabilidade para provar que o acaso sozinho não seria capaz de explicar a transmissão hereditária de doenças, como a polidactilia⁴⁹. Já *Vênus física* surgiu da instigante chegada em Paris, no ano de 1744, de uma família negra que possuía um filho albino. Este acontecimento acendeu inúmeros questionamentos em Maupertuis, que se debruçou sobre o tema para investigar, dentre outras questões, se essa anomalia poderia significar o retorno da condição ancestral branca da espécie humana, corrente esta, com inúmeros adeptos naquele século⁵⁰. Indubitavelmente, o pesquisador não conseguiu comprovar essa hipótese, entretanto, o questionamento acerca de que as características mais marcantes das raças e das espécies deveriam permanecer inalteradas de uma geração a outra possuiu força suficiente para mover

⁴⁶ Pierre-Louis Moreau de Maupertuis (1698–1759): matemático e astrônomo francês, membro da Academia de Ciências Francesa (1723) e da Royal Society de Londres (1728). Foi convidado para ser presidente da Real Academia de Ciências da Prússia pelo rei Frederico, O Grande, em 1740, cargo que ocupou entre 1745 e 1753.

⁴⁷ Polidactilia significa a presença de dedos adicionais nas mãos ou pés. Trata-se de uma deformidade congênita e não necessariamente o paciente que apresenta esses dedos extras vai precisar de algum tipo de tratamento ou de atenção médica por conta dessa alteração.

⁴⁸ DELL'ARINGA, Alfredo Rafael. **Contribuição ao estudo da etiologia das perdas auditivas hereditárias, progressivas e de causas desconhecidas**. p.1.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ RAMOS, Maurício de Carvalho. Maupertuis e o pensamento evolutivo na época das Luzes. Revista Kronos. Número 2. Ano 2. p.136

o gênio do autor em busca de respostas. Essas perguntas e suas respectivas hipóteses resultaram na supracitada obra de 1745 e constituíram-se importantes contribuições para a teoria da geração orgânica, bastante relevante no século das Luzes⁵¹.

Por outro lado, um importante pesquisador sete-oitocentista que não assistiu ao reconhecimento da relevância de seu trabalho foi Jean-Baptiste-Pierre-Antoine de Monet (1744-1829). Conhecido pelo nome Chevalier Lamarck, o pesquisador desenvolveu a hipótese dos “caracteres adquiridos”, segundo a qual as modificações que se produzem nos indivíduos ao longo da sua vida como consequência do uso e desuso dos órgãos são hereditárias, originando mudanças morfológicas no conjunto da população. Entretanto, mesmo descartadas atualmente, a teoria de Lamarck obteve considerável repercussão após a morte do pesquisador.

O século XIX de Willian Wilde inicia-se profícuo, quando o assunto era publicação de pesquisas acerca de doenças hereditárias. Já em 1808, Antoine Portal (1742-1832), que fora presidente fundador da *Académie Nationale de Médecine* da França, publicou a primeira edição de um trabalho intitulado *Considerations sur la nature et traitement de quelques maladies héréditaires ou de famille* (Considerações sobre a natureza e tratamento de qualquer doença hereditária ou de família). Nesta obra, pelo próprio título, o autor faz claras referências às doenças hereditárias.

Seis anos mais tarde, em 1814, Joseph Adams⁵² (1756-1818) descreveu os princípios gerais daquilo que hoje se denomina genética médica⁵³ ao promover um estudo sistemático da transmissão de doenças hereditárias⁵⁴. Para tanto, o pesquisador debruçou-se sobre a hereditariedade da osteosclerose por quatro gerações de uma mesma família⁵⁵. Reitera-se, entretanto, que apenas com o trabalho de 1853 de Willian Wilde foi possível estabelecer um paralelo entre os casamentos consanguíneos e a incidência de doenças hereditárias.

⁵¹ RAMOS, Maurício de Carvalho. Maupertuis e o pensamento evolutivo na época das Luzes. p.136.

⁵² Joseph Adams (1756-1818) foi um médico e cirurgião inglês, descrito por historiadores da ciência como um fundador esquecido da genética médica e o primeiro geneticista clínico. Em 1814, ele escreveu um tratado sobre as supostas propriedades hereditárias das doenças baseado em anos de pesquisa clínica.

⁵³ MOTULSKY, Arno G. Joseph Adams (1756-1818). Um fundador esquecido da genética médica.

⁵⁴ ADAMS, Joseph. Um tratado sobre as supostas propriedades hereditárias das doenças, contendo observações sobre os terrores infundados e advertências imprudentes resultantes de tais opiniões errôneas; com notas, ilustrativas do assunto, particularmente na loucura e escrófula. Disponível em *fac-símile* em: <https://archive.org/details/b28267473>. Acesso em 26/01/2023 às 16h54.

⁵⁵ MOTULSKY, Arno G. Joseph Adams (1756-1818). Um fundador esquecido da genética médica.

Foi justamente na esteira de Wilde que, cinco anos após a publicação de *Observações práticas sobre cirurgia auditiva e a natureza e tratamento das doenças do ouvido*, em 1858, Albrecht von Graefe⁵⁶ (1828-1870), oftalmologista alemão, descreveu a ocorrência de retinite pigmentosa⁵⁷ e surdez congênita em três irmãos⁵⁸. Entretanto, fora apenas em 1914, que Charles Howard Usher (1865-1942), oftalmologista escocês no *Aberdeen Hospital for Sick Children*, descreveu a transmissão da referida patologia em várias famílias e identificou-as como uma condição hereditária⁵⁹, fazendo com que a descoberta de Graefe passasse a ser conhecida como Síndrome de Usher.

Cinco anos depois da publicação de Albecht Graefe, em 1863, Wilhelm Kramer (1801-1875) apresentou o mesmo tema que William Wilde, mas, ao contrário deste, nega que a surdez poderia ser hereditária. Curiosamente, Kramer admite que “crianças surdas e mudas frequentemente tinham numerosos primos surdos-mudos tanto do sexo masculino quanto do feminino⁶⁰”.

Mais dois anos e foram publicadas pela primeira vez, por Gregor Mendel (1822-1884), as denominadas Leis de Mendel. Gregor Mendel era um monge agostiniano que conduziu uma pesquisa sistemática com 28 mil experimentos de cruzamentos de ervilhas, a partir dos quais descobriu a diferença entre genes dominantes e recessivos, que foram a base do seu tratado sobre plantas híbridas⁶¹. Entretanto, para este momento deste tópico, o referido trabalho de Mendel é irrelevante, uma vez que suas leis não foram apreciadas como uma explicação para a transmissão hereditária das doenças até o início do século XX⁶².

Apenas em 1900, com as obras de Hugo Marie de Vries⁶³ (1848-1945), Carl Franz Joseph Erich Correns⁶⁴ (1864-1933) e Erich Von Tschermak-Seysenegg⁶⁵

⁵⁶ Friedrich Wilhelm Ernst Albrecht von Gräfe (1828-1870) foi um pioneiro da oftalmologia alemã.

⁵⁷ Retinite pigmentosa é uma degeneração rara e progressiva da retina que pode levar à perda de visão moderada a grave. A retinite pigmentosa quase sempre é hereditária.

⁵⁸ KEOGH, Ivan. Perda Auditiva Hereditária. IX Manual de Otorrinolaringologia pediátrica da IAPO. p.288. <https://cdn.gn1.link/iapo/manuals/br/Perda-Auditiva-Hereditaria.pdf>. Acessado em 25/01/2022 às 17h13.

⁵⁹ GODINHO, Ricardo. KEOGH, Ivan. EAVEY, Roland. *Perda auditiva Genética*. p.101

⁶⁰ DELL'ARINGA, Alfredo Rafael. **Contribuição ao estudo da etiologia das perdas auditivas hereditárias, progressivas e de causas desconhecidas**. P.2.

⁶¹ KEOGH, Ivan. Perda Auditiva Hereditária. p.288.

⁶² GODINHO, Ricardo. KEOGH, Ivan. EAVEY, Roland. *Perda auditiva Genética*. p.101

⁶³ Hugo Marie de Vries foi um biólogo holandês, um dos três cientistas a quem se atribui o redescobrimto do trabalho de Mendel no ano de 1900, sobre as leis da hereditariedade. Ele foi precursor do estudo experimental da evolução dos seres vivos e lançou fundamentos da pesquisa genética moderna.

(1871-1962), que as pesquisas de Mendel foram redescobertas. Entretanto, durante essas décadas, as obras do hoje aclamado “pai da genética”, mesmo caídas em relativo esquecimento, podiam ser consultadas nas principais bibliotecas dos Estados Unidos e da Europa⁶⁶.

Nesse hiato de reconhecimento da pertinência do trabalho de Mendel, a área que se debruçava sobre a hereditariedade e a transmissão geracional de doenças não ficou sem assistir ao surgimento de novas pesquisas. Em 1880, Arthur Wilhelm Hartmann⁶⁷ (1849-1931), otorrinolaringologista alemão, defendeu enfaticamente a importância da consanguinidade para a “transmissão autossômica recessiva em perdas auditivas⁶⁸”. Hartmann estudou em Viena, onde tornou-se amigo de Ádám Politzer⁶⁹ (1835-1920). Este, de maior renome que o primeiro, tornou-se professor de otorrinolaringologia na Universidade de Viena em 1861 onde inventou muitos dispositivos médicos para o diagnóstico e tratamento de doenças do ouvido⁷⁰. No que tange ao objeto de estudo desta pesquisa, em 1882, Ádám Politzer afirma que “a causa mais frequente de surdez congênita é a hereditariedade, incluindo a transmissão direta através dos pais, como também a indireta através dos antepassados, e casamentos consanguíneos entre parentes⁷¹”.

Como um passo importante nas pesquisas acerca da transmissão hereditária de doenças, em 1896, o estadunidense Edmund Beecher Wilson (1856-1939) publicou *A Célula no Desenvolvimento e na Herança*, propondo que os elementos

⁶⁴ Carl Franz Joseph Erich Correns foi um botânico alemão, que se destaca principalmente por sua descoberta independente dos princípios da hereditariedade, que ele alcançou simultaneamente, mas independentemente do botânico Hugo de Vries e por sua redescoberta do artigo anterior de Gregor Mendel sobre o assunto.

⁶⁵ Erich von Tschermak-Seysenegg foi um botânico austríaco, a quem se costuma atribuir a redescoberta dos trabalhos de Gregor Mendel, juntamente com Hugo de Vries e Carl Correns.

⁶⁶ GILBERT, Scott F. *Biologia do Desenvolvimento*. 5ª Ed. Riberão Preto, SP: FUNPEC Editora, 2003.

⁶⁷ Hartmann nasceu em Heidenheim, Alemanha. Estudou em Tübingen, Freiburg e Leipzig. Foi médico e professor universitário. Em Berlim tornou-se conhecido otorrino ao tratar os filhos do rei alemão. Em 1901 Hartmann fundou a Sociedade de Otorrinolaringologia de Berlim.

⁶⁸ DELL'ARINGA, Alfredo Rafael. **Contribuição ao estudo da etiologia das perdas auditivas hereditárias, progressivas e de causas desconhecidas**. p.2.

⁶⁹ Ádám Politzer (1835-1920) nasceu em Alberti, perto de Budapest. Era de uma família judia em boa situação econômica e seus pais lhe proporcionaram uma excelente educação. Estudou Medicina na Universidade de Viena, diplomando-se em 1859. Trabalhou com o fisiologista Carl Ludwig, interessando-se logo pelo estudo dos princípios físicos do sistema auditivo. Foi nessa ocasião que ele estudou a inervação dos músculos estapédio e tensor tympani. Faleceu em 1920, aos 85 anos, reverenciado como um pioneiro da Otologia moderna na História da Medicina.

⁷⁰ <https://www.ent-hnshistoricalsociety.org/history/>. Acesso em 25/01/2021 às 18h10.

⁷¹ DELL'ARINGA, Alfredo Rafael. **Contribuição ao estudo da etiologia das perdas auditivas hereditárias, progressivas e de causas desconhecidas**. p.2.

formadores se encontravam nos cromossomos nucleares⁷². Wilson era um embriologista cujo trabalho, na fase precoce da embriologia e da determinação sexual, avançou muito as hipóteses cromossômicas do desenvolvimento. Segundo Scott Gilbert, o pesquisador retomou os primeiros trabalhos que abordam a transmissão hereditária de doenças, com destaque à obra de Francis Galton (1822-1911), primo de Charles Darwin, que publicou a obra *Hereditary Genius*, em 1869, defendendo a tese de que um homem notável teria filhos notáveis⁷³. Galton foi um dos primeiros pesquisadores a influenciarem a abordagem da temática e suas pesquisas desenvolveram o conceito de eugenia que passou a ser cunhado em 1883 na obra *Inquiries into Human Faculty and Its Development*⁷⁴. O trabalho de Galton sobre a hereditariedade e aquilo que o pesquisador denominou de "bem nascidos" tiveram grande difusão no campo científico do século XIX e se opunham aos trabalhos supracitados de William Wilde (1853) e Albrecht Graefe (1858), que apresentavam a transmissão de doenças através da hereditariedade.

Importa ainda ressaltar que a maioria desses trabalhos pautava-se na mais difundida destas teorias, a da pangênese, segundo a qual cada órgão do corpo humano produziria gêmulas que se agregariam e seriam encaminhadas ao sêmen e ao sangue feminino, transmitindo as características dos pais ao futuro filho⁷⁵. Essa explicação provinha de longa data, situando sua origem na medicina Hipocrática. Exemplo da ampla divulgação dessas teorias encontra-se nas obras de Charles Robert Darwin (1809-1882), nas quais pode-se constatar que o renomado "evolucionista" a levou em consideração ao escrever *A origem das Espécies* em 1859⁷⁶.

Portanto, pode-se concluir que o crepúsculo do século XIX assistiu à considerável efervescência das pesquisas que associam consanguinidade e transmissão hereditária de patologias que, após 1920, comporiam o campo da Genética que se desmembraria então da embriologia humana. Ainda que tenha recebido pouca atenção da comunidade científica do século XIX, o retorno aos escritos de Gregor Mendel na segunda década do século XX, cujas obras entraram

⁷² GILBERT, Scott F. *Biologia do Desenvolvimento*.

⁷³ GILBERT, Scott F. *Biologia do Desenvolvimento*.

⁷⁴ <http://galton.org/books/human-faculty/text/human-faculty.pdf>. Acesso em 16/07/2018 às 08h33.

⁷⁵ ARCANJO, Fernanda Gonçalves. SILVA, Edson Pereira da. *A Pangênese Darwiniana: o uso de velhas ideias para introduzir novidades no ensino de biologia*. *Revista da SBEnBIO*. Nº7. Outubro de 2014.

⁷⁶ <http://ecologia.ib.usp.br/ffa/arquivos/abril/darwin1.pdf>. Acesso em: 15/06/2018 às 14h56.

na ordem do dia naquele momento, foi fundamental para inspirar novas pesquisas e permitir que o campo da genética alcançasse novos voos. Destarte, pode-se afirmar, sem receio, que os dois trabalhos apresentados por Mendel sobre suas descobertas só foram de fato lidos pela comunidade científica no alvorecer do século XX.

Todavia, o hiato que afligiu a obra de Mendel, desde sua publicação até o supracitado período, não pode ser atribuído a uma possível não divulgação destes pelo cientista. Gregor Mendel publicou dois trabalhos abordando suas descobertas e os apresentou à *Sociedade de História Natural de Brno* em dois encontros. O primeiro, denominado *Versuche über Pflanzen-hybriden*⁷⁷ (Ensaio com plantas híbridas), em 1865, e o segundo em 1869, denominado *Hierácias obtidas pela fecundação artificial*. Ambos foram resultados de dez anos de experiências com hibridação de ervilhas que lhe permitiram estabelecer aquilo que posteriormente foi denominado de “as leis da hereditariedade”, hoje chamadas de Leis de Mendel, que explicam a transmissão dos caracteres hereditários⁷⁸.

Para formular as referidas leis, Mendel criou em sua pesquisa um sistema para contagem dos híbridos resultantes do cruzamento das plantas e, tomando por base a altura dos vegetais e a cor das sementes e das flores, formulou as leis relativas à hereditariedade dos caracteres dominantes e recessivos, que foram então denominados de “*Formbildungselementen*”, que podem ser traduzidos como “elementos construtores de formas”, denominados posteriormente de genes. Para Scott F. Gilbert, “é na terminologia de Mendel que vemos como, no século XIX, os conceitos de herança e desenvolvimento estavam intimamente entrelaçados”⁷⁹.

Desta forma, a leitura de Gregor Mendel pela academia científica dos primórdios do século XX revolucionou a interpretação das pesquisas publicadas até então e abriu novas perspectivas às pesquisas que surgiriam *a posteriori*. O desenvolvimento da Teoria dos Genes, após esse momento, tornou-se a pedra angular da Genética Moderna. Entretanto, até a década de 1920, as questões específicas da Genética eram abordadas juntamente com as da Embriologia Humana, sendo componentes de um mesmo campo de pesquisa médica. Foi apenas na década de 1920 que o embriologista fisiológico Thomas Hunt Morgan⁸⁰

⁷⁷ <https://www.esp.org/foundations/genetics/classical/gm-65.pdf> . Acesso em 20/06/2018 às 14h35.

⁷⁸ GILBERT, Scott F. Biologia do Desenvolvimento.

⁷⁹ GILBERT, Scott F. Biologia do Desenvolvimento.

⁸⁰ Thomas Hunt Morgan (1866-1945) nasceu em 25 de setembro de 1866, em Lexington, Kentucky, Estados Unidos da América. Ele foi um zoólogo e geneticista renomado. Aos vinte anos se formou na

(1866-1945) redefiniu a Genética como ciência que estuda a transmissão dos traços em oposição à Embriologia, a ciência que estuda a expressão desses traços⁸¹. Coube a Morgan, portanto, desenvolver a Teoria dos genes a partir da Embriologia.

Todavia, torna-se imperioso destacar que o desmembramento da genética do campo da embriologia humana é o recorte final desta presente tese, de forma que as consequências posteriores das novas pesquisas que, agora tinham uma área particular para se inserirem, serão tema para uma pesquisa futura que se debruce sobre tal. A maior parte dos médicos anticonsanguinistas que esta tese estudará nos próximos capítulos falecem antes de presenciar essas novas descobertas. Entretanto, as leituras a que eles tinham acesso em sua época foram suficientes para que eles postulassem pelo abandono da estratégia de casamentos consanguíneos, possivelmente influenciando na vertiginosa queda dos índices de consanguinidade verificados no capítulo 1.

Desta forma, faz-se necessário incursar agora pela forma na qual essa bibliografia oitocentista aporta no Brasil daquela centúria. Para tanto, a análise das revistas de medicina criadas no Brasil a partir da terceira década do século XIX torna-se o campo privilegiado para análise e será o caminho a ser perpassado por este trabalho.

2.4 Os periódicos brasileiros da primeira metade do século XIX

A fim de debruçar-se detidamente sobre a circulação dos postulados médico-científicos no Brasil oitocentista, faz-se necessário enveredar-se pela criação das pioneiras revistas que, a despeito de não se dedicarem à divulgação das temáticas científicas, não se furtaram de publicar esporadicamente textos que a abordavam. Tais periódicos foram a porta de entrada de inúmeros textos europeus no país e também serviram de divulgação para a classe médica nacional daquilo que se produzia de pesquisas no próprio Brasil. Portanto, é inegável que as revistas surgidas no início do século XIX configuram-se fontes privilegiadas de pesquisa para

Universidade de Kentucky, obtendo um doutorado em 1890 após sua formação na Universidade Johns Hopkins em Baltimore, no Estado de Maryland, Estados Unidos. Em 1933, recebeu o Prêmio Nobel de Fisiologia (medicina) por suas descobertas sobre a influência dos cromossomos na hereditariedade. Cf. Lobo, I. & Shawk, K (2008). Thomas Hunt Morgan, genetic recombination, and Gene mapping. *Nature Education* 1(1):205.

⁸¹ GILBERT, Scott F. *Biologia do Desenvolvimento*.

aqueles que se propõem a investigar a circulação de informação no crepúsculo da colônia e no decorrer do império.

É justamente em 1808, ano da vinda da corte portuguesa para o Brasil, que ocorre a criação da *Gazeta do Rio de Janeiro*⁸² (1808-1821), tendo abordado prioritariamente em seus treze anos de circulação os fatos administrativos do reino, a movimentação social da corte e, com especial destaque, a reprodução de textos de periódicos estrangeiros cuja temática favorita era o desenrolar das campanhas napoleônicas. Após a queda do líder francês em 1815, o periódico destinou a maior parte de suas páginas às movimentações da corte europeia e, especialmente após o retorno de Dom João VI para Portugal, aos desdobramentos do processo de independência do Brasil. Naquilo que tange diretamente ao objetivo desta tese, o referido boletim não abordava muitos temas referentes aos estudos científicos, sendo que aqueles poucos presentes em suas páginas eram traduções de artigos produzidos na Europa⁸³.

Uma visita aos números elucida claramente que a *Gazeta* não foi um periódico que dedicasse atenção às atividades científicas de forma recorrente, dado que, de forma geral, lançou 1633 números regulares, acrescidos de 215 Gazetas Extraordinárias e 29 suplementos, totalizando 1877 números, nos quais constam apenas 65 artigos de caráter científico ou técnico e, dentre estes, não mais que 33 sobre temas ligados ao campo da medicina⁸⁴. Todavia, é interessante notar que em

⁸² Fundada em 10 de setembro de 1808, segundo José Carlos Oliveira o boletim era, inicialmente, de distribuição semanal, porém, logo passou a circular as quartas e aos sábados, e, finalmente, às terças, quintas e aos sábados, sem incluir as edições extraordinárias publicadas com grande frequência. Ainda segundo o autor, a *Gazeta* foi dirigida pelo frei Tibúrcio José da Rocha até 1812, sendo então substituído pelo coronel Manuel Ferreira de Araújo Guimarães e por Francisco Ferreira Goulart. Cf. OLIVEIRA, José Carlos. *A cultura científica e a Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)*, *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, Campinas, n.17, p. 29-58, jan./jun. 1997.

⁸³ Os doze primeiros números, datados de 10 de setembro de 1808 a 22 de outubro do mesmo ano, somados a nove publicações extraordinárias, datadas de 14 de setembro a 31 de outubro, não traziam em suas páginas nenhuma menção a temas científicos. É apenas no número 14, de 29 de outubro, que o primeiro texto de caráter científico é publicado abordando os trabalhos químicos realizados pelos laboratórios da Universidade de Coimbra, intitulado *Conta dos trabalhos do Laboratorio Chimico desde 26 de Junho até 14 de Julho* que ocupou uma página do folhetim e fora assinado por Joaquim Baptista, identificado como doutor pelo periódico. Após este, apenas no número 022, datado de 26 de novembro de 1808, é possível ler um artigo sobre estatística de três parágrafos que ocupam meia página, mostrando que *A Gazeta do Rio de Janeiro* não foi um periódico que dedicasse atenção às atividades científicas de forma recorrente. Cf. *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta do Rio de Janeiro*, número 014, quarta-feira, 29 de outubro de 1808, página 1. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/gazeta_rj/gazeta_rj_1808/gazeta_rj_1808.htm. Acesso em 04/01/2022 às 11h17.

⁸⁴ Dentre esses listados 33 artigos, encontram-se tabelas de vacinados e notas referentes a descobertas de tratamentos farmacológicos. Apenas 16 são artigos completos sobre o campo

vários números desse periódico constam propagandas de obras, de caráter científico ou não, que eram lançadas na corte do Rio de Janeiro, constituindo ricas fontes de pesquisa para historiadores que almejam analisar a circulação livresca no Brasil do crepúsculo colonial e alvorecer do império. Contudo, poucas⁸⁵ são as obras que permitem compreender quais temas médicos circulavam na corte do Rio de Janeiro na segunda década do século XIX⁸⁶ como é o caso do anúncio veiculado no número 016 que foi publicado na quarta-feira, 23 de fevereiro de 1814.

Saíram à luz: Aforismos sobre as Hemorragias uterinas, e Convulsões puerperais, por Thomaz Denman, M. D. traduzidos em vulgar por Manoel Alvares da Costa Barreto, Primeiro Cirurgião da Real Câmara e Cirurgião Mór do Reino Honorário. Reimpressos por ordem do Príncipe Regente Nosso Senhor para uso das Escolas Medico-Cirúrgicas novamente reguladas no Brasil. – Em volume separado: Aforismos sobre a Aplicação, e Uso do Fórceps, e Vectis, e sobre partos preternaturais, partos acompanhados de Hemorragias, e de convulsões, pelo mesmo autor e tradutor; por ordem de Sua Alteza Real para o mesmo uso. Dois volumes em 8º pequeno brochado. Vendem-se na Gazeta por 480 réis⁸⁷.

Anúncios como esse são sintomáticos da chegada dos postulados médico-científicos europeu-estadunidenses no Brasil proto-imperial, possibilitando ao historiador traçar o caminho percorrido por esses conhecimentos e sua divulgação e leitura entre os médicos que se instalaram na corte de Dom João VI e/ou ensinavam

médico, com 14 configurando-se cópias de artigos originalmente publicados em periódicos estrangeiros.

⁸⁵ O quantitativo de obras que dissertam sobre temas médicos cresce a partir de 1816, todavia nenhuma delas aborda temas relativos à transmissão hereditária de doenças.

⁸⁶ À guisa de exemplo, *Methodo novo de curar segura e prontamente o Antraz ou Carbunculo, e a Pustula maligna, oferecido aos seus Compatriotas por Luiz de Santa Anna Gomes* é anunciada por 480 réis no periódico de número 084, que circulou em 19 de outubro de 1811; *Plano d'Organização de huma escola Medico-Cirurgica, que por Ordem de Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor; traçou, e escreveo o Doutor Vicente Navarro d'Andrade; Cavaleiro da Ordem de Christo; Oppositor ás Cadeiras de Medicina da Universidade de Coimbra; Membro da Sociedade de Medicina de Paris; da Sociedade Medica d'Emulação, &c*, consta à venda no periódico de número 030, datado de 11 de abril de 1812; *Do Grdo [sic.] de Certeza da Medicina, por P.J.G. Cabanis, &c. Traduzido por Francisco Julio Xavier* é anunciado por 800 reis na Gazeta de 17 de outubro de 1812 e, por sua vez, *Elementos de Hygiene ou dictames theoricos e práticos para conservar a saúde e prolongar a vida*, por Francisco de Mello Franco, é anunciada em dois volumes por 4:800 réis no periódico de número 096, que circulou em 01 de dezembro de 1819. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/gazeta_rj/gazeta_rj_1808/gazeta_rj_1808.htm. Acesso em 17/01/2022 às 15h31.

⁸⁷ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta do Rio de Janeiro*, número 016, quarta-feira, 23 de fevereiro de 1808, página 8. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/gazeta_rj/gazeta_rj_1808/gazeta_rj_1808.htm. Acesso em 07/01/2022 às 17h51.

aos primeiros estudantes de medicina nas recém-criadas Escolas de Medicina “brasileiras”⁸⁸.

Em relação aos artigos, sobressai-se na *Gazeta do Rio de Janeiro* a tradução do discurso proferido pelo secretário da Academia de Ciências de Paris, Georges Leopold Chrétien Cuvier⁸⁹ (1769-1832), quando da instalação desta referida entidade em 24 de abril de 1816 que, ao ocupar três números⁹⁰, é o maior texto dentre aqueles que abordam o campo das ciências e apresenta a discussão corrente na Europa sobre o espaço político e social que a ciência deveria ocupar, destacando a relevância dela para a humanidade, especialmente como forma de beneficiar a produção.

Em consonância com o observado na *Gazeta do Rio de Janeiro*, a análise detida do periódico baiano *Idade d’Ouro do Brasil* (1811-1823)⁹¹ permite encontrar o mesmo espaço e abordagem dada à medicina sendo irrelevante ao objetivo que move esta pesquisa. O periódico trouxe 61 artigos sobre temas voltados às ciências, sendo que 12 eram destinados a matérias médicas⁹². Constata-se que ambos periódicos adotaram a mesma estrutura e enfoque⁹³, modificando as temáticas abordadas prioritariamente de maneira idêntica ao longo do tempo⁹⁴.

⁸⁸ Coloca-se o termo “brasileiras” entre aspas para constatar ao leitor que a presente tese compreende o conceito “Brasil” e “brasileiro” apenas a partir de 1822. Todavia, nesse parágrafo o termo encontra-se deslocado temporalmente de forma a que as aspas permitem ao leitor atentar-se a essa temporalidade indevida.

⁸⁹ Georges Leopold Chrétien Cuvier (Montbéliard, 23 de agosto de 1769 — Paris, 13 de maio de 1832) foi secretário perpétuo da sessão de física da Academia de Ciências de Paris. Cuvier foi naturalista e zoologista, atividade que lhe rendeu a alcunha de “Pai da Paleontologia”. Seu trabalho destaca-se na investigação sobre história natural na sua época, comparando fósseis com animais vivos e estabelecendo a anatomia comparada como um método de conhecimento dos seres vivos.

⁹⁰ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Gazeta do Rio de Janeiro*, números 074, 075 e 076, sábado, quarta-feira e sábado; 14, 18 e 21 de setembro de 1816, páginas 1-4, 3 e 2-4. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/gazeta_rj/gazeta_rj_1808/gazeta_rj_1808.htm. Acesso em 08/01/2022 às 10h15.

⁹¹ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Idade d’Ouro do Brasil*. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/idade-d-ouro/749940>. Acesso em 11/01/2023 às 12h02. É relevante apontar que o periódico *Idade d’Ouro do Brasil* foi publicado de 14 de maio de 1811 a 24 de junho de 1823, todavia a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional não possui todos os números, de forma que a análise se restringe apenas aos números disponibilizados pelo referido arquivo digital.

⁹² Importante observar que alguns números, como, por exemplo, o 013 de 25/06/1811, apresentam na sessão de avisos livros comercializados com temáticas médicas que indicam a chegada dos postulados médico-científicos europeus/estadunidenses no Brasil. A referida sessão é mais organizada e possui maior variedade de obras que a da *Gazeta do Rio de Janeiro*.

⁹³ Interessa observar que, em relação às temáticas médico-científicas, a *Gazeta do Rio de Janeiro* aborda constantemente a vacinação contra varíola, apresentando os números de vacinados, por sua vez a *Idade d’Ouro do Brasil* o faz apenas uma vez. Pondera-se ainda que alguns artigos, incluindo-se os de temática médico-científicas, que aparecem no periódico baiano são assumidamente copiados da gazeta carioca, como reconhecido, por exemplo, no *Idade d’Ouro do Brasil* número 55, de 10 de julho de 1818. Há também aqueles que foram copiados pelas duas publicações de uma

O ano de 1810 marca o impulso à criação de novos periódicos com a criação da Imprensa Régia. Antes dessa data, os boletins eram geralmente impressos em Londres, como é o caso do *Correio Braziliense* (1808-1822) e do *Investigador Português* (1811-1819), o que encarecia e dificultava o surgimento e sobrevivência destes. Segundo José Carlos Oliveira, outro entrave era a censura imposta pela coroa portuguesa⁹⁵, como é denunciado por Hipólito José da Costa (1774-1823), fundador do *Correio Brasiliense* no número 5, seção *Literatura e Sciencias*

[...] nem poderia negar com verdade, que a nação Portuguesa tem muitos homens de talentos, e alguns de erudição, e conhecimentos; somente disse que os entraves, que se põem ás ciências, as perseguições, que sofrem os homens de letras, e outras causas, que eu atribuo ao Governo, fazem com que esses talentos estejam sopitados, e não haja, nem possa haver, produções literárias⁹⁶.

Por acusações como essa, o referido periódico teve a circulação proibida no Brasil e em Portugal, entretanto segundo César Agenor Fernandes Silva, que se dedicou ao estudo aprofundado deste boletim, este não só chegava, como era lido por um considerável número de pessoas no Brasil⁹⁷. Foram 175 números publicados de forma mensal, compostos por cerca de 120 páginas, nas quais figuravam apenas 12 artigos sobre medicina, a maioria deles publicados no biênio 1813-1814. Ainda assim, o *Correio Braziliense* postulava desde a introdução do primeiro número, que se objetivava a “traçar as melhorias das ciências, das artes e de tudo que pudesse ser útil à sociedade em geral”. A supracitada seção *Literatura e Sciencias* deveria ser dedicada a traduzir para o português o conhecimento científico europeu, contudo ao se investigar mais profundamente o periódico, constatou-se que os artigos

mesma fonte estrangeira, sendo, portanto semelhantes. Todavia, em ambos periódicos, nenhum artigo refere-se à transmissão hereditária de doenças.

⁹⁴ De 1811 a 1816 a *Idade d'Ouro do Brasil* priorizou a invasão napoleônica na Europa e de 1821 até 1823 o processo de Independência do Brasil, restando pouco espaço a conteúdos técnico-científicos nessa primeira temporalidade e nenhum espaço na segunda. Ao pesquisador que se interessar pela temática, a *Gazeta do Rio de Janeiro* e a *Idade d'Ouro do Brasil* posicionam-se de forma antagônica quanto ao Processo de Independência do Brasil, sendo a primeira favorável e a última opositora a independência, como se pode ler no número 104, datado de 25/12/1822.

⁹⁵ OLIVEIRA, José Carlos. As ciências no paço de d. João... História, Ciências e Saúde - Manguinhos, Rio de Janeiro, vol.6, n.1, mar./jun. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701999000200009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 28/01/2022 às 19h41.

⁹⁶ Biblioteca Nacional. *Correio Braziliense* Volume 1, Número 5, página 382. http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/correio_braziliense/correio_braziliense.htm. Acesso em 28/01/2022 às 20h31.

⁹⁷ SILVA, César Agenor Fernandes da. **O Correio Braziliense e seu projeto de civilização (1808-1822)**. 2006. Dissertação de Mestrado. UNESP. Franca, 2006.

médicos dividiam espaço com outras temáticas que nem sempre eram oriundas do campo da ciência, embora também pudessem ser encontrados, ocasionalmente, artigos desse campo em outras seções⁹⁸.

Nesse periódico, merece destaque o artigo *Abstrato das Demonstrações do Curso de Leituras do Doutor Spurzheim sobre o Systema Physiognomico do Doutor Gall*⁹⁹ que ocupa sete páginas do número 79, lançado em dezembro de 1814, e se estende por mais dezenove páginas do número 80, de janeiro de 1815. A extensão espacial ocupada pelo artigo no periódico, o mais extenso de todos que abordam temáticas técnico-científicas no *Correio*, por si só já obrigaria o pesquisador a deter o olhar sobre ele. Contudo, sua importância extrapola o quesito tamanho e abrange as raízes de um campo científico que ganhou considerável notoriedade no último quartel do século XIX e primeira metade do século XX determinando políticas públicas que marcaram indelevelmente a história da humanidade – a Eugenia.

É relevante apontar que a Eugenia “nasce” oficialmente com Francis Galton¹⁰⁰ (1822-1911), na obra *Inquiries into Human Faculty and Its Development*¹⁰¹ de 1883, na qual o autor postula que a “raça” humana poderia ser melhorada caso fossem evitados “cruzamentos indesejáveis”¹⁰². Todavia, é indispensável associar o trabalho de Galton a uma extensa gama de pesquisas que o antecederam no século XIX europeu, dentre as quais se destaca a Frenologia¹⁰³, que fora desenvolvida

⁹⁸ De forma semelhante à Gazeta do Rio de Janeiro e à Idade d'Ouro do Brasil, é possível constatar a publicação em quase todos os números do *Correio Braziliense* de anúncios de livros que estavam recentemente lançados, tornando-se um excelente instrumento de pesquisa sobre as obras médicas que circulavam na corte carioca daquela década. Nesse sentido, é interessante apontar que, se é verdade que desde o número 85 até o número 175 não há sequer um artigo sobre medicina, também o é que não há um só número que não propague essas referidas obras que se encontravam a venda, inclusive médicas, lançadas nos mais diversos países da Europa.

⁹⁹ *Coleção Brasileira*, U.S.P., Acervo Digital. *Correio Braziliense*, números 79 e 80, dezembro de 1813 e janeiro de 1815, páginas 802 e 48. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6868>. Acesso em 12/01/2023 às 19h01.

¹⁰⁰ Francis Galton (1822-1911), antropólogo, meteorologista, matemático e estatístico inglês. Ganhou notoriedade ao publicar em 1883 a obra *Inquiries into Human Faculty and Its Development*, sendo considerado, portanto, pai da Eugenia.

¹⁰¹ GALTON, Francis. *Inquiries into Human Faculty and Its Development*. Londres: Blurb, 2019 [E-book]. Disponível também em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/gu011562.pdf>. Acesso em 13/01/2023 às 16h06.

¹⁰¹ Todavia, é importante apontar que Galton se inspirou em diversos trabalhos anteriores para desenvolver seu raciocínio. Ainda, o próprio Galton já postulava essas premissas em outra obra de sua autoria, *Hereditary Genius* de 1869. Cf. GALTON, Francis. *Hereditary Genius*. Londres: Julian Friedmman, 1979.

¹⁰² GALTON, Francis. *Inquiries into Human Faculty and Its Development*.

¹⁰³ Alguns pesquisadores compreendem a Frenologia como uma *pseudociência*. Segundo Peter Lamont, François Magendie (1783-1855) foi o primeiro a referir-se à *frenologia* como uma *pseudociência*, em 1843, sendo, inclusive o responsável pela criação da própria expressão

justamente pelo doutor Franz Joseph Gall¹⁰⁴ (1758-1828), sobre o qual o *curso de leituras* do doutor Johann Gaspar Spurzheim¹⁰⁵ (1776-1832) dissertava.

O artigo do *Correio Braziliense*, que traduz para o português o texto das lições de Spurzheim, insere-se justamente em um momento em que o referido doutor estava se desatrelando de seu mestre doutor Gall¹⁰⁶. A leitura atenta do artigo permite concluir que o antigo discípulo estava propondo um novo sistema frenológico que, mesmo guardando os principais postulados, reservava algumas diferenças importantes com aquele original de seu mestre. Em suma, as diferenças residem em afirmar que não havia “faculdades perversas” responsáveis, por exemplo, pelo assassinato ou roubo¹⁰⁷, como fora proposto por Gall. Todavia, a este trabalho, interessa observar que o *Correio Brasiliense* trazia, neste artigo, para o leitor brasileiro o mais recente debate deste campo, sendo, portanto, de grande relevância para a compreensão do caminho percorrido pela literatura médica até chegar aos moradores da colônia Brasil da segunda década do século XIX. Ainda, de maior pertinência, é observar que esses estudos nortearam os raciocínios que desencadearam o postulado de objeção aos casamentos consanguíneos,

pseudociência. Cf. LAMONT, Peter. Crenças extraordinárias: uma abordagem histórica de um problema psicológico. São Paulo: Editora UNESP, 2017. p. 52.

Sobre o tema, ver: SABBATINI, Renato M.E. Craniologia, uma Pseudociência Médica. Universidade Estadual de Campinas, 1999. Disponível em: https://www.sabbatini.com/renato/papers/Craniologia_Uma_Pseudociencia_Medica.pdf. Acesso em 13/01/2023 às 15h54; SABBATINI, Renato M.E. A História da Localização Cerebral. Revista Cérebro & Mente, março de 1997. Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: http://www.cerebromente.org.br/n01/frenolog/frenologia_port.htm Acesso em 13/01/2023 às 15h55; BEIGUELMAN, Bernardo. *Genética e ética*. Revista Ciência e Cultura, 1990. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/46463411/Beiguelman-Bernardo-Genetica-y-etica>. Acesso em 13/01/2023 às 15h58.

¹⁰⁴ Franz Joseph Gall (1758-1828), médico nascido em Tiefenbronn (atual Alemanha). É considerado pai da Frenologia, teoria que defende que os caroços e as protuberâncias da cabeça são indicativos do caráter, da personalidade e do grau de criminalidade de um indivíduo. Sua teoria foi lançada em 1800 na obra *Untersuchungen ueber die Anatomie des Nervensystems ueberhaupt, und des Gehirns insbesondere*, cuja tradução é *A Anatomia e Fisiologia do Sistema Nervoso em Geral, e do Cérebro em Particular*.

¹⁰⁵ Johann Gaspar Spurzheim (1776-1832), médico nascido em Tréveris (atual Alemanha). É considerado o importante discípulo de Franz Joseph Gall, sendo o responsável por disseminar a frenologia no Reino Unido e nos Estados Unidos. Em 1813, Spurzheim começou a desenvolver o seu próprio sistema frenológico desvincilhando-se, em parte, de Gall.

¹⁰⁶ MACEDO, Cristian Cláudio Quinteiro. A influência da frenologia no Instituto Histórico de Paris: *raça e história durante a Monarquia de Julho (1830-1848)*. Revista da USP. p.133. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/humanidades/article/download/113338/111294/205136>. Acesso em 13/01/2023 às 16h23.

¹⁰⁷ *Coleção Brasileira*, U.S.P., Acervo Digital. *Correio Braziliense*, números 79 e 80, dezembro de 1813 e janeiro de 1815, páginas 802 e 48. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6868> Acesso em 13/01/2023 às 16h34.

compreendendo-os como promotores de prole defeituosa na segunda metade do século XIX¹⁰⁸.

A análise do *Correio Braziliense* permite apontar que, a despeito de contarem-se apenas 12 artigos que abordavam temáticas médicas, a transcrição das *leituras do Doutor Spurzheim* não foi o único artigo de relevância para o campo, podendo-se vislumbrar, no número 084, datado de maio de 1815, um interessante artigo sobre a *Epilepsia*¹⁰⁹, no número 078, datado de novembro de 1814, um artigo que dissertava sobre novos *Remédios para Gota*¹¹⁰, dentre outros sobre assuntos variados do campo médico.

Ao contrário do baixo quantitativo de artigos dessa temática encontrados no *Correio*, o *Investigador Portuguez* (1811-1819)¹¹¹, de fato, reserva uma sessão fixa para artigos médicos. Desta forma, enquanto o primeiro permeia diversos assuntos, especialmente de cunho político, na sessão que deveria servir às ciências, o segundo reserva a sessão “*Medicina*” para assuntos exclusivamente da área, sendo o único dos dois a cumprir fielmente o discurso comungado por ambos os periódicos, que seja, da proposta de prestar-se a divulgar, em língua portuguesa, as mais recentes descobertas das ciências, com especial destaque para a medicina.

Com efeito, a despeito da ocasional publicação de artigos médicos no *Correio Braziliense*, apenas doze, o *Investigador Portuguez* o faz com mais constância, sendo que a sessão *Medicina* é separada doutra denominada *Química* e, quando figuram artigos sobre agricultura e botânica, estes são dispostos em subdivisão própria, nomeada, justamente, *Agricultura e Botânica*. Não é difícil de concluir, portanto, que o *Investigador* se sobressai como um relevante periódico para esse

¹⁰⁸ MACEDO, Cristian Cláudio Quinteiro. A influência da frenologia no Instituto Histórico de Paris: raça e história durante a Monarquia de Julho (1830-1848).

¹⁰⁹ *Coleção Brasileira*, U.S.P., Acervo Digital. *Correio Braziliense*, números 84, maio de 1815, página 673. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6868> Acesso em 13/01/2023 às 16h43.

¹¹⁰ *Coleção Brasileira*, U.S.P., Acervo Digital. *Correio Braziliense*, números 78, novembro de 1814, página 630. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6868> Acesso em 13/01/2023 às 16h47.

¹¹¹ Tem-se ciência de que, segundo José Carlos de Oliveira que se debruçou sobre esses dois periódicos, havia uma rivalidade latente entre eles que residia no apoio monárquico ao *Investigador Portuguez* em detrimento do *Correio Braziliense*. Cf. OLIVEIRA, José Carlos. Os periódicos portugueses de Inglaterra e a cultura científica brasileira (1808-1821). *Revista de SBHC*, nº19, pp.31-62, 1998. Todavia, é relevante a esse trabalho apenas a abordagem dos artigos médico-científico por esses periódicos, portanto, atenta-se a essa disputa, mas opta-se por não focaliza-la. Nesse sentido, comungando com os periódicos anteriormente abordados no quesito tradução de artigos científicos de revistas europeias, mas, diferentemente do último, obtendo apoio da Coroa Portuguesa, o *Investigador Português* (1811-1819) publicou noventa e dois cadernos com periodicidade mensal. Curiosamente, nascido após a criação da Imprensa Régia (1810), este boletim também era impresso na Inglaterra.

tópico que busca compreender, superficialmente, a chegada dos postulados médico-científicos ao Brasil. À guisa de exemplo, logo no seu primeiro número lançado, datado de julho de 1811, este já reserva 13 páginas para dissertar sobre a História da Medicina¹¹². Por sua vez, no número seguinte, de agosto daquele ano, lê-se um ensaio médico¹¹³ assinado por C. Chisholm¹¹⁴, que se estende por 11 páginas daquele número e continua por mais 18 do número lançado em outubro¹¹⁵. Portanto, vislumbra-se um periódico que apresenta extensa gama de pesquisas do campo médico¹¹⁶, mais especialmente no que tange à extensão dos artigos, que ao todo povoam 232 páginas do periódico de seu primeiro ao último número, do que em relação à quantidade de artigos contabilizados, apenas 19. Interessam de sobremaneira os conteúdos abordados, sendo, portanto, relevante organizar esses artigos por temáticas em comum¹¹⁷, de forma a permitir uma visualização global dos estudos que chegavam à corte carioca daquela década. Para tanto, criou-se o Gráfico 7

¹¹² *Biblioteca Nacional de Portugal*, Acervo Digital. *Investigador Portuguez*, número 001, julho de 1811, páginas 66-79. Disponível em: <https://permalinkbnd.bnportugal.gov.pt/idurl/1/6576>. Acesso em 17/01/2022 às 10h05.

¹¹³ *Biblioteca Nacional de Portugal*, Acervo Digital. *Investigador Portuguez*, número 002, agosto de 1811, páginas 282-293. Disponível em: <https://permalinkbnd.bnportugal.gov.pt/idurl/1/6576>. Acesso em 17/01/2022 às 10h06.

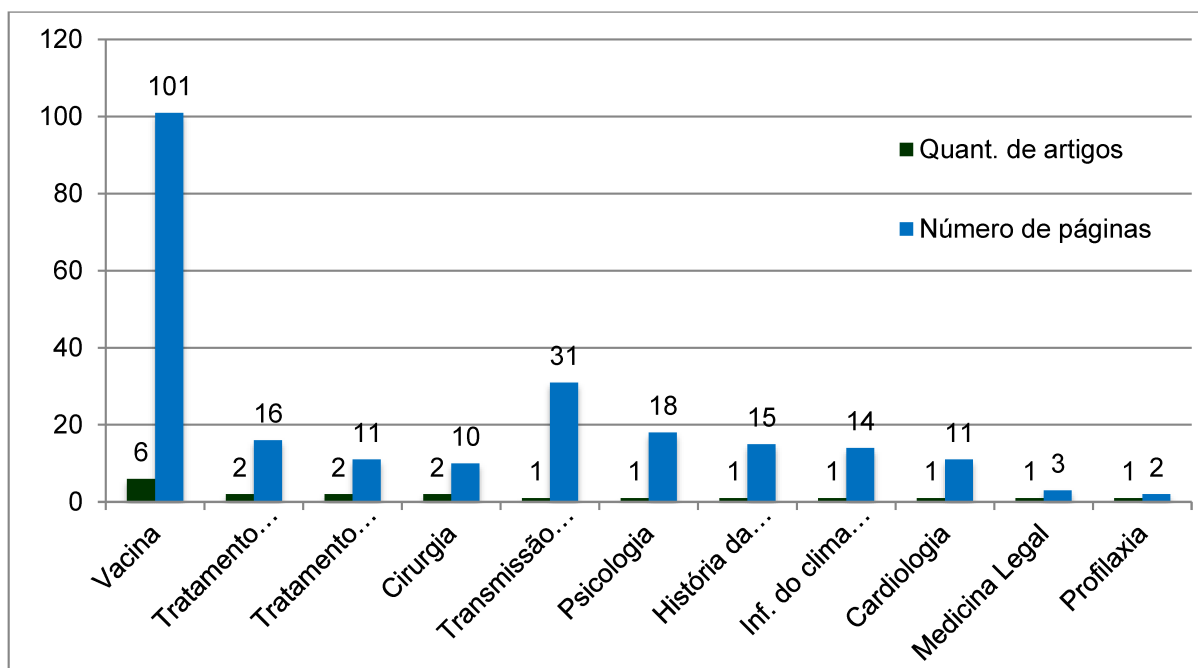
¹¹⁴ Uma breve pesquisa sobre o doutor Chisholm não foi capaz de revelar dados, mesmo que superficiais, desse personagem.

¹¹⁵ *Biblioteca Nacional de Portugal*, Acervo Digital. *Investigador Portuguez*, número 004, outubro de 1811, páginas 630-648. Disponível em: <https://permalinkbnd.bnportugal.gov.pt/idurl/1/6576>. Acesso em 17/01/2022 às 10h29.

¹¹⁶ Importa apontar que as sessões que dissertam sobre temáticas científicas eram diminuídas, ou suprimidas, em algumas ocasiões quando as temáticas políticas ocupavam demasiadamente o espaço do periódico. Quando isso ocorria, o editor colocava uma notação para justificar-se com o leitor, como se pode ver no número 003, datado de setembro de 1811 *ADVERTENCIA./ A quantidade de matérias políticas que tem occor-/rido este mez, nos obriga a encurtar neste numero a/ parte, literatura, e sciencias, por não passar-mos dos/ limites que nos prescrevemos, assim como nos aconteceo em números precedentes.* [*Biblioteca Nacional de Portugal*, Acervo Digital. *Investigador Portuguez*, número 003, setembro de 1811, página 445. Disponível em: <https://permalinkbnd.bnportugal.gov.pt/idurl/1/6576>. Acesso em 17/01/2022 às 10h31]. Ainda em tempo, é importante salientar que na necessidade de diminuir páginas das sessões dedicadas à ciência, optava-se constantemente em suprimir a sessão *Medicina*, em vantagem da sessão *Chimica*.

¹¹⁷ Torna-se imperativo observar que, por abordar os temas médicos de forma separada, essa pesquisa não se debruçou sobre os artigos das sessões *Chimica* e *Agricultura e Botânica* para focalizar no objeto motor desse trabalho, a medicina. Todavia, observaram-se as sobreditas sessões para averiguar se temáticas relativas a esse objeto figuraram nelas, o que ocorreu, por exemplo, no número 18, datado de dezembro de 1812, no qual a sessão de História Natural trazia um artigo que dissertava sobre a influência do clima na formação do caráter e da aparência dos indivíduos. Cf. *Biblioteca Nacional de Portugal*, Acervo Digital. *Investigador Portuguez*, número 018, dezembro de 1812, páginas 190-203. Disponível em: <https://permalinkbnd.bnportugal.gov.pt/idurl/1/6576>. Acesso em 17/01/2022 às 16h16.

Gráfico 7: Quantitativo dos artigos publicados na sessão *Medicina* do periódico *Investigador Portuguez* (1811-1819) por campo de pesquisa em que se insere¹¹⁸¹¹⁹.



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal, Acervo Digital. *Investigador Portuguez*. Disponível em: <https://permalinkbnd.bnportugal.gov.pt/idurl/1/6576>. Acesso em 17/01/2023 às 10h02.

Dentre essa variedade de temáticas que povoam as páginas do *Investigador Portuguez*, pode-se destacar o artigo *Treatise on the Influence of Climate, &c.*¹²⁰ que

¹¹⁸ Importa considerar que, na sessão *Medicina*, 2 artigos se estendem por mais de um número. Um exemplo interessante é o artigo *Memória Sobre a Exposição dos Factos ate agora collegidos/ respectivos aos Effeitos da Vaccinaçãõ; e o Exame/ das objecçoens propostas em diferentes tempos/ contra ella. Lida â classe das Sciencias Physicas/ e Mathematicas do Instituto Francez, por M. M./ Berthollet, Percy, e Hallé a 17 de Agosto de/ 1812* que se estende por quarenta páginas divididas em três números, respectivamente, 33, 34 e 35, datados de março, abril e maio de 1814. Disponível em <https://permalinkbnd.bnportugal.gov.pt/idurl/1/6576>. Acesso em 18/01/2022 às 12h18.

¹¹⁹ É relevante apontar que se apuraram dois hiatos, o primeiro de 18 meses e o segundo de 24 meses, sem publicações sobre o campo da medicina, sendo o primeiro iniciado em março de 1815 e findando em setembro de 1816, e o segundo de novembro de 1816 a setembro de 1818. Todavia, nesses íterins existem artigos de grande valia para se compreender os avanços da ciência nos primórdios do século XIX. Sintomático dessa assertiva é a sequência de artigos denominados *Exposição dos novos Progressos que fizerao as Sciencia* que povoam as páginas da sessão *Sciencias* por vários números nos anos de 1815, 1816, 1817 e 1818 dissertando principalmente sobre física e química. À guisa de exemplo, elenca-se o número 66, datado de dezembro de 1816, páginas 172-182. Disponível em: <https://permalinkbnd.bnportugal.gov.pt/idurl/1/6576>. Acesso em 18/01/2022 às 13h18. Ainda, esses artigos que dissertam sobre os avanços das ciências foram analisados criteriosamente, não se constatando nenhuma nota que abordasse a medicina.

¹²⁰ Biblioteca Nacional de Portugal, Acervo Digital. *Investigador Portuguez*, número 018, dezembro de 1812, páginas 190-203. Disponível em: <https://permalinkbnd.bnportugal.gov.pt/idurl/1/6576>. Acesso em 17/01/2022 às 16h11.

dialoga indiretamente com o supracitado artigo do Dr. Spurzheim¹²¹ veiculado no *Correio Braziliense* uma vez que ambos dissertam sobre a fisionomia e a relação desta com o caráter do indivíduo. Sem recorrer diretamente à frenologia, o artigo endossa crenças que indicam a gestação por parte daquela sociedade da epistemologia que sustentará a eugenia no crepúsculo daquele século.

Por sua vez, no número veiculado em março de 1813, 9 páginas são reservadas para debater o artigo, assinado por Charles Luis Dumas¹²² intitulado *Doctrine Generale des maladies Chroniques*¹²³ que disserta sobre o tratamento de doenças crônicas sem, contudo, associá-las à hereditariedade. Todavia, supera qualquer outro tema neste periódico uma extensa gama de artigos que abordam temáticas relativas à vacina, tema muito recorrente na literatura médica daquela década, conforme pode ser constatado nos demais boletins analisados.

Ainda, é importante asseverar que o *Investigador Portuguez* trazia uma sessão denominada *Novas obras*, nas quais, semelhantemente aos periódicos analisados acima, apresentava ao leitor uma extensa gama de livros que estavam sendo comercializados no período, sendo de grande valia ao pesquisador que deseje enveredar-se por esse caminho. Outra questão que se sobressai é a presença de artigos que também constam em outros boletins analisados, como é o caso do anúncio da criação da *Maquina de Fazer Gelo* que aparece simultaneamente no *Investigador Portuguez*¹²⁴ e no *Correio Braziliense*¹²⁵, porém, neste último, com o nome *Novo método de produzir gelo*. Ademais, referente a essas simultaneidades, que reforçam a comunicação entre esses boletins e permitem traçar o caminho percorrido pelos postulados médicos-científicos daquele período, é interessante observar que o *Investigador* analisa e debate por três

¹²¹ *Coleção Brasileira*, U.S.P., Acervo Digital. *Correio Braziliense*, números 79 e 80, dezembro de 1813 e janeiro de 1815, páginas 802 e 48. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6868>. Acesso em 13/01/2023 às 16h34.

¹²² Charles Luis Dumas (1765-1813). O artigo o descreve como conselheiro ordinário da Universidade Imperial e receptor da Academia de Montpellier. Uma breve pesquisa sobre ele apontou que foi médico no Hôtel-Dieu de Lyon, onde prestou grandes serviços durante o cerco da cidade em 1793, depois para o exército dos Alpes em 1794, e foi nomeado em 1795 professor de anatomia e fisiologia em Montpellier.

¹²³ *Biblioteca Nacional de Portugal*, Acervo Digital. *Investigador Portuguez*, número 021, março de 1813, páginas 37-45. Disponível em: <https://permalinkbnd.bnportugal.gov.pt/idurl/1/6576>. Acesso em 17/01/2022 às 20h13.

¹²⁴ *Biblioteca Nacional de Portugal*, Acervo Digital. *Investigador Portuguez*, número 010, abril de 1812, páginas 243-244. Disponível em: <https://permalinkbnd.bnportugal.gov.pt/idurl/1/6576>. Acesso em 17/01/2022 às 14h33.

¹²⁵ *Coleção Brasileira*, U.S.P., Acervo Digital. *Correio Braziliense*, números 108, maio de 1817, página 519. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6868>. Acesso em 17/01/2023 às 14h58.

páginas no número que foi lançado em novembro de 1812¹²⁶, o relevante *Plano d'Organização de huma escola Medico-Cirurgica*, assinado pelo doutor Vicente Navarro d'Andrade, que aparece à venda na *Gazeta do Rio de Janeiro*, número 030, datado de 11 de abril de 1812¹²⁷.

O diálogo entre esses periódicos torna-se latente em alguns momentos como o descrito no parágrafo anterior. Mais um desses indicativos é justamente o encerramento das publicações do *Investigador Portuguez* que se pode vislumbrar em uma nota veiculada na sessão de avisos da *Gazeta do Rio de Janeiro*¹²⁸, sendo sintomático da constatação de que os periódicos que circulavam no Brasil da segunda década do século XIX compartilhavam seus leitores e, não menos importante, seus assinantes.

Com uma longevidade muito inferior em relação às gazetas analisadas até agora, *O Patriota* (1813-1814), era, por sua vez, impresso no Brasil e, diferente dos anteriores, possuía uma gama considerável de textos científicos. Criado e editado por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, o boletim era inicialmente publicado mensalmente e, posteriormente, tornou-se bimestral¹²⁹. Todavia, mesmo contando com consideravelmente menos números que seus contemporâneos, apenas 18, *O Patriota* é considerado um importante divulgador dos fatos científicos em terras brasileiras na segunda década do século XIX¹³⁰ devido aos muitos artigos que tinham relação com a ciência e a técnica publicados em seus dois anos de

¹²⁶ *Biblioteca Nacional de Portugal*, Acervo Digital. *Investigador Portuguez*, número 017, novembro de 1812, páginas 45-48. Disponível em: <https://permalinkbnd.bnportugal.gov.pt/idurl/1/6576>. Acesso em 17/01/2022 às 15h44.

¹²⁷ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta do Rio de Janeiro*, número 030, sábado, 11 de abril de 1812, página 4. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/gazeta_rj/gazeta_rj_1808/gazeta_rj_1808.htm. Acesso em 17/01/2022 às 15h33.

¹²⁸ Os redatores do *Investigador Portuguez* informam que a publicação deste jornal fica suspensa em n°90; os senhores subscritores do mesmo jornal poderão mandar receber o importe dos quatro números que restam a esta última subscrição, na rua Direita casa n°37. Cf. *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta do Rio de Janeiro*, número 040, quarta-feira, 19 de maio de 1819, página 4. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/gazeta_rj/gazeta_rj_1808/gazeta_rj_1808.htm. Acesso em 08/01/2022 às 13h57.

¹²⁹ No final de cada ciclo de assinaturas do periódico, o redator disponibilizava a lista dos subscritos permitindo constatar o nome da *Sereníssima Senhora Princesa do Brazil D. Carlota Joaquina* e da *Sereníssima Senhora Infanta D. Maria Izabel* dentre os assinantes. Não é difícil, portanto, concluir que a cartela de leitores desse periódico contava com a presença de membros do alto escalão da corte portuguesa. Cf. *Coleção Brasileira*, U.S.P., Acervo Digital. *O Patriota: jornal litterario, politico, mercantil*, número 06, junho de 1813, página 103. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm-ext/1274>. Acesso em 18/01/2023 às 20h45.

¹³⁰ <http://www.fiocruz.br/brasiliانا/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=33&sid=21>. Acesso em 28/01/2022 às 21h22.

existência¹³¹. Entretanto, é importante apontar que o boletim, mesmo reservando espaço privilegiado às ciências, afastou-se das polêmicas científicas¹³² e publicou apenas três artigos relativos à medicina. O mais relevante deles, datado de janeiro, fevereiro e março de 1813, ocupa ao todo 30 páginas e disserta sobre as doenças endêmicas e epidêmicas que assolavam o Rio de Janeiro no penúltimo ano do século XVIII, resultado de um questionamento da Câmara daquela cidade aos médicos residentes nela¹³³.

Caminhando um pouco mais, a segunda década do século XIX é marcada pela manutenção da tônica de pouco espaço para os temas médicos nos periódicos que surgiram. Assim, seguiam valorizando as relações sociais da corte e assistindo a uma ascensão da literatura que dizia se prestar ao papel de atentar-se para as “coisas que diziam respeito ao bem comum e ao progresso geral da sociedade, na busca de assim tornar os homens mais virtuosos como se dizia no vocabulário da época”¹³⁴. Nessa esteira, após a independência do Brasil, pôde-se assistir à criação de inúmeros periódicos de considerável relevância, entretanto esse trabalho se atentará apenas àqueles periódicos que diziam se prestar a “propagar as ciências”.

Antes, porém, de enveredar-se pelas páginas dessas referidas revistas, faz-se necessário pontuar que à primeira vista parece dificultoso aos historiadores que se debruçam sobre o tema destacar os periódicos científicos do século XIX uma vez que a definição de “ciência” sofreu grandes transformações nesses dois séculos que nos apartam dessas publicações. Desta forma, muitos periódicos carregavam em sua denominação a promessa de discursarem sobre “ciências e artes” e, ao deter-se na leitura de suas páginas, constata-se que as publicações tangenciavam outras áreas que hoje não seriam enquadradas no campo das ciências. Segundo Maria Helena Freitas, na verdade, essa questão gira em torno do termo utilizado para

131

[¹³² OLIVEIRA, José Carlos. As ciências no paço de d. João...](http://www.fiocruz.br/brasiliana/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=77&sid=14#:~:text=Entre%20os%20oper%C3%B3dicos%20com%20maior,mensal%20art%C3%ADstica%2C%20cient%20adfica%20e%20liter%C3%A1ria. Acesso em 29/01/2022 à 10h07.</p></div><div data-bbox=)

¹³³ O artigo é denominado *Proposta da Câmara desta Cidade sobre as doenças endêmicas e epidêmicas, e meios de remedia-las*. Cf. *Coleção Brasileira*, U.S.P., Acervo Digital. *O Patriota: jornal literário, político, mercantil*, números 01, 02 e 03, janeiro, fevereiro e março de 1813, páginas 58-67, 56-63 e 3-15. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm-ext/1274>. Acesso em 18/01/2023 às 20h36.

¹³⁴ LIMA, Lílian Martins de. *Um discurso sobre o Brasil: uma análise do jornal Minerva Brasiliense - Rio de Janeiro (1843-1845)*. *Revista Histórica do Arquivo do Estado de São Paulo*. São Paulo, SP: 16 de novembro de 2006.

definir, naquela época, o que hoje denominamos “periódico científico”. Segundo a autora, a “denominação utilizada estava totalmente de acordo com a estrutura do próprio conhecimento e a cultura científica da época, mais miscelânea do que especializada, como é atualmente”¹³⁵.

Esse parece ser o caso dos *Annaes Fluminenses de Sciencias Artes, e Litteratura Publicados por huma Sociedade Philo-Technica no Rio de Janeiro* datado de janeiro de 1822¹³⁶, que a despeito de trazer no nome “Sciencias” não se ateve sobremaneira aos postulados médicos-científicos caros a esta pesquisa. Por conseguinte, o *Jornal Científico, Economico e Litterario* (1826), nova tentativa do redator dos *Annaes*, José Vitorino dos Santos e Sousa¹³⁷ (?-1852), de criação de um periódico científico, defende a mesma visão sobre ciência, novamente não publicando artigos do campo da medicina¹³⁸. Contudo, é possível notar claramente que, semelhantemente às demais publicações abordadas até aqui, os artigos impressos nestes periódicos se prestavam ao papel de promotores do progresso através das ciências e das artes. Percebe-se que esse ideal foi responsável por ditar a tônica a ser seguida pelos editores da primeira metade do século XIX. Mais que isso, observa-se que a lógica do progresso tomará conta dos ideais científicos, culminando nessa pesquisa no propósito de se abandonar os casamentos consanguíneos em nome de gerar prole (cidadãos) saudáveis para o progresso da nação já no apagar das luzes do Império e nascimento da República.

O gene desse propósito já pode ser vislumbrado no último artigo do segundo número do *Jornal Científico*, de junho de 1826, assinado pelo Bispo de Coimbra, Dom Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho – a quem a publicação atribuía os títulos de Conde de Arganil e reformador da Universidade de Coimbra, além do

¹³⁵ FREITAS, Maria Helena. Considerações acerca dos primeiros periódicos científicos brasileiros. *Revista IBCT*. 07/03/2007. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1113/1243>. Acesso em: 15/08/2022 às 10h05.

¹³⁶ Por se tratar de um ano com consideráveis mobilizações políticas em torno do processo de independência do Brasil, não é espantoso descobrir que este periódico não tenha passado de sua primeira publicação que contou com 115 páginas. Esse periódico pode ser acessado na íntegra no site da Biblioteca Nacional. <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=700258>.

¹³⁷ José Vitorino dos Santos e Sousa (?-1852) nasceu em Portugal e uma breve pesquisa de seu nome leva a inferir que veio ao Brasil com a corte em 1808, falecendo no Rio de Janeiro em 1852. Souza era matemático e autor de várias obras de matemática e física que podem ser consultadas no site da Biblioteca Nacional. Sobre o autor, consultar BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883. 7 v. ou <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/autores/?id=14849>. Aceso em 15/08/2022 às 14h11.

¹³⁸ Os dois periódicos foram publicados na sede da corte, contudo, no segundo, Sousa logrou três números – maio, junho e julho – com média de 100 páginas cada um.

supracitado título episcopal – denominado *Discurso Filosófico e Político sobre as liberdades do Matrimônio no Estado Social*. Dom Francisco Coutinho argumenta que as classes hierarquicamente superiores gozam de prerrogativas e privilégios, mas em contrapartida têm por ônus consideráveis obrigações. Dentre as obrigações listadas pelo prelado, a principal é a de que os herdeiros de títulos e posses não podem contrair livremente Matrimônio, mas devem sujeitar-se à vontade de suas famílias pelo bem maior do seu sangue e da nação

São muitas e de variada natureza as obrigações, sacrifícios, privações, etc. inerentes à primogenitura; mas para não alongar o discurso limitar-nos-emos à liberdade de contrair Matrimônios. Será, pois, livre aos primogênitos de casas vinculadas, enobrecidos com foros, doações, mercês, ect., que por estas vantagens atraem os votos de todas as famílias, casarem com as mulheres que quiserem, sem atenção às vistas, e fins de seus ascendentes, antes pisando-as e desprezando-as? Ou esta liberdade podia ser coarctada pelas leis sociais, de maneira, que possa não ser livre ao cidadão contrair Matrimônio, senão debaixo das regras estabelecidas pelas leis; e esta liberdade não ofende o direito natural; o que passamos a mostrar. [...] ¹³⁹

Pode-se observar claramente a defesa do engendramento das escolhas matrimoniais de determinado grupo como forma de gerar um bem maior à sociedade e às famílias. Essa ingerência nos seios familiares tomará a direção exatamente oposta, como se verá com o advento do discurso médico-científico de desincentivo aos casamentos consanguíneos como forma de se evitar prole com deficiência. Entretanto, a submissão das escolhas matrimoniais dos grupos já aparece aqui como um sacrifício heroico a ser feito em nome da coletividade – primeiro a própria família, a *posteriori* a nação. Ainda, instigando os primogênitos a submeterem-se às decisões matrimoniais de suas famílias¹⁴⁰, Dom Coutinho elucida ao leitor atual o quanto os casamentos sempre estiveram sobre as algemas da sociedade, permitindo concluir que o advento do discurso de desincentivo a união intrafamiliar sob postulados científicos não encontrará grande resistência para engendrará-los.

¹³⁹ *Jornal Científico, Economico e Litterario*. 1826, n°2, p.186. http://memoria.bn.br/pdf/700290/per700290_1826_00001.pdf Acesso em: 15/08/2022 às 15h05.

¹⁴⁰ *Jornal Científico, Economico e Litterario*. 1826, n°2, p.187. http://memoria.bn.br/pdf/700290/per700290_1826_00001.pdf Acesso em: 15/08/2022 às 15h05.

2.5 As primeiras Revistas Médicas Brasileiras

Volvendo o olhar à segunda metade da terceira década do século XIX, finalmente, em 1827 o *Propagador de Ciências Médicas ou Annaes de Medicina, Cirurgia e Pharmácia para o Império do Brazil* (1827-1828)¹⁴¹ aparece como primeiro periódico brasileiro dedicado exclusivamente a abordar temas do campo médico¹⁴². O responsável pela revista foi o médico francês José Francisco Xavier Sigaud (1797-1856) que nasceu em Marselha na França e se estabeleceu no Rio de Janeiro em 1825 onde foi presidente da Sociedade de Medicina e residiu até falecer em 1854¹⁴³.

O surgimento dessa revista se insere em um momento em que os primeiros médicos formados exclusivamente no Brasil estavam começando a traçar suas trajetórias profissionais. Desta forma, o periódico afirma prestar-se a divulgar artigos sobre temas médicos das mais variadas áreas. Na análise dos primeiros periódicos que circularam no Brasil dos primórdios do século XIX, pôde-se constatar que a importância do *Propagador das Sciencias Medicas* para este presente trabalho reside na referida revista ter sido a pioneira em dedicar-se exclusivamente a publicar artigos do campo médico, traduzindo inúmeros textos para o português e publicando outros inéditos. No que tange estes últimos, o periódico direcionou-se primordialmente aos médicos formados e em formação no Brasil, permitindo observar mais detidamente o que estava sendo lido e produzido no Brasil pós-independência.

A contar pelos 16 textos produzidos por médicos e acadêmicos locais, houve considerável resposta ao chamado do periódico. O gráfico 8 lança luz sobre o

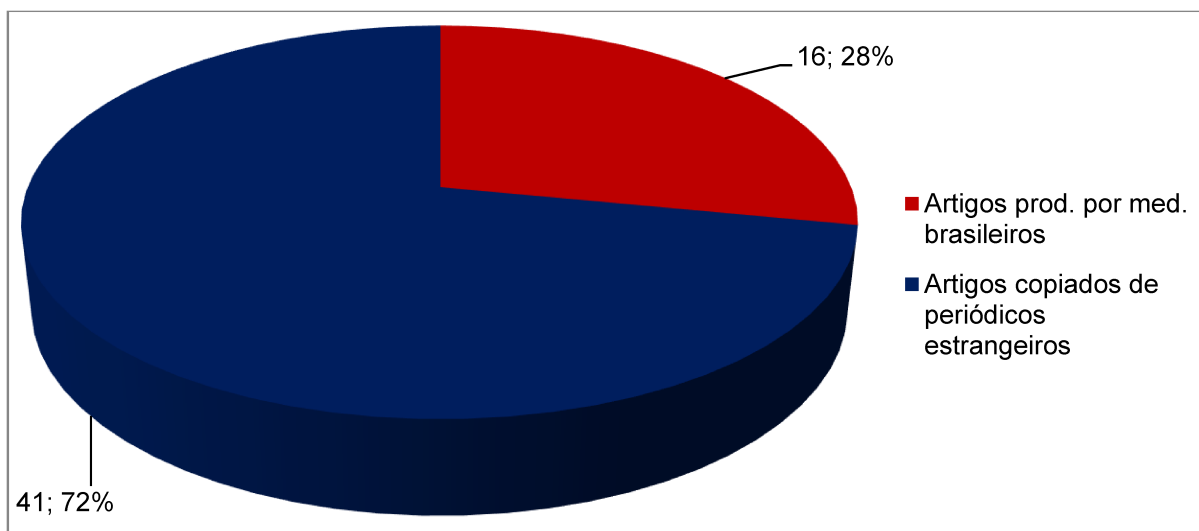
¹⁴¹ Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.html>. Acesso em 15/08/2022 às 17h22.

¹⁴² O *Propagador das Sciencias Medicas* teve maior duração que os periódicos citados anteriormente, cerca de um ano e meio. Esse período publicou quatro Tomos compostos de cinco seções cada: Medicina, Observações, Tratamento, Bibliografia Médica e Cirurgia. De forma geral, foram 1.116 páginas, sendo que os tomos foram diminuindo com o tempo. O primeiro, de janeiro de 1827, possuía 393 páginas; o segundo, 332; por sua vez, o terceiro, publicado em julho de 1827, foi composto por 219 páginas e; finalmente, o quarto, de 172 páginas. Observa-se que semelhantemente aos seus predecessores, o periódico perdeu fôlego com o tempo, apresentando um hiato de seis meses entre o terceiro e o quarto tomo, sendo este o derradeiro. Ainda, importa ressaltar que apenas o primeiro e terceiro tomos possuem o mês de publicação em sua capa. O segundo tomo, deduz-se pela cronologia que, foi publicado entre fevereiro e junho de 1827 e o quarto tomo consta apenas o ano de 1828.

¹⁴³ OLIVEIRA, Pedro Henrique Ferreira Danese. “*Propagador das Sciencias Médicas*” e “*Seminário de Saúde Pública*”: As moléstias mentais nos periódicos médicos brasileiros (Rio de Janeiro, 1827-1833). *Revista Faces de Clio*. Juiz de Fora, Minas Gerais, vol.3, n.66, jul-dez-2017, p.97.

quantitativo de artigos de autoria brasileira, frente aqueles traduzidos de periódicos estrangeiros.

Gráfico 8: Quantitativo de artigos de autoria brasileira, frente aqueles traduzidos de periódicos estrangeiros



Fonte: Biblioteca Nacional, Acervo Digital. *Propagador de Ciências Médicas ou Annaes de Medicina, Cirurgia e Pharmácia para o Império do Brazil*. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/41464>. Acesso em 19/01/2023 às 15h40.

Os 16 textos produzidos no Rio de Janeiro, mesmo sendo apenas 28% do total, são sintomáticos do fortalecimento da classe médica no Brasil pós-independência e permitem inferir que os conhecimentos médico-científicos do velho mundo circulavam entre os profissionais da saúde brasileira, além destes últimos desenvolverem saberes concernentes à realidade local, inserindo-os no rol de promotores dos conhecimentos técnicos da medicina.

Ainda, dentre a extensa gama de 57 artigos médicos publicados pelo *Propagador de Ciências Médicas*, é de extrema relevância a esta tese o artigo brasileiro intitulado *Observação sobre o entupimento das fossas nasaes*¹⁴⁴ que foi lançado logo no número 1, datado de janeiro de 1827, ocupando as páginas 106 a 113. A despeito de abordar uma temática que à primeira vista não condiz com o

¹⁴⁴ Biblioteca Nacional, Acervo Digital. *Propagador de Ciências Médicas ou Annaes de Medicina, Cirurgia e Pharmácia para o Império do Brazil*, número 1, janeiro de 1827, páginas 106-113. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/41464>. Acesso em 15/08/2022 às 17h30.

objeto central desta pesquisa, o autor João Fernandes Tavares¹⁴⁵ (1795-1874), identificado no periódico como doutor em medicina¹⁴⁶, ao descrever a anamnese da paciente realiza uma observação de enorme pertinência a esta tese logo na décima primeira linha:

A Senhora Maria da Conceição, casada, moradora na rua do Sacramento n. 32, nesta Cidade, tendo de idade 40 anos, de temperamento bilioso-sanguíneo, medíocre constituição, tem tido nove filhos, dos quais conserva alguns vivos. Seu alimento e alojamento foram sempre sãos; sua vida moral tranquila; e não precederam graves moléstias. Seu pai correu longos dias, e sua mãe, que vive ainda, goza boa saúde: nem ela, nem seus irmãos têm tido a sentir-se de algum mal hereditário¹⁴⁷.

Assim, o texto permite inferir que os enunciados que postulavam a transmissão hereditária de doenças já circulavam nos meios médicos dos primórdios do Brasil Imperial. Uma vez que o desenvolvimento das pesquisas que se debruçam sobre heranças patológicas cunharão a exortação médica de abandono dos casamentos consanguíneos cerca de três décadas à frente da publicação deste artigo, essa observação redigida pelo doutor Tavares não poderia passar despercebida por essa tese. Para tanto, no capítulo posterior, será possível perceber que a observação desse médico encontra recorrência em outros textos do mesmo período.

Além do supracitado artigo, figuram nas páginas do *Propagador de Ciências Médicas* os relevantes textos *Medicina Legal, Reflexões sobre alguns fenômenos próprios a fazer distinguir o suicídio da morte violenta nos casos de enforcados, M. Deslandes*¹⁴⁸, *Dos Virus*¹⁴⁹, assinado por A. Bonnet, no qual o autor debate a

¹⁴⁵ João Fernandes Tavares (1795-1874) foi um médico, escritor e professor brasileiro, agraciado em 1872 com o título de Visconde de Ponte Ferreira.

¹⁴⁶ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Propagador de Ciências Médicas ou Annaes de Medicina, Cirurgia e Pharmácia para o Império do Brazil*, número 1, janeiro de 1827, página 113. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/41464>. Acesso em 19/01/2023 às 14h09.

¹⁴⁷ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Propagador de Ciências Médicas ou Annaes de Medicina, Cirurgia e Pharmácia para o Império do Brazil*, número 1, janeiro de 1827, página 106. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/41464>. Acesso em 19/01/2023 às 14h08. **Grifo meu.**

¹⁴⁸ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Propagador de Ciências Médicas ou Annaes de Medicina, Cirurgia e Pharmácia para o Império do Brazil*, número 4, abril de 1827, páginas 91-103. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/41464>. Acesso em 20/01/2023 às 09h42.

¹⁴⁹ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Propagador de Ciências Médicas ou Annaes de Medicina, Cirurgia e Pharmácia para o Império do Brazil*, número 8, agosto de 1827, páginas 83-111. Disponível

*existência de um vírus para o sarampo e a escarlatina*¹⁵⁰ e, por fim, *Paralelo da febre cerebral, e das afecções verminosas nas crianças, etc.*¹⁵¹; assinado por Élie Gintrac¹⁵², identificado como doutor em medicina. A relevância deste último reside na forma pela qual o autor distingue os sinais da enfermidade, postulando que são mais propensos a serem acometidas por irritações cerebrais as crianças que “tem a cabeça volumosa, e o angulo facial mais ou menos perto de 90 graus”¹⁵³. Essa determinação da suscetibilidade à patologia ancorada na constituição física dos indivíduos era apenas mais uma das facetas da corrente de pensamento que emergia no meio médico daquela década, postulando que as características corpóreas eram fatores determinantes das doenças a serem desenvolvidas pelos indivíduos e, como afirmava a *Frenologia* de Franz Joseph Gall, da índole moral dos sujeitos.

É notória da relevância adquirida pela Frenologia nos meios médicos daquele período quando, devido ao falecimento do doutor Gall em agosto de 1827, o *Propagador de Ciências Médicas* reservava doze páginas para a transcrição do elogio fúnebre deste médico¹⁵⁴, proferido originalmente em seu funeral por François-Joseph-Victor Broussais¹⁵⁵ (1772-1838).

na Biblioteca Nacional Digital: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/41464>. Acesso em 20/01/2023 às 12h20.

¹⁵⁰ Biblioteca Nacional, Acervo Digital. *Propagador de Ciências Médicas ou Annaes de Medicina, Cirurgia e Pharmácia para o Império do Brazil*, número 8, agosto de 1827, página 98. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/41464>. Acesso em 20/01/2023 às 12h20.

Importa asseverar que o autor, A. Bonnet, não deposita fé na teoria dos virus, pois a meu ver mui problematica; e a não dever-se rejeitar inteiramente esta hypothesis, penso que em todo o caso só deve ser admissível, para o principio destes estados mórbidos. Todavia, é relevante observar que o texto, que ocupa 28 páginas do periódico, insere o leitor brasileiro em um debate deveras incipiente e importante da medicina. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/41464>. Acesso em 20/01/2023 às 12h19.

¹⁵¹ Biblioteca Nacional, Acervo Digital. *Propagador de Ciências Médicas ou Annaes de Medicina, Cirurgia e Pharmácia para o Império do Brazil*, número 3, março de 1827, páginas 295-300. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/41464>. Acesso em 20/01/2023 às 17h33.

¹⁵² Élie Gintrac (1791-1877), médico francês que se notabilizou pelos estudos das, hoje denominadas cardiopatias congênitas, que então se chamava *doença azul*.

¹⁵³ Biblioteca Nacional, Acervo Digital. *Propagador de Ciências Médicas ou Annaes de Medicina, Cirurgia e Pharmácia para o Império do Brazil*, número 3, março de 1827, página 296. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/41464>. Acesso em 20/01/2023 às 17h35.

¹⁵⁴ Biblioteca Nacional, Acervo Digital. *Propagador de Ciências Médicas ou Annaes de Medicina, Cirurgia e Pharmácia para o Império do Brazil*, número 11, novembro de 1827, páginas 89-100. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/41464>. Acesso em 20/01/2023 às 17h41.

¹⁵⁵ François-Joseph-Victor Broussais (1772-1838) médico francês, professor assistente do hospital militar de Val-de-Grace, onde promulgou pela primeira vez suas opiniões sobre a relação entre a vida

Afora a seção de artigos médicos e cirúrgicos, outra, denominada *Bibliografia Medica* prestava-se a, além de anunciar as mais recentes obras do campo da medicina, debater a relevância de cada uma delas, dando ao pesquisador que se debruça sobre tais um quadro geral da abordagem de cada livro elencado¹⁵⁶. Havia ainda seções¹⁵⁷ dedicadas à *Pharmacia* e *Variedade Médicas* nas quais se podiam vislumbrar notas, geralmente ocupando meia página, que veiculavam as mais recentes descobertas e invenções da área médica. Não menos importante, o *Propagador de Ciências Médicas* atualizava seu leitor quanto aos mais calorosos debates veiculados nos periódicos europeus, como é o caso da querela sobre a medicina inglesa¹⁵⁸ protagonizada pelo doutor Broussais, redator do *Annaes da Medicina Physiologica* e o doutor Granville¹⁵⁹, identificado como antigo editor do *Jornal Médico de Londres* que foi noticiada na seção *Variedades Medicas* de janeiro de 1827¹⁶⁰.

Para obter-se um panorama das controvérsias que agitavam o lado de cá do Atlântico, basta observar a sessão de correspondências, onde é possível verificar não só as diferentes visões entre os médicos que correspondiam com o periódico¹⁶¹,

e o estímulo e sobre a interdependência fisiológica e as simpatias dos vários órgãos. Na década de 30 do século XIX enveredou-se pela frenologia.

¹⁵⁶ Dentre eles, especial destaque se dá a *Clinique de la maladie syphilitique, ou Clinica da moléstia syphilitica* redigido pelo doutor Marie-Guillaume Alphonse Devergie, médico, dermatologista francês e um dos pioneiros na medicina legal na França. Devergie foi orientador do doutorado de Camillo Maria Ferreira Armond, o Conde Prados. Cf. *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Propagador de Ciências Médicas ou Annaes de Medicina, Cirurgia e Pharmácia para o Império do Brazil*, número 4, abril de 1827, página 109. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/41464>. Acesso em 20/01/2023 às 10h01.

¹⁵⁷ Havia ainda a seção *Boletim das Ciências Naturaes* na qual eram veiculadas notícias sobre botânica e, debatiam-se a utilidade de vários chás e drogas do sertão.

¹⁵⁸ À guisa de curiosidade, o doutor Broussais acusava os médicos ingleses de “debilitam e estimulam nas moléstias agudas, eles ignoram a causa dos engorgitamentos mesentéricos, abuso dos purgantes, não conhecem bem as flegmasias eruptivas; observam mal as moléstias dos países quentes; conhecem pouco a peritonite crônica, estimulam na cólera, desconhecem a cefalalgia, põem sempre a mira em casos extraordinários, assim inventarão uma física dispéptica. [...]” Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/41464>. Acesso em 19/01/2023 às 18h58.

¹⁵⁹ Não foram encontradas informações sobre o doutor Granville. Atenta-se ao fato de que um homônimo, porém, nascido em 1833, consta nas buscas, mas não se trata daquele abordado nesse parágrafo.

¹⁶⁰ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Propagador de Ciências Médicas ou Annaes de Medicina, Cirurgia e Pharmácia para o Império do Brazil*, número 1, janeiro de 1827, página 125. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/41464>. Acesso em 19/01/2023 às 18h50.

¹⁶¹ Da página 222 à 226 do segundo número do *Propagador*, é possível ler uma carta redigida pelo médico Francisco José Alypio, no Rio de Janeiro em 22 de janeiro de 1827 na qual o referido médico debate os artigos das seções *Medicina* e *Cirurgia* do primeiro número daquele periódico. Por sua vez, no mesmo número em que foi veiculada a carta do doutor Alypio, pode-se ler nas páginas 288 à 290, uma carta do Snr. José Maria Bomtempo e sua respectiva resposta, redigida pelo doutor Sigaud que

como, conjuntamente com a sobredita seção *Variedades*, analisar as práticas médicas que eram mais comumente aceitas e exercitadas, especialmente na corte carioca¹⁶². Este é o caso da carta do cirurgião Joaquim Justiniano Ozorio do Amaral¹⁶³ que pode ser vista no número 3, datado de março de 1827, na qual o referido médico debate o uso da sonda de Belloc em cirurgias de desentupimento nasal, em resposta ao artigo *Observação sobre o entupimento das fossas nasaes*¹⁶⁴ do doutor João Fernandes Tavares¹⁶⁵. Outro exemplo é a constatação de que a sangria era prática recorrente quando da publicação do *Propagador de Ciências Médicas*¹⁶⁶

Depois de ter observado este estado com toda a reflexão possível, decidimos a aplicação da sangria. Esta praticou-se, e saiu um sangue lodoso e pútrido, que não se coagulou. Seis horas depois fez-se outra sangria, que deu um sangue, cujo aspecto era mais

se estendeu por 29 páginas. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/41464>. Acesso em 19/01/2023 às 22h24.

¹⁶²À guisa de exemplo, podemos elencar a resposta do redator José Francisco Xavier Sigaud a uma carta endereçada ao periódico pelo doutor José Maria Bomtempo: “Suponhamos, Snr. Bomtempo, que a razão, os princípios, e a observação de casos idênticos servirão para dirigi-lo; suponhamos, que os pulmões tivessem uma membrana mucosa, o que é verdade quanto aos brônquios, que se ramificam no seu interior, mas não quanto á substancia pulmonar, como o senhor o julga, pelo efeito dos seus poucos conhecimentos anatômicos. Primeiramente com estes três arrimos, o Snr. pôs em pratica o seu método brandíssimo torpente, entorpecendo a membrana do tubo intestinal por meio de remédios, que na sua opinião eram capazes igualmente de produzirem evacuações alvinas. Depois que só palavras já não satisfazem em Medicina, e que o espirito de crítica submete tudo a uma discussão severa, uma linguagem, como a sua, tem perdido todo o valor, e este gênero de lógica só figura bem na boca das personagens ridículas de M. Purgon, ou de Thomas Diafoirus (Comédias de Molière).” Cf. *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Propagador de Ciências Médicas ou Annaes de Medicina, Cirurgia e Pharmácia para o Império do Brazil*, número 2, fevereiro de 1827, página 276. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/41464>. Acesso em 19/01/2023 às 22h42.

¹⁶³ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Propagador de Ciências Médicas ou Annaes de Medicina, Cirurgia e Pharmácia para o Império do Brazil*, número 3, março de 1827, páginas 346-351. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/41464>. Acesso em 19/01/2023 às 22h51.

¹⁶⁴ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Propagador de Ciências Médicas ou Annaes de Medicina, Cirurgia e Pharmácia para o Império do Brazil*, número 1, janeiro de 1827, páginas 106-113. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/41464>. Acesso em 15/08/2022 às 17h30.

¹⁶⁵ O doutor Tavares também responde às críticas do doutor José Maria Bomtempo no número 4, datado de abril de 1827, páginas 122-123. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/41464>. Acesso em 20/01/2022 às 10h14.

¹⁶⁶ Esse relato se encontra no artigo denominado *Considerações Sobre a natureza, séde e tratamento do Tétanos (continuadas do numero precedente)* de autoria de A. Bonnet, doutor em medicina. Ele pode ser encontrado no I Tomo do *Propagador de Ciências Médicas ou Annaes de Medicina, Cirurgia e Pharmácia para o Império do Brazil*, número 3, março de 1827, página 300-312. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/41464>. Acesso em 20/01/2023 às 08h10.

favorável. Estas duas sangrias foram copiosas: a terceira, praticou-se no dia seguinte, e o sangue, que resultou, pareceu assaz natural¹⁶⁷.

Ambos os apontamentos são indicativos da metodologia que era empregada por médicos e cirurgiões na terceira década do século XIX, levando o pesquisador que mergulha nessas fontes a compreender os passos que a medicina brasileira, do nascente império, começava a trilhar.

2.6. As primeiras tentativas de engendramento dos comportamentos sociais à luz da medicina em periódicos brasileiros: *Semanario de Saúde Pública* (1831-1833) e o *Diário da Saúde, das Ciências Médicas e Naturais do Brasil* (1835-1836)

Três anos após a edição do *Propagador de Ciências Médicas* ter-se findado, surge na mesma cidade do Rio de Janeiro o *Semanário de Saúde Pública*, cuja durabilidade, embora maior que seu predecessor, 1831 a 1833, não se furtou a passar pelo mesmo declínio gradativo e espaçamento temporal entre as publicações que o primeiro¹⁶⁸. Todavia, o periódico de 1831 possuía estrutura antagônica àquela observada até o presente momento neste trabalho, possuindo uma periodicidade semanal, como seu próprio nome sugere, com novos números divulgados sempre aos sábados¹⁶⁹.

De forma geral, o *Semanario de Saúde Pública* publicou 155 números¹⁷⁰, totalizando aproximadamente 700 páginas¹⁷¹. O periódico era organizado em

¹⁶⁷ Biblioteca Nacional, Acervo Digital. *Propagador de Ciências Médicas ou Annaes de Medicina, Cirurgia e Pharmácia para o Império do Brazil*, número 3, março de 1827, página 302. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <https://bdib.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/41464>. Acesso em 20/01/2023 às 08h06.

¹⁶⁸ A partir da observação de alguns apelos redigidos nos números de dezembro de 1832 e janeiro de 1833 para que os assinantes que estivessem em débito com o periódico procurassem a redação e quitassem a dívida, pode-se aventar que a inadimplência destes seja uma das razões possíveis para o encerramento do periódico. [Biblioteca Nacional, Acervo Digital. *Semanario de Saude Publica*, números 132, 29 de dezembro de 1832, página 472 e 138, 09 de fevereiro de 1833, página 496. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/semanario/702560>. Acesso em 23/01/2023 às 20h32].

¹⁶⁹ A exceção se dava quando no sábado fosse feriado, como se pode observar logo no seu primeiro número, datado de 03 de janeiro de 1831, uma segunda-feira, haja vista o sábado precedente fora feriado do primeiro dia do ano. Os números completos do *Semanário de Saúde Pública* podem ser consultados no site da Hemeroteca Nacional, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Todas as publicações possuem datação, seja no princípio da primeira página, seja ao término da última. <http://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/semanario/702560>. Acesso em 03/09/2022 às 11h46.

¹⁷⁰ Infelizmente, devido à não localização dos números 61 a 90, não é possível totalizar o número de páginas somadas. Contudo, se os exemplares perdidos mantiveram o padrão observado dos demais números (4 páginas cada), pode-se chegar à estimativa de aproximadamente 700 páginas.

apenas duas seções, sendo uma destinada ao boletim da *Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro*¹⁷² e a outra a artigos traduzidos principalmente de revistas francesas e italianas, relacionados às práticas da medicina e da farmácia¹⁷³. Ocasionalmente, podia-se contemplar em suas páginas alguns artigos assinados pelos médicos sócios da revista, na maioria das vezes resultados de observações clínicas de pacientes, patologias e drogas que pudessem ser aplicadas¹⁷⁴. Desta forma, pode-se afirmar que o *Propagador de Ciências Médicas* e o *Semanario de Saúde Pública* cumpriam o mesmo papel em relação ao espaço cedido aos médicos brasileiros¹⁷⁵, sendo, portanto, de enorme relevância para o estudo da medicina veiculada no Brasil nas primeiras décadas dos oitocentos.

Isto posto, faz-se necessário centrar-se na análise dos artigos que tratam de temáticas relevantes, indireta ou diretamente, conectadas à questão da hereditariedade e da transmissão de doenças por esta via, o que se relaciona à interdição científica sobre os casamentos consanguíneos, como salubridade pública¹⁷⁶, medicina legal¹⁷⁸, doenças crônicas¹⁷⁹ e doenças congênitas¹⁸⁰.

¹⁷¹ No ano de 1831 foram 55 publicações, nas quais a periodicidade prometida originalmente fora cumprida. Igualmente, o ano de 1832 teve uma publicação de 78 números, excedendo o quantitativo de 53 semanas que um ano possui. Todavia, uma análise detida não permitiu compreender essa discrepância entre os números, uma vez que no setor Hemeroteca Nacional, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, em que é possível a consulta aos números dessa revista, há um hiato entre os números 60 e 91. Acompanhando individualmente cada número, pode-se observar que o número 60 foi lançado a 18 de fevereiro de 1832, sucedido pelo número 91, uma semana após, em 25 de fevereiro do mesmo ano. Contudo, não se tratando do objetivo primordial deste presente trabalho, não se investigou profundamente as motivações do referido hiato, atendo-se apenas ao fato que não há nenhuma observação escrita nos números 60 e 91 que justifique a numeração deles desta forma. Ademais, interessa-nos apenas o conteúdo que fora publicado nestes periódicos. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/semanario/702560>. Acesso em 03/09/2022 às 13h05.

¹⁷² Posteriormente denominada de Academia Imperial de Medicina pelo decreto da Regência de 8 de maio de 1835.

¹⁷³ SANTOS, Nadja P e ALENCASTRO, R Bicca de: Pinto, Ângelo da C. Jornais científicos brasileiros do século XIX (1813-1889) - Publicações na área da química.

¹⁷⁴ É importante asseverar que temáticas diversas, como a epidemia de Cólera de 1831 e a *Vaccina*, continuam figurando nas páginas desse periódico, aliás, elas constituem-se tema bastante abordado em vários artigos ao longo dos três anos de circulação do *Semanario de Saude Publica*.

¹⁷⁵ A bem da verdade, o *Semanario*, enquanto boletim oficial da *Academia Imperial de Medicina* deu grande atenção a artigos de autoria de seus membros. Portanto, veiculou mais textos brasileiros que seus periódicos contemporâneos, a despeito das traduções de boletins internacionais, mesmo que esses últimos figurassem como maioria absoluta em suas páginas. Importa ainda observar que vários autores que redigiram textos veiculados no *Propagador* também o fizeram para o *Semanario de Saude Publica*, como é o caso dos doutores Fidelis Martins Bastos, José Francisco Xavier Sigaud, Joaquim Candido Soares de Meirelles, dentre outros.

¹⁷⁶ Destacam-se artigos que abordam essa temática, uma vez que o postulado que orientava o abandono dos casamentos consanguíneos convergia, em vários casos, para as ideias de salubridade pública, como se verá no artigo citado na sequência deste tópico.

¹⁷⁷ Dentre outros, elencam-se os números 12 (21/03/1831), 15 (09/04/1831), 31 (30/07/1831), 91 (25/02/1832), 92 (05/03/1832), 93 (10/03/1832), 101 (12/05/1832), 107 (25/06/1832), 114 (18/08/1832), 115 (25/08/1832), 118 (15/09/1832), 121 (06/10/1832), 127 (24/11/1832) e 129

Entre diversos artigos de interesse, um dos primeiros foi o texto de autoria do doutor José Martins da Cruz Jobim¹⁸¹ (1802-1878), veiculado no número 11, publicado a 12 de março de 1831, com o título “Reflexões sobre a inhumação dos corpos”¹⁸². Nele, o autor postula enfaticamente contra a presença de sepulturas nas igrejas, propondo a criação de cemitérios fora das localidades, conforme apregoava a já aprovada lei da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em seu artigo 66, parágrafo 2º, de 01 de outubro de 1828¹⁸³, que segundo o autor não vinha sendo cumprida¹⁸⁴. A importância deste artigo para o presente estudo se revela no fato de que, tanto no que concerne aos enterros no interior das igrejas, quanto aos casamentos consanguíneos, vigiam interdições antigas postuladas pela igreja católica que, ao longo do século XIX, foram renovadas à luz da medicina científica e, mesmo assim, ambas as práticas continuavam comuns no Brasil. Só com a popularização dos novos postulados médicos junto à população menos abastada financeira e intelectualmente é que essas práticas serão progressivamente abandonadas, o que ocorreu a partir da segunda metade do século XIX,

(08/12/1832). Disponíveis na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/semanario/702560>. Último acesso em 24/01/2023 às 18h05.

¹⁷⁸ Dentre outros, elencam-se os números 13 (26/03/1831), 14 (02/04/1831), 112 (04/08/1832), 115 (25/08/1832), 128 (01/12/1832) e 147 (20/04/1833). Disponíveis na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/semanario/702560>. Último acesso em 23/01/2023 às 18h45.

¹⁷⁹ Não raras vezes, na segunda metade do século XIX, as doenças crônicas serão atreladas aos genes hereditários levando alguns médicos a concluir que os casamentos consanguíneos potencializavam as chances de proles que carregassem essas doenças.

Dentre outros, elencam-se os números 14 (02/04/1831) e 19 (07/05/1831). Disponíveis na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/semanario/702560>. Último acesso em 24/01/2023 às 14h39.

¹⁸⁰ Dentre outros, elenca-se os números 31 (30/07/1831) e 130 (15/12/1832). Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/semanario/702560>. Último acesso em 24/01/2023 às 17h19.

¹⁸¹ José Martins da Cruz Jobim (1802-1878) graduou-se em Medicina pela Universidade de Paris em 1828. Regressando ao Brasil, doutor Jobim foi nomeado médico do Paço Imperial por José Bonifácio e posteriormente, professor de Medicina Legal da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, da qual foi também diretor por cerca de vinte e um anos. Considerado um dos pioneiros da psiquiatria no Brasil devido à publicação de *Insânia Loquaz* em 1831.

¹⁸² *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Semanario de Saude Publica*, número 11, 12 de março de 1831, página 58-60. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/semanario/702560>. Acesso em 21/01/2023 às 12h53.

¹⁸³ Citada pelo doutor Jobim e disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-1-10-1828.htm. Acesso em 24/01/2023 às 14h53.

¹⁸⁴ No número 92, datado de 05/03/1832, a *Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro* retoma a temática, novamente exigindo a criação dos cemitérios fora da cidade, permitindo inferir que, na cidade, mesmo depois da publicação desse artigo, os enterros no interior das igrejas mantiveram-se normalmente. Na Academia de Medicina do Rio de Janeiro, em sessões de 14 de abril de 1835 e de 2 de maio de 1835, os sócios, motivados por fala do doutor Jobim, debateram a mesma problemática. Os textos referentes a essas reuniões foram veiculados na *Revista Médica Fluminense* (1835-1841), números 10 e 11, páginas 10-17 e 3-10. Disponíveis em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/revista-medica-fluminense/341622>. Acesso em 25/01/2023 às 20h01.

acentuando-se ao longo do XX. Para tanto, foi determinante o crescente papel social de autoridade conferido aos médicos neste período. Coube a eles o trabalho de divulgação dos postulados médicos científicos, como ocorreu com os doutores José Martins da Cruz Jobim e os médicos mineiros anticonsanguinistas, cujos papéis nesta empreitada serão analisados mais detidamente em outro capítulo.

Outro texto de destaque no *Semanario de Saúde Pública* é o *Relatório da Comissão de salubridade geral, da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, apresentado, e aprovado na Sessão de 19 de Junho*¹⁸⁵, publicado no número 15, de 09 de abril de 1831. O artigo elenca, dentre as ações médicas, “que devemos seguir para o melhoramento da Higiene publica”¹⁸⁶ e o abandono dos casamentos em tenra idade. Em seu artigo 2.º é postulado:

Os casamentos extemporâneos, que são muito frequentes entre nós; a Lei os permite desde a idade de doze anos, e seria fácil mostrar-se com exemplos os funestos efeitos de tal lei, tanto a respeito do melhoramento da nossa espécie, como para que se possam preencher dignamente os deveres de mãe em tão tenra idade¹⁸⁷.

Observa-se que, já em 1831, a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro buscava divulgar e engendrar a modificação dos comportamentos matrimoniais da sociedade brasileira, em nome da “higiene pública”, o que abria espaço para a contestação dos casamentos consanguíneos, pautando-se em argumentos semelhantes: os efeitos nocivos à saúde que tal costume acarretava.

Tal forma de pensar é revelador dos preceitos científicos que circulavam na rede de pensadores médicos do Brasil e também possibilita traçar o caminho que a

¹⁸⁵ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Semanario de Saude Publica*, número 15, 09 de abril de 1831, página 77-8. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/semanario/702560>. Acesso em 23/01/2023 às 20h32.

¹⁸⁶ Dentre as medidas de salubridade, poder-se-ia alongar por várias páginas a análise centrada apenas nas mais relevantes a essa tese, contudo o número de páginas não o aconselha. Dessa forma, optou-se por centrar apenas na medida em que vai ao encontro direto do objeto central de estudo desse trabalho, que seja o engendramento dos comportamentos matrimoniais pelos postulados médico-científicos do século XIX. Ainda, é importante pelo menos apontar algumas das referidas medidas relevantes que são: criação de registros civis que atestem a *causa mortis*, a necessidade de instituir a obrigatoriedade de um médico legista atestar a supracitada *causa mortis* antes do enterro e a instituição dos cemitérios fora do entorno das cidades.

Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Semanario de Saude Publica, número 15, 09 de abril de 1831, página 77. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/semanario/702560>. Acesso em 23/01/2023 às 20h32.

¹⁸⁷ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Semanario de Saude Publica*, número 15, 09 de abril de 1831, página 77-8. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/semanario/702560>. Acesso em 23/01/2023 às 20h32.

interdição científica aos casamentos consanguíneos percorreu entre a elite médica brasileira, fazendo com que inúmeros “doutores” passem a desaconselhar a sociedade a adotar tal prática que era corrente desde o século anterior. Isto permite descortinar o processo mais amplo de transformação de práticas seculares arraigadas na sociedade brasileira, à luz das novas teorias médicas científicas gestadas a partir do século XIX, mais especificamente as que dizem respeito aos casamentos consanguíneos¹⁸⁸.

Em 1835 surge o *Diário de Saúde ou Ephemerides das Sciencias Medicas e Naturaes do Brazil*¹⁸⁹, também de circulação sabatina¹⁹⁰. Interessante notar que, neste periódico, a despeito do pequeno número de páginas, 8, havia seis seções que se alternavam nas publicações: *Medicina, Cirurgia, Farmácia, História Natural, Variedades e Matérias diversas* e, finalmente, *Biografia e Bibliografia Médica*. A grande maioria dessas seções era assinada pelos médicos José Francisco Xavier Sigaud (1796-1856), Francisco de Paula Candido (1805-1864), e o cirurgião Francisco Crispiniano Valderato, redatores do periódico¹⁹¹.

Esta não era a primeira tentativa do médico francês Sigaud de produzir um periódico médico no Brasil. Entre os anos de 1827 e 1828 ele investira forças na edição do *Propagador de Ciências Médicas* e, novamente, Sigaud colheu fracasso, não se estendendo o *Diário de Saúde* para além de 53 números, totalizando 432 páginas. Contudo, ainda que tenha tido vida curta, durou exatamente um ano, o *Diário* abordou em suas páginas temáticas semelhantes aos periódicos médicos que

¹⁸⁸ Atenta-se a não cair no risco de generalização como nos alerta Jacques Revel. Cf. REVEL, J. “A história ao rés do chão”. In: LEVI, G. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Todavia, compreende-se que os escritos de desincentivo ao casamento consanguíneo de médicos anticonsanguinistas mineiros que serão abordados no capítulo 5 possibilitam lançar luz a um fenômeno que encontra respaldo em vários grupos familiares conforme os índices elencados no capítulo 1.

¹⁸⁹ O *Diário da Saúde ou Ephemerides das Sciencias Medicas e Naturaes do Brazil* pode ser consultado na íntegra, também na seção da Hemeroteca Nacional da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/diario-saude/702900>. Acesso em 03/09/2022 às 14h41.

¹⁹⁰ O primeiro número é datado de 18 de abril de 1835 e, por sua vez, o último foi lançado em 16 de abril de 1836, sendo que no último há uma nota justificando a descontinuidade do periódico devido a *motivos de conveniência*. Ironicamente, o periódico durou exatamente um ano. Cf. *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Diário da Saúde ou Ephemerides das Sciencias Medicas e Naturaes do Brazil*, número 53, 16 de abril de 1836, página 424. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_02&pagfis=0. Acesso em 25/01/2023 às 14h01.

¹⁹¹ *Diário da Saúde ou Ephemerides das Sciencias Medicas e Naturaes do Brazil*, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/diario-saude/702900>. Acesso em 03/09/2022 às 14h41.

lhe antecederam, dentre as quais destacam-se a vacina¹⁹², a medicina legal¹⁹³ e a “Higiene” ou a “salubridade pública”¹⁹⁴.

Entre os diversos artigos, sobressai-se o de autoria do doutor João Januário Vianna de Rezende¹⁹⁵ (1804-1879), veiculado no número 45, de 20 de fevereiro de 1836, que trata da frenologia, com o título *Descrição Cranologica do Assassino Fieschi (dito Gerard)*¹⁹⁶. Rezende centrou seu argumento na análise do crânio do assassino francês Giuseppe Marco Fieschi¹⁹⁷, resgatando os postulados do médico alemão Franz Joseph Gall que, segundo o autor, haviam caído no ostracismo nos anos anteriores¹⁹⁸. Dessa forma, o médico trazia novamente à voga a frenologia que, conforme já discutido, será importante base epistemológica para o surgimento de vários pressupostos da eugenia.

Contemporâneo a este periódico, o ano de 1835 assistiu ao surgimento da *Revista Médica Fluminense*¹⁹⁹ que, semelhantemente ao *Diário de Saúde*, era uma nova tentativa de publicação de um periódico com outro nome por editores que já haviam empreendido anterior iniciativa. Neste caso, trata-se de uma nova investida da Academia Imperial de Medicina, outrora denominada de Sociedade Médica do

¹⁹² Dentre outros, elencam-se os números 19 (28/08/1835), 24 (26/09/1835) e 52 (09/04/1836). Disponíveis na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/diario-saude/702900>. Último acesso em 25/01/2023 às 15h11.

¹⁹³ Dentre outros, elencam-se os números 24 (06/09/1835), 25 (03/10/1835), 33 (28/11/1835), 35 (12/12/1835) e 38 (02/01/1836). Disponíveis na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/diario-saude/702900>. Último acesso em 25/01/2023 às 14h41.

¹⁹⁴ Dentre outros, elencam-se os números 19 (22/08/1835), 20 (29/08/1835), 21 (30/09/1835), 29 (31/10/1835) e 34 (06/12/1835). Disponíveis na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/diario-saude/702900>. Último acesso em 25/01/2023 às 14h38.

¹⁹⁵ João Januário Vianna de Rezende (1804-1879) foi médico português, honorário da Real Câmara de Lisboa.

¹⁹⁶ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Diário da Saúde ou Ephemerides das Sciencias Medicas e Naturaes do Brazil*, número 45, 20 de fevereiro de 1836, páginas 353-355. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/diario-saude/702900>. Acesso em 25/01/2023 às 15h21.

¹⁹⁷ Giuseppe Marco Fieschi (1790-1836) foi um assassino em massa da Córsega e o principal conspirador na tentativa de assassinato do rei Luís Filipe da França em 28 de julho de 1835.

¹⁹⁸ Segundo ele, “a doutrina de Gall, estabelecida em nossos dias, e fundada sobre a pluralidade de órgãos no cérebro, foi nos primeiros tempos acolhida e apregoada com um entusiasmo incompreensível; todos quiseram ser craniologistas, todos se persuadiram sábios nesta nova ciência, e porque muitos a cultivavam sem reflexão, e encontravam exemplos, que lhes pareciam contraditórios, é que tantos hoje a desacreditam, ou reputam fabulosa, e outros mesmo lhe ignoram a sua existência”. Cf. *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Diário da Saúde ou Ephemerides das Sciencias Medicas e Naturaes do Brazil*, número 45, 20 de fevereiro de 1836, página 353. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/diario-saude/702900>. Acesso em 25/01/2023 às 16h52.

¹⁹⁹ Os números completos do *Revista Médica Fluminense* podem ser consultados no site da Hemeroteca Nacional, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Disponíveis na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/revista-medica-fluminense/341622>. Acesso em 04/09/2022 às 19h52.

Rio de Janeiro que dois anos antes havia interrompido a publicação do *Semanário de Saúde Pública*²⁰⁰. Nesta nova tentativa, a Academia Imperial de Medicina logrou duração de oito anos, iniciando-se em 1835 e findando em 1843, já com a denominação de *Revista Médica Brasileira*, resultado da junção da *Revista Médica Fluminense* com o *Jornal da Academia Imperial de Medicina* ocorrido no ano de 1843.

Ainda sob o nome de *Revista Médica Fluminense*, foram publicados 37 números, de forma completamente irregular²⁰¹, sendo que, no ano de 1837²⁰², não houve nenhuma publicação. Por sua vez, nos ínterims de abril de 1836 a março de 1837 e abril de 1838 a março de 1839 houve uma única publicação geral para cada período²⁰³. Por sua vez, já com o nome de *Revista Médica Brasileira*, adotado a partir de maio de 1841, podem ser encontrados 24 números variando de 46 a 64 páginas e mantendo-se a constância de uma publicação a cada mês. A última, datada de maio de 1843, informa pausa programada de dois meses²⁰⁴, que se crê tenha culminado no encerramento das atividades do periódico. Contudo, não se exclui a hipótese de que possa haver números posteriores perdidos e que, portanto, não foram ainda objetos de pesquisa.

Como continuidade natural da *Revista Médica Fluminense*, a organização das seções da *Revista Médica Brasileira* não diferia muito da primeira, sendo destacada uma parte para as transcrições das reuniões da *Academia Imperial de Medicina* e

²⁰⁰ CASA DE OSWALDO CRUZ. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Rio de Janeiro: Fiocruz, s/d. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/scripts/?IsisScript=iah.xis&base=dic&lang=pt&form=A&user=GUEST>. Acesso em 04/09/2022 às 20h05.

²⁰¹ Apenas entre os períodos compreendidos entre meses de abril de 1835 e março de 1836 e março de 1839 e dezembro de 1840 foram observadas a constância de publicações mensais, tais como podem ser encontradas no arquivo da Biblioteca Nacional. Dessa forma, considera-se a hipótese de que alguns exemplares podem ter sido perdidos com o tempo, entretanto essa questão é irrelevante ao presente trabalho.

²⁰² Como a *Revista Médica Fluminense* principiou seus trabalhos em abril de 1836, o ano para o periódico compreende o ínterim de abril a março. Neste caso, ao dizer que não houve publicações no ano de 1837, afirma-se que não houve números entre abril de 1837 e março de 1838. Dessa forma, considera-se a hipótese de que alguns exemplares podem ter sido perdidos com o tempo, entretanto essa questão é irrelevante ao presente trabalho.

²⁰³ No tangente ao número de páginas, este variava bastante, como se pode observar ao nos debruçarmos individualmente sobre cada um de seus números. À guisa de exemplo, destaca-se que o número mais extenso, datado de abril de 1837 referenciando-se a doze meses, conteve 468 páginas, enquanto os menores, geralmente mensais, foram compostos de 40. Observa-se que, na maioria das vezes, o periódico era lançado com cerca de 40 a 50 páginas.

²⁰⁴ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Revista Médica Brasileira*, número 01, de maio de 1843, página 48. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/revista-medica-brasileira/146366>. Acesso em 30/01/2023 às 12h19.

outra para artigos, ora traduções de diversos jornais médicos europeus, ora textos de médicos brasileiros que discorriam sobre a medicina local. No tangente às traduções de artigos publicados em periódicos estrangeiros, predominantemente europeus, na maioria esmagadora dos números disponíveis na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro as traduções eram assinadas por Emílio Joaquim da Silva Maia²⁰⁵ (1808-1859), que se destacava como um dos mais proeminentes membros da *Academia*. Todavia, nota-se um crescente espaço para os textos nacionais à medida que novos números vão sendo publicados, surgindo em maio de 1842 uma sessão denominada *Artigos Originaes* que visava destacar exatamente os referidos textos. Consolidando-se como seção inicial do periódico, *Artigos Originaes* abriu todos os números dali para frente até maio de 1843 de forma que, gradativamente, foi se tornando maior que as demais partes do periódico²⁰⁶.

Desde a chegada da corte portuguesa ao Brasil, em 1808, até o final do Período Regencial, surgiram incontáveis periódicos que se debruçaram sobre as mais variadas temáticas, dentre as quais aquelas voltadas ao campo das pesquisas médicas, caras a esta pesquisa. Entretanto, optou-se por recortar a praça do Rio de Janeiro como campo de estudo devido à proximidade com a província de Minas Gerais e por ser a capital do império e centro de difusão das principais ideias que circulavam no Brasil.

Por conseguinte, essa breve incursão nesses periódicos abordados por esse tópico se fez necessária uma vez que estes foram a porta de entrada de inúmeros textos europeus no país. Outrossim, serviram de divulgação para a classe médica nacional daquilo que se produzia de pesquisas no próprio Brasil nas primeiras décadas da centúria oitocentista.

Importa salientar que é temerário abordar o nascimento do periodismo médico como fenômeno isolado. Antes disso, conforme afirma Silvia Figueirôa, ele é “a expressão de uma atitude de relativa valorização da ciência por parte das elites

²⁰⁵ Emílio Joaquim da Silva Maia nasceu em Salvador no ano de 1808 e faleceu no Rio de Janeiro em 1859. Formou-se em filosofia natural na Universidade de Coimbra e doutorou-se em medicina pela Faculdade de Paris.

²⁰⁶ Nesse sentido, destaca-se a revista de número 10 do segundo volume, datada de fevereiro de 1843, na qual 19 páginas são destinadas aos *Artigos Originaes* publicando o artigo *Memória sobre a Leucophlegmasia Superveniente da Escarlatina; pelo Dr. José Pedro de Oliveira, Coronel Cirurgião Mór do Exército Addido, &*; 15 páginas reservam-se à sessão denominada de *Revista de Alguns Jornaes Estrangeiros*, com o artigo: *O Magnetismo Animal, por Louis Preisse e*; 11 páginas à sessão *Varietades*. Esta última, neste número específico, trazia uma descrição da *Serpentaria Brasiliensis*, conhecido pelo nome popular de Cipó de Cobra, sendo o artigo assinado por José Pereira da Silva Goulart.

dirigentes luso-brasileiras, cujo resultado foi a conformação do primeiro arranjo institucional científico nacional”²⁰⁷. Portanto, os periódicos médicos sobre os quais esse tópico se debruçou inserem-se em um procedimento de “valorização pragmática da ciência” conforme afirmou Maria Margareth Lopes²⁰⁸. Gradativamente, os periódicos médicos locais perdem espaço para a ascensão das Revistas das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia que assumirão o posto de vanguarda da medicina nacional e locais privilegiados de divulgação dos artigos produzidos pelos médicos brasileiros. Para tanto, faz-se necessário debruçar-se mais detidamente sobre essas referidas revistas na sequência deste trabalho, quando esta tese se dedicará a analisar a ascensão das pesquisas sobre hereditariedade no Brasil da segunda metade do século XIX, marcado pela ascensão do Segundo Reinado.

Ainda, importa reforçar que este presente capítulo é de grande importância ao corpo deste trabalho por buscar elucidar duas importantes questões que nortearão o desenrolar dessa pesquisa. Primeiramente, faz-se necessário retomar que os temas referentes aos estudos científicos foram galgando espaço gradativamente nas revistas brasileiras dos primórdios do século XIX. Inicialmente, na sua maioria, traduções de artigos produzidos na Europa apareciam de forma esporádica, compartilhando o espaço editorial com os fatos administrativos do reino e a movimentação social da corte – temas de considerável maior relevância nessas publicações. Em segundo lugar, a análise detida dos artigos, cuja temática era as ciências, objetivo primaz deste capítulo, assume papel preponderante no esforço de compreensão de uma das formas pela qual o conhecimento médico-científico chegava ao Brasil. Desta forma, aqueles artigos médicos presentes nas páginas dos referidos periódicos foram analisados brevemente.

Na dianteira de observar-se detidamente a forma com que o conhecimento médico-científico europeu foi traduzido pelas revistas citadas nos tópicos anteriores e analisar sua execução e alusivo relato pelos médicos brasileiros nos mesmos periódicos, faz-se necessário apontar que a transição destas supracitadas revistas

²⁰⁷ FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. **Ciência na busca do Eldorado: a institucionalização das ciências geológicas no Brasil, 1808-1907**. [Tese de Doutorado]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1992; FERREIRA, L. O. Os periódicos médicos e a invenção de uma agenda sanitária para o Brasil (1827-43). *História, Ciências, Saúde*. Rio de Janeiro, Manguinhos, VI (2): 331-51, jul.-out. 1999.

²⁰⁸ LOPES, Maria Margareth (1993), **As ciências naturais e os museus no Brasil no século XIX**. [Tese de Doutorado]. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1993.

médico-científicas para aquelas produzidas pelas Faculdades de Medicina que surgiam no Brasil não foi feita de forma imediata. Após a década de 1840, surgiram ainda inúmeras revistas antecedentes à *Gazeta Médica do Rio de Janeiro* (1862) e à *Gazeta Médica da Bahia* (1864). São exemplares desse contexto, dentre outras, a *Minerva Brasiliense*²⁰⁹ (1843-1845), a *Guanabara, revista mensal, artística, científica e literária*²¹⁰ (1849-1855) e, sua substituta imediata, a *Revista Brasileira, jornal de ciências, letras e artes*²¹¹ (1857).

²⁰⁹ O *Minerva Brasiliensis* propunha-se a ser um “jornal de ciências, letras e artes.” Este foi publicado entre 1843 e 1845, tendo por editor Justiniano José da Rocha e uma associação de literatos como editores. Segundo Nadja Sampaio Paraense, o periódico teve duas fases: na primeira, destaca-se um viés científico e na segunda fase literário.

²¹⁰ A *Guanabara, revista mensal, artística, científica e literária* surgiu em 1849 e teve sua circulação interrompida no ano seguinte, devido à epidemia de cólera que assolava o Rio de Janeiro. Retomou as atividades em 1851, circulando mensalmente até 1855. Tal como o *Minerva* tinha sido redigido por uma associação de literatos e dirigido por Manuel de Araujo Porto-Alegre, Antonio Gonçalves Dias e Joaquim Manoel de Macedo. Destacou-se pela publicação de artigos voltados para a flora brasileira.

²¹¹ Surgida em 1857, a *Revista Brasileira, jornal de ciências, letras e artes*, é a continuidade da revista *Guanabara* com outro nome. Sua circulação deixa de ser mensal e se torna trimestral, indicando a mesma perda de fôlego que assolou as revistas anteriormente abordadas.

CAPÍTULO 3

A CONSOLIDAÇÃO DOS ESTUDOS MÉDICOS NO BRASIL NO SÉCULO XIX E O ADVENTO DOS PRIMEIROS ARTIGOS SOBRE HEREDITARIEDADE NOS PERIÓDICOS NACIONAIS

O perigo está em proporção do tempo, que ela tem existido, numa família e do número de gerações que têm sido afetadas. Mr. Fodéré observou que, entre os cretinos, os meninos da primeira geração são dispostos a essa doença; que, se tais meninos se casam com outros cretinos, a propagação do mal é mais certo; e que, se durante três gerações consecutivas os cretinos se cruzam entre si, a doença propaga-se de uma maneira certa. Essa herança diminui na mesma proporção quando as crianças que têm predisposições unem-se sucessivamente com indivíduos sadios¹.

Os periódicos de Medicina brasileiros publicados nos oitocentos e primeiras décadas dos novecentos configuram-se fontes privilegiadas da trajetória percorrida pelas Ciências Médicas no Brasil, já que pretendiam divulgar as pesquisas nacionais e debater as mais recentes descobertas internacionais, traduzindo-as para os leitores. É o caso, por exemplo, da *Revista Médica Fluminense* (1835-1841), *Revista Médica Brasileira* (1841-1843), *Archivo Medico Brasileiro: Gazeta Mensal de Medicina, Cirurgia, e Sciencias Accessorias* (1844-1847), *O Guanabara: Revista Mensal Artistica, Scientifica e Litteraria* (1849-1855), *Revista Brasileira, jornal de ciências, letras e artes* (1857-1861) e os *Annaes Brasilienses de Medicina* (1851-1882), periódicos que serão aqui analisados.

Um rápido levantamento revela a extensa gama de artigos que abordam temáticas relevantes que, direta ou indiretamente, se articulam às abordadas neste estudo, como salubridade pública, medicina legal, frenologia, conforme foi estabelecida por Franz Joseph Gall, doenças crônicas e doenças congênitas. Foi durante a década de 1840 que se assiste ao advento dos primeiros artigos que abordam diretamente a questão da transmissão hereditária de patologias. Coube à *Revista Médica Brasileira*, a despeito de sua curta duração temporal, pois foi publicada somente entre 1841 e 1843, o pioneirismo da publicação do primeiro texto brasileiro

¹ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. O Guanabara: Revista Mensal Artistica, Scientifica e Litteraria*, número 1, de 1849, páginas 49. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/guanabara/700630>. Acesso em 30/01/2023 às 17h59.

redigido pelo doutor José Pereira Rego (1816-1892) sobre a questão da hereditariedade.

A seguir, artigos que abordam a transmissão hereditária de patologias entrariam na ordem do dia das discussões científicas que agitariam o meio médico, ao menos entre aqueles profissionais que liam os periódicos médicos que circulavam no nascente Império brasileiro. Já na segunda metade do século XIX, a hereditariedade irá assumir lugar de protagonismo nos prognósticos destes médicos. Em grande parte, isto se deve aos *Annaes Brasilienses de Medicina*, que começou a ser publicado em 1851 e circulou até 1882, pois em vários artigos seus autores se esforçaram por enquadrar inúmeras patologias entre aquelas que seriam transmitidas hereditariamente, tornando-se plausível afirmar que, se não todas elas, quase todas tenderam a ser entendidas como hereditárias.

A consolidação de tal postulado, originado e baseado sobretudo na medicina francesa, apontava para a existência de uma extensa gama de doenças que seriam transmitidas através das gerações, tornando-se base científica para que os médicos brasileiros empreendessem uma cruzada contra os casamentos consanguíneos.

3.1. Os debates sobre transmissão hereditária de patologias nos periódicos da Academia Imperial de Medicina: A *Revista Médica Fluminense* (1835-1841) e a *Revista Médica Brasileira* (1841-1843)

Diante da extensa gama de periódicos que surgem a partir de 1830, procurou-se focalizar apenas nos artigos que dialogam com a construção argumentativa que condenará os casamentos consanguíneos na segunda metade do século XIX, uma vez que o aumento exponencial do número de textos do campo médico, publicados a partir desta década, tornaria a análise detida de todas suas temáticas consideravelmente extensa e cansativa, não atendendo diretamente ao proposto por esse trabalho.

Desta forma, cumpre-se dizer apenas que uma análise superficial² do *Jornal do Commercio* (1827-2016)³ não encontrou artigos relevantes ao objetivo deste trabalho, uma vez que o referido periódico priorizava tratar assuntos políticos e comerciais,

² A análise superficial deve-se à gigantesca extensão da fonte, uma vez que se trata de 189 anos de duração, abrangendo o século XIX em quase a sua totalidade. A guisa de exemplo, são 971.974 páginas, sendo 108.643 referentes às décadas de 1820 à 1890 sobre a qual este trabalho se debruça.

³ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Jornal do Commercio*. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=364568&pesq=>. Acesso em 25/01/2023 às 12h49.

como o próprio nome dele indica. Todavia, importa considerar que textos esporádicos acrescidos de atas referentes a várias sessões da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, realizadas em seu derradeiro ano de 1835⁴, bem como da Academia Imperial de Medicina nos anos seguintes foram veiculadas naquele boletim abordando temas como vacina, varíola (denominada de “bexigas”), peste, gripe e febre intermitente⁵.

Desta forma, coube à *Revista Médica Fluminense* o papel de protagonista na veiculação das ditas sessões da Sociedade, agora denominada de Academia Imperial de Medicina, uma vez que este periódico era o boletim oficial da referida associação. No que tange aos conteúdos dos artigos veiculados nessa revista, é relevante apontar que, a despeito de publicar apenas temas diretamente relacionados ao campo médico, nenhum texto debruçou-se sobre questões relativas à consanguinidade ou à transmissão hereditária de doenças. Todavia, temáticas alusivas aos campos que gestaram posteriormente essas ditas questões povoaram as páginas da *Revista Médica Fluminense*. Nesse cenário, destaca-se a luta do doutor José Martins da Cruz Jobim pelo encerramento dos enterros no interior dos templos religiosos⁶ ou em cemitérios dentro das povoações, que suscitou calorosos debates na Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro e em sua substituta imediata, a Academia Imperial de Medicina⁷.

Constam também nas páginas deste periódico, em consonância com o que foi observado no *Diário da Saúde, das Ciências Médicas e Naturais do Brasil*, relevantes

⁴ Nascida a 8 de maio de 1829, a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro cessou de existir a 6 de outubro de 1835, sendo substituída pela Academia Imperial de Medicina, criada por decreto da Regência de 8 de maio de 1835. Importa dizer que, de abril de 1835 a outubro daquele ano, a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro coexistiu com a Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro. Em 6 outubro, mediante a criação desta, aquela encerra suas atividades.

⁵ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Jornal do Commercio*. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_02&pagfis=0. Acesso em 25/01/2023 às 13h19.

⁶ Indicativo claro da tentativa de engendrar o comportamento cultural da sociedade com base em pressupostos médico-científicos.

⁷ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Revista Médica Fluminense*, números 4, 10 e 1 de julho de 1835, janeiro de 1836 e abril de 1839, páginas 15, 10-17 e 40. Disponíveis na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/revista-medica-fluminense/341622>. Acesso em 26/01/2023 às 15h41.

artigos que tratam da higiene⁸ (inclusive atrelada à ginástica⁹), vacina¹⁰, doenças crônicas¹¹, doenças congênitas¹² e medicina legal¹³. Sobre essa última, sobressai-se uma sequência de artigos veiculados no ano de 1836¹⁴ que se debruçavam sobre a formação da medicina legal brasileira sob o título de *Como se fazem os autos de corpo de delito no Brasil*¹⁵ que, dentre outras coisas¹⁶, pleiteava que todos os enterros no país só se dessem lugar depois de o falecido passar por um legista, como já ocorria na França¹⁷.

Ainda, este periódico é o primeiro a veicular artigos do campo oftalmológico¹⁸, que se revela de grande valia ao tema central desta pesquisa, uma vez que, conforme já debatido anteriormente nesta tese, Albrecht von Graefe, oftalmologista alemão, ao

⁸ Dentre outros, elenca-se os números 2 (05/1835), 3 (06/1835), 5 (07/1836), 6 (08/1836), 1 (04/1838), 2 (05/1839), 3 (06/1839), 4 (07/1839), 5 (08/1839), 2 (05/1840), 4 (07/1840) e 5 (09/1840). Disponíveis na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/revista-medica-fluminense/341622>. Acesso em 26/01/2023 às 16h16.

⁹ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Revista Médica Fluminense*, números 10, de janeiro de 1840, páginas 473-481. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/revista-medica-fluminense/341622>. Acesso em 26/01/2023 às 19h21.

¹⁰ Dentre outros, elenca-se os números 2 (05/1835), 3 (06/1835), 7 (10/1835), 8 (11/1835), 1 (04/1836), 1 (04/1838) 2 (05/1839), 9 (12/1839) e 1 (04/1840). Disponíveis na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/revista-medica-fluminense/341622>. Acesso em 26/01/2023 às 16h19.

¹¹ Dentre outros, elenca-se os números 1 (04/1838), 1 (04/1839), 4 (07/1839), 7 (10/1839) e 7 (10/1840). Disponíveis na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/revista-medica-fluminense/341622>. Acesso em 26/01/2023 às 16h21.

¹² Dentre outros, elenca-se o número 2 (05/1839). Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/revista-medica-fluminense/341622>. Acesso em 26/01/2023 às 16h22.

¹³ Dentre outros, elencam-se os números 3 (06/1835), 4 (07/1835), 1 (04/1836), 5 (08/1839), 4 (07/1840) e 7 (10/1840). Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/revista-medica-fluminense/341622>. Acesso em 26/01/2023 às 16h23.

¹⁴ Optou-se por utilizar as referências em cada citação da *Revista Médica Fluminense* de acordo com a disposição da *Hemeroteca Nacional*, disponível no site da *Biblioteca Nacional*. A escolha se deve a não identificação com número e mês em cada boletim deste periódico, fato que dificultou a referenciação daqueles que foram veiculados entre abril de 1836 e março de 1838.

¹⁵ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Revista Médica Fluminense*, números 1, 2 e 3 de abril, maio e junho de 1836, páginas 35-40, 66-70 e 151-156. Disponíveis na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/revista-medica-fluminense/341622>. Acesso em 26/01/2023 às 16h25.

¹⁶ Na página 156 há uma informação de que o texto deveria ter continuidade, todavia isso não ocorreu. Desta forma, não foi possível identificar o autor.

¹⁷ Outros artigos que abordavam os enterros de pessoas vivas, veiculados em vários números da *Revista Médica Fluminense*, também bradavam pela presença de um legista junto a todos os falecidos a fim de atestar categoricamente a morte.

¹⁸ Dentre outros, elencam-se os números 5 (08/1839), 7 (10/1839), 8 (11/1839), 3 (06/1840), 4 (07/1840) e 12 (03/1841). Disponíveis na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/revista-medica-fluminense/341622>. Acesso em 26/01/2023 às 16h21.

descrever a retinite pigmentosa¹⁹ e a surdez congênita em três irmãos²⁰ em 1858, seguindo os trabalhos de Willian Wilde (1853), estabeleceu um paralelo entre os casamentos consanguíneos e a incidência de doenças hereditárias²¹.

Em maio de 1841, a *Revista Médica Fluminense* muda de denominação tornando-se *Revista Médica Brasileira*. Contudo a Academia Imperial de Medicina mantém a estrutura das seções, destacando as transcrições das reuniões da dita associação e a constância mensal das publicações. Portanto, a temática dos artigos não difere muito da fase encerrada naquele ano²², porém é observado que surgem pela primeira vez textos que atendem diretamente à temática da transmissão hereditária de doenças e, possivelmente²³, um deles ao interdito aos casamentos consanguíneos.

Desta forma, seguindo a ordem cronológica de publicação, importa destacar que logo no primeiro artigo do número inaugural do novo nome, denominado *Algumas considerações sobre a prostituição*²⁴, o doutor José Pereira Rego²⁵ (1816-1892), ao intentar levantar a antiguíssima história da profissão que é tema do texto, recorreu, dentre outros relatos da antiguidade, oriundos de várias fontes, a eventos bíblicos

se percorrermos as páginas da história sagrada, já aí muitos exemplos de prostituição acharemos; veremos de uma parte Abraão, com o consentimento de sua mulher Sara, deixa-la para tomar mulher a sua serva Agar, na esperança por de ter descendentes, atenta a esterilidade de sua mulher; de outra parte as filhas de Lot, ambicionando ter uma posteridade, embriagarem seu pai, para

¹⁹ Conforme já apontado em nota anterior, retinite pigmentosa é uma degeneração rara e progressiva da retina que pode levar à perda de visão moderada a grave. A retinite pigmentosa quase sempre é hereditária.

²⁰ KEOGH, Ivan. *Perda Auditiva Hereditária*. IX Manual de Otorrinolaringologia pediátrica da IAPO. p.288. Disponível em: <https://cdn.gn1.link/iapo/manuals/br/Perda-Auditiva-Hereditaria.pdf> Acessado em 25/01/2022 às 17h13.

²¹ Esses pesquisadores e suas descobertas foram debatidas no tópico 2.3 deste trabalho.

²² Importa considerar o destaque dado aos artigos voltados à oftalmologia que figuram em vários números veiculados pela *revista Médica Brasileira*. Dentre outros, elenca-se os números 1 (05/1841), 2 (06/1841), 3 (07/1841), 6 (10/1841), 9 (01/1842), 7 (11/1842), 8 (12/1842) e 11 (03/1843). Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/revista-medica-brasileira/146366>. Acesso em 30/01/2023 às 12h12.

²³ Depende da interpretação que se dê ao artigo debatido logo na sequência deste texto.

²⁴ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Revista Médica Brasileira*, número 1, de maio de 1841, páginas 6-15. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/revista-medica-brasileira/146366>. Acesso em 26/01/2023 às 21h49.

²⁵ José Pereira Rego (1816-1892) ingressou em 1833, juntamente com seu irmão Joaquim Marcos de Almeida Rego, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde doutorou-se em medicina em 20 de dezembro de 1838. Em 23 de setembro de 1874 foi contemplado com o título de Barão do Lavradio.

obrigarem-no a cometer um duplo incesto; Jacob desposar sucessivamente em oito dias suas duas primas irmãs, etc²⁶.

Estaria Rego atrelando, portanto, o casamento entre primos-irmãos ao mesmo grau do incesto? Em que pese à argumentação contundente do doutor Rego ser as únicas linhas deste artigo nas quais consta a crítica a essa prática, não é possível deixar de notar a opinião clara do autor em oposição a essa união. Todavia, resta saber se a crítica baseava-se no casamento entre primos-irmãos ou na distância de oito dias entre as duas uniões. Por fim, em caso de opção pela primeira hipótese, ainda assim seria temerário afirmar que os demais membros da Academia comungassem da posição expressa por esse artigo, contudo, ele seria revelador da existência dessas ideias neste meio, já em 1841.

Para que essas questões fossem contempladas com a luz de uma possível resposta, seria necessário que o autor aprofundasse nessa afirmação discriminando qual ideia tinha em mente ao evocar essa passagem. Infelizmente, não foi possível encontrar outro escrito do doutor Rego que pudesse elucidar a dúvida, ficando ela, portanto, apenas apresentada aqui.

Não obstante a impossibilidade de dirimir as questões acima, o artigo *Considerações praticas sobre a gastro-bronchites epidêmica que tem reinado em Montevideo*²⁷, publicado em dezembro daquele mesmo ano, permite concluir que o doutor José Pereira Rego tinha já ao menos consolidado a certeza da existência de doenças hereditárias, uma vez que, abordando a *gastro-bronquite*, comenta

Na infância, se o homem escapa ás **doenças hereditárias** ou congênitas, não cessam de obrar contra ele uma série de causas capazes de aniquilar os atos vitais, carecendo por outra parte dos socorros de toda a espécie para continuar a viver²⁸.

Contudo, mantém-se uma relevante questão que fora levantada para o artigo deste mesmo autor publicado sete meses antes, isto é, os demais membros da

²⁶ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Revista Médica Brasileira*, número 1, de maio de 1841, página 7. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/revista-medica-brasileira/146366>. Acesso em 26/01/2023 às 21h51.

²⁷ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Revista Médica Brasileira*, número 8, de dezembro de 1841, páginas 401-418. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/revista-medica-brasileira/146366>. Acesso em 26/01/2023 às 23h25.

²⁸ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Revista Médica Brasileira*, número 8, de dezembro de 1841, página 402. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/revista-medica-brasileira/146366>. Acesso em 26/01/2023 às 23h25.

Academia compartilhavam do mesmo conhecimento desse postulado que foi expresso pelo doutor Rego? Sem embargo, neste caso, pode-se afirmar ao menos que sua citação pelo autor é reveladora da existência dessas ideias no meio médico dos primórdios da década de 40 do século XIX.

Reforça essa afirmação a ata da reunião da Academia referente ao dia 26 de agosto de 1841²⁹, na qual o doutor Francisco de Paula Cândido³⁰ (1805-1864) elenca, dentre outras causas, “a herança desta moléstia como condição predisponente”³¹ ao paciente desenvolver a “elefantíase dos gregos”³². Em outro momento, mas ainda se debruçando sobre essa patologia no artigo *Memoria sobre a elefantíase dos gregos ou leontiasis, satyriasis, vulgarmente denominada morphea*³³, Paula Cândido é mais expressivo ainda e responde a indagação que esta tese levantou no parágrafo precedente, ao pontuar que

a transmissão hereditária **é para nós** demonstrada com irrefragáveis exemplos, sem que o descendente de parentes não afetados esteja por isso dela isento: exemplos negativos do primeiro caso tem alguns autores apresentado contra a transmissão hereditária, eles parecem-nos muitos fracos: pois temos visto em famílias elefantíacas ficarem muitos membros incólumes, sem que outros, apesar de todas as cautelas, deixem de ser inexoravelmente acometidos; assim como entre parentes os mais saudáveis aparecer algum acidentalmente afetado³⁴.

A despeito de ser o único parágrafo desse artigo em que o autor discorre sobre a transmissão hereditária de doenças, pode-se inferir dele uma extensa gama de informações sobre os conhecimentos acerca da hereditariedade que já estavam

²⁹ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Revista Médica Brasileira*, número 9, de janeiro de 1842, página 494-499. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/revista-medica-brasileira/146366>. Acesso em 27/01/2023 às 18h51.

³⁰ Francisco de Paula Cândido (1805-1864), formado pela Faculdade de Medicina de Paris, regressando ao Brasil tornou-se membro titular da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro e posteriormente da Academia Imperial de Medicina. Substituiu José Bonifácio de Andrada Silva (1763-1838) como tutor de Dom Pedro II, revestindo de importância esse médico e seus postulados para a sociedade brasileira. No tópico seguinte far-se-á necessário retomar brevemente Paula Cândido e esses artigos específicos aqui abordados.

³¹ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Revista Médica Brasileira*, número 9, de janeiro de 1842, página 49. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/revista-medica-brasileira/146366>. Acesso em 27/01/2023 às 18h53.

³² Uma das antigas denominações da lepra.

³³ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Revista Médica Brasileira*, número 9, de janeiro de 1842, páginas 501-512. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/revista-medica-brasileira/146366>. Acesso em 27/01/2023 às 22h25.

³⁴ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Revista Médica Brasileira*, número 9, de janeiro de 1842, página 505. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/revista-medica-brasileira/146366>. Acesso em 27/01/2023 às 22h24. **Grifo meu.**

consolidados para Paula Cândido e, provavelmente, para a Academia Imperial de Medicina, da qual ele era o presidente. Primeiramente, o autor permite afirmar que a Academia era concorde com ele sobre a certeza da existência dessa categoria de herança patológica transmitida ao longo das gerações, quando redige no plural que “a transmissão hereditária é para nós demonstrada com irrefragáveis exemplos”. Ainda nessa sentença é possível concluir que exemplos inquestionáveis tornavam esse conhecimento incontestável para os médicos que compunham aquela associação. Na sequência, pode-se observar que a academia reconhecia que pessoas que não possuísssem histórico familiar com determinada patologia não estavam isentas de padecer dela ao longo da vida.

Em segundo lugar, Paula Cândido discorda de “alguns autores” que negavam a transmissão hereditária de doenças e ele é claro ao dizer que os argumentos destes lhes pareciam “muitos fracos”. Novamente, pauta-se na observação prática para contradizer os referidos contestadores desse postulado recorrendo à doença sobre a qual ele se debruça no artigo, ou seja, a elefantíase dos gregos, para afirmar que, novamente no plural, “temos visto em famílias elefantíacas ficarem muitos membros incólumes, sem que outros, apesar de todas as cautelas, deixem de ser inexoravelmente acometidos; assim como entre parentes os mais saudáveis aparecer algum acidentalmente afetado”³⁵.

Mais uma vez, a leitura desses textos veiculados nos periódicos sobre os quais essa pesquisa se debruçou torna notório que o conhecimento da hereditariedade de algumas moléstias estava presente entre os referidos médicos. Todavia, observa-se que essa classe demonstra que pouco ou nada pudesse ser feito para solucionar essas patologias. Desta forma, era necessário dedicar-se a tratar as doenças cujas origens fossem transmissivas ou ambientais, uma vez que o clima e a atmosfera eram elementos relevantes para a transmissão patológica segundo a maioria desses profissionais que redigiram para esses boletins.

Ainda assim, tal constatação não impediu que a *Revista Médica Brasileira* dedicasse parte de suas páginas a debater assuntos relevantes a esta pesquisa que não se inseriam no escopo priorizado pela imensa maioria dos textos desse periódico. Este é o caso da frenologia de Gall, que é abordada em alguns artigos, como em uma

³⁵ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Revista Médica Brasileira*, número 9, de janeiro de 1842, página 505. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/revista-medica-brasileira/146366>. Acesso em 27/01/2023 às 22h52.

publicação de Mr. Fourcalt³⁶, veiculada no número 9, datado de janeiro de 1842, denominada *Nova classificação dos temperamentos*³⁷. No mês seguinte, o doutor José Maria de Noronha Freital³⁸ (1818-1873) publica *O misticismo em medicina, ou o charlatanismo misterioso*³⁹, incluindo a frenologia entre as charlatanices que competiram com a medicina da época. Por sua vez, no número 11, porém agora na seção dedicada a apresentar as teses defendidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, destaca-se a do mineiro, Antônio Pereira de Araújo Pinto⁴⁰ (1816-?), *Algumas proposições de phrenologia*⁴¹.

A constatação de que um médico formado em território brasileiro, natural da vila de Montes-Claros de Formigas⁴², debruçou-se sobre esse tema é reveladora da circulação das referidas ideias entre as comunidades médicas europeias, cariocas e quiçá mineiras. Indicativo do potencial de difusão desses debates é a amostragem da origem dos demais concluintes da turma do doutor Pinto que defenderam suas dissertações no mesmo mês que este e foram divulgados na *Revista Médica Brasileira* de março de 1842. Listam-se os doutores: Francisco Lopes da Cunha, Justino José Alvares Jacutinga, Marcolino José de Souza e Antônio Dias da Costa, naturais da corte; José Luiz d'Araújo Lima e Francisco Nunes Amado d'Aguiar, o primeiro de S. Gonçalo e o segundo de Magé, ambas na província do Rio de Janeiro; José Tavares de Mello, Ernesto Benedicto Ottoni e Joaquim Marianno dos Santos, respectivamente naturais de Queluz⁴³, Serro e Santa Luzia do Sabará⁴⁴ da província de Minas Gerais; e José Cupertino d'Oliveira Sampaio, Cotinguiba⁴⁵, de Sergipe. Certamente leitores da *Revista Médica Brasileira*, esses homens são um elo entre os conhecimentos que

³⁶ Uma pesquisa sobre o doutor Fourcalt foi incapaz de revelar informações a respeito dele.

³⁷ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Revista Médica Brasileira*, número 9, de janeiro de 1842, páginas 518-523. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/revista-medica-brasileira/146366>. Acesso em 29/01/2023 às 17h01.

³⁸ José Maria de Noronha Freital (1818-1873), natural de Cantagalo, Província do Rio de Janeiro. Defendeu tese em medicina em 1839 na Faculdade de medicina do Rio de Janeiro e, em 1846 tornou-se membro titular da Academia Imperial de Medicina.

³⁹ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Revista Médica Brasileira*, número 10, de fevereiro de 1842, páginas 557-561. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/revista-medica-brasileira/146366>. Acesso em 29/01/2023 às 17h19.

⁴⁰ Antônio Pereira de Araújo Pinto (1816-?), natural de Montes-Claros de Formigas, concluiu a tese em medicina na Faculdade Medicina do Rio de Janeiro em 15 de dezembro de 1841. Infelizmente, não foi possível encontrar maiores informações acerca do doutor Araújo Pinto.

⁴¹ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Revista Médica Brasileira*, número 11, de março de 1842, página 611. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/revista-medica-brasileira/146366>. Acesso em 29/01/2023 às 17h47.

⁴² Atual Montes Claros, Minas Gerais.

⁴³ Atual Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais.

⁴⁴ Atual Santa Luzia, cidade da região metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais.

⁴⁵ Atual Aracaju, capital de Sergipe.

chegavam à corte e as suas respectivas áreas de atuação, bem como às regiões de sua origem, uma vez que muitos deles mantinham acesas as relações com os familiares que haviam permanecido nas localidades das quais outrora eles haviam saído.

É de se supor, portanto, que temas apontados por médicos de enorme projeção na sociedade brasileira, como o presidente da Academia Imperial de Medicina, o doutor Francisco de Paula Cândido, ele mesmo mineiro de Piranga⁴⁶, eram levados em grande consideração por esses médicos recém-formados. Em vista disso, é revelador retomar o apontamento deste doutor sobre a indubitável transmissibilidade hereditária de patologias como se viu no artigo que ele escrevera em janeiro de 1842. Desta forma, é crível que os conhecimentos sobre o tema não ficaram restritos apenas ao seio da referida instituição, mas circularam nos rincões do país através desses ávidos leitores.

É na esteira desses médicos que se pode constatar a chegada dos postulados médico-científicos sobre a transmissão hereditária de doenças a Minas Gerais, espaço recortado para a análise do abandono de casamentos consanguíneos pautados nos argumentos que se desenvolveriam⁴⁷ apenas duas décadas após o término das publicações da *Revista Médica Brasileira* e que serão vislumbrados na sequência deste trabalho. Nesse sentido, o último número da *Revista Médica Brasileira* foi publicado em maio de 1843. Gradativamente, esses periódicos que se dedicavam a temáticas exclusivamente médicas começaram a ser substituídos pelas revistas das Faculdades de Medicina criadas a partir da década de 1860.

3.2A temática da hereditariedade começa a figurar com maior frequência nos boletins médicos brasileiros: o *Arquivo Medico Brasileiro: Gazeta Mensal de Medicina, Cirurgia, e Sciencias Accessorias* (1844-1847)

Um dos últimos periódicos, não oriundos das faculdades de medicina do Brasil Império, dedicado a pesquisas exclusivamente médicas, o *Arquivo Medico Brasileiro: Gazeta Mensal de Medicina, Cirurgia, e Sciencias Accessorias* circulou no Rio de

⁴⁶ Francisco de Paula Cândido nasceu na fazenda do Macuco, que à época pertencia ao distrito de Guarapiranga, termo da vila de Mariana, Minas Gerais. O antigo distrito emancipou-se em 1841, passando-se a denominar Piranga. Todavia, em 1954, parte do território de Piranga foi desmembrada para formar o município de Paula Cândido, cidade que homenageou o referido médico devido à fazenda do Macuco ter ficado em seu território.

⁴⁷ Refere-se ao atrelamento dos casamentos consanguíneos com a potencialização da transmissibilidade de doenças entre as gerações de uma mesma família.

Janeiro entre os anos de 1844 e 1847. De considerável relevância a esta tese, dentre outros fatores, esse boletim empresta as primeiras páginas brasileiras à embriologia no artigo *Investigações a respeito dos desenvolvimentos primitivos do embryão; da allantóide do homem*⁴⁸ que contava com a autoria de Antoine Étienne Renaud Augustin Serres⁴⁹ (1786–1868). Extraído da *Gazeta Médica de Paris* e, datado de 1843, o texto aborda a existência da alantoide⁵⁰ nos envoltórios do embrião. Portanto, não é o tema do artigo que o torna relevante a este trabalho, mas o pioneirismo de sua tradução para o português pelo periódico, uma vez que a embriologia humana é o campo médico do qual a genética se desmembraria em 1920, conforme já apontado no capítulo anterior.

Destarte, ainda mais significativo no *Arquivo Médico Brasileiro* são os textos que pioneiramente debruçam-se sobre a hereditariedade. Sobressai-se um resumo que foi veiculado no número 4, datado de dezembro de 1845, sobre um artigo denominado *Algumas considerações sobre o labio leporino*⁵¹, escrito originalmente por Jean-Nicolas Demarquay⁵² (1814-1875), na qual o autor francês se propunha a, dentre três objetivos, “Chamar a atenção dos cirurgiões sobre a influência hereditária na produção desta deformidade”⁵³. Todavia, o tradutor brasileiro, que não se subscreve⁵⁴, não incluiu em seu resumo as considerações de Demarquay sobre a hereditariedade. A despeito da relevante ausência desse objetivo, o terceiro dentre os listados pelo autor, no texto do periódico brasileiro, importa observar que a temática

⁴⁸ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Arquivo Medico Brasileiro: Gazeta Mensal de Medicina, Cirurgia, e Sciencias Accessorias*, número 6, janeiro de 1845, páginas 121-127. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/archivo-medico-brasileiro/700347>. Acesso em 19/02/2023 às 12h28.

⁴⁹ Antoine Étienne Renaud Augustin Serres (1786-1868) foi um dos pioneiros do campo da embriologia humana. Formou-se em 1810 em Paris, e depois trabalhou no Hôtel-Dieu de Paris e no Hôpital de la Pitié. Em 1841 foi nomeado presidente da Academia de Ciências da França. De 1850 a 1868 ocupou a cátedra de anatomia avançada do Museu Nacional de História Natural.

⁵⁰ Alantoide é um dos anexos embrionários dos vertebrados amniotas (répteis, aves e mamíferos). É formado como um derramamento em forma de saco da parte posterior do endoderma, e tem a função de mediar as trocas gasosas e coletar os resíduos urinários do embrião em crescimento.

⁵¹ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Arquivo Medico Brasileiro: Gazeta Mensal de Medicina, Cirurgia, e Sciencias Accessorias*, número 4, dezembro de 1845, páginas 86-88. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/archivo-medico-brasileiro/700347>. Acesso em 19/02/2023 às 14h46.

⁵² Jean-Nicolas Demarquay (1814-1875) era ajudante de anatomia na Escola de Medicina de Paris quando da redação do artigo debatido aqui, conforme identificado pelo periódico brasileiro.

⁵³ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Arquivo Medico Brasileiro: Gazeta Mensal de Medicina, Cirurgia, e Sciencias Accessorias*, número 4, dezembro de 1845, página 86. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/archivo-medico-brasileiro/700347>. Acesso em 19/02/2023 às 14h49.

⁵⁴ É possível aventar, pautando-se no padrão encontrado em outros periódicos, que o editor Ludgero da Rocha Ferreira Lapa seja o tradutor do artigo, uma vez que se pôde observar na análise dos outros boletins sobre os quais essa tese se debruçou que, quando eram os editores que realizavam a tradução, havia a prática comum deles não se sobresscreverem.

da hereditariedade começa a figurar com maior frequência neste e nos demais boletins brasileiros a partir da década de 40 do século XIX, cerca de trinta anos após os relevantes estudos europeus, sobre os quais esse trabalho se debruçou no tópico 2.3.

A frequência dessas abordagens atesta que, embora incipientes, estava em franca ascensão uma considerável gama de artigos nos quais o autor, dentre outras análises, empreende uma investigação sobre o histórico patológico familiar do paciente na busca por origens hereditárias dos males sobre os quais eles se debruçam ou incluem essa tipologia patológica dentre as possíveis causas da doença que descrevem. Exemplo da primeira forma de abordagem são os textos *Monstruosidade singular*⁵⁵, datado de janeiro de 1845, que se debruçava sobre um caso de má formação física na cidade de Paysandú, no Uruguai e *Algumas considerações acerca da hydrophesia do utero*⁵⁶ do médico italiano Tomazini⁵⁷, datado de junho de 1845. Por sua vez, a segunda conduta pode ser vislumbrada em *Considerações acerca da Hemoptysia*⁵⁸, do médico brasileiro José Fernandes Umbuzeiro⁵⁹ em setembro de 1846, que lista a hereditariedade como uma das possíveis causas da patologia; *Do emprego do iodureto de potássio nas moléstias Syphiliticas*⁶⁰ assinado por M. Payan⁶¹, na qual o autor aponta os efeitos do iodureto de potássio no tratamento de uma *syphilis hereditária*; e *Memoria sobre as causas prováveis da frequência do hydrocéle nesta Cidade do Recife; modo de as remir, ou minorar, e melhor forma de curar a dita enfermidade; contendo a história da moléstia nesta mesma cidade desde*

⁵⁵ Biblioteca Nacional, Acervo Digital. *Archivo Medico Brasileiro: Gazeta Mensal de Medicina, Cirurgia, e Sciencias Accessorias*, número 6, janeiro de 1845, páginas 143-144. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/archivo-medico-brasileiro/700347>. Acesso em 19/02/2023 às 12h42.

⁵⁶ Biblioteca Nacional, Acervo Digital. *Archivo Medico Brasileiro: Gazeta Mensal de Medicina, Cirurgia, e Sciencias Accessorias*, número 11, junho de 1845, páginas 249-251. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/archivo-medico-brasileiro/700347>. Acesso em 19/02/2023 às 13h27.

⁵⁷ Uma breve investigação não foi capaz de identificar o doutor Tomazini, uma vez que este sobrenome é deveras comum na Itália.

⁵⁸ Biblioteca Nacional, Acervo Digital. *Archivo Medico Brasileiro: Gazeta Mensal de Medicina, Cirurgia, e Sciencias Accessorias*, número 1, setembro de 1846, páginas 32-33. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/archivo-medico-brasileiro/700347>. Acesso em 19/02/2023 às 15h22.

⁵⁹ Uma breve investigação não foi capaz de identificar o doutor José Fernandes Umbuzeiro e o periódico *Archivo Médico Brasileiro* não traz maiores informações sobre ele.

⁶⁰ Biblioteca Nacional, Acervo Digital. *Archivo Medico Brasileiro: Gazeta Mensal de Medicina, Cirurgia, e Sciencias Accessorias*, número 1, setembro de 1846, páginas 32-33. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/archivo-medico-brasileiro/700347>. Acesso em 19/02/2023 às 15h25.

⁶¹ Uma breve investigação não foi capaz de identificar o doutor Payan.

*trinta anos a esta parte*⁶², por sua vez de autoria de Manuel Pereira Teixeira⁶³ que julga a hidrofilia uma patologia hereditária. Ou ainda, quando na biografia de Jean-Dominique Larrey, são listadas algumas doenças crônicas⁶⁴, compreendidas como hereditárias, pautando-se na obra *Doetrine générale des maladies chroniques*⁶⁵ de Charles-Louis Dumas⁶⁶ (1765-1813), tornando notório que a busca por hereditariedade nas patologias estava se tornando prática comum na medicina brasileira de meados do século XIX.

A partir dos textos que abordavam a transmissão geracional de doenças, tornou-se possível sustentar que exemplos empíricos, pautados em observações contundentes, foram, provavelmente, os responsáveis por consolidar esse postulado na classe médica brasileira daquela década. Este é o caso, de um casal, Manoel da Paixão e sua esposa⁶⁷, relatados pelo médico Januário Alexandrino da Silva Rabelo Caneca⁶⁸ (1808– 1850), que tiveram onze filhos, dos quais, alternadamente, 5 nasceram mudos e 6 falantes, sendo o primogênito mudo e os dois últimos falantes. No artigo, denominado *Nota a'cerca de um casal que procreou alternadamente filhos mudos e com falla*⁶⁹ Caneca atribui a hereditariedade a origem desse mal, embora não soubesse justificar a razão dessa alternância na prole do casal.

⁶² Biblioteca Nacional, Acervo Digital. *Archivo Medico Brasileiro: Gazeta Mensal de Medicina, Cirurgia, e Sciencias Accessorias*, número 8, maio de 1848, páginas 178-183. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/archivo-medico-brasileiro/700347>. Acesso em 19/02/2023 às 21h09.

⁶³ Segundo Carlos Alberto Cunha Miranda, Manuel Pereira Teixeira foi nomeado, via Carta Régia, cirurgião vacinador do Rio de Janeiro. Contudo, apenas essa informação não foi suficiente para inferir uma pesquisa sobre a biografia do referido médico. [MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. *A arte de curar nos tempos da colônia: limites e espaços da cura*. 3ªed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2017].

⁶⁴ Biblioteca Nacional, Acervo Digital. *Archivo Medico Brasileiro: Gazeta Mensal de Medicina, Cirurgia, e Sciencias Accessorias*, número 9, abril de 1845, páginas 197-204. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/archivo-medico-brasileiro/700347>. Acesso em 19/02/2023 às 13h16.

⁶⁵ DUMAS, Charles-Louis. *Doetrine générale des maladies chroniques*. Paris, 1812. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=gV9jV6TgKl8C&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em 19/02/2023 às 21h26.

⁶⁶ Charles-Louis Dumas (1765-1813) nascido em Lyon, estudou em Montpellier e foi médico no Hôtel-Dieu de Lyon. Em 1795 foi nomeado professor de anatomia e fisiologia em Montpellier, tornando-se decano da faculdade de medicina posteriormente e reitor da Academia de Montpellier.

⁶⁷ O nome da esposa de Manoel da Paixão não consta na redação do artigo.

⁶⁸ Januário Alexandrino da Silva Rabelo Caneca (1808– 1850) era irmão de Frei Caneca, líder da Confederação do Equador enforcado em 1825, no Recife. Cirurgião do exército, responsável pela vacinação contra a cólera em Recife e no Rio Grande do Norte, atuou também como jornalista e professor de desenho no Liceu Pernambucano, instituição derivada do Seminário de Olinda. [DÓRIA, Renato Palumbo. *De padres revolucionários à cirurgiões desenhistas: as luzes sombrias do século XIX. Anais do 41º Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte: Arte em tempos sombrios*. 23-27 nov. 2021. p.876-887].

⁶⁹ Biblioteca Nacional, Acervo Digital. *Archivo Medico Brasileiro: Gazeta Mensal de Medicina, Cirurgia, e Sciencias Accessorias*, número 4, janeiro de 1848, páginas 88-9. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/archivo-medico-brasileiro/700347>. Acesso em 19/02/2023 às 20h32.

Essas observações empíricas permitem não estranhar que, na seção *Necrologico do Rio de Janeiro* de dezembro de 1845, já fosse possível vislumbrar, pela primeira vez, a inserção de doenças hereditárias dentre as patologias causadoras das mortes daquele mês, neste caso, a *Syphilis hereditária sob a forma de syphilides*⁷⁰. Como resultado, é de fundamental importância ajuizar que, a existência de doenças hereditárias não era motivo de dúvidas para uma considerável gama de médicos brasileiros. O artigo *Acerca das diferentes espécies de lepra, com algumas reflexões críticas fundadas na observação, apresentada ao Conselho Geral de Salubridade Publica da Província de Pernambuco*⁷¹ de autoria de Joaquim d'Aquino Fonseca⁷² (1818-1882), veiculado no número 12, datado de agosto de 1847, é bastante enfático ao afirmar sobre a lepra tuberculosa, também denominada de elefantíase dos gregos, que “cremos que não resta a menor dúvida que a lepra tuberculosa seja hereditária”⁷³ corroborando com os supracitados estudos do doutor Francisco de Paula Cândido veiculados na *Revista Médica Brasileira*⁷⁴. Em outro artigo de Fonseca, *Breves considerações acerca da chlorose*⁷⁵, a hereditariedade é apontada como uma das possíveis causas da patologia. Observa-se a forma enfática com que Fonseca postula seus enunciados acerca da hereditariedade das patologias, sendo claro indicativo da assertiva apontada anteriormente, neste caso, a década de 1840 assiste ao advento dos estudos acerca da transmissão hereditária de doenças no Brasil.

⁷⁰ Biblioteca Nacional, Acervo Digital. *Archivo Medico Brasileiro: Gazeta Mensal de Medicina, Cirurgia, e Sciencias Accessorias*, número 4, dezembro de 1845, página 115. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/archivo-medico-brasileiro/700347>. Acesso em 19/02/2023 às 15h08.

⁷¹ Biblioteca Nacional, Acervo Digital. *Archivo Medico Brasileiro: Gazeta Mensal de Medicina, Cirurgia, e Sciencias Accessorias*, número 12, agosto de 1847, páginas 269-272. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/archivo-medico-brasileiro/700347>. Acesso em 19/02/2023 às 16h11.

⁷² Joaquim d'Aquino Fonseca (1818-1882) nasceu no Recife e formou-se médico na Universidade Paris. Foi um higienista e estudioso da medicina e cirurgia pernambucanas, tendo publicado diversos trabalhos científicos em periódicos médicos; entre 1845 e 1856 presidiu o Conselho de Salubridade Pública, que se tornou depois (1853) Comissão de Higiene Pública da província de Pernambuco. Disponível em: <https://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/socmedpe.htm>. Acesso em 19/02/2023 às 21h36.

⁷³ Biblioteca Nacional, Acervo Digital. *Archivo Medico Brasileiro: Gazeta Mensal de Medicina, Cirurgia, e Sciencias Accessorias*, número 12, agosto de 1847, página 270. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/archivo-medico-brasileiro/700347>. Acesso em 19/02/2023 às 16h16.

⁷⁴ Biblioteca Nacional, Acervo Digital. *Revista Médica Brasileira*, número 9, de janeiro de 1842, páginas 501-512. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/revista-medica-brasileira/146366>. Acesso em 27/01/2023 às 22h25.

⁷⁵ Biblioteca Nacional, Acervo Digital. *Archivo Medico Brasileiro: Gazeta Mensal de Medicina, Cirurgia, e Sciencias Accessorias*, número 3, dezembro de 1847, página 49. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/archivo-medico-brasileiro/700347>. Acesso em 19/02/2023 às 16h24.

3.3A consolidação dos estudos sobre a hereditariedade: *O Guanabara: Revista Mensal Artística, Científica e Litteraria* (1849-1855) e a *Revista Brasileira, jornal de ciências, letras e artes* (1857-1861)

No ínterim entre o encerramento das publicações do *Arquivo Medico Brasileiro: Gazeta Mensal de Medicina, Cirurgia, e Sciencias Accessorias*, em 1847, e o advento dos periódicos das Faculdades de Medicina, outros boletins que não se dedicavam exclusivamente ao campo da medicina também circularam, como *O Guanabara: Revista Mensal Artística, Científica e Litteraria*⁷⁶ (1849-1855) e a *Revista Brasileira, jornal de ciências, letras e artes*. Esta última, surgida em 1857, é a continuidade da primeira com novo nome e circulação que deixava de ser mensal e se tornava trimestral, indicando a mesma perda de fôlego que assolou as revistas anteriormente abordadas.

Por displicência ou olhar desatento, o pesquisador corre o risco de ignorar tais periódicos na crença infundada de que eles não contenham artigos médicos de grande relevância, especialmente no que tange ao tema investigado por esta tese. Todavia, debruçar-se sobre eles revelou-se condição *sine qua non* para a compreensão da chegada dos postulados médico-científicos que se prestaram a desincentivar os casamentos consanguíneos, pautando-se na potencialização da transmissão hereditária de patologias.

Imediatamente no primeiro número do *O Guanabara: Revista Mensal Artística, Científica e Litteraria*⁷⁷, datado de 1849, vislumbra-se um artigo de três páginas assinado por Alexandre José de Mello Moraes⁷⁸ (1816-1882) denominado *A Loucura pode ser hereditária*⁷⁹. Como o próprio título encarrega-se de denunciar, o artigo aborda como objetos principais de estudo a loucura e a transmissão hereditária de

⁷⁶ Com publicações completamente infrequentes, *O Guanabara: Revista Mensal Artística, Científica e Litteraria* não se dedicou exclusivamente a temas médicos, todavia apresentou artigos relevantes a esta pesquisa que serão analisados detidamente na sequência desse texto.

⁷⁷ Cumpre dizer que, devido ao modelo de digitalização e disponibilização deste periódico pela Biblioteca Nacional, não foi possível discriminar o princípio e o fim de cada número. Portanto, obedece-se à organização da referida instituição para as referências utilizadas neste trabalho.

⁷⁸ Alexandre José de Mello Moraes (1816-1882), natural de Maceió, Alagoas. No campo da medicina destacou-se como divulgador da homeopatia nas províncias da Bahia e de Alagoas. Porém seu reconhecimento deriva da dedicação à História, sendo autor de várias obras acerca do Brasil do século XIX da qual se destaca *Chronica geral do Brazil*.

⁷⁹ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. O Guanabara: Revista Mensal Artística, Científica e Litteraria*, número 1, de 1849, páginas 48-50. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/guanabara/700630>. Acesso em 30/01/2023 às 12h33.

doenças, sendo o primeiro, ao menos que se tem notícia⁸⁰, a dar a questão da hereditariedade protagonismo no texto. O autor constrói a sustentação de sua tese logo no primeiro parágrafo, denunciando que a medicina do século XIX tinha como certa a crença de que a hereditariedade era um dado.

Ninguém pode negar que os filhos herdem de seus pais a constituição do corpo e as disposições d'alma. Há famílias que tem um tipo fisionômico. Umas vezes o menino parece-se com os pais, outras com o avô ou avó, com o tio, ou tia. Mr. Haslam cita o exemplo de um filho que tinha o andar, a voz e a letra do pai. Muitos exemplos deste são conhecidos⁸¹.

Moraes, além de citar outros autores que se enveredaram pelo tema, centra a argumentação na observação prática das semelhanças fisiológicas entre os membros de um mesmo grupo familiar. É relevante compreender que essa argumentação de ordem prática permite ao leitor do artigo realizar o mesmo exercício cognitivo, percebendo em seu meio as semelhanças físicas que conserva com os seus parentes. Trata-se de uma forma perspicaz de convencer o destinatário do texto a, ao menos, refletir sobre a argumentação a que este se prestava. A seguir, o artigo começa a listar várias doenças que eram entendidas como sendo herdadas hereditariamente apontando que “muitas deformidades e doenças evidentemente corpóreas propagam-se de geração em geração, tais como a gota, a pedra, a hidropisia, as escrófulas, a tísica, a surdez, a cegueira, etc”⁸².

Alexandre José de Mello Moraes afirma categoricamente que essas patologias eram hereditárias, sendo, portanto, revelador daquilo que era discutido sobre o tema

⁸⁰ O autor da presente tese debruçou-se sobre uma imensa gama de periódicos publicados desde a chegada da corte portuguesa ao Brasil em 1808, cuja análise dos temas de maior relevância proporcionou a construção argumentativa desta tese e dos dois capítulos precedentes. Desta forma, a presente afirmativa pauta-se nessa análise cuidadosa. Contudo, outros pesquisadores podem, por ventura, apontar algum artigo publicado em periódico brasileiro que anteceda a este do *O Guanabara*, ao que antecipadamente, redige-se essa nota se desculpando. Ainda, é importante reiterar que essa afirmação refere-se prioritariamente aos periódicos que circularam no Brasil do século XIX, descartando-se os livros, uma vez que enveredar-se por tal empreitada não seria viável temporalmente ao autor desse trabalho.

⁸¹ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. O Guanabara: Revista Mensal Artística, Científica e Litteraria*, número 1, de 1849, página 48. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/guanabara/700630>. Acesso em 30/01/2023 às 19h14.

⁸² *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. O Guanabara: Revista Mensal Artística, Científica e Litteraria*, número 1, de 1849, página 48. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/guanabara/700630>. Acesso em 30/01/2023 às 19h14.

nos meios médicos, ao menos da Europa, como se verá em seguida⁸³. Ainda mais, o autor é pioneiro em arrolar os casamentos consanguíneos como potencializadores da probabilidade de um indivíduo fruto dessas uniões nascer com patologias congênitas:

O perigo está em proporção do tempo, que ela tem existido, numa família e do número de gerações que tem sido afetadas. Mr. Fodéré observou que, entre os *Cretins*, os meninos da primeira geração são dispostos a essa doença; que **se tais meninos se casam com outros Cretins, a propagação do mal é mais certa; e que se durante três gerações consecutivas os Cretins se cruzam entre si, a doença propaga-se de uma maneira certa. Essa herança diminui na mesma proporção quando as crianças, que tem predisposições unem-se sucessivamente com indivíduos sadios**⁸⁴.

Não restam dúvidas que o autor objetiva diretamente interditar os casamentos entre indivíduos portadores de patologias em comum, dos quais, evidentemente se destacam os casamentos consanguíneos entre membros de famílias acometidas por tais males. Observação relevante é que Moraes constrói sua argumentação valendo-se exclusivamente de argumentos médico-científicos. Portanto, é possível concluir objetivamente que, pelo menos desde 1849, já circulava no meio médico brasileiro argumentos enfáticos de interdito a esse tipo de união endogâmica.

Uma análise atenta possibilita extrair uma imensa gama de informações relevantes que permitem traçar o caminho percorrido por tal postulado, tão caro a esse trabalho, na metade do século XIX. Sobressai-se, em primeiro lugar, que Moraes pautou-se em extensa lista de autores europeus que já apontavam a transmissão hereditária de patologias. O próprio autor elenca⁸⁵ relevantes nomes, como Erasmus

⁸³ À guisa de curiosidade, muitas dessas doenças citadas por Moraes não são listadas como hereditárias hoje em dia. Esse dado é irrelevante a essa pesquisa, uma vez que importa apenas a afirmação categórica do autor acerca da transmissão hereditária de patologias.

⁸⁴ O cretinismo citado por Fodéré e, consecutivamente por Alexandre José de Mello Moraes, é uma deficiência mental provocada por hipotireoidismo congênito.

Biblioteca Nacional, Acervo Digital. O Guanabara: Revista Mensal Artística, Científica e Litteraria, número 1, de 1849, páginas 49. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/guanabara/700630>. Acesso em 30/01/2023 às 19h30. Grifo meu.

⁸⁵ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. O Guanabara: Revista Mensal Artística, Científica e Litteraria*, número 1, de 1849, página 48. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/guanabara/700630>. Acesso em 30/01/2023 às 19h35.

Darwin⁸⁶ (1731-1802), Alexander Crichton⁸⁷ (1763-1856), Joseph Mason Cox (1763–1818), John Haslam⁸⁸ (1764-1844), William Saunders Hallaran⁸⁹ (1762–1825), Philippe Pinel⁹⁰ (1745-1827) e Jean-Étienne Dominique Esquirol⁹¹ (1772-1840). Certamente, os supracitados pesquisadores foram a fonte da qual o médico brasileiro extraiu a constatação de que os casamentos consanguíneos potencializam essa herança patológica para as gerações seguintes.

Contudo, maior relevância deve-se dar aos escritos de François-Emmanuel Fodéré⁹², de quem Mello Moraes retirou as informações para a redação da citação reproduzida acima. A obra específica, lida pelo médico brasileiro foi *Essai sur le goitre*

⁸⁶ Antes de mais nada, cumpre dizer que Erasmus Darwin (1731-1802) é o avô paterno de Charles Robert Darwin (1809-1882) e avô materno de Francis Galton (1822-1911). Erasmus foi um médico inglês, dedicado à botânica e a zoologia. Nesse último campo redigiu sua obra de maior destaque, *Zoonomia*, datada de 1792. Nesta, Darwin abordava aspectos acerca da transmutação das espécies, tendo antecipado os mecanismos de seleção natural, posteriormente aprofundados pelo seu neto Charles Darwin. Observe que Alexandre José de Mello Moraes cita o avô de Darwin dez anos antes da publicação de *A origem das Espécies*, escrita em 1859.

⁸⁷ Alexander Crichton (1763-1856) médico escocês, reconhecido por ser o segundo a descrever o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade em 1798, na obra *Uma investigação sobre a natureza e a origem do desarranjo mental: compreendendo um sistema conciso da fisiologia e patologia da mente do ser humano uma história das paixões e seus efeitos*.

⁸⁸ O redator do *O Guanabara* digitou Cox'Haslam no artigo. Depois de reiteradas buscas, encontram-se os dois médicos elencados no texto, Joseph Mason Cox (1763–1818) e John Haslam (1764-1844), indicando, portanto, que a apóstrofe era, originalmente, uma vírgula que fora digitada erroneamente. Cox era um médico inglês do início do século XIX, cuja carreira profissional foi dedicada ao cuidado e tratamento de pessoas com doenças mentais. A obra de referência do autor foi publicada em 1804, intitulada *Observações práticas sobre a loucura: nas quais algumas sugestões são oferecidas para um modo melhor de tratar doenças da mente, e algumas regras propostas que se espera possam levar a um método de cura mais humano e bem-sucedido; ao qual estão subordinadas observações sobre a jurisprudência médica relacionada com o intelecto doente*.

Por sua vez, Haslam foi médico e farmacêutico e reconhecido por seu trabalho sobre doenças mentais. Em 1798, escreveu *Observations on Insanity, with Practical Remarks on the Disease and an Account of the Morbid Appearances on Dissection*, destacando-se pelo pioneirismo em descrever a esquizofrenia.

⁸⁹ William Saunders Hallaran (1762–1825), formado em medicina pela Universidade de Edimburgo em cerca de 1788, tornou-se membro da *Royal Cork Institution* em 1807. Hallaran debruçou-se sobre o tratamento da insanidade e transtorno mental. A obra de maior relevância do autor, e provavelmente lida por Moraes ao citá-lo foi *Observações práticas sobre as causas e a cura da insanidade*, datada de 1818. Sustenta-se essa hipótese através das temáticas comuns da supracitada obra de Hallaran e o artigo de Moraes.

⁹⁰ Philippe Pinel (1745-1827) foi um médico e zoologista que se destacou no campo da psiquiatria. A obra mais importante escrita por Pinel foi *Traité médico-philosophique sur l'aliénation mentale ou la manie*, de 1809.

⁹¹ Jean-Étienne Dominique Esquirol (1772-1840) foi um psiquiatra francês, autor do conceito de "alucinação". Foi discípulo de Philippe Pinel, sucedendo seu mestre em 1811 como chefe do Hospital da Salpêtrière em Paris.

⁹² François-Emmanuel Fodéré (1764-1835) foi um médico francês que se dedicou à medicina legal. Doutou-se em medicina na Universidade de Torino em 1787 e continuou seus estudos em Paris e Londres. Lecionou as disciplinas química e física em Nice, onde também trabalhou como médico. Por volta de 1804 foi nomeado médico do Hôtel-Dieu e do manicômio de Marselha.

*et le crétinage*⁹³, datada de 1792. Mais especificamente, no capítulo V *De la propagation du cretinage par la génération*⁹⁴, iniciado na página 137, o autor francês redige as afirmações que foram citadas pelo brasileiro

Si um mâle goitreux, fils de goitreux, à/[Pg.138] demi crétin, épouse une femme aussi demi crétine,/ l'enfant qui em naît, est tout-à-fait crétin; et si la/ race se propage de même, on aura une pópulation/ de crétins parfaits./ 2º Si au contraire an mâle crétin même au/ second degré (car il y em a de tels parmi les gens/ d'um certain rang qui se marient)épouse une femme/ des montagens, qui sera bien loin d'être crétine, de/cette union naîtta on enfant qui ne sera crétin,/ qu'au troisième degré; et si celui-ci continue à s'al/tier comme son pere, son enfant ser encore moins/ crétin que lui, et ainsi successivoment em croissant/ toujours les races, le crétinage e'éteindra tont à-fait/ dans cette famille./ 3. Si au contrair eles races ne continuent pas/à se croiser, mais que le crétin du troisième ordre/ rétourne épouser une crétine de la plaine, au troisiè-/me ordre aussi, alors l'enfant qui naît de cette/ union ressemble au grand pere, et non au pere. La/ même chose peut atriver a la quatrième et cinquiè-/me génération, si les mêmes circonstances s'y trou-/vent; et voila ce qui fait dire, que le crétinage/ disparaît quelque fois, comme il est vrai, pendant/ deux à trois générations pour reparaitre à la qua-/trième./ Il est probable que ces maladies chroniques hé-/réditaires, qui paraissent suivre la même marche re-/connaissent le mêmes causes de leurs périodes, c'est-/a-dire, qu'elles tiennent aussi à l'état alterne de sac-/té, ou de maladie des conjoints dans chaque géné-/ [Pg.139] ction; et que quando il se ttouve une génération,/ ou le pere et la mere sont tous les deux ataques/ da la même maladie, ele se manifeste avec impe-/tuosité dans l'enfant qui naît de ces parents, tandis/ qu'elle s'était cachéc dans les générations précéden-/tes, qui ont suivi l'infection, parceque les consti-/tutions s'y crisainet⁹⁵⁹⁶.

⁹³ Em português: Ensaio sobre bócio e cretinismo. O livro em *fac-símile* encontra-se na íntegra no site: https://books.google.com.br/books/about/Essai_sur_le_goitre_et_le_cr%C3%A9tinage.html?id=2DA-AAAaAAJ&redir_esc=y. Acesso em 30/01/2023 às 22h03.

⁹⁴ Em português: Da propagação do cretinismo por geração [Tradução livre].

⁹⁵ FÓDÉRÉ, Francois-Emmanuel. *De la propagation du cretinage par la génération*. In: *Essai sur le goitre et le crétinage*. 1792. Pg. 139. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Essai_sur_le_goitre_et_le_cr%C3%A9tinage.html?id=2DA-AAAaAAJ&redir_esc=y. Acesso em 30/01/2023 às 23h05. Grifo meu.

⁹⁶ Em português: Se um homem bócio, filho de uma bócio, meio cretino,/[Pg.138] se casa com uma mulher também meio cretina,/ a criança que nasce dele, é bem cretino; e se a/ raça se espalhar da mesma forma, teremos uma população/ de cretinos perfeitos./ 2º Se, ao contrário, um homem cretino mesmo no/ segundo grau (porque há tal entre as pessoas/ de certa posto que se casam) casa com mulher/ da serra, que estará longe de ser cretino, desta união nascerá um filho que só será cretino,/ em terceiro grau; e se continuar a comportar-se como o pai, o filho será ainda menos/ cretino do que ele, e assim sucessivamente aumentando sempre/ as raças, o cretinismo será completamente extinto/ nesta família. 3. Se, pelo contrário, as raças não continuarem/a cruzarem, mas o imbecil da terceira ordem/ voltar a casar com um imbecil da planície, também da terceira ordem, então o filho que nascer desta/ união assemelha-se ao avô, não ao pai. A mesma coisa pode acontecer com a quarta e a quinta geração, se houver as mesmas circunstâncias; e é isso que faz dizer, que o cretinismo/ desaparece às vezes, como é verdade, durante/ duas a três gerações para reaparecer na terceira-/quarta. É provável que essas doenças crônicas here-/ditárias, que parecem seguir o mesmo curso, reco-/nheçam as mesmas causas de seus períodos,/ ou seja, que também sejam devidas ao estado alternado de saú-

Por si só, essa citação já justificaria a análise centrada em Fodéré, todavia mais motivações se avolumam assim que se desvela a trajetória desse renomado médico. Primeiramente, o doutor François-Emmanuel Fodéré trabalhara como médico no Hôtel-Dieu, para o qual foi nomeado em 1813, a mesma instituição em que Camillo Maria Ferreira Armond estagiou em medicina legal com o doutor Marie Guillaume Alphonse Dervergie entre 1832 e 1837. Aliás, Fodéré era justamente legista na instituição, mais ainda, redigira *Traité de médecine légale et d'hygiène publique ou de police de santé*⁹⁷ publicados em 1813 em seis volumes⁹⁸ que se tornaram obra padrão da medicina legal na França durante a primeira parte do século XIX⁹⁹, tornando quase impossível que Armond, ao estudar medicina legal, não tenha lido Fodéré¹⁰⁰.

Para investigar essa hipótese, ao analisar a biblioteca de Armond, situada na Fazenda de Santa Sophia em Santana do Deserto, Minas Gerais, pôde-se confirmar a existência de, ao menos, um trabalho de Fodéré entre os livros que a compõe¹⁰¹. Contudo, é possível considerar que Alexandre José de Mello Moraes e Camillo Maria Ferreira Armond não foram os únicos leitores brasileiros dos trabalhos do francês, uma vez que este produziu artigos e livros sobre diversas temáticas, como a tísica¹⁰²,

/de, ou de cônjuges de doença em cada gera-/[Pág.139]ção; e que quando há uma geração/ em que o pai e a mãe são acometidos pela mesma doença,/ ela se manifesta com impe-/tuosidade na criança que nasce desses pais,/ enquanto se ocultava nas gerações an-/teriores, que se seguiram à infecção, porque as cons-/tituições cresceram lá. [Tradução livre].

⁹⁷ Em português: Tratado de medicina legal e higiene pública ou política de saúde. [Tradução Livre].

⁹⁸ Disponíveis em *fac-simile* em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k76976k.textelimage>. Acesso em 30/01/2023 às 23h10.

⁹⁹ A obra em questão é uma reedição ampliada e reordenada de *Traité de médecine légale et d'hygiène publique ou de police de santé* publicada pelo mesmo autor em 1798. Fodéré revê alguns argumentos e amplia consideravelmente o trabalho anterior. Segundo Robson Henriques Alves, mesmo com a publicação mais concisa, em 1823, de *Leçons de Médecine Légale*, na qual o autor condensa seus argumentos, *Traité de médecine légale et d'hygiène publique ou de police de santé* permaneceu como principal obra para os médicos que se dedicavam a Medicina Legal, como é o caso de Camillo Maria Ferreira Armond. Cf. ALVES, Robson Henriques. *Medicina Legal entre Direito ou Medicina: o caminho de sua institucionalização no Brasil*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2014. p.32-35. (Tese de Doutorado em História da Ciência).

¹⁰⁰ Mesmo não tendo acesso às cartas do Conde de Prados, Camillo Maria Ferreira Armond, optou-se por deixar esse parágrafo redigido como está, uma vez que o não acesso à carta descrita na introdução desta tese não significa a sua não existência. Desta forma, a alteração na redação desta tese devido à impossibilidade de pesquisar as cartas não anula o fato do Conde de Prados ser um anticonsanguinista após meados da década de 1875.

¹⁰¹ Foi encontrada na biblioteca da Fazenda de Santa Sophia a obra FODÉRE, François Emmanuel. *Traité du délire, applique à la médecine, à la morale et à la législation*. 2º Vol. Paris: Croullebois, 1817.

¹⁰² Dentre outras obras do autor sobre a mesma temática, destaca-se: FODÉRE, François-Emmanuel. *Ensaio sobre Tuberculose Pulmonar*. Marselha: imprensa de Jouve et Compagnie, 1795. Disponível em: <https://gallica-bnf-fr.translate.goog/ark:/12148/bpt6k5482206z? x tr sl=es& x tr tl=pt& x tr hl=pt-BR& x tr pto=sc>. Acesso em 02/02/2023 às 08h57.

varíola, vacinação¹⁰³ e botânica¹⁰⁴, que foram objeto de estudo de incontáveis textos veiculados ao longo dos periódicos sobre os quais esta tese se debruçou.

Faz-se necessário incluir nessa gama de leitores de François-Emmanuel Fodéré, o doutor Bernardino Antônio Gomes¹⁰⁵ (1768-1823) que publicou seis anos antes de Moraes, em 1843, a obra *Dos estabelecimentos de alienados nos Estados Principaes da Europa*¹⁰⁶ elencando a hereditariedade como uma das causas das patologias mentais em pelo menos três partes do livro, composto ao todo de 123 páginas¹⁰⁷. Para tanto, Gomes citou inúmeros autores como referência que constam no artigo de Moraes, por hora analisado¹⁰⁸, abordando em língua portuguesa diversos postulados relevantes a essa tese.

Portanto, é possível observar que Moraes oferecia aos leitores brasileiros um estudo bastante consolidado em solo europeu desde longa data, uma vez que Fodéré, que faleceu em 1835, quatorze anos antes desse artigo em tela ser redigido, havia escrito a obra citada pelo médico brasileiro, no longínquo ano de 1792.

Para além de citar autores renomados, Mello Moraes também emitiu opinião acerca dos embates entre as diversas correntes destoantes que se debruçavam sobre a temática da hereditariedade na primeira metade do século XIX. À guisa de exemplo, mostrando conhecimento da obra de Jean-Baptiste Lamarck¹⁰⁹ (1744-1829), porém sem citá-lo diretamente no artigo, o autor comenta que

¹⁰³ FODÉRE, François-Emmanuel. *Memórias sobre Verdadeira e Falsa Varíola e sobre Vacinação*. Paris: Henri Servier, 1826. Disponível em: https://gallica-bnf-fr.translate.goog/ark:/12148/bpt6k5448827z?_x_tr_sl=es&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=sc. Acesso em 02/02/2023 às 09h11.

¹⁰⁴ FODÉRE, François-Emmanuel. *Memórias sobre o cultivo de plantas oleaginosas*. In: *Journal de la Société des Sciences, Agriculture et Arts, du Département du Bas-Rhin*. Estrasburgo: Levrault, 1824. Disponível em: https://books-google-fr.translate.goog/books?id=FR0aAAAAYAAJ&hl=fr&pg=PA503&_x_tr_sl=es&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=sc#v=onepage&q&f=false. Acesso em 02/02/2023 às 09h19.

¹⁰⁵ Bernardino Antônio Gomes (1768-1823), Membro da Junta de Saúde Pública Portuguesa, Sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, co-fundador da Instituição Vacínica. Estudou várias plantas oriundas do Brasil e foi o primeiro cientista que isolou a cinchonina da árvore da quina, em que reside a sua propriedade febrífuga, abrindo caminho à química dos alcalóides e ao tratamento do paludismo pelo quinino.

¹⁰⁶ GOMES, Bernardino Antônio, *Dos estabelecimentos de alienados nos estados principaes da Europa*. Lisboa: Typografia Vicente Jorge de Castro & Irmão, 1844. Disponível em: <https://purl.pt/24762>. Acesso em 02/02/2023 às 16h56.

¹⁰⁷ GOMES, Bernardino Antônio, *Dos estabelecimentos de alienados nos estados principaes da Europa*, páginas 29, 61 e 94.

¹⁰⁸ Dentre os autores citados conjuntamente por Alexandre José de Mello Moraes e Bernardino Antônio Gomes, encontram-se: Joseph Mason Cox (1763–1818), William Saunders Hallaran (1762–1825), Philippe Pinel (1745-1827) e Jean-Étienne Dominique Esquirol (1772-1840).

¹⁰⁹ Jean-Baptiste-Pierre-Antoine de Monet (1744-1829) conhecido como chevalier de Lamarck, foi um naturalista francês, que introduziu o termo biologia. Ele é considerado o autor da primeira teoria coesa

é preciso notar, que cada efeito orgânico produzido pela natureza propaga-se mais facilmente do que quando é resultado da arte. É exemplo mais provável que um animal nascido sem cauda tenha filhos com o mesmo defeito de que um outro, que tenha sido mutilado pela arte¹¹⁰.

Evocando um argumento de autoridade, pautado na experimentação, Moraes cita nominalmente a obra *História natural do Homem*¹¹¹ de James Cowles Prichard¹¹² (1786-1848)

Alguns naturalistas duvidam mesmo que a arte possa ter tanta influência sobre as mudanças da organização. Uma longa série de experiências, repetida de geração em geração, é pelo menos necessária, para que a mutilação artificial se transmita: a este respeito pôde consultar-se a história natural do homem do Doutor Prichardsahn [sic.]¹¹³.

O objetivo manifesto do redator brasileiro é, antes de enveredar-se pela loucura¹¹⁴, tema que ocupará as linhas na continuação do artigo, consolidar a afirmação de que a transmissão hereditária de patologias obedece mais a fatores que ele descreve como “efeito orgânico produzido pela natureza”¹¹⁵ que à herança de caracteres adquiridos¹¹⁶. Consequentemente, o autor cita Jean-Étienne Dominique Esquirol para retomar a asserção de que

de evolução biológica, embora a tese da transmutação das espécies ao longo do tempo já existisse antes.

¹¹⁰ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *O Guanabara: Revista Mensal Artística, Científica e Litteraria*, número 1, de 1849, páginas 49. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/guanabara/700630>. Acesso em 02/02/2023 às 19h08.

¹¹¹ PRICHARD, James Cowles. *A história natural do homem, compreendendo investigações sobre a influência modificadora das agências físicas e morais das diferentes tribos da família humana*. Londres: H. Baillière Publisher, 1865. 2 volumes. Não foram encontrados arquivos digitalizados da referida obra.

¹¹² James Cowles Prichard (1786-1848) foi um médico britânico que se enveredou pela psicologia e pelas ideias que gestaram posteriormente o evolucionismo. Em *História Natural do Homem* o autor aborda a variação e as “raças” nos humanos e postula que essas diferenças eram hereditárias.

¹¹³ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *O Guanabara: Revista Mensal Artística, Científica e Litteraria*, número 1, de 1849, páginas 49. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/guanabara/700630>. Acesso em 02/02/2023 às 19h10.

¹¹⁴ Alexandre José de Mello Moraes aborda várias temáticas de grande relevância neste artigo, como a influência da mãe durante a gestação na formação e desenvolvimento físico e psicológico da criança. Contudo, optou-se por abordar neste trabalho apenas o tema central do texto de Moraes devido à considerável gama de informações diretamente relacionadas ao objeto de estudo desta tese que são possíveis de serem extraídas dele.

¹¹⁵ A palavra "gene" foi criada em 1909 pelo botânico dinamarquês Wilhelm Ludvig Johannsen. Portanto, as ideias que gestariam o termo estavam em pleno desenvolvimento quando da redação do artigo de Alexandre José de Mello Moraes.

¹¹⁶ Também denominada de Teoria da Adaptação, a herança de caracteres adquiridos é uma hipótese que postula que as mudanças na fisiologia adquirida durante a vida podem ser transmitidas à

são menos sujeitos a alienação mental [...] aqueles, que descendem de parentes alienados só do lado paterno, ou materno, comparativamente, com os que nascem de mãe e pai alienados, ou tendo parentes no mesmo estado de ambos os lados¹¹⁷.

Logo, para Fodéré, Gomes, Prichardsahn, Esquirol, Moraes, dentre vários nomes, casamentos realizados entre membros de uma mesma família potencializam a transmissão hereditária das doenças que se impõe à parentela. Contempla-se claramente o conjunto de pareceres que começavam a se impor contrários aos casamentos endogâmicos que possivelmente contribuirão para o declínio acentuado dessa prática, especialmente no alvorecer do século XX.

Contemporaneamente ao desenvolvimento das pesquisas de William Robert Wills Wilde¹¹⁸ e Albrecht von Graefe¹¹⁹, debatidas no tópico 2.3 do capítulo 2 deste trabalho, Alexandre José de Mello Moraes já elencava a cegueira e a surdez dentre as condições patológicas transmitidas hereditariamente ao afirmar que “a vista e o ouvido são faculdades d’alma; porém a cegueira e a surdez, são hereditárias, porque as faculdades de ver e ouvir dependem de condições naturais”¹²⁰, demonstrando que a medicina brasileira estava consorte àquilo que de mais novo surgia nos centros com maiores investimentos em pesquisa, nos quais se destacavam os países europeus. Por conseguinte, não resulta em surpresa que Mello Moraes, em 1849, conclua a primeira parte do artigo, uma vez que ele continua no número seguinte, fazendo um alerta às famílias:

Uma consequência bem simples e muito importante é que os pais ou os tutores, dirigindo a escolha que os mancebos fazem em seus

descendência. Esta teoria é encontrada nos escritos de Hipócrates e Aristóteles, mas ganhou contorno e notoriedade nos trabalhos de Lamarck.

¹¹⁷ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. O Guanabara: Revista Mensal Artística, Científica e Litteraria*, número 1, de 1849, página 50. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/guanabara/700630>. Acesso em 02/02/2023 às 19h15.

¹¹⁸ William Wilde percebeu ainda em 1815 que a perda auditiva congênita era muito comum em famílias onde havia uniões entre primos ou casamentos consanguíneos. Em 1853, na obra *Observações práticas sobre cirurgia auditiva e a natureza e tratamento das doenças do ouvido*, o médico irlandês foi o primeiro a postular claramente que a consanguinidade parental era um elemento importante para a ocorrência de uma doença.

¹¹⁹ Albrecht Graefe, em 1858, descreveu a ocorrência de retinite pigmentosa e surdez congênita em três irmãos na obra *Observações práticas sobre cirurgia auditiva e a natureza e tratamento das doenças do ouvido*.

¹²⁰ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. O Guanabara: Revista Mensal Artística, Científica e Litteraria*, número 1, de 1849, página 50. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/guanabara/700630>. Acesso em 02/02/2023 às 20h16.

casamentos, deveriam consultar menos a ambição ou riquezas, que a saúde dos seus descendentes. Dr. Mello Moraes¹²¹.

É de imensurável relevância salientar que o alerta do médico dialoga diretamente com a conclusão da dissertação de mestrado¹²² do autor desta tese, retomada parcialmente no primeiro capítulo deste atual trabalho, na qual se observou que os casamentos consanguíneos eram, dentre outras causas, motivados pelas questões econômicas. Mais que isso, essas linhas sustentam incontestavelmente a hipótese de que o abandono dos casamentos consanguíneos foi motivado principalmente pelo advento das pesquisas médico-científicas que demonstravam o risco potencial a essas famílias de gerarem descendentes que herdassem patologias graves. Moraes é enfático ao aconselhar os pais ou os tutores, dirigindo a escolha que os mancebos fazem em seus casamentos, deveriam consultar menos a ambição ou riquezas, que a saúde dos seus descendentes.

Resta, portanto, a este trabalho traçar a amplitude da divulgação desse postulado e o caminho percorrido por ele para ser capaz de chegar ao seio dos grupos familiares que abandonaram suas seculares práticas de casamentos consanguíneos. Contudo, outra hipótese sustentável refere-se ao sucesso dessa assertiva, uma vez que, como observado no capítulo 1, os índices de casamentos intrafamiliares despencam nos primórdios do século XX, possivelmente atrelados mais ao medo de transmissão hereditária de patologias do que a outras justificativas, como o crescimento do mercado matrimonial atrelado à urbanização do país, marca do século passado.

Tomando emprestada de Mello Moraes a estratégia com que ele principia sua argumentação no texto analisado, cabe ao leitor observar que o senso comum, até os dias atuais, credita aos casamentos consanguíneos a transmissão de extensa gama de patologias. Em outras palavras, esse desincentivo a casamentos no próprio seio familiar perdura até hoje. A continuação dessa tese possibilitará retomar essa afirmativa mais vezes. Por ora, é necessário voltar a *O Guanabara* e pontuar que o desenrolar do trabalho de Moraes é veiculado nos números subsequentes do

¹²¹ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. O Guanabara: Revista Mensal Artística, Científica e Litteraria*, número 1, de 1849, página 50. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/guanabara/700630>. Acesso em 30/01/2023 às 21h12.

¹²² CHAGAS, Gabriel Afonso Vieira. *Estratégia de Família: casamentos endogâmicos no entorno da Serra do Camapuã*. Belo Horizonte, 2018 [Dissertação de Mestrado].

periódico¹²³. Contudo, o texto envereda-se pelo debate concernente ao tratamento da loucura, centrando-se especialmente na contenda entre Johann Gaspar Spurzheim (1776-1832) e François-Emmanuel Fodéré e dando por concluída a exposição que dizia respeito à origem hereditária¹²⁴ dessa patologia que, como visto, ocupou o centro das atenções na primeira parte do artigo.

Sobressai-se na redação de Moraes, no que se refere ao embate entre os dois pesquisadores, a rejeição do autor, acompanhando Fodéré, a Franz Joseph Gall e a *frenologia*¹²⁵. Importa ressaltar que não se constitui objetivo desta tese mergulhar no referido embate, embora a *frenologia*, oportunamente trabalhada no capítulo anterior, contenha as raízes da Eugenia e relaciona-se intimamente com o advento dos estudos acerca da hereditariedade. Portanto, seria temerário não o apontar aqui, uma vez que essas linhas são a sequência do mesmo artigo de Alexandre José de Mello Moraes em novos números d'*O Guanabara*.

A despeito da inquestionável relevância do texto de Moraes para as pesquisas sobre a hereditariedade, este encontra-se isolado no boletim que se dedicava prioritariamente à literatura, poesia e, não raras vezes, botânica. A mesma assertiva pode ser dita da *Revista Brasileira, jornal de ciências, letras e artes* (1855-1861)¹²⁶ que se prestava, prioritariamente, a publicar as atas das seções da Palestra Científica¹²⁷, reservando também considerável espaço aos textos redigidos pelos

¹²³ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *O Guanabara: Revista Mensal Artística, Científica e Litteraria*, número 1, de 1849, páginas 85-90, 109-115, 126-129, 172-177 e 201-206. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/guanabara/700630>. Acesso em 03/02/2023 às 11h27.

¹²⁴ Na continuação do artigo, nos números subsequentes do *O Guanabara*, a questão da hereditariedade só é retomada uma vez, mesmo assim com o objetivo de reforçar o já exposto no primeiro número. Trata-se do número 5, na qual se pode ler que *As causas do crelinismo e do idiotismo dependem de disposições hereditárias, de causas físicas*. Cf. *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *O Guanabara: Revista Mensal Artística, Científica e Litteraria*, número 1, de 1849, página 174. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/guanabara/700630>. Acesso em 03/02/2023 às 19h42.

¹²⁵ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *O Guanabara: Revista Mensal Artística, Científica e Litteraria*, número 1, de 1849, página 50. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/guanabara/700630>. Acesso em 30/01/2023 às 21h12.

¹²⁶ Conforme apontado no princípio deste tópico, surgida em 1857, a *Revista Brasileira, jornal de ciências, letras e artes* é a continuidade da revista *Guanabara* com outro nome. Sua circulação deixa de ser mensal e se torna trimestral, indicando a mesma perda de fôlego que assolou as revistas anteriormente abordadas.

¹²⁷ A Palestra Científica, dirigida por Candido Baptista de Oliveira, era uma espécie de academia científica fundada por professores da Escola Militar com o objetivo de estudar as ciências físicas e matemáticas e sua aplicação no Brasil. Compreende-se como primeira fase da *Revista Brasileira*, justamente o período compreendido entre 1857 e 1861, na qual o periódico fora comandado por Oliveira.

membros daquela sociedade¹²⁸, além de republicar artigos de boletins internacionais em consonância com o observado na análise dos outros periódicos sobre os quais essa tese se debruçou anteriormente. Nesse sentido, é revelador contemplar um texto veiculado na dita *Revista* redigido por Louis Couty¹²⁹ (1854-1884) intitulado *Os estudos experimentais no Brasil*¹³⁰, no qual o autor critica os periódicos científicos brasileiros que se limitam a reproduzir os artigos que contemplam as descobertas científicas da Europa, colocando em segundo plano as pesquisas sobre as patologias próprias do país¹³¹. Couty propõe aos pesquisadores brasileiros

indagar em que consistem exatamente outras enfermidades comuns no Brasil; se a *morféa*, por exemplo, é afecção constitucional, hereditária ou se, pelo contrário, é simplesmente devida a condições higiênicas; si pode ser considerada moléstia dos nervos ou até simples lesão da pele. Ainda mais: porque a tuberculose é tão frequente no Brasil, onde apresenta formas especiais, ao passo que a febre tifoide e outras afecções são muito mais raras¹³².

permitindo vislumbrar que a constatação levantada por essa tese já era notória para, ao menos, parte dos leitores dos periódicos científicos do século XIX.

Não menos importante é considerar que, contando com uma durabilidade que atinge os dias atuais¹³³, foi necessário, em virtude da viabilização desta pesquisa, recortar-se para análise apenas a primeira fase do periódico (1857-1861)¹³⁴, composta

¹²⁸ Destacam-se Giacomo Raja Gabaglia (1826-1872), Guilherme Schüch, barão de Capanema (1824-1908), Francisco Freire Alemão Cysneiro (1797-1874), Manoel Freire Alemão Cysneiro (?-1862), Emmanuel Liais (1826-1900), Frederico Leopoldo César Burlamaque (1803-1866), Joaquim Norberto de Sousa e Silva (1820-1891) e José Feliciano Fernandes Pinheiro (1774-1847).

¹²⁹ Louis Couty (1854-1884) foi um médico e fisiologista francês que residiu no Brasil e trabalhou no Laboratório de Fisiologia Experimental do Museu Nacional do Rio de Janeiro.

¹³⁰ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Revista Brasileira, jornal de ciências, letras e artes*, número 2, de 1879, páginas 215-239. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/revista-brasileira/139955>. Acesso em 05/02/2023 às 18h50.

¹³¹ O texto em tela também foi apontado por Nadja Santos, Ricardo Alencastro e Ângelo Pinto como um dos principais que compõe a primeira fase da *Revista Brasileira* no que tange à abordagem do campo das ciências. Contudo, os autores o elegeram por razões distintas que esta tese.

¹³² *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Revista Brasileira, jornal de ciências, letras e artes*, número 2, de 1879, página 220. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/revista-brasileira/139955>. Acesso em 05/02/2023 às 18h31.

¹³³ Apesar de alguns hiatos temporais na publicação da *Revista Brasileira*, ela persiste até os dias atuais. Os pesquisadores subdividem a trajetória do dito periódico em nove fases, sendo que a nona principiou-se em 2018 sob a direção de Cicero Sandroni. Disponível em: <https://www.academia.org.br/publicacoes/revista-brasileira>. Acesso em 05/02/2023 às 18h36.

¹³⁴ Luisa Massarini, Nadja Santos, Ricardo Bicca de Alencastro e Ângelo da Costa Pinto empreenderam análise de maior envergadura sobre o periódico, também se centrando prioritariamente na referida primeira fase.

de quatro volumes¹³⁵, nos quais, todavia, não foi constatado nenhum artigo de relevância a essa tese¹³⁶.

Poder-se-ia perpassar por inúmeros periódicos, de variadas durações, que abordam as pesquisas médico-científicas como prioridade ou como parte das temáticas que compõem o editorial, contudo 1862 assiste ao surgimento da primeira revista médica brasileira atrelada diretamente às faculdades de medicina criando um espaço privilegiado de análise dos debates que aqueciam o campo médico da segunda metade do século XIX.

3.4 Os *Annaes Brasilienses de Medicina*¹³⁷ (1851-1882)¹³⁸

A questão da hereditariedade figura com considerável frequência nas páginas dos *Annaes Brasilienses de Medicina* (1851-1885). A análise detida deste boletim permite apontar que a temática da transmissão hereditária de patologias já estava bastante consolidada como matéria de maior relevância no meio médico brasileiro dos primórdios da década de 50 do século XIX, conforme já constatado, nos tópicos antecedentes, quando este trabalho focalizava a *Revista Médica Brasileira* (1841-1843) e *O Guanabara: Revista Mensal Artística, Científica e Litterária* (1849-1855).

¹³⁵ Sobre a *Revista Brasileira*, vide: MASSARANI, Luisa. *A divulgação científica no Rio de Janeiro: Algumas reflexões sobre a década de 20*. Rio de Janeiro: IBICT e UFRJ, 1998. [Dissertação de Mestrado] e SANTOS, N. P.; ALENCASTRO, R. B. ; PINTO, A. C. *Jornais Científicos Brasileiros da segunda metade do século XIX - publicações na área da Química*. In: *22ª Anais da 22ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Química*. V.03. São Paulo: Sociedade Brasileira de Química, 1999.

¹³⁶ Na segunda fase do periódico, iniciada em 1879, na qual ele foi editado por Nicolau Midosi, as publicações ocorreram de forma mensal entre junho de 1879 e dezembro de 1881, somando 30 números que foram reunidos em 10 volumes. Nessa fase, podem-se vislumbrar vários artigos que abordam a hereditariedade, já consolidada como conhecimento científico naquela década que findava. À guisa de exemplo podem-se ser elencados os artigos *Pesquisas sobre os Primitivos habitantes da América* e *Os estudos experimentais no Brasil*. [Biblioteca Nacional, Acervo Digital. *Revista Brasileira, jornal de ciências, letras e artes*, número 2, de 1879, páginas 41-49 e 215-239. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/revista-brasileira/139955>. Acesso em 05/02/2023 às 18h48.

¹³⁷ Importa destacar que a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional não possui a coleção completa dos *Annaes Brasilienses de Medicina*, podendo ser constatado vários números ausentes. Ainda, os links dos anos de 1852 a 1856 não levam até o arquivo digital. Portanto, a análise centrou-se nos volumes que puderam ser visualizados na referida plataforma, consecutivamente, principiando-se em 1857 e indo até 1882.

¹³⁸ O periódico *Annaes Brasilienses de Medicina* foi publicado até 1885, todavia esta tese elegeu a data de falecimento do médico Camillo Maria Ferreira Armond, o Conde de Prados (1882), como marco temporal final desta análise.

Os *Annaes Brasilienses de Medicina* configuravam-se como quarta tentativa¹³⁹ da Academia Imperial de Medicina em empreender um boletim que, de forma duradoura, cedesse espaço aos textos médicos produzidos na corte do Império do Brasil e veiculasse os principais temas do campo médico europeu em terras nacionais.

Mediante o considerável número de artigos que, abordando de forma direta ou indireta a transmissão geracional de patologias, foram veiculados pelos *Annaes*, fez-se necessário, objetivando-se um melhor vislumbre da origem dos artigos, bem como da forma com que a hereditariedade aparece nos textos, elaborar a Tabela 3.

Tabela 3: Os artigos médicos sobre hereditariedade nos *Annaes Brasilienses de Medicina* (1851-1882)¹⁴⁰

Nº ¹⁴¹ , data e páginas	Nome do Artigo ¹⁴²	Autor	Forma de abordagem
Nº. 5, julho de 1857 – pg.127-129	<i>Paralysis hysterica em um homem.</i>	Doutor Maurice-Martin-Antoine Macario ¹⁴³	Análise do histórico patológico familiar do paciente.
Nº. 7, setembro de 1857 – pg.177-189	<i>Algumas considerações sobre o cancro, encarado pelo lado do seu tratamento</i>	Doutor Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti ¹⁴⁴ (1831-1900).	A hereditariedade é apontada como causa do cancro.
Nº. 8, outubro de	<i>Sessão Geral da Academia Imperial de</i>	Não se aplica.	O óleo de fígado de bacalhau é tido por

¹³⁹ O primeiro periódico diretamente atrelado à Academia Imperial de Medicina foi o *Semanario de Saúde Pública*, que circulou entre 1831-1833; o segundo foi a *Revista Médica Fluminense* que principiou suas publicações em 1835 e foi substituída pela *Revista Médica Brasileira* em 1841 perdurando até 1843.

¹⁴⁰ O ano de 1882, data do falecimento do médico Camillo Maria Ferreira Armond, foi selecionado como marco temporal final deste trabalho. À guisa de curiosidade, nos três anos de circulação dos *Annaes Brasilienses de Medicina* que não foram contemplados pela análise deste trabalho, 1883-1885, 7 artigos abordavam a hereditariedade.

¹⁴¹ Refere-se ao número do periódico em que o artigo se encontra.

¹⁴² Transcrito respeitando a grafia original de cada artigo. Desta forma, palavras como *phtisica* aparecem com redações distintas de acordo com o texto citado.

¹⁴³ Maurice-Martin-Antoine Macario (?-?) Doutor em medicina pela Faculdade de Paris, associado à Sociedade de Antropologia de Paris, correspondente das sociedades médicas de Lyon, Marseille, Nimes, St.-Étienne, Besançon, Chambéry, da Academia de Medicina de Turin, da Sociedade Médico-psicológica de Paris, da Sociedade História do Cher, da Sociedade de Agricultura, de Ciências, de Belas-letas e Artes de Orléans e de Poligny, da Academia de Ciências e Letras de Montpellier. [GONÇALVES, Monique de Siqueira. *Mente sã, corpo são: disputas, debates e discursos médicos na busca pela cura das “nevroses” e da loucura na corte imperial (1850-1880)*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, 2011. [Tese de Doutorado] p. 134.] Segundo informações contidas no artigo tabelado, Macario era também diretor do instituto hydroterápico do Seria em Lyon.

¹⁴⁴ Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti (1831-1900) nascido em Jaguaratama, Ceará, formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1856. Reconhecido pelo envolvimento na política, como na campanha abolicionista, e no espiritismo.

1857 – pg.237-244	<i>Medicina em 1º de junho de 1857</i>		remédio ineficaz quando a origem da <i>phtisica pulmonar</i> é hereditária.
Nº 10, dezembro de 1857 – pg.282-285	<i>Relatório do senhor conselheiro Doutor Jobim, ácerca da memória do senhor Doutor Reichert, sobre as molestias da Cidade de S. Paulo; lido na sessão geral da Academia Imperial de Medicina, no 1º de junho de 1857.</i>	José Martins da Cruz Jobim (1802-1878)	A hereditariedade é apontada como causa do papo.
Nº 12, fevereiro de 1858 – pg.39-45	<i>Sessão Geral da Academia Imperial de Medicina em 12 de abril de 1858</i>	Doutor Antônio Felix Martins ¹⁴⁵ (1812-1892)	A hereditariedade é apontada como a principal causa da <i>phtisica pulmonar</i> .
Nº 10, dezembro de 1858 – pg.291	<i>Memoria sobre o cancro</i>	Dr. Adolpho Bezerra do Menezes Cavalcanti	A hereditariedade é apontada como causa do cancro.
Nº 4, junho de 1859 – pg.78	<i>Memoria ácerca da hereditariedade da cataracta</i>	Doutor Charles Joseph Frédéric Carron du Villards ¹⁴⁶ (1800-1860)	A hereditariedade é apontada como causa da catarata.
Nº 5, julho de 1859 – pg.104-109	<i>Estudos sobre a Phthisica no Rio de Janeiro</i>	Doutor José Ribeiro de Souza Fontes ¹⁴⁷ (1821-1893)	A hereditariedade é apontada como a causa da <i>phtisica pulmonar</i> .
Nº 9, fevereiro de 1864 – pg.201-204	<i>Memória da retinite Pigmentaria Apresentada na Academia Imperial de Medicina em 3 de Agosto</i>	Doutor Carlos Pedraglia ¹⁴⁸ (?-?)	A <i>retinite pigmentaria</i> era compreendida como hereditária, especialmente

¹⁴⁵ Antônio Felix Martins (1812-1892), Barão de São Felix, natural de Inhaúma, Rio de Janeiro, doutorou-se em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no ano de 1832. Nesta mesma instituição foi professor de ciências médicas em 1834 e de patologia geral em 1855. Atuou como provedor da Inspeção de Saúde do Porto, destacando-se pelos serviços de higiene pública na cidade do Rio de Janeiro.

¹⁴⁶ Charles Joseph Frédéric Carron du Villards (1800-1860), nascido em Annecy, França, foi um oftalmologista francês que passou a residir no Rio de Janeiro, onde tornou-se membro da Academia Imperial de Medicina em 1858.

¹⁴⁷ José Ribeiro de Souza Fontes (1821-1893), barão de Souza Fontes, formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1844, onde passou a ser professor de anatomia e acompanhou Dom Pedro II como médico em viagem para os Estados Unidos e Europa.

¹⁴⁸ Carlos Pedraglia (?-?), oftalmologista alemão radicado no Brasil. Doutorou-se em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1863, com o objetivo de se habilitar a exercer a especialidade no Império do Brasil.

	<i>do 1863, pelo Sr. Dr. Carlos Pedraglia.</i>		quando <u>resultado do casamento de parentes de sangue.</u>
Nº 9, fevereiro de 1864 – pg.200-201	<i>Relatório do Sr. Dr. João Baptista dos Santos acerca da memoria do Sr. Dr. Pedraglia sobre a retinite pigmentaria</i>	Doutor João Baptista dos Santos ¹⁴⁹	O relator concorda que a <i>retinite pigmentaria</i> era hereditária, e reforça que ela se dava especialmente <u>como resultado do casamento consanguíneo.</u>
Nº 3, agosto de 1865 – pg.86-103	<i>Discurso do Senhor Doutor Pereira Rego sobre a lymphatitis no Rio de Janeiro</i>	Doutor José Pereira Rego (1816-1892)	A hereditariedade é apontada como uma das causa da <i>lymphatitis</i> .
Nº 9, fevereiro de 1865 – pg.122-133	<i>Algumas considerações sobre o diagnostico diferencial da chlorose pelo Doutor Silva Pontes</i>	Doutor José Marciano da Silva Pontes ¹⁵⁰ (1832-1887)	A hereditariedade é apontada como uma das causas da <i>chlorose</i> .
Nº 4, setembro de 1866 – pg.142-155	<i>O que é saude? O que é doença?</i>	Doutor José Luiz da Costa ¹⁵¹ (?-1887)	A hereditariedade na formação de seres degenerados.
Nº 5 e 7, outubro e dezembro de 1866 – pg.183-191 e 249-262	<i>Da Dyspepsia</i>	Doutor José Marciano da Silva Pontes (1832-1887)	A hereditariedade é apontada como uma das causas da dispepsia.
Nº 9, fevereiro de 1867 – pg.323	<i>Programma das questões e premios propostos pela Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro para no anno de 1866</i>	Não se aplica. Concurso da Academia Imperial de Medicina.	4. ^a <i>Que influencia podem ter os casamentos consanguineos sobre o intellectual e moral da espécie humana?</i> ¹⁵²

¹⁴⁹ Uma breve pesquisa não foi capaz de encontrar maiores informações acerca do doutor João Baptista dos Santos para além de uma participação na comissão da Academia Imperial de Medicina sobre a importância ginástica nas escolas do Império.

¹⁵⁰ Doutor José Marciano da Silva Pontes (1832-1887), natural de Mariana, Minas Gerais, doutorou-se em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1863 e foi eleito membro da Academia Nacional de Medicina em 1864.

¹⁵¹ José Luiz da Costa (?-1887), nasceu na cidade do Porto, em Portugal, doutorou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1848. Foi médico do Hospital de D. Pedro II e, devido à moléstia mental que sofria, foi internado no mesmo local. No Hospital escreveu um importante documento sobre autoobservação chamado "Loucura como alteração das Forças da Matéria" em que descrevia os estudos que realizou sobre os delírios e alucinações que sentia. Disponível em: <https://www.anm.org.br/jose-luiz-da-costa/>. Acesso em 27/02/2023 às 10h04.

¹⁵² Este artigo será analisado detidamente na sequencia desta tese.

Nº 9, fevereiro de 1867 – pg.349	<i>Opinião sobre a revaccinação</i>	Doutor Charles-Paul Diday ¹⁵³ (1812-1894)	O vírus <i>vaccinico</i> se altera no indivíduo hereditariamente infeccionado e adquire propriedades especiais.
Nº 3, agosto de 1867 – pg.107	<i>Sessão Geral da Academia Imperial de Medicina em 3 de junho de 1867</i>	Doutor Nicolau Joaquim Moreira ¹⁵⁴ (1824-1894)	<u>Inconveniência dos casamentos entre pessoas consanguíneas</u> ¹⁵⁵ .
Nº 4, setembro de 1867 – pg.138-139	<i>Sessão publica solemne anniversaria da Instituição</i>	Não se aplica. Concurso da Academia Imperial de Medicina.	5. ^a <u>Que influencia podem ter os casamentos entre os consanguíneos sobre o physico, intellectual e moral da espécie humana?</u> ¹⁵⁶
Nº 6, novembro de 1867 – pg.237-240	<i>Relatório do Senhor Doutor Peregrino José Freire sobre a Memória do Senhor Doutor Ataliba de Gomensoro acerca da transmissão da syphilis pela vaccina</i>	Doutor Peregrino José Freire ¹⁵⁷ (1807-1887)	Possibilidade de desenvolvimento e manifestações dos sintomas sífilíticos hereditários em incubação.
Nº 12, maio de 1868 – pg.477-509	<i>Memoria sobre a alienação mental apresentada a Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro,</i>	Doutor José Luiz da Costa (?-1887)	A hereditariedade é apontada como uma das causas da epilepsia
Nº 3, agosto de 1869 – pg.112-122	<i>Memória lida na Academia Imperial de Medicina, pelo Senhor Doutor Luiz Corrêa de</i>	Doutor Luiz Corrêa de Azevedo ¹⁵⁸ (1823-1879)	Transmissão hereditária de patologias da ama de leite ao aleitado.

¹⁵³ Doutor Charles-Paul Diday (1812-1894) foi um médico francês que atuou majoritariamente na cidade de Lyon. Especializado em doenças venéreas, é mais conhecido pelas pesquisas relacionadas ao vírus da sífilis. [CEPULLI, Fernando Fontes. *O Antropólogo das Caveiras: Francisco Ferraz de Macedo e os Saberes Criminológicos no Mundo Atlântico (final do século XIX e início do século XX)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2022 (Dissertação de Mestrado) p.28]

¹⁵⁴ Nicolau Joaquim Moreira (1824-1894), natural do Rio de Janeiro, graduou-se em farmácia e Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e obteve o doutorado em medicina em 1847. Já na nascente república foi nomeado presidente do Conselho Municipal de Intendentes entre 1891 e 1892.

¹⁵⁵ Este artigo será analisado detidamente na sequencia desta tese.

¹⁵⁶ Este artigo será analisado detidamente na sequencia desta tese.

¹⁵⁷ Peregrino José Freire (1807-1887) doutorou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1830 e tornou-se membro da Academia Imperial de Medicina em 1865. Exerceu os cargos de cirurgião em Magé e Inspetor Geral do Instituto *Vaccinico* do Império.

¹⁵⁸ Luiz Corrêa de Azevedo (1823-1879), nascido na Ilha da Madeira, Portugal, doutorou-se em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1852, tendo por especialidade a Medicina Legal. Atuou como médico na Caixa de *Soccorros* de D. Pedro V entre os anos de 1871 a 1873, e,

	<i>Azevedo, ao discutir-se as causas da mortalidade das crianças, na sessão de 26 de julho de 1869.</i>		
Nº 7, dezembro de 1869 – pg.253-257	<i>Memória ou observações do Senhor Doutor Peçanha Sobre a amamentação e as amas de leite.</i>	Doutor João Damasceno Peçanha da Silva ¹⁵⁹ (1839-1893)	Transmissão hereditária de patologias da ama de leite ao aleitado.
Nº 8, janeiro de 1869 – pg.297-303	<i>Relatório apresentado á Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro sobre a obra do Senhor Doutor Dancel intitulada - Tratado theorico e pratico da obesidade</i>	Doutor Aristides Francisco Garnier ¹⁶⁰ (1809-1878)	A hereditariedade é apontada como uma das causas da obesidade.
Nº 9, fevereiro de 1871 – pg.303-319	<i>Da Vaccina</i>	Doutor José Zephyrino de Menezes Brum ¹⁶¹ (1825-1893)	A hereditariedade é apontada como causa da sífilis.
Nº 9 e 10, fevereiro e março de 1871 – pg.326-328 e 349-358	<i>Transmissao da Syphilis pela Vaccina</i>	Doutor Ataliba Lopes de Gomensoro ¹⁶² (1843-1911)	A hereditariedade é apontada como causa da sífilis.

ainda se tornou 2º vice-presidente em 1873 e fiscal em 1874 na Sociedade Beneficente Dezoito de Julho.

¹⁵⁹ João Damasceno Peçanha da Silva (1839-1893), nasceu no Rio de Janeiro e doutorou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1862. Exerceu os cargos de Lente Substituto da Secção de Ciências Médicas e de Professor de Patologia Médica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1875. Disponível em: <https://www.anm.org.br/joao-damasceno-pecanha-da-silva/>. Acesso em 27/02/2023 às 10h12.

¹⁶⁰ Aristides Francisco Garnier (1809-1878), natural de Gênes, na França. Doutorou-se em medicina pela Faculté de Médecine de Montpellier em 1828. No Brasil residiu em Angra dos Reis, na província do Rio de Janeiro e na capital do império, atuando como Vice-Cônsul da França e membro da Academia Nacional de Medicina, na qual ingressou em 1859. De 1862 a 1863 foi o redator dos *Annaes Brasilienses de Medicina*. Disponível em: <http://www.anm.org.br/aristides-francisco-garnier/>. Acesso em 27/02/2023 às 20h27.

¹⁶¹ José Zephyrino de Menezes Brum (1825-1893) nasceu na cidade de Vila de São Francisco, Bahia. Doutorou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1847. Foi chefe da Secção de Estampas da Biblioteca Nacional, médico do Hospital da Misericórdia, situado no Rio de Janeiro, e foi secretário da Secção de Agricultura na Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional. Também atuou como professor e médico do Mosteiro de São Bento. Ingressou nas fileiras da Academia Nacional de Medicina em 1875. Disponível em: <https://www.anm.org.br/jose-zepherino-de-menezes-brum/>. Acesso em 27/02/2023 às 20h34.

¹⁶² Ataliba Lopes de Gomensoro (1843-1911) nascido em Recife, Pernambuco. Doutorou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1865. Clinicou, por algum tempo, em Campanha da Princesa, em Minas Gerais. Dedicou-se à especialidade de Oftalmologia, tendo feito mais de uma viagem à Europa para aprofundar-se nos estudos. Disponível em: <https://www.anm.org.br/ataliba-lopes-de-gomensoro/>. Acesso em 27/02/2023 às 20h44.

Nº 11 e 12, abril e maio de 1871 – pg.369-408 e 409-448	<i>Hydrotherapia</i>	Doutor Carlos Eboli ¹⁶³ (1832-1885)	A hereditariedade é apontada como causa da escrófula e dos tubérculos.
Nº 4, setembro de 1872 – pg.138-139	<i>Parecer - sobre as questões apresentadas pelo Senhor Doutor Caminhoá á Imperial Academia de Medicina</i>	Doutor João Pinto do Rego César ¹⁶⁴ (1839-1935)	A hereditariedade é apontada como causa da epilepsia.
Nº 11, abril de 1872 – pg.416-440	<i>Concorrerá o modo por que são dirigidas entre nós a educação e instrução da mocidade, para o benefico desenvolvimento phtysico e moral do Homem?</i>	Doutor Luiz Corrêa de Azevedo (1823-1879)	A cura dos vícios hereditários.
Nº 11, abril de 1873 – pg.430-440	<i>Inconveniencia dos casamentos entre parentes.</i> ¹⁶⁵	Luís Vicente De Simoni (1792-1881)	O estudo dos casamentos consanguíneos esclarece a etiologia de enfermidades hereditárias terríveis.
Nº 12, maio de 1873 – pg.447-457	<i>Relatório apresentado á Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro, em sessão de 27 de Maio de 1867, pelo Dr. Nicoláo Joaquim Moreira, sobre o trabalho Intitulado — Inconveniencia dos Casamentos entre parentes.</i>	Doutor Nicolau Joaquim Moreira (1824-1894)	<u>Os casamentos consanguíneos como potencializadores da transmissão hereditária de patologias.</u>
Nº 2, julho de 1875 – pg.41-48	<i>O Relatorio do presidente da Junta Central de Hygiene Publica.</i>	Doutor João Damasceno Peçanha da Silva (1839-1893)	Os casamentos consanguíneos são arrolados como questão de saúde pública.

¹⁶³ Carlos Eboli (1832-) natural de Nápolis, atual território da Itália. Formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina de Paris em 1856. Chegando ao Brasil na segunda metade do século XIX, passou a residir em Nova Friburgo, Rio de Janeiro. Médico higienista, era membro correspondente da Imperial Academia de Medicina. Disponível em: <https://acervo.avozdaserre.com.br/colunas/historia-e-memoria/carlos-ebolium-nome-para-nao-ser-esquecido>. Acesso em 27/02/2023 às 20h50.

¹⁶⁴ Doutor João Pinto do Rego César (1839-1935) nascido em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Doutorou-se em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1865. Tornou-se o primeiro cirurgião honorário e participou da Guerra do Paraguai (1864-1870). Tornou-se membro da Academia Nacional de Medicina em 1871. Disponível em: <https://www.anm.org.br/joao-pinto-rego-cezar/>. Acesso em 27/02/2023 às 21h01.

¹⁶⁵ Artigo analisado com a envergadura necessária na sequencia desta tese.

Nº 12, maio de 1875 – pg.461-468	<i>Do estudo da anthropologia, por Ch. Richet</i>	Doutor Joaquim dos Remédios Monteiro ¹⁶⁶ (1827-1901)	A transmissão hereditária na doutrina de Charles Darwin.
Nº 9, fevereiro de 1876 – pg.321-324	<i>A que causas se pode atribuir a grande mortalidade das crianças nesta cidade até 4 annos de idade?</i>	Doutor João Damasceno Peçanha da Silva (1839-1893)	A hereditariedade é apontada como causa da escrófula e dos tubérculos.
Nº 12, maio de 1876 – pg.69-77	<i>Scleroctasia posterior (Staphiloma posticum, Sclercetico choroid.tis posterior)</i>	Doutor Manoel da Gama Lobo ¹⁶⁷ (1835-1883)	A hereditariedade é apontada como causa do <i>staphiloma</i> .
Nº 12, maio de 1876 – pg.23-42	<i>Moléstias do Humor Vitreo.</i>	Doutor Manoel da Gama Lobo (1835-1883)	A transmissão hereditária da <i>retinite pigmentosa</i> potencializada pelos casamentos consanguíneos
Nº 2, julho de 1877 – pg.76-77	<i>Comunicação remettida de Ipiranga.</i>	Doutor João Eboli ¹⁶⁸ (1853-1923)	Análise do histórico patológico familiar do paciente.
Nº 9, julho de 1877 – pg.343-355	<i>Memória sobre as medidas a adoptar contra a prostituição no paiz</i>	Doutor João Francisco de Souza ¹⁶⁹	A hereditariedade é apontada como causa da <i>Syphilis</i> .
Nº 1, agosto de 1879 – pg.4-30	<i>Da natureza da alienação mental.</i>	Doutor Nuno Ferreira de Andrade ¹⁷⁰ (1851-1922)	A hereditariedade é apontada como causa da meningite raquidiana.

¹⁶⁶ Doutor Joaquim dos Remédios Monteiro (1827-1901) originário de Goa, na Índia Portuguesa, veio com os pais para o Brasil ainda em tenra idade. Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1851. Em 1855 seguiu para Paris em viagem de estudos, ali permanecendo até 1863. Em 1875, mudou-se para Salvador onde prestou relevantes serviços à *Gazeta Médica da Bahia*, sendo seu redator a partir de 1876. Disponível em: <http://medicosilustresdabahia.blogspot.com/2011/02/173-joaquim-dos-remedios-monteiro.html>. Acesso em 27/02/2023 às 21h12.

¹⁶⁷ Manoel da Gama Lobo (1835-1883) nasceu na província do Pará e ingressou no curso de medicina da Faculdade de Medicina da Bahia, concluindo-o, contudo, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1858. Viajou para a Alemanha, onde se especializou em oftalmologia. De volta ao Brasil, estabeleceu-se no Rio de Janeiro e foi o primeiro médico brasileiro a exercer especialização em oftalmologia e o primeiro chefe do Serviço de Olhos da Santa Casa da Misericórdia. Cf. VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes. SANTOS, Leonor Maria Pacheco. *Tributo a Manoel da Gama Lobo (1835-1883), pioneiro na epidemiologia da deficiência de vitamina A no Brasil*. História da Ciência e Saúde-Manguinhos 14 (4). Dez 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/xZcV93kQp8QmZgwLmQqDPcz/?lang=pt>. Acesso em 27/02/2023 às 21h25.

¹⁶⁸ João Eboli (1853-1923), natural de Salerno, Itália. Veio para o Brasil ainda jovem residiu no estado do Rio de Janeiro e, posteriormente em Santos. Era irmão do supracitado médico Carlos Eboli.

¹⁶⁹ Uma breve pesquisa não foi capaz de fornecer maiores informações acerca do referido médico.

¹⁷⁰ Nuno Ferreira de Andrade (1851-1922) nasceu no Rio de Janeiro e doutorou-se em medicina em 1875 na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Ocupou a direção do serviço sanitário do Hospício de Pedro II, em 1882. Ainda no campo da saúde pública, Nuno Ferreira de Andrade foi o primeiro diretor geral da Diretoria Geral de Saúde Pública, estabelecida a partir da fusão das atribuições do Instituto

Nº 1, out./nov./dez. de 1880 – pg.141-214	<i>Da loucura em particular.</i>	Doutor Nuno Ferreira de Andrade (1851-1922)	A hereditariedade é apontada como uma das causas da loucura.
Nº 2, out./nov./dez. de 1881 – pg.141-214	<i>Syphilis constitucional e carie em diferentes ossos.</i>	Doutor José Alves Nogueira da Silva ¹⁷¹	A hereditariedade é apontada como uma das causas da <i>Syphilis</i> .
Nº 3, jan./fev./mar. de 1882 – pg.231-314	<i>A Fórmula em Theraputica</i>	Doutor José Ferreira Anjo Coutinho ¹⁷² (1845-1935)	A hereditariedade é apontada como uma das causas das <i>idyosincrasias</i> .
Nº 3, abr./mai./jun. de 1882 – pg.419-433	<i>Doença de Addison ou Bronzeada.</i>	Doutor Eduardo Augusto Pereira de Abreu ¹⁷³ (1833-1892)	A hereditariedade é apontada como a causa da <i>diathese rheumatica</i> .

Fonte: Biblioteca Nacional, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 22/02/2023 às 10h46.

A observação atenta da tabela 3 não permite dúvidas acerca do vertiginoso crescimento ao longo do tempo da veiculação de artigos que abordavam a hereditariedade, ao menos em alguma de suas linhas. Tendo-a em vista, elaborou-se o gráfico 9 com o intuito de vislumbrar esquematicamente um dos inúmeros dados que se pode inferir da referida tabela.

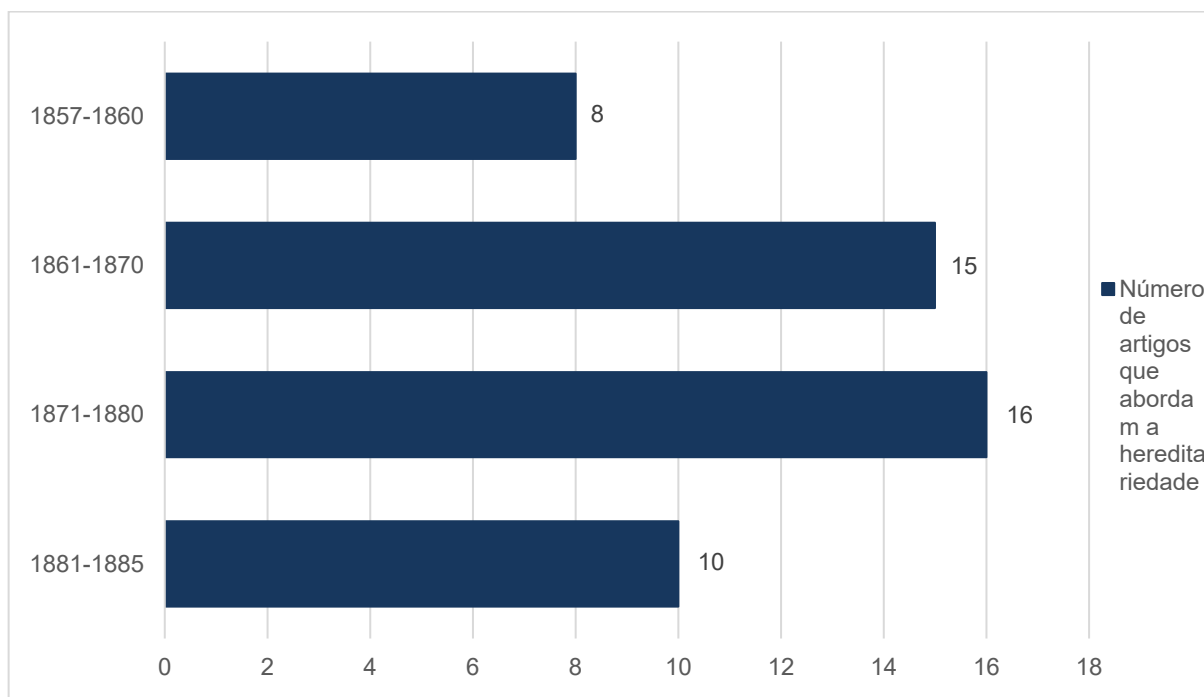
Sanitário Federal e da Inspeção Geral de Saúde dos Portos, ocupando este cargo de 11 de fevereiro de 1897 até 23 de março de 1903. Disponível em: <https://dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/andnunfer.htm>. Acesso em 27/02/2023 às 21h59.

¹⁷¹ Uma breve pesquisa não foi capaz de fornecer maiores informações acerca do referido médico.

¹⁷² José Ferreira Anjo Coutinho (1845-1935) era natural do Rio de Janeiro. Doutorou-se em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1869. Após formar-se prestou serviços clínicos à Caixa de Socorros D. Pedro V, pouco depois de fundada, de 1870 a 1876. Disponível em: <https://www.anm.org.br/jose-ferreira-anjo-coutinho/>. Acesso em 27/02/2023 às 22h05.

¹⁷³ Eduardo Augusto Pereira de Abreu (1833-1892), natural do Rio de Janeiro, doutorou-se em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1855. Foi membro da Junta Central de Higiene Pública, órgão criado cinco anos antes para cuidar da administração da saúde pública, no auge da primeira epidemia de febre amarela que se abateu sobre a Corte e em 1861 foi nomeado segundo cirurgião do Exército. Ingressou nas fileiras da Academia Nacional de Medicina em 1863. Disponível em: <http://www.anm.org.br/eduardo-augusto-pereira-de-abreu/>. Acesso em 27/02/2023 às 22h10.

Gráfico 9: O crescimento dos artigos que abordam a temática da hereditariedade ao longo das quatro décadas de circulação dos *Annaes brasilienses de Medicina*¹⁷⁴.



Fonte: Biblioteca Nacional, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 25/02/2023 às 09h48.

Ainda, a tabela 3 possibilita observar que, após o vertiginoso crescimento dos debates acerca da hereditariedade das patologias, vislumbrado no gráfico 9, tornou-se lugar comum na medicina tentar associar uma extensa gama de doenças às origens hereditárias. Não seria temerário apontar que a hereditariedade estava galgando largos passos rumo ao lugar de uma das protagonistas na medicina daquela centúria. Portanto, não é de se espantar que os casamentos consanguíneos se tornassem uma das principais práticas da sociedade elegíveis pela classe médica para ser extirpada em nome da higiene pública e da geração de prole saudável.

Em outras palavras, a metade do século XIX assiste à construção das bases do terreno cognitivo no qual a medicina irá empreender a cruzada pelo abandono dos casamentos intrafamiliares, como já é possível atestar pelo concurso promovido pela Academia Imperial de Medicina no ano de 1866 que incluía, dentre as quatro questões

¹⁷⁴ Para fins de confecção deste gráfico, optou-se por incluir os 7 artigos veiculados pelos *Annaes Brasilienses de Medicina* entre os anos de 1883 e 1885, fora do marco temporal deste trabalho.

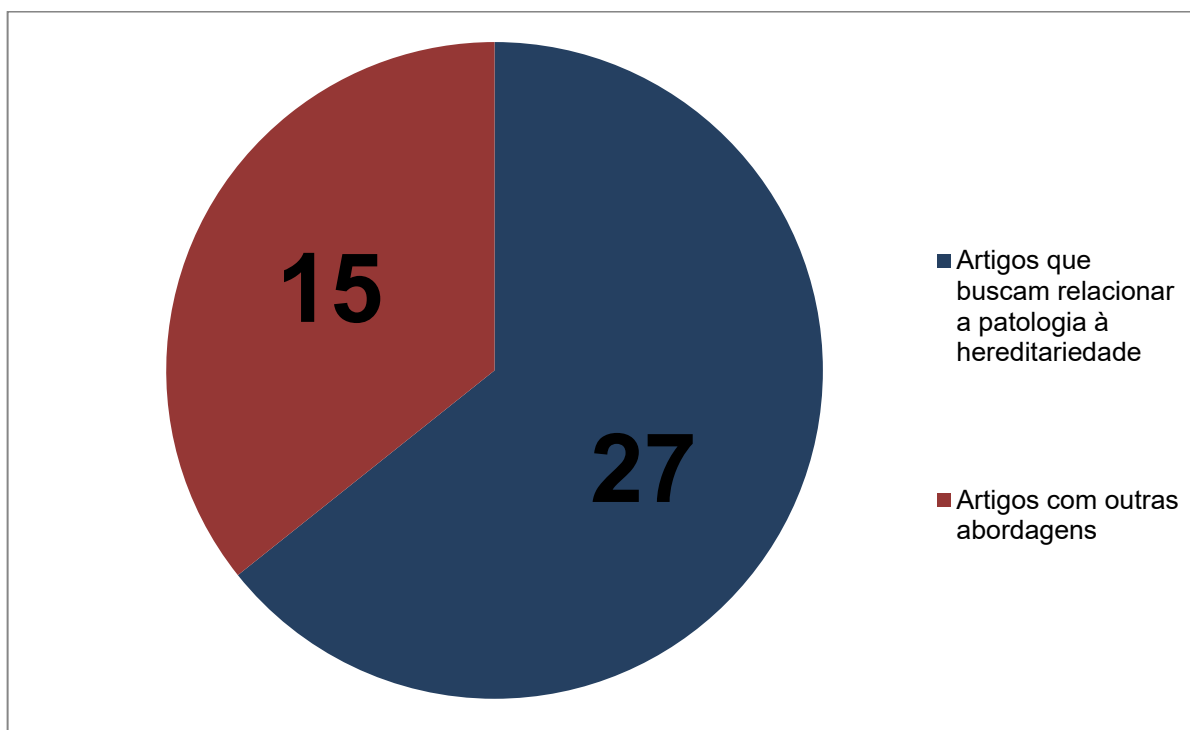
levantadas para aquele ano, a indagação sobre *Que influencia podem ter os casamentos consanguíneos sobre o intellectual e moral da espécie humana?*¹⁷⁵

Este questionamento é revelador de que, a partir de meados da década de 1860, a questão da hereditariedade já não figurava mais no campo das dúvidas médicas, sustentando-se como um conhecimento relativamente unânime, ao menos quando se debruça sobre os médicos que compõem as fileiras da Academia Imperial de Medicina. Ainda, a contar pela questão levantada pela dita instituição para o supracitado concurso, a potencialização da transmissão hereditária de patologias através dos casamentos intrafamiliares também já residia no campo das concordâncias gerais. Desta forma, tornou-se possível que esses doutores dessem um próximo passo na temática, que seja a discussão acerca de quais seriam os danos dos casamentos consanguíneos para a geração de prole saudável.

Em resumo, a hereditariedade e a potencialização da transmissão hereditária de patologias pelos casamentos consanguíneos já eram uma questão consolidada no meio médico daquela centúria, e a necessidade de extirpar a prática dos casamentos consanguíneos progredia pelo mesmo caminho. Contudo, essa temática será o centro das atenções do próximo capítulo, restando, por ora, retomar a questão da hereditariedade já prestando a devida atenção à recorrência do tema dos casamentos intrafamiliares nos debates médicos a partir da segunda metade da década de 60 do século XIX. Desta forma, focalizando a temática da hereditariedade, o gráfico 10 permite observar que a enorme maioria dos textos que a abordava estava se debruçando sobre a empreitada de acrescentar mais tipologias patológicas à lista de doenças que eram tidas por transmitidas hereditariamente.

¹⁷⁵ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, números 9 e 3, de fevereiro e agosto de 1867, páginas 323 e 138-139. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 24/02/2023 às 21h49.

Gráfico 10: Quantitativo de artigos que buscam relacionar uma patologia à origem hereditária frente ao total de textos que abordam a hereditariedade nos *Annaes Brasilienses de Medicina*.



Fonte: Biblioteca Nacional, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 25/02/2023 às 09h53.

Dentre essa extensa gama de artigos, selecionou-se¹⁷⁶ o texto *Algumas considerações sobre o cancro, encarado pelo lado do seu tratamento*, de autoria do doutor Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti, datado de setembro de 1857. O autor é claro em creditar à transmissão hereditária de patologias a origem do cancro.

Seja como for, reconhecido mesmo na hereditariedade o princípio causal do cancro, o que sempre me parece certo, e Mr. Velpeau confirma, é que este princípio permanecerá incubado ou latente, em quanto uma causa diferente não vier pô-lo em ação¹⁷⁷.

É relevante observar que o autor não exclui outras causas para o cancro, mas estabelece a hereditariedade como a principal razão, sendo as demais apenas

¹⁷⁶ A escolha do referido artigo deve-se ao fato de ser este o primeiro a realizar essa abordagem que busca relacionar a origem de uma patologia, neste caso o cancro, à transmissão hereditária de doenças.

¹⁷⁷ Biblioteca Nacional, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, número 7, de setembro de 1857, página 177. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 25/02/2023 às 10h02.

propulsoras de uma doença que o paciente já carregava como herança de seus pais. Este texto serve de base para se compreender o padrão que era utilizado pelos demais artigos que se prestavam à mesma função, que seja compreender as patologias sobre as quais os médicos se debruçavam como ocasionadas pela hereditariedade. Além deste, 26 artigos enveredaram-se por esse mesmo caminho de abordagem nos *Annaes Brasilienses de Medicina*.

Outro texto que se sobressai, contudo, desta vez por destoar da categoria analisada acima, é o *Relatório do senhor conselheiro Doutor Jobim, ácerca da memória do senhor Doutor Reichert, sobre as molestias da Cidade de S. Paulo; lido na sessão geral da Academia Imperial de Medicina, no 1.º de junho de 1857*¹⁷⁸. O destaque conferido a este texto reside na argumentação do doutor Jobim que, ao julgar o papo uma doença hereditária, evoca Fodéré para sublinhar o imenso risco para o sul do Império brasileiro de não se conter a dita patologia

Diremos agora alguma coisa a respeito do papo, que o autor diz ser muito frequente em S. Paulo. Infelizmente não o é somente nessa província, ele vai-se generalizando cada vez mais em todas as nossas províncias do Sul: no Rio Grande do Sul já abunda muito no campo assim como em Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, e Curitiba, e o pior é, que segundo afirma Fodéré, **sendo esta moléstia hereditária**, da terceira geração em diante, os papudos começam a apresentar a degeneração desgraçada da espécie humana, que constitui o cretinismo, e da qual estão ameaçadas estas populações ao Sul do Império, se o nosso governo não se esmerar em acudir com tempo a tão horrendo mal¹⁷⁹.

Importa considerar que a forma mais eficaz de se conter qualquer doença hereditária, de acordo com Fodéré, era evitar-se o casamento de dois indivíduos que portassem a mesma patologia, dos quais, obviamente, sobressaíam as uniões intrafamiliares. Portanto, torna-se imperioso destacar que não apenas Alexandre José de Mello Moraes, conforme observado no artigo debatido no tópico 3.3, era leitor dos trabalhos de Fodéré acerca da transmissão hereditária de patologias, mas também José Martins da Cruz Jobim incluía-se nessa lista. Ainda mais, é possível apontar que, mediante a o relatório redigido por Jobim, este lera justamente a mesma obra sobre

¹⁷⁸ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, número 10, de dezembro de 1857, páginas 282-285. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 23/02/2023 às 20h24.

¹⁷⁹ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, número 10, de dezembro de 1857, página 284. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 23/02/2023 às 20h14 **Grifo meu.**

os *Cretins, Essai sur le goitre et le crétinage*¹⁸⁰, que Moraes abordara em seu supracitado artigo. Portanto, é possível supor que esta fosse uma obra com considerável circulação entre os médicos brasileiros.

Essa extensa gama de artigos que começavam a abordar claramente a hereditariedade no meio médico brasileiro é inquestionável indicativo do crescente interesse que essa temática estava suscitando nos pesquisadores daquele decênio. Por conseguinte, em breve, como se verá no próximo capítulo, e não era de se esperar coisa distinta, esses profissionais da saúde começarão a advogar abertamente contra as uniões consanguíneas¹⁸¹, pautando-se, na maioria das vezes, nesses emergentes estudos acerca da hereditariedade.

Importa ainda asseverar que os *Annaes Brasilienses de Medicina*, periódico oficial da Academia Imperial de Medicina, entre os anos de 1862 a 1864, conviveu na corte carioca com a *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, compartilhando com ela vários artigos sobre as mais diversas temáticas, incluindo, obviamente, os que abordavam a transmissão hereditária de patologias e os perigos dos casamentos intrafamiliares¹⁸². Por sua vez, o período escolhido para marco temporal final da análise desse periódico se encerra em 1882, ano marcado pelo falecimento do médico Camillo Maria Ferreira Armond. Até lá, o companheiro de publicações médicas dos *Annaes Brasilienses de Medicina* foi a *Gazeta Médica da Bahia* (1866-dias atuais).

¹⁸⁰ FÓDÉRÉ, Francois-Emmanuel. **De la propagation du cretinage par la génération**. In: *Essai sur le goitre et le crétinage*. 1792. Pg. 139. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Essai_sur_le_goitre_et_le_cr%C3%A9tinage.html?id=2DA-AAAaAAJ&redir_esc=y. Acesso em 30/01/2023 às 23h05.

¹⁸¹ Conforme se verá na sequência deste trabalho, em 1867 a Academia Imperial de Medicina avaliou um trabalho que objetivava encontrar solução para a questão relativa a inconveniência dos casamentos entre pessoas consanguíneas. [Biblioteca Nacional, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, número 3 e 12, de agosto de 1867 e maio de 1873, página 107 e 447-457. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 25/02/2023 às 12h07] Em abril de 1873, o periódico publicou um artigo, intitulado *Inconveniência dos casamentos entre parentes* que será debatido com a envergadura necessária no próximo capítulo. [Biblioteca Nacional, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, número 11, de abril de 1873, página 430-430. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 25/02/2023 às 11h53] dentre outros que serão abordados com afinco na sequência desta tese.

¹⁸² Destaque confere-se ao artigo *Memória da retinite Pigmentaria* redigida pelo doutor Carlos Pedraglia que fora publicado também na *Gazeta Médica do Rio de Janeiro* no mesmo ano de 1864. Escolheu-se, devido à abordagem do capítulo, centrar-se brevemente neste artigo quando de sua publicação na referida *Gazeta*. [Biblioteca Nacional, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, número 9, de fevereiro de 1864, páginas 200-204. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 23/02/2023 às 21h37 e Biblioteca Nacional, Acervo Digital. *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, número 1, 1 de janeiro de 1864, páginas 469-471. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica/809411>. Acesso em 21/02/2023 às 15h41].

Desta forma, é possível constatar que os *Annaes* conviveram com duas publicações que eram oriundas das duas únicas faculdades de Medicina do império brasileiro, sendo ele também atrelado diretamente a uma associação oficial, neste caso a Academia Imperial de Medicina. Portanto, é relevante apontar que os três periódicos assistem ao mesmo crescimento do interesse da classe médica sobre a transmissão geracional de doenças, refletido no vertiginoso incremento de textos que a abordavam e foram veiculados nesses boletins.

A despeito da *Gazeta Médica do Rio de Janeiro* não ter prosperado, os *Annaes Brasilienses de Medicina* e a *Gazeta Médica da Bahia* mantiveram-se em circulação extrapolando o supracitado marco temporal estabelecido para essa pesquisa. Desta forma, estes periódicos tornaram-se espaço privilegiado para o acompanhamento do progressivo engendramento do comportamento matrimonial da sociedade, pautados nos postulados médico-científicos, sobre os quais esta tese se debruçará com maior afinco nos dois próximos capítulos.

3.5 As pioneiras Faculdades de Medicina do Brasil: Bahia e Rio de Janeiro

Antes de enveredar-se pelas revistas publicadas pelas Faculdades de Medicina que foram criadas no Brasil do século XIX, faz-se necessário uma breve incursão no processo de consolidação destas instituições ao longo daquela centúria. Pioneira no Brasil, a Escola de Cirurgia da Bahia foi criada em 18 de fevereiro de 1808 por autorização de Dom João VI. Por sua vez, a Escola de Anatomia, Medicina e Cirurgia, situada no Rio de Janeiro, principiou seus trabalhos a 5 de novembro daquele mesmo ano. Compartilhando uma trajetória consideravelmente semelhante, as escolas baiana e carioca foram elevadas à condição de Academias Médico-Cirúrgicas, por projeto de Manuel Luís Alvares de Carvalho¹⁸³ (1751-1824) no primeiro dia de abril de

¹⁸³ Manuel Luís Alvares de Carvalho (1751-1824), nascido na Bahia, formou-se em medicina pela Universidade de Coimbra em 1782. Foi membro do Conselho de dom João VI, médico honorário da Real Câmara, retornando ao Brasil acompanhando a família real em 1808. Foi nomeado diretor dos Estudos de Medicina e Cirurgia da Corte e Estado do Brasil, com honras de físico-mor do Reino, em 1812. Escreveu o Plano de Estudos de Cirurgia, aprovado pelo decreto de 1º de abril de 1813, que reformou o ensino médico nas academias médico-cirúrgicas do Rio de Janeiro (1813) e da Bahia (1815). Foi diretor da Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro (1813-1820), foi professor substituto de cirurgia e obstetrícia (1817). Informações disponíveis em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes/70-assuntos/producao/publicacoes-2/biografias/439-manoel-luiz-alvares-de-carvalho>. Acesso em 07/02/2023 às 12h17.

1813¹⁸⁴ e, em 03 de outubro de 1832, já no período das regências, em Faculdades de Medicina¹⁸⁵.

As semelhanças entre ambas as instituições não residem apenas no paralelismo cronológico, mas podem ser encontradas sobretudo ao se debruçar sobre os currículos de cada uma. Da fundação em 1808 à elevação à Academia em 1813, os cursos oferecidos por essas faculdades tinham duração de 4 anos e centravam-se nas aulas de anatomia e cirurgia¹⁸⁶. A elevação à Academia refletiu no acréscimo de cinco disciplinas, a saber, química, farmacêutica, higiene, etiologia e patologia e terapêutica¹⁸⁷. Desta forma, a alteração na grade de duas para sete matérias¹⁸⁸ resultou ainda na mudança da duração do curso, que passa a ser então de 5 anos¹⁸⁹.

A despeito de existirem desde 1808 e terem sido transformadas em Academias em 1813, é apenas 13 anos depois, em 9 de setembro de 1826, que, por decisão de Dom Pedro I, foi autorizada a emissão de diplomas e certificados para os médicos que faziam o curso nas duas Academias, então, as únicas do tipo no Brasil¹⁹⁰. Foram ainda necessários mais 6 anos para que, no decreto regencial¹⁹¹ que elevava as ditas instituições à condição de Faculdade, fossem autorizadas a defesa de teses que conferiam ao concluinte o título de doutor em medicina¹⁹².

No número 155 do *Semanário de Saude Pública* (1831-1834), que foi lançado no dia 15 de junho de 1833, é possível contemplar o principal desdobramento da referida lei, o denominado “Plano de Organização das Escolas Médicas do Império”,

¹⁸⁴ A Academia Médico-Cirúrgica da Bahia foi elevada a esta condição apenas em 1815, contudo a autorização para tal, reside no referido decreto de 01/04/1813.

¹⁸⁵ A Faculdade de Medicina da Bahia é hoje incorporada à Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

¹⁸⁶ É importante asseverar que, ao debruçar-se sobre o século XVIII, é possível constatar aulas de medicina nas capitanias de Minas Gerais, São Paulo e Bahia. Todavia, eles não se constituíam cursos oficiais. [RAFFIN-ALLAMEL, Catherine. LEPLÈGE, Alain. JUNIOR, Lybio Martire. História da Medicina. p.96].

¹⁸⁷ Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/171-escola-anatomica-cirurgica-e-medica-do-rio-de-janeiro>. Acesso em 08/02/2023 às 06h09.

¹⁸⁸ Importa dizer que as disciplinas de anatomia e cirurgia sofreram subdivisões em: anatomia geral, anatomia e fisiologia, matéria médica e cirúrgica, e suas aplicações, instruções cirúrgicas e operações e, lições e práticas de obstetrícia. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/171-escola-anatomica-cirurgica-e-medica-do-rio-de-janeiro>. Acesso em 07/02/2023 às 12h31.

¹⁸⁹ RAFFIN-ALLAMEL, Catherine. LEPLÈGE, Alain. JUNIOR, Lybio Martire. História da Medicina. p.95-6.

¹⁹⁰ A íntegra do decreto pode ser consultada em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM.-9-9-1826.htm. Acesso em 08/02/2023 às 06h18.

¹⁹¹ Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37274-3-outubro-1832-563716-publicacaooriginal-87775-pl.html. Acesso em 08/02/2023 às 06h35.

¹⁹² FORTUNA, Cristina Maria Mascarenhas, *Memórias Históricas da Faculdade de Medicina da Bahia*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2014. p.13.

que ocupa 6 páginas e consta sem título na publicação¹⁹³. Além de crescer mais um ano ao tempo de formação do profissional médico, que passava a ser de 6 anos, o Plano normatizava a grade disciplinar saltando para 13 disciplinas¹⁹⁴. Segundo Monique Leone Cunha Vidal, que analisou detidamente esse documento, é notória a inspiração na formatação dos cursos de medicina franceses para a constituição das cadeiras das faculdades brasileiras¹⁹⁵. Portanto, é de grande relevância constatar que a França, na qual Camillo Maria Ferreira Armond¹⁹⁶ formou-se doutor, era considerada modelo a ser seguindo, conferindo, conseqüentemente, destaque e proeminência aos médicos que porventura de lá tenham vindo ou regressado portando seus diplomas de medicina.

No número 65 deste mesmo periódico, único a ser lançado em 1834¹⁹⁷, vislumbra-se o *Projecto de Estatutos para a Escola de Medicina da Bahia*¹⁹⁸ na qual é possível analisar a aplicabilidade da referida lei e do “Plano de Organização das Escolas Médicas do Império” na prática cotidiana das faculdades. Comparativamente com o *Projecto de Estatutos para a Escola de Medicina do Rio de Janeiro*¹⁹⁹ datado do ano seguinte, 1835, pode-se concluir, com segurança, que ambas redações guardam entre si incontáveis semelhanças, restando inexpressivas diferenças.

Os referidos documentos são de grande relevância a esse trabalho, uma vez que possibilitam ao pesquisador analisar a apropriação pelas instituições brasileiras

¹⁹³ O texto inicia-se diretamente no Título I, denominado *Das Escolas, ou Faculdades de Medicina*. [Biblioteca Nacional, Acervo Digital. *Semanario de Saude Publica*, número 155, 15 de junho de 1833, páginas 1-6. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/semanario/702560>. Acesso em 08/02/2023 às 08h54].

¹⁹⁴ As treze disciplinas são listadas no Plano de Organização das Escolas Médicas do Império reproduzido no *Semanário de Saúde Pública*. [Biblioteca Nacional, Acervo Digital. *Semanario de Saude Publica*, número 155, 15 de junho de 1833, página 3. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/semanario/702560>. Acesso em 08/02/2023 às 08h58].

¹⁹⁵ VIDAL, Monique Leone Cunha. *A febre amarela, os médicos e a cremação de cadáveres no Rio de Janeiro das décadas de 1870 e 1880*. 2015. Dissertação de Mestrado, UNIRIO. Rio de Janeiro, 2015, p.127.

¹⁹⁶ O doutor Camillo Maria Ferreira Armond foi o redator da carta que desaconselhava os casamentos consanguíneos em sua família que foi o documento motivador da presente pesquisa. Ainda assim, ao retirá-lo do texto final devido à falta de acesso as cartas, optou-se por manter este parágrafo para pontuar a relevância que a escrita desse interdito por Armond teve para sua família e, quiçá, para outros médicos com os quais ele debateu o assunto.

¹⁹⁷ A afirmação de que o referido número 65 foi o único a ser lançado em 1834 pauta-se na organização da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Aventa-se a hipótese de que hajam números perdidos desse periódico.

¹⁹⁸ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Semanario de Saude Publica*, número 65, 1834, páginas 1-25. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/semanario/702560>. Acesso em 08/02/2023 às 14h24.

¹⁹⁹ *Universidade Federal do Rio de Janeiro, Biblioteca Digital de Obras Raras, Projecto de estatutos para a Escola de Medicina do Rio de Janeiro*. Disponível em: <http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/1284>. Acesso em 08/02/2023 às 14h35.

do modelo acadêmico europeu. Dessa forma, é possível traçar o movimento de inúmeros postulados que adentravam as salas de aula brasileiras, dentre os quais, para este trabalho, destacam-se as pesquisas acerca da hereditariedade e a interdição aos casamentos intrafamiliares pautados na potencialização da transmissão hereditária de patologias.

É possível vislumbrar, em inúmeros periódicos outrora trabalhados por essa pesquisa, relevantes textos de lentes dessas faculdades de medicina, bem como de estudantes que publicavam o resultado de suas pesquisas para, provavelmente, ascender na sociedade médica. A guisa de exemplo, no número 2 do *Propagador de Ciências Médicas*, datado de novembro de 1841, lê-se um artigo assinado por Octaviano Maria da Rosa²⁰⁰ (1801-1842) que abordava uma cirurgia de retirada do testículo de um jovem identificado como José Miguel da Silva que contava com 18 anos de idade. O paciente havia sofrido um acidente e o local infeccionou, justificando a operação presenciada e relatada por Rosa, enquanto estudante do quarto ano da Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro²⁰¹. Além disso, não eram raros os discentes que se prestavam a traduzir artigos relevantes de periódicos internacionais, como é o caso de Antônio Maria de Miranda e Castro, então no 6º ano da faculdade, que verte ao português um interessante artigo sobre clima e saúde, extraído da obra *Cyclopedia of practical medical and surgery para a Revista Médica Brasileira* em maio de 1841²⁰².

Por sua vez, a divulgação dos trabalhos de docentes das academias/faculdades ganhava, naturalmente, maior notabilidade. Dentre os professores que mais se destacavam é possível elencar José Maria Bomtempo²⁰³

²⁰⁰ Octaviano Maria da Rosa (1801-1842), nascido no Rio de Janeiro, formou-se em 1827 na Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro e em 1829 foi um dos fundadores da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, a qual presidiu em duas ocasiões, 1831 e 1833.

²⁰¹ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Propagador de Ciências Médicas ou Annaes de Medicina, Cirurgia e Pharmácia para o Império do Brazil*, número 2, fevereiro de 1827, páginas 216-221. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <https://bdib.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/41464>. Acesso em 11/02/2023 às 09h59.

²⁰² *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Revista Médica Brasileira*, número 1, de maio de 1841, páginas 36-47. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/revista-medica-brasileira/146366>. Acesso em 09/02/2023 às 21h05.

²⁰³ José Maria Bomtempo (1774-1843), lisboeta, formado em medicina pela Universidade de Coimbra (1798), físico-mor de Angola (1799-1807), juiz comissário do Proto-Medicato (1808), lente de química, elementos de matéria médica e farmácia da Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro.

(1774-1843)²⁰⁴, José Francisco Xavier Sigaud (1796-1856)²⁰⁵, Joaquim Cândido Soares de Meireles (1797-1868)²⁰⁶, José Martins da Cruz Jobim (1802-1878)²⁰⁷ e Luís Vicente De Simoni²⁰⁸ (1792-1881)²⁰⁹. Apesar de uma enorme variedade de temáticas abordadas por esses médicos-docentes, destacam-se os artigos que abordavam a incidência de doenças tropicais, vacina e as questões relativas à higiene pública.

Ainda, algumas sociedades foram criadas com o objetivo de promoção e difusão das pesquisas de seus membros. É relevante destacar a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, criada em 1829 e a Academia Imperial de Medicina, que emergiu desta em 1832 e foram rapidamente abordadas anteriormente neste trabalho. Destaca-se ainda a Palestra Científica, dirigida por Candido Baptista de Oliveira, que objetivava estudar as ciências físicas e matemáticas e estava intimamente ligada aos professores da Escola Militar.

Prática comum era a criação de periódicos que se prestavam a cumprir o papel de divulgador dos debates e trabalhos dessas associações, dentre os quais se

²⁰⁴ Dentre outros artigos do autor: *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Propagador de Ciências Médicas ou Annaes de Medicina, Cirurgia e Pharmácia para o Império do Brazil*, número 1, janeiro de 1827, páginas 106-113 e número 2, fevereiro de 1827, páginas 162-189 e 259-289. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/41464>. Acesso em 19/01/2023 às 22h42.

²⁰⁵ Sigaud foi o fundador do *Propagador de Ciências Médicas* (1827-1828) e do *Diário de Saúde* (1835-1836). O primeiro periódico foi abordado no Capítulo 2, enquanto o segundo neste capítulo. Não surpreendentemente, inúmeros artigos desses boletins foram assinados por Sigaud.

²⁰⁶ Dentre outros artigos do autor: *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Propagador de Ciências Médicas ou Annaes de Medicina, Cirurgia e Pharmácia para o Império do Brazil*, número 11, novembro de 1828, páginas 68-79. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/41464>. Acesso em 09/02/2023 às 20h07 e *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Revista Médica Fluminense*, números 1, 2 e 4 de abril, maio e julho de 1835, páginas 3-13, 8-9 e 3-4. Disponíveis na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/revista-medica-fluminense/341622>. Acesso em 26/01/2023 às 15h41.

²⁰⁷ Dentre outros artigos do autor, destacam-se aqueles que abordam a necessidade de enterro fora dos templos religiosos, trabalhados por essa tese no tópico 3.1. [*Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Semanario de Saude Publica*, número 11, 12 de março de 1831, página 58-60. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/semanario/702560>. Acesso em 21/01/2023 às 12h53.] Esses textos também são veiculados em vários números da *Revista Médica Fluminense* [*Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Revista Médica Fluminense*, números 4, 10 e 1 de julho de 1835, janeiro de 1836 e abril de 1839, páginas 15, 10-17 e 40. Disponíveis na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/revista-medica-fluminense/341622>. Acesso em 26/01/2023 às 15h41].

²⁰⁸ Luís Vicente De Simoni (1792-1881) natural de Novi, Itália. Foi um dos fundadores da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro em 1829. Doutor em medicina pela Universidade de Gênova, médico e diretor-médico da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro.

²⁰⁹ Dentre outros artigos do autor: *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Revista Médica Fluminense*, números 3, de junho de 1835, páginas 13-20. Disponíveis na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/revista-medica-fluminense/341622>. Acesso em 09/02/2023 às 20h23.

destacam vários sobre quais esse trabalho se debruçou. Este é o caso do *Semanário de Saúde Pública* (1831-1834), mantido originalmente pela Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, do *Diário de Saude* (1835-1836), da *Revista Médica Fluminense* (1835-1841), da *Revista Médica Brasileira* (1841-1843) e dos *Annaes Brasilienses de Medicina* (1851-1882) mantidas, com destaque para as duas últimas, pela Academia Imperial de Medicina e a *Revista Brasileira, jornal de ciências, letras e artes* (1855-1861) atrelada à supracitada Palestra Científica.

Não obstante, foi preciso esperar por mais de meio século, para que as Faculdades de Medicina da Bahia e, de certa forma, do Rio de Janeiro lançassem seus próprios periódicos, exclusivamente dedicados a difundir os conhecimentos médicos nacionais e traduzir para o português a imensa gama de pesquisas que povoavam as páginas dos boletins internacionais de mesmo campo de atuação.

É em 1866 que surge a *Gazeta Médica da Bahia* que circulou quinzenalmente²¹⁰ até o segundo quarto do século XX²¹¹, sendo fruto da Faculdade de Medicina daquela Província. Logrando sucesso na empreitada de manter-se por longa duração, este periódico anunciava, desde seu primeiro número, lançado em 10 de julho de 1866, seu objetivo expresso de realizar aquilo que seus antecessores fracassaram em fazer

Por duas ou três vezes, nesta província, se ensaiou a publicação de um periódico, exclusivamente consagrado às ciências medicas, sob os auspícios, e com a colaboração, de sociedades organizadas para esse fim; uma delas chegou a dar à luz o primeiro número de uma publicação mensal; outras nem isso conseguiram; abandonaram a ideia em projeto, e também desapareceram com ela sem que ficassem vestígios, sequer, de sua existência²¹².

É importante esclarecer que também na Bahia houve tentativas de boletins, exclusivamente médicos, que fracassaram. Importa reafirmar que este trabalho optou por centrar-se prioritariamente nos periódicos que circularam no Rio de Janeiro, uma

²¹⁰ Durante o período da *Gazeta Médica da Bahia* analisado por esse trabalho, (1866-1882), o periódico circulou sempre nos dias 10 e 25 de cada mês, conforme consta das datas informadas pelo cabeçalho da página inicial e a própria informação contida na epígrafe do boletim.

²¹¹ Segundo a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a circulação da *Gazeta Médica da Bahia* manteve-se regular até 1934, retomando as atividades em 1966, depois de um hiato de 32 anos. Disponível em: <http://gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia>. Acesso em 09/02/2023 às 08h37.

²¹² Página 1, número 1 *Universidade Federal da Bahia*, Acervo Digital. *Gazeta Médica da Bahia*, número 1, 10 de julho de 1866, página 1. Disponível em: <http://gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/issue/archive?issuesPage=29#issues>. Acesso em 10/02/2023 às 17h08.

vez que os médicos mineiros anticonsanguinistas estudados no capítulo 5 formaram-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Contudo, faz-se necessário abrir exceção à *Gazeta Médica da Bahia*, por essa ser um periódico de publicação constante, com considerável duração e, o mais relevante, produzido diretamente por uma Faculdade de Medicina no século XIX.

A *Gazeta* foi dirigida primeiramente por Virgílio Clímaco Damásio²¹³ (1838-1913) durante um ano e, de 1867 até junho de 1921, por Antônio Pacífico Pereira²¹⁴ (1846-1922). Segundo Anderson Gonçalves Malaquias que, em sua dissertação de mestrado debruçou-se sobre essa revista, os artigos produzidos pelos médicos da denominada Escola Tropicalista Baiana²¹⁵ ocuparam as principais páginas da *Gazeta* abordando inúmeras doenças tropicais que acometiam o país. Esses estudos dividiram espaço no referido boletim com

notícias sobre o mundo acadêmico com apresentação de comentários acerca da situação do ensino médico oficial no Brasil e no mundo; as reformas curriculares do ensino médico; compilações de livros, noticiários diversos com abordagens acerca da realidade da saúde pública local; prescrições e emprego de novos medicamentos; tradução de artigos científicos relevantes; além das observações acerca do comportamento social da população (através de artigos e opiniões que refletiam o contexto social da época)²¹⁶.

Longe de atingir a mesma durabilidade do periódico soteropolitano, a *Gazeta Médica do Rio de Janeiro* (1862-1864) não chegava a ser oficialmente uma revista que possuísse a chancela da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Contudo, ela se insere em um esforço de criação de periódicos que fossem atrelados, ao menos

²¹³ Virgílio Clímaco Damásio (1838-1913), baiano, formou-se em medicina em 1859 pela Faculdade de Medicina da Bahia, na qual tornou-se professor em 1862. Ingressando na política, foi governador interino do estado da Bahia entre 18/11/1889 e 23/11/1889 e, posteriormente eleito para o mesmo cargo, governando de 15/09/1890 a 24/11/1890.

²¹⁴ Antônio Pacífico Pereira (1846-1922) baiano, doutorado em medicina em 1867 pela Faculdade de Medicina da Bahia, lecionou na mesma instituição de 1871 a 1912, com algumas interrupções nas quais realizou viagens à Europa e envolveu-se na política.

²¹⁵ Segundo Malaquias, o termo “Escola Tropicalista Baiana” foi cunhado pelo pesquisador Antônio Caldas em 1952 para denominar um grupo de médicos que se reuniram a partir de 1865 em Salvador para discutir e debater questões relacionadas à medicina e assuntos científicos. Dentre os maiores expoentes do grupo, que posteriormente desencadeou na criação da *Gazeta Médica da Bahia* em 1866, destacam-se: Otto Edward Henry Wücherer (1820-1875), José Francisco da Silva Lima (1826-1910) e John Ligertwood Paterson (1820-1882). [MALAQUIAS, Anderson Gonçalves. **Ciência, Educação e Divulgação Científica: o nascimento da bacteriologia nas páginas da Gazeta Médica da Bahia (1866-1890)**. 2012. CEFET/RJ. Rio de Janeiro, 2012. p.9-10].

²¹⁶ MALAQUIAS, Anderson Gonçalves. **Ciência, Educação e Divulgação Científica: o nascimento da bacteriologia nas páginas da Gazeta Médica da Bahia (1866-1890)**. 2012. CEFET/RJ. Rio de Janeiro, 2012. p.12-3.

indiretamente, a essas referidas instituições de ensino, como forma de garantir longevidade e alavancar o *status* de tais boletins como veículos privilegiados de divulgação científica no Brasil daquela centúria. Desta forma, torna-se imperioso perpassar por essa revista que, a despeito da brevidade de sua duração, dedicava exclusividade aos artigos de temáticas médicas.

Redigida pelos médicos Matheus Alves de Andrade²¹⁷ (1832-1871), Francisco Pinheiro Guimarães²¹⁸ (1832-1877), Antônio Correia de Souza Costa²¹⁹ (1834-1884) e João Vicente Torres Homem²²⁰ (1837-1887), a *Gazeta Médica do Rio de Janeiro* destacou-se por publicar inúmeros artigos que se debruçavam pelo tema da higiene pública, em um esforço nítido de “legitimação socioprofissional da medicina. A imprensa periódica era, então, pensada enquanto um veículo de ilustração que, imbuída de um caráter pedagógico, cumpria a função de educação e civilização das massas ignorantes”²²¹.

Entretanto, os próximos capítulos se prestarão a aprofundar esse papel engendrador do comportamento social que consta nitidamente nos periódicos, especialmente aqueles do segundo e terceiro quartel do século XIX. Por ora, importa considerar que a curta vida deste boletim coaduna com o constatado para a maior parte daqueles que foram trabalhados nas páginas anteriores deste trabalho, sendo a razão para tal indicada nos estudos de Monique de Siqueira Gonçalves, que aponta para “as dificuldades financeiras de manutenção de uma publicação desta natureza, – seja pela dificuldade de angariar subscritores, seja pelo pouco interesse dos médicos nacionais em produzir reflexões escritas sobre matérias médicas”²²².

²¹⁷ Matheus Alves de Andrade (1832-1871) nasceu no Rio de Janeiro, doutorou-se em 1854 em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e destacou-se como cirurgião-mor de brigada na Guerra do Paraguai (1864-1870). Cometeu suicídio ao perder a disputa pela cadeira de clínica cirúrgica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

²¹⁸ Francisco Pinheiro Guimarães (1832-1877) nasceu no Rio de Janeiro e destacou-se como 2º cirurgião-médico da Armada Imperial. Durante a Guerra do Paraguai, foi promovido a coronel e comandou o 4º Batalhão do Corpo de Voluntários da Pátria.

²¹⁹ Antônio Correia de Souza Costa (1834-1884), nasceu no Rio de Janeiro e doutorou-se em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1857.

²²⁰ João Vicente Torres Homem (1837-1887) nasceu no Rio de Janeiro e ingressou em 1853 na Faculdade de Medicina daquela cidade, concluindo seus estudos com o título de doutor em 1858. Lecionou na mesma instituição de 1860 até seu falecimento.

²²¹ GONÇALVES, Monique de Siqueira. Entre livros e apólices: a trajetória do clínico, lente e acadêmico Antônio Corrêa de Souza Costa. *Anais do I Seminário Internacional Brasil do Século XIX*. Vitória, Espírito Santo: UFES, 2014.

²²² GONÇALVES, Monique de Siqueira. Entre livros e apólices: a trajetória do clínico, lente e acadêmico Antônio Corrêa de Souza Costa. *Anais do I Seminário Internacional Brasil do Século XIX*. Vitória, Espírito Santo: UFES, 2014.

Desta forma, o surgimento das revistas publicadas diretamente pelas Faculdades de Medicina presta-se a garantir a durabilidade de tais empreendimentos que passam a contar com considerável aporte financeiro advindo destas instituições e o prestígio angariado pela chancela destas. Assim sendo, o último quarto do século XIX assiste ainda à criação da *Revista Médica de São Paulo* (1889-1890) que, embora relevante, excede o recorte dessa pesquisa. Essas revistas, gradativamente, começaram a ocupar o espaço outrora pertencente aos antigos periódicos científicos que, conquanto efêmeros, sustentaram ao seu modo a divulgação científica nos três primeiros quartos do século XIX.

Portanto, estas revistas atreladas diretamente às Faculdades de Medicina se tornam o espaço privilegiado a se empreender minuciosa análise objetivando compreender a consolidação dos estudos acerca da hereditariedade e, principalmente da potencialização da transmissão geracional de patologias ocasionadas pelos casamentos consanguíneos nas academias internacionais e a chegada desses postulados ao Brasil Império, bem como sua apropriação pelos médicos brasileiros.

CAPÍTULO 4

O INTERDITO AOS CASAMENTOS CONSANGUÍNEOS NOS PERIÓDICOS MÉDICOS BRASILEIROS

[...] *parentes duo ex eadem familia descendentes nunquam connubió jungi debent*¹²³.

Louis Mercatus, 1604

A década de 1860 assiste ao surgimento das duas primeiras revistas médicas brasileiras atreladas diretamente às faculdades de medicina, criando um espaço privilegiado de análise dos debates que aqueciam o campo médico da segunda metade do século XIX. Dentre a extensa gama de pesquisas que podem ser vislumbradas nas páginas desses periódicos, sobressaem-se aquelas que se prestam a um esforço notório de engendrar os comportamentos sociais à luz dos postulados médico-científicos, especialmente àquelas relacionadas ao emergente higienismo. Na esteira desse movimento, a emergente escola anticonsanguinista iria travar uma verdadeira guerra contra os casamentos consanguíneos, compreendidos como potencializadores da transmissão hereditária de patologias e responsáveis, em parte, por um risco de degeneração da sociedade.

Contudo, antes de enveredar-se pelas revistas publicadas pelas Faculdades de Medicina que foram criadas no Brasil do século XIX, faz-se necessário perpassar pelo relevante trabalho de Antoine Portal (1742-1832), que pode ser considerado, sem equívocos, o percussor do movimento de condenação médica aos casamentos intrafamiliares.

Neste capítulo também será possível notar através do *Relatório do presidente da Junta Central de Higiene Publica*⁴ como a questão do interdito aos casamentos consanguíneos assumirá um *status* de saúde pública do qual este documento torna-

¹ PORTAL, Antoine. *Considerations sur la nature et traitement de quelques maladies héréditaires ou de famille*. Paris: A. Paris, 1814. p.56.

² Em português: [...] *dois pais descendentes da mesma família nunca devem se unir em casamento*. [Tradução livre].

³ MERCATUS, Luois. *De morbis Hereditarius ad calcem operum*. Opera Omnia T. II, Valladolid, 1605. p.68r. Infelizmente, não foi possível localizar a obra digitalizada, todavia ela consta no catálogo da Biblioteca de Iowa, Estados Unidos da América.

⁴ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, número 2, de julho de 1875, páginas 41-48. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 17/04/2023 às 19h42.

se fonte privilegiada de análise ao convocar o governo imperial a adotar medidas de contenção da prática. Pode-se constatar que nomes relevantes da medicina brasileira da segunda metade do século XIX, como o barão do Lavradio, João Damasceno Peçanha da Silva, moviam-se em uma cruzada de engendramento dos comportamentos matrimoniais da sociedade à luz da emergente medicina científica daquela centúria.

4.1 Antoine Portal (1742-1832): influência nos estudos brasileiros sobre a hereditariedade e na ascensão da condenação médica aos casamentos consanguíneos

Antes de finalmente passar pelas páginas das revistas emanadas pelas Faculdades de Medicina do Brasil Império para observar nelas a difusão dos postulados que desincentivam os casamentos consanguíneos, faz-se necessário retomar que os primeiros escritos brasileiros ou traduções de textos estrangeiros para periódicos nacionais que abordam pesquisas que apontam a transmissão hereditária de doenças datam da década de 1820. Contudo, não foi possível verificar, naquele decênio e nos dois seguintes, textos que se debruçavam diretamente sobre o tema, sendo este sempre tratado como uma observação relevante sobre a aquisição de determinada patologia por um indivíduo ou grupo. Esse é o caso da senhora Maria da Conceição analisado no artigo do doutor João Fernandes Tavares, que foi publicado no *Propagador de Ciências Médicas* em janeiro de 1827, um dos elencados no tópico 2.5. Não obstante abordar o entupimento das fossas nasais, Tavares descarta em sua investigação hipóteses que explicariam o acometimento da paciente pela patologia como a possível herança familiar⁵. O levantamento dessa hipótese, mesmo que descartada pelo médico, é o primeiro indício⁶ da chegada dos postulados que pregavam a transmissão hereditária de patologias ao Brasil Império. Considerando-se que, na França, e, portanto, na Europa desde longínqua data, já era possível ler, explicitamente, teses⁷

⁵ Biblioteca Nacional, Acervo Digital. *Propagador de Ciências Médicas ou Annaes de Medicina, Cirurgia e Pharmácia para o Império do Brazil*, número 1, janeiro de 1827, página 106. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/41464>. Acesso em 19/01/2023 às 14h08.

⁶ Essa afirmação pauta-se na pesquisa realizada com os periódicos do século XIX, atentando-se também aos livros propagandeados nesses veículos, conforme se pode ver nos capítulos antecedentes. Todavia, é importante asseverar que é temerário descartar a probabilidade de que outro pesquisador encontre indício que anteceda este aqui abordado.

⁷ Vide tópico 2.3 do Capítulo 2.

que sustentavam a existência de patologias que eram herdadas geracionalmente dos progenitores, não é de se espantar que vinte anos após, João Fernandes Tavares incluísse essa opção entre as hipóteses a se investigar para apontar a causa da patologia que acometia sua paciente.

Dentre as inúmeras obras europeias anteriores ao texto de Tavares destaca-se *Considerations sur la nature et traitement de quelques maladies héréditaires ou de famille*⁸ de autoria de Antoine Portal⁹ (1742-1832), datada de 25 de janeiro de 1808, citada brevemente no tópico 2.3¹⁰. Nela, Portal inventariou a trajetória dos debates acerca das doenças hereditárias, remontando sua origem a Hipócrates e afirmando categoricamente que as doenças hereditárias sempre foram conhecidas pelos médicos, uma vez que elas podiam ser atestadas pela observação prática cotidiana¹¹. O autor aponta um concurso promovido pela Academia de Dijon, França¹² em 1748¹³ como uma das demonstrações da presença dessa temática nos debates científicos desde longínqua data¹⁴, assumindo que a originalidade de seu texto não residia no assunto abordado, já amplamente conhecido¹⁵, mas na intencionalidade de contribuir com uma obra de envergadura na qual as experiências

⁸ PORTAL, Antoine. *Considerations sur la nature et traitement de quelques maladies héréditaires ou de famille*. Paris: A. Paris, 1814. Disponível em *fac-símile* em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5407909z>. Acesso em 11/02/2023 às 11h33.

⁹ Antoine Portal (1742-1832) natural da cidade de Gaillac na França formou-se em medicina na faculdade de Montpellier no ano de 1765. Já residindo em Paris, foi professor de anatomia do futuro rei Luís XVI, professor da mesma temática no *Collège de France* e, posteriormente no *Jardin du Roi*. Já nos reinados de Luís XVIII e Carlos X tornou-se primeiro Doutor do Rei. Em 1820 fundou a *Académie Nationale de Médecine*, presidindo-a de forma vitalícia.

¹⁰ Essa obra foi apenas citada no tópico 2.3 uma vez que aquele capítulo se presta a abordar a medicina científica do século XIX e a chegada dos primeiros textos “científicos” ao Brasil do nascente Império. Neste capítulo 4, dedicado a analisar os textos médicos que abordam a questão dos casamentos consanguíneos, a obra de Antoine Portal será investigada detidamente uma vez que o autor aborda diretamente a necessidade de interdito aos casamentos consanguíneos tornando-a mais relevante a este atual capítulo que ao capítulo 2.

¹¹ PORTAL, Antoine. *Considerations sur la nature et traitement de quelques maladies héréditaires ou de famille*. p.IV.

¹² A Academia de Ciências, Artes e Letras de Dijon foi fundada em Dijon, França em 1725.

¹³ PORTAL, Antoine. *Considerations sur la nature et traitement de quelques maladies héréditaires ou de famille*. p.VI e 11.

¹⁴ O autor cita a página 400 da obra *Essais de Montaigne* datada de 1652. Aventa-se que Portal tenha lido uma edição posterior desta obra, uma vez que a primeira edição data de 1580. Desta forma, remonta-se as pesquisas sobre hereditariedade na Europa ao crepúsculo do século XVI. [PORTAL, Antoine. *Considerations sur la nature et traitement de quelques maladies héréditaires ou de famille*. p.2.].

¹⁵ Em tradução livre realizada pelo autor desta tese, Portal, falando sobre o concurso da Academia de Dijon redige na página 11 da obra analisada: *Quanto à transmissão de doenças crônicas, de pais para filhos, não a têm considerado não só como possível, mas como muito comum*. Ainda, logo na primeira linha do texto, após a introdução, o autor assevera que *Não se pode duvidar que existem doenças que se transmitem de pais para filhos* [PORTAL, Antoine. *Considerations sur la nature et traitement de quelques maladies héréditaires ou de famille*. p.1 e 11.].

que ele vivenciou no tratamento dessas patologias concorressem para o avanço da terapia a partir da execução de suas proposições por outros médicos¹⁶.

A análise da referida obra de Portal permite afirmar que o médico francês se pauta principalmente no empirismo para defender a existência de doenças hereditárias. O autor principia o texto redigindo inúmeros exemplos atestados pela observação cotidiana dele e de outros médicos¹⁷ que povoam as dez primeiras páginas da obra com casos como a longevidade atestada em alguns grupos familiares em detrimento de outros, os inúmeros casos de semelhança física no seio da parentela e a fecundidade maior em alguns clãs e as diferenças em relação a outras famílias¹⁸. Ainda, Portal evoca, em nota de rodapé logo na primeira página do texto, o exemplo da família Montmorency, que era acometida por uma espécie de estrabismo, comum a vários membros desse clã, como sendo hereditário¹⁹. Já em outra passagem, o autor é sincero ao afirmar que *elles sont le résultat de nos observations anatomiques et cliniques, qui prouvent qu'il y des maladies héréditaires*²⁰.

Essa construção argumentativa é muito cara a este trabalho uma vez que levanta-se a hipótese de que, pautando-se nesta estratégia discursiva, os médicos do século XIX conseguiram convencer diversos grupos familiares a abandonarem suas arraigadas estratégias matrimoniais consanguíneas em nome da geração de prole saudável. É incontestável que Portal elege esses exemplos com o manifesto objetivo de sustentar a origem hereditária de tais patologias. Nesse sentido, na

¹⁶ Novamente em tradução livre, Portal redige no último parágrafo da obra analisada: *Tal é o resumo de minhas considerações sobre a natureza e o tratamento, curativo ou protetor, das doenças familiares e hereditárias que mais felizmente experimentei. Não tenho dúvidas de que os médicos que o adotarem em sua prática obterão as mesmas vantagens. Estou até convencido de que eles aperfeiçoarão esse tratamento na medida em que o submeterem à experiência. Somente ela pode imprimir em nossas opiniões o caráter de verdade.* [PORTAL, Antoine. *Considerations sur la nature et traitement de quelques maladies héréditaires ou de famille*. p.101].

¹⁷ Giovanni Filippo Ingrassias (1510-1580), Jean Fernel (1497-1558), Louis Mercatus (1532-1611), Guillaume de Baillou (1538-1616), Lazare Rivière (1589-1655), Herman Boerhaave (1668-1738), Giovanni Battista Morgagni (1682-1771), Gerard van Swieten (1700–1772), Joseph Adams (1756-1818), Giovanni Battista Mazzoni (1789-1867), Friedrich Julius Stahl (1802-1861), dentre outros sobre os quais não foi possível identificar maiores informações além do sobrenome fornecido por Antoine Portal.

¹⁸ PORTAL, Antoine. *Considerations sur la nature et traitement de quelques maladies héréditaires ou de famille*. p.1-3.

¹⁹ PORTAL, Antoine. *Considerations sur la nature et traitement de quelques maladies héréditaires ou de famille*. p.1.

²⁰ PORTAL, Antoine. *Considerations sur la nature et traitement de quelques maladies héréditaires ou de famille*. p.12-3.

²¹ Em português: *são o resultado de nossas observações anatômicas e clínicas, que comprovam que existem doenças hereditárias.* [Tradução Livre]

sequência da obra, o autor é bastante enfático ao indagar retoricamente que *mais nier l'existence des maladies héréditaires, n'est-ce pas nier l'évidencemême?*²²²³

Tratando-se de um claro artifício para, ao responder ao seu próprio questionamento, postular que

*J'en ai été, si convaincu, que j'ai cru de-/voir soumettre cette question aussi impor-/tante que curieuse à un long et sérieux exa-/men; non en puisant des lumières dans les/ livres clés physiologistes dans lesquels je ne/ pouvais trouver que des conjectures et des/ hypothèses, mais en recueillant des bons/ observateurs et encore plus de mes propres/ observations les faits les mieux constatés,/ relatifs à la santé et aux maladies des fa-/milles et de leurs descendants, afin qu'après/ les avoir reconnus et appréciés autant qu'il/ me serait possible, je pusse en tirer les/ conséquences les plus probables relative-/ment à l'hérédité des bonnes ou des mau-/vaises constitutions, et en déduire des ré-/sultats utiles à la médecine*²⁴²⁵.

Ainda mais, o autor reconhece logo no primeiro parágrafo da introdução do texto que a transmissão hereditária de doenças na sucessão geracional era, talvez, o tema mais importante da medicina de seu tempo, embora ao mesmo tempo fosse aquele sobre o qual se tinha menos luz²⁶. Desta forma, ele justificava a envergadura de sua obra, composta de 101 páginas acrescidas de 12 introdutórias, como um esforço de chamar novos pesquisadores a enveredarem-se por esse campo de pesquisa²⁷. Além disso, ao admitir em outro parágrafo da edição analisada por esta tese, a terceira da obra, que ele incluía notas redigidas por ilustres estudiosos que não desdenharam de acrescentar observações interessantes ao seu texto original, Portal aponta a considerável circulação de seu trabalho que foi traduzido para outros

²² PORTAL, Antoine. *Considerations sur la nature et traitement de quelques maladies héréditaires ou de famille*. p.VI-VII.

²³ Em português: *Mas negar a existência de doenças hereditárias não é negar a própria evidência?* [Tradução livre].

²⁴ PORTAL, Antoine. *Considerations sur la nature et traitement de quelques maladies héréditaires ou de famille*. p.VI-VII.

²⁵ Em português: *Eu estava tão convencido disso que julguei ser meu dever submeter essa questão, tão importante quanto curiosa, a um longo e sério exame; não extraíndo luz dos principais livros de fisiologistas nos quais eu só poderia encontrar conjecturas e hipóteses, mas coletando bons observadores e mais ainda das minhas próprias observações os factos mais bem estabelecidos relativos à saúde e doenças das famílias e dos seus descendentes, para que depois de os ter reconhecido e apreciado tanto quanto possível, deles pudesse tirar as consequências mais prováveis relativas à hereditariedade de boas ou más constituições e deduzir resultados úteis à medicina.* [Tradução livre].

²⁶ PORTAL, Antoine. *Considerations sur la nature et traitement de quelques maladies héréditaires ou de famille*. p.I.

²⁷ PORTAL, Antoine. *Considerations sur la nature et traitement de quelques maladies héréditaires ou de famille*. p.II.

idiomas, dentre as quais ele destaca o italiano, feita por Jean-Baptiste Mazzoni²⁸ e o inglês por Joseph Adams²⁹.

Priorizando a terapia dessas patologias hereditárias em detrimento da explicação de suas causas, o autor lista na sequência do texto uma extensa gama de doenças que, segundo ele, outros pesquisadores apontavam em suas obras como sendo de origem hereditária

D'après ces faits, dont aucun ne/ peut être révoqué en doute, on serait/ forcé d'admettre qu'il y a 'des maladies/ héréditaires, si d'ailleurs les résultats in-/finiment nombreux de l'observation ne/ le prouvaient incontestablement. Ils ont/ appris qu'il fallait comprendre parmices/ maladies les scrophules, les dartres, les/ vices vénérien, scorbutique, psorique,/ rachitique,, les .convulsions, les épilé-/sies, l'hystérie, les affections somno-/lentes, l'apoplexie, la paralysie, les ma-/nies, les phthisies pulmonaire et hépa-/tique, etc., les ophtalmies, la goutte-//sereine, la cataracte, la surdité, le mu-/tisme-, l'asthme, les palpitations du coeur,/ les vomissemens, les coliques, le meoenla,/ les calculs biliaires et urinaires, la goutté,/ le rhumatisme, les bydropisies diverses./ On trouve dans les auteurs des ob-/servations nombreuses qui prouvent l'hé-/rédité de toutes ces maladies, et nos ou-/vrages en sont pleins, ce qui nous empê-/che de rapporter ici ces observations. Qu'il/ nous suffise d'en faire connaître les résultats,/ surtout ceux qui concernent les heureux/ traitemens de ces maladies³⁰³¹.

É notória a recorrência, ao logo das 113 páginas da obra, de parágrafos em que Portal lista novamente essas patologias, ora acrescentando algumas doenças, ora suprimindo outras³². Comunga dessa estratégia de repetição exaustiva os

²⁸ Giovanni Baptista Mazzoni (1789-1867) foi mais atuante na política que na medicina. Foram encontradas poucas informações sobre Mazzoni, sendo as mais precisas fornecidas pelo próprio Portal, que, na página II do prefácio identifica-o como famoso anatomista de Florence que traduziu este livro de memórias para o italiano.

²⁹ PORTAL, Antoine. *Considerations sur la nature et traitement de quelques maladies héréditaires ou de famille*. p.III.

³⁰ PORTAL, Antoine. *Considerations sur la nature et traitement de quelques maladies héréditaires ou de famille*. p.IX-X.

³¹ Em português: *De acordo com estes fatos, dos quais não se pode duvidar, seria-se forçado a admitir que existem doenças hereditárias, se além disso, os resultados infinitamente numerosos da observação não o provassem incontestavelmente. Eles aprenderam que era necessário incluir entre essas doenças os escrofulosos, as sarna, os vícios venéreos, escorbuto, psicose, raquitismo, as convulsões, as epilepsias, a histeria, as afecções sonolentas, a apoplexia, a paralisia, as manias, a tísica pulmonar e hepática, etc., as oftalmia, a goutle sereno, a catarata, a surdez, a umides, a asma, as palpitações cardíacas, os vômitos, as cólicas, le meoenda, os cálculos biliares e urinários, a gota, o reumatismo, as várias hidropisias. Numerosas observações são encontradas nos autores que provam a hereditariedade de todas essas doenças, e nossas obras estão repletas delas, o que nos impede de relatar essas observações aqui. Basta-nos dar a conhecer os resultados, especialmente os que dizem respeito ao tratamento bem-sucedido destas doenças.* [Tradução Livre].

³² PORTAL, Antoine. *Considerations sur la nature et traitement de quelques maladies héréditaires ou de famille*. p.7, 10 e 100.

trechos nos quais o autor evoca a observação cotidiana como argumento de autoridade para consolidar o acometimento dessas doenças como de origem hereditária. Em alguns momentos, o texto adquire um tom enfático, como se vê ao referenciar a supracitada observação das discrepâncias de longevidade observadas entre vários grupos familiares logo na segunda página do texto. Em nota de rodapé, é possível ler que *Haller a cité plusieurs exemples de longévité ou de brièveté de la vie dans les familles; il n'y a personne qui n'en connaisse*³³³⁴.

Contudo, a despeito de valer-se da estratégia argumentativa de afirmar que a existência de doenças hereditárias era conhecida e atestada empiricamente por todos os médicos que se dedicassem a uma observação atenta, Portal admite que ainda pairavam inúmeras dúvidas acerca de várias características dessa modalidade de patologia. O autor afirma que era necessário que mais profissionais estudassem essa temática, visto que, conforme apontado anteriormente, era considerada por ele o assunto mais importante da medicina dos primórdios do século XIX e, ao mesmo tempo, um dos menos estudados.

Dentre as lacunas que Portal elencou em sua obra, sobressaem-se a probabilidade das crianças geradas por progenitores mais velhos serem geralmente mais expostas a doenças hereditárias³⁵ e

*Les pères et mères n'ont-ils pas, avant leur ma-/riage, contracté des maladies qui ont produit dans/ leurs organes des altérations réelles, quien ont af-/faibli, dénaturéles fonctions, et les ont ainsi diffé-/renciés d'eux-mêmes à leur première origine./ Ainsi ces époux ont, avant de procréer des/ enfans, des vices que leurs pères et mères n'a-/vaient pas et qu'ils pourront transmettre à leur/ tour aux enfans qui proviendront de ce mariage?*³⁶³⁷

³³ PORTAL, Antoine. *Considerations sur la nature et traitement de quelques maladies héréditaires ou de famille*. p.2.

³⁴ Em português: *Haller citou vários exemplos de longevidade ou brevidade de vida nas famílias; não há ninguém que não saiba disso*. [Tradução Livre].

³⁵ PORTAL, Antoine. *Considerations sur la nature et traitement de quelques maladies héréditaires ou de famille*. p.5.

³⁶ PORTAL, Antoine. *Considerations sur la nature et traitement de quelques maladies héréditaires ou de famille*. p.4.

³⁷ Em português: *Pais e mães, antes do casamento, não contraíram doenças que produziram alterações reais em seus órgãos, que os enfraqueceram, desnaturaram suas funções e os diferenciaram de si mesmos em sua origem? Então estes cônjuges têm, antes de procriarem filhos, vícios que seus pais e mães não tiveram e que poderão por sua vez transmitir aos filhos que virão deste casamento?* [Tradução Livre].

Outro relevante aspecto que deve ser apontado na análise do trabalho de Antoine Portal é o pioneiro esforço de empreender um balizamento daquilo que deveria ser definido como doenças hereditárias em detrimento das denominadas “doenças de família”. O autor enquadra nessa última as patologias que acometem inúmeros indivíduos membros de um mesmo clã, enquanto as doenças comprovadamente transmitidas de forma sucessiva de pais para filhos, atingindo uma ou várias gerações, deveriam ser compreendidas como hereditárias³⁸.

Contudo, uma das profilaxias apontada reiteradas vezes ao longo da obra revela a principal atitude a ser adotada pela sociedade na cruzada contra a transmissão hereditária de doenças, que seja o imediato abandono dos casamentos entre indivíduos que comungassem dos mesmos males patológicos. São vários os momentos em que Portal se envereda por essa argumentação, ora recorrendo ao empirismo, ora a estratégias persuasivas pautadas em discursos construídos de forma enfática para amedrontar o leitor.

Esta segunda estratégia pode ser vislumbrada em uma das passagens em que o autor se debruça sobre uma cidade do departamento de Tarn, na França, na qual imperava a escrófula. O texto credita a *par deux ou trois mauvais mariages*³⁹⁴⁰ a origem da alta incidência desta patologia naquela localidade, entendendo como casamentos ruins a união entre indivíduos que compartilhavam da mesma patologia. Portal compreende que essas uniões ocasionaram a transmissão da escrófula para as gerações posteriores da referida cidade. Sobretudo, a obra adverte sobre a continuidade desses referidos casamentos nas gerações que se sucederam, indicando que essa prática tende a intensificar ainda mais os índices de incidência da patologia⁴¹.

Estendendo a análise sobre a escrófula para outras doenças, o texto é objetivo ao asseverar que

Des enfans qui en sont issus se sont mariés em-/semble; ils ont procréé des enfans qui ont été/ atteints des mêmes maux, d'épilepsies, de ma-/nies, avec des signes extérieurs du vice scro-

³⁸ PORTAL, Antoine. *Considerations sur la nature et traitement de quelques maladies héréditaires ou de famille*. p.9.

³⁹ PORTAL, Antoine. *Considerations sur la nature et traitement de quelques maladies héréditaires ou de famille*. p.55.

⁴⁰ Em português: *a dois ou três casamentos ruins*. [Tradução Livre]

⁴¹ PORTAL, Antoine. *Considerations sur la nature et traitement de quelques maladies héréditaires ou de famille*. p.55.

*/phuleux, herpétique, rachitique; ainsi les/ maux héréditaires s'y sont successivement multipliés*⁴²⁴³.

A despeito de não se prolongar na redação de um interdito nominalmente direcionado aos casamentos consanguíneos, à medida que Portal postula demoradamente contra uniões entre indivíduos que carregam as mesmas patologias ele está incluindo automaticamente os casamentos intrafamiliares. Ainda assim, direcionando-se diretamente aos casamentos consanguíneos, Portal⁴⁴ extrai do trabalho de Giovanni-Battista Morgagni⁴⁵ (1682-1771), *De sedibus et causis morborum per anatomen indagatis*⁴⁶, uma sentença na qual o autor italiano cita Louis Mercatus⁴⁷ (1532-1611) para asseverar que *parentes duo ex eadem familia descendentes nunquam connubió jungi debent*⁴⁸⁴⁹.

Devido à relevância dessa assertiva, sentindo-se um dever fazê-lo aqui, toma-se a liberdade de traduzi-la do latim, podendo-se, portanto, ler em português que Louis Mercatus e, conseqüentemente Giovanni-Battista Morgagni e Antoine Portal, postulam que “dois parentes descendentes da mesma família nunca devem se unir em casamento”⁵⁰. Observa-se que o autor é substancialmente enfático ao determinar a interdição aos casamentos entre membros de uma mesma família

⁴² PORTAL, Antoine. *Considerations sur la nature et traitement de quelques maladies héréditaires ou de famille*. p.55.

⁴³ Em português: *Os filhos que saem dela se casarem juntos; eles procriaram crianças que foram atacadas com os mesmos males, epilepsias, manias, com sinais externos de vício escrofuloso, herpético e raquítico; assim os males hereditários se multiplicaram ali sucessivamente*. [Tradução Livre].

⁴⁴ PORTAL, Antoine. *Considerations sur la nature et traitement de quelques maladies héréditaires ou de famille*. p.55.

⁴⁵ Giovanni-Battista Morgagni (1682-1771) nascido em Forli, Itália, atuou como professor de medicina na Universidade de Pádua por mais e meio século. Todavia, foi a publicação de *Adversaria anatomica* em 1706, fruto de suas comunicações para a academia que o tornou reconhecido na Europa como um anatomista preciso.

⁴⁶ MORGAGNI, J. Baptistae. Epistola Anatomico-Medica XI. *De sedibus et causis Morborum per anatomen indagatis*. Tomo I. Helvetia, 1779. p.164-173. Disponível em *fac-símile* em: https://books.google.com.br/books?id=OzVCAAAAcAAJ&printsec=frontcover&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em 18/02/2023 às 20h00.

⁴⁷ Louis Mercatus (1532-1611) foi um médico espanhol que trabalhou na corte dos reis Felipe II e Felipe III. A sua obra médica ocupou um lugar de destaque na medicina espanhola do Renascimento. Foi escritor, publicando inúmeros livros relacionados à medicina da época. [VEGA, Rojo Anastasio. Biografía del doctor Luis de Mercado (1532-1611). Spanish Journal of Surgical Research. Vol XVIII nº4 (189-197) 2015].

⁴⁸ PORTAL, Antoine. *Considerations sur la nature et traitement de quelques maladies héréditaires ou de famille*. p.56.

⁴⁹ MERCATUS, Luois. De morbis Hereditarius ad calcem operum. *Opera Omnia*. T. II, Valladolid, 1605. p. 68r. Infelizmente, não foi possível localizar a obra digitalizada, todavia ela consta no catálogo da Biblioteca de Iowa, Estados Unidos da América.

⁵⁰ Tradução do latim para a língua portuguesa feita pelo autor desta tese.

valendo-se da palavra *nunquam* (nunca) e não abrindo nenhuma exceção relativa, por exemplo, a existência prévia de patologias no seio familiar.

Comentando a nota, Antoine Portal ainda acrescenta que *Ce ne sont pas les parens seuls qui ne doivent passe réunir, par les liens du mariage, mais tous les individus malsains*⁵¹⁵² estendendo para todos os indivíduos doentes a proibição de acesso ao casamento que Mercatus havia estabelecido apenas para os indivíduos de um mesmo grupo familiar.

Portanto, é consideravelmente sustentável a hipótese de que Portal não tenha se dirigido diretamente às uniões consanguíneas no corpo de sua obra, excetuando-se essa citação, por considerar que os seus leitores a incluiriam institivamente no rol dos casamentos interditados, uma vez que, conforme apontado no início da obra analisada, a temática das transmissões hereditárias de patologias era assunto longo na medicina europeia, o que pode ser atestado pela própria data do texto de Louis Mercatus, 1605⁵³.

É crível que o autor provoque a compreensão de seus leitores de que no seio de um grupo familiar no qual incide alguma doença, as uniões entre seus membros estariam prontamente interditadas, não sendo, portanto, necessário incluir nominalmente essa sentença na redação de sua obra, cedendo espaço para os argumentos que objetivavam comprovar a existência dessa modalidade de transmissão de patologias.

A inclusão de todos os casamentos consanguíneos dentre aqueles a serem interditados tem-se lugar na própria obra analisada, além da supracitada nota de Mercatus, quando Portal indica a existência de uma gama de patologias carregadas pelos indivíduos, mas manifestadas apenas a partir de determinada idade, já na fase adulta da existência da pessoa⁵⁴. Dessa forma, a não inferência da portabilidade de

⁵¹ PORTAL, Antoine. *Considerations sur la nature et traitement de quelques maladies héréditaires ou de famille*. p.56.

⁵² Em português: *Não são apenas os parentes [membros de uma mesma família] que não devem passar juntos pelos laços do casamento, mas todos os indivíduos doentes*. [Tradução livre].

⁵³ FUSTO. David F. *The Theory of Hereditary disease of Luis Mercado: Chief Physician to the Spanish Hapsburgs*. *Bulletin of the History of Medicine*. The Johns Hopkins University Press. Vol.35, Nº4, Julho-Agosto de 1961, págs. 346-373. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/44449752>. Acesso em 18/02/2023 às 20h24.

⁵⁴ *Que l'hydropisie soit de poitrine, soit abdo-/minale, et l'anasarque qui est un effet fréquent/ des engorgemens stéalomateux des poumons et/ des viscères abdominaux, fait périr les individus/ depuis quarante jusqu'à soixante ans; // Que l'apoplexie, la paralysie, font également/ mourir vers cet âge, et plus tard encore, rare-/ment auparavant. Ainsi ces maladies surviennent/ à des époques plus ou moins éloignées delà nais-/sance, quoiqu'il n'y ait rien d'absolument constant,/ puisque tant d'exceptions contraires à cette règle/ ont été observées [...]* [PORTAL, Antoine. *Considerations sur la*

determinados males na idade de contrair casamento tornaria as uniões intrafamiliares consideravelmente mais arriscadas que as extrafamiliares, sendo, portanto, aconselhável evitá-las.

Mais relevante ainda é o fato de que Antoine Portal remete ao governo o mister de protagonizar a atuação de interdição às referidas uniões, sejam consanguíneas ou sejam de indivíduos que compartilhem das mesmas enfermidades. Para tanto, o autor vale-se de uma nota inserida por Jean-Baptiste Mazzoni na tradução italiana, na qual é proposto que se examinasse cuidadosamente a cartela de jovens destinados ao casamento com o objetivo de evitar os filhos que um dia eles teriam, e que provavelmente seriam acometidos de grandes infortúnios⁵⁵.

Vinte e sete páginas à frente, de volta ao tema, Portal é ainda mais enfático ao asseverar que “*ces exemples confirment de plus en plus combien il serait utile de veiller aux mariages pour ne pas en laisser contracter d'aussi funestes à la propagation des belles races d'hommes*”⁵⁶. Torna-se ainda mais relevante nessa sentença o fato de que é nela que o autor evoca Morgagni e, conseqüentemente Mercatus, para postular contra todos os casamentos consanguíneos, conforme debatido nas linhas acima. Portanto, ao defender que os casamentos deveriam ser vigiados para evitar prole herdeira de patologias, Portal refere-se, prioritariamente, aos casamentos consanguíneos, *locus* privilegiado, na visão do autor, para a propagação de patologias hereditárias.

Mais vinte e uma páginas e o autor pontua claramente que o abandono dos casamentos entre pessoas acometidas de iguais patologias hereditárias era o caminho mais eficaz para a completa superação de todas as referidas doenças herdadas geracionalmente. Contudo, evocando o exemplo do desaparecimento do

nature et traitement de quelques maladies héréditaires ou de famille. p.50]. Em português: *Essa hidropisia, seja do tórax ou do abdome, e a anasarca, que é um efeito frequente do ingurgitamento furtomatoso dos pulmões e das vísceras abdominais, faz com que os indivíduos pereçam por quarenta ou sessenta anos. Essa apoplexia, paralisia, também causa a morte nessa idade, e mais tarde ainda, raramente antes. Assim, essas doenças ocorrem em épocas mais ou menos remotas desde o nascimento, embora não haja nada absolutamente constante, pois tantas exceções contrárias a essa regra foram observadas.* [Tradução livre].

⁵⁵ PORTAL, Antoine. *Considerations sur la nature et traitement de quelques maladies héréditaires ou de famille*. p.28.

⁵⁶ PORTAL, Antoine. *Considerations sur la nature et traitement de quelques maladies héréditaires ou de famille*. p.55.

⁵⁷ Em português: *Esses exemplos confirmam cada vez mais como seria útil vigiar os casamentos para não permitir que eles contraissem casamentos tão desastrosos para a propagação das belas raças de homens.* [Tradução livre].

bócio, Portal assegura que “*mais ce n'est qu'à lá troisième ou quatrième génération que les individus en sont le plus souvent entièrement délivrés*”⁵⁸⁵⁹. Em outras palavras, o autor está alertando que seriam necessárias algumas gerações para o completo livramento de uma família de ser acometida de um mal hereditário, dirigindo-se, talvez, aos mais apressados que pudessem crer que apenas uma geração de casamentos extrafamiliares seria suficiente para libertá-los dessas patologias.

Apesar dessa longa espera geracional, Antoine Portal garante aos que empreenderem tamanho cuidado, que lograrão êxito. Como de praxe na obra, recorrendo ao empirismo, ele assegura que existem famílias que já agem desta forma correta e, portanto, garantem suas sobrevivências.

*Ainsi s'explique la disparition de quelques/ maux héréditaires, et comment la nature tend/ toujours à se rectifier; car sans cela on ne pour-/rait concevoir pourquoi, en peu de généra-/tions, la plupart des familles ne seraient pas dé-/truites*⁶⁰⁶¹.

Todavia, o autor admite, ainda na página 55 que, infelizmente, o necessário interdito aos casamentos potencialmente propagadores de doenças hereditárias, incluindo prioritariamente os consanguíneos, em sua opinião, um dever do governo, não vinha sendo feito, devendo, portanto, os médicos ocuparem-se de prover a cura dessas enfermidades e encontrarem outras profilaxias que minimizem os danos⁶². Isso posto, conforme já apontado anteriormente, a referida obra sobre a qual esse trabalho se debruçou longamente, é centrada principalmente na terapia dessas patologias hereditárias.

⁵⁸ PORTAL, Antoine. *Considerations sur la nature et traitement de quelques maladies héréditaires ou de famille*. p.77.

⁵⁹ Em português: *mas é apenas na terceira ou quarta geração que os indivíduos estão mais frequentemente totalmente livres dela*. [Tradução livre]

⁶⁰ PORTAL, Antoine. *Considerations sur la nature et traitement de quelques maladies héréditaires ou de famille*. p.77

⁶¹ Em português: *Isso explica o desaparecimento de alguns males hereditários e como a natureza sempre tende a se corrigir; porque sem isso não se poderia conceber porque, em algumas gerações, a maioria das famílias não seriam destruídas*. [Tradução livre].

⁶² [...] *mais enfin, quando/ cela n'a pas été fait, ce qui n'est malheureuse-/ment que trop commun, il faut du moins s'oc-/cuper non seulement à guérir, mais même à/ prévenir, par un bon traitement chez les em-/fans, les maux auxquels ils sont dévoués em/ naissant, et divers faits de pratique bien cons-/tatés annoncent qu'on peut y réussir*. [PORTAL, Antoine. *Considerations sur la nature et traitement de quelques maladies héréditaires ou de famille*. p.55] Em português: *mas no final, quando isso não foi feito, o que infelizmente é muito comum, devemos pelo menos nos ocupar não apenas em curar, mas também em prevenir, por meio de um bom tratamento nas crianças, os males aos quais elas são devotadas desde o nascimento, e vários fatos bem estabelecidos da prática anunciam que alguém pode ter sucesso nele*. [Tradução livre].

Ainda, o destaque conferido a esse específico trabalho de Antoine Portal, de fundamental importância para esta tese, reside na relevância do autor para a classe médica daquela centúria, uma vez que Portal, dentre outros fatores de destaque, foi fundador da *Académie Nationale de Médecine* da França em 1820 e, seu presidente de forma vitalícia. Desta forma, é muito provável que João Fernandes Tavares fosse conhecedor da obra do médico francês e, ao mencionar a hereditariedade como hipótese da origem da patologia, mesmo descartando-a posteriormente para aquele caso, se referisse aos estudos dele, especialmente à referida obra *Considerations sur la nature et traitement de quelques maladies héréditaires ou de famille*.

Ainda, como estudante de medicina na Universidade de Paris entre os anos 1832 e 1837, não é temerário arriscar a afirmação de que Camillo Maria Ferreira Armond tivera seu primeiro contato com a transmissão hereditária de patologias já no ano de seu ingresso no curso, uma vez que este coincide com o falecimento de Antoine Portal⁶³. Importa reforçar novamente a relevância de Portal para a medicina francesa, sendo suas obras lidas, com certeza, por aqueles que iniciavam sua trajetória acadêmica rumo à profissão de médico.

Destarte, a mesma constatação levantada para Tavares no artigo *Observação sobre o entupimento das fossas nasales* e Camillo pode ser considerada para o doutor Fidelis Martins Bastos⁶⁴ (?-1847), tendo em vista que o referido médico, no artigo *Observação sobre o emprego do ácido prussico medicinal no tratamento da tísica pulmonar*⁶⁵, também realiza uma investigação do histórico familiar de patologias de uma paciente que sofria de tísica pulmonar. Contudo, ao contrário de Tavares, a hereditariedade é considerada como a razão do acometimento da enferma pela patologia. A senhora, identificada como

Dona M.... casada há 12 anos, tendo de idade 26, natural do Rio de Janeiro, moradora na rua da Prainha, número 62. Seu alimento e

⁶³ Conforme apontado anteriormente, também em nota de rodapé, optou-se por manter essa afirmativa na tese, mesmo não tendo acesso às cartas do Conde de Prados, uma vez que, o não acesso à carta na qual ele desincentiva os casamentos consanguíneos, não implica necessariamente em sua não existência.

⁶⁴ Fidelis Martins Bastos (?-1847), formou-se em medicina pela Faculdade de Paris em 1824. Regresso ao Brasil, atuou na corte e destacou-se como médico efetivo da Imperial Câmara a partir de 1828. Juntamente com José Francisco Xavier Sigaud e José Maria Cambuci do Valle fundou o Semanário de Saúde Pública em 1831 e, posteriormente a Gazeta Médica Fluminense em 1835.

⁶⁵ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Propagador de Ciências Médicas ou Annaes de Medicina, Cirurgia e Pharmácia para o Império do Brazil*, número 3, março de 1827, página 291-295. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/41464>. Acesso em 12/02/2023 às 20h10.

alojamento foram sempre sãos; sua vida moral um pouco contrariada. Esta senhora é de um temperamento bilioso, constituição delicada, estatura ordinária, cabelos pretos, pescoço comprido, ombros salientes, peito estreito e alongado. Seu caráter é alegre e vivo. Sua mãe e irmã mais velha morrerão; a primeira de um pleuriz, e a segunda de uma tísica pulmonar; seu pai existe e goza saúde perfeita⁶⁶.

É notório que Bastos relaciona diretamente a causa da morte da irmã mais velha de sua paciente ao mal de que agora ela padece, crendo que isso poderia ser hereditário. Ainda, o pequeno excerto reproduzido acima e que introduz o artigo do autor no *Propagador de Ciências Médicas* reflete a convivência da teoria hipocrática dos humores, notória quando o autor aponta o temperamento de dona M., com as pesquisas emergentes que enfocavam a hereditariedade, sendo esta convivência característica relevante, que dará a tônica da medicina do século XIX.

No mesmo periódico de 1827, porém no mês antecedente ao que foi veiculado o artigo de Bastos, outro texto aponta brevemente a transmissão hereditária de patologias, desta vez redigido pelo doutor Francisco José Alypio (?-1834) que se debruçava sobre o lábio leporino⁶⁷. Curiosamente, esta doença é enquadrada atualmente como hereditária, opondo-se à tuberculose, outrora denominada de tísica, que foi objeto de estudo do doutor Fidelis Martins Bastos. Alypio assevera que “o lábio leporino, ou divisão de um, ou de ambos os lábios, é natural, ou congênito, e acidental”⁶⁸, contudo envereda-se apenas no debate acerca das causas acidentais, ou seja, daquelas adquiridas por acidentes ao longo da vida. Apesar de limitar-se apenas a apontar a condição familiar como uma das possíveis explicações para as causas naturais da patologia, quando de nascença, o artigo de Alypio permite inferir a consolidação entre os médicos brasileiros dos postulados acerca da transmissão hereditária de doenças em meados do século XIX.

⁶⁶ Biblioteca Nacional, Acervo Digital. *Propagador de Ciências Médicas ou Annaes de Medicina, Cirurgia e Pharmácia para o Império do Brazil*, número 3, março de 1827, página 291. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/41464>. Acesso em 12/02/2023 às 20h09. Grifo meu.

⁶⁷ Biblioteca Nacional, Acervo Digital. *Propagador de Ciências Médicas ou Annaes de Medicina, Cirurgia e Pharmácia para o Império do Brazil*, número 2, fevereiro de 1827, página 191-199. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/41464>. Acesso em 12/02/2023 às 20h32.

⁶⁸ Biblioteca Nacional, Acervo Digital. *Propagador de Ciências Médicas ou Annaes de Medicina, Cirurgia e Pharmácia para o Império do Brazil*, número 2, fevereiro de 1827, página 191. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/41464>. Acesso em 14/02/2023 às 06h14.

Após um hiato de aproximadamente 14 anos é possível vislumbrar na *Revista Médica Brasileira* a sequência de artigos abordados no tópico 3.1 que se inserem no conjunto de textos que começavam a popularizar, dentre a classe médica, as referidas pesquisas acerca da hereditariedade e reforçam a constatação redigida acima. Mais três anos e, já no tópico 3.2, foi possível vislumbrar 11 textos veiculados no *Arquivo Médico Brasileiro* que, de formas distintas, incluem a hereditariedade em suas linhas. Impera destacar que isto se dá trinta anos após os trabalhos de Antoine Portal e Joseph Adams, tornando notório que a busca por herança geracional das patologias vinha se tornando prática comum na medicina brasileira de meados do século XIX.

Esse processo tornou possível que, progredindo temporalmente mais um pouco, no artigo *A Loucura pode ser hereditária*⁶⁹, lançado na *Revista O Guanabara: Revista Mensal Artística, Científica e Litteraria* em 1849⁷⁰, Alexandre José de Mello Moraes sobressaísse como o médico brasileiro que melhor formulou os conhecimentos acerca da transmissão hereditária de patologias dentre os que redigiram artigos para os periódicos analisados. Dessa forma, é possível supor que tenha sido um dos que se debruçaram com maior afincamento sobre os escritos de Antonie Portal e Joseph Adams, uma vez que vemos paralelos importantes entre as obras desses dois autores e o artigo do brasileiro⁷¹. Portanto, não é surpreendente que seja da pena de Moraes que saiam as primeiras linhas de periódicos brasileiros objetivamente dedicadas a interditar os casamentos consanguíneos, pautando-se na potencialização da transmissão hereditária de patologias⁷², ainda que o autor se dedicasse à loucura.

⁶⁹ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. O Guanabara: Revista Mensal Artística, Científica e Litteraria*, número 1, de 1849, páginas 48-50. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/guanabara/700630>. Acesso em 30/01/2023 às 12h33.

⁷⁰ Este artigo foi amplamente analisado no tópico 3.3.

⁷¹ Afirmação pautada na análise das obras de Antoine Portal (1808) e Joseph Adams (1814) cotejando-as com o artigo de Alexandre José de Mello Moraes. Importa considerar que o médico brasileiro não lista os supracitados doutores na sua análise, uma vez que seu artigo objetivava abordar a loucura e os autores evocados por Moraes foram aqueles que redigiram sobre essa temática. Todavia, é notória as ideias de Portal e Adams no artigo de Moraes. Sobre esses autores que estudaram a loucura e foram citados por Moraes, vide tópico 3.3.

⁷² *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. O Guanabara: Revista Mensal Artística, Científica e Litteraria*, número 1, de 1849, página 50. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/guanabara/700630>. Acesso em 14/02/2023 às 09h43.

4.2A interdição aos casamentos consanguíneos na *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*

É nesse cenário que o surgimento da *Gazeta Médica do Rio de Janeiro* e da *Gazeta Médica da Bahia* tornam-se espaço privilegiado para análise do intento de vários médicos do século XIX de engendrar o comportamento matrimonial da sociedade, pautando-se em argumentos médico-científicos. Nesse sentido, sobressai-se o artigo *Do perigo das alianças consanguíneas*⁷³, datado de 15 de agosto de 1862, que é revelador do projeto da classe médica em interditar as uniões intrafamiliares. O texto, de autoria de Jean-Christian-Marc-François-Joseph Boudin⁷⁴ (1806-1867), veiculado de forma resumida no sexto número da *Gazeta Médica do Rio de Janeiro* e traduzido para português pelos editores do periódico é o primeiro em boletins brasileiros a dedicar-se exclusivamente a abominar os casamentos consanguíneos atribuindo a eles a potencialização da transmissão hereditária de patologias e tendo essa temática como objeto central e único da matéria.

Para tanto, ao longo das duas páginas do resumo, são veiculadas uma série de conclusões de Boudin contendo informações que incluem dados empíricos que relacionam diretamente os números proporcionais de casamentos intrafamiliares em vários países da Europa com o índice de propagação de surdos-mudos naquelas sociedades. Ainda, uma tabela produzida por Morris de Washington⁷⁵ em resposta ao trabalho de Boudin, reproduzida abaixo do resumo do artigo no periódico brasileiro, visa quantificar esquematicamente esses dados, intencionando construir uma argumentação capaz de fazer com que não restem dúvidas do perigo dos casamentos consanguíneos.

⁷³ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, número 6, 15 de agosto de 1862, páginas 69-70. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica/809411>. Acesso em 20/02/2023 às 20h01.

⁷⁴ Jean-Christian-Marc-François-Joseph Boudin (1806-1867) nasceu em Metz, França. Formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina Militar de Metz, atuando posteriormente na cidade de Argel, atual Argélia. Retornou ao país natal na década de 1840, atuando como chefe do hospital em Versalhes. Em 1848 foi nomeado chefe do corpo médico do Exército dos Alpes. É reconhecido pelos seus estudos acerca da geografia médica, área que ele ajudou a cunhar o nome e a definir a abrangência de estudos que fariam parte do campo.

⁷⁵ Não foi possível encontrar nenhuma informação acerca do referido doutor que também foi citado por José Leopoldo Ferreira Antunes, na obra *Medicina, Leis e Moral*, sem que haja uma biografia acerca dele. Ainda, não foi possível identificar se “Washington” se referiria à capital estadunidense ou ao sobrenome do referido doutor.

Figura 2 – Tabela construída por Morris de Washington a partir dos dados da pesquisa de Jean-Christian-Marc-François-Joseph Boudin relacionando os índices de casamentos consanguíneos com a má constituição da prole

Grão de parentesco dos conjuntos.	Numero de uniões.	Numero de crianças.	Bem constituídos.	Mal constituídos.	Por 100 nascimentos mal constituídos
Primos em 1.º grão.....	630	2.911	955	1.956	67,2
» » 2.º grão.....	120	626	360	266	42,5
» » 3.º grão.....	13	71	42	29	40,8
Duplamente primos.....	27	154	21	133	86,4
Primos provenientes de primos.....	61	187	64	123	65,7
Tios e tias com sobrinhos ou sobrinhas....	12	83	10	43	81,1
Unões incestuosas.....	10	31	1	30	96,1
Totais.	873	4.033	1.453	2.580	Termo médio. 64,7

Fonte: Biblioteca Nacional, Acervo Digital. *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, número 6, 15 de agosto de 1862, páginas 70. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica/809411>. Acesso em 20/02/2023 às 20h40.

O vislumbre atento da tabela de Washington permite inferir claramente a envergadura da pesquisa empreendida por Boudin. Segundo este, no decênio de sua pesquisa, os casamentos consanguíneos representavam 2% de todas as uniões empreendidas na França, índice bastante discrepante do encontrado para a ocorrência dessa modalidade de casamentos nas Minas Gerais contemporânea ao médico francês, conforme debatido no capítulo 1.

Todavia, quando o pesquisador franco voltava sua análise para a incidência de surdos-mudos congênitos provenientes de casamentos intrafamiliares, ele apontava índices consideravelmente alarmantes. Em Lyon, Boudin indicou 25%, em Paris, 28% e, em Bordeaux, 30 surdos-mudos a cada 100 filhos de pais consanguíneos. Aprofundando ainda mais, Jean Boudin discriminou os índices de herança patológica da surdo-mudez de acordo com o grau de afinidade sanguínea dos progenitores, chegando a uma gradação de índices deveras interessantes. Segundo o autor,

A proporção dos surdos-mudos congênitos cresce com o grau da consanguinidade dos pais, representando por 1 o perigo de procriar uma criança surda-muda em um casamento ordinário, este perigo é representado por: 18 nos casamentos entre primos irmãos; 37 nos casamentos entre tios e sobrinhas; 70 nos casamentos entre sobrinhos e tias⁷⁶.

Importa pouco a esta tese a sustentabilidade desses índices. Relevante é a redação deles no meio médico do século XIX, ainda mais traduzidos para o português e veiculados em periódico que tinha ampla circulação na corte do Brasil Império. Certamente, o leitor atento a esses dados tornar-se-ia um arauto do abandono de casamentos consanguíneos, tão frequentes nas Minas do século XIX, conforme já apontado no primeiro capítulo desta tese.

Ainda mais interessante é que a análise de Boudin não se centra apenas à França, apresentando quadros referentes a diversas localidades europeias, cujos resultados foram cotejados com os dados franceses. Em Berlim, o autor contou 3,1 surdos-mudos por 10.000 católicos, 6 surdos-mudos por 10.000 protestantes, 27 surdos-mudos por 10.000 judeus, concluindo que a proporção dos surdos-mudos cresce com a soma das facilidades concedidas às uniões consanguíneas pela lei religiosa⁷⁷.

Essa sentença do autor sobressai-se de forma bastante relevante, uma vez que, conforme visto no capítulo 1, o Concílio Lateranense II de 1272 coibia os casamentos consanguíneos até a sétima geração. Portanto, infere-se que, ao contrário das Minas Gerais, na Europa havia um pouco mais de respeito dos católicos por esse cânone, reverberado no Concílio Tridentino de 1545-1564, resultando na Alemanha na menor proporção de surdos-mudos dentre os seguidores da igreja de Roma quando comparado a outras confissões religiosas, que, segundo Boudin, facilitavam as uniões consanguíneas. Nesse sentido, é curioso apontar que os dados apresentados revelam que os judeus surdos-mudos, etnia na qual a consanguinidade é mais frequente, eram nove vezes mais numerosos que os católicos.

⁷⁶ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, número 6, 15 de agosto de 1862, páginas 69. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica/809411>. Acesso em 20/02/2023 às 21h17.

⁷⁷ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, número 6, 15 de agosto de 1862, páginas 69. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica/809411>. Acesso em 20/02/2023 às 21h30.

Transportando a mesma estratégia de análise para o outro lado do Atlântico, o médico francês comparava os índices dessa mesma patologia entre os brancos e os escravizados no território de Jowa, nos Estados Unidos da América, uma vez que

na população de cor, em que a escravidão facilita as uniões consanguíneas e mesmo incestuosas, a proporção dos surdos-mudos era 91 vezes mais elevada do que na população branca protegida pela lei civil moral e religiosa⁷⁸.

Em dados concretos, Boudin encontrou, em 1848, 0,023% de surdos-mudos dentre a população branca e 21,2% dentre os escravizados. Novamente, a aplicabilidade concreta desses dados não é relevante a esta tese, imperando, no entanto, constatar que tais índices publicados naquele quarto decênio do século XIX garantem certo tom de universalidade aos números levantados por Boudin, tornando o encetamento das uniões consanguíneas impróprias para quaisquer etnias ou povos. Vindo ao encontro dessa constatação, o autor assevera que a surdo-mudez, condição sobre a qual ele se debruçou para postular o perigo dos casamentos consanguíneos, não era patologicamente potencializada apenas para os filhos dos casais aparentados, mas poderia ser manifestada “indiretamente em casamentos cruzados em que um dos cônjuges procede de casamentos consanguíneos”⁷⁹. Com essa assertiva, Boudin culpabilizava os casamentos intrafamiliares pela transmissão de patologias que excederiam a primeira geração de sua prole.

Cumprido apontar que, conforme foi analisado no capítulo anterior, desde o alvorecer do século XIX, havia um consenso, mais ou menos estabelecido, da existência concreta da transmissão hereditária de patologias. Embora, conforme também já debatido, o artigo de Jean-Christian-Marc-François-Joseph Boudin não seja original em creditar aos casamentos consanguíneos a potencialização da transmissão geracional de doenças, o autor é o primeiro a empreender uma pesquisa objetivamente centrada nesta temática e cujo resultado final prestava-se a exclusivamente interditar os casamentos consanguíneos, conforme o próprio título do texto denunciava *O perigo dos casamentos consanguíneos*.

⁷⁸ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, número 6, 15 de agosto de 1862, páginas 69. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica/809411>. Acesso em 20/02/2023 às 21h41.

⁷⁹ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, número 6, 15 de agosto de 1862, páginas 69. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica/809411>. Acesso em 21/02/2023 às 08h49.

Boudin estava tão convencido de que os casamentos intrafamiliares eram os responsáveis pela potencialização da transmissão hereditária de doenças que empreendeu uma comparação entre os surdos-mudos filhos de progenitores aparentados e não aparentados, concluindo que

Os pais consanguíneos da melhor saúde podem procriar filhos surdos-mudos; em compensação, pais surdos-mudos, mas não consanguíneos não produzem filhos surdos-mudos senão muito especialmente. A frequência da surdo-mudez nas crianças procedentes de pais consanguíneos é pois radicalmente independente de qualquer hereditariedade mordida⁸⁰.

Dentre as possíveis justificativas para o alto índice de casamentos consanguíneos levantados para as Minas Gerais no primeiro capítulo desta tese, aventa-se a hipótese defendida por Arno Whelling⁸¹ de que o baixo mercado matrimonial tinha papel preponderante na escolha intrafamiliar dos cônjuges. Essa constatação também foi levada em conta por Boudin em 1862, quando o autor reconhece que existiam obstáculos naturais em algumas localidades que impossibilitavam um maior número de casamentos extrafamiliares, denominados de cruzados pelo autor no texto. Centrando a análise na França, Boudin cotejou os dados de surdo-mudez congênita com o pequeno mercado matrimonial de algumas regiões, apresentando dados empíricos para a Córsega (0,14%), Altos Alpes (0,23%), Islândia (0,11%) e Cantão de Berne (0,23%), enquanto os dados para a toda a França indicavam 0,06% de surdos-mudos frente à população total⁸². Mediante esses números o autor concluiu que o número de surdos-mudos era inversamente proporcional ao mercado matrimonial extrafamiliar.

Ainda mais relevante, é que Boudin conclui seu artigo aplicando essas constatações acerca da surdo-mudez para uma extensa gama de outras patologias. O autor aponta que as alianças consanguíneas eram responsáveis pelo aumento da infecundidade e do aborto nos casais aparentados entre si quando comparados aos “casamentos cruzados”. Todavia, quando davam à luz, esses casais consanguíneos

⁸⁰ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, número 6, 15 de agosto de 1862, páginas 69. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica/809411>. Acesso em 21/02/2023 às 09h03.

⁸¹ WHELLING, Arno. e WEHLING, Maria José. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p.540.

⁸² Jean-Christian-Marc-François-Joseph Boudin aponta ainda o número absoluto de surdos-mudos para toda a Europa, 250.000. Todavia, o resumo brasileiro não apresenta maiores dados acerca dessa informação.

geravam prole potencialmente portadora de “albinismo, alienação mental, idiotismo, retinite pigmentosa e outras enfermidades”⁸³. Contudo, Boudin reconhece que faltava a sua época pesquisas aprofundadas, certamente imaginando a mesma envergadura com que ele se aplicou à surdo-mudez, que pudessem quantificar a prevalência de cada uma dessas enfermidades nos casais aparentados entre si, frente aos casais não aparentados⁸⁴.

Ainda, cumpre apontar que o autor francês estava atento às mais recentes descobertas relativas a essa temática. Prova disso é a citação, dentre as patologias transmitidas de forma potencializada pelos casamentos consanguíneos, da retinite pigmentosa, apenas quatro anos após a publicação de *Observações práticas sobre cirurgia auditiva e a natureza e tratamento das doenças do ouvido*, em 1858, pelo oftalmologista alemão Albrecht von Graefe, conforme já analisado no tópico 2.3.

Mais um ano e meio e, em 1º de janeiro de 1864, a *Gazeta Médica do Rio de Janeiro* também cederia espaço para a análise do trabalho de Graefe no artigo intitulado *Da retinite pigmentosa*⁸⁵, originalmente escrito pelo oftalmologista alemão Carlos Pedraglia⁸⁶ que analisou a publicação de seu conterrâneo, e traduzido para o português pelos editores do periódico brasileiro⁸⁷. Pedraglia concentra sua atenção na origem hereditária da retinite pigmentosa, acentuando a observação de Albrecht von Graefe de que os *casamentos com parentes de sangue*⁸⁸ estavam na raiz da transmissão dessa patologia. Desta forma, é notório que o interesse na temática das doenças hereditárias potencializadas pelos casamentos consanguíneos, tornava-se universal, ocupando páginas nas publicações de diversos países, obviamente, incluindo-se o Império do Brasil, no qual esse postulado chegava, geralmente, via essas traduções.

⁸³ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, número 6, 15 de agosto de 1862, páginas 69. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica/809411>. Acesso em 21/02/2023 às 09h35.

⁸⁴ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, número 6, 15 de agosto de 1862, página 69. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica/809411>. Acesso em 21/02/2023 às 09h39.

⁸⁵ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, número 1, 1 de janeiro de 1864, páginas 469-471. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica/809411>. Acesso em 21/02/2023 às 15h41.

⁸⁶ As rasas informações acerca de Carlos Pedraglia se encontram em nota de rodapé no capítulo antecedente.

⁸⁷ Eram editores da *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, Matheus Alves de Andrade, Francisco Pinheiro Guimarães, Antônio Correia de Souza Costa e João Vicente Torres Homem.

⁸⁸ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, número 1, 1 de janeiro de 1864, página 470. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica/809411>. Acesso em 21/02/2023 às 15h46.

Retomando ainda o resumo do trabalho de Boudin, cumpre-se apontar que o artigo original deste, veiculado na *Gazeta dos Hospitais*, um periódico francês, em 1862⁸⁹, é um marco no movimento médico do século XIX que visava engendrar os comportamentos sociais à luz dos postulados médico-científicos, quando o tema é o abandono da prática dos casamentos consanguíneos, conforme esta tese se debruçará no próximo capítulo. Contudo, importa de sobremaneira a este atual capítulo o resumo veiculado na *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, uma vez que este periódico possibilitou a difusão no meio médico brasileiro dos postulados de Jean-Christian-Marc-François-Joseph Boudin acerca dos perigos dos casamentos consanguíneos.

Nos demais números da referida *Gazeta Médica do Rio de Janeiro* é possível vislumbrar vários artigos nos quais os médicos relatam o histórico familiar patológico dos pacientes com o objetivo de atestar a origem hereditária das doenças daqueles que são socorridos. São exemplos o artigo *Chronica Medica*⁹⁰ veiculado no número 7 de 1º de setembro de 1862 e *Lição IV sobre as inoculações syphyliticas, e de suas relações com a vacinação*⁹¹, tradução de um artigo inglês, originalmente escrito por Henry Lee⁹², pelo doutor Vicente Cândido Figueira de Saboia⁹³ (1836-1909), o Visconde de Saboia, em 15 de novembro de 1863.

Dissertando sobre essa prática de anamnese, o doutor João José de Carvalho⁹⁴ (1806-1867), professor de terapêutica e matéria médica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em sua quarta lição intitulada *Elementos do diagnóstico*

⁸⁹ O artigo original em francês encontra-se disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&id=3ZYqAAAAMAAJ&q=Morris#v=snippet&q=Morris&f=false>. Página 222. Acesso em 02/03/2023 às 14h42.

⁹⁰ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, número 6, 1º de setembro de 1862, páginas 75-79. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica/809411>. Acesso em 21/02/2023 às 10h30.

⁹¹ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, número 22, 15 de novembro de 1863, páginas 433-434. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica/809411>. Acesso em 21/02/2023 às 14h18.

⁹² Uma breve pesquisa não foi capaz de encontrar nenhuma informação consistente que levasse a uma curta biografia de Henry Lee, uma vez que a numerosa família Lee tinha inúmeros membros homônimos que dificultaram a identificação deste.

⁹³ Vicente Cândido Figueira de Saboia (1836-1909), natural de Sobral, Ceará. Formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, obtendo o doutorado em 1858. Em 1859 tornou-se Opositor da Secção Cirúrgica na mesma instituição e, em 1871, assumiu a cadeira de Clínica Cirúrgica. Em 1881 assumiu a direção da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e, em 1882, tornou-se médico do Paço.

⁹⁴ João José de Carvalho (1806-1867) nasceu no Rio de Janeiro e formou-se na Faculdade de Medicina de Paris em 1828. Tornou-se membro Titular da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro em 1832 e presidiu a dita Sociedade no primeiro trimestre de 1833.

do doente⁹⁵, inclui o questionamento acerca do acometimento dos progenitores ou parentes próximos de um paciente do mesmo mal que este sofre ao se realizar o diagnóstico inicial. Portanto, esta lição é indicativa de que o inquirir o paciente acerca do passado patológico da família estava se tornando exercício comum na medicina, permitindo concluir que a questão da hereditariedade estava em franca ascendência no meio médico brasileiro.

Nesse sentido, faz-se necessário destacar também na *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, artigos que incluem a hereditariedade como origem da patologia analisada, como é o caso dos textos *Do emprego therapeutico do curare nas nevroses convulsivas*⁹⁶ veiculado no número 10, de 15 de outubro de 1862; *Transmissão da syphilis do pai ao feto e do feto a mãe*⁹⁷, datado de 15 de junho de 1863; e *Lição II sobre as inoculações syphiliticas e de suas relações com a vacinação*⁹⁸, de 15 de julho de 1863, dentre outros textos que podem ser encontrados no referido periódico⁹⁹.

Por fim, no número 14, veiculado no dia 15 de dezembro de 1862¹⁰⁰, é possível vislumbrar uma análise sobre o curso de higiene ministrado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro pelo professor Thomaz Gomes dos Santos¹⁰¹ (1803-1874), que inclui a hereditariedade entre as temáticas abordadas. À guisa de curiosidade, o editor da análise, que não se subscreve, julga o referido curso como pouco inovador.

⁹⁵ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, número 11, 1º de junho de 1863, páginas 299-300. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica/809411>. Acesso em 21/02/2023 às 13h40.

⁹⁶ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, número 10, 15 de outubro de 1862, página 111. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica/809411>. Acesso em 21/02/2023 às 10h57.

⁹⁷ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, número 12, 15 de junho de 1863, páginas 315-316. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica/809411>. Acesso em 21/02/2023 às 13h45.

⁹⁸ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, número 14, 15 de julho de 1863, páginas 335-338. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica/809411>. Acesso em 21/02/2023 às 13h56.

⁹⁹ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, números 19 e 10, 1º de outubro de 1863 e 15 de maio de 1864, páginas 369-398 e 578-579. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica/809411>. Acesso em 21/02/2023 às 16h07.

¹⁰⁰ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, número 14, 15 de dezembro de 1862, páginas 160. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica/809411>. Acesso em 21/02/2023 às 11h09.

¹⁰¹ Thomaz Gomes dos Santos (1803-1874) nasceu no Rio de Janeiro e graduou-se em medicina pela Faculdade de Medicina de Montpellier, na França. Regresso ao Brasil lecionou Clínica e Higiene na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Ainda, destacou-se na política como presidente da Província do Rio de Janeiro entre junho e julho de 1858.

Ainda, a *Gazeta Médica do Rio de Janeiro* reservava importante espaço para os artigos que se prestavam a debruçar sobre a embriologia humana, área que começava, gradativamente, a atrair cada vez mais os olhares atentos da classe médica brasileira. A título de exemplo, o Visconde de Saboia publica, logo no primeiro número do referido periódico, um texto que objetivava debater a relação entre a formação do feto e a condução do parto¹⁰². Por sua vez, em 15 de janeiro de 1862, vislumbra-se um artigo sobre a *preñez abdominal*¹⁰³ e, em 1º de fevereiro daquele mesmo ano, contempla-se uma análise sobre a formação da placenta¹⁰⁴, dentre outros artigos que se debruçavam sobre esse nascente campo¹⁰⁵.

Surgidos 11 anos antes do advento da *Gazeta Médica do Rio de Janeiro* (1862-1864), os *Annaes Brasilienses de Medicina* (1851-1885), periódico oficial da Academia Imperial de Medicina, tiveram uma duração consideravelmente superior àquela, por sua vez, atrelada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Portanto, conforme já apontado anteriormente, esse periódico possibilita uma imersão no vertiginoso crescimento dos artigos que abordavam a hereditariedade e, principalmente, o interdito aos casamentos consanguíneos. Torna-se, então, imperioso retornar as páginas dos *Annaes*, agora com o objetivo de constatar a forma com que as uniões intrafamiliares foram se tornando alvo da cruzada médica que se instalava como parte preponderante do esforço de engendramento do comportamento matrimonial da sociedade.

4.30 interdito aos casamentos consanguíneos nas páginas dos *Annaes Brasilienses de Medicina* (1851-1882)

Retomando os *Annaes Brasilienses de Medicina* (1851-1885), periódico sobre o qual este trabalho se debruçou no capítulo anterior, passa-se agora a investigar os inúmeros artigos que abordam diretamente os casamentos consanguíneos como

¹⁰² *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, número 1, 1º de junho de 1862, páginas 6-8. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica/809411>. Acesso em 20/02/2023 às 19h38.

¹⁰³ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, número 2, 15 de janeiro de 1862, página 191. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica/809411>. Acesso em 21/02/2023 às 11h25.

¹⁰⁴ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, número 3, 1º de fevereiro de 1862, páginas 203-204. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica/809411>. Acesso em 21/02/2023 às 11h29.

¹⁰⁵ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, números 1 e 5, 1º de janeiro de 1864 e 1º de março de 1864, páginas 471 e 518. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica/809411>. Acesso em 21/02/2023 às 16h00.

potencializadores da transmissão hereditária de patologias. Importa lembrar que, para os médicos que redigiram para esse periódico e para outros boletins contemporâneos a ele, a questão da hereditariedade já estava consolidada¹⁰⁶. É o que se pode inferir pelos 49 artigos que abordam o tema, de forma direta ou indireta, ao longo das três décadas de circulação dos *Annaes*¹⁰⁷. Ainda, é importante salientar que inúmeros artigos que analisam a transmissão hereditária de patologias neste periódico permitem ao pesquisador inferir que o redator do texto cria no perigo que residia nas uniões intrafamiliares. Contudo, como uma extensa gama de trabalhos faziam referência direta aos casamentos consanguíneos, optou-se por centrar a análise apenas nestes.

Conforme já apontado no capítulo antecedente, era tônica dos periódicos médicos brasileiros a tradução para o português de trabalhos internacionais tidos como de grande relevância. Como não poderia ser diferente, as mais recentes pesquisas acerca da influência dos casamentos consanguíneos no nascimento de prole que herdasse com mais frequência patologias de seus progenitores que os filhos de não consanguíneos não tardaram a figurar nas páginas dos boletins brasileiros. Este é o caso do trabalho de Albrech Graefe, que fora novamente destrinchado e comentado pelo doutor Carlos Pedraglia no nono número dos *Annaes Brasilienses de Medicina*, referente ao mês de fevereiro de 1864¹⁰⁸, apenas um mês após, praticamente o mesmo texto ter sido publicado na *Gazeta Médica do Rio de Janeiro* alterando apenas a escolha de algumas palavras. Interessa observar que a publicação quase simultânea nos dois periódicos permitiu maior circulação e visibilidade para o artigo de Pedraglia e, obviamente, para o trabalho do oftalmologista alemão Albrech Graefe, que atribuía aos casamentos entre parentes de sangue a origem da transmissão dessa patologia¹⁰⁹. Ainda, coube ao doutor João Baptista dos Santos, membro da Academia Imperial de Medicina, como era de praxe da instituição, elaborar um parecer acerca do texto submetido para publicação pelos

¹⁰⁶ Essa afirmativa pode ser constatada ao longo do capítulo 3, quando este trabalho focalizava, dentre outros, a *Revista Médica Brasileira* (1841-1843) e *O Guanabara: Revista Mensal Artística, Científica e Litterária* (1849-1855).

¹⁰⁷ Para maiores informações sobre os artigos publicados nos *Annaes Brasilienses de Medicina* que abordavam a transmissão hereditária de patologias ver Tabela 2, no tópico 3.5.

¹⁰⁸ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, número 9, de fevereiro de 1864, páginas 201-204. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 04/03/2023 às 20h40.

¹⁰⁹ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, número 1, 1 de janeiro de 1864, páginas 469-471. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica/809411>. Acesso em 21/02/2023 às 15h41.

Annaes, que fora veiculado no mesmo número do boletim, antecedendo a publicação de Pedraglia. Nesta, Santos assevera que a retinite pigmentosa era hereditária, e reforça que ela se dava especialmente como resultado do casamento consanguíneo¹¹⁰.

Mais doze anos e, em 1876, novamente é possível vislumbrar a extensão da difusão do trabalho de Albrech Graefe sobre a retinite pigmentosa, desta vez na tradução feita pelo doutor Manoel da Gama Lobo (1835-1883) da obra *Lições de Wells sobre as moléstias internas do olho como vistas pelo ophthalmoscopio*¹¹¹, que, contando com 77 páginas, foi publicado na íntegra no número lançado no mês de maio daquele ano. Wells¹¹² é enfático ao abordar a consanguinidade entre os progenitores como responsável pela transmissão pelos pais aos filhos da referida patologia ocular.

Os sintomas mais importantes da moléstia consistem na cegueira noturna e na grande diminuição do campo visual; a moléstia se termina quase sempre pela cegueira completa. Ela é muitas vezes encontrada em diversos membros da mesma família, principalmente em filhos de pais consanguíneos, sendo algumas vezes acompanhada de surdez e mutismo¹¹³.

Mais algumas linhas abaixo e, continuando a elencar os sintomas da doença, o autor enfatiza que os pais consanguíneos potencializavam os riscos de os filhos nascerem com a retinite pigmentosa, baseando-se no empirismo, ao evocar exemplos observados por ele.

Os exemplos de retinite pigmentosa que vistes em dois irmãos esta tarde eram conformes a regra, porque seus pais são primos. Grande diminuição das artérias retinianas, pequenos pontos brancos e estrias da mesma cor se encontram na periferia da choroide muitas vezes em crianças antes do aparecimento da retina pigmentosa¹¹⁴.

¹¹⁰ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, número 9, de fevereiro de 1864, páginas 200-201. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 04/03/2023 às 21h04.

¹¹¹ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, número 12, de maio de 1876, páginas 497-574. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 04/03/2023 às 21h14.

¹¹² Uma breve pesquisa não foi capaz de encontrar informações acerca de Wells.

¹¹³ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, número 12, de maio de 1876, página 38. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 04/03/2023 às 21h25. Grifo meu.

¹¹⁴ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, número 12, de maio de 1876, página 38. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 04/03/2023 às 22h11. Grifo meu.

O texto em tela permite observar aquilo que este trabalho ventilou anteriormente, ou seja, após o auge dos debates acerca da hereditariedade das patologias alcançado a partir da década de 1840, que resultou no esforço de inúmeros médicos de associar uma extensa gama de doenças às origens hereditárias, chegava a hora, em meados da década de 1860, dos casamentos consanguíneos assumirem o protagonismo nos debates médicos, refletindo diretamente no crescimento de artigos que abordam a temática.

É notório, no ínterim compreendido entre a veiculação dos artigos de Carlos Pedraglia em 1864 e a publicação da obra *Lições de Wells* em 1876, o vertiginoso crescimento dos debates acerca da influência das uniões intrafamiliares na transmissão hereditária de patologias. Sintomático dessa assertiva é o concurso promovido pela Academia Imperial de Medicina em 30 de junho de 1865¹¹⁵ para o ano de 1866, citado no capítulo antecedente¹¹⁶, que, dentre as questões para aquele ano, indagava sobre *Que influencia podem ter os casamentos consanguíneos sobre o intelectual e moral da espécie humana?*¹¹⁷

A relevância deste questionamento reside na observação de que a promoção de um concurso que indagava as possíveis consequências dos casamentos consanguíneos sobre o intelectual e a moral da espécie humana é revelador de que essa inquietação entrava na ordem do dia dos assuntos mais relevantes da medicina no mundo e, claro, no Império Brasileiro, como se abordará oportunamente no capítulo subsequente.

Antes, porém, de no próximo capítulo enveredar-se pela resposta proposta por Luís Vicente de Simoni¹¹⁸, veiculada seis anos após a realização do concurso, que fora compreendida pela Academia Imperial de Medicina como inconclusiva, faz-se necessário retomar, ainda que brevemente, conforme já explanado no capítulo antecedente, que a análise dos *Annaes Brasilienses de Medicina* permite inferir que

¹¹⁵ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, número 9, de fevereiro de 1865, página 323. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 06/03/2023 às 09h54.

¹¹⁶ O concurso de 1866 será abordado com a devida envergadura no capítulo subsequente, uma vez que ele permite analisar os debates que tomaram lugar na Academia Imperial de Medicina sobre os casamentos consanguíneos.

¹¹⁷ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, números 9 e 3, de fevereiro e agosto de 1867, páginas 323 e 138-139. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 24/02/2023 às 21h49.

¹¹⁸ Existe uma indefinição acerca da autoria dessa resposta proposta ao referido concurso. Conforme se discutirá no capítulo subsequente, o presente trabalho acompanhará José Leopoldo Ferreira Antunes ao creditar a autoria do artigo ao doutor Luís Vicente de Simoni (1792-1881).

o relevante trabalho de François-Emmanuel Fodéré, *Essai sur le goitre et le crétinage*¹¹⁹ assumiu um lugar de considerável aceitabilidade dentre os médicos brasileiros.

O destaque conferido à obra em tela reside na argumentação de Fodéré de que a patologia abordada por ele, neste caso o cretinismo, era evitável através do interdito ao casamento entre indivíduos que fossem portadores da mesma patologia, dos quais, obviamente, sobressaíam as uniões intrafamiliares. Não é temerário aventar que *Essai sur le goitre et le crétinage* fora uma das obras que introduziu a temática da consanguinidade entre os médicos brasileiros da virada da primeira para a segunda metade da centúria oitocentista.

Sustenta essa assertiva, o *Relatório do senhor conselheiro Doutor Jobim, ácerca da memória do senhor Doutor Reichert, sobre as molestias da Cidade de S. Paulo; lido na sessão geral da Academia Imperial de Medicina, no 1.º de junho de 1857*¹²⁰ já abordado brevemente no capítulo precedente, no qual o doutor José Martins da Cruz Jobim evoca Fodéré para sublinhar o imenso risco para a região sul do Brasil de não se conter o avanço do cretinismo, uma vez que “segundo afirma Foderé, sendo esta moléstia hereditária, da terceira geração em diante, os papudos começam a apresentar a degeneração desgraçada da espécie humana, que constitui o cretinismo”¹²¹.

Mediante essa explanação, Jobim provoca o governo imperial a agir em prol da contenção desta patologia “da qual estão ameaçadas estas populações ao Sul do Império, se o nosso governo não se esmerar em acudir com tempo a tão horrendo mal”¹²². A crer pela supracitada solução apresentada por Fodéré de extinguir os casamentos entre os portadores do cretinismo, dos quais se destacam as uniões consanguíneas nas famílias afetadas, pode-se concluir que José Martins da Cruz

¹¹⁹ FÓDÉRÉ, François-Emmanuel. De la propagation du cretinage par la génération. In: *Essai sur le goitre et le crétinage*. 1792. p. 139. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Essai_sur_le_goitre_et_le_cr%C3%A9tinage.html?id=2DA-AAAaAAJ&redir_esc=y. Acesso em 30/01/2023 às 23h05.

¹²⁰ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, número 10, de dezembro de 1857, páginas 282-285. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 23/02/2023 às 20h24.

¹²¹ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, número 10, de dezembro de 1857, página 284. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 23/02/2023 às 20h14.

¹²² *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, número 10, de dezembro de 1857, página 284. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 23/02/2023 às 20h14.

Jobim, comungando dessa opinião do médico francês, advoga, portanto, a favor da interdição por parte do Império da realização de tais uniões maritais.

Além de Jobim, conforme debatido no tópico 3.3, Alexandre José de Mello Moraes era leitor dos trabalhos de Fodéré acerca da transmissão hereditária de patologias, sendo possível apontar que, partindo deste autor franco, esses profissionais da saúde passavam então a advogar abertamente contra as uniões consanguíneas de tal sorte que o artigo *Da inconveniência dos casamentos entre parentes*¹²³, veiculado no número 1, de abril de 1873, que será abordado no próximo capítulo devido ao debate que ele suscita na Academia Imperial de Medicina, não surpreende o pesquisador que se debruça sobre o tema quando argumenta de forma enfática, já desde o título, sobre o perigo dos casamentos intrafamiliares para a geração de prole saudável.

Resultante dos referidos debates instaurados naquela instituição pelo supracitado artigo, o *Relatorio do presidente da Junta Central de Hygiene Publica*¹²⁴, datado de julho de 1875¹²⁵, arrola os casamentos consanguíneos como questão de saúde pública. Este relatório foi assinado pelo Barão de Lavradio, o doutor José Pereira Rego¹²⁶ que exerceu a função de presidente da Junta entre 1864 e 1881 e,

¹²³ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, número 11, de abril de 1873, páginas 430-440. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 25/02/2023 às 11h53.

¹²⁴ O Relatório do presidente da Junta Central de Higiene Publica era produzido com periodicidade anual. Esses documentos surgiram a partir do decreto-lei de 29 de setembro de 1851 e constituem-se em ricas fontes de pesquisa para aqueles que se debruçam sobre as mais diversas patologias que afligiam o Império Brasileiro, bem como as profilaxias e tratamentos propostos pela classe médica daquela centúria. Este era responsabilidade do presidente da Junta de Higiene Pública, instituição criada pelo decreto n. 598, de 14 de setembro de 1850, e visava realizar um panorama do estado sanitário do país para o ano que se findava. Era atribuição do referido órgão propor o que fosse necessário para a salubridade nas cidades, indicar medidas a serem adotadas pelas câmeras municipais e exercer a polícia médica em todos os lugares e estabelecimentos que colocassem em risco a saúde pública. Cf. <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/357-junta-de-higiene-publica>. Acesso em 17/04/2023 às 19h06; BRASIL. Decreto n. 598, de 14 de setembro de 1850. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-598-14-setembro-1850-559839-publicacaooriginal-82251-pl.html>. Acesso em 18/04/2023 às 09h35; BRASIL. Decreto n. 828, de 29 de setembro de 1851. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-828-29-setembro-1851-549825-norma-pe.html>. Acesso em 18/04/2023 às 09h37.

¹²⁵ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, número 2, de julho de 1875, página 44. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 17/04/2023 às 19h42.

¹²⁶ José Pereira Rego (1816-1892) foi membro da Junta Central de Higiene Pública e, em razão do falecimento de Francisco de Paula Cândido, então Presidente da Junta, foi nomeado Presidente efetivo e a chefou de 1864 a 1881. Rego recebeu o título de Barão do Lavradio em 1874 em função do intenso trabalho que desenvolveu no planejamento e coordenação das medidas sanitárias contra a grave epidemia de febre amarela que ocorreu no Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.anm.org.br/jose-pereira-rego-barao-do-lavradio/>. Acesso em 18/03/2023 às 20h10.

teve seu resumo feito pelo doutor João Damasceno Peçanha da Silva veiculado no número 2 dos *Annaes Brasilienses de Medicina* daquele ano. Nele é possível vislumbrar claramente o apelo do renomado doutor pela intervenção do governo imperial a fim de interditar os casamentos intrafamiliares, tidos por ele como responsáveis por difundir uma série de patologias. O autor perpassa pelas inúmeras moléstias que acometeram os moradores de todo o império no ano de 1874, dentre as quais cita a sífilis, a tísica pulmonar e mesentérica e lesões orgânicas do coração. Ao centrar-se na capital, Rio de Janeiro, Rego, elenca algumas possíveis causas que influiriam para a recorrência de tais patologias, como as “condições climatéricas, o vício sifilítico” que, para o dito doutor, poderia ser adquirido ou hereditário, expondo que

abuso das bebidas alcoólicas, as más condições higiênicas, em que vivem mais de 20.000 almas abrigadas em cortiços e estalagens imundas, a inspiração do ar sobrecarregado desse pó fino, que existe na nossa cidade, os casamentos consanguíneos entre indivíduos predispostos a tais afecções, entendendo, por isso, de necessidade a intervenção da administração do país e uma reforma, que melhore as condições da higiene publica em pontos especiais até hoje abandonados¹²⁷.

Portanto, é possível concluir que, do ponto de vista de Rego, dentre as possíveis soluções que a administração pública deveria adotar para a melhoria das condições higiênicas da capital, encontrava-se o incentivo ao abandono dos casamentos consanguíneos em indivíduos que pertencessem a famílias nas quais era constatada a presença dessas patologias previamente. Um pouco mais a frente, Peçanha retoma a assertiva e é mais enfático em sua colocação ao pontar que “os casamentos consanguíneos entre indivíduos que comunguem entre si predisposições a afecções semelhantes são um potencial dano à salubridade pública,” reforçando, por isso, a “necessidade de intervenção da administração do país na questão”¹²⁸.

Portanto, a despeito de ser o único relatório da presidência da Junta de Higiene Pública que, dentro do recorte temporal elencado, aborda a questão do

¹²⁷ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, número 2, de julho de 1875, página 44. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 17/04/2023 às 19h42. Grifo meu.

¹²⁸ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, número 2, de julho de 1875, página 44. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 17/04/2023 às 19h42.

interdito aos casamentos consanguíneos, este é bastante enfático em sua defesa da necessidade de abolição dessa prática nos núcleos familiares brasileiros. Mais que isso, ao evocar o governo imperial a adotar medidas de contenção da prática, pode-se constatar que nomes relevantes da medicina brasileira daquele ínterim moviam-se em uma cruzada de engendramento dos comportamentos matrimoniais da sociedade à luz da emergente medicina científica daquela centúria. Dessa forma, acrescenta-se mais um relevante nome à lista de soldados dessa causa, o do barão do Lavradio, João Damasceno Peçanha da Silva.

No capítulo subsequente tornar-se-á possível constatar que o Barão de Lavradio compartilhava da opinião da escola que defendia que os casamentos consanguíneos eram apenas promotores de doenças na prole quando essas existissem previamente no seio familiar, a despeito daqueles que defendiam que essas uniões maritais eram por si só a razão do nascimento de crianças que portassem uma extensa gama de patologias. No primeiro grupo, enquadra-se o doutor Luís Vicente de Simoni, autor da *Memória* que concorreu ao prêmio do concurso da Academia Imperial de Medicina de 1866. Dentre aqueles que acompanhavam o raciocínio expresso pelo *Relatório da Junta* sobre essa questão estava o doutor Nicolau Joaquim Moreira que fora o relator da dita *Memória*. No entanto, o capítulo subsequente reservará considerável número de páginas para debruçar-se sobre esse debate. Por ora, cumpre-se apontar que, ao comentar o relatório de Lavradio, João Damasceno Peçanha da Silva assevera concordar que as “causas referidas pelo digno presidente são mais que suficientes para concorrer para o maior numero dessas moléstias”¹²⁹ sublinhando que “não se pode negar sobretudo nos indivíduos predispostos por suas, organizações especiais”¹³⁰. Portanto, é possível inferir com segurança que o doutor Peçanha concordava com a transmissão hereditária de patologias através dos casamentos consanguíneos, sendo sintomática da ascensão e difusão dessas ideias dentre a classe médica brasileira da década de setenta do século XIX. Reforçam esse argumento a colocação relevante de José Pereira Rego como presidente da *Junta Central de Hygiene Publica* e o reconhecimento de seu trabalho prestado na corte, de forma a

¹²⁹ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, número 12, de maio de 1873, página 44. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 18/03/2023 às 21h01.

¹³⁰ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, número 12, de maio de 1873, página 44. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 18/03/2023 às 21h01.

ser agraciado com o título de Barão que sustentava desde 23 de setembro de 1874, e a concordância de uma instituição de considerável destaque para a classe médica nacional, a *Academia Imperial de Medicina*, neste caso assinalada pela posição do doutor Peçanha, grande expoente dessa associação.

A presença dessas importantes questões que aqueciam os debates entre os médicos brasileiros naquele íterim é indicativa da consonância que havia entre os estudos mais recentes realizados nos principais centros de pesquisa da Europa, especialmente a França, e aquilo que era lido e analisado em solo brasileiro. É sintomático da velocidade com que essas informações atravessavam o Atlântico até as bibliotecas dos médicos nacionais, em maio de 1875, apenas seis anos após Charles Darwin publicar *A Origem das Espécies*, o doutor Joaquim dos Remédios Monteiro ter publicado no número 12 dos *Annaes Brasilienses de Medicina* um artigo de oito páginas nas quais ele se dedicava ao estudo da antropologia segundo Charles Robert Richet¹³¹ (1850-1935) e abordava brevemente a doutrina darwinista¹³².

Reverberando o médico francês, Monteiro traduz ao português um histórico que remonta ao Antigo Egito para defender a superioridade racial dos brancos em relação às demais etnias, em um claro indicativo do estabelecimento das bases da eugenia, que viria a crescer cada vez mais até a primeira metade do século XX. Nesse sentido, Monteiro afirma que a doutrina de Darwin contribuía consideravelmente para confirmar essas ideias e, por isso, julgava necessário explicá-la.

Sabe-se que o fundamento desta é o estabelecimento de três princípios, dos quais se entende que decorrem todas as modificações do mundo animal, a saber: a transmissão hereditária, o combate em prol da existência (*the struggle for life*) e a seleção. Estas frases, assim erigidas em capítulos teóricos, significam que, por transmissão hereditária, o progenitor transfere à sua descendência, não só os seus caracteres genéricos, como individuais, ao mesmo tempo que, combatendo pela existência, entra em conflito com os elementos, o clima, o solo, os animais de espécie diferente, e sobretudo com os da mesma espécie; enfim, por

¹³¹ Charles Robert Richet (1850-1935) nascido em Paris, França. Foi um médico de grande renome devido à descoberta da soroterapia e da anafilaxia. Ganhador do Prêmio Nobel de Medicina em 1913. Também se interessou por fenômenos paranormais, sendo considerado um dos criadores da metapsíquica.

¹³² *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, número 12, de maio de 1875, páginas 461-468. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 18/03/2023 às 21h32.

privilegio de seleção, os indivíduos de escolha, eleitos do destino, triunfam dos que são menos bem dotados, substituem-se lhe, e fazem-nos desaparecer afinal¹³³.

A circulação desses postulados permite concluir que a classe médica brasileira estava a par dos mais recentes debates que surgiam na Europa e que a transmissão hereditária de caracteres e patologias, há mais de duas décadas, já não figurava entre as dúvidas do campo médico. Esse mesmo percurso foi seguido pela inconveniência dos casamentos consanguíneos, seja pautando-se na potencialização das patologias já previamente existentes no grupo familiar, seja pelo risco inerente de gerar prole doente devido à consanguinidade dos pais. Em suma, o debate se acirrava naquele momento não na necessidade de se encerrar a prática dos casamentos consanguíneos, mas em qual grau essas uniões seriam patologicamente prejudiciais. Para melhor compreender essa querela, o capítulo 5 se enveredará, dentre outros temas, pelos caminhos desse debate.

Antes, porém, faz-se necessário vislumbrar as páginas do último boletim elencado por essa pesquisa para a análise aqui proposta sobre o interdito aos casamentos consanguíneos nos periódicos médicos brasileiros, a *Gazeta Médica da Bahia*, a mais duradoura dentre todas as revistas médicas analisadas nesse trabalho.

4.4O interdito aos casamentos consanguíneos nas páginas da *Gazeta Médica da Bahia* (1864-1882)

A *Gazeta Médica da Bahia*¹³⁴ (1866-atualidade), periódico que lançou seu primeiro número em 10 de julho de 1866, dedicou pequeno, mas relevante espaço à

¹³³ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, número 12, de maio de 1875, página 464. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 18/03/2023 às 21h32.

¹³⁴ A *Gazeta Médica da Bahia* pode ser acessada em dois acervos digitais: a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e o Arquivo da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Este último contém todos os números publicados desde 1866 até os dias atuais, enquanto a Hemeroteca Digital está incompleta. Portanto, fez-se necessário analisar os dois fundos para se obter a maior quantidade possível de números dentro do recorte temporal elencado (1866-1883). Todavia, quando um número específico pôde ser encontrado concomitantemente nos dois arquivos, optou-se pela Hemeroteca Digital, uma vez que a sua digitalização estava disponível em melhor qualidade. Este é o caso do artigo “Tratamento do Doutor Beauperthuy contra a Elefantíase dos Gregos” disponível em ambos os acervos, mas consultado prioritariamente na Hemeroteca Digital. [*Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta Médica da Bahia*, número 117, 15 de junho de 1872, páginas 315-316. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica-bahia/165646>. Acesso em 12/04/2023 às 06h59 e *Universidade Federal da Bahia (UFBA)*, Acervo Digital. *Gazeta Médica da*

abordagem dos estudos acerca da inconveniência dos casamentos consanguíneos. Uma incursão por suas páginas permitiu constatar três artigos que focalizam diretamente o tema no recorte temporal elencado para a análises dessas revistas médicas, que se finda em 1882 com a morte do doutor Camillo Maria Ferreira Armond, o Conde de Prados.

O primeiro desses artigos foi veiculado logo no número 36, datado de 31 de dezembro de 1867, onde é possível vislumbrar, na seção “Noticiário”, um recorte extraído do *British Journal* e traduzido para o português que versava sobre as causas da surdo-mudez congênita, elencando, dentre outras, os casamentos consanguíneos sem discorrer mais detidamente sobre a informação¹³⁵.

Causas de surdo-mudez — Encontramos no *British Journal*, que o Dr. Peet, Superintendente do Instituto de Nova-York para instrução dos surdos-mudos, assinala as seguintes causas como as mais prováveis de surdo-mudez congênita: 1º A idade desigual dos pais, especialmente quando a mãe é mais velha do que o pai, ou a idade avançada de qualquer dos pais, especialmente da mãe. 2º Mal estado de saúde e fraqueza de constituição em um ou ambos os pais, especialmente quando há tendência hereditária à escrófula. 3º Diminuição do poder procriador, principalmente no pai, por excessos prematuros ou maus hábitos. 4º Casamentos consanguíneos. 5º Causas que operem durante a gestação sobre a imaginação excitada, ou sobre a sensibilidade nervosa da mãe. 6º Mal estado de saúde da mãe durante a gestação, ou acidentes físicos durante este período. 7º Intemperança em um ou ambos os pais, perto do tempo da concepção. 8º A influência de ocupações insalubres, águas más, dieta ruim, ou habitações húmidas dos pais, sobre sua prole. 9º A transmissão hereditária direta¹³⁶.

É possível aventar que a inclusão dos casamentos consanguíneos entre as causas da surdo-mudez pelo autor do texto seja creditada à ampla circulação das ideias de Albrecht Graefe, que, como visto anteriormente, já se dedicava ao tema desde a década de 1850. Treze anos depois da veiculação desse recorte do *British*

Bahia, número 117, 15 de junho de 1872, páginas 315-316. Disponível no Arquivo da *Gazeta Médica da Bahia*: <https://gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/issue/archive>. Acesso em 12/04/2023 às 06h39].

¹³⁵ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta Médica da Bahia*, número 36, 31 de dezembro de 1867, página 144. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica-bahia/165646>. Acesso em 28/03/2023 às 20h10.

¹³⁶ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta Médica da Bahia*, número 36, 31 de dezembro de 1867, página 144. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica-bahia/165646>. Acesso em 28/03/2023 às 20h15.

Journal, no número 6, referente ao mês de dezembro de 1880¹³⁷, em outro artigo traduzido de periódicos internacionais, desta vez dos *Archives de Médecine Navale*, assinado pelo Doutor F. Guyot¹³⁸ (?-?), a consanguinidade entre os pais fora apontada pelo referido autor como a causa do Ainhum¹³⁹. Discorrendo sobre o tema, o médico francês ainda levanta a hipótese de que as uniões intrafamiliares poderiam agir “aumentando o vigor e a rapidez no atuar de uma infecção deixada latente por uma ou mais gerações”¹⁴⁰. Devido à compreensão da época de que o Ainhum e a lepra dactiliana guardavam consideráveis semelhanças entre si, Guyot passa a debater as diferenças entre esta e aquela patologia. No entanto, essa diferenciação não é relevante a este trabalho, cabendo aqui apenas apontar que o autor aponta ser a lepra também hereditária¹⁴¹.

Contudo, o artigo mais relevante sobre a temática da consanguinidade, veiculado nos números analisados da *Gazeta Médica da Bahia*, extrapola a extremidade final do recorte temporal elencado, datando-se de junho de 1883 e correspondendo ao número 12 do Volume 7 deste periódico. Denominado “*A Propósito de Nubentes Consanguíneos*”¹⁴² e assinado pelo doutor Antônio Ricaldi da Rocha Castro¹⁴³ (1843-1915), o artigo em tela narra uma intervenção médica realizada pelo autor em uma jovem parturiente de 19 anos de idade na cidade de Porto Seguro, Bahia, na qual Castro possuía uma pequena clínica. A despeito do

¹³⁷ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta Médica da Bahia*, número 6, volume V, dezembro de 1880, páginas 245-262. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica-bahia/165646>. Acesso em 29/03/2023 às 06h12.

¹³⁸ A única informação que pôde ser levantada acerca do doutor F. Guyot é que ele trabalhou como médico da marinha Francesa. Essa informação consta na própria indicação do autor no artigo em questão.

¹³⁹ Denominada na literatura científica de Ainhum ou Dactilose espontânea, a moléstia em questão é caracterizada, geralmente, pela perda espontânea do 5º pododáctilo. Curiosamente, hoje a patologia é tida por origem desconhecida.

¹⁴⁰ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta Médica da Bahia*, número 6, volume V, dezembro de 1880, página 250. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica-bahia/165646>. Acesso em 29/03/2023 às 06h33.

¹⁴¹ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta Médica da Bahia*, número 6, volume V, dezembro de 1880, página 258. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica-bahia/165646>. Acesso em 29/03/2023 às 06h48.

¹⁴² *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta Médica da Bahia*, número 12, volume VII, junho de 1883, páginas 564-566. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica-bahia/165646>. Acesso em 29/03/2023 às 08h47.

¹⁴³ Antônio Ricaldi da Rocha Castro (1843-1915) é natural do povoado de Santo André, pertencente ao hoje município de Santa Cruz Cabrália, Bahia. Formou-se em medicina na Faculdade de Medicina da Bahia e, após atuar um tempo como professor na mesma instituição, retornou à região de Porto Seguro exercendo as funções de médico e farmacêutico na cidade. No período republicano enveredou-se pela política, assumindo diversos cargos legislativos e destacando-se como intendente (equivalente a chefe do executivo) de Porto Seguro.

final trágico do caso que culmina no óbito da criança, a mãe sobrevivera, segundo relatado pelo médico, graças à sua precisa intervenção.

O evento marcante experienciado pelo médico baiano impulsionou-o a investigar quais motivações ocasionaram as complicações obstétricas de forma a não possibilitar um parto exitoso à sua paciente que, jovem como seu esposo, era dotada de saúde inquestionável. A conclusão de Rocha Castro era que o problema residia na consanguinidade dos cônjuges, uma vez que o marido era tio da esposa.

O historiador José Leopoldo Ferreira Antunes, que dedicou relevantes páginas de seu trabalho *Medicina, Leis e Moral: Pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)* a analisar o referido texto, conclui que “o traumático caso clínico talvez nem fosse relatado à imprensa médica, caso o doutor Rocha Castro não houvesse identificado aquele que seria o fator seguro de sua etiologia – a consanguinidade dos esposos – e pretendesse, divulgando a informação, evitar que o mal se repetisse”¹⁴⁴.

Tratava-se, portanto, de mais um médico que se inscrevia na cruzada pela persuasão das famílias a abandonarem as práticas de casamentos consanguíneos juntando-se ao doutor Luís Vicente de Simoni, dentre outros analisados em partes anteriores deste trabalho. Assim, é possível concluir que a compreensão de que os casamentos consanguíneos eram prejudiciais à geração de prole saudável possibilitou à medicina brasileira do século XIX construir um discurso que visava engendrar as decisões matrimoniais das famílias sob seus auspícios. Acredita-se que esse discurso foi um dos responsáveis pelo decréscimo considerável dos índices de consanguinidade verificados entre os casamentos do crepúsculo do século XIX e primórdios do século XX.

Seguindo o mesmo raciocínio de Luís Vicente de Simoni, no artigo publicado nos *Annaes Brasilienses de Medicina*¹⁴⁵ e que será vislumbrado no capítulo seguinte, Rocha Castro encerra o texto da *Gazeta Médica da Bahia* pontuando que

a Igreja, foco das grandes verdades, não é de balde que reprova os casamentos entre consanguíneos, e a ciência médica, baseada na observação constante dos fatos, repele-os; e nem se pode neste

¹⁴⁴ ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, Leis e Moral. Pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999. p.196.

¹⁴⁵ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, número 11, de abril de 1873, páginas 430-440. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 10/03/2023 às 22h47.

caso apelar para a incapacidade física dos pais, visto que ambos são moços, robustos e gozam de saúde vigorosa¹⁴⁶.

Percebe-se, ainda, que, ao enfatizar a necessidade de abandono dos casamentos consanguíneos, Castro e Simoni recorrem ao longo interdito religioso emanado pela Igreja Católica a fim de endossá-lo, contradizendo uma interpretação dicotômica que objetiva distanciar os papéis engendradores de comportamentos sociais da Igreja e da ascendente classe médica.

Além desses supracitados textos que abordam a temática da consanguinidade de forma direta, pode-se elencar uma gama maior de artigos que abordam a questão da hereditariedade conduzindo o leitor a associar a transmissão hereditária das patologias relacionadas à consanguinidade entre os pais. Entram nessa lista oito artigos, publicados em diferentes anos dentro do recorte que se inicia com o primeiro número da *Gazeta* e finda em 1883. O primeiro data de 31 de outubro de 1872 e dedica-se a realizar um pretenso estudo da transmissão hereditária da sífilis na Dinastia dos Valois, desde Francisco I. O artigo alia a análise patológica da família real francesa à árvore genealógica do grupo, listando os inúmeros casamentos consanguíneos e a recorrência da sífilis a cada geração, nomeando os membros acometidos pela moléstia. Contudo, em nenhum momento o texto aponta diretamente os casamentos consanguíneos como promotores ou potencializadores do mal, deixando apenas no campo da inferência a associação inquestionável entre ambos¹⁴⁷. Crê-se que o autor¹⁴⁸, na certeza de que a associação da recorrência da sífilis ao longo das linhas da árvore genealógica dos Valois e os inúmeros casamentos intrafamiliares era latente, tenha julgado desnecessário aprofundar naquilo que era, a seu ver, notório e inquestionável.

Em dezembro de 1878, já na segunda fase da *Gazeta Médica da Bahia*, quando esta era publicada de forma mensal, o diretor do periódico, doutor Antônio

¹⁴⁶ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta Médica da Bahia*, número 12, volume VII, junho de 1883, página 566. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica-bahia/165646>. Acesso em 29/03/2023 às 09h15.

¹⁴⁷ *Universidade Federal da Bahia (UFBA)*, Acervo Digital. *Gazeta Médica da Bahia*, número 126, 31 de outubro de 1872, páginas 92-93. Disponível no Arquivo da *Gazeta Médica da Bahia*: <https://gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/issue/archive>. Acesso em 30/03/2023 às 08h03.

¹⁴⁸ O autor não se subscreve no artigo, desta forma, seguindo o mesmo critério adotado para situações semelhantes analisadas anteriormente, crê-se que o autor seja o redator da *Gazeta Médica da Bahia*, que naquele ano específico era o doutor Virgílio Clímaco Damásio.

Pacífico Pereira¹⁴⁹ (1846-1922), redigiu um artigo no qual debate a transmissibilidade hereditária da Elefantíase dos Gregos e da Elefantíase dos Árabes, evocando para esta última a estatística de George Edwin Waring¹⁵⁰ (1833-1898). Este era um engenheiro que se debruçou sobre 930 casos de doentes acometidos pela patologia, encontrando várias recorrências de que a doença propagava de forma geracional entre as famílias. Waring aponta que em “40% [dos casos], o doente tinha parentes igualmente afetados; em 138 casos um dos progenitores; em 22, ambos; em 27, um parente remoto; em 38, um ou mais irmãos; em 42, tios ou tias; em 8, filhos ou filhas”¹⁵¹. Pereira ainda cita a existência de outra estatística, que teria sido feita pelo doutor Francis¹⁵², na qual a proporção de doentes que compartilhavam a patologia com parentes de extrema proximidade sanguínea era ainda maior¹⁵³. Contudo, o autor não indica esses últimos dados no texto.

Ainda figuram nas páginas da *Gazeta Médica da Bahia*, inúmeros artigos que abordam a temática oftalmológica, invariavelmente recorrendo a Albrecht Von Graefe como referência inquestionável no assunto, a ponto de que no artigo *Estudos sobre as afecções Glaucomatosas*¹⁵⁴ redigido pelo doutor José Lourenço de Magalhães¹⁵⁵ (1831-1905), o autor chega a dizer que, sobre as patologias oculares,

¹⁴⁹ Antônio Pacífico Pereira (1846-1922), natural de Salvador, Bahia, formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1867. Desde graduando de sexto período já redigia para a *Gazeta Médica da Bahia*, tornando-se após sua formatura um dos médicos que mais contribuíram com artigos para o periódico baiano. Dirigi a *Gazeta* entre 1868 e 1870 e, novamente, entre 1876 e 1922, ano de seu falecimento.

¹⁵⁰ George Edwin Waring (1833-1898) nasceu em Pound Ridge, Nova York, Estados Unidos da América. Foi um engenheiro sanitário pioneiro em projetos que visavam sistemas de esgoto capazes de separar o esgoto doméstico do escoamento de água pluvial.

¹⁵¹ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta Médica da Bahia*, número 12, volume III, dezembro de 1878, página 543. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica-bahia/165646>. Acesso em 31/03/2023 às 19h25.

¹⁵² É sustentável que se trate do doutor Francis Galton, uma vez que ele se debruçou sobre a elefantíase dos gregos em vários grupos familiares na obra *Hereditary Genius* de 1869. Se essa hipótese for confirmada, o que não é objetivo deste presente trabalho, é possível indicar que Antônio Pacífico Pereira foi leitor de Francis Galton e concordava, ao menos em parte, com seus escritos.

¹⁵³ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta Médica da Bahia*, número 12, volume III, dezembro de 1878, página 543. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica-bahia/165646>. Acesso em 31/03/2023 às 19h27.

¹⁵⁴ *Universidade Federal da Bahia (UFBA)*, Acervo Digital. *Gazeta Médica da Bahia*, número 129-130, 15 e 31 de dezembro de 1878, páginas 129-134. Disponível no Arquivo da *Gazeta Médica da Bahia*: <https://gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/issue/archive>. Acesso em 01/04/2023 às 16h45.

¹⁵⁵ José Lourenço de Magalhães (1831-1905) nasceu na cidade de Estância, em Sergipe. Formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1856, e especializou-se em oftalmologia na França e na Alemanha. Realizou seguidas viagens a Europa e, graças aos seus estudos sobre a lepra, tornou-se bastante conhecido no Brasil e no exterior. Foi eleito Membro Titular da Academia Imperial de Medicina em 1885 e tornou-se presidente da instituição em 1895. Trabalhou como oftalmologista em Estância, Laranjeiras, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. O Dr. Lourenço foi

só existe duas autoridades no assunto: Hipócrates e Graefe. Importa retomar que Albrecht Von Graefe era um oftalmologista alemão que ratificou os casamentos consanguíneos como potenciais da transmissão da retinite pigmentosa entre os descendentes dos casais que encetavam essas uniões, conforme já analisado outrora neste trabalho. Dessa forma, a constatação de que Graefe era lido recorrentemente no Brasil reforça a tese de que os estudos aprofundados sobre a inconveniência dos casamentos consanguíneos possuíam considerável gama de leitores no país, de forma que é possível aventar que esta temática já residia no campo dos postulados pouco questionáveis para a classe médica brasileira da última metade da centúria oitocentista. A continuação do supracitado artigo de José Lourenço de Magalhães¹⁵⁶ (1831-1905) reforça essa assertiva quando assevera que “parece fora de dúvida que o glaucoma se transmite por herança¹⁵⁷”. Essa é a mesma opinião de Antônio Pacífico Pereira que redige afirmativa semelhante evocando mais uma vez Graefe no número 147, datado de 15 de setembro de 1873¹⁵⁸, sendo sintomático do protagonismo deste autor na maioria dos artigos que trabalham com oftalmologia. Dessa forma, é possível aventar que se trata do oftalmologista mais lido do Brasil naquele íterim e, sem sombra de dúvidas, a maior autoridade desta especialidade no século XIX. Uma vez mais, é importante reforçar que fora Graefe quem atrelara pela primeira vez os casamentos consanguíneos e a transmissão hereditária de patologias, quando se debruçava sobre a retinite pigmentosa.

Além dos supracitados artigos, outros inúmeros¹⁵⁹ textos citam diretamente os trabalhos de Graefe, sendo claro indicativo de que seus autores eram leitores dos

Sócio correspondente da Sociedade Médica de Emulação de Paris e correspondente de importante periódico de oftalmologia editado em Paris e escreveu uma importante obra sobre beribéri, sobre impaludismo e assuntos oftalmológicos do século XIX. Foi também Diretor do Hospital Colônia de Guapira para leprosos. [Disponível em: <https://www.anm.org.br/jose-lourenco-de-magalhaes/>. Acesso em 13/04/2023 às 20h42].

¹⁵⁶ Universidade Federal da Bahia (UFBA), Acervo Digital. *Gazeta Médica da Bahia*, números 139 e 142, 15 de maio de 1873 e 30 de junho de 1873, páginas 289-291 e 337-341. Disponível no Arquivo da *Gazeta Médica da Bahia*: <https://gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/issue/archive>. Acesso em 01/04/2023 às 20h30.

¹⁵⁷ Universidade Federal da Bahia (UFBA), Acervo Digital. *Gazeta Médica da Bahia*, número 139, 15 de maio de 1873, página 289. Disponível no Arquivo da *Gazeta Médica da Bahia*: <https://gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/issue/archive>. Acesso em 01/04/2023 às 20h30.

¹⁵⁸ Universidade Federal da Bahia (UFBA), Acervo Digital. *Gazeta Médica da Bahia*, número 147, 15 de setembro de 1873, página 44. Disponível no Arquivo da *Gazeta Médica da Bahia*: <https://gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/issue/archive>. Acesso em 01/04/2023 às 21h42.

¹⁵⁹ Dentre outros: Universidade Federal da Bahia (UFBA), Acervo Digital. *Gazeta Médica da Bahia*, números 137, 147 e 155, 15 de abril de 1873, 15 de setembro de 1873 e 15 de janeiro de 1874,

trabalhos do oftalmologista alemão e, mais uma vez atestam a ampla difusão dos trabalhos deste entre a classe médica da segunda metade do século XIX. Por fim, no número 100 da *Gazeta Médica da Bahia*, publicado em 20 de setembro de 1870 é possível ler o obituário de Albrecht Von Graefe¹⁶⁰, demonstrando claramente a relevância deste para a medicina brasileira.

Ainda, é possível vislumbrar na *Gazeta Médica da Bahia* inúmeros artigos de grande relevância ao estudo acerca das pesquisas que apontavam a transmissão hereditária de patologias. Contudo, com receio de estender demasiadamente este trabalho, foi necessário recortar para este capítulo apenas aqueles textos que abordavam direta e indiretamente a temática dos casamentos consanguíneos, embora tornou-se necessário elencar brevemente os artigos que se debruçavam sobre a hereditariedade nas próximas linhas.

Mantendo o foco nas questões oftalmológicas, o artigo *A Escola e sua influência na vista*¹⁶¹ é enfático ao asseverar que “a miopia é de certo hereditária”. A análise desse artigo permite afirmar que o debate que pode ser vislumbrado nos artigos que preenchem as páginas da *Gazeta Médica da Bahia* no tocante à década de 1870 pautava-se em determinar se a transmissão hereditária de patologias conferia ao herdeiro a moléstia de forma inevitável ou apenas a predisposição a ela. Portanto, constata-se o processo de consolidação do postulado acerca da transmissão hereditária de patologias no meio médico, de forma que a academia médico-científica já se enveredava em aprofundar os estudos sobre a temática. Este é o caso do artigo *Sobre as causas da crescente frequência da tísica no Brasil, especialmente na Bahia*¹⁶² de autoria do doutor Otto Edward Henry Wucherer¹⁶³ (1820-1873), que aventava que

páginas 259, 39 e 161. Disponível no Arquivo da *Gazeta Médica da Bahia*: <https://gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/issue/archive>. Acesso em 01/04/2023 às 23h01.

¹⁶⁰ Universidade Federal da Bahia (UFBA), Acervo Digital. *Gazeta Médica da Bahia*, número 100, 30 de setembro de 1871, página 55. Disponível no Arquivo da *Gazeta Médica da Bahia*: <https://gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/issue/archive>. Acesso em 02/04/2023 às 20h45.

¹⁶¹ Universidade Federal da Bahia (UFBA), Acervo Digital. *Gazeta Médica da Bahia*, número 146, 30 de agosto de 1873, página 20. Disponível no Arquivo da *Gazeta Médica da Bahia*: <https://gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/issue/archive>. Acesso em 02/04/2023 às 23h51.

¹⁶² Biblioteca Nacional, Acervo Digital. *Gazeta Médica da Bahia*, número 49, 15 de agosto de 1868, páginas 290-293. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica-bahia/165646>. Acesso em 03/04/2023 às 09h37.

¹⁶³ Otto Edward Henry Wucherer (1820-1873), nascido em Porto, Portugal, formado em medicina pela Faculdade de Medicina de Tübingen, Alemanha. Residiu por mais de três décadas em Salvador, Bahia, onde se dedicou ao estudo da medicina tropical, especialmente da filariose.

pode o próprio tecido em uma localidade do corpo ter uma predisposição para a formação de um neoplasma, e esta predisposição pode ser herdada; podem diferentes indivíduos da mesma família terem manchas, nevos, em certos pontos da pele. [...] Fenômenos análogos vemo-los na hereditariedade da sindactilia, nos narizes dos Bourbons, nos lábios dos Habsburgos. As vezes esta predisposição local herdada não se manifesta senão em uma avançada idade. Quando em indivíduos da mesma família se desenvolve aos quinze, vinte, trinta ou quarenta anos, tuberculose, carcinoma, lepra, melanose, havemos de dizer que se herdou a moléstia? Ainda mais, que a moléstia salte uma geração, havemos de dizer que se herdou a moléstia ou que se herdou a predisposição? É necessário que se suponha a família inteira sofrendo de uma diátese?¹⁶⁴

O autor continua a análise apontando uma variedade considerável de outras patologias, tais como o cretinismo e a hemofilia nas quais seria aplicado o questionamento acerca da herança da predisposição ou da herança da moléstia.

É significativo constatar que este artigo do doutor Wucherer não está isolado quanto ao questionamento que suscita, uma vez que outros autores também se enveredam em propor respostas à referida indagação, como é o caso do artigo *Sobre o contágio da Lepra ou Elephantiasis Graecorum*, de autoria do doutor F. de Lemos¹⁶⁵ publicado no número 160, datado de 31 de março de 1874. Discordando da grande maioria dos autores que se debruçavam sobre a elefantíase dos gregos, uma vez que apontava que a referida patologia não era hereditária, mas sim transmissível pelo contato, Lemos dedicou longas linhas a debater o conceito de doenças hereditárias, apontando que elas geravam uma predisposição aos indivíduos que as herdavam de desenvolver tal moléstia ao longo da vida. Ainda, o autor pontua que todas as doenças transmitidas geracionalmente em uma família podem pular uma ou várias gerações do grupo manifestando-se em membros esporádicos¹⁶⁶.

Ao opor-se à definição de Lemos de que a elefantíase dos gregos era transmitida pelo contato, o doutor José Francisco Xavier Sigaud, a quem coube apresentar a Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro um relatório sobre a

¹⁶⁴ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta Médica da Bahia*, número 49, 15 de agosto de 1868, página 291. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica-bahia/165646>. Acesso em 03/04/2023 às 09h45.

¹⁶⁵ Uma breve pesquisa não foi capaz de encontrar informações sobre o doutor F. de Lemos.

¹⁶⁶ Universidade Federal da Bahia (UFBA), Acervo Digital. *Gazeta Médica da Bahia*, número 160, 31 de março de 1874, página 245. Disponível no Arquivo da *Gazeta Médica da Bahia*: <https://gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/issue/archive>. Acesso em 03/04/2023 às 14h47.

tese do doutor Emilio Ramón Coni¹⁶⁷ (1855-1928), de Buenos Aires, intitulada *Contribucion al estudio de la lepra anestésica* veiculado no número 2 do volume 4, da *Gazeta Médica da Bahia*, datado de fevereiro de 1879, mantém-se enfileirado à grande maioria de seus pares ao defender a hereditariedade desta patologia. Para tanto, Sigaud evoca os médicos de Minas, que “baseados em sua vasta observação, apontavam a hereditariedade como a principal origem da moléstia”¹⁶⁸. Contudo, o autor admite que a causa hereditária da patologia em questão

é uma das questões mais litigiosas da história da lepra, sendo descontraídos os juízos pronunciados a tal respeito. Com a autoridade de Virchow, queremos crer pelo menos na transmissão da predisposição mórbida especial, em virtude da qual se acham os descendentes de leprosos mais aptos que qualquer outro a contrair a moléstia¹⁶⁹.

Percebe-se, portanto, que a academia médica se debruçava cada vez mais sobre o debate que buscava decidir entre a transmissão hereditária da moléstia e a predisposição ao desenvolvimento dela. Nesse sentido, na sessão de bibliografia da *Gazeta Médica da Bahia* é possível vislumbrar algumas teses nacionais e internacionais que se enveredam sobre o assunto, como *Considerations à propos 1'Hèrédité des maladies* de autoria do doutor Émile Combes¹⁷⁰ (1835-1921), sustentada na Faculdade de Medicina de Paris durante o ano de 1868¹⁷¹, e *Estude pratique sur la syphilis infantile héréditaire et acquise*, defendida por Rossignol de Poincy¹⁷² dez anos depois, em 1878, na mesma faculdade. Ainda, inúmeros artigos que se debruçam sobre a querela estampam as páginas da *Gazeta*. À guisa de exemplo, podem-se elencar *Tratamento do Doutor Beaperthuy contra a Elefantíase*

¹⁶⁷ Emilio Ramón Coni (1855-1928) nasceu em Ciudad de Corrientes, Argentina e formou-se em medicina em 1878 pela Faculdade de Medicina da Universidade de Buenos Aires. Ficou internacionalmente conhecido pela sua tese intitulada *Contribucion al estudio de la lepra anestésica*.

¹⁶⁸ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta Médica da Bahia*, número 2, volume IV, fevereiro de 1879, página 66. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica-bahia/165646>. Acesso em 04/03/2023 às 05h49.

¹⁶⁹ Idem.

¹⁷⁰ Émile Combes (1835-1921) nasceu em Roquecourbe, França e formou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina de Paris em 1878. Contudo, exerceu pouco a medicina enveredando-se pela política. Foi presidente do conselho de ministros, cargo equivalente a primeiro-ministro, entre 7 de junho de 1902 e 24 de janeiro de 1905.

¹⁷¹ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta Médica da Bahia*, número 49, 15 de agosto de 1867, página 300. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica-bahia/165646>. Acesso em 04/03/2023 às 06h00.

¹⁷² Uma breve pesquisa não foi capaz de encontrar informações sobre o doutor Rossignol de Poincy.

dos Gregos¹⁷³ e “Psicologia mórbida”¹⁷⁴, sendo este último uma transcrição de um discurso proferido na sociedade de psicologia médica pelo professor de medicina legal Henry Maudsley¹⁷⁵ (1835-1918) acerca da alienação mental. Ambos os autores dos artigos e o autor da tese citados acima são unânimes em defender que elementos sociais e naturais poderiam interferir no desenvolvimento das patologias hereditárias, mas que a predisposição à doença permanecia no indivíduo que a transmitiria a seus filhos. Maudsley, por exemplo, aponta que “muitas vezes a educação pode refrear as más propensões hereditárias, porém em outras ocasiões lhe é impossível dar solida e duradoura perfeição moral”¹⁷⁶.

Curiosamente, a educação é tema de uma série de artigos de autoria de Antônio Pacífico Pereira que se denominam “Higiene nas escolas” e ocuparam seis números da *Gazeta Médica da Bahia*, principiando no número 5 do volume 3, datado de maio de 1878 e findando no número 7 do volume 5, referente a janeiro de 1881¹⁷⁷. No texto veiculado em outubro 1878 o autor assevera que a boa educação atrelada ao perfeito equilíbrio com corretos exercícios físicos seriam capazes de conservar “a saúde quando é forte, como o combate mais rigoroso contra a hereditariedade das doenças avitas”¹⁷⁸. Pacífico Pereira desenvolve a argumentação do texto defendendo que as escolas de sua época aumentavam “a tendência às moléstias hereditárias”, uma vez que desenvolviam “desproporcionalmente o cérebro sem a força muscular, aumentando muito a tendência hereditária à loucura”¹⁷⁹. Em contrapartida, a valorização da educação física seria capaz de diminuir ou remover

¹⁷³ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta Médica da Bahia*, número 117, 15 de junho de 1872, páginas 315-316. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica-bahia/165646>. Acesso em 12/04/2023 às 06h59.

¹⁷⁴ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta Médica da Bahia*, número 127, 15 de novembro de 1872, páginas 103-105. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica-bahia/165646>. Acesso em 05/04/2023 às 09h04.

¹⁷⁵ Henry Maudsley (1835-1918), nascido em Yorkshire, Inglaterra, formou-se em medicina em 1857 na University College London. Foi editor do *Journal of Mental Science*, periódico da Associação Médico-psiquiátrica britânica entre 1862 e 1878.

¹⁷⁶ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta Médica da Bahia*, número 127, 15 de novembro de 1872, páginas 104. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica-bahia/165646>. Acesso em 05/04/2023 às 09h07.

¹⁷⁷ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta Médica da Bahia*, números 5, 6, 7, 8, 10 e 7, maio, junho, julho, agosto e outubro de 1878 e janeiro de 1881, volumes III e V, páginas 193-201, 241-252, 289-295, 337-347, 433-449 e 293-304. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica-bahia/165646>. Acesso em 10/04/2023 às 08h34.

¹⁷⁸ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta Médica da Bahia*, número 10, volume III, outubro de 1878, página 435. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica-bahia/165646>. Acesso em 11/04/2023 às 05h47.

¹⁷⁹ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta Médica da Bahia*, número 10, volume III, outubro de 1878, páginas 439. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica-bahia/165646>. Acesso em 11/04/2023 às 06h03.

“as deformidades físicas e as tendências hereditárias a patologias herdadas”¹⁸⁰. Por seu turno, no derradeiro artigo desta série, publicado em 1881, o autor centra-se na duração das sessões escolares pontuando que a longa permanência das crianças na sala de aula, “em posição sedentária e constrangida, impondo-lhes um esforço intelectual excessivo para o trabalho mental, lúcido e profícuo” tornava os estudantes propensos “a grande número de moléstias”, aumentando-se a recorrência de manifestações patológicas em crianças herdeiras de moléstias hereditárias¹⁸¹. Nota-se, portanto que o autor também era partidário da ideia de que as doenças hereditárias poderiam não se desenvolver de acordo com os cuidados adotados pelos indivíduos portadores delas, uma vez que o que se herdava seria a predisposição à patologia e não a doença em si.

Além dos artigos citados nesse tópico, outros 35¹⁸² estão dispersos pelas páginas da *Gazeta* dentro do supracitado recorte temporal elencado, apontando equilibradamente as duas compreensões dicotômicas apontadas anteriormente, com leve vantagem para a crença de que os indivíduos herdavam as patologias de seus pais e não apenas a propensão a desenvolvê-las. Citar todos os artigos, mesmo que de forma resumida, seria deveras extenso e não atenderia aos objetivos primordiais desse trabalho. Contudo, importa apontar que a análise detida do periódico da Faculdade de Medicina da Bahia permite mapear minimamente a considerável circulação de textos e, portanto, ideias entre as diversas regiões do Império Brasileiro. Obviamente, a relação mais íntima se dava entre os docentes e facultativos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, os membros da Academia Imperial de Medicina e os acadêmicos ligados à Faculdade de Medicina da Bahia¹⁸³.

¹⁸⁰ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta Médica da Bahia*, número 10, volume III, outubro de 1878, páginas 444. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica-bahia/165646>. Acesso em 11/04/2023 às 06h05.

¹⁸¹ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta Médica da Bahia*, número 7, volume V, janeiro de 1881, página 302. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica-bahia/165646>. Acesso em 11/04/2023 às 08h33.

¹⁸² *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta Médica da Bahia*, números 02 (25/07/1866), 08 (25/10/1866), 18 (25/03/1867), 46 (31/05/1868), 75 (15/09/1869), 90 (30/04/1870) 93 (15/06/1870), 94 (30/06/1870), 117 (15/06/1872), 119 (15/07/1872), 121 (15/08/1872), 127 (15/11/1872), 143 (15/07/1873), 157 (15/02/1873), 158 (28/02/1873), 166 (30/06/1874). Na segunda fase do periódico: Volume 1, nº 1, janeiro de 1876; v.1, n.11 (11/1876); v.1, n.12 (12/1876); v.2, n.3 (03/1877); v.3, n.9 (09/1878); v.4, n.5 (05/1879); v.4, n.8 (08/1879); v.5, n.3 (08/1880); v.5, n.7 (01/1881); v.5, n.8 (02/1881); v.6, n.2 (08/1881); v.6, n.4 (10/1881); v.6, n.5 (11/1881); v.7, n.5 (11/1882). Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica-bahia/165646>. Acesso em 12/03/2023 às 14h06.

¹⁸³ Importa observar que as duas únicas faculdades de Medicina que havia no Brasil Império eram a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade de Medicina da Bahia. Por sua vez, a

Sintomática dessa assertiva é a notória circulação dos textos produzidos entre as duas províncias, Rio de Janeiro e Bahia. Esse é o caso do artigo “Sobre a moléstia vulgarmente denominada opilação ou cansaço”¹⁸⁴ no qual o autor, doutor Otto Edward Henry Wucherer, ao atribuir a doença por ele analisada à transmissão hereditária reverbera o discurso do doutor José Martins da Cruz Jobim na Academia Imperial de Medicina em 1835, que havia sido divulgado na *Revista Médica Fluminense*, sendo claro indicativo de que havia uma conexão incontestável entre os médicos brasileiros dos mais diversos centros, reforçando a importância da análise dos ditos periódicos que foram empreendidos até o presente momento por este trabalho¹⁸⁵.

Os médicos que, como José Cândido da Costa Sena (1847-1901), que apresentou sua tese, denominada *Dos casamentos consanguíneos em relação à hygiene*, Matheus Chaves de Magalhães (1852-1894), João Antônio Lopes de Figueiredo, Tibúrcio Antônio da Paixão (1852-1902) e José Pedro Drummond (1855-1923), atuavam na província de Minas Gerais não estavam excluídos dessa circulação de ideias, sendo as teses de doutorado sustentadas por eles e analisadas no capítulo 5 um dos objetos privilegiados de constatação de como esses textos circulavam para as regiões interioranas do país. Por sua vez, no sentido oposto, também as ideias dos médicos de Minas faziam-se circular nos dois grandes centros de estudos médico do Brasil. Afora a circulação física de médicos mineiros na corte carioca, o artigo *Relatório sobre a tese do Senhor Doutor Emilio Ramón Coni, de Buenos Aires, intitulada Contribucion al estudio de la lepra anestésica*¹⁸⁶, veiculado na *Gazeta Médica da Bahia*, número 2, de fevereiro de 1879, analisado algumas páginas acima é claro indicativo de que essas ideias não se restringiam a capital imperial, mas chegavam também à Bahia.

Academia Imperial de Medicina foi uma grande promotora de textos médicos durante o Brasil Império, circulando em várias regiões do país e sendo lido frequentemente na Bahia.

¹⁸⁴ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta Médica da Bahia*, número 4, 25 de agosto de 1866, página 41. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica-bahia/165646>. Acesso em 11/04/2023 às 13h49.

¹⁸⁵ Atenta-se ainda a vários autores da praça carioca que redigiram artigos para a *Gazeta Médica da Bahia*, como é o caso de José Francisco Xavier Sigaud. [*Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta Médica da Bahia*, número 2, volume IV, fevereiro de 1879, página 66. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica-bahia/165646>. Acesso em 04/03/2023 às 05h49].

¹⁸⁶ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta Médica da Bahia*, número 2, volume IV, fevereiro de 1879, páginas 59-69. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica-bahia/165646>. Acesso em 04/03/2023 às 05h49.

Por fim, as páginas da *Gazeta Médica da Bahia* revelam o desembarque dos mais recentes postulados médico-científicos em solo baiano e, portanto, brasileiro. Este é o caso dos estudos sobre a embriologia humana que aparecem pioneiramente no número 148, datado de 30 de setembro de 1873¹⁸⁷, e a utilização do conceito de *Genes Humanos* que surge no artigo *Do estudo da antropologia* publicado no número 151, datado de 15 de novembro de 1873, assinado por Charles Robert Richet¹⁸⁸ (1850-1935). O autor utiliza-se da linguística para dividir as raças humanas em três grandes grupos: raças uranianas, indostânicas e sinenses, discutindo a origem monogenista ou poligenista da sociedade e reverberando Charles Darwin e a transmissão hereditária de patologias aos descendentes¹⁸⁹.

Ainda, coube à *Gazeta Médica da Bahia* reproduzir o necrológico¹⁹⁰ do médico Camillo Maria Ferreira Armond que havia sido publicado anteriormente no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, sendo claro indicativo da relevância do Conde de Prados para o meio científico da segunda metade do século XIX.

Finalmente, o trajeto percorrido no capítulo que se finda nestas linhas prestou-se a possibilitar a percepção de que a construção dos postulados que visavam ao interdito dos casamentos consanguíneos já se encontrava consideravelmente consolidada em meados da segunda metade do século XIX. Resultante do avanço dos debates que solidificaram os estudos sobre a transmissão hereditária de patologias que, vindo de longa data, só se estabelecem como conhecimento comumente aceito pela classe médica na centúria oitocentista, o interdito aos casamentos consanguíneos atravessa o Oceano Atlântico, em parte, através dos periódicos médicos europeus que chegam a terras brasílicas e eram reverberados em português pelos boletins nacionais. Dessa forma, foi necessário que este capítulo se enveredasse por tais periódicos nacionais como forma de sustentar que a classe médica do Brasil Império tinha acesso e consolidava, ao final

¹⁸⁷ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta Médica da Bahia*, número 78, 30 de setembro de 1873, página 21. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica-bahia/165646>. Acesso em 13/04/2023 às 16h23.

¹⁸⁸ Charles Robert Richet (1850-1935), natural de Paris, França, foi um relevante médico formado na Faculdade de Medicina de Paris. Premiado com o Prêmio Nobel de Medicina em 1913 devido aos seus trabalhos com a medicina metapsíquica.

¹⁸⁹ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta Médica da Bahia*, número 151, 15 de novembro de 1873, página 14. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica-bahia/165646>. Acesso em 13/04/2023 às 16h45.

¹⁹⁰ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta Médica da Bahia*, número 2, volume VII, agosto de 1882, páginas 91-94. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica-bahia/165646>. Acesso em 13/04/2023 às 16h45.

do século XIX, o conhecimento sobre as inconveniências dos casamentos consanguíneos.

Conclui-se, portanto, que os médicos mineiros, que serão estudados no capítulo seguinte, tinham acesso aos estudos que postulavam que os casamentos consanguíneos deveriam ser extirpados das práticas matrimoniais, em nome da geração de prole saudável para a família e para a nação. Por conseguinte, o vertical decréscimo observado nos índices de encetamento de casamentos consanguíneos na transição do século XIX para o XX, dentre outras motivações, como o aumento gradativo da urbanização do país, atrelada ao alargamento do mercado matrimonial, possivelmente, está intimamente ligado ao avanço desses supracitados enunciados. Em suma, o avanço dos estudos que se opunham à consanguinidade pode ser elencado como uma das razões para a discrepância entre os índices de uniões intrafamiliares observados na primeira metade do século XIX e aqueles levantados para o crepúsculo daquela centúria.

CAPÍTULO 5

O PODER DO DISCURSO CIENTÍFICO NO SÉCULO XIX

E se os médicos organizassem uma cruzada contra a violação das leis da fisiologia, e por consequência da natureza humana, de certo que poderiam prevenir junto das famílias muitos males, e tornar a intervenção legal menos difícil, ou quiçá inútil! Talvez que a família melhor esclarecida dos seus verdadeiros interesses se colocasse sob as leis de ciência, desprezando as considerações de fortuna e de conveniências que presidem em geral os casamentos¹.

Luís Vicente de Simoni, 11 de abril de 1873.

O capítulo anterior permite concluir que é notório que a segunda metade do século XIX assiste ao vertiginoso crescimento dos debates acerca da influência das uniões intrafamiliares na transmissão hereditária de patologias. É justamente neste cenário que se insere o concurso promovido pela Academia Imperial de Medicina em 30 de junho de 1865² para o ano de 1866, citado nos dois capítulos antecedentes, que, dentre as quatro questões levantadas para aquele ano, indagava sobre “que influência podem ter os casamentos consanguíneos sobre o intelectual e moral da espécie humana?”³ As consequências desse concurso e o debate acerca da inconveniência dos casamentos consanguíneos que ele descortina frente aos olhos do pesquisador serão debatidos com maior clareza na primeira metade deste presente capítulo.

Na sequência, torna-se necessário debruçar-se sobre o prestigioso lugar social que os médicos assumiram no crepúsculo do século XIX uma vez que eles se inserem em uma sociedade com elevado índice de analfabetismo e o “doutor” é, geralmente, uma pessoa de uma classe social mais abastada. Trata-se de observar como essa diferença de *status* social é uma das responsáveis pela eficácia do

¹ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, número 11, de abril de 1873, página 439. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 10/03/2023 às 20h10.

² *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, número 9, de fevereiro de 1865, página 323. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 06/03/2023 às 09h54.

³ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, números 9 e 3, de fevereiro e agosto de 1867, páginas 323 e 138-139. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 24/02/2023 às 21h49.

discurso médico na tentativa de engendramento dos comportamentos matrimoniais da sociedade em que se inserem. É justamente esse cenário que possibilita ao doutor Camillo Maria Ferreira Armond, o conde de Prados, defender a modificação das práticas de casamentos de sua família, valendo-se dos enunciados médico-científicos que ele tinha acesso. É também esse mesmo novo lugar social que legitima os enunciados anticonsanguíneos emanados pelos médicos mineiros que terão suas teses destrinchadas no penúltimo tópico deste trabalho.

Por fim, essa tese termina acompanhando o caminho percorrido pelos estudos médico-científicos acerca dos casamentos intrafamiliares após o falecimento do Conde de Prados até a ascensão do discurso eugênico que marca a primeira metade do século XX. Objetiva-se, não se aprofundando demasiadamente nesses estudos, observar a apropriação do discurso que postulava o abandono dos casamentos consanguíneos por diversos setores da sociedade e a forma com que esse discurso originou diversas correntes médicas e políticas.

5.1 Os Concursos da Academia Imperial de Medicina: uma fonte que permite mergulhar na recepção das pesquisas sobre a consanguinidade e nos debates que elas suscitaram na classe médica brasileira

Os concursos da Academia Imperial de Medicina ocorriam de forma anual e eram uma das reminiscências da antiga Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. Originalmente estabelecidos em datas aleatórias, a definição dos assuntos sugeridos para concorrer aos prêmios passou a ser definido nas solenidades anuais de comemoração do aniversário da Sociedade, 30 de junho. Os premiados eram agraciados com uma medalha de ouro⁴⁵.

A julgar pelo quantitativo de trabalhos avaliados ao longo das sessões da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro e, posteriormente, da Academia Imperial de Medicina, vislumbrados nos sucessivos periódicos mantidos por essa instituição⁶, os concursos eram bastante disputados. Ao longo das inúmeras sessões posteriores ao lançamento do concurso de cada ano, os médicos que compunham a instituição

⁴ RIBEIRO, Lourival. *Academia Nacional de Medicina*. Rio de Janeiro: Sintra Gráfica e Editora Ltda, 1984.

⁵ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, número 9, de fevereiro de 1865, página 323. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 06/03/2023 às 09h54.

⁶ O *Semanario de Saúde Pública* (1831-1833), a *Revista Médica Fluminense* (1835-1841), a *Revista Médica Brasileira* (1841-1843) e, a partir de 1851, os *Annais Brasilienses de Medicina* (1851-1884).

debatiam os textos ofertados pelos concorrentes, sempre após um relator, previamente escolhido pelos pares, ler seu parecer sobre o artigo a ser escrutinado. Dessa forma, é de grande relevância considerar que os temas que eram elencados para cada concurso expressavam os mais relevantes debates da medicina internacional e brasileira de cada ano que se sucedia.

Assim, a promoção de um concurso que indagava as possíveis influências dos casamentos consanguíneos sobre o intelectual e a moral da espécie humana é revelador de que, três décadas após o início dessas competições, os casamentos consanguíneos entravam na ordem do dia dos assuntos mais relevantes da medicina no mundo e, claro, no Império Brasileiro.

Ainda mais, percebe-se aquilo que já fora ventilado anteriormente neste trabalho, que a virada para a segunda metade do século XIX assiste à construção das bases do terreno cognitivo no qual alguns médicos de renome irão empreender a cruzada pelo abandono dos casamentos intrafamiliares. Outra constatação que advém disto, também já ventilada, é que a partir de meados da década de 1860, a questão da hereditariedade já se consolidava como um dado relativamente unânime dentre os membros da Academia Imperial de Medicina, quiçá do império como um todo.

Portanto, não restando dúvidas aos membros da Academia Imperial de Medicina que os casamentos consanguíneos eram passíveis de serem potencializadores da transmissão hereditária de patologias, tornava-se fundamental mapear qual seria a real extensão dos danos dessas uniões para a geração de prole saudável. Esta motivação está na origem da pergunta que foi uma das que norteou o concurso daquela instituição para o ano de 1865/6. Gradativamente, a necessidade de extirpar a prática dos casamentos consanguíneos iria se estabelecer também como uma opinião sustentável no meio médico brasileiro, conforme já se podia observar na Europa, especialmente na medicina francesa.

As sessões Academia Imperial de Medicina, datadas de 27 de maio, 03 de junho e 05 de agosto de 1867 deram espaço para que os debates acerca deste tema transcorressem entre os médicos daquela instituição. Contudo, foi necessário esperar sete anos para que, apenas em 11 de abril de 1873, se pudesse ler, através das páginas dos *Annaes Brasilienses de Medicina*, um artigo que se aventurasse a

propor uma resposta ao concurso corrente⁷. Este, redigido com letra corrida e solta em doze páginas de papel⁸, foi desenvolvido pela pena de um autor equivocadamente identificado pela avaliação da Academia Imperial de Medicina através do pseudônimo Troplong⁹, mas que é apontado por José Leopoldo Ferreira Antunes como sendo o doutor Luís Vicente de Simoni (1792-1881)¹⁰, e submetido ao concurso da referida instituição em 11 de março de 1867.

Contudo, interessa de sobremaneira a este trabalho apontar que as proposições do artigo em questão foram consideradas incompletas por Moreira, que asseverava na sessão realizada em 3 de junho de 1867 que

o Senhor doutor Nicolao Moreira faz nova leitura do seu relatório acerca da memória enviada para o concurso aos prêmios acadêmicos deste ano, em solução a questão relativa a inconveniência dos casamentos entre pessoas consanguíneas, e que traz por epígrafe um trecho de Troplong; e no qual o relator depois de uma análise que nela faz desse trabalho, mostra não ter o autor da Memória tratado dos pontos essenciais da matéria e não acha que este trabalho seja merecedor do prêmio acadêmico¹¹.

Assim, obtive o aceite unânime de seus pares conforme consta da ata desta sessão veiculada no número 9 dos *Annaes Brasilienses de Medicina*, datado de 1867.

Dessa forma, na sessão pública solene de aniversário da Academia Imperial de Medicina, datada de 30 de junho de 1867, novamente a pergunta “Que influência podem ter os casamentos entre os consanguíneos sobre o físico, intelectual e moral

⁷ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, números 11, de abril de 1873, páginas 430-440. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 05/03/2023 às 20h22.

⁸ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, número 12, de maio de 1873, página 447. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 11/03/2023 às 15h29.

⁹ O relatório redigido pelo doutor Nicolau Joaquim Moreira acerca do artigo submetido ao concurso da Academia Imperial de Medicina, lido na sessão de 27 de maio de 1867, veiculado no número 12, de maio de 1873, identifica como autor do texto uma pessoa de pseudônimo Troplong. [*Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, números 12, de maio de 1873, página 447. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 07/03/2023 às 06h13].

¹⁰ ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, Leis e Moral: Pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. p.196-197.

¹¹ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, números 3, de fevereiro de 1867, página 323. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 05/03/2023 às 20h35.

da espécie humana?"¹² figura como uma das questões a serem respondidas pelos concorrentes aos prêmios do Interim 1867-1868. Esse dado revela que, a despeito de não obter uma resposta convincente nos concursos dos dois anos anteriores, a instituição não desistira de promover a questão, na esperança de encontrar, talvez, o caminho para elucidar os danos provenientes dos casamentos consanguíneos.

Conforme apontado anteriormente, o relevante trabalho de François-Emmanuel Fodéré, *Essai sur le goitre et le crétinage*¹³ assumia, na década de 1860, um lugar de considerável aceitabilidade dentre os médicos brasileiros. Na obra em tela, Fodéré afirma que o cretinismo era evitável através do interdito ao casamento entre indivíduos que fossem portadores da mesma patologia, dos quais, obviamente, sobressaíam as uniões intrafamiliares. Essa obra tivera papel relevante na introdução da temática dos casamentos consanguíneos entre os médicos brasileiros da segunda metade do século XIX.

Dentre os autores que certamente foram leitores de Fodéré destacam-se José Martins da Cruz Jobim¹⁴ e Alexandre José de Mello Moraes¹⁵, que advogaram abertamente contra as uniões consanguíneas de sorte que o artigo *Da inconveniência dos casamentos entre parentes*¹⁶ veiculado no número 1, de abril de 1873, não surpreende ao argumentar de forma enfática sobre o perigo dos casamentos consanguíneos.

Em virtude disso, antes de adentrar as dez páginas dos *Annaes Brasilienses de Medicina* ocupadas pelo referido texto, importa deter-se rapidamente no título

¹² *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, números 4, de setembro de 1867, páginas 138-139. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 05/03/2023 às 20h28.

¹³ FODÉRÉ, François-Emmanuel. De la propagation du crétinage par la génération. In: *Essai sur le goitre et le crétinage*. 1792. Pg. 139. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Essai_sur_le_goitre_et_le_cr%C3%A9tinage.html?id=2DA-AAAAcAAJ&redir_esc=y. Acesso em 30/01/2023 às 23h05.

¹⁴ No texto *Relatório do senhor conselheiro Doutor Jobim, ácerca da memória do senhor Doutor Reichert, sobre as molestias da Cidade de S. Paulo; lido na sessão geral da Academia Imperial de Medicina, no 1.º de junho de 1857*, já abordado no tópico 3.5, o doutor José Martins da Cruz Jobim evoca Fodéré para sublinhar o imenso risco para a região sul do Brasil ao não se conter o avanço do cretinismo evitando-se os casamentos consanguíneos segundo apregoava o pesquisador franco. [*Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, número 10, de dezembro de 1857, página 284. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 23/02/2023 às 20h14].

¹⁵ Conforme debatido no tópico 3.4, Alexandre José de Mello Moraes era leitor dos trabalhos de Fodéré acerca da transmissão hereditária de patologias utilizando-o como referência em alguns de seus mais relevantes artigos.

¹⁶ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, número 11, de abril de 1873, páginas 430-440. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 25/02/2023 às 11h53.

deste para salientar que o objetivo manifesto do artigo se encontra expresso diretamente na designação escolhida para ele, que seja, advogar abertamente contra os casamentos consanguíneos compreendidos pelo autor como, no mínimo, inconvenientes.

A epígrafe foi extraída por Luís Vicente de Simoni da página 88¹⁷ da obra *Da influência do cristianismo sobre o direito civil dos romanos*¹⁸, de autoria do jurista francês Raymond Theodore Troplong¹⁹ (1795-1869), provavelmente autor desconhecido pelo doutor Nicolau Joaquim Moreira, uma vez que este julgara incorretamente ser Troplong o pseudônimo do redator do artigo²⁰. Ela permite sustentar a relevância atribuída pelos juristas franceses à questão do interdito aos casamentos consanguíneos e é colocada propositalmente pelo autor para estampar logo de princípio no texto o atraso das autoridades médicas e políticas do Império do Brasil em seguir o caminho do referido país europeu.

*D'après une règle commune à presque/ toutes les nations policées, la famille ne/ doit pas trouver dans son propre sein les/ éléments d'une famille nouvelle. Le sang/ a horreur de lui-même dans le rapport des/ sexes. C'est par un sang étranger qu'il/ veut se perpetuer*²¹²².

¹⁷ TROPLONG, Raymond Theodore. Dos impedimentos de parentesco. *Da influencia do christianismo sobre o direito civil dos romanos*. Tradução de Jose Raymundo da Costa Menezes. BDJur, Brasília, DF, 2007. p.88.

¹⁸ TROPLONG, Raymond Theodore. *Da influencia do christianismo sobre o direito civil dos romanos*. Tradução de Jose Raymundo da Costa Menezes. BDJur, Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/11430>. Acesso em 07/03/2023 às 10h09.

¹⁹ Raymond-Theodore Troplong (1795-1869) foi um jurista de grande proeminência na França do século XIX. Principiou sua carreira em 1819 e assumiu inúmeros cargos políticos ao longo de sua trajetória. Dentre estes, destaca-se a presidência do Senado da França entre 1852 e o seu falecimento, em 1869. Foi ainda relator do Senatus-Consulte sob Napoleão III, membro do conselho privado do imperador e membro da seção jurídica da *Académie des sciences morales et politiques* da França.

²⁰ Interessante é que o editor dos *Annaes* reconhece esse erro de autoria ao pontuar a leitura do relatório expedido pelo avaliador nomeado pela Academia Imperial de Medicina para analisar o trabalho, o doutor Nicolau Joaquim Moreira, no lavramento da ata da sessão da referida instituição, realizada em 27 de maio de 1867. Desta forma, conclui-se que o autor não é identificado diretamente no artigo, levando-se a concluir, com José Leopoldo Ferreira Antunes, que a autoria tenha sido realmente de Luís Vicente de Simoni. Cf. *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, número 12, de maio de 1873, página 447. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 07/03/2023 às 09h27; *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, números 3, de agosto de 1867, página 106. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 07/03/2023 às 06h35; ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, Leis e Moral: Pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. p.196-197.

²¹ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, número 11, de abril de 1873, página 430. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 07/03/2023 às 10h03.

É sintomática da importância que se deve conferir ao excerto acima, a enorme projeção de Raymond-Theodore Troplong na sociedade francesa, uma vez que este escrevera a obra em questão, *Da influência do cristianismo sobre o direito civil dos romanos*, quando já exercia o cargo de presidente do senado francês. O proeminente autor destina o capítulo 4 por completo, denominado *Dos impedimentos de parentesco*²³ para rechaçar as uniões consanguíneas, inventariando desde os antigos romanos as razões para que se interditasse essa modalidade de casamentos. Essa obra foi traduzida pelo bacharel em direito José Raymundo da Costa Menezes no ano de 1852 e publicada no Recife. Ela possibilitava aos leitores brasileiros, neste caso, prioritariamente os que se enveredavam pela área do direito, acesso aos argumentos do renomado jurista francês e difundiam em outras áreas do conhecimento as ideias que se opunham aos casamentos intrafamiliares, angariando novos argumentos de outros campos e sendo indicativa da extensão desses postulados entre as elites do Império do Brasil. Essa constatação torna então possível compreender com Bruno Latour que os profissionais dessas áreas distintas estavam se acionando como forma de alistar e manter alistadas ao seu lado pessoas, teorias e fatos que coadunavam com o argumento que defendiam²⁴.

5.2A Inconveniência dos casamentos entre parentes

As primeiras linhas do artigo de Luís Vicente de Simoni já apontam que os estudos dos casamentos consanguíneos seriam capazes de esclarecer “a etiologia de enfermidades terríveis”²⁵. Contudo, para o autor, a ciência era impotente para combatê-las, uma vez que “não está no poder dos médicos impedir tais casamentos”, apesar de ele reconhecer que cabia aos profissionais da medicina

²² Em português: *Segundo regra comum a quase todas as nações civilizadas, a família não deve encontrar no seu seio os elementos de uma nova família. O sangue se abomina na relação dos sexos. É por sangue estrangeiro que ele quer se perpetuar.* [Tradução Livre]

²³ TROPLONG, Raymond Theodore. Dos impedimentos de parentesco. *Da influencia do christianismo sobre o direito civil dos romanos*. Tradução de Jose Raymundo da Costa Menezes. BDJur, Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/11430>. Acesso em 07/03/2023 às 10h16.

²⁴ LATOUR, B. *Ciência em Ação. Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. Tradução (REVISÃO), I. C. B. e. J. d. P. A. São Paulo: UNESP, 1987/1997. p.102.

²⁵ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, número 11, de abril de 1873, página 430. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 10/03/2023 às 22h47.

aconselhar e influenciar as famílias a abandonarem tais práticas, o que, para aquele momento, 1867, asseverava que raras vezes acontecia²⁶.

Dessa forma é possível observar que o principal intuito do artigo é, primeiramente, convencer a classe médica da inconveniência dos casamentos consanguíneos para que estes profissionais, a despeito da dificuldade apontada pelo autor, empreitassem o engendramento dos comportamentos matrimoniais da sociedade em nome dos postulados médico científicos²⁷. Na esteira desse processo, para Simoni, cabia ao legislador “vedar as devastações produzidas por esses laços, até certo ponto proibidos pelo Evangelho” a exemplo do movimento que ele observava na medicina francesa daquele século. Contudo, a interdição absoluta aos casamentos consanguíneos também era questão polêmica na França, uma vez que ela esbarrava na liberdade individual das escolhas matrimoniais dos indivíduos. Importa lembrar que estamos falando de uma França posterior à Revolução Francesa, na qual os conceitos liberais encontravam-se no primeiro escalão das leis a serem seguidas²⁸.

Simoni não fica à margem apenas citando a referida polêmica e assumindo a dificuldade de se resolver essa dicotomia entre liberdade individual e interdição aos casamentos consanguíneos, adentrando, portanto, ao tema e expondo sua posição de forma enfática. Para o autor, a liberdade individual, “bem como a razão humana, serve para distinguir o justo do injusto, o bem do mal, praticar um e evitar o outro”²⁹. Dessa forma,

usar de um direito ofensivo a ordem social, esquecer o que deve a si, a seus semelhantes e ao país, não é liberdade, não é o exercício legítimo do seu direito; é antes a pratica de um ato que a tolerância sanciona, mas a consciência repele.

²⁶ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, número 11, de abril de 1873, página 430. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 11/03/2023 às 14h41.

²⁷ O capítulo 1 desta tese permite sustentar a hipótese de que esse engendramento logrou algum sucesso, que pode ser vislumbrado quando ao se debruçar sobre os assentos matrimoniais dos mesmos grupos familiares que outrora atingiam índices exorbitantes de casamentos consanguíneos e que, na virada para o século XX, principiaram o abandono dessas práticas.

²⁸ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, número 11, de abril de 1873, página 430. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 06/03/2023 às 08h35.

²⁹ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, número 11, de abril de 1873, página 431. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 06/03/2023 às 09h15.

Porque não haverá ninguém tão perverso que ouse invoca-la, quando sabe que esposando uma prima-irmã, pôde vir a ter um filho surdo-mudo, raquítico ou idiota³⁰.

Como forma de reforçar o argumento e convencer o leitor acerca da necessidade de vedação aos casamentos intrafamiliares, Simoni recorre à empiria³¹. O autor procede buscando exemplos que o leitor, também médico, tivesse condições de observar na sua prática cotidiana, para valer-se da comoção como forma de alistar novos soldados à sua cruzada contrária a essa modalidade de união.

Por que não faltam desgraçadamente tristíssimos exemplos de mães desveladas, que se alimentam com as lágrimas vertidas em acerbo desgosto quando unem ao peito um filho cego, mudo, escrofuloso ou aleijado;

Porque é cruel, doloroso para um pai tomar entre os braços não um filho vigoroso, gentil e garrido, correspondendo com a graça infantil aos seus carinhos, mas sim uma inerte massa de carne e ossos com fôrma humana insensível às impressões agradáveis, indiferente ao bem e ao mal, obedecendo só por instinto à fome e ao sono, sem poder sequer tocar a luz da razão e da ciência³².

O autor arremata essa sequência em que apela ao sentimentalismo dos seus leitores com uma indagação retórica que não permite que restem dúvidas sobre o caminho que ele propõe a ser trilhado pela medicina brasileira para que esses “tristíssimos exemplos” não ocorressem mais com tamanha frequência, “haverá neste ente, fruto do casamento consanguíneo, alguma coisa mais do que matéria?”

Observa-se, portanto, que o autor, logo no princípio do artigo já determina uma série das “enfermidades terríveis” sobre as quais ele credita a existência aos casamentos consanguíneos. Também relevante é a constatação de Simoni sobre os danos que essas pessoas geram ao país com a perda de cidadãos, motivo que

³⁰ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, número 11, de abril de 1873, página 431. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 06/03/2023 às 14h33.

³¹ O autor recorre à empiria inúmeras vezes ao longo das dez páginas que compõe o artigo. A guisa de exemplo, na página 436, abordando a prole dos casamentos intrafamiliares que atingem a idade adulta, ele assevera que “E cresce e desenvolve-se não raro para acabar seus dias entre quatro paredes de um quarto no hospital dos loucos, onde se podem ir ver os aflitivos quadros que na máxima parte oferecem os casamentos consanguíneos”. [*Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, número 11, de abril de 1873, página 436. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 07/03/2023 às 06h00].

³² *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, número 11, de abril de 1873, página 434. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 06/03/2023 às 14h43.

segundo o autor deveria envergonhar as famílias³³. Anteriormente, o autor faz menção a essa questão de forma ligeira, quando contrapõe a visão daqueles que alegam que a interdição aos casamentos consanguíneos era atentatória às liberdades individuais. Nesse quesito, o texto aponta que “usar de um direito ofensivo a ordem social, esquecer o que deve a si, a seus semelhantes e ao país, não é liberdade”³⁴. Pode-se observar, portanto, as bases do pensamento eugênico que justificarão epistemologicamente uma série de atrocidades contra os deficientes físicos ou pessoas com retardo ou sofrimento mental que serão a tônica da primeira metade do século XX e serão abordadas brevemente no último tópico deste capítulo. Contudo, aliado ao fato de Simoni só expressar-se dessa forma nessa singela linha, esse tema foge ao escopo objetivado por este trabalho. Ainda assim, devido à relevância que essas ideias assumirão na centúria seguinte, tornou-se imperioso apontar ao menos sua existência no texto que se destrincha nesse momento.

Retomando ao ponto nevrálgico do texto de Simoni, também central a este trabalho, o autor arremata sua abordagem sobre os adultos que envergonham suas famílias e fazem falta a sociedade por serem acometidos por patologias debilitantes, com uma nova pergunta que ele mesmo prontamente responde, “E quem concorre para semelhantes males? Os pais: o sangue da mesma estirpe”. Valendo-se inclusive de poesia, a quem não credita a autoria, Simoni continua apelando para o sentimentalismo do leitor

*A nos tristes enfants noas légaons nos malheurs;
Tourmentés de leur sort, fatigués de notre être,
Nous pleurons auprès d'eux de les avoir fait naître*³⁵.

Ainda, Simoni também afiança ao “grau próximo de parentesco” a esterilidade do casamento e evoca o doutor Josiah Clark Nott³⁶ (1804-1873), que se debruçou

³³ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, número 11, de abril de 1873, página 432. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 07/03/2023 às 06h12.

³⁴ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, número 11, de abril de 1873, página 431. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 07/03/2023 às 08h47.

³⁵ Em português: *Aos nossos tristes filhos legamos nossos infortúnios; Atormentados por seu destino, cansados de nosso ser, Choramos ao lado deles por tê-los dado à luz.* [Tradução Livre].

³⁶ Josiah Clark Nott (1804-1873) foi um cirurgião e antropólogo nascido na Carolina do Norte, nos Estados Unidos da América. Analisou a origem da febre amarela e da malária. Adepto da *frenologia*, era forte defensor da escravidão compreendida por ele como a forma na qual o negro atingiria a sua maior evolução. Ainda, desenvolveu a ideia do *poligenismo*, ou seja, que cada etnia humana teria tido uma origem evolucionista diferente.

sobre os constantes casamentos intrafamiliares entre os Irlandeses católicos da Carolina do Sul nos Estados Unidos da América, para, novamente pela empiria, demonstrar a inconveniência dos casamentos consanguíneos, visto que dentre aquela comunidade havia um elevado “número de idiotas e enfezados”³⁷. Novamente, sem citar a fonte, Simoni elenca o exemplo do Cabo da Boa Esperança³⁸ para apontar que havia naquela localidade “uma grande quantidade de idiotas e surdos-mudos entre os colonos holandeses ali estabelecidos, e a causa era o casamento entre parentes”³⁹.

Levantando uma série de exemplos, o autor encerra a primeira parte do artigo afirmando que os casamentos consanguíneos só não extinguiram os membros da câmara dos Lords na Inglaterra⁴⁰, que casavam seus filhos sempre entre si, porque a coroa fabricou nobres entre os filhos do povo. Ou ainda, que “nos povos cujas seitas repelem a aliança com estrangeiros, o número dos alienados é incontestavelmente superior”⁴¹. A fim de reforçar o argumento, o autor traz à tona o exemplo dos judeus da Europa, apontando que, especialmente entre os mais ricos, “encontra-se grande número de vegos, gagos, idiotas, e loucos de toda a sorte, ocasionados pelo mal sistema de se casarem com os parentes para que a riqueza não passe a mãos estranhas”⁴².

Esse argumento é bastante caro a esta pesquisa, uma vez que a justificativa de se evitar a partilha dos bens foi apontada como a principal impulsionadora do

³⁷ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, número 11, de abril de 1873, página 434. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 10/03/2023 às 23h10.

³⁸ Atual África do Sul.

³⁹ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, número 11, de abril de 1873, página 434. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 10/03/2023 às 23h17.

⁴⁰ Nicolau Joaquim Moreira contesta em seu relatório essa afirmação apontando que a “degeneração das famílias aristocráticas, têm sido invalidados pelos adversários da escola professada pelo autor da Memória, com as considerações de que fora justamente a idade média em que se verificava grande número de casamentos consanguíneos; a que mais se ostentara brilhante pelos afamados cavaleiros que nos célebres torneios daquela época provavam a potência de seus corpos, o esforço de seus braços, o espírito que os animava e nenhum receio da morte, atribuindo-se a queda da aristocracia de então, antes ao deboche e aos desregramentos a que seus membros se casavam consanguineamente”. [*Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, número 12, de maio de 1873, página 453-454. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 14/03/2023 às 06h41].

⁴¹ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, número 11, de abril de 1873, página 434. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 10/03/2023 às 23h35.

⁴² *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, número 11, de abril de 1873, página 434. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 10/03/2023 às 23h43.

exorbitante índice de casamentos consanguíneos dentre alguns grupos familiares das Minas Gerais do século XIX conforme visto no capítulo 1. Especialmente, este é o caso da família Ferreira da Fonseca e da manutenção da fazenda dos Olhos D'Água no seio daquele grupo familiar durante os processos de sucessão patrimonial⁴³. Contudo, o levantamento dos dados de batismo, matrimônio, óbitos, inventários e testamentos desse clã, feitos na pesquisa do mestrado⁴⁴ e brevemente retomados no pioneiro capítulo desta tese, não foi capaz de identificar a transmissão de patologias que pudessem ilustrar o exposto por Simoni.

Ao discorrer em seu relatório sobre essa primeira parte do artigo de Luís Vicente de Simoni, o doutor Nicolau Joaquim Moreira levanta duas relevantes objeções. Em primeiro lugar, aponta que o texto peca filosoficamente pela ausência “de crítica dos fatos e das ideias”⁴⁵ e, não menos importante, não apresenta o “exame das individualidades”, ou seja, para Moreira, o autor não apresenta pacientes que pudessem ter suas patologias explicadas unicamente pela consanguinidade de seus progenitores. Sobre esse ponto, é relevante apontar que Simoni assume em seu texto, no início da quarta parte, que os casos específicos não precisariam ser narrados, uma vez que importantes autores já os teriam relatado em abundância em seus trabalhos⁴⁶.

O segundo ponto criticado por Moreira é a ausência de arrolar a “hereditariedade mórbida” dentre as causas prioritárias das patologias apontadas por Simoni como unicamente resultantes do casamento consanguíneo. Em suma, o relator sustentava que os casamentos consanguíneos não teriam capacidade, por si só, de gerarem patologias à prole. Estas seriam apenas potencializadas pelos referidos casamentos quando já existissem no seio de um grupo familiar que perpetrasse uniões endogâmicas. Portanto, para o referido relator, a pré-existência de patologias no clã era condição *sine-qua-non* para que os casamentos consanguíneos tivessem algum papel na transmissão hereditária de patologias do grupo.

⁴³ CHAGAS, Gabriel Afonso Vieira. **Estratégia de Família: casamentos endogâmicos no entorno da Serra do Camapuã.**

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, número 12, de maio de 1873, página 447. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 11/03/2023 às 15h00.

⁴⁶ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, número 11, de abril de 1873, página 439. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 10/03/2023 às 20h12.

queremos falar da hereditariedade mórbida, a quem os autores, adversos a escola do autor da Memória atribuem todos os transvios da inteligência e degenerações orgânicas que são lançadas por conta da consanguinidade, afirmando eles que a herança introduz entre os membros de uma família elementos morbíferos já preexistentes, clara ou obscuramente e que se vão multiplicando a medida que as alianças se verificam⁴⁷.

Portanto, Moreira não descarta que os casamentos consanguíneos aumentavam a incidência na prole de patologias já pré-existentes nos progenitores, contudo o relator aponta que “o perigo dos casamentos entre parentes é ainda para nós um objeto muito controverso de medicina geral”⁴⁸. Neste ponto é que reside a crítica mais severa imposta por ele ao artigo avaliado, de que o autor afirmava categoricamente sobre a inconveniência dos casamentos consanguíneos sem levar em conta “todos os argumentos até hoje enunciados, favoráveis ou não, examinando todos os fatos, cotejando as circunstâncias que os precederão e acompanharão, e compulsando todas as estatísticas”⁴⁹.

Desta forma, pode-se observar que o debate entre as duas escolas apontadas, a dos defensores da potencialização da transmissão de patologias através dos casamentos consanguíneos quando já existem doenças no grupo e daqueles que creem serem as uniões intrafamiliares as responsáveis pelo desenvolvimento de novas patologias, permite concluir que a questão dos casamentos consanguíneos aquecia, indubitavelmente, os debates médicos da sétima e oitava década do século XIX⁵⁰.

⁴⁷ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, número 12, de maio de 1873, página 450. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 11/03/2023 às 16h04.

⁴⁸ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, número 12, de maio de 1873, página 451. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 11/03/2023 às 21h22.

⁴⁹ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, número 12, de maio de 1873, página 451. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 11/03/2023 às 21h30.

⁵⁰ À guisa de curiosidade, durante os sete anos (2011-2017) em que foi realizada a pesquisa que culminou na dissertação de mestrado do autor dessa tese, *Estratégia de Família: casamentos endogâmicos no entorno da Serra do Camapuã (1750-1890)*, foram entrevistados vários membros de famílias que relatavam essas uniões consanguíneas que marcaram as gerações oitocentistas desses grupos. Invariavelmente, a crença defendida pela escola de Luís Vicente de Simoni de que os casamentos consanguíneos eram promotores de patologias severas dominou o senso comum. Como este não fora o objeto de estudo daquele trabalho, o autor, movido pela curiosidade, realizou uma breve inquirição a alguns profissionais médicos no intuito de averiguar essa alegação corrente, sendo informado que a medicina atual postula, após reiteradas pesquisas, a posição defendida por Nicolau Joaquim Moreira, que seja, os casamentos consanguíneos apenas potencializam a transmissão de patologias já previamente existentes no grupo familiar. Interessa aqui apenas apontar que Simoni

Retomando o artigo por ora analisado, é relevante apontar que a segunda parte do texto é reservada a fazer um inventário histórico dos casamentos consanguíneos, partindo dos primórdios da civilização, passando pelos persas, medas, etíopes, gregos, árabes, germanos e os povos originários do Brasil para apontar que nessas sociedades, esse modelo de união era deveras comum, chegando a contemplar casamentos que eram tidos pela sociedade do século XIX como incestuosos, neste caso entre dois irmãos e entre a progenitora e o filho. Não cabe a este trabalho questionar a veracidade dessas informações, mas cumpre dizer que o relator do artigo, doutor Nicolau Joaquim Moreira, levantou fortes dúvidas sobre essas afirmativas, pautando-se na ausência quase completa de referências por parte do autor do texto e considerando que, uma vez verdadeiras, elas não sustentariam a necessidade de interdito aos casamentos consanguíneos. Muito pelo contrário, segundo o relator, “pelos escritos de Heródoto somos informados de que os Medas eram robustos, valorosos e guerreiros, que estenderam seu domínio por toda a Ásia”⁵¹.

Ainda nas palavras de Moreira, Simoni se contenta apenas com “oferecer citações históricas, algumas das quais, não menos exatas na generalidade em que são tomadas”⁵². Destarte, cumpre apontar que o doutor Simoni só indica a referência para a afirmação da permissão em Atenas aos casamentos entre irmãos, sobre a qual o autor aponta que Plutarco teria afirmado que no fim da vida de Themistocles, este teria tido “de sua segunda mulher muitas filhas; entre outras Mnesiptolema casada com Archeptolis, seu irmão, filho de uma outra mãe”⁵³ e alegando ter

“venceu” no engendramento do *senso comum* enquanto Moreira defendia, já naquela época o que as pesquisas novecentistas apontariam posteriormente.

Aventa-se que o fato de alguns grupos familiares marcados por alto índice de encetamento de casamentos consanguíneos não transmitirem patologias aos seus descendentes esteja na raiz da recusa inicial da Academia Imperial de Medicina ao artigo de Simoni. Ou seja, não sendo confirmável pela observação empírica em vários casos, o texto em tela tenderia a ser rejeitado pelos seus pares.

⁵¹ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, número 12, de maio de 1873, página 451. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 14/03/2023 às 06h24.

⁵² *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, número 12, de maio de 1873, página 451. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 11/03/2023 às 21h30.

⁵³ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, número 11, de abril de 1873, página 433. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 08/03/2023 às 06h53.

extraído essa sentença da obra *Histoire de la législation*⁵⁴ do jurista Caude-Emmanuel Pastoret⁵⁵ (1755-1840).

Uma breve conferência dessa citação permitiu inferir que, da forma redigida por Simoni, ela foi, na verdade, extraída da obra *Étude sur les mariages consanguins et sur les croisements dans les règnes animal et végétal*⁵⁶ do médico Antony Adolphe Chipault⁵⁷ (1833-1920), que, reverberando Pastoret, afirma

*A Athènes, la loi permettait à un frère d'épouser sa soeur/ consanguine et non sa soeur utérime, de peur qu'il n'héritât de/ son père et du mari de sa mère. On en trouve la preuve à la fin/ de la Vie de Thémistocle, dans Plutarque: "Thémistocle eut de/ sa deuxième femme plusieurs filles, entre autres Mnésiptolème,/ mariée à Archeptolis, son frère, sils d'une autre mère"*⁵⁸⁵⁹.

Isso permite concluir que essas ideias circulavam com relativa amplitude entre os intelectuais franceses de áreas distintas, sendo claro indicativo de que o debate

⁵⁴ A referência, conforme consta no artigo de Luís Vicente de Simoni é: *Pastoret-Histoire de la législation, tom. 5, pag. 515, cit. par Parieu no Dict. de l'Economie politique, tom. 2, pag. 134, edição Coquelin et Guillaumin —Paris 1854. [Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina, número 11, de abril de 1873, página 433. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 08/03/2023 às 08h50]. Convertendo para a notação atual, tem-se: PASTORET, Caude-Emmanuel. *Histoire de la Législation*. Vol.V. Paris: DE L'Imprimerie Royale, 1854. p.515. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9758856h.texteImage>. Acesso em 10/03/2023 às 23h31.*

⁵⁵ Caude-Emmanuel Pastoret (1755-1840) foi um advogado, escritor e político francês, eleito membro da *Académie des Inscriptions et Belles Lettres* da França.

⁵⁶ CHIPAULT, Antony. *Étude sur les mariages consanguins et sur les croisements dans les règnes animal et végétal*. Paris: Germer Baillière, Libraire-Editeur, 1863. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6461412q.r=Mnesiptolema?rk=85837;2>. Acesso em 14/03/2023 às 12h40.

⁵⁷ Antony Adolphe Chupault (1833-1920), nascido em Loiret, Chateaufort-sur-Loire, França. Foi cirurgião-chefe do Hospital de Orléans e atuava nos Hospitais de Paris. Durante a Guerra Franco Prussiana, 1871, teve um papel muito ativo no sistema de saúde, uma vez que muitas batalhas foram travadas em torno de Orleans. A partir dessa experiência, ele extraiu material para vários livros sobre lesões por arma de fogo, incluindo um tratado intitulado *Fraturas por arma de fogo, expectativa, ressecção subperiosteal, dissecação, amputação*. [Disponível em: https://www-biusante-parisdescartes-fr.translate.google.com/histoire/medica/presentations/orl/f.php?x_tr_sl=fr&x_tr_tl=pt&x_tr_hl=pt-BR&x_tr_pto=sc. Acesso em 14/03/2023 às 21h16].

⁵⁸ CHIPAULT, Antony. *Étude sur les mariages consanguins et sur les croisements dans les règnes animal et végétal*. Paris: Germer Baillière, Libraire-Editeur, 1863. p.81. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6461412q.r=Mnesiptolema?rk=85837;2>. Acesso em 14/03/2023 às 12h40.

⁵⁹ Em português: *Em Atenas, a lei permite que um irmão se case com sua irmã consanguínea e não com sua irmã uterina, sob pena de herdar de seu pai e do marido de sua mãe. Encontramos a prova disso no final da vida de Temístocles, em Plutarco: "Temístocles teve de sua segunda esposa várias filhas, entre outras Mnesiptolemus, casada com Archeptolis, seu irmão, só que de outra mãe". [Tradução livre].*

acerca dos casamentos consanguíneos entrava definitivamente para a ordem do dia de uma considerável gama multidisciplinar de intelectuais.

Por sua vez, o relator do trabalho de Simoni levanta os mesmos questionamentos feitos anteriormente em relação aos medas constatando que Atenas fora “a cidade mais celebre da Grécia antiga e durante tantos séculos o foco da civilização ocidental”⁶⁰, de forma a que a recorrência de casamentos consanguíneos nessa cidade presta-se mais a reforçar o argumento de que os casamentos consanguíneos não degenerariam os descendentes do casal, do que auxiliar na consolidação da interdição a tais uniões.

Por sua vez, já na segunda parte do artigo, Simoni recorre ao exemplo da província de Goiás que careceria da chegada de novos migrantes, o que teria desencadeado um escasso mercado matrimonial refletindo diretamente no aumento potencial das uniões intrafamiliares. O autor também aponta que outra província do Império sofreria do mesmo mal, alegando que nela “é frequente o idiotismo, e tem provavelmente por etiologia o casamento entre parentes”⁶¹. Contudo, Simoni não nomeia a referida província, centrando-se no caso goiano, para o qual evoca o relato da viagem ao rio Araguaia do presidente provincial José Vieira Couto Magalhães⁶² (1837-1898), que teria tido lugar em 1863, na qual era apontado que reinavam entre os habitantes daquela região a

mielite, a hidropisia, a hipertrofia do coração, os aneurismas, a lepra de três espécies diferentes, a tísica, as pneumonias, as febres paludosas, o raquitismo e o idiotismo; o bócio, a sífilis, e sobretudo as inflamações crônicas do estômago, do fígado e dos intestinos, ou dizimam anualmente a população, ou enfraquecem-na e enervam, de modo que, reproduzindo uma palavra verdadeira e melancólica do

⁶⁰ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, número 12, de maio de 1873, página 451. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 14/03/2023 às 06h34.

⁶¹ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, número 11, de abril de 1873, página 434. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 08/03/2023 às 08h59.

⁶² José Vieira Couto de Magalhães (1837-1898), natural de Diamantina, Minas Gerais. Coursou direito no largo de São Francisco, em São Paulo, onde se formou em 1859 e defendeu tese em 1860. Na política foi presidente das províncias de Goiás, Pará, Mato Grosso e São Paulo. Grande conhecedor do interior do Brasil Império, redigiu inúmeras obras que relatavam diversos povos das províncias pelas quais passou. Dentre elas, destaca-se *Os Selvagens*, publicada em 1876, que narra suas expedições pelo interior do país.

finado Bispo, pode-se dizer: «que aqui se escoia a vida gemendo constantemente.»⁶³.

Investigando o referido relato do presidente da província, que foi publicado em forma de um livro que portava o título *Viagem ao Araguaia*⁶⁴, é possível observar que Magalhães de fato elenca as patologias que assolavam a população de Goiás da forma como foi reverberada por Simoni, como também as associa à pouca imigração que a província recebia desde o declínio da extração aurífera. Contudo, o político não aponta os casamentos consanguíneos nomeadamente como promotores dessas doenças, embora a leitura da obra possibilite ao leitor realizar essa associação de forma indubitável⁶⁵. Todavia, esse não foi o caso de Nicolau Joaquim Moreira, uma vez que também a abordagem dessa obra por Simoni foi alvo de suas objeções. O relator assevera que lhe parece “ilógico querer-se dar como resultados prováveis da consanguinidade alguns factos de ‘idiotice’ e diversas alterações patológicas que se têm dado na província de Goiás”⁶⁶. O relator credita a “causas gerais, climatéricas e topográficas”⁶⁷ a razão dessas patologias elencadas pelo referido presidente daquela província.

Retomando mais vez o artigo do doutor Luís Vicente de Simoni, é possível vislumbrar de forma clara e concisa a motivação do autor ao evocar empiricamente esses exemplos. Ele arremata a citação de José Vieira Couto Magalhães afirmando que “os lugares para onde a imigração é limitada oferecem o mesmo exemplo”⁶⁸, defendendo, portanto, que a imigração seria responsável por alargar o mercado matrimonial possibilitando opções extrafamiliares aos postulantes ao casamento. Por

⁶³ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, número 11, de abril de 1873, página 434. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 08/03/2023 às 13h53.

⁶⁴ MAGALHÃES, José Vieira Couto. *Viagem ao Araguaia*. Cidade de Goyas: Topographya Provincial, 1863. [Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwiDu4rZ19z9AhVFupUCHepXBuIQFnoECBAQAQ&url=http%3A%2F%2Fbiblio.wdfiles.com%2Flocal--files%2Fmagalhaes-1902-viagem%2Fmagalhaes_1902_viagem.pdf&usq=AOVvaw20xsoxBn8FAfF-mgrGIKnr. Acesso em 14/03/2023 às 21h34].

⁶⁵ MAGALHÃES, José Vieira Couto. *Viagem ao Araguaia*. Cidade de Goyas: Topographya Provincial, 1863. p.51.

⁶⁶ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, número 12, de maio de 1873, página 451. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 14/03/2023 às 06h47.

⁶⁷ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, número 12, de maio de 1873, página 451. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 14/03/2023 às 06h48.

⁶⁸ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, número 11, de abril de 1873, página 434. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 08/03/2023 às 14h05.

fim, o autor envereda-se pelos caminhos da religião, para, apoiando-se nas interdições da Igreja Católica, asseverar que elas deveriam ser obedecidas sem embargo pelos cidadãos, uma vez que

a religião em todos os tempos tem socorrido o homem nos embates das paixões, do mesmo modo que auxilia a razão humana, que se humilha, é verdade, mas não se aniquila ou degrada quando a igreja legisla para manter a moral, a virtude, e a felicidade dos povos⁶⁹.

O autor reserva metade do artigo, da página 435 à página 440, para desenvolver a argumentação que se presta a ofertar justificativas científicas para as longevas interdições aos casamentos consanguíneos perpetradas pela Igreja Católica. Para tanto, a abordagem adotada principia inventariando citações do antigo testamento como os livros de Levítico, do qual Simoni aponta o capítulo XXVIII⁷⁰ no qual estaria expressa “a proibição formal do incesto e das uniões consanguíneas”⁷¹, e do Deuteronômio, que, por sua vez, asseveraria que “*Maledictus qui dormit cum sorore sua, filia patris sui, vel matris sui*”^{72,73,74}. Ainda daquele primeiro livro, o autor evoca o capítulo XX, versículos 20 e 21, para postular que “o prudente e inteligente legislador hebreu sabia também que as uniões desta natureza eram fatais a prole”⁷⁵.

Contudo, recorrendo à passagem evocada por Simoni, foi possível deparar-se com a advertência de que “se um homem se deitar com sua tia, ele descobrirá a nudez de seu tio; levarão a sua iniquidade, e morrerão sem filhos”⁷⁶, sendo possível constatar que o autor bíblico estava se referido mais a um adultério que propriamente ao casamento entre tio e sobrinha. Essa abordagem não passou

⁶⁹ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, número 11, de abril de 1873, página 437. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 08/03/2023 às 14h25.

⁷⁰ Atualmente a passagem sublinhada por Luís Vicente de Simoni pode ser encontrada em Levítico, 18, 6-20.

⁷¹ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, número 11, de abril de 1873, página 435. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 13/03/2023 às 19h38.

⁷² Em português: *Maldito aquele que dormir com sua irmã, filha de seu pai ou de sua mãe*. [Tradução Livre].

⁷³ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, número 11, de abril de 1873, página 435. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 13/03/2023 às 19h46.

⁷⁴ Atualmente a passagem sublinhada por Luís Vicente de Simoni pode ser encontrada em Deuteronômio, 27, 22.

⁷⁵ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, número 11, de abril de 1873, página 435. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 13/03/2023 às 20h01.

⁷⁶ Levítico, 20, 21-22.

desapercebida para Nicolau Joaquim Moreira que, em resposta, vale-se de outras passagens das escrituras para defender que o antigo testamento não se posicionava de forma oposta às uniões intrafamiliares, muito pelo contrário, as incentivava. Dentre as passagens elencadas por Moreira como parte da resposta à Simoni, sobressaem-se os versículos 5 a 10 do capítulo XXXVI do Livro dos Números, que, na leitura do redator, afirmariam “que aquele legislador [Moisés] obrigava as jovens a procurar maridos nas tribos, cujas filhas eram, como também licenciava os casamentos entre primos irmãos”⁷⁷. Como forma de reforçar esse argumento, o autor traz à tona uma carta que teria sido dirigida ao secretário perpétuo da Academia das Ciências da França em 1862 pelo rabino Isidoro, que fora identificado como chefe dos judeus daquele país, na qual ele teria afirmado “que a lei de Moisés permite os casamentos entre tios e sobrinhas”⁷⁸.

De volta outra vez à exposição de Simoni, é relevante apontar que ela perpassa pelo Islamismo até chegar a concílios da baixa idade média, de forma que o autor constrói uma argumentação que surpreende o pesquisador que aguardava encontrar uma tentativa de sobreposição dos postulados da medicina como ciência sobre as deliberações emanadas da Igreja Católica. Muito pelo contrário, o que se observa ao aprofundar a análise da fonte é uma tentativa de coadunar com as arraigadas interdições da Igreja Católica aos casamentos consanguíneos ofertando argumentos médico-científicos para respaldar, a partir desse outro campo, aqueles impedimentos seculares que provinham do Concílio Lateranense II e que foram reverberados pelo Concílio Tridentino e as Ordenações Primeiras do Arcebispado da Bahia.

A igreja católica em diversos concílios adotou a legislação que proíbe o casamento entre parentes próximos — os impedientes e os dirimentes. Hoje é a sociedade que deve levantar-se contra as violações dos preceitos da igreja e da religião, que é a fé e sucessivamente uma filosofia, um governo e uma tradição. Do desrespeito para com as leis do parentesco, as da decência e as da honestidade, procedem frutos imperfeitos de uma geração que não foi cruzada⁷⁹.

⁷⁷ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, número 12, de maio de 1873, página 452. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 13/03/2023 às 22h28.

⁷⁸ *Idem*.

⁷⁹ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, número 11, de abril de 1873, página 435. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 08/03/2023 às 16h58.

Dessa forma, Simoni dedica a terceira parte do texto integralmente para respaldar os longevos interditos religiosos às uniões intrafamiliares, sendo consideravelmente objetivo ao postular contra a dicotomia entre as leis religiosas e médicas. Para o autor, a despeito de um tempo em que o conflito entre esses campos fez-se sentir de forma mais clara, em seu tempo “a ciência médica, guiada por princípios de uma filosofia mais sã, presta o mais valioso apoio às leis da igreja e justifica a sua sabedoria”⁸⁰. Seria possível aventar que o referido autor objetivava angariar o apoio da Igreja Católica para a cruzada que empreendia contra as uniões consanguíneas, em um período da história brasileira regida pela vigência do padroado régio. Contudo, seriam necessários mais textos de sua autoria para escrutinar melhor essa hipótese. Inquestionável, porém, é que no artigo em tela, Simoni não se furta a estender longamente seus elogios à postura da legislação canônica chegando a asseverar inclusive que “elas concorrem não somente para a perfeição física, para o prolongamento da vida, como também para o adiantamento moral do nosso espírito”⁸¹. Nesse sentido, ele encerra essa exposição expressando seu profundo voto de que

os homens da moderna geração, que não de acatar e respeitar os preceitos da igreja, arredando cuidadosos os laços consanguíneos, para angariarem a paz doméstica e a felicidade da prole no meio de respeitáveis esposas, cujo parentesco sejam as sublimes virtudes despertadas por uma educação esmerada⁸².

Não restam dúvidas, portanto, que considerável gama de médicos do Império Brasileiro, cientes das interdições religiosas aos casamentos intrafamiliares, começava a encontrar correspondentes na literatura médica, de forma a que os referidos interditos não se constituíssem em novidade para a sociedade brasileira, apenas sucedendo a partir desse momento a entrada de outro grupo social na jornada por fazê-los cumprir.

⁸⁰ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, número 11, de abril de 1873, página 437. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 09/03/2023 às 08h43.

⁸¹ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, número 11, de abril de 1873, página 437. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 09/03/2023 às 08h52.

⁸² *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, número 11, de abril de 1873, página 437. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 10/03/2023 às 19h15. Grifo meu.

Contudo, em campo ideologicamente oposto, Nicolau Joaquim Moreira aponta que, a despeito dos casamentos entre tios e sobrinhas serem proibidos pela lei civil, são “permitidas por toda a parte as alianças entre primos e primas, com a ligeira diferença dos impedimentos do direito canônico, que o fazem desaparecer com extrema facilidade”⁸³. Para o relator, a interdição aos casamentos consanguíneos pela Igreja Católica residia mais em uma questão moral que biológica. O autor assevera que a referida instituição

também em nosso entender não encara a questão dos casamentos consanguíneos pelo lado dos prejuízos que podem trazer a procriação, e sim pelo lado puramente moral, porquanto não só ela permite as alianças entre os primos irmãos, mediante uma penitencia transformável facilmente em um quantitativo pecuniário em benefício eclesiástico, como também estabelece impedimentos a união entre cunhados e afins em que não se dá o fato da consanguinidade⁸⁴.

Ainda mais, Moreira afirma que a Igreja Católica não poderia pautar o interdito aos casamentos consanguíneos em “degenerações orgânicas e alterações intelectuais”, uma vez que o Antigo Testamento estaria recheado de uma enorme gama dessas uniões. O relator evoca os exemplos de Abraão, que teria desposado sua irmã, e Jacob, que teria se unido a uma prima-irmã e gerado doze filhos saudáveis, dos quais procederam uma imensurável descendência⁸⁵. Novamente, cumpre-se afirmar que a veracidade dessas informações bíblicas é menos relevante a esse trabalho que sua presença, redigida desta forma, no relatório de Nicolau Joaquim Moreira.

Portanto, torna-se notório que ambos os autores evocam passagens bíblicas que reforçam seus argumentos favoráveis ou contrários aos casamentos consanguíneos. Contudo, é importante destacar que a Igreja Católica, em nenhum dos documentos analisados no capítulo 1, em que interdita os casamentos consanguíneos, evoca como justificativa alguma questão de ordem biológica. Em suma, os documentos são compilados sem explicações detalhadas da origem das

⁸³ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, número 12, de maio de 1873, página 452. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 13/03/2023 às 22h35.

⁸⁴ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, número 12, de maio de 1873, página 452. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 14/03/2023 às 05h59.

⁸⁵ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, número 12, de maio de 1873, página 453. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 14/03/2023 às 06h09.

restrições que impõem. Entretanto, diante da facilidade com que as dispensas nos Processos de Habilitação Matrimoniais eram emanadas nas Minas setecentistas, torna-se sustentável concordar com as pontuações levantadas por Nicolau Joaquim Moreira acerca desta questão. Nesse sentido, sobressai-se com enorme relevância a constatação de que os interditos religiosos e médico-científicos aos casamentos consanguíneos se pautam em pressupostos distintos, sendo o primeiro de ordem moral e o segundo de ordem biológica.

Finalmente, recorrendo constantemente à empiria, a quarta parte do texto de Luís Vicente de Simoni percorre uma extensa biografia europeia para sustentar os inconvenientes dos casamentos consanguíneos de forma a reverberar no Império Brasileiro um arraigado debate que já consumira incontáveis páginas de livros e artigos no velho continente. Ao todo, sete são os autores evocados por Luís Vicente de Simoni: Jean Christian Marc François Joseph Boudin (1806-1867), Oskar Liebreich⁸⁶ (1839-1908), Prosper Menière⁸⁷ (1799-1862), Albert Rilliet-de Candolle⁸⁸ (1809-1883), Louis Theodore Chazarain⁸⁹, Jean-Baptiste Puybonnieux⁹⁰ (1803-1864) e Francis Marie Antoine Devay⁹¹ (1813-1863), sendo a considerável maioria deles franceses. Este último sobressai-se pela autoria das obras *Traité d'hygiène des familles*⁹², que abordava a higiene familiar e fora publicado em 1846, e *Du danger*

⁸⁶ Oskar Liebreich (1839-1908) nasceu em em Königsberg, Prússia Oriental. Formou-se em química em Wiesbaden, atuando como técnico químico junto a Carl Remigius Fresenius (1818-1897). Posteriormente, formou-se em medicina em Königsberg em 1859, atuando como professor de farmacologia na Universidade de Tübingen e mais tarde na Universidade de Berlim. Na década de 1870, ele trabalhou como assistente químico no Instituto de Patologia dirigido por Rudolf Virchow (1821-1902).

⁸⁷ Prosper Menière (1799-1862) nasceu em Angers, França. Menière formou-se em medicina em 1826 pela Faculdade de Paris e clinicou no Hôtel-Dieu da mesma cidade no início de sua carreira atuando como auxiliar de Guillaume Dupuytren. Posteriormente assumiu a chefia médica do Instituto de surdos-mudos da capital francesa onde ele se debruçou sobre as doenças do ouvido. Os estudos de Menière no instituto de surdos-mudos ajudaram a formular os conceitos de uma patologia hoje denominada de doença de Ménière.

⁸⁸ Albert Rilliet-de Candolle (1809-1883) foi um pastor calvinista suíço que lecionou filosofia e história na faculdade de Genebra e deixou inúmeros escritos sobre variada gama de temáticas.

⁸⁹ Louis Theodore Chazarain, médico francês, foi um dos maiores expoentes do espiritismo no século XIX. As poucas informações sobre o autor não permitiram redigir uma biografia mais detalhada.

⁹⁰ Jean-Baptiste Puybonnieux (1803-1864) destacou-se como supervisor do *Institution des sourds-muets* de Paris durante a década de 1820. Posteriormente foi professor e bibliotecário arquivista na mesma instituição. Foi um dos maiores divulgadores das pesquisas sobre surdo-mudez no mundo.

⁹¹ Francis Marie Antoine Devay (1813-1863) foi médico do Hôtel-Dieu de Lyon e professor da Escola Preparatória de Medicina e Farmácia da mesma cidade. Redigiu uma vasta obra sobre saúde familiar e dedicou-se sobremaneira à investigação acerca do perigo dos casamentos consanguíneos.

⁹² DEVAY, Francis Marie Antoine. *Traité d'hygiène des familles*. Paris: Dorian, Libraire-Éditeur, 1846. [Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6370904m?rk=42918;4>. Acesso em 15/03/2023 às 16h47].

*des mariages consanguins sous la rapport sanitaire*⁹³, que por sua vez datava-se de 1862. Segundo Giulia Engel Accorsi, o último livro contribuiu para os debates através dos quais Charles Darwin (1809-1882) elaborou algumas de suas ideias sobre o casamento consanguíneo⁹⁴.

Contudo, no relatório sobre o artigo, Nicolau Joaquim Moreira assevera que Simoni pauta-se nas “opiniões de certos autores, que, dignas na verdade de todo o respeito, são, todavia, contestadas por observadores de não menor critério e habilitações”⁹⁵. Dentre os autores elencados pelo relator para contraporem-se à gama de pesquisadores apontados pelo artigo, encontram-se Bousgevis⁹⁶ que, “apresenta a história detalhada de sua própria família, na qual 68 uniões consanguíneas deram excelentes produtos”⁹⁷; Seguin Sênior⁹⁸, Jacques Raige-Delorme⁹⁹ (1795-1887), Félix Auguste Voisin¹⁰⁰ (1794-1872), Alexis Désiré Constant Joseph Didier¹⁰¹ (1826-1886), James Frederick Ferrier¹⁰² (1808-1864), padre

⁹³ DEVAY, Francis Marie Antoine. *Du danger des mariages consanguins sous la rapport sanitaire*. Paris: Masson, 1862. [Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6461491b.r=Du%20danger%20des%20mariages%20consanguins%20sous%20la%20rapport%20sanitaire?rk=107296;4>. Acesso em 15/03/2023 às 16h50].

⁹⁴ ACCORSI, Giulia Engel. **Sífilis, loucura e civilização: a paralisia geral progressiva e a institucionalização do campo neuropsiquiátrico no Rio de Janeiro (1868-1924)**. (Tese de Doutorado). Fiocruz. Rio de Janeiro: Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, 2020. p.77.

⁹⁵ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, número 12, de maio de 1873, página 451-452. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 11/03/2023 às 21h42.

⁹⁶ Uma breve pesquisa não encontrou nenhum dado acerca do doutor Bousgevis. Levanta-se a hipótese de que possa ter ocorrido um erro de grafia no artigo que comprometeu a investigação sobre sua biografia.

⁹⁷ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, número 12, de maio de 1873, página 454. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 11/03/2023 às 21h50.

⁹⁸ Acredita-se que Nicolau Joaquim Moreira referia-se à Edouard Seguin (1812-1880). Seguin era natural de Clamecy, Nièvre, França e foi um médico reconhecido por seu trabalho com crianças com deficiências cognitivas em sua terra natal e nos Estados Unidos.

⁹⁹ Jacques Raige-Delorme (1795-1887), natural de Montargis, França. Formou-se em medicina em Paris e obteve o doutorado em 1819. Atuou como bibliotecário assistente na Faculdade de Medicina de Paris, assumindo o cargo de bibliotecário-chefe em 1852. De 1823 a 1854 foi o editor principal da revista *Archives générales de médecine*.

¹⁰⁰ Félix Auguste Voisin (1794-1872), natural de Mans, França. Foi aluno de Esquirol e obteve seu doutorado em medicina em Paris em 1819. Voisin foi um dos principais difusores da frenologia de Franz Joseph Gall (1758-1828), sendo considerado um dos mais proeminentes médicos frenologistas da França.

¹⁰¹ Alexis Désiré Constant Joseph Didier (1826-1886), natural de Paris, França. Não era médico, mas suscitou um importante debate acerca do magnetismo animal quando se notabilizou por afirmar ler a consciência dos indivíduos e estudar o sonambulismo.

¹⁰² James Frederick Ferrier (1808-1864) era natural de Edimburgo, Escócia. Formado em direito, lecionou história civil na Universidade de Edimburgo e filosofia moral e economia política na Universidade de St. Andrews.

Hervier¹⁰³ e Daily¹⁰⁴. Segundo Moreira, este último teria afirmado que “não existe na ciência doutrina alguma que pareça invalidar a teoria da consanguinidade, e que o estudo do cruzamento das raças mostra que os mestiços se vão tornando menos fecundos, a proporção que a dissemelhança vai sendo maior”¹⁰⁵.

Dessa forma, pautando-se na dúvida, Moreira afirma que o artigo em questão não merecia o prêmio da Academia Imperial de Medicina, uma vez que não teria conseguido convencer seus pares acerca da inconveniência dessas uniões. Contudo, cumpre afirmar que o relator aponta como referência para contestar autor do artigo submetido a sua análise, autores cujas pesquisas tendiam para a simbiose entre o espiritismo, a ciência e a metafísica, como era o caso dos supracitados James Frederick Ferrier, padre Hervier e Alexis Désiré Constant Joseph Didier. Por sua vez, conforme já apontado, Simoni pauta-se prioritariamente em médicos que analisaram a temática a partir de um prisma metodológico sustentado no empirismo.

Essas duas visões antagônicas são sintomáticas do acirrado debate acerca dos casamentos consanguíneos que se estabeleceu entre os médicos¹⁰⁶ brasileiros da segunda metade do século XIX. A conclusão do relatório de Moreira permite constatar que nas décadas que se sucederam, o debate continuaria no Brasil e na Europa, uma vez que “o senhor Mantegazza (de Pavia) acabava de pedir a centralização de todos os documentos sobre a matéria que discutimos, e o governo francês, de determinar um inquérito, procurando-se deste modo fazer desaparecer os fatos contraditórios e os raciocínios controversos a cada momento levantados”¹⁰⁷.

Resoluto em sua posição, Simoni, em vias de concluir o artigo que fomentou o debate que este trabalho se debruçou nas últimas páginas, passa a apresentar aquela que a seu ver seria a melhor solução para que “não haja essas alianças

¹⁰³ Hevier foi um padre católico francês que atuou na catedral de Burdeos, atual Filipinas. Foi também formado em medicina na Sorbonne e atuou como bibliotecário dos Grandes Augustinos. Enveredou-se pelos estudos do magnetismo animal, sendo discípulo de Franz Anton Mesmer (1734-1815). Por sua vez, Mesmer foi um médico que fundou a teoria pseudocientífica do magnetismo animal chamada Mesmerismo.

¹⁰⁴ Uma breve pesquisa não foi capaz de encontrar informações relevantes sobre o referido autor.

¹⁰⁵ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, número 12, de maio de 1873, página 455. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 11/03/2023 às 21h52.

¹⁰⁶ Tem-se ciência que a discussão acerca da inconveniência dos casamentos consanguíneos não ficou restrita apenas aos campos religioso e médico. Contudo, em nome da concisão, optou-se por priorizar apenas o debate médico, atendo-se ao objetivo central deste trabalho. Ainda assim, é importante registrar que dentre os magistrados e juristas brasileiros, é possível assistir aos mesmos debates sobre a imposição de restrições legais aos casamentos consanguíneos.

¹⁰⁷ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, número 12, de maio de 1873, página 456. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 11/03/2023 às 21h58.

consanguíneas”, relegando aos “homens da ciência” o papel de protagonistas nesse processo de esclarecimento da opinião pública, “de maneira que esta traga com o andar dos tempos uma reprovação universal á consanguinidade”¹⁰⁸.

E se os médicos organizassem uma cruzada contra a violação das leis da fisiologia, e por consequência da natureza humana, de certo que poderiam prevenir junto das famílias muitos males, e tornar a intervenção legal menos difícil, ou quiçá inútil! Talvez que a família melhor esclarecida dos seus verdadeiros interesses se colocasse sob as leis de ciência, desprezando as considerações de fortuna e de conveniências que presidem em geral os casamentos¹⁰⁹.

Observa-se que o autor novamente retoma na conclusão do texto duas questões caras àquela centúria quando se centra o olhar no abandono dos casamentos consanguíneos: a moralidade ou não de uma legislação civil que interditasse essas uniões, inserindo-se no centro de um debate ainda maior sobre os limites da intervenção do estado nas liberdades individuais; e o principal elemento motivador dos empreendimentos consanguíneos no seio das famílias oitocentistas, a manutenção dos bens dentro do grupo ao longo das constantes sucessões patrimoniais. Dessa forma, pode-se afirmar que o autor estava atento às variáveis de sua sociedade e colocava a questão que propunha como imperativa, mesmo esbarrando em pontos tão nevrálgicos de sua época.

E que a lei, sem receio de afetar a mais bela conquista da civilização moderna, a liberdade individual, harmonizando neste ponto a parte civil com a religiosa, a sanção com a doutrina, garanta a felicidade do povo e regenere em duas gerações a vida do país e os braços da nação. O interesse da pátria, os da família e os da humanidade exigem imperiosamente que se escreva no código civil a proibição da consanguinidade como impedimento nos laços do consórcio¹¹⁰.

Novamente creditando à medicina o protagonismo nessa cruzada contra os casamentos consanguíneos, Luís Vicente de Simoni solicita urgência na tratativa da

¹⁰⁸ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, número 11, de abril de 1873, página 439. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 10/03/2023 às 20h07.

¹⁰⁹ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, número 11, de abril de 1873, página 439. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 10/03/2023 às 20h10.

¹¹⁰ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, número 11, de abril de 1873, página 439. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 10/03/2023 às 22h15.

questão, afirmando ser “tempo de uma reforma sob as vistas de um sistema que tenha por fim preparar o futuro, e dar aos porvindouros, lugar elevado no banquete da vida”¹¹¹. Assim, seria possível evitar que a “sociedade não seja uma reunião de albinos, de cegos, surdos-mudos, e dementes, povoadores de asilos e hospitais”¹¹².

O doutor Nicolau Joaquim Moreira, escolhido pela Academia Imperial de Medicina para ser o relator do artigo submetido ao concurso em tela, comunga da posição do autor do artigo ao menos acerca da relevância de se engendrar os comportamentos matrimoniais da sociedade.

O casamento é uma questão social por excelência e debaixo do ponto de vista higiênico torna-se digna da mais séria e acurada atenção pela influência que exerce sobre o físico e o moral dos indivíduos e, por conseguinte sobre o futuro da humanidade. Uma grande circunspecção, pois, deve haver na verificação dos matrimônios¹¹³.

Contudo, o relator centra-se em sustentar que o foco da medicina deveria estar no aumento da idade mínima prescrita pela lei para que os jovens contraíssem o enlace e na saúde prévia dos nubentes autorizados ao casamento, o que posteriormente desencadearia os exames pré-nupciais dos primórdios do século XX. Nesse sentido, Moreira, reverbera Dupré¹¹⁴ para apontar que

Desgraçadamente, diz Dupré, nos casamentos apenas se examina a questão de interesse. Vê-se todos os dias pais casarem suas filhas sem perscrutarem se a saúde e a constituição delas o permitem. «Não se inquire também da aptidão moral e física do futuro esposo. Depois de algumas semanas dentro das quais a jovem troca alguns olhares e algumas palavras com um homem que jamais conhecera, o casamento se consuma e a lei e a moral se julgam satisfeitas;

¹¹¹ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, número 11, de abril de 1873, página 439. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 10/03/2023 às 22h23.

¹¹² *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, número 11, de abril de 1873, página 439-440. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 10/03/2023 às 20h35.

¹¹³ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, número 12, de maio de 1873, página 450. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 13/03/2023 às 16h38.

¹¹⁴ Uma busca pelo sobrenome Dupré indicou uma vasta família francesa que foi composta por juristas, médicos e artistas de renome. Contudo, dentre os médicos deste grupo, o que mais se destacou foi Ernest Dupré (1862-1921), que foi professor de psiquiatria na Universidade de Paris e desenvolveu inúmeras pesquisas acerca dos sofrimentos mentais. Contudo, pela data do texto de Nicolau Joaquim Moreira, 1873, este não é o doutor Dupré reverberado pelo relator. Não foram encontradas informações relevantes sobre os outros médicos deste grupo que pudessem permitir a identificação daquele que fora relacionado por Moreira.

denotando este passo se não a esperança de graves prejuízos, ao menos uma prova cabal de grande leviandade»¹¹⁵.

Entretanto, as alianças consanguíneas não são excluídas pelo relator da lista das uniões que, a seu ver, mereciam dos legisladores e dos médicos a “mais decidida atenção, uma vez que elas poderiam ser consideradas em referência a moralidade pública e ao respeito que entre si devem guardar certos graus de parentesco”¹¹⁶. A partir disso, Moreira pontua que compartilha inteiramente das considerações morais sublinhadas pelo propositor da memória, embora não possa “dizer outro tanto no que é relativo a alterações patológicas e transvios intelectuais, que dizem acarretar as alianças consanguíneas”¹¹⁷.

Todavia, diante da dúvida que reinava sobre a temática entre os médicos daquela década, o relator julgava no mínimo complicada a intervenção do Estado nas escolhas matrimoniais dos indivíduos, ao menos até que se fossem confirmados os danos provenientes dos casamentos consanguíneos de forma indubitável.

E este estado de dúvida e não o receio de atentar contra a liberdade individual, como pensa o autor da Memória, que faz com que até hoje o governo francês não tenha decretado uma medida repressiva sobre os casamentos consanguíneos. E seria mesmo digno de admiração, que, uma vez reconhecidos os perigos da consanguinidade em países onde se amordaça a imprensa, e se encrustam as válvulas respiratórias da liberdade, o governo receasse comprimi-la em benefício da humanidade¹¹⁸.

É importante considerar que, independentemente da recepção do artigo de Luís Vicente de Simoni pela Academia Imperial de Medicina, o documento não fora resultado de uma inquietação privativa do referido doutor, mas, prioritariamente, uma proposta de resposta ao questionamento emanado pela própria instituição que via considerável relevância no debate acerca dos impedimentos aos casamentos

¹¹⁵ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, número 12, de maio de 1873, página 450-451. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 11/03/2023 às 16h43.

¹¹⁶ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, número 12, de maio de 1873, página 451. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 11/03/2023 às 16h48.

¹¹⁷ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, número 12, de maio de 1873, página 451. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 11/03/2023 às 16h56.

¹¹⁸ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, número 12, de maio de 1873, página 456. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 11/03/2023 às 22h09.

consanguíneos, a ponto de incluir essa questão dentre as perguntas dos concursos promovidos por ela em três anos consecutivos, 1865-1868.

Nicolau Joaquim Moreira é objetivo ao reconhecer na abertura de seu relatório que

Em 30 de Junho de 1865, dia em que celebrastes em sessão magna e no Palácio Imperial o aniversário de vossa instituição, no programa das questões a prêmio propostas para o ano de 1867, incluístes uma de grande alcance social e humanitário — a influência que podem ter os casamentos consanguíneos sobre o estado intelectual e moral da espécie humana¹¹⁹.

Destarte, a questão dos impedimentos aos casamentos consanguíneos entra definitivamente no epicentro das inquietações de considerável gama dos médicos brasileiros, advindas originalmente da Europa e mais precisamente da academia francesa. Talvez por isso, Simoni tenha redigido uma nota colocada após o término do texto e endereçada àquela instituição, na qual reconhecia que o tema abordado “preocupa hoje o ânimo dos homens da ciência, porque nela estão interessados milhares de indivíduos”¹²⁰. Ainda, suas últimas palavras apontavam que, a despeito de “todas as opiniões” estarem “concordes na necessidade de respeitar-se a lei canônica”, que impunha um interdito aos casamentos consanguíneos, era necessário dar um largo passo rumo ao “triunfo próximo de uma reforma social”¹²¹ que ele alegava privilegiar a despeito de um triunfo literário.

No relatório redigido pelo doutor Nicolau Joaquim Moreira sobre o artigo de Simoni, o relator reconhece a existência de uma “escola adversa às alianças consanguíneas” da qual o autor do artigo, que, como visto, foi erroneamente identificado como Raymond-Theodore Troplong, seria membro¹²².

Não é difícil de constatar, portanto, que a construção epistemológica capaz de mover muitos doutores a travarem uma cruzada contra os casamentos

¹¹⁹ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, número 12, de maio de 1873, página 447. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 11/03/2023 às 15h00.

¹²⁰ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, número 11, de abril de 1873, página 440. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 10/03/2023 às 22h55.

¹²¹ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, número 11, de abril de 1873, página 440. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 10/03/2023 às 23h00.

¹²² *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, número 12, de maio de 1873, página 447. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 11/03/2023 às 15h26.

consanguíneos, dos quais se incluem o doutor Camillo Maria Ferreira Armond e os médicos mineiros cujas teses esse trabalho debruçará em breve, estava estabelecida.

5.30 Lugar Social do Médico: O discurso de autoridade médico-científica frente ao discurso religioso

Ao debruçar-se sobre a medicina do século XIX é relevante considerar que a profissão médica galgou considerável ascensão social naquela centúria. Segundo Paul Starr, esse novo *status* social concedeu aos médicos uma estatura de autoridade¹²³ que, em parte, é conservada até os dias atuais por essa categoria. Nesse sentido, os discursos emanados por esses profissionais ganharam ascendente notoriedade na sociedade¹²⁴, possibilitando maior credibilidade aos seus postulados de forma a, dentre outras coisas, engendrar os comportamentos sociais. Nesta tese, destaca-se o esforço de modificar as práticas matrimoniais de parcela considerável da sociedade, abandonando os casamentos intrafamiliares em prol de casamentos extrafamiliares pautados em diversos trabalhos analisados por esta pesquisa até aqui. Trata-se de observar como o novo lugar social adquirido por essa classe possibilitou a diversos médicos, tais como Camillo Maria Ferreira Armond, Alexandre José de Mello Moraes, Francisco de Paula Cândido e Luís Vicente de Simoni, ganharem um status de autoridade que possivelmente se refletiu, no caso do primeiro, no progressivo abandono dos casamentos consanguíneos nas famílias Ferreira da Fonseca e Ferreira Armond conforme os índices observados no primeiro capítulo.

É relevante apontar que, na temporalidade analisada, o período imperial brasileiro e a primeira fase da república são marcados por elevado índice de analfabetismo ao mesmo tempo em que o médico é, geralmente, uma pessoa advinda de uma classe social mais abastada. Assim, é necessário notar que existe um *lugar social* a partir do qual a classe médica emana seus enunciados, de forma que é possível transplantar o conceito de *lugar social* de Michel de Certeau¹²⁵ para a

¹²³ STARR, Paul. *The Social Transformation of American Medicine*. New York: Basic Books, 1982.

¹²⁴ Utilizo o conceito sociedade na acepção de Nobert Elias em *A Sociedade dos Indivíduos*. O autor trata a sociedade como relações sociais que o indivíduo possui, ou seja, a sociedade é composta da rede de relações entre os indivíduos, cunhando o conceito de figuração social". [ELIAS, Nobert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1994].

¹²⁵ CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

análise em tela, uma vez que o *lugar social* para Certeau, é o lugar institucional de onde os sujeitos falam. Dessa forma, também no campo da medicina¹²⁶ trata-se de um lugar institucional no qual há a conformação do sujeito por teorias, métodos e procedimentos produzidos na auto-regulamentação mútua entre os pares dessa profissão. Magali Sarfatti Larson¹²⁷ e Paul Starr¹²⁸ apontam que “esta normatização pelos pares torna a profissão médica comunidades com identidade, compromisso pessoal, interesses específicos e lealdades gerais. Além disso, o consenso interno, firmado com esta normatização, facilita a articulação do interesse comum e a mobilização do grupo”¹²⁹.

Ao se reter o olhar no caso específico do médico Camillo Maria Ferreira Armond, o Conde de Prados, pode-se afirmar ter havido uma conformação pelo médico mineiro aos padrões de teorias, métodos e procedimentos científicos discutidos no século XIX, no que tange aos estudos amplamente divulgados acerca da inconveniência dos casamentos consanguíneos. Assim, reverberando saberes e fazeres originados na Europa e socialmente difundidos na academia brasileira, o engendramento social do próprio conde pelos lugares sociais de que fazia parte pode ser tomado como epítome daquilo que o próprio médico buscou operar em seu seio familiar. Nesse cenário, a transmutação de uma posição pró-endogamia para uma posição refratária a esta prática no próprio Conde, a partir dos lugares sociais por ele ocupados, pode ser emblemática na compreensão de como um processo de conformação na regulação pelos pares ressoa como força social a readequar os comportamentos em tecidos sociais mais amplos.

Isso é significativo se pensarmos que cultura seja toda prática humana com repercussão social e que, a própria ciência seja uma prática cultural, capaz de ser disputada, tensionada, imposta ou mesmo negociada. É significativo, pois, para dar-se profundidade à própria tentativa de se produzir uma micro-história dos casamentos intrafamiliares na região das Minas oitocentistas.

Com olhar mais abrangente para os autores dos textos e debates que compuseram as revistas médicas analisadas nesta tese e as teses de medicina que

¹²⁶ Importa considerar que Michel de Certeau, na obra *A Escrita da História*, aborda o *lugar social* do historiador. Contudo esse conceito é aplicável também ao campo da medicina. [CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982].

¹²⁷ LARSON, Magali Sarfatti. *The Rise of Professionalism: A Sociological Analysis*. Berkeley. Califórnia: University of Califórnia Press, 1977.

¹²⁸ STARR, Paul. *The Social Transformation of American Medicine*. New York: Basic Books, 1982.

¹²⁹ PEREIRA, André. Palavras, intenções e gestos. Os interesses profissionais da elite médica. Congresso Nacional dos Práticos (1922). Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2002.

ocuparão as páginas do próximo tópico, pode-se constatar que o *lugar social* angariado pelos médicos do século XIX brasileiro teve papel preponderante no processo de imposição de um discurso que visava desincentivar os casamentos consanguíneos. Dentre outros inúmeros fatores, sobressai-se a diferença na origem social, mais especificamente, classe social, dos médicos frente àquela da maioria de seus pacientes. Dessa forma, não é de se estranhar que a sociedade do século XIX consolida o chamar o médico de doutor, de forma que, dentre outros fatores, essa diferença de *status social* assume papel relevante na garantia da eficácia do discurso médico. Basta observar que quando um médico enuncia uma norma médico-científica, não é somente um cientista que enuncia essa norma, é o “doutor” que enuncia essa norma. Paul Starr, ao analisar a transformação social na medicina estadunidense, em obra de 1982¹³⁰, cunha o conceito de “autoridade cultural” do médico como forma de permitir a compreensão das forças sociais que agem no processo de consolidação da classe médica como “autoridade” nos assuntos de caráter sanitário. Para o autor, quando a “autoridade cultural” do médico é reconhecida pelo paciente, ela gera obediência, fruto da confiança no *status social* adquirido pela classe e, em última análise, cria-se uma relação de dependência do paciente para com o médico. Comentando essa afirmativa, André de Faria Pereira Neto assevera que “a orientação do profissional passa então a ser entendida pelo cliente como algo superior a um conselho e inferior a uma ordem”¹³¹.

É esse cenário que assiste ao processo no qual a profissão médica passa a utilizar meios simbólicos para reivindicar, junto à opinião pública, exclusividade no exercício de determinada atividade¹³². No que tange ao discurso religioso, na temática que é cara a este trabalho, os casamentos consanguíneos deixavam de ser tema que cabia à legislação religiosa e eram assumidos, cada vez mais, como questão sanitária que entrava para o rol de comportamentos sociais a serem engendrados pelos discursos médico-científicos.

Detendo o olhar sobre a realidade brasileira, José Leopoldo Ferreira Antunes, em *Medicina, Leis e Moral*, intentou reconstituir as estratégias de intervenção social do saber médico através das manifestações do pensamento médico na imprensa

¹³⁰ STARR, Paul. *The Social Transformation of American Medicine*.

¹³¹ PEREIRA, André. *A História da Profissão Médica nos Estados Unidos: O Ponto de Vista de Paul Starr*. *Série Estudos em Saúde Coletiva*, n.º 101, 1994. Instituto de Medicina Social, UERJ.

¹³² HERZLICH, Claudine. *The evolution of relations between French physicians and State from 1880 to 1980*. *A Journal of Medicine Sociology*, vol. 4. 1982. London.

especializada durante a mesma temporalidade sobre a qual a presente tese se debruça. O autor buscava responder se “os médicos brasileiros do final do século XIX ao início do XX teriam de fato conseguido reformar a sociedade”¹³³, ao que ele responde de forma negativa, argumentando que “os médicos não modificaram a sociedade; não forjaram as prescrições morais que suas alocações refletiram; nem sequer se puseram de acordo quanto aos ideais que deveriam dirigir suas intervenções.”¹³⁴. O autor justifica sua posição alegando que é “difícil acreditar que a ação médica no campo da moral tivesse se orientado por um padrão racional uniforme”¹³⁵ “seja por falta de unidade na reivindicação, seja pela falta de poder da própria categoria médica, os profissionais da arte de curar não conseguiram implantar a maioria das medidas preconizadas no âmbito da moral”¹³⁶.

Especificamente sobre os casamentos intrafamiliares, Antunes admite que o Código Civil do princípio da república curvou-se à antiga postulação médica ao introduzir restrições ao casamento de parentes consanguíneos, contudo assevera que, em sua opinião, a iniciativa atendia mais a interesses patrimoniais que sanitários¹³⁷. Essa posição pauta-se no fato de que apenas essa e a questão dos enterros no interior das igrejas, dentre inúmeros postulados médicos do século XIX, teriam logrado êxito no engendramento dos comportamentos sociais e na inclusão de restrições na legislação civil.

Conquanto o autor argumente que a questão patrimonial teria pesado mais na decisão de incluir o interdito aos casamentos consanguíneos no novo código civil brasileiro do que os postulados médico-científicos, é importante asseverar que, partindo-se da questão patrimonial, a tendência a ser observada seria a não inclusão dessas proibições no referido documento, uma vez que a questão patrimonial fora a principal razão para a maioria dos casamentos intrafamiliares impetrados no Brasil dos séculos XVIII e XIX¹³⁸. Nestas centúrias, tratava-se de preservar o patrimônio familiar frente às constantes sucessões patrimoniais unindo-se em casamento os descendentes de um mesmo grupo com fins de não diluir os bens ao longo do tempo, conforme observado no capítulo 1 desta tese. Assim, a proibição dos

¹³³ ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, Leis e Moral: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. p.271.

¹³⁴ ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, Leis e Moral*. p.272.

¹³⁵ Idem.

¹³⁶ ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, Leis e Moral*. p.273.

¹³⁷ Idem.

¹³⁸ CHAGAS, Gabriel A. V. **Estratégia de família: casamentos endogâmicos em grupos familiares do entorno da Serra do Camapuã (1750-1890)**.

casamentos intrafamiliares contribuía diretamente à dissolução desses patrimônios familiares preservados a gerações em vez de favorecer o acúmulo patrimonial. Por isso, conclui-se que, para esse caso específico dos casamentos consanguíneos, o discurso médico possuiu relevante papel na mudança dos índices de realização dessas uniões¹³⁹.

Ainda, Antunes, abordando a questão dos enterros no interior dos templos religiosos, admite que “a regularização da construção e do funcionamento dos cemitérios, por exemplo, só foi possível após a Igreja ter se convencido da oportunidade da medida, uma vez que, nos períodos de epidemias, a grande mortandade demonstrara a insuficiência e precariedade das inumações intramuros”¹⁴⁰. A mesma observação pode ser feita em relação à consanguinidade, com a advertência de que, neste caso, a Igreja já postulava contra a prática seis séculos antes da entrada dos médicos nesse debate. Contudo, o apoio da Igreja a essas demandas, ainda que relevante, não explica sozinho a mudança que se observa nas práticas culturais da sociedade nesses temas, revelando novamente o papel da medicina como uma das protagonistas deste processo.

A relevância do trabalho de José Leopoldo Ferreira Antunes para essa tese reside justamente em chamar a atenção para o cuidado em se observar os numerosos agentes que influenciaram o engendramento dos comportamentos sociais, especialmente dos casamentos consanguíneos, no século XIX e primórdios do XX, evitando-se a visão exclusivista que dedicaria apenas a medicina esse papel. Além disso, o autor faz importante alerta ao reiterar várias vezes ao longo de seu trabalho que não havia consenso entre os médicos, de forma que variavam os argumentos favoráveis e contrários em cada um dos temas debatidos pelos organismos dessa classe¹⁴¹. Nesta tese, esse embate pode ser observado quando, em tópico anterior, se debruçou sobre a contenda entre Luís Vicente de Simoni e

¹³⁹ À primeira vista, essa sentença leva o leitor a concluir que o autor desta tese está discordando da conclusão de José Leopoldo Ferreira Antunes ao apontar que, no que tange aos casamentos consanguíneos, a influência do discurso médico teve papel relevante na decisão do Código Civil de 1916 em interditar ao casamento certos graus de parentesco. Contudo, é importante asseverar que Antunes deixa claro que é possível identificar a importância que os adeptos da eugenia, especialmente os paulistas, tiveram na redação destas linhas legislativas, sendo esta uma das exceções apresentadas pelo historiador ao papel inexpressivo da medicina no engendramento dos comportamentos sociais daquele íterim. Cf. ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, Leis e Moral*. p.202.

¹⁴⁰ ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, Leis e Moral*. p.273.

¹⁴¹ ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, Leis e Moral*. p.274.

Nicolau Joaquim Moreira sobre a questão da inconveniência dos casamentos consanguíneos quando do concurso da Academia Imperial de Medicina.

Ainda assim, após cuidadosa análise feita nos três capítulos antecedentes acerca da chegada dos postulados médico-científicos ao Brasil Império através dos periódicos brasileiros que veiculavam textos médicos ao longo do século XIX, cotejando o preconizado nestes textos com a queda acentuada do encetamento dos casamentos consanguíneos na virada do século XIX para o XX, conforme observado no primeiro capítulo, é possível incluir as uniões intrafamiliares entre a minoria das medidas aventadas na conclusão de Antunes que nega “que os médicos conseguiram impor a maioria das medidas que aventaram no âmbito da moral, a título de uma profilaxia social das doenças”¹⁴². Ao menos no campo dos casamentos consanguíneos, é viável apontar que o discurso médico teve alguma participação na mudança de atitude da sociedade.

Assim sendo, é relevante diferenciar o discurso médico, que ascendia em “autoridade cultural” do discurso religioso, de certa forma já consolidado socialmente. Nesse sentido, a raiz desses discursos torna-se o campo no qual é possível extrair algumas elucubrações que permitem tecer hipóteses sustentáveis que possibilitem a compreensão do porquê da maior eficácia do discurso médico-científico na difusão de uma visão negativa dos casamentos intrafamiliares frente ao discurso da maioria dos religiosos que se mostrou pouco coercitivo nessa tentativa de interdição.

Defende-se que o discurso religioso é transcendente, de forma que a normatividade dele é para a vida presente, mas as consequências das falhas em relação as normas só são sentidas na fase posterior à vida. Trata-se de um discurso moralmente estabelecido que pode ser assimilado ou não pelo indivíduo conforme for a perspectiva moral deste, e a moral pode ser relativizada, negociada por cada indivíduo, tornando a relação pessoal com o transcendente particular a cada pessoa. Dessa forma, é importante apontar que a própria igreja não é unânime, sendo possível observar variações consideráveis entre os discursos emanados por diversos agentes dessa instituição. Por sua vez, o discurso científico é imanente, ele parte do material para explicar o material, do concreto para explicar o concreto, da experiência para a experiência. Desta forma, o discurso científico pode ser

¹⁴² ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, Leis e Moral*. p.274.

empiricamente verificável no caso das ciências naturais e empiricamente deduzível nas ciências humanas. Aplicando-se essa afirmativa no objeto de estudo desta tese, pode-se observar que o discurso científico encontraria respaldo nas trajetórias das famílias, seria empiricamente verificável com base no já experimentado, já vivido, que reforça o peso da normatividade do discurso científico. O elevado índice de mortalidade infantil e as crianças portadoras de alguma síndrome que foram ocultadas nos documentos que sobreviveram ao período, mas eram verificáveis aos personagens daquela época, confirmavam aquilo que era preconizado pelas penas dos médicos que culpabilizavam os casamentos intrafamiliares por prole portadora de anomalias. Dessa forma, não é temerário afirmar que o discurso científico é um discurso que se retroalimenta confirmando suas hipóteses, como aventa-se neste caso, ou negando-as empiricamente.

Portanto, o discurso religioso, em sua normatividade, por ser algo que tangencia o transcendente, é bastante diferente do discurso médico-científico, que é igualmente normativo, mas é imanente tendo a buscas das respostas a partir da natureza para explicar os problemas que da natureza surgem. A maior aceitabilidade social do discurso médico-científico talvez resida no fato de fornecer explicações naturais para problemas naturais, de apresentar uma narrativa que ganha respaldo na materialidade, em suma, de ser um discurso imanente ao partir daquilo que é concreto, experimentável. Além disso, a capacidade de negociação com o sagrado, presente no discurso religioso, que como apontado tem consequências posteriores à vida, torna-o mais sujeito à barganha, ao ponto que o discurso científico, que tem consequência em vida, não permite negociação. De forma mais simples, o perdão de Deus seria algo mais simples de ser conquistado quando transgredida a norma religiosa do que evitar-se prole nascida com anomalias quando transgredida a norma médico-científica.

Ainda, é importante notar, conforme aponta José Leopoldo Ferreira Antunes, que a Igreja se conforma com a nova sociedade, como é o caso do reconhecimento eclesial aos enterros fora do ambiente do templo religioso. Desta forma, observa-se que a razão da mudança das práxis da sociedade no que tange aos casamentos consanguíneos não pode ser entendida de forma absoluta, reconhecendo-se as inúmeras forças que agem na nova conformação dos comportamentos matrimoniais que se impõem no início do século XX, na qual os casamentos consanguíneos deveriam ser evitados.

Tendo visitado o campo médico dessa centúria, cumpre agora voltar o olhar para os médicos mineiros que elegeram o tema da consanguinidade para suas teses de conclusão do curso na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro a fim de buscar compreender como os saberes originados na Europa foram socialmente difundidos na academia brasileira e resultaram no engendramento do comportamento matrimonial das famílias e regiões abordadas no capítulo 1 desta tese.

5.40 debate nas Minas: as concepções de alguns médicos mineiros acerca dos casamentos consanguíneos

O mais relevante para essa tese, com a ausência de acesso às cartas do Conde de Prados, é compreender que o doutor Camillo Maria Ferreira Armond, ao interditar os casamentos consanguíneos de seu grupo familiar, estaria apenas inserindo-se em um movimento que esquentava os debates da classe médica na década de 1870. Data, justamente de 1875, a tese de doutorado do médico José Cândido da Costa Sena que, dentre os médicos mineiros que puderam ser investigados¹⁴³, pioneiramente abordava a endogamia familiar como objeto principal de estudo¹⁴⁴ e veementemente postulava contra essa modalidade de união intrafamiliar. A partir de então, inúmeras teses começam a ser defendidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro abordando a questão da inconveniência dos casamentos consanguíneos, a maioria a favor e algumas contrárias.

Neste tópico, o penúltimo deste trabalho, objetiva-se perpassar por essas teses e observar o crescimento deste debate que, em última análise, contribuirá,

¹⁴³ O Arquivo Público Mineiro (APM) guarda um fundo composto de 253 Teses Médicas defendidas por mineiros no âmbito da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no século XIX. A tese de José Cândido da Costa Sena é a mais recuada temporalmente a abordar o tema da consanguinidade na geração de prole com patologias. O próprio Sena fornece indícios de médicos anteriores que defenderam teses que analisaram o tema, contudo, nenhum era mineiro. Essas teses também se encontram no repositório de obras raras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ainda assim, o sistema de buscas do APM mostrou-se mais eficiente para a pesquisa. A escolha dos médicos oriundos da Província de Minas Gerais atendeu mais precisamente ao recorte geográfico desta pesquisa. Cf. Repositório de obras raras da UFRJ: https://bdor.sibi.ufrj.br/simple-search?location=%2F&query=casame&rpp=10&sort_by=score&order=desc. Acesso em 15/09/2023 às 07h44; Arquivo Público Mineiro (APM) – Biblioteca – Teses Médicas. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/teses/search.php?query=&andor=AND&dt1=&dt2=¬acao=&nantiga=&ordenar=30&asc_desc=10&submit=Executar+pesquisa&action=results&id_REQUE_ST=0a94dda04639b057c378d68c46f298c0. Acesso em 15/09/2023 às 07h46.

¹⁴⁴ Realizando-se uma ampla pesquisa nos bancos de teses defendidas no século XIX, a tese de José Cândido da Costa Sena é a primeira a dedicar-se exclusivamente a abordar os casamentos consanguíneos como objeto de estudo. Contudo, reitera-se que o tema já estava na ordem do dia dos debates que moviam a medicina do século XIX naquela década.

dentre outros fatores, para o advento da eugenia¹⁴⁵ no Brasil. Esta última é fruto, em parte, também da sobreposição do discurso de um grupo que defendia os exames médicos pré-nupciais em relação ao outro que entendia que os casamentos consanguíneos por si só eram promotores da prole com deficiência. Portanto, este tópico inicia-se no momento em que Camillo, suspeito da veracidade desse discurso anticonsanguinidade, opta por evitar essas uniões em seu seio familiar e desencadeia no último tópico, quando nas primeiras décadas do século XIX, já estabelecido pela medicina, os casamentos consanguíneos passam a ser socialmente compreendidos como interditados no ápice do movimento eugênico.

José Cândido da Costa Sena¹⁴⁶ (1847-1901) apresentou sua tese, denominada *Dos casamentos consanguíneos em relação à hygiene*, para uma banca composta por cinco examinadores da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 30 de setembro de 1875, sustentando-a oralmente em 22 de dezembro daquele mesmo ano. Dentre os membros da banca avaliadora sobressai-se a figura de João Damasceno Peçanha da Silva¹⁴⁷, o barão do Lavradio, que naquele ano exercia o cargo de presidente da Junta Central de Higiene Pública e havia redigido um relatório, em 13 de junho, no qual postulava enfaticamente a necessidade de intervenção da administração do país na questão dos casamentos consanguíneos entre indivíduos que comungassem entre si predisposições a patologias semelhantes uma vez que essas uniões configurariam um potencial dano à

¹⁴⁵ Torna-se necessário fazer uma ressalva de que o termo "eugenia" é admitido nesta tese como um campo médico que visava a busca de técnicas de melhoramento genético da sociedade e se preocupava geneticamente com os descendentes. Esta colocação é importante porque muitas vezes a eugenia é compreendida apenas como uma ideologia através da qual se procura legitimar a violência de uma etnia contra as outras, uma vez que esta faceta se tornou a mais visível das consequências desse campo.

¹⁴⁶ José Cândido da Costa Sena (1847-1901) nasceu em Conceição do Serro, atual Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais, em 23 de agosto de 1847. Estudou no Caraça e em Mariana antes de se mudar para o Rio de Janeiro onde cursou medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Defendeu sua tese em 1875 e, segundo a biografia que consta na Revista do Arquivo Público Mineiro, foi o orador da turma na colação de grau demonstrando o prestígio que tinha perante os colegas. Formado, clinicou em sua cidade natal conciliando as atividades médicas com a política. Foi deputado provincial por diversos mandatos e, quando da Proclamação da República, deputado constituinte por Minas Gerais. Faleceu em 23 de junho de 1901 em Conceição do Mato Dentro. [Arquivo Público Mineiro – Fundo Revista do Arquivo Público Mineiro. José Cândido da Costa Sena, Notícia biográfica e literária, Ano 7, Volume 1, Jan-Jun, 1902, p.3-12. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/1634.pdf. Acesso em 28/09/2023 às 10h30].

¹⁴⁷ Além do doutor João Damasceno Peçanha da Silva, a banca de José Cândido da Costa Sena foi composta pelos doutores: Manoel Maria de Moraes e Valle (presidente), Francisco Praxedes de Andrade Pertence, Antônio Caetano de Almeida e João Baptista Kossuuth Vinelli.

salubridade pública¹⁴⁸. Provavelmente, por isso, na capa da versão impressa da tese de Costa Sena conste a observação de que o discente fora aprovado com distinção¹⁴⁹, o que é claro indicativo de que, se Sena estava longe de colocar um ponto final na questão, suas proposições, no entanto, reverberavam a opinião de uma considerável gama de médicos renomados de seu período. Na sequência desse tópico será possível vislumbrar que o tema foi eleito por inúmeros acadêmicos mineiros que defendiam suas teses na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e, que mesmo havendo uma diversidade de respostas à questão, predominou àqueles que defendiam o completo interdito legal aos casamentos consanguíneos.

A redação da tese de Costa Sena acompanha os inúmeros trabalhos que vinham abordando o tema naquele ínterim, dos quais se destacam, sobremaneira, Luís Vicente de Simoni e o próprio Barão do Lavradio. É importante considerar que, segundo Ludwik Fleck, a construção da ciência é “resultado de uma atividade social, uma vez que o respectivo estado do saber ultrapassa os limites dados a um indivíduo¹⁵⁰.” Ainda assim, o tema do inconveniente dos casamentos consanguíneos seguia controverso de forma que Sena aponta para a existência de duas correntes opostas¹⁵¹: os anticonsanguinistas, que acusavam os casamentos consanguíneos de ser a principal causa da esterilidade de alguns casais, do aborto, das monstruosidades, dos vícios de conformação, dentre outros; e os consanguinistas, que postulavam que os casamentos consanguíneos não intervinham na qualidade da prole gerada¹⁵². Para compor o primeiro grupo, além dos supracitados Simoni e Peçanha da Silva, Sena evoca ao longo do texto outros autores como o médico

¹⁴⁸ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, número 2, de julho de 1875, página 44. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 17/04/2023 às 19h42.

¹⁴⁹ Pelos estatutos de 1854, as proposições dos doutorandos nas teses não seriam passíveis de aprovação ou reprovação, apenas de julgamento quanto à adequação ao padrão exigido pelo regimento. Contudo, a observação de que a tese de José Cândido da Costa Sena foi aprovada com distinção indica que ele agradou a banca.

¹⁵⁰ FLECK, Ludwik. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010. p.81.

¹⁵¹ Optou-se por não adotar essas duas terminologias para as correntes favoráveis e opostas aos casamentos consanguíneos na parte precedente desta tese, uma vez que elas apenas aparecem pela primeira vez na tese de Costa Sena, não sendo possível certificar-se se essa é uma denominação criada na década de Sena ou eram os termos corriqueiros utilizados pela medicina anterior àquela época.

¹⁵² Arquivo Público Mineiro (APM) – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0199 José Cândido da Costa Sena, fl.3-4. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/teses/brtacervo.php?cid=221>. Acesso em 14/09/2023 às 07h31.

brasileiro José Pereira Rego Filho¹⁵³ (1845-1929), que abordou o tema em sua tese de doutorado¹⁵⁴; Karl Friedrich Burdach¹⁵⁵ (1776-1847), que em sua fisiologia teria afirmado que “a aliança entre próximos parentes é contrária a natureza¹⁵⁶”; Francis Marie Antoine Devay¹⁵⁷ (1813-1863), que em 1862 lançou uma obra em Paris denominada *Du Danger des mariages consanguins sous ler apport sanitaire*¹⁵⁸; François-Emmanuel Fodéré, que achava as uniões consanguíneas “contrárias as indicações sagradas da natureza, e capazes de produzir a degeneração e o abastardamento”¹⁵⁹ e; Puibonnieux¹⁶⁰, que, em 1846, acusava os cônjuges aparentados pelo grandíssimo número de surdos mudos e idiotas¹⁶¹. Ainda, o autor mineiro visita os trabalhos de George Viner Ellis¹⁶² (1812-1900) e Johann Gaspar Spurzheim sobre a loucura¹⁶³, atrelando-a à consanguinidade dos progenitores, tornando claro que as obras produzidas na Europa, sobre as quais esta tese se

¹⁵³ José Pereira Rego Filho (1845-1929) era filho do médico José Pereira Rego, o barão de Lavradio. Seguiu a carreira paterna doutorando-se em medicina com a tese *Dos casamentos consanguíneos* defendida em 1868 na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi eleito membro da Academia Nacional de Medicina em 1870 durante a presidência de seu pai José Pereira Rego. Não se optou por investigar profundamente o trabalho de Rego Filho devido à falta de espaço nesta tese. Desta forma, neste tópico, recortou-se apenas os médicos mineiros que abordaram o tema em suas teses de doutorado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

¹⁵⁴ Não foi possível encontrar o arquivo digital da tese de José Pereira Rego Filho. Ainda assim, o arquivo físico encontra-se de posse da Universidade Federal do Rio de Janeiro e a ficha catalográfica pode ser acessada em: <https://buscaintegrada.ufrj.br/Record/aleph-UFR01-000358536>. Acesso em 28/09/2023 às 13h49.

¹⁵⁵ Karl Friedrich Burdach (1776-1847) nasceu em Leipzig em 12 de junho de 1776. Graduiu-se em medicina pela Universidade de Leipzig e obteve o doutorado pela instituição em 1799. Assumiu a cadeira de fisiologia da Universidade de Tartu em 1811 e, quatro anos depois, a mesma cadeira na Universidade de Königsberg. Faleceu em Königsberg em 16 de julho de 1847.

¹⁵⁶ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0199, fl.18.

¹⁵⁷ Francis Marie Antoine Devay (1813-1863). Segundo Giulia Engel Accorsi, Devay “foi médico do Hôtel-Dieu de Lyon e professor da Escola Preparatória de Medicina e Farmácia da mesma cidade. Em 1848, publicou um tratado sobre higiene da família *Traité d'hygiène des familles*” e, em 1862, *Du danger des mariages consanguins sous la rapport sanitaire*. O último livro contribuiu para os debates através dos quais Charles Darwin (1809-1882) elaborou algumas de suas ideias sobre o casamento consanguíneo”. Cf. ACCORSI, Giulia Engel. **Sífilis, loucura e civilização: a paralisia geral progressiva e a institucionalização do campo neuropsiquiátrico no Rio de Janeiro (1868-1924)**. 2020. 362 p. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2020. p. 77.

A obra de Charles Darwin citada pela autora é: DARWIN, C. Letter to Asa Gray 20 April 1863. *The Correspondence of Charles Darwin*, v. 11, Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p.333–335.

¹⁵⁸ DEVAY. *Du danger des mariages consanguins sous la rapport sanitaire*, 2ªed, Paris, 1862. Citado por José Cândido da Costa Sena na folha 37 de sua tese. Cf. APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0199, fl.37.

¹⁵⁹ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0199, fl.19.

¹⁶⁰ Não foi possível encontrar a biografia de Puibonnieux.

¹⁶¹ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0199, fl.19.

¹⁶² George Viner Ellis (1812-1900) nasceu em Minsterworth, Inglaterra, em 25 de setembro de 1812. Formou-se em medicina pela University College London e enveredou-se pela anatomia, tonando-se um dos anatomistas mais respeitados do século XIX. Ficou mundialmente conhecido pelos mapas anatômicos que produziu nos primeiros anos após formar-se em medicina.

¹⁶³ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0199, fl.19.

debruçou nos capítulos precedentes, atravessavam o Atlântico e eram lidas e consideradas pelos estudantes de medicina brasileiros, nas faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia.

No grupo dos consanguinistas, José Cândido da Costa Sena aborda os trabalhos de dois contemporâneos seus na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro que o precederam na defesa de suas teses, João Martins Teixeira¹⁶⁴ (1858-1906) e Ramiro Fortes de Barcellos¹⁶⁵ (1851-1916). O primeiro defendeu a tese de doutoramento em 1871, enquanto o segundo o fez em 1873¹⁶⁶. Ambos, segundo Sena, pretendem demonstrar a inocuidade das alianças entre parentes pelo estudo das relações sexuais na humanidade primitiva. Segundo eles todo o gênero humano é resultado do incesto, o que é contestado por Sena que adverte que “a origem do gênero humano é muito obscura para fundamentarmos nela a solução de um problema que interessa em alto grau as sociedades civilizadas”¹⁶⁷. Outra colocação contestada por Costa Sena apontava que os casamentos consanguíneos entre cônjuges devidamente selecionados poderiam, inclusive, ser vantajosos para a prole gerada dessas uniões. Nesse sentido, o autor evoca Charles Girou de Buzareingues¹⁶⁸ (1773-1856), que se debruçou sobre a consanguinidade nos casamentos reais, para tomar o dado de que depois de muitas gerações, os casamentos intrafamiliares tornam-se funestos aos povos¹⁶⁹¹⁷⁰.

O autor, a despeito de apresentar as duas correntes logo no início de sua tese, como se pode ver, se posiciona, de forma indubitável, sobre a questão. Nas primeiras linhas do texto, mesmo levantando algumas ressalvas à defesa

¹⁶⁴ João Martins Teixeira (1858-1906). Formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1871 e, posteriormente, se tornou titular da cadeira de Física Médica na mesma instituição. Também ocupou o cargo de chefe adjunto da Inspetoria Geral de Higiene do Rio de Janeiro.

¹⁶⁵ Ramiro Fortes de Barcellos (1851-1916) nasceu em Cachoeira do Sul, Rio Grande do Sul, em 23 de agosto de 1851. Formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro em 1873. Retornou à sua província de origem, onde conciliou o exercício da medicina na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre com a política.

¹⁶⁶ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0199, fl.10.

¹⁶⁷ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0199, fl.13.

¹⁶⁸ Louis François Charles Girou de Buzareingues (1773-1856) nasceu em Saint-Geniez-d'Olt, França, em 1º de março de 1773. Iniciou seus estudos de medicina em Montpellier e os completou em Paris em 1832. Além da carreira política, foi professor de anatomia geral na Escola Prática de Paris.

¹⁶⁹ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0199, fl.18.

¹⁷⁰ A obra de Girou de Buzareingues citada por José Cândido da Costa Sena é: BUZAREINGUES, C. G. *Philosophie physiologique, politique et morale*. Paris: Firmin-Didot, 1828. p. 312. A obra não se encontra digitalizada, contudo está catalogada na Biblioteca Nacional da França. Acessada em: <https://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb305129639>. Acesso em: 28/09/2023 às 14h56.

apaixonada de alguns partidários do anticonsanguinismo¹⁷¹, Sena não deixa transparecer dúvidas sobre sua posição contrária aos casamentos consanguíneos.

Entretanto, examinando-se imparcialmente as duas doutrinas opostas, não se pode deixar de concluir que se os anti-consanguinistas têm abduzido em favor de sua opinião alguns fatos contestáveis; se alguns têm levado muito longe as consequências da observação, é, todavia, o seu modo de pensar que deve ser aceito como verdadeiro¹⁷².

Assertivas como essa são recorrentes ao longo do texto e culminam na conclusão da tese, quando o autor afirma enfaticamente que, como “a observação, tendo mostrado os graves inconvenientes dos casamentos consanguíneos, já nos cônjuges, já na sua prole, o higienista deve condena-los rigorosamente”¹⁷³. Ainda, o autor evoca Devey para afirmar que “poucos pontos da etiologia mórbida se acham tão bem elucidados, como os que se referem à funesta influência da consanguinidade¹⁷⁴. A justificativa para tal posição, a observação de casos, foi o fio condutor de toda tese do médico mineiro que desenvolveu sua argumentação pautando-se basicamente no empirismo.

Em inúmeras passagens, Sena demonstra que o discurso médico de condenação aos casamentos consanguíneos encontrava respaldo na trajetória de variados grupos familiares que recorriam volumosamente a essa modalidade de matrimônio. Essa observação sustenta uma das principais hipóteses que esta tese levanta para o relativo sucesso do discurso médico-científico no engendramento dos comportamentos sociais: o discurso proferido pelo médico seria empírico para as famílias com base no já experimentado por elas, no já vivido. Nesse sentido, logo no princípio do texto, Sena aponta que “a influência desastrosa da união dos indivíduos da mesma família “está para nós fora de dúvida a vista dos fatos todos os dias observados¹⁷⁵” apesar de citar casos excepcionais de grupos familiares que

¹⁷¹ Costa Sena descreve quais são os fatos contestáveis a que ele se refere nessas linhas. Trata-se de apoiar-se na observação do reino animal que, na opinião do autor, geraram um amontoado de observações contraditórias. Contudo, Sena afirma que essa ressalva também se estende ao partido dos consanguinistas que se valiam da mesma estratégia e, por isso, também não poderiam ter seus argumentos validados quando baseados na observação do reino animal.

¹⁷² APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0199, fl.4. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/teses/brtacervo.php?cid=221>. Acesso em 14/09/2023 às 07h52.

¹⁷³ Idem.

¹⁷⁴ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0199, fl.41.

¹⁷⁵ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0199, fl.5.

abusavam dos casamentos consanguíneos e não havia registros de proles com deficiência. Sena aponta-os como exceções, sendo a regra a geração de prole com diversas patologias¹⁷⁶.

Ao longo de seu trabalho final, o autor elenca inúmeros exemplos colhidos junto a colegas de faculdade, médicos e professores.

Um nosso colega nos forneceu a seguinte observação: J. e M., tio e sobrinha, de constituição forte e de excelente saúde, e ambos pertencentes a uma família onde não existe vício hereditário, casam-se e têm 6 filhos: 1 gago, 1 míope e fraquíssimo, 1 acanhado física e intelectualmente, 1 de cabeça disforme, 1 que morreu na infância, e 1 bastante inteligente¹⁷⁷.

Do doutor A. Felício dos Santos, Sena busca o relato de “uma família antiga, em que os casamentos sistemáticos entre parentes têm por tal forma degradado a inteligência de seus membros e minado a sua constituição, que essa família, oriunda de um tronco bem-disposto física e moralmente, acha-se hoje quase extinta”¹⁷⁸. Por sua vez, da tese de doutorado de Ávila, Sena aponta um casal consanguíneo que, apesar de não apresentar patologias, gerou três filhos surdos-mudos em um total de quatro filhos. A única ouvinte contraiu matrimônio com um primo-irmão e gerou dois filhos, ambos surdos-mudos¹⁷⁹.

Em outra passagem, o autor revisita os textos do professor da cadeira de Clínica Interna da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, doutor João Vicente Torres-Homem, anticonsanguinista convicto, que reforça ainda mais o embasamento empírico na trajetória de inúmeras famílias que sustenta a condenação aos casamentos consanguíneos.

Conquanto eu tenha conhecimento pessoal de alguns casamentos consanguíneos, que não tiveram por consequência uma prole degenerada, sou, todavia, forçado a reputar estes fatos de excepcionais, a vista dos numerosos exemplos em contrário. Fastidiosa e por demais longa seria a enumeração destes exemplos, se eu quisesse referir somente os que eu conheço de perto e sobre os quais tenho sido consultado. Famílias inteiras, em que meus serviços médicos têm sido reclamados repetidas vezes, são vítimas do preconceito que os domina de não contraírem consorcio os seus membros senão entre

¹⁷⁶ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0199, fl.35.

¹⁷⁷ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0199, fl.24.

¹⁷⁸ Idem.

¹⁷⁹ Idem.

os seus. Filhos defeituosos, raquíticos, corcundas, coxos, deformes, epiléticos, idiotas, semi-imbecis, estrupidos, tais são os que ordinariamente procedem de pais consanguíneos¹⁸⁰.

De forma mais precisa, Homem elenca um caso específico dentre os inúmeros que afirma conhecer para descrever como um exemplo empírico do inconveniente dos casamentos consanguíneos.

Uma família conheço, cujo marido é primo irmão da mulher, cujos filhos em número de 6, não nasceram com defeito algum, é verdade, porém morreram todos; o mais velho de três anos, vítima de manifestações escrofulosas, acompanhadas de uma verdadeira cachexia, de uma depressão muito sensível das forças radicais do organismo, e outros com todos os sintomas de uma tuberculose pulmonar mesentérica. No entanto, nem no pai, nem na mãe nota-se sintoma algum destas moléstias gerais, penso, pois, que os casamentos consanguíneos são muito inconvenientes, devendo o médico, tanto quanto couber em sua alçada, impedi-los, mostrando as consequências que deles devem provir¹⁸¹.

Demonstrando ter observado atentamente a recorrência dessas patologias na sociedade em geral, Torres-Homem afirma que os inconvenientes apontados, “sobretudo os que se referem às moléstias diathesicas¹⁸²”, são às vezes completamente independentes da consanguinidade, “resultando da predisposição mórbida, herdada pelo filho, do pai ou da mãe”. Contudo, o professor afirma que “conquanto haja esta predisposição, a consanguinidade contribui de um modo evidente para que a predisposição se traduza por manifestações mais ou menos bruscas e gerais, as quais poderiam deixar de ter lugar, se não houvesse a influência perniciosa da união consanguínea”. O interessante é que Homem, ainda no século XIX, já está apontando a resposta que hoje, 2024, a medicina concede àqueles que questionam o risco dos casamentos intrafamiliares. Porém, o autor vai além, apontando que “em certos casos, apesar de se darem certas circunstâncias que nos levam a crer na influência da herança, mais tarde os fatos demonstram que o papel que representa a consanguinidade, se não foi único na produção dos resultados que notamos na prole, foi pelo menos o mais importante¹⁸³”. Nesse sentido, sempre recorrendo à empiria, Homem evoca o exemplo de uma mulher que

¹⁸⁰ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0199, fl.21-22.

¹⁸¹ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0199, fl.22.

¹⁸² Idem.

¹⁸³ Idem.

se casou com um primo apesar da resistência dos pais e gerou deste consórcio dois filhos. A primogênita do casal viveu cerca de 10 meses, enquanto o caçula, com doze anos à época, sofria de problemas no fígado e nos intestinos, “mostrando no físico e sobretudo no intelectual um notável acanhamento” atrelados a ataques epiléticos “acompanhados de uma semi-imbecilidade”. A mesma mulher, viúva depois de 4 anos de casamento com o primo, casou-se com um indivíduo completamente estranho a sua família, gerando três filhos bem desenvolvidos “e que nada sofrem quanto ao físico nem quanto ao intelectual”¹⁸⁴. José Cândido da Costa Sena arremata esse caso pontuando que nele “vemos a consanguinidade servindo de garantia a herança mórbida que, sem essa circunstância, podia ser cortada”¹⁸⁵. Sena conclui a análise das observações do seu professor de Clínica Interna apontando que ela reforça o postulado de Magne¹⁸⁶ de que “a consanguinidade propaga as doenças agravando-as, se ela as não produz” enquanto “o cruzamento das famílias oferece uma segurança que não devem desprezar os homens cuidadosos da felicidade e dos interesses de seus filhos”¹⁸⁷.

É importante ressaltar que a empiria se constituía um dos principais pilares da maioria das teses que foram analisadas nesta pesquisa. Conquanto Costa Sena tenha sido o único¹⁸⁸ mineiro cuja tese abordasse a querela dos casamentos consanguíneos como tema principal, outros nove formandos em medicina da província de Minas Gerais debruçaram-se sobre o assunto na sessão Proposições¹⁸⁹. Destes, Matheus Chaves de Magalhães¹⁹⁰ (1852-1894), que

¹⁸⁴ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0199, fl.23.

¹⁸⁵ Idem.

¹⁸⁶ Citado por Boudin no *Bolletín de la Siciété d'Anthropologie* 1863, p.548

¹⁸⁷ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0199, fl.23.

¹⁸⁸ José Cândido da Costa Sena é o único mineiro a abordar os casamentos consanguíneos como tema principal de sua tese, dentre aquelas 253 que compõe o acervo do fundo de Teses Médicas do APM.

¹⁸⁹ Vale ressaltar que o Decreto nº1387 de 28 de abril de 1854 referente às faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, ao versar sobre a obrigação da apresentação das teses pelos formandos em medicina, estabelecia que o discente deveria eleger três temas para redigir proposições acerca deles, sendo um relativo a cada seção do curso médico: Ciências Acessórias, Ciências Cirúrgicas e Ciências Médicas. Um destes temas seria elencado para o desenvolvimento aprofundado da tese e, para os outros dois, bastava a redação de proposições curtas. [Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1387-28-abril-1854-590272-publicacaooriginal-115439-pe.html>. Artigo 119. Acesso em 16/09/2023 às 18h02.] e [GRANDA, José. *Arte de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na corte Imperial*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.].

¹⁹⁰ Matheus Chaves de Magalhães (1852-1894) nasceu em Passos, Minas Gerais. Era filho de Florentino José de Magalhães e Mariana Rita de Jesus Chaves e consta como ex-aluno do Seminário do Caraça em 1861. Por sua vez, em 1885, ele é listado no Dicionário Biográfico Português como médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e em exercício da clínica em sua

apresentou a tese¹⁹¹ no mesmo dia que Sena, 22 de dezembro de 1875, destaca-se como aquele que mais veemente posicionou-se contra os casamentos consanguíneos¹⁹². Para o formando, em cuja banca encontrava justamente o doutor João Vicente Torres-Homem, “a opinião eminente dos observadores há muito tempo se pronuncia sobre os maus resultados das uniões consanguíneas”¹⁹³ de forma que “a observação demonstra terminantemente os perigos dessas uniões”¹⁹⁴.

Menos enfático, mas sem deixar dúvidas quanto a sua oposição aos casamentos intrafamiliares, outro formando, mas em 1880, João Antônio Lopes de Figueiredo¹⁹⁵, admite que “em relação aos casamentos consanguíneos, os mestres dividem-se em dois campos opostos”. Para o autor, “a despeito da ciência ainda não ter dito sua última palavra, a observação tem mostrado que os casamentos entre parentes próximos devem ser condenados a bem da higiene”¹⁹⁶. Em outras passagens, Figueiredo recorre à empiria para apontar que “tem-se visto, por herança, passar de pais a filhos não só os defeitos inatos como adquiridos”¹⁹⁷ e “a

cidade natal. Faleceu em Ribeirão Preto, São Paulo. Cf. Lista de estudantes do Colégio do Caraça disponível em: <https://www.santuariodocaraca.com.br/o-colegio-e-seminario/ex-alunos/lista-de-ex-alunos/lista-de-ex-alunos-letra-m/>. Acesso em 29/09/2023 às 18h52; ARANHA, Brito. *Dicionário Biográfico Português. Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brazil*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1900. p.11; Biografia de Matheus Chaves de Magalhães disponível em: <https://www.familysearch.org/tree/person/about/LT7D-8DN>. Acesso em 29/09/2023 às 20h28.

¹⁹¹ O tema principal da tese de Matheus Chaves de Magalhães foi as doenças do fígado. A tese intitula-se *Do diagnóstico das doenças do fígado e seu tratamento*. Cf. Arquivo Público Mineiro (APM) – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0142 Matheus Chaves de Magalhães. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/teses/brtacervo.php?cid=164>. Acesso em 16/09/2023 às 15h03.

¹⁹² É interessante observar que Matheus Chaves de Magalhães é neto materno de Joaquim Rodrigues Chaves e Rosa Maria de Jesus, portanto, membro de um grupo familiar que o autor desta tese estudou em sua dissertação de mestrado e que apresentou índices expressivos de consanguinidade. Para a geração de Matheus, de bisnetos do português André Rodrigues Chaves, foi possível levantar 80% de indivíduos que encetaram uniões consanguíneas. Desta forma, é crível que quando o formando disserta em sua tese de doutoramento de forma veemente contra os casamentos intrafamiliares alegando para isso a observação recorrente de filhos de casais consanguíneos que apresentam patologias diversas, Matheus estivesse olhando para sua própria família. Essa é uma pesquisa que demanda tempo para investigação e que o autor desta tese deseja enveredar-se em um trabalho futuro. Cf. CHAGAS, Gabriel Afonso Vieira. **Estratégia de família: casamentos endogâmicos em grupos familiares do entorno da Serra do Camapuã (1750-1890)**. p.114-119.

¹⁹³ Arquivo Público Mineiro (APM) – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0142 Matheus Chaves de Magalhães, fl.97. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/teses/brtacervo.php?cid=164>. Acesso em 16/09/2023 às 15h03.

¹⁹⁴ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0142, fl.98.

¹⁹⁵ João Antônio Lopes de Figueiredo sustentou sua tese em 15 de setembro de 1880 com o título *Do diagnóstico dos tumores do testículo*. A banca foi formada pelos professores Martins Teixeira (consanguinista citado por Costa Sena), Ferreira dos Santos e Benício de Abreu.

¹⁹⁶ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0077, fl.77.

¹⁹⁷ Arquivo Público Mineiro (APM) – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0077 João Antônio Lopes de Figueiredo, fl.77. Disponível em:

herança por influência é um fato atestado pela observação¹⁹⁸. Esse dado reforça os estudos de Jean Luiz Neves de Abreu que, ao investigar as teses de médicos mineiros arquivadas no Arquivo Público Mineiro, apontou que havia uma tendência à valorização da observação mediante a descrição dos casos observados, via autópsia ou prática clínica¹⁹⁹. O autor ainda reforça que a observação era um dos três princípios basilares da tradição médica francesa do século XIX²⁰⁰.

Gradativamente, segundo Abreu, a estatística surge com o papel de respaldar as atividades médicas pautadas na observação²⁰¹. É justamente essa estratégia que José Cândido da Costa Sena adota em sua tese para reforçar seus argumentos e demonstrar numericamente que as patologias apontadas nas observações suas e de seus contemporâneos eram recorrentes nas famílias que se uniam maritalmente de forma endogâmica. O autor, na tese de 1875, recorre demoradamente à estatística, tida por ele como um sólido fundamento para embasar uma opinião científica, uma vez que a medicina científica, que “hoje apenas se começa”, teria como dever se embasar no método estatístico²⁰²²⁰³. Para tanto, Sena dedica o segundo capítulo de sua tese à observação e a estatística, intitulando-o de *Meios de resolver a questão: a observação e a estatística*. Como instrumento de observação, para além dos exemplos empíricos elencados acima, Sena evoca exemplos generalizantes como o caso dos judeus, no meio dos quais, segundo ele, são frequentíssimas as uniões entre parentes próximos, resultando em elevado índice de surdos-mudos quando

<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/teses/brtacervo.php?cid=99>. Acesso em 16/09/2023 às 16h22.

¹⁹⁸ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0077, fl.78.

¹⁹⁹ ABREU, Jean Luiz Neves de. Discípulos de Asclépio: As teses médicas e a medicina Acadêmica no oitocentos (1836-1897). *Almanack*, Guarulhos, n. 22, p. 7-40, ago. 2019. p.15.

²⁰⁰ Idem.

²⁰¹ Idem.

²⁰² APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0199, fl.33.

²⁰³ Importa ressaltar que a utilização médica da estatística também gerava calorosos debates na academia de medicina do século XIX. Para proteger-se de possíveis críticas, José Cândido da Costa Sena, deixa claro seu conhecimento dessa querela e busca reforçar que a utilização da estatística com o devido crivo pode ser importante aliada no avanço dos estudos médicos. “Sem dúvida, graves objeções podem ser feitas ao método estatístico aplicado por Jean-Christian-Marc-François-Joseph Boudin (1806-1867) para a solução desse problema. A estatística, com efeito, só ligando importância aos algarismos brutos, esquece circunstâncias da mais alta importância para a questão: o estado hígido ou mórbido dos progenitores de tais e tais cegos, surdos-mudos ou alienados; a constituição e o temperamento dos cônjuges, a proporção ou desproporção de sua idade, etc. etc.; mas é também fora de dúvida que esse método, auxiliado pelas inumeráveis observações em que as circunstâncias por ele desprezadas foram cuidadosamente atendidas, constituem sólido fundamento para uma opinião e um meio de investigação a que, segundo nos parece, pouquíssimas causas de doença seriam capazes de resistir.” Cf. APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0199, fl.33.

comparados ao das “seitas com que eles vivem e onde essas alianças são proibidas²⁰⁴”²⁰⁵.

Em relação à estatística, o autor não realiza uma sistemática pesquisa numérica no território do Império do Brasil. Antes afirma que não há dados que apontem nem para o quantitativo dos inúmeros casamentos consanguíneos encetados no país²⁰⁶. Então, para compor a sustentação de sua tese, Costa Sena se viu obrigado a evocar os dados de Franz Ignaz Pruner²⁰⁷ (1808-1882) no Cairo²⁰⁸, Boudin²⁰⁹, José Francisco Xavier Sigaud, Francis Marie Antoine Devay e Antony Adolphe Chipault na França e Samuel Gridley Howe²¹⁰ (1801-1876) na Inglaterra. O primeiro pesquisador francês debruçou-se sobre 100 famílias parisienses e concluiu que os casamentos entre primos-irmãos aumentavam em 18 vezes a probabilidade de nascimento de crianças surdo-mudas comparativamente a casamentos exógamos, ao passo que, quando o casamento era entre tios e sobrinhas, o índice atingia 37 vezes e saltava para 70 em casamento entre sobrinhos e tias²¹¹. Seguindo a mesma metodologia, Sigaud, que se debruçou sobre outros lugares da França, apontou para a recorrência 15 vezes maior da surdo-mudez entre os casais aparentados entre si²¹². Por sua vez, Devay analisou 612 famílias e concluiu que os

²⁰⁴ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0199, fl.8.

²⁰⁵ A segunda parte do primeiro capítulo da tese se baseia em visitar as interdições religiosas de vários povos à consanguinidade, à semelhança do que fez Simoni no texto que responde ao concurso de 1867 e que foi trabalhado nos tópicos iniciais deste último capítulo. Contudo o autor termina a parte pontuando que isso era campo da filosofia, uma vez que as religiões não se baseavam na natureza para redigir suas interdições. Por isso “não podem servir de base à higiene, cujas doutrinas se devem basear a observação direta.” Cf. APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-01-99, fl.15.

²⁰⁶ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0199, fl.16.

²⁰⁷ Franz Ignaz Pruner (1808-1882) é conhecido pelo codinome Pruner-Bey. É interessante notar que foi com esse nome que José Cândido da Costa Sena citou o autor. Pruner nasceu em 8 de março de 1808 em Pfreimd, Oberpfalz, Alemnaha. Formou-se em medicina pela Faculdade de Munique em 1831 e enveredou-se pelos campos da oftalmologia e da antropologia. Após participar de uma expedição científica ao Egito, radicou-se no país, assumindo a cadeira de anatomia e fisiologia na escola de medicina de Abuzabel, Cairo. Faleceu em Pisa, na Itália em 29 de setembro de 1882.

²⁰⁸ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0199, fl.9.

²⁰⁹ Os autores que já foram abordados em partes anteriores deste trabalho não terão suas biografias redigidas novamente neste espaço para não estender demasiadamente este trabalho. Sobre eles, orienta-se consultar os capítulos anteriores.

²¹⁰ Samuel Gridley Howe (1801-1876) nasceu em Pearl Street em Boston, Massachusetts, em 10 de novembro de 1801. Formou-se em medicina em 1824 na Harvard Medical School e rumou à Grécia, onde serviu na revolução grega como cirurgião além de chegar a comandar tropas. Passou um período na Inglaterra e depois regressou aos Estados Unidos da América onde destacou-se no movimento abolicionista. Especializou-se em oftalmologia e foi um relevante defensor da educação para cegos. Foi nessa temática que realizou seus estudos acerca da consanguinidade que foram citados por José Cândido da Costa Sena.

²¹¹ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0199, fl.25.

²¹² APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0199, fl.26.

casamentos consanguíneos geram graves inconvenientes²¹³ enquanto Chipault observou 18 cidadãos bem constituídos que geraram 38 filhos surdos-mudos em Paris no ano de 1863. Ainda, Howe observou 17 casamentos consanguíneos, que produziram 95 filhos: “44 idiotas, 12 escrofulosos, 1 mudo, 1 anão e 37 de saúde sofrível”²¹⁴. Esses números parecem ter convencido também Matheus Chaves de Magalhães que, em suas proposições, pontua que “as estatísticas confirmam a observação, mostrando que o número de surdos-mudos, idiotas e mal conformados é, nos indivíduos produtos dessas uniões (casamentos consanguíneos), muito superior aos dos casamentos cruzados”²¹⁵.

Com esses dados lançados, José Cândido da Costa Sena buscou nos estudos de Rilliet de Genebra, publicados em 1856, a sistematização das principais patologias geradas pelos progenitores consanguíneos entre si. Dessa forma, os casamentos intrafamiliares seriam a principal causa das mortes prematuras em crianças com menos de um ano de idade, surdo mudez, fala dificultosa e lenta, fala tardia, hidrocefalia, alienados, monstruosidade e abortos. Além disso, o pesquisador suíço aponta que, relativamente aos cônjuges, a consanguinidade estaria por trás da esterilidade, demora da concepção e concepção imperfeita²¹⁶.

Atravessando o Atlântico Norte, o autor elencou dados levantados por Boudin relativos aos Estados Unidos da América e, demonstrando conhecimento acerca das pioneiras pesquisas do campo da oftalmologia sobre a retinite pigmentosa, discorreu sobre o trabalho de Oskar Liebreich em Berlim. A despeito de Sena reputar erroneamente²¹⁷ ao alemão o pioneirismo em atribuir a consanguinidade a diversas lesões do aparelho visual – particularmente a retinite pigmentar²¹⁸ –, o autor presta um relevante serviço, ao apontar que, aplicando a mesma metodologia, o oftalmologista brasileiro doutor José Lourenço de Magalhães identificou a

²¹³ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0199, fl.19.

²¹⁴ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0199, fl.24.

²¹⁵ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0142, fl.98. É relevante lembrar que Matheus Chaves de Magalhães pode estar se referindo a sua própria família, uma vez que, como já apontado, a família Chaves chegou a atingir 80% de casamentos intrafamiliares na geração de Matheus.

²¹⁶ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0199, fl.23. Extraído da obra citada por Boudin no *Bulletin de la Société d'Anthropologie*-1863. p.548.

²¹⁷ Os primeiros relatos da associação entre retinite pigmentar e surdez foram feitas por Albrecht Von Graefe em 1858. Três anos depois, em 1861, o também alemão Liebreich encontrou os mesmos resultados utilizando-se da mesma metodologia de Graefe. A pesquisa deste último assumiu um papel de confirmação dos dados levantados pelo primeiro. Talvez por isso, José Cândido da Costa Sena tenha o confundido com o pioneiro na identificação da patologia com os casamentos consanguíneos.

²¹⁸ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0199, fl.27.

recorrência da moléstia no Brasil. Analisando famílias em que havia qualquer ocorrência da patologia em Estância, na província de Sergipe, e na Corte, Rio de Janeiro, Magalhães demonstrou que a retinite pigmentosa ocorria prioritariamente em filhos de casais de elevada proximidade consanguínea, como primos-irmãos²¹⁹. Por sua vez, o autor ainda apresenta os trabalhos do doutor José Ignácio que obteve o mesmo resultado ao aplicar a mesma metodologia em Montevideo, Uruguai²²⁰.

A tese de José Cândido da Costa Sena é uma fonte privilegiada de análise da construção do discurso anticonsangüinista e da forma pela qual seus partidários traduziram esse discurso para as camadas populares. É importante ressaltar que, ao debater o interdito ou não aos casamentos consanguíneos, consangüinistas e anticonsangüinistas estão objetivando engendrar os comportamentos sociais, no âmbito mais íntimo da sociedade, que seja as relações maritais no seio das famílias. Desta forma, no decorrer da tese de Sena, o autor começa a valer-se de exemplos do reino animal, especificamente dos animais domésticos, para possibilitar que o cidadão comum, majoritariamente radicado no campo, pudesse compreender os funestos inconvenientes dos casamentos consanguíneos. É válido lembrar que o público a que se destina o texto acadêmico de Sena são os seus professores e pares da medicina, contudo a intenção do autor é, claramente, munir de argumentos aqueles que porventura conseguir convencer para que reverberem o discurso de forma inteligível aos pacientes assistidos. Nesse sentido, o autor evoca a interdição ao cruzamento entre os animais de grande proximidade familiar em diversas espécies domésticas, tais como, cavalo, boi, cachorro e aves²²¹ que erram corriqueiras em um Brasil majoritariamente agrário e, portanto, de fácil compreensão pelo cidadão rural.

Aproveitando-se da incursão no reino animal²²², Costa Sena adverte para a necessidade de diferenciação entre o cruzamento de elementos de uma mesma raça²²³, que para ele não teria problema nenhum, com o cruzamento entre

²¹⁹ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0199, fl.27.

²²⁰ Idem.

²²¹ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0199, fl.38-39.

²²² De forma enfática, a incursão do trabalho de José Cândido da Costa Sena no reino animal ocorre na conclusão, a partir das páginas 35 a 41. Contudo, ao longo do texto, o autor recorre diversas vezes a essa estratégia como quem desejasse munir os leitores, também médicos, de elementos que pudessem convencer o paciente, cidadão comum, da necessidade de abandono dos casamentos consanguíneos.

²²³ É relevante apontar que José Cândido da Costa Sena baseia sua argumentação de cruzamento entre os indivíduos em Charles Darwin, citando especificamente a obra *A Origem das Espécies*. Em dois momentos da tese, página 5 e na página 17 o autor afirma que a lei do cruzamento é geral na

indivíduos de uma mesma família, que deveria ser interdito pelos higienistas²²⁴. O autor acusa, na abertura do segundo capítulo, os consanguinistas de “confundir o parentesco de família com o de raça”²²⁵. O alerta de Sena se justificava pela construção do discurso consanguinista que argumentava, como se verá no decorrer deste tópico, que a miscigenação racial nas espécies animais seria prejudicial à pureza racial que deveria ser prezada. A esta questão, Sena aponta para a necessidade de discriminar o reino animal do ser humano, cravando que a família “é o único campo de estudo verdadeiramente proveitoso para o higienista”²²⁶. Matheus Chaves de Magalhães vai na mesma direção que o colega de turma, pontuando que “certos animais obtidos por esse processo, e considerados pela escola consanguinista como tipos de perfeição, não podem, para o observador imparcial, servir de modelo à procriação do homem”²²⁷. Magalhães vai além, ao recorrer à opinião dos agrônomos que, segundo ele, quase unanimemente atestariam que “o processo consanguíneo dá péssimos resultados nos animais domésticos”²²⁸. Dessa forma, “em razão das moléstias e dos defeitos transmissíveis por hereditariedade tão comuns nos animais, as uniões cruzadas são de grande vantagem”²²⁹. Ainda mais, para Magalhães, “os efeitos da consanguinidade são mais sensíveis nos homens do que nos outros animais: nestes as afecções comuns à espécie humana e a espécie doméstica transmitem-se menos pela consanguinidade, por causa da escolha dos pares reprodutores e pelo afastamento dos produtos doentes e viciosos”²³⁰.

Outra contraposição ao discurso do partido consanguinista que Sena julga ser necessária em sua tese é o contra-argumento acerca dos exemplos de famílias que, valendo-se recorrentemente de casamentos consanguíneos de extrema proximidade, geravam prole saudável e longeva. Esta é uma questão que também se impôs ao professor de Clínica Interna, João Vicente Torres-Homem, cuja citação foi feita nas linhas precedentes. Contudo, Torres-Homem não se enveredou por destrinchar essa questão, antes sustentou sua argumentação inteiramente na empiria que munia os anticonsanguinistas de inúmeros exemplos da necessidade de

natureza segundo defendeu Charles Darwin. Cf. APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0199, fl.5 e 17.

²²⁴ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0199, fl.09-11.

²²⁵ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0199, fl.15.

²²⁶ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0199, fl.16.

²²⁷ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0142, fl.98.

²²⁸ Idem

²²⁹ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0142, fl.99.

²³⁰ Idem.

interditar as uniões intrafamiliares. Sena vai além de Torres-Homem, recorrendo a Prosper Lucas, em seu *Traité Philosophique e physiologique de l'Heredité Naturelle*²³¹ para fornecer uma resposta satisfatória a questão.

A consanguinidade na união dos sexos será fisiológica, isto é, achar-se-á boas condições de saúde nos membros unidos da mesma família? Os resultados variam conforme o sistema de aliança prossegue ou não. Na primeira e, mesmo às vezes, na segunda geração, ela pode não determinar efeitos maus; porém, a experiência prova de maneira peremptória, que, prolongando-se além desse limite, e no caso de não acarretar o desenvolvimento de um mal hereditário, a consanguinidade causa o abastardamento da espécie e da raça, a duplicação de todas as enfermidades, de todos os vícios, de todas as predisposições más do corpo e da alma, o torpor de todas as faculdades mentais, o embrutecimento, a loucura, a impotência, a morte muito próxima do nascimento, entre os produtos. O homem, os animais, e os próprios vegetais, ressentem-se, nestas condições, dos mesmos efeitos²³².

Assim, a saída encontrada por Lucas é considerar que a consanguinidade precisava, em algumas famílias, de mais de uma geração para gerar descendentes com patologias hereditárias. Matheus Chaves de Magalhães novamente reverbera a opinião de Sena em suas proposições, pontuando que “as uniões consanguíneas são tanto mais inconvenientes quanto mais repetidas na mesma série”. Para o autor “essa progressão de funestos resultados pode ser mesmo geométrica”²³³. Nesse sentido, se não é possível afirmar através das fontes consultadas que o Conde de Prados mudou sua posição acerca dos casamentos consanguíneos baseando-se em casos empíricos de crianças que nasceram portadoras de alguma anomalia observados em sua família, pode-se ao menos afirmar que o acesso a essa literatura que surgia contribuiu para a aceitabilidade deste postulado de forma a mudar o comportamento matrimonial de sua família. Além disso, é lógico acreditar que a empiria, ou seja, os exemplos levantados pelos anti-consanguinistas coadunavam com aquilo que Armond e outros médicos observavam na sociedade em que estavam inseridos, munindo-os de argumentação que teve papel relevante no engendramento do comportamento social acerca dos casamentos consanguíneos. A decisão de abandono dessa modalidade de união intrafamiliar é

²³¹ A obra citada por Sena é: LUCAS, Prosper. *Traité Philosophique e physiologique de l'Heredité Naturelle*. Tomo 2º, p.904.

²³² APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0199, fl.30-31.

²³³ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0142, fl.99.

sensível quando o pesquisador se debruça sobre a queda vertiginosa de casamentos intrafamiliares que estampam os números que abrem esta tese no primeiro capítulo. Neste ponto está, talvez, a raiz do senso comum que hoje enxerga nos casamentos consanguíneos uma aberração e volve os olhares mais preconceituosos possíveis àqueles que porventura olhem para os parentes como possibilidade de mercado matrimonial no século XXI.

É possível crer que, já na geração de Camillo Armond, a maioria dos médicos se posicionava de forma contrária às uniões matrimoniais intrafamiliares. É o que atesta uma pequena amostragem que foi possível extrair das teses de médicos mineiros formados na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e que se encontram disponíveis no Arquivo Público Mineiro. Das 10 teses que abordam os casamentos segundo a higiene, apenas dois o fazem como temática principal: Costa Sena, que foi analisado detidamente nas páginas anteriores, e João Pinheiro de Campos²³⁴ (1863-?), que escreve dezesseis anos depois, em 1891²³⁵. Os outros oito reservaram o assunto para a escrita das proposições sobre a sessão de Clínica Médica. Destes, quatro posicionaram-se contra os casamentos consanguíneos e um de forma favorável, ou seja, pontuando que a consanguinidade não é responsável pelas patologias que afligem as famílias. Ainda, três formandos, Theodoro da Costa Mattos²³⁶ (?-?), que sustentou a tese em 1878²³⁷, Alfredo Garção Stockler de Lima²³⁸

²³⁴ João Pinheiro de Campos (1863-) nasceu em Passa Tempo, Minas Gerais. Formou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1891. Constava como médico, em exercício de suas funções, na cidade de Prados, Minas Gerais em 12 de outubro de 1893, cerca de dois anos após sua formatura. [Dados disponíveis em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6XMJ-KK88>. Acesso em 03/10/2023 às 06h45; *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta de Notícias*, número 284, 12 de outubro de 1893, página 1. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1893_00284.pdf. Acesso em 03/10/2023 às 06h49].

²³⁵ Arquivo Público Mineiro (APM) – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0031 João Pinheiro de Campos, fl.24. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/teses/brtacervo.php?cid=53>. Acesso em 20/09/2023 às 06h09.

²³⁶ Theodoro da Costa Mattos (?-?), segundo o assento de matrimônio encetado com Isabel Liberal de Mattos, nasceu em Santa Rita do Sapucaí, Minas Gerais. Como Theodoro e Isabel se casaram em 20 de fevereiro de 1879 na Capela do Colégio de Nossa Senhora da Conceição da Praia de Botafogo, é crível que o casal tenha residido no Rio de Janeiro por algum tempo após o consórcio, neste caso, os primeiros anos de exercício da medicina por Theodoro. Contudo, não foram encontrados outros dados sobre a trajetória do médico em questão. Cf. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939F-KPSQ-G1?view=index&personArk=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3A6X8G-YHCT&action=view>. Acesso em 03/10/2023 às 09h09.

²³⁷ Arquivo Público Mineiro (APM) – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0149 Theodoro da Costa Mattos, fl.106. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/teses/brtacervo.php?cid=171>. Acesso em 18/09/2023 às 10h14.

(?-1893), que o fez em 1892²³⁹, e José Ribeiro da Silva²⁴⁰ (1872-1919), defendendo em 1894²⁴¹, concentram-se na questão da idade dos nubentes para a contração do matrimônio²⁴² e discorreram acerca do debate sobre a necessidade de interdito aos casamentos intrafamiliares sem se posicionarem. O primeiro apontou que os casamentos consanguíneos aumentavam o coeficiente de hereditariedade sem definir se isso seria positivo ou negativo, enquanto o segundo apenas atestou que a sífilis é transmitida hereditariamente e, portanto, pessoas sífilíticas deveriam ser interditas ao casamento, mas não discorreu demasiadamente sobre o tema. Por sua vez, o último reservou à higiene “com seus preceitos e ao médico com seus conselhos” resolverem a “importante questão das alianças consanguíneas”, sem, contudo, opinar sobre a querela²⁴³.

²³⁸ Alfredo Garção Stockler de Lima (?-1893) nasceu em Piumhi, Minas Gerais em cerca de 1865. Formou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1892 e retornou a sua cidade natal. Segundo o Jornal *O Campo Belo*, poucos meses após seu regresso, Lima foi assassinado em 09 de fevereiro de 1893 por Pedro Moreira Werneck com dois tiros. Cf. *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *O Campo Belo*, número 36, 17 de setembro de 1893, página 1. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://memoria.bn.br/DocReader/873276/1>. Acesso em 03/10/2023 às 06h18.

²³⁹Arquivo Público Mineiro (APM) – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0126 Alfredo Garção Stockler de Lima, fl.83. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/teses/brtacervo.php?cid=148>. Acesso em 03/10/2023 às 06h22.

²⁴⁰ José Ribeiro da Silva (1872-1919) nasceu em Oliveira, Minas Gerais, em 16 de janeiro de 1872. Segundo a Academia Mineira de Medicina, depois de formar-se médico em 1894 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. Juca, como era alcunhado, exerceu a profissão na sua terra natal. Segundo a mesma fonte, ele teria recusado o convite de reger a Cadeira de Física Médica, quando da fundação da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte. Também teria recusado o mesmo cargo na Faculdade de Medicina de São Paulo. Faleceu no Rio de Janeiro em 01 de outubro de 1919. Cf. Disponível em: <http://www.acadmedmg.org.br/ocupante/jose-ribeiro-da-silva/>. Acesso em 03/10/2023 às 09h32.

²⁴¹ Arquivo Público Mineiro (APM) – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0211 José Ribeiro da Silva, fl.46. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/teses/brtacervo.php?cid=216>. Acesso em 18/09/2023 às 10h16.

²⁴² Curioso é que Alfredo Garção Stockler de Lima é o único médico sobre o qual essa tese se debruçou que defendia que a idade dos nubentes não interferia na saúde da prole. Todos os demais apontavam que casamentos precoces eram responsáveis pela geração de prole com diversas patologias e más-formações, indicando ser essa uma questão que não gerava debates, ao contrário dos casamentos intrafamiliares que foram razão de caloroso debate na academia médica.

²⁴³ Arquivo Público Mineiro (APM) – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0126 José Ribeiro da Silva, fl.83. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/teses/brtacervo.php?cid=148>. Acesso em 20/09/2023 às 16h48.

Gráfico 11: Posicionamento dos formandos de medicina mineiros, cuja teses se encontram no APM, acerca da interdição aos casamentos consanguíneos



Fonte: Arquivo Público Mineiro (APM) – Biblioteca – Teses Médicas. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/teses/search.php?query=&and=AND&dt1=&dt2=¬acao=&nantiga=&ordenar=30&asc_desc=10&submit=Executar+pesquisa&action=results&id_REQUEST=0a94dda04639b057c378d68c46f298c0. Acesso em 15/09/2023 às 07h46.

Essa pequena amostragem fornecida pelo fundo Biblioteca do APM permite concluir que do total de 10 teses que abordam os casamentos consanguíneos de alguma forma, 50% são favoráveis a interdição a essa prática, 20% a consideram inofensiva, enquanto 30% não conseguem fornecer uma opinião formada sobre o assunto. A análise dos argumentos daqueles que se posicionaram contra os casamentos intrafamiliares permitiu concluir que os mais recorrentes se pautavam justamente na observação de casos.

A observação, tendo mostrado que da união contraída em condições perfeitamente normais, a não ser a consanguinidade dos cônjuges, resultam constantemente produtos predispostos a certas moléstias, ou já atacados de outras, não menos frequentes depois dessa circunstância, deve-se atribuir a consanguinidade mesma a origem dessas moléstias e abrir-se-lhe por conseguinte um lugar no quadro etiológico²⁴⁴.

²⁴⁴ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0199, fl.31.

Comungando da mesma opinião de Sena, Matheus Chaves de Magalhães completa o raciocínio do colega de turma asseverando que “comparada, porém, com as outras causas de doenças, a consanguinidade se impõe com força ao espírito do higienista”²⁴⁵. Ainda, na mesma linha dos dois, Tibúrcio Antônio da Paixão²⁴⁶ (1852-1902) pontua que “a hereditariedade debaixo de todos os pontos de vista deve merecer a mais séria atenção quando se pretender analisar o matrimônio”. O autor ainda vai além ao concluir enfaticamente que “o casamento entre parentes muito próximos deve ser contraindicado”²⁴⁷. Essa também é a opinião de José Pedro Drummond²⁴⁸ (1855-1923)²⁴⁹ que afirma que “a prole mais ou menos se recente dos casamentos consanguíneos, quer se apele para a hereditariedade, quer para o estado do sangue”²⁵⁰.

Os anticonsanguinistas consultados são unânimes em advogar a seu favor que eles se posicionam de acordo com o que era postulado pela maioria dos médicos mais renomados de seu tempo. João Pinheiro de Campos, consanguinista convicto, também admite em sua tese, defendida em 1891, que o partido dos anticonsanguinistas era muito mais numeroso e contava com os mais renomados

²⁴⁵ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0142, fl.98.

²⁴⁶ Tibúrcio Antônio da Paixão (1852-1902) nasceu em 22 de novembro de 1852 em Senhor do Bom Jesus do Rio Pardo, atual Argirita, Minas Gerais. Formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro defendendo a tese *Chylúria* em 30 de setembro de 1881. Atuou como médico em São João Nepomuceno e Juiz de Fora, Minas Gerais. Foi um dos fundadores da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora e membro do Conselho de Intendência da cidade, em 1890. Faleceu em São Sebastião da Estrela, atual Estrela Dalva, Minas Gerais em 25 de novembro de 1902. Cf. Disponível em https://pt.everybodywiki.com/Tib%C3%BArcio_Ant%C3%B4nio_da_Paix%C3%A3o. Acesso em 03/10/2023 às 09h49.

²⁴⁷ Arquivo Público Mineiro (APM) – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0174 Tibúrcio Antônio da Paixão, fl.46. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/teses/brtacervo.php?cid=196>. Acesso em 16/09/2023 às 16h37.

²⁴⁸ José Pedro Drummond sustentou sua tese em 22 de dezembro de 1880 com o título *Phthisica Pulmonar*. Dentre as três proposições necessárias, elegeu a questão dos casamentos consanguíneos posicionando-se contra a prática. É relevante apontar que a banca de avaliação do trabalho de Drummond era composta pelos doutores João Damasceno Peçanha da Silva, João Vicente Torres Homem e Vicente Candido Figueira de Saboia. Estes três destacaram-se como relevantes anticonsanguinistas conforme foi trabalhado neste e no capítulo antecedente.

²⁴⁹ José Pedro Drummond (1855-1923) nasceu em São Domingos do Prata em 24 de fevereiro de 1855. Fez estudos de Humanidades no colégio do Caraça e no seminário de Mariana. Rumou ao Rio de Janeiro, onde formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1880. Uma vez formado, fixou residência em Santa Bárbara, Minas Gerais, onde clinicou por 16 anos. Posteriormente, Drummond envolveu-se na política, cursou Direito pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, formando-se em 1902. Foi Senador Estadual entre 1891 e 1918. Faleceu em Belo Horizonte em 20 de novembro de 1923. Cf. Disponível em: <http://dionisiano.blogspot.com/2020/03/dr-jose-pedro-drummond-edelberto.html>. Acesso em 03/10/2023 às 16h41.

²⁵⁰ Arquivo Público Mineiro (APM) – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0065 José Pedro Drummond, fl.226. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/teses/brtacervo.php?cid=87>. Acesso em 16/09/2023 às 16h03.

nomes do campo médico de sua época. Ele justifica essa superioridade numérica de seus adversários alegando que era lamentável que “individualidades de alto critério científico e que tanta luz poderiam ter derramado sobre essa questão, se tenham deixado cegar pela luta renhida e tenaz pelo excesso do entusiasmo (...) procurando sistemática e apaixonadamente sustentar suas opiniões e para isso valendo-se dos recursos capciosos de suas robustas inteligências”²⁵¹. Sena, anticonsanguinista que elegeu a temática como objeto central de sua tese de doutorado, admite que esta questão havia dado lugar a discussões calorosas, “como jamais provocou a determinação de uma causa em patologia”. Ainda assim, para o autor, como “as observações aduzidas pelos consanguinistas”, estavam “longe de competir em número com as de seus adversários”, ele sentia-se “levado a pensar com Devay, que poucos pontos de etiologia mórbida se achavam tão claramente estabelecidos como o que diz respeito à influência desastrosa da consanguinidade”²⁵². Em outra passagem, logo no início da tese, o autor já aponta que “a imensa maioria das autoridades científicas” são favoráveis a “mistura das famílias”²⁵³, retomando a afirmação páginas à frente quando afirma que “as uniões consanguíneas, sendo reputadas nocivas pela imensa maioria dos juízes, os mais competentes, não podem ser consentidas e muito menos aconselhadas pelo higienista”²⁵⁴. Contudo, dissertando sobre o assunto, Matheus Chaves de Magalhães admite que “as exigências sociais podem algumas vezes justificar as uniões consanguíneas” aceitando que seria impossível vetar todos os casamentos consanguíneos devido aos interesses neles envolvidos. Porém, o autor adverte severamente que “o higienista só em circunstâncias muito excepcionais pode consentir nessas alianças”²⁵⁵. A redação de Magalhães lança luz na dificuldade enfrentada pelos médicos anti-consanguinistas que, no último quarto do século XIX, objetivavam convencer as famílias a abandonar essa prática matrimonial consanguínea que, em várias delas, era longa e arraigada.

Trata-se aqui de contrapor o discurso médico-científico que apontava os inconvenientes das uniões intrafamiliares com a imensa gama de interesses

²⁵¹ Arquivo Público Mineiro (APM) – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0031 João Pinheiro de Campos, fl.24. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/teses/brtacervo.php?cid=53>. Acesso em 20/09/2023 às 06h09.

²⁵² APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0199, fl.32.

²⁵³ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0199, fl.5.

²⁵⁴ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0199, fl.31.

²⁵⁵ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0142, fl.98.

envolvidos nas escolhas matrimoniais de diversos grupos familiares brasileiros. Essas motivações, abordadas nos primeiros tópicos do capítulo 1 desta tese, possibilitaram índices de 80% de casamentos endogâmicos em algumas gerações dos clãs estudados. Todavia, a julgar pela queda acentuada desses índices de consanguinidade, observados ainda no capítulo 1 nas gerações que encerram o século XIX e, portanto, são contemporâneas e/ou posteriores ao debate que aqui se acompanha, é possível aventar que o discurso dos higienistas foi gradativamente incorporado por essas famílias e engendrando o comportamento matrimonial das gerações que se sucediam. Ainda assim, a dificuldade relatada por Magalhães, de enfrentamento dos casamentos consanguíneos pelos pioneiros a emanarem esse discurso anticonsanguinista, era descrita também por outros formandos concordes dessa posição. Tibúrcio Antônio da Paixão, por exemplo, ressentia-se de que “infelizmente em nosso país, o higienista é raramente consultado quando se trata desse assunto”²⁵⁶ deixando transparecer que a questão das heranças falava mais alto para as famílias. Talvez por isso, no último parágrafo da tese, José Cândido da Costa Sena desenha um prognóstico que previa que seu texto seria relegado ao esquecimento, uma vez que os conselhos do higienista que objetiva interditar os casamentos consanguíneos tenderiam a “ficar quase sempre estéreis perante as conveniências sociais, as paixões e o cálculo”²⁵⁷ e “por opor-se aos interesses da maioria das famílias”²⁵⁸.

Mesmo assim, Sena e Magalhães deixam bastante claro em suas obras que objetivavam atingir o cidadão através do público médico de modo a conscientizar da necessidade de abandono dos casamentos consanguíneos. Em suma, eles escreveram para as famílias, através dos médicos como seus intermediários. Dessa forma, ao evocar exemplos empíricos e serem taxativos em suas interdições à endogamia matrimonial familiar, eles buscavam munir de argumentos os leitores médicos que, uma vez convencidos, reverberariam o discurso aos pacientes. Nessa perspectiva, Magalhães, direcionando-se à “elite”, pontua que “muitas famílias ilustres que se têm amesquinhado de todo parecem terem sido principalmente

²⁵⁶ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0174, fl.46.

²⁵⁷ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0199, fl.41.

²⁵⁸ Idem.

vítimas desse abuso de consanguinidade”²⁵⁹. A esse público, o recém-formado médico faz um alerta enfático:

Resultando da consanguinidade a degradação biológica, são ilusórias as esperanças de fixar nas famílias por aquele processo as qualidades físicas morais e intelectuais dos antepassados. Portanto: [mesmo com] certas vantagens dinásticas, os casamentos consanguíneos não compensam [devido a]os seus inconvenientes sociais²⁶⁰.

Esse esforço de atingir o cidadão não-médico fica claro quando Costa Sena começa o último parágrafo da tese afirmando que ele só fora motivado por uma única razão, o cumprimento de um dever – precaver as famílias contra os casamentos consanguíneos. Contudo o autor afirma crer que não conseguiria, porque seu trabalho, por opor-se aos interesses da maioria das famílias, tenderia ao esquecimento²⁶¹.

Na contramão do observado na maioria dos trabalhos que abordam os casamentos sob o ponto de vista higiênico, João Pinheiro de Campos sustenta sua tese em 1891²⁶² postulando que os casamentos consanguíneos não consistiam em perigo para as famílias, muito pelo contrário, seriam instrumentos de perpetuação e potencialização das qualidades de seus antepassados. A argumentação de Campos é cara ao pesquisador que sobre ela se debruça porque permite observar as raízes de vários argumentos eugênicos que atingirão o ápice nas primeiras décadas do século XX.

Contudo, antes de aventurar-se nessas linhas, cabe primeiro pontuar que o fato de ter escrito em 1891, após a maioria dos demais textos analisados, possibilitou a Campos estar ciente de grande parte dos argumentos impetrados pelos anticonsanguinistas. É o caso do debate acerca da natureza das interdições eclesiásticas da Igreja Católica aos casamentos consanguíneos²⁶³. Sobre essa questão, o autor pontua que a igreja objetivava unicamente “levar a moralidade ao seio das famílias” em um passado longínquo, “anárquico”, marcado pelo incesto e

²⁵⁹ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0142, fl.100.

²⁶⁰ Idem.

²⁶¹ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0199, fl.41.

²⁶² Arquivo Público Mineiro (APM) – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0031 João Pinheiro de Campos. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/teses/brtacervo.php?cid=53>. Acesso em 20/09/2023 às 06h09.

²⁶³ As interdições eclesiásticas da Igreja Católica aos casamentos consanguíneos foram analisadas no primeiro capítulo desta tese.

ausência de ordem no seio familiar. Ou seja, para Campos, a religião “visou única e exclusivamente a moral”²⁶⁴, sendo esta uma posição diferente de Matheus Chaves de Magalhães que asseverava que “as leis canônicas relativas aos casamentos entre parentes são perfeitamente racionais sob o ponto de vista da higiene”²⁶⁵. Para José Cândido da Costa Sena, contudo, essa era uma discussão estéril, uma vez que o “fim verdadeiramente útil da higiene” seria “remover as condições, que a observação tem mostrado como incompatíveis com a saúde, sem perder-se em questões transcendentais”²⁶⁶. Essa trinca de posições antagônicas é de grande relevância para apontar que as opiniões sobre variados pontos entre os partidários de um mesmo campo, consanguinistas ou anticonsanguinistas, nem sempre eram concordantes entre si.

Assim, torna-se mais proveitoso investigar a raiz do debate entre os dois campos, encontrando nela os efeitos no engendramento do comportamento social que se acredita ter contribuído para queda acentuada dos índices de consanguinidade analisados no capítulo 1 e os pressupostos que gestaram a eugenia. Segundo Costa Sena, a raiz desse debate residia na lacuna existente nas explicações dos anticonsanguinistas quanto à “impossibilidade de se explicar o mecanismo pelo qual essa causa [casamentos consanguíneos] produz seus funestos efeitos”²⁶⁷. Essa é a mesma dificuldade apresentada por Magalhães que admite em sua tese que “não se têm podido explicar o modo porque a consanguinidade produz moléstias”²⁶⁸. Ainda assim, Sena argumenta que essa lacuna “não obsta, como querem os consanguinistas, à sua aceitação [casamentos consanguíneos] na etiologia”²⁶⁹, uma vez que, ao descrever as “doenças pela observação atenta, cuja causa única é o parentesco dos progenitores” os médicos não necessitariam de conhecer o mecanismo pelo qual os casamentos consanguíneos propagariam as patologias geracionalmente, apenas ater-se a constatação de que eles eram o agente etiológico das doenças constatadas. Desta forma, Sena pontua que “em patologia como em todas as ciências, o empirismo precede sempre o raciocínio, e, conquanto este não nos revele o nexos da

²⁶⁴ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0031, fl.6.

²⁶⁵ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0142, fl.99.

²⁶⁶ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0199, fl.15.

²⁶⁷ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0199, fl.32.

²⁶⁸ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0142, fl.98.

²⁶⁹ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0199, fl.32.

consanguinidade e seus efeitos, não somos menos obrigados a desviar do homem a circunstância que a observação mostra ser-lhe prejudicial”²⁷⁰.

A argumentação de João Pinheiro de Campos e de Álvaro da Matta Machado²⁷¹ (1856-1925)²⁷² pautava-se justamente nessa lacuna. Para os consanguinistas, os casamentos intrafamiliares não eram capazes de, por si só, produzirem “toda sorte de moléstias e defeitos físicos”²⁷³, mas apenas potencializavam as doenças já pré-existentes no seio de uma família²⁷⁴.

Quanto aos casamentos consanguíneos, que tão grande clamor tem suscitado, dividindo em dois grupos os mais célebres higienistas de todos os tempos, e que mereceram, até, as severas penas fulminadas pela igreja católica: não pensamos que ofereçam os graves perigos, que dizem ser seu séquito infalível.

Pelo contrário, inclinamo-nos a acreditar, que o paralelo sem preconceitos estabelecidos entre as estatísticas, criteriosamente organizadas de um e outro lado e o estudo calmo, refletido e desapaixonado dos fatos virão um dia esclarecer tão melindrosa questão de higiene, demonstrando, senão as vantagens, ao menos a inocência dos enlaces consanguíneos²⁷⁵.

Curioso é que, a despeito dos anticonsanguinistas de meados do século XIX pensarem majoritariamente como Sena, que os casamentos consanguíneos eram capazes por si só de produzir patologias pela proximidade sanguínea²⁷⁶, Magalhães pautava sua oposição à endogamia marital justamente no fato de que “a consanguinidade eleva a hereditariedade ao mais alto grau de influência, assegurando no produto a repetição das qualidades e vícios dos ascendentes”²⁷⁷. Nesse sentido, o autor rompia com a argumentação dos especialistas de sua área e postulava contra a endogamia marital a partir de argumentos advindos da escola oposta, a consanguinista. Na mesma linha de Magalhães, sendo indicativo que o

²⁷⁰ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0199, fl.32.

²⁷¹ Álvaro da Matta Machado (1856-1925) nasceu em Diamantina, Minas Gerais em 18 de agosto de 1856. Formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1880. Durante a vida conciliou a clínica com diversos cargos políticos, dos quais se destacam o de deputado provincial (1888-1889) e senador estadual (1890-1894). Machado faleceu em Belo Horizonte em 7 de agosto de 1925.

²⁷² Arquivo Público Mineiro (APM) – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0134 Álvaro da Matta Machado, fl.125. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/teses/brtacervo.php?cid=156>. Acesso em 20/09/2023 às 16h59.

²⁷³ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0031, fl.25.

²⁷⁴ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0031, fl.65.

²⁷⁵ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0134, fl.125.

²⁷⁶ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0199, fl.39.

²⁷⁷ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0142, fl.99.

autor não estava isolado, mas refletia uma mudança de postura adotada pela escola anticonsanguinista nas duas décadas que encerram o século XIX, José Pedro Drummond defendia que “escrupulosamente deve-se atender às moléstias hereditárias quando se tem em vista um casamento”²⁷⁸, sendo categórico em afirmar que “o casamento entre indivíduos predispostos à afecções análogas (escrófula, tuberculose, sífilis) constitui um viveiro que cada vez mais acentua a diátese²⁷⁹ numa família, podendo esta diátese esgotar-se ou extinguir-se quando são tomados os conselhos higiênicos, tão necessários!”²⁸⁰. Ainda, o autor, reverberando os companheiros da escola anticonsanguinista, recente-se de que “para infelicidade da sociedade certos princípios de família e o fato dos médicos não serem consultados a respeito, fazem com que uma diátese em uma família, longe de se extinguir, se acentue cada vez mais, em consequência dos casamentos entre indivíduos da mesma família”²⁸¹.

Ainda, Magalhães vai além e é mais criterioso que os acadêmicos da metade do século XIX que influenciaram o pensamento de Sena, ao propor a extensão da interdição aos casamentos consanguíneos às pessoas portadoras de uma mesma patologia, mesmo que não aparentadas entre si. Nas palavras do autor “assim deverão ser impedidos os casamentos entre dois indivíduos linfáticos, entre dois indivíduos eminentemente nervosos, entre duas famílias sujeitas a moléstias do peito, e, finalmente entre dois indivíduos feridos de debilidade geral”²⁸². Cinco anos após Magalhães, João Antônio Lopes de Figueiredo vai na mesma linha apontando que o casamento entre dois contraentes que tiverem um grau longínquo de parentesco até preencheria “uma condição higiênica se neles não existir diátese alguma”²⁸³, uma vez que “as diáteses de todo o gênero, podendo passar de pais a filhos contraindicam o casamento”²⁸⁴. Mais um ano e é a vez de Tibúrcio Antônio da Paixão afirmar que “a má formação de um dos nubentes deve ser contraindicação para o matrimônio”²⁸⁵, excedendo ainda seus predecessores ao incluir “as moléstias contagiosas” como fatores que contraindicariam a realização do consórcio²⁸⁶.

²⁷⁸ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0065, fl.225.

²⁷⁹ Diátese: predisposição de um indivíduo para determinadas doenças ou afecções.

²⁸⁰ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0065, fl.225.

²⁸¹ Idem.

²⁸² APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0065, fl.226.

²⁸³ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0077, fl.78.

²⁸⁴ Idem.

²⁸⁵ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0174, fl.46.

²⁸⁶ Idem.

É possível aventar que a acusação feita por João Pinheiro de Campos de que os argumentos dos anticonsanguinistas eram marcados pelo excesso do entusiasmo²⁸⁷ pautava-se justamente em colocações como essa de Paixão, ou ainda de Magalhães, que chegou a cravar que “as relações anatomo-fisiológicas entre o produto da concepção e a mãe, sendo mais íntimas e demoradas, tornam a consanguinidade uterina proporcionalmente mais grave do que a paterna”²⁸⁸. Contudo, nessa contraposição dos discursos das duas escolas em tela, interessa sobremaneira a essa tese notar que no ímpeto de buscar respostas às lacunas de ambas as escolas, os médicos começaram a tecer as respostas que hoje se confirmam acerca dos riscos dos casamentos consanguíneos: a predisposição a uma patologia já presente no seio familiar é multiplicada nos frutos dessas uniões. Na prática, o que se observa é que os anticonsanguinistas das duas décadas que encerram o século XIX, aqui representados por Matheus Chaves de Magalhães, José Pedro Drummond, João Antônio Lopes de Figueiredo e Tibúrcio Antônio da Paixão, incorporaram parte das explicações da escola consanguinista de forma que deste hibridismo nasceu o discurso atual sobre a consanguinidade. Neste caso, não há uma vitória de uma escola sobre a outra, mas a construção coletiva de um conhecimento, como assevera Ludwik Fleck²⁸⁹, do qual os médicos em suas clínicas e atendimentos se tornariam os mais eficazes porta-vozes.

5.5A construção da concepção moderna sobre os casamentos consanguíneos: reflexos desse discurso no século XX brasileiro

A principal tese consanguinista, a de João Pinheiro de Campos, foi escrita no contexto dos debates que ultrapassavam as fronteiras do campo da medicina higiênica e adentrava aos salões da Assembleia Constituinte de 1891, que estava encarregada de dar ao Brasil, agora republicano, sua segunda Constituição. Os interditos civis aos casamentos consanguíneos assumiram lugar de proeminência nas discussões políticas que versavam sobre o estabelecimento legal dos

²⁸⁷ Arquivo Público Mineiro (APM) – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0031 João Pinheiro de Campos, fl.24. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/teses/brtacervo.php?cid=53>. Acesso em 20/09/2023 às 06h09.

²⁸⁸ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0142, fl.99.

²⁸⁹ FLECK, Ludwik. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010. p.81.

casamentos civis²⁹⁰²⁹¹. Ainda assim, a Carta promulgada em 24 de fevereiro de 1891 não disciplinava a realização dos consórcios, somente determinava que a República reconheceria o casamento civil, cuja celebração seria gratuita²⁹². Provavelmente a ausência de detalhes no texto constitucional deva-se ao Decreto número 181, de 24 de janeiro de 1890²⁹³, que estabeleceu “a lei sobre o casamento civil”²⁹⁴ e manteve-se válido após a promulgação da Constituição Republicana. Essa legislação de 1890, que estabeleceu as normas que regeriam as uniões sobre os auspícios do

²⁹⁰ A questão dos casamentos civis não foi completamente resolvida na Constituição de 1891. Pelo contrário, a carta republicana principiou uma década de bastante confusão entre estado e Igreja quanto à questão matrimonial. Aqui não me refiro aos eminentes debates de representantes dessas duas instituições, mas a pequenos desencontros que ocorriam junto aos órgãos que atendiam a população comum: os cartórios e as sedes paroquiais. Como exemplo, destaco o comportamento da cidade de Entre Rios de Minas na qual o cartório de registro civil assumiu a função dos registros dos matrimônios feitos na Igreja de forma que os assentos lançados nos livros 1B (1889-1898), 2B (1898-1904) e 2C (1904-1920), sobre o qual nos debruçamos no capítulo 1, principiavam com a redação exata dos assentos paroquiais, conforme o Sagrado Concílio Tridentino, seguidos da forma estabelecida pela legislação civil. Na secretaria da Paróquia de Nossa Senhora das Brotas e no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, pode-se constatar a existência de uma lacuna entre os livros de registros de matrimônio 2 (1864-1888) e 3 (1915-1925) que não cobriam justamente os anos de 1889 a 1915, período no qual os livros 1B, 2B e 2C do cartório traziam a supracitada redação dupla. Desta forma, é crível que o cartório civil de Entre Rios de Minas assumiu o papel exclusivo de registro dos Matrimônios católicos e casamentos civis nessa temporalidade (1889-1915).

José Leopoldo Ferreira Antunes aponta que a taxa de casamentos civis no Brasil da primeira década do século XX era muito baixa devido ao grande número de uniões apenas ratificadas pelo ritual religioso, demonstrando que o caso observado em Entre Rios de Minas tende a ser uma exceção em relação a maior parte do país. Cf. ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, Leis e Moral*. p.194.

²⁹¹ É importante considerar que José Cândido da Costa Sena foi deputado constituinte por Minas Gerais na Assembleia Constituinte de 1891. Contudo, por questão de espaço optou-se por não perseguir os debates nos quais o médico se envolveu durante a escrita da Carta Republicana de 1891.

²⁹² BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891). Brasília: Casa Civil, [s.d.]. Artigo 72, Parágrafo 4. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em 26/09/2023 às 06h05.

²⁹³ BRASIL. Decreto de 24 de janeiro de 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-181-24-janeiro-1890-507282-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Promulga%20a%20lei%20sobre%20o%20casamento%20civil.&text=Art.ou%20prova%20que%20a%20suppra>. Acesso em 26/09/2023 às 09h39.

²⁹⁴ Segundo Dilvanir José da Costa, o “Decreto 181, de 24 de janeiro de 1890, só considerou válidos os casamentos celebrados no Brasil se realizados de acordo com suas normas. Permitiu, porém, aos contraentes, celebrar, antes ou depois do casamento civil, o matrimônio segundo suas respectivas religiões. Ante a persistência da realização exclusiva do casamento católico, foi expedido novo Decreto, número 521, em 26 de junho de 1890, dispondo: “O casamento civil, único válido nos termos do artigo 108 do Decreto 181, de 24 de janeiro último, precederá sempre as cerimônias religiosas de qualquer culto, com que desejam solenizá-lo os nubentes. O ministro de qualquer confissão, que celebrar as cerimônias religiosas do casamento antes do ato civil, será punido com seis meses de prisão e multa da metade do tempo. No caso de reincidência será aplicado o duplo das mesmas penas.” Cf. COSTA, Dilvanir José da. *A família nas Constituições*. Brasília a. 43 n. 169 jan./mar. 2006. Disponível em:

[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/92305/Costa%20Dilvanir.pdf?sequence=6&isAllo wed=y#:~:text=b\)%20A%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20de%2024,de%201916%20o%20regulou%20exaustivamente](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/92305/Costa%20Dilvanir.pdf?sequence=6&isAllo wed=y#:~:text=b)%20A%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20de%2024,de%201916%20o%20regulou%20exaustivamente). Acesso em 26/09/2023 às 06h13.

estado, interditou aos olhos da lei apenas os casamentos entre tios e sobrinhos²⁹⁵, sendo mantida quando do Código Civil de 1916. Nos artigos 183 e 207, o código versava especificamente sobre os interditos a alguns graus de consanguinidade, dos quais destaca-se os casamentos entre tios e sobrinhos²⁹⁶, contudo não estendia as vedações a outros graus de parentesco, como os primos que se mantinham aptos ao casamento.

Percebe-se que, se os deputados constituintes não estavam seguros em 1890/91 para estender a interdição aos casamentos consanguíneos para graus que extrapolavam o segundo grau colateral civil, tampouco os legisladores de 1916 sentiam-se aptos a julgar a questão. A insegurança devia-se ainda ao intenso debate entre os consanguinistas e anticonsanguinistas que adentrou o século XX. Nesse sentido, é importante observar que o Código Civil de 1916 é redigido em um momento desse debate completamente distinto do Decreto de 1890. Embora, Antunes reconheça que uma gama considerável de médicos ainda se mantinha favoráveis às interdições²⁹⁷, o autor aponta que a ascensão do discurso de alguns médicos expoentes da eugenia nos primórdios do século XX foi responsável pela vitória temporária do enunciado que apontava que os casamentos intrafamiliares, em famílias que não apresentavam patologias hereditárias, eram benéficos para a prole, proporcionando-lhes superioridade biológica sobre os filhos de não consanguíneos²⁹⁸. Foram arautos desse enunciado médicos como Aristides Campos Seabra²⁹⁹ (1878-1919), Alfredo Nascimento e Silva³⁰⁰ (1866-1951) e Gonçalo Moniz

²⁹⁵ BRASIL. Decreto de 24 de janeiro de 1890. Artigo 7, parágrafo 1º.

²⁹⁶ Os demais graus interditados pela legislação civil eram considerados incesto, como entre o ascendente e o descendente em qualquer grau e entre irmãos. Dessa forma, não atendem ao objeto de estudo desta tese. Cf. BRASIL. Código Civil de 1916. Brasília: Casa Civil, [s.d.]. Artigos 183 e 207. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm. Acesso em 26/09/2023 às 06h27.

²⁹⁷ ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, Leis e Moral*. p.199.

²⁹⁸ ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, Leis e Moral*. p.200.

²⁹⁹ Aristides Campos Seabra (1878-1919) nasceu em 17 de janeiro de 1878 em Tatuí, São Paulo. Formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1903 defendendo a tese “Estudo médico-legal do casamento” que elucida claramente a posição do autor acerca dos casamentos consanguíneos. Campos Seabra faleceu em 29 de novembro de 1919 em sua cidade natal. Cf. CAMPOS SEABRA, Alfredo. *Estudo medico-legal do casamento: motivos de impedimento e de nulidade de casamento e motivos de divórcio*. Rio de Janeiro: B. Freres, 1902. 254p.

³⁰⁰ Alfredo Nascimento e Silva (1866-1951) nasceu no Rio de Janeiro no dia 18 de janeiro de 1866. Formou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1888. Tornou-se membro da Academia Nacional de Medicina de 1892 até 1951, presidindo a instituição de 1908 a 1909. Faleceu no dia 6 de março de 1951 no Rio de Janeiro. Cf. Disponível em: <https://www.anm.org.br/alfredo-do-nascimento-e-silva/>. Acesso em 03/10/2023 às 17h28.

Sodré de Aragão³⁰¹ (1870-1939) que “professavam publicamente os princípios da eugenia, contudo, combatiam a interpretação dessa filosofia que via nas uniões consanguíneas um perigo para a prole, uma fermentação para as ‘taras adormecidas de um povo’, a exaltação de seus contingentes mórbidos latentes”³⁰². É possível vislumbrar a gênese desse raciocínio nos escritos dos médicos João Pinheiro de Campos e Álvaro da Matta Machado, consanguinistas que, ainda no século XIX, em suas teses, apontavam para os possíveis benefícios da consanguinidade.

Finalmente, a década de 1920 é conclusiva em relação à consolidação da ideia de que os casamentos consanguíneos eram um mal a ser evitado. É justamente nesse decênio que a medicina brasileira assiste ao sucesso dos anticonsanguinistas no esforço de convencer a opinião pública das mazelas das uniões intrafamiliares e delinear o senso comum que hoje se perpetua na sociedade acerca do tema. Sem medo, pode-se creditar ao discurso da grande maioria dos eugenistas um papel de considerável relevância nessa reviravolta que resultou em uma nova aceitação dos postulados anticonsanguinistas após a década anterior de hegemonia consanguinista. A ascensão gradativa dos postulados eugênicos no campo dos casamentos no Brasil atingiu o ápice nas obras *Como escolher um bom marido* (1923) e *Como escolher uma boa esposa* (1925) do médico paulista Renato Ferraz Kehl³⁰³ (1889-1974).

Kehl foi um dos mais destacados expoentes da eugenia no Brasil, a ponto de ser nomeado pelo historiador José Leopoldo Ferreira Antunes como um dos principais apóstolos dessas ideias na década de 1920. Além desses dois livros, escritos como componentes de uma única obra que versava sobre os critérios para eleição de um cônjuge, Kehl também publicou artigos sobre a temática dos casamentos, tais como: *O casamento em face da eugenia* e *A regulamentação eugênica do casamento*. Ainda mais, o autor reservou relevantes páginas do *Boletim*

³⁰¹ Gonçalo Moniz Sodré de Aragão (1870-1939) nasceu em Salvador, Bahia, em 28 de janeiro de 1870. Gradou-se em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1892 e lecionou na instituição a partir de 1895. Faleceu em Salvador em 01 de junho de 1895.

³⁰² ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, Leis e Moral*. p.200.

³⁰³ Renato Ferraz Kehl (1889-1974) nasceu em Limeira, São Paulo, em 22 de agosto de 1889. Formou-se em medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1915 e é reconhecido por ser um dos maiores entusiastas da eugenia no Brasil. Foi eleito membro da Academia Nacional de Medicina em 1932. Dentre as diversas obras em que aborda a eugenia, pode-se citar: *Eugenia e Medicina* (1920), *Porque sou Eugenista - 20 anos de Campanha Eugênica (1917-1937)* (1938) e a fundação e redação de dois periódicos, o *Boletim de Eugenia* e os *Anais de Eugenia*. Faleceu em 14 de agosto de 1978.

de *Eugenia*³⁰⁴, periódico do qual era diretor e redator, para propagar suas noções acerca da necessidade de abandono dos casamentos consanguíneos.

Para Kehl,

desde muito tempo são conhecidas as graves consequências que resultam às vezes dessas uniões, tendo sido tiradas consequências legais, conquanto seus fundamentos, para explicar os factos observados, até o momento em que o mendelismo esclareceu essa questão tão importante ao ponto de vista prático.

Existem muitos fatores patológicos que se comportam como recessivos, em relação aos alelomorfos normais. Estes fatores patológicos podem ser transmitidos em estado latente através das gerações sem que se possa notar sua existência em uma família.

Apenas se manifestam no momento em que dois portadores do mesmo fator recessivo se unem, e ainda nesse caso só se pode esperar deles uns 25 por cento dos filhos, sendo homozigotos quanto a esse fator recessivo. Quer dizer que um fator igual não pode provocar a anomalia constitucional, sem que dois heterozigotos se encontrem e a probabilidade da manifestação da anomalia em seus filhos não é mais que de 25 por cento. O encontro de dois heterozigotos, no caso de um fator bastante comum, realiza-se com frequência, porém é excepcional, quando se trata de um fator raro.

Neste caso, um casamento consanguíneo ou um incesto aumentam muito a probabilidade de um encontro de dois portadores latentes do fator patológico. É por esse motivo que aparecem surdos-mudos, albinos, indivíduos com retinite pigmentaria, com xeroderma pigmentosum e outras anomalias na herança recessiva tão frequente entre os descendentes de casamentos consanguíneos. Este facto, por si mesmo, não tem nenhuma influência nociva nas crianças, mas favorece a manifestação fenotípica dos caracteres recessivos que existiam no patrimônio hereditário de uma família, porque aumenta a probabilidade de que dois portadores latentes de um semelhante caractere, isto é, duas pessoas fenotipicamente sãs, porém genotipicamente doentes, em uma palavra — heterozigotos, se unam.

Tentou-se analisar o patrimônio hereditário partindo do método de cruzamentos dos fenótipos diferentes de uma espécie ou raça, para extrair deles as unidades genotípicas que não se dissociam mais através das gerações. Estas unidades mendelianas representam, como vimos, uma espécie de energia potencial específica, a verdadeira força vital, que produz caracteres e qualidades morfológicas e funcionais, e que regulamenta os mecanismos vitais da constituição. Os genes são uma dedução lógica dos factos e observações que nos são apresentados pela ciência genética. Não

³⁰⁴ O *Boletim de Eugenia* foi fundado por Renato Kehl em 1929 e circulou até 1933. Kehl foi o principal redator do periódico que se notabilizou pela divulgação e debate das ideias eugênicas no Brasil. Funcionou na prática como uma propaganda do Instituto Brasileiro de Eugenia. Os números completos do periódico podem ser consultados em <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em 03/10/2023 às 17h42.

são visíveis e concebíveis mais do que por seus maravilhosos efeitos³⁰⁵.

No excerto extraído do artigo de Kehl, sobressaem-se duas importantes observações: a relevância do surgimento da Genética Médica como campo autônomo na medicina, desmembrando-se da Embriologia Humana em 1920, e a utilização do conceito de genes de Gregor Mendel como explicação para a força vital. A primeira observação revela o relevante papel da Genética mendeliana no processo de explicação de uma das mais importantes lacunas que gestaram o debate entre consanguinistas e anticonsanguinistas, fornecendo uma resposta que foi considerada como definitiva pelos médicos da época a ponto de cessar o debate. Os genes recessivos explicavam, a partir de então, o porquê uma anomalia permanecia adormecida por gerações de uma família antes de se manifestarem em determinado descendente. Em suma, ficava consolidada a resposta para a lacuna existente nos trabalhos dos anticonsanguinistas que tanto havia incomodado José Cândido da Costa Sena e Matheus Chaves de Magalhães, que seja, a impossibilidade de se explicar no século XIX o mecanismo pelo qual os casamentos consanguíneos produzem seus funestos efeitos³⁰⁶³⁰⁷.

A segunda observação parte da afirmação de Kehl que considera como força vital exatamente os genes de Mendel. É importante apontar que o tema da “força vital” moveu os ânimos do jovem Camillo Maria Ferreira Armond que dedicou sua tese de doutorado em medicina, defendida em Paris em 1837 justamente para buscar explicações para o tema³⁰⁸. Prova de que a questão o perseguiu ao longo da vida é que 38 anos depois, em 1875, o genro de Camillo, Camillo Maria Ferreira da

³⁰⁵ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Boletim de Eugenia*, número 24, de dezembro de 1930, página 9. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em 27/09/2023 às 09h12.

³⁰⁶ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0199, fl.32.

³⁰⁷ APM – Biblioteca – Teses Médicas – TM-0142, fl.98.

³⁰⁸ A defesa da tese de Camillo Maria Ferreira Armond, intitulada *Essai sur l'étude de la vie*, ocorreu em 27 de novembro de 1837 pela Faculdade de Medicina de Paris. A motivação central do trabalho de doutorado do jovem mineiro foi “compreender plenamente como a matéria viva age e reage sobre tudo o que a rodeia”. É interessante notar que o tema das “forças vitais” era uma questão que ocupava as preocupações de muitos médicos do período de Camillo e, por isso talvez, a recepção de seu trabalho tenha sido realmente tão bem-sucedida como descrevem suas inúmeras biografias. Cf. FERREIRA, Camillo Maria. **Essai sur l'étude de la Vie**. 1837. Tese de Doutorado (Doutorado em Medicina). Faculdade de Medicina de Paris, Paris, 1837. p.11. Disponível em arquivo físico em: Arquivo Público Mineiro, Fundo Teses Médicas do século XIX, TM-0072, 27/11/1837. Disponível em arquivo digital em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/teses/bracervo.php?cid=94>. Acesso em 02/09/2023 às 15h46; Disponível em: https://www2.camara.leg.br/acamara/conheca/presidentes/camilo_armond.html. Acesso em 04/09/2023 às 19h26.

Fonseca, já na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, defendeu sua tese abordando em parte dela justamente a mesma questão³⁰⁹. Dessa forma, é possível aventar que as discussões sobre essa temática povoaram os salões da Fazenda de Santa Sophia por quase quatro décadas do século XIX.

Especificamente em relação aos casamentos consanguíneos, as ideias de Kehl, que podem ser lidas na vasta bibliografia redigida por ele, seguem os mesmos apontamentos do excerto acima. Elas apresentam consideráveis semelhanças com os escritos de Matheus Chaves de Magalhães, José Pedro Drummond, João Antônio Lopes de Figueiredo e Tibúrcio Antônio da Paixão, sendo indicativos da circulação desses conhecimentos nas duas décadas que encerram o século XIX e as duas que principiam o XX. Mais ainda, a proximidade com os anticonsanguinistas do final do século XIX faz Kehl reverberar justamente os argumentos que os quatro autores adotaram da escola consanguinista, que seja, a potencialização da hereditariedade. Desta forma, Kehl se distanciou da ideia simplista de José Cândido da Costa Sena e Luís Vicente de Simoni que creditavam às uniões maritais endogâmicas o poder de conceber patologias por si só e se aproximou incontestavelmente das explicações contemporâneas acerca da ação dos casamentos consanguíneos na propagação geracional de patologias. Pode-se observar ainda que o senso comum atual que repudia os casamentos consanguíneos baseia-se em várias das ideias apresentadas por esses autores.

Finalmente, tomo a liberdade de redigir em primeira pessoa esses dois últimos parágrafos. Isso porque eu considero relevante concluir esta tese apontando que quando pontuo que o senso comum atual repudia os casamentos consanguíneos, afirmo-o por ter sido submetido recorrentemente a questionamentos quando do processo de escrita da minha dissertação de mestrado que analisava justamente os elevados índices de casamentos consanguíneos nas Minas setecentistas e as motivações desses números. Foram justamente esses questionamentos que propulsionaram este atual trabalho que agora finda. Historiadores e profissionais de outras áreas, quando em contato com os índices superiores a 80% de casamentos endogâmicos em alguns grupos familiares que

³⁰⁹ Camillo Maria Ferreira da Fonseca, formou-se em medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro apresentando sua tese, denominada *Ensaio sobre a nutrição propriamente dita* em 18 de setembro de 1874. Camillo abordou, ao longo de 136 páginas, o tema da nutrição e enveredou-se pela embriologia em partes do texto. Disponível em: www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/teses/TM-0083.pdf. Acesso em 13/06/2023 às 12h36.

abordei no mestrado, indagaram-me se as fontes permitiam identificar alto índice de indivíduos portadores de anomalias nessas famílias. Esse questionamento baseia-se justamente na construção de uma ideia de que os casamentos consanguíneos são produtores de prole herdeira de diversas patologias.

Nesta tese, objetivei compreender a construção, ainda no século XIX, desse discurso que pode estar na raiz da explicação da queda, nas primeiras décadas do século XX dos índices de casamentos consanguíneos que outrora eram bastante elevados, conforme apontei no capítulo 1. Não foi meu objetivo debruçar-me sobre a sustentabilidade científica dos enunciados alarmantes que interditavam os casamentos consanguíneos, isso cabe aos biólogos, médicos, geneticistas, enfim, profissionais da saúde. A mim, coube – e tentei fazê-lo ao menos dignamente – compreender a ascensão e aceitabilidade desse discurso no final do século XIX e primórdios do XX e seu resultado nos índices de consanguinidade. Desta forma, pretendo que este trabalho contribua com as pesquisas que hoje e futuramente desejem observar o engendramento do comportamento social pela medicina em um campo íntimo, por isso privilegiado: a família nuclear.

CONCLUSÃO:

A trajetória percorrida por esta tese teve como objetivo principal investigar a ascensão gradativa do discurso médico-científico no século XIX que desincentivava os casamentos consanguíneos no Brasil, sugerindo uma relação entre a divulgação desses estudos e a mudança do comportamento matrimonial de alguns grupos familiares do entorno da Serra do Camapuã, na Comarca do Rio das Mortes. Essa mudança foi verificada cotejando os índices de casamentos intrafamiliares das famílias Ferreira da Fonseca e Ferreira Armond, bem como das localidades de Entre Rios de Minas, Lagoa Dourada e Santo Amaro do Camapuã entre meados do século XIX e as primeiras décadas do XX. Por isso, esta tese prestou-se a, dentre outras metas, quantificar essa mudança de atitude matrimonial, de forma a permitir ao leitor observar a vertiginosa queda nos índices de endogamia marital familiar.

A observação atenta dos índices de casamentos consanguíneos analisados no capítulo 1 aponta que, a despeito das longínquas interdições religiosas aos casamentos intrafamiliares, essa modalidade alastrou-se sobremaneira na sociedade mineira oitocentista, conquistando numerosos adeptos na região analisada, envolvendo o entorno da Serra do Camapuã na Comarca do Rio das Mortes. Desta forma, o capítulo 1 debruçou-se sobre a tradição familiar de casamentos consanguíneos, seu quantitativo proporcional aos casamentos não consanguíneos e suas motivações a fim de possibilitar que os demais capítulos se debruçassem sobre a construção do discurso médico científico que, ancorado no avanço dos estudos do campo que um dia comporia a genética, começava a postular contra essa prática.

Dessa forma, foi necessário inventariar as pesquisas anatomoclínicas da virada da centúria setecentista para a oitocentista para observar como o surgimento de novas metodologias e discursos na Europa fora essencial para o desenvolvimento de uma medicina que buscasse engendrar o comportamento matrimonial da sociedade em que ela se inseria. Buscou-se também apontar brevemente o surgimento de uma medicina que se dizia preventiva, na qual se inserirá o discurso sobre a proibição aos casamentos consanguíneos no último terço do século XIX. Esse breve estudo foi conduzido acompanhando a reorganização institucional do ensino da medicina pela Revolução Francesa, a valorização da

anatomia e da fisiologia como campos primordiais da medicina e a nova forma de encarar as patologias pela medicina, que agora as viam como processos.

A Revolução Francesa teve importância ímpar na forma de lidar com as patologias e as suas terapêuticas. Preocupar-se com o bem do Estado era igualmente, preocupar-se com a saúde dos cidadãos. A afirmação das responsabilidades individuais, bandeira da ideologia liberal que moveu o referido movimento francês, torna-se intimamente relacionada à determinação social do processo saúde-doença. Dessa forma, sob a égide deste processo revolucionário, no crepúsculo do século XVIII e alvorecer do XIX é organizado o conceito de higiene, já existente previamente, que naquele momento passava a ser entendido como “a arte de conservar a vida”. O discurso higienista apresenta-se como uma solução, praticamente infalível, dos problemas sociais de forma a inserir-se em uma imensa gama de espaços da sociedade, como a educação, a saúde e, principalmente, a família – em seu ponto mais íntimo: a reprodução. Cumpre-se engendrar o comportamento do ser humano através da introjeção por este do discurso científico que o responsabiliza pelo seu próprio bem-estar.

Feito o curto panorama sobre a medicina do século XIX, a sequência do trabalho reduziu o recorte para o avanço dos estudos dos séculos XIX e XX que culminaram no surgimento do campo da genética na segunda década do século XX. Para tanto, focalizou-se o pioneiro trabalho de William Wilde que percebeu nos censos de Dublin de 1815 que havia uma incidência muito alta de perda auditiva congênita na cidade e que essa patologia era muito comum em famílias onde havia uniões entre primos ou casamentos consanguíneos. Era a primeira vez no século XIX¹ que se defendia que a consanguinidade entre os pais aumentava as chances para a ocorrência de determinada patologia. Wilde dedicou anos de pesquisa a investigar as possíveis relações entre a surdez congênita e a consanguinidade entre

¹ A despeito do pioneirismo de Wilde ao relacionar diretamente os casamentos consanguíneos como agentes potencializadores da transmissão de patologias hereditárias, foi necessário pontuar que a suspeita de que as doenças poderiam ser transmitidas de geração em geração em uma mesma família existia há mais de oito séculos. Como visto no tópico 2.3, existem pesquisas sobre doenças hereditárias antes do século X, como a hemofilia e o daltonismo que foram estudadas como hereditárias no final do século VIII e início do século IX. Johannes Grafenberg, em 1584, estudou a surdez profunda congênita em primos de primeiro grau que tinham pais normais, e Maupertuis, em 1752, publicou a descrição de uma família com polidactilia há quatro gerações, demonstrando que essa característica era herdada dos progenitores. Cf. MOTULSKY, Arno G. Joseph Adams (1756-1818). Um fundador esquecido da genética médica; DELL'ARINGA, Alfredo Rafael. **Contribuição ao estudo da etiologia das perdas auditivas hereditárias, progressivas e de causas desconhecidas**. p.1.

os progenitores até, em 1853, postular que a consanguinidade parental era um elemento importante para a ocorrência de uma doença. Através de heredogramas de vários grupos familiares de Dublin, Willian Wilde identificou aqueles nos quais era inquestionável a transmissão de surdez congênita por uma causa hereditária. Dentre esses selecionados, o pesquisador constatou elevada proporção de casamentos consanguíneos.

Ainda, outros trabalhos, como os de Lamarck acerca dos “caracteres adquiridos”, Antoine Portal sobre as doença hereditárias ou de família, Joseph Adams que descreveu os princípios gerais daquilo que hoje se denomina genética médica e Ádám Politzer que afirma em 1882 que “a causa mais frequente de surdez congênita é a hereditariedade, incluindo a transmissão direta através dos pais, como também a indireta através dos antepassados, e casamentos consanguíneos entre parentes”, também foram visitados a fim de oferecer um panorama do avanço dos estudos que acarretaram o discurso que visava interditar os casamentos consanguíneos.

Portanto, antes de adentrar a medicina brasileira do século XIX, foi necessário constatar que o crepúsculo do século XIX assistiu à considerável efervescência das pesquisas que associam consanguinidade e transmissão hereditária de patologias que, após 1920, comporiam o campo da Genética que se desmembraria então da embriologia humana. Isto posto, esta pesquisa investigou a forma na qual essa bibliografia oitocentista aportou no Brasil daquela centúria. Para tanto, a análise das revistas de medicina criadas no Brasil a partir da terceira década do século XIX apresentou-se como um campo privilegiado de análise e foi o caminho percorrido por este trabalho. Essas revistas foram a porta de entrada de inúmeros textos europeus no país. Outrossim, serviram de divulgação para a classe médica nacional daquilo que se produzia de pesquisas no próprio Brasil na centúria oitocentista.

Ainda, o processo escolhido por essa tese buscou, na análise desses periódicos, apontar o caminho percorrido pelos estudos científicos que foram galgando espaço gradativamente nas revistas brasileiras dos primórdios do século XIX e a forma com que o conhecimento médico-científico europeu foi traduzido pelas revistas estudadas. Mais relevante, elas foram o termômetro para aferir o acirramento do debate sobre a hereditariedade e o abandono dos casamentos consanguíneos. Por essa razão, focalizou-se os textos que pioneiramente abordavam a questão da hereditariedade no Brasil. Os primeiros escritos brasileiros

ou traduções de textos estrangeiros para periódicos nacionais que abordam pesquisas que apontam a transmissão hereditária de doenças datam da década de 1820. O artigo *Observação sobre o entupimento das fossas nasaes*² de João Fernandes Tavares é o mais antigo indício da chegada dos postulados que pregavam a transmissão hereditária de patologias ao Brasil Império.

Nesse sentido, o terceiro capítulo enveredou-se pela ascensão gradativa dos debates acerca da transmissão hereditária de patologias entre os médicos brasileiros. De esparsos dentre a extensa gama de temas abordados nos periódicos que circulavam nas primeiras décadas do século XIX a bastante frequentes na segunda metade daquela centúria, os textos sobre a hereditariedade pavimentaram o caminho para os estudos sobre os efeitos dos casamentos consanguíneos que gestaram as duas escolas opostas sobre o tema: os consanguinistas e os anticonsanguinistas.

É nesse cenário que na *Revista Médica Brasileira*, em maio de 1841, pôde-se ler o artigo *Algumas considerações sobre a prostituição*³, de José Pereira Rego, que postulou abertamente contra os casamentos consanguíneos. No mesmo periódico, Francisco de Paula Cândido, na Ata da Sessão de 26 de agosto de 1841 da Academia Imperial de Medicina, elencava a origem hereditária como uma das causas da *elephantiase dos gregos*. Nesse texto, Paula Cândido é enfático ao asseverar que “a transmissão hereditária é para nós demonstrada com irrefragáveis exemplos”⁴.

Por sua vez, o *Arquivo Médico Brasileiro* destaca-se por veicular o primeiro artigo sobre embriologia⁵ em um boletim nacional e os primeiros textos que abordam centralmente a transmissão hereditária de patologias. Gradativamente, os textos que apenas citam a transmissão geracional de patologias como uma das causas das

² *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Propagador de Ciências Médicas ou Annaes de Medicina, Cirurgia e Pharmácia para o Império do Brazil*, número 1, janeiro de 1827, páginas 106-113. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/41464>. Acesso em 15/08/2022 às 17h30.

³ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Revista Médica Brasileira*, número 1, de maio de 1841, páginas 6-15. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/revista-medica-brasileira/146366>. Acesso em 26/01/2023 às 21h49.

⁴ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Revista Médica Brasileira*, número 9, de janeiro de 1842, página 505. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/revista-medica-brasileira/146366>. Acesso em 27/01/2023 às 22h24.

⁵ *Investigações a respeito dos desenvolvimentos primitivos do embryão; da allantóide do homem. Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Arquivo Médico Brasileiro: Gazeta Mensal de Medicina, Cirurgia, e Sciencias Accessorias*, número 6, janeiro de 1845, páginas 121-127. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/arquivo-medico-brasileiro/700347>. Acesso em 19/02/2023 às 12h28.

doenças analisadas começam a perder espaço para estudos que se centram diretamente na hereditariedade. Assim, a década de 1840 assiste à primeira inserção das doenças hereditárias dentre as patologias causadoras das mortes daquele mês no Rio de Janeiro. Portanto, quando se lê o doutor Joaquim d'Aquino Fonseca asseverando que “cremos que não resta a menor dúvida que a lepra tuberculosa seja hereditária”⁶ em artigo de sua autoria, pode-se atestar que a existência de doenças hereditárias não era motivo de dúvidas para uma considerável gama de médicos brasileiros a partir daquele quarto decênio do século XIX.

Essa constatação tornou possível que, progredindo temporalmente mais um pouco, no artigo *A Loucura pode ser hereditária*⁷ lançado na Revista *O Guanabara* em 1849, Alexandre José de Mello Moraes sobressai-se como o médico brasileiro que melhor formulou os conhecimentos acerca da transmissão hereditária de patologias dentre os que redigiram artigos para os periódicos analisados até aquele momento. Dessa forma, é possível supor que tenha sido um dos que se debruçaram com maior afinco sobre os escritos de Antonie Portal e Joseph Adams, uma vez que vemos paralelos importantes entre as obras desses dois autores e o artigo do brasileiro. Portanto, não é surpreendente que seja da pena de Moraes que saiam as primeiras linhas de periódicos brasileiros objetivamente dedicadas a interditar os casamentos consanguíneos, pautando-se na potencialização da transmissão hereditária de patologias⁸.

Os artigos que abordam a transmissão hereditária de patologias haviam entrado na ordem do dia das discussões científicas que agitavam o meio médico, ao menos entre aqueles profissionais que liam os periódicos médicos que circulavam no nascente Império Brasileiro. Na segunda metade do século XIX, a hereditariedade assumiu lugar de protagonismo nos prognósticos destes médicos. Vários artigos e seus autores se esforçaram por enquadrar inúmeras patologias

⁶ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Archivo Medico Brasileiro: Gazeta Mensal de Medicina, Cirurgia, e Sciencias Accessorias*, número 12, agosto de 1847, página 270. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/archivo-medico-brasileiro/700347>. Acesso em 19/02/2023 às 16h16.

⁷ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. O Guanabara: Revista Mensal Artistica, Scientifica e Litteraria*, número 1, de 1849, páginas 48-50. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/guanabara/700630>. Acesso em 30/01/2023 às 12h33.

⁸ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. O Guanabara: Revista Mensal Artistica, Scientifica e Litteraria*, número 1, de 1849, página 50. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/guanabara/700630>. Acesso em 14/02/2023 às 09h43.

entre aquelas que seriam transmitidas hereditariamente, tornando-se plausível afirmar que, se não todas elas, quase todas tenderam a ser compreendidas como hereditárias. Por essa razão, a circulação das referidas ideias entre as comunidades médicas europeias, cariocas e mineiras também foram objetos de estudo desta tese que o fez através da gama de leitores desses periódicos e a naturalidade de cada um⁹. Esses homens são um elo entre os conhecimentos que chegavam à corte e as suas respectivas áreas de atuação, bem como às regiões de sua origem, uma vez que muitos deles mantinham acesas as relações com os familiares que haviam permanecido nas localidades de onde outrora eles haviam saído¹⁰.

A consolidação de tal postulado, originado e baseado sobretudo na medicina francesa, apontava para a existência de uma extensa gama de doenças que seriam transmitidas através das gerações, tornando-se base científica para que os médicos brasileiros empreendessem uma cruzada contra os casamentos consanguíneos. Esse caminho começou a ser pavimentado por artigos como *Do perigo das alianças consanguíneas*¹¹ de autoria de Jean Boudin (1806-1867) publicado em 1862 na *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, que é o primeiro em boletins brasileiros a dedicar-se exclusivamente a abominar os casamentos consanguíneos atribuindo a eles a potencialização da transmissão hereditária de patologias, tendo essa temática como objeto central e único da matéria. Outro agente importante nesse processo é o espaço cedido pela *Gazeta* e pelos *Annaes Brasilienses de Medicina* (1851-1885) para a divulgação do trabalho de Albrecht Graefe que postulava que os casamentos com parentes de sangue estavam na raiz da transmissão da retinite pigmentosa. Sobressaiu-se, ainda nos *Annaes*, a tradução feita pelo doutor Manoel da Gama Lobo da obra *Lições de Wells sobre as moléstias internas do olho como vistas pelo ophthalmoscopia*¹², que é enfático ao abordar a consanguinidade entre os progenitores como responsável pela transmissão pelos pais aos filhos de diversas

⁹ Foi possível concluir, através da investigação das origens dos concluintes da turma de medicina de 1842 da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e que tiveram textos divulgados na *Revista Médica Brasileira* de março de 1842, que as localidades variavam, abrangendo várias vilas das províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e até Sergipe.

¹⁰ Pode-se ainda aventar que profissionais formados nas faculdades do Rio de Janeiro e da Bahia, tais como, farmacêuticos, boticários, advogados além dos médicos, foram os responsáveis pela circulação física, em forma de textos impressos, e verbal dessas ideias.

¹¹ *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, número 6, 15 de agosto de 1862, páginas 69-70. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica/809411>. Acesso em 20/02/2023 às 20h01.

¹² *Biblioteca Nacional*, Acervo Digital. *Annaes Brasilienses de Medicina*, número 12, de maio de 1876, páginas 497-574. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 04/03/2023 às 21h14.

patologias oculares. Os textos apresentados permitem confirmar que, após o auge dos debates acerca da hereditariedade das patologias alcançado na década de 1840, na década de 1860 os casamentos consanguíneos começaram a assumir o protagonismo nos debates médicos, refletindo diretamente no crescimento de artigos que abordam a temática.

Nesse sentido, destacam-se o concurso da Academia Imperial de Medicina de 1866 que arrolou entre as questões propostas o questionamento sobre os casamentos consanguíneos e o *Relatorio do presidente da Junta Central de Hygiene Publica*¹³, de 1875, que inclui os casamentos consanguíneos como questão de saúde pública. Este relatório, assinado pelo Barão de Lavradio, o doutor José Pereira Rego acusa os frequentes casamentos consanguíneos pela recorrência de uma série de patologias e conclui convocando o governo imperial a adotar medidas de contenção da prática.

Ao investigar a *Memória* de Luís Vicente de Simoni submetida ao Concurso de 1866, a resposta expedida pelo doutor Nicolau Joaquim Moreira sobre o texto e o relatório do Barão do Lavradio permitiu a essa tese descortinar a existência de duas visões antagônicas acerca do *modus* pelo qual os casamentos consanguíneos transmitiam as patologias. Um grupo defendia que essas uniões maritais eram por si só a razão do nascimento de crianças que portassem uma extensa gama de patologias, enquanto o outro defendia que os casamentos consanguíneos eram apenas promotores de doenças na prole quando essas existissem previamente no seio familiar. O debate entre essas duas escolas permite concluir que a questão dos casamentos consanguíneos aquecia, indubitavelmente, os debates médicos da sétima e oitava década do século XIX. Ainda, essas duas visões antagônicas são sintomáticas do acirrado debate acerca dos casamentos consanguíneos que se estabeleceu entre os médicos brasileiros da segunda metade do século XIX e permite constatar que, nas décadas que se sucederam, o debate continuaria no Brasil e na Europa.

Partidário do primeiro grupo, Simoni aponta que o estudo dos casamentos consanguíneos seria capaz de esclarecer “a etiologia de enfermidades terríveis”. Para o autor, cabia aos profissionais da medicina aconselhar e influenciar as famílias

¹³ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, número 12, de maio de 1873, página 41-48. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 11/03/2023 às 13h10.

a abandonarem tais práticas. O principal intuito do artigo é convencer a classe médica da inconveniência dos casamentos consanguíneos para que estes profissionais engendrassem os comportamentos matrimoniais da sociedade em nome dos postulados médico científicos. Só assim, o legislador poderia “vedar as devastações produzidas por esses laços”, a exemplo do movimento que ele observava na medicina francesa daquele século. Simoni é o autor das linhas mais veementes de convocação dos “homens da ciência” ao papel de protagonistas no processo de esclarecimento da opinião pública, conclamando os médicos a organizarem uma cruzada contra os casamentos consanguíneos que preveniria muitos males e tornaria a intervenção legal inútil. Para o autor, a família mais bem esclarecida dos seus verdadeiros interesses se colocaria sob as leis da ciência, desprezando as considerações de fortuna e de conveniências que presidem em geral os casamentos¹⁴.

Independentemente da recepção do artigo de Luís Vicente de Simoni pela Academia Imperial de Medicina, este não fora resultado de uma inquietação privativa do referido doutor, mas, prioritariamente, uma proposta de resposta ao questionamento emanado pela própria instituição que via considerável relevância no debate acerca dos impedimentos aos casamentos consanguíneos, a ponto de incluir essa questão dentre as perguntas dos concursos promovidos por ela em três anos consecutivos, 1865-1868.

A circulação desses postulados permite concluir que a classe médica brasileira estava a par dos mais recentes debates que surgiam na Europa e que a transmissão hereditária de caracteres e patologias, há mais de duas décadas, já não figurava entre as dúvidas do campo médico. Esse mesmo percurso foi seguido pela inconveniência dos casamentos consanguíneos, seja pautando-se na potencialização das patologias já previamente existentes no grupo familiar, seja pelo risco inerente de gerar prole doente devido à consanguinidade dos pais.

É possível concluir que, difundida a compreensão de que os casamentos consanguíneos eram prejudiciais à geração de prole saudável, a medicina brasileira do século XIX dava largos passos rumo ao processo de engendramento das decisões matrimoniais das famílias sob seus auspícios, podendo ser computada

¹⁴ *Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Annaes Brasilienses de Medicina*, número 11, de abril de 1873, página 439. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 10/03/2023 às 20h10.

como um dos possíveis responsáveis pelo decréscimo considerável dos índices de consanguinidade verificados entre os casamentos do crepúsculo do século XIX e primórdios do século XX.

Os médicos que atuavam na província de Minas Gerais não estavam excluídos dessa circulação de ideias, sendo as teses de doutorado sustentadas por eles um dos objetos privilegiados de constatação de como esses textos circulavam para as regiões interioranas do país. Destacaram-se para esta pesquisa José Cândido da Costa Sena, que apresentou sua tese denominada *Dos casamentos consanguíneos em relação à hygiene*; Matheus Chaves de Magalhães, João Antônio Lopes de Figueiredo, Tibúrcio Antônio da Paixão e José Pedro Drummond. Eles são o elo que conecta esses novos postulados estudados nos capítulos 2, 3, 4 e 5 ao abandono dos casamentos consanguíneos observado no capítulo 1. Por isso, foi necessário a essa tese enveredar-se pelo estudo do ascendente lugar social que os médicos assumiram no crepúsculo do século XIX, uma vez que, a diferença de *status* social entre essa classe e o povo é uma das responsáveis pela aceitabilidade do discurso médico no engendramento dos comportamentos matrimoniais da sociedade em que se inserem.

A profissão médica galgou considerável ascensão social no século XIX. Segundo Paul Starr, esse novo status social concedeu aos médicos uma estatura de autoridade¹⁵ possibilitando aos discursos emanados por esses profissionais ganharem ascendente notoriedade na sociedade, rendendo maior credibilidade aos seus postulados de forma a, dentre outros desdobramentos, engendrar os comportamentos sociais. O novo lugar social adquirido por essa classe possibilitou a diversos médicos, tais como Camillo Maria Ferreira Armond, Alexandre José de Mello Moraes, Francisco de Paula Cândido e Luís Vicente de Simoni, ganharem um status de autoridade que se acredita que pode ter se refletido nos índices de queda acentuada dos casamentos intrafamiliares observados no primeiro capítulo.

Para perseguir essa hipótese, recorreu-se ao conceito de *lugar social* de Michel de Certeau¹⁶, uma vez que é notório que existe um *lugar social*¹⁷ a partir do qual a classe médica emana seus enunciados. Com olhar mais abrangente para os autores dos textos e debates que compuseram as revistas médicas analisadas nesta

¹⁵ STARR, Paul. *The Social Transformation of American Medicine*. New York: Basic Books, 1982.

¹⁶ CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

¹⁷ O *lugar social* para Certeau é o lugar institucional de onde os sujeitos falam.

tese, pode-se constatar que o *lugar social* angariado pelos médicos do século XIX brasileiro teve papel preponderante no processo de divulgação do discurso anticonsanguinista. Nesse sentido, o conceito de “autoridade cultural” do médico cunhado por Paul Starr permitiu a compreensão das forças sociais que agiram no processo de consolidação da classe médica como “autoridade” nos assuntos de caráter sanitário. A “autoridade cultural” do médico, quando reconhecida pelo paciente, gera obediência, fruto da confiança no *status social* adquirido pela classe e, em última análise, cria-se uma relação de dependência do paciente para com o médico. A orientação do profissional passa então a ser entendida pelo cliente como algo superior a um conselho e inferior a uma ordem¹⁸.

Nessa ótica, as teses de doutorado dos médicos mineiros formados na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e que se encontram disponíveis no Arquivo Público Mineiro ganham ainda mais relevância. Entre elas, sobressaiu-se a tese de José Cândido da Costa Sena, que pioneiramente abordou a endogamia familiar como objeto principal de estudo e veementemente postulou contra essa modalidade de união intrafamiliar. Costa Sena acompanhou os inúmeros trabalhos que vinham abordando o tema naquele ínterim, especialmente os de Luís Vicente de Simoni e do Barão do Lavradio, permitindo a esta tese concluir com Ludwik Fleck que a construção da ciência é “resultado de uma atividade social, uma vez que o respectivo estado do saber ultrapassa os limites dados a um indivíduo”¹⁹. É ainda no trabalho de Sena que os grupos contrários e favoráveis à existência de casamentos consanguíneos são pioneiramente nomeados como anticonsanguinistas e consanguinistas.

A quantificação dos nomes que compunham esses dois grupos permitiu a essa tese conceber uma pequena amostragem extraída do fundo “Teses Médicas” do APM e observar que 50% delas eram favoráveis a interdição a essa prática frente à 20% que a consideraram inofensiva. Respalda esse resultado a observação de que os anticonsanguinistas consultados advogaram a seu favor que eles se posicionam de acordo com o que era postulado pela maioria dos médicos mais renomados de seu tempo e até os consanguinistas convictos como João Pinheiro de Campos,

¹⁸ PEREIRA, André. A História da Profissão Médica nos Estados Unidos: O Ponto de Vista de Paul Starr. *Série Estudos em Saúde Coletiva*, n.º 101, 1994. Instituto de Medicina Social, UERJ.

¹⁹ FLECK, Ludwik. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010. p.81.

admitiram que o partido dos anticonsanguinistas era muito mais numeroso e contava com os mais renomados nomes do campo médico de sua época.

Matheus Chaves de Magalhães foi outro anticonsanguinista de destaque para essa tese. Neto materno de Joaquim Rodrigues Chaves, membro de um grupo familiar abordado no capítulo 1 por apresentar índices expressivos de consanguinidade, Matheus disserta em sua tese de doutoramento de forma veemente contra os casamentos intrafamiliares alegando para isso a observação recorrente de filhos de casais consanguíneos que apresentam patologias diversas, permitindo levantar a hipótese de que ele escrevia olhando para sua própria família. Esse dado reforça os estudos de Jean Luiz Neves de Abreu, que apontou que havia nas teses de medicina arquivadas no APM uma tendência à valorização da observação diante da descrição dos casos observados²⁰, uma vez que a observação era um dos três princípios basilares da tradição médica francesa do século XIX.

As teses de Sena e Magalhães são fontes privilegiadas de análise da construção do discurso anticonsanguinista e da forma pela qual seus partidários desejavam traduzir esse discurso para as camadas populares. Os autores deixam bastante claro em suas obras que objetivavam atingir o cidadão através do público médico que eles conseguissem conscientizar da necessidade de abandono dos casamentos consanguíneos. Em suma, eles escreveram para as famílias, através dos médicos como seus intermediários. É por isso que Matheus Chaves de Magalhães alerta que “as exigências sociais podem algumas vezes justificar as uniões consanguíneas” aceitando que seria impossível vetar todos os casamentos consanguíneos devido aos interesses neles envolvidos. Porém, o autor adverte severamente que “o higienista só em circunstâncias muito excepcionais pode consentir nessas alianças”. A redação de Magalhães lança luz na dificuldade enfrentada pelos médicos anti-consanguinistas que, no último quartel do século XIX, objetivavam convencer as famílias a abandonar essa prática matrimonial consanguínea que, em várias delas, era longa e arraigada.

Finalmente, a década de 1920 é conclusiva em relação à consolidação da ideia de que os casamentos consanguíneos eram um mal a ser evitado. É justamente nesse decênio que a medicina brasileira assiste ao sucesso dos anticonsanguinistas no esforço de convencer a opinião pública das mazelas das

²⁰ ABREU, Jean Luís Neves de. Discípulos de Asclépio: As teses médicas e a medicina Acadêmica no oitocentos (1836-1897). *Almanack*, Guarulhos, n. 22, p. 7-40, ago. 2019.

uniões intrafamiliares e delinear o senso comum que hoje se perpetua na sociedade acerca do tema. Sem medo, pode-se creditar ao discurso da grande maioria dos eugenistas um papel de considerável relevância nessa consolidação. Nesse grupo destaca-se o médico Renato Kehl que publicou livros e artigos sobre a temática dos casamentos. Suas obras permitiram observar a relevância do surgimento da Genética Médica como campo autônomo na medicina e a utilização do conceito de genes de Gregor Mendel como explicação para a força vital.

A genética mendeliana teve relevante papel no processo de explicação de uma das mais importantes lacunas que gestaram o debate entre consanguinistas e anticonsanguinistas, fornecendo uma resposta que foi considerada como definitiva pelos médicos da época a ponto de cessar o debate. Os genes recessivos explicavam, a partir de então, o porquê uma anomalia permanecia adormecida por gerações de uma família antes de se manifestar em determinado descendente. Especificamente em relação aos casamentos consanguíneos, as ideias de Kehl apresentam consideráveis semelhanças com os anticonsanguinistas do final do século XIX ao reverberar justamente os argumentos sobre a potencialização da hereditariedade que alguns autores adotaram da escola consanguinista. Curioso é observar ainda que o senso comum atual que repudia os casamentos consanguíneos baseia-se em várias das ideias apresentadas por esses autores.

Finalmente, o trajeto percorrido por esta tese possibilitou perceber que a construção dos postulados que visavam ao interdito dos casamentos consanguíneos já se encontrava consideravelmente consolidada em meados da segunda metade do século XIX. Resultante do avanço dos debates que solidificaram os estudos sobre a transmissão hereditária de patologias que, vindo de longa data, só se estabelece como conhecimento comumente aceito pela classe médica na centúria oitocentista, o interdito aos casamentos consanguíneos atravessa o Oceano Atlântico, em parte, através dos periódicos médicos europeus que chegam a terras brasileiras e eram reverberados em português pelos boletins nacionais. Conclui-se, portanto, que os médicos mineiros, que foram estudados no capítulo 5, reverberavam e contribuía com os estudos que postulavam que os casamentos consanguíneos deveriam ser extirpados das práticas matrimoniais, em nome da geração de prole saudável para a família e para a nação. Por conseguinte, arrisca-se afirmar que o vertical decréscimo observado nos índices de encetamento de casamentos consanguíneos na transição

do século XIX para o XX, dentre outras motivações, está intimamente ligado ao avanço desses supracitados enunciados.

Nesta tese, buscou-se compreender a construção, ainda no século XIX, desse postulado sem debruçar-se sobre a sustentabilidade científica dos enunciados alarmantes que interditavam os casamentos consanguíneos. Dessa forma, pretende-se que este trabalho contribua com as pesquisas que hoje e futuramente desejem observar o engendramento do comportamento social pela medicina em um campo íntimo, por isso privilegiado: a família nuclear. Curioso é que a fonte que motivou essa pesquisa, a carta redigida por Camillo Maria Ferreira Armond, o Conde e Prados, em 1875, a seu primo Damaso Ferreira da Fonseca, perdeu importância, não pela ausência de acesso a ela, mas porque ela apenas insere-se em um movimento que esquentava os debates da classe médica na década de 1870.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1) Fontes:

1.1) Fontes Manuscritas:

1.1.1) Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM):

R:2377 / A:13 / P:0555. De Genere de Gonçalo Ferreira da Fonseca. Data: 1810.

R:0516 / A:03 / P:0516. De Genere de Francisco Barbosa da Cunha. Data: 1796.

R:0162 / A:04 / A:1619. Processo de Matrimônio de Cosntantino Silva Barbosa e Feliciano Maria Costa. Data: 1793.

R:0146 / A:03 / A:2775. Processo de Matrimônio de Francisco Nunes de Avelar e Isidora Meneses. Data: 1757.

R:0336 / A:03 / A:3355. Processo de Matrimônio de João Antônio Almeida e Quitéria Rodrigues dos Santos. Data: 1777.

R:0374 / A:03 / A:3739. Processo de Matrimônio de João Gonçalves de Macedo e Rosa Ferreira Costa. Data: 1752.

R:0510 / A:05 / A:5100. Processo de Matrimônio de José Gonçalves Chaves e Maria Alvares Silveira. Data: 1763.

R:0541 / A:05 / A:5402. Processo de Matrimônio de José Pereira da Fonseca e Inácia Silva Siqueira. Data: 1726.

R:0662 / A:06 / A:6612. Manoel Gonçalves Pereira e Antonia Aguiar. Data: 1762.

1.1.2) Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de São João Del Rei:

Livro de Registro Paroquial. Estante 01. Caixa 01. Livro 02.

Livro de Registro Paroquial. Estante 01. Caixa 06. Livro 20.

Livro de Registro Paroquial. Estante 01. Caixa 06. Livro 21.

Livro de Registro Paroquial. Estante 01. Caixa 09. Livro 34.

1.1.3) Arquivo do Museu Regional de São João Del Rei (IPHAN):

Fundo de Inventários, Cx. 308. Damaso Ferreira da Fonseca.

Fundo de Testamentos, Cx. 136. Francisco José Ferreira de Souza.

Fundo de Testamentos, Cx. 147. Antônia Rita de Jesus Xavier.

1.1.4) Arquivo Público Mineiro (APM):

Livro de Registro de Terras Paroquial. – Códice 028 – Registro 2446 – Brumado de Suassuhy (Nossa Senhora das Brotas de Queluz).

Fundo Casa dos Contos:

CC – Cx. 124 – 20938

1.1.5) Cartório de Entre Rios de Minas.

Livros de Registros de Casamentos Civis:

Livro 1B (1889-1898);

Livro 2B (1898-1904);

Livro 2C (1904-1920);

Documentos avulsos.

1.1.6) Museu e Arquivo Antônio Perdigão em Conselheiro Lafaiete (MAAP):

Autos da Revolução Liberal de 1842. Avulsos, sem caixa e número.

1.1.7) Arquivo Paroquial da Matriz de Santo Amaro:

Livros de Registros de Batismos:

Livro 1: 1837-1871;

Livro 2: 1828-1872;

Livro 3: 1868-1883.

Livros de Registros de Matrimônios:

Livro 1: 1837-1871;

Livro 2: 1871-1875;

Livro 3: 1877-1882;

Livro 4: 1878-1890;

Livro 5: 1882-1919.

1.1.8) Arquivo Paroquial da Matriz de Nossa Senhora das Brotas do Brumado (Entre Rios de Minas):

Livros de Registros de Matrimônios:

Livro 3: 1915-1925.

1.1.9) Projeto Family Search <https://familysearch.org/pal:/MM9.3.1/TH-266-12315-1286-75?cc=2177275&wc=M5N3-PTT:369591901,369591902,369900801#uri=https%3A%2F%2Ffamilysearch.org%2Frecapi%2Fsord%2Fcollection%2F2177275%2Fwaypoints>

Nossa Senhora da Conceição de Prados:

Livro de Registro de Batismo (1789-1798), f.69, assento 5;

Livro de Registro de Matrimônio (1740-1770);

Livro de Registro de Matrimônio (1770-1775);

Livro de Registro de Matrimônio (1775-1822);

Livro de Registro de Matrimônio (1822-1864);

Livro de Registro de Óbitos (1780-1814), f.259, testamento de André Rodrigues Chaves;

Nossa Senhora da Conceição de Queluz (Conselheiro Lafaiete):

Livro de Registro de Batismos, Matrimônios e Óbitos (1728-1743), f.127v, assento 3;

Nossa Senhora da Piedade de Barbacena:

Livro de Registro de Batismos (1737-1747);

Livro de Registro de Batismos (1740-1816);

Livro de Registro de Batismos (1748-1798);

Livro de Registro de Batismos (1748-1798);

Livro de Registro de Batismos (1763-1771);

Livro de Registro de Batismos (1771);

Livro de Registro de Batismos (1771-1776);

Livro de Registro de Batismos (1776-1780);

Livro de Registro de Batismos (1777-1782);

Livro de Registro de Batismos (1782-1788);

Livro de Registro de Batismos (1788-1798);

Livro de Registro de Batismos (1788-1790);

Livro de Registro de Batismos (1798-1809);

Livro de Registro de Batismos (1803-1811);

Livro de Registro de Batismos (1810-1816);

Livro de Registro de Batismos (1811-1830);

Livro de Registro de Batismos (1819-1824);

Livro de Registro de Batismos (1828-1872), f.71, assento 6;

Livro de Registro de Batismos (1839-1872);

Livro de Registro de Matrimônio (1739-1781);

Livro de Registro de Matrimônio (1752-1781);

Livro de Registro de Matrimônio (1781-1795);

Livro de Registro de Matrimônio (1795-1812);

Livro de Registro de Matrimônio (1808-1826);

Livro de Registro de Matrimônio (1826-1887);

Livro de Registro de Matrimônio (1840-1856);

Livro de Registro de Matrimônio (1863-1892);
 Livro de Registro de Matrimônio (1890-1897);
 Livro de Registro de Matrimônio (1897-1901);
 Livro de Registro de Matrimônio (1908-1915);
 Livro de Registro de Óbitos (1747-1752) f.133, assento 2.
 Nossa Senhora das Brotas do Brumado (Entre Rios de Minas)
 Livro de Registro de Batismo (1838-1851);
 Livro de Registro de Batismo (1851-1867);
 Livro de Registro de Matrimônio (1825-1863);
 Livro de Registro de Matrimônio (1864-1888).
 Santo Antônio da Lagoa Dourada:
 Livro de Registro de Matrimônio (1828-1856);
 Livro de Registro de Matrimônio (1856-1881);
 Livro de Registro de Matrimônio (1880-1890);
 Livro de Registro de Matrimônio (1880-1893);
 Livro de Registro de Matrimônio (1893-1920).
 Santo Antônio de Itaverava:
 Livro de Batismo, Nº 1, f.22, assento 2.

Árvore Genealógica de Francisco Ferreira Armond.
<https://www.familysearch.org/tree/pedigree/portrait/G9T7-3KS>.

Árvore Genealógica de Felisberto Ferreira da Fonseca.
<https://www.familysearch.org/tree/pedigree/portrait/LZ6H-MK1>.

1.2) Fontes Impressas:

1.2.1) Obras Impressas:

- ADAMS, Joseph. *Um tratado sobre as supostas propriedades hereditárias das doenças, contendo observações sobre os terrores infundados e advertências imprudentes resultantes de tais opiniões errôneas; com notas, ilustrativas do assunto, particularmente na loucura e escrôfula*. Disponível em fac-símile em: <https://archive.org/details/b28267473>. Acesso em 26/01/2023 às 16h54.
- ARANHA, Brito. *Dicionário Biográfico Português. Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brazil*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1900.
- Bíblia Sagrada*. 4ª ed. Edição CNBB, 2006.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883. 7 v. ou <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/autores/?id=14849>. Aceso em 15/08/2022 às 14h11.
- BLUTEAU, Raphael. *Dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Oficina de Thadeo Ferreira, 1712-1720, 5vol.
- BOUDIN, Jean-Christian-Marc-François-Joseph. O perigo dos casamentos consanguíneos. O artigo original em francês encontra-se disponível em: <https://books.google.com/bz/books?hl=pt-BR&id=3ZYqAAAAMAAJ&q=Morris#v=snippet&q=Morris&f=false>. Acesso em 02/03/2023 às 14h42
- BRASIL. Lei de 9 de setembro de 1826. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM..-9-9-1826.htm. Acesso em 08/02/2023 às 06h18.
- BRASIL. Lei de 1º de outubro de 1828. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-1-10-1828.htm. Acesso em 18/04/2023 às 09h46.

- BRASIL. Lei de 3 de outubro de 1832. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37274-3-outubro-1832-563716-publicacaooriginal-87775-pl.html. Acesso em 08/02/2023 às 06h35.
- BRASIL. Decreto n. 598, de 14 de setembro de 1850. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-598-14-setembro-1850-559839-publicacaooriginal-82251-pl.html>. Acesso em 18/04/2023 às 09h35.
- BRASIL. Decreto n. 828, de 29 de setembro de 1851. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-828-29-setembro-1851-549825-norma-pe.html>. Acesso em 18/04/2023 às 09h37.
- BRASIL. Decreto n. 1387, de 28 de abril de 1854. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1387-28-abril-1854-590272-publicacaooriginal-115439-pe.html>. Artigo 119. Acesso em 16/09/2023 às 18h02.
- BRASIL. Decreto de 24 de janeiro de 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-181-24-janeiro-1890-507282-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Promulga%20a%20lei%20sobre%20o%20casamento%20civil.&ext=Art.,ou%20prova%20que%20a%20suppra>. Acesso em 26/09/2023 às 09h39.
- BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891). Brasília: Casa Civil, [s.d.]. Artigo 72, Parágrafo 4. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em 26/09/2023 às 06h05.
- BRASIL. Código Civil de 1916. Brasília: Casa Civil, [s.d.]. Artigos 183 e 207. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13071.htm. Acesso em 26/09/2023 às 06h27.
- BUZAREINGUES, C. G. *Philosophie physiologique, politique et morale*. Paris: Firmin-Didot, 1828. p. 312.
- CAMPOS SEABRA, Alfredo. *Estudo medico-legal do casamento: motivos de impedimento e de nulidade de casamento e motivos de divorcio*. Rio de Janeiro: B. Freres, 1902.
- CHIPAULT, Antony. *Étude sur les mariages consanguins et sur les croisements dans les règnes animal et végétal*. Paris: Germer Baillièrre, Libraire-Éditeur, 1863. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6461412q.r=Mnesiptolema?rk=85837;2>. Acesso em 14/03/2023 às 12h40.
- Constituições Primeiras do Acerbispado da Bahia*. Brasília: Senado Federal. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/222291>.
- DARWIN, Charles. *A Origem das Espécies*. Disponível em: <http://ecologia.ib.usp.br/ffa/arquivos/abril/darwin1.pdf>. Acesso em: 15/06/2018 às 14:56.
- DARWIN, C. Letter to Asa Gray 20 April 1863. In **The Correspondence of Charles Darwin**, v. 11, Cambridge: Cambridge University Press, 1999, pp.333–335.
- DEVAY, Francis Marie Antoine. *Du danger des mariages consanguins sous la rapport sanitaire*. Paris: Masson, 1862. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6461491b.r=Du%20danger%20des%20mariages%20consanguins%20sous%20la%20rapport%20sanitaire?rk=107296;4>. Acesso em 15/03/2023 às 16h50.
- DEVAY, Francis Marie Antoine. *Traité d'hygiène des familles*. Paris: Dorier, Libraire-Éditeur, 1846. Disponível em:

- <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6370904m?rk=42918;4>. Acesso em 15/03/2023 às 16h47.
- DUMAS, Charles-Louis. *Doetrine générale des maladies chroniques*. Paris, 1812. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=gV9jV6TgKl8C&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em 19/02/2023 às 21h26.
- FÓDÉRÉ, Francois-Emmanuel. **De la propagation du cretinage par la génération**. In: *Essai sur le goitre et le crétinage*. 1792. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Essai_sur_le_goitre_et_le_cr%C3%A9tinage.html?id=2DA-AAAACAAJ&redir_esc=y. Acesso em 30/01/2023 às 23h05.
- FÓDÉRÉ, Francois-Emmanuel. *Traité de médecine légale et d'hygiène publique ou de police de santé*. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k76976k.texteImage>. Acesso em 30/01/2023 às 23h10.
- FODÉRÉ, François Emmanuel. *Traité du délire, applique à la médecine, à la morale et à la législation*. 2º Vol. Paris: Croullebois, 1817.
- FODÉRÉ, François-Emmanuel. *Ensaio sobre Tuberculose Pulmonar*. Marselha: imprensa de Jouve et Compagnie, 1795. Disponível em: <https://gallica-bnf-fr.translate.goog/ark:/12148/bpt6k5482206z? x tr sl=es& x tr tl=pt& x tr hl=pt-BR& x tr pto=sc>. Acesso em 02/02/2023 às 08h57.
- FODÉRÉ, François-Emmanuel. *Memórias sobre Verdadeira e Falsa Varíola e sobre Vacinação*. Paris: Henri Servier, 1826. Disponível em: <https://gallica-bnf-fr.translate.goog/ark:/12148/bpt6k5448827z? x tr sl=es& x tr tl=pt& x tr hl=pt-BR& x tr pto=sc>. Acesso em 02/02/2023 às 09h11.
- FODÉRÉ, François-Emmanuel. **Memórias sobre o cultivo de plantas oleaginosas**. In: *Journal de la Société des Sciences, Agriculture et Arts, du Département du Bas-Rhin*. Estrasburgo: Levrault, 1824. Disponível em: <https://books-google-fr.translate.goog/books?id=FR0aAAAAYAAJ&hl=fr&pg=PA503& x tr sl=es& x tr tl=pt& x tr hl=pt-BR& x tr pto=sc#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 02/02/2023 às 09h19.
- GALTON, Francis. *Inquiries into Human Faculty and Its Development*. Londres: Blurb, 2019 [E-book]. Disponível também em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/gu011562.pdf>. Acesso em 13/01/2023 às 16h06.
- GALTON, Francis. *Inquiries into Human Faculty*. Disponível em: <http://galton.org/books/human-faculty/text/human-faculty.pdf>. Acesso em 16/07/2018 às 08h33.
- GALTON, Francis. *Hereditary Genius*. Londres: Julyan Friedmman, 1979.
- GOMES, Bernardino António, *Dos estabelecimentos de alienados nos estados principaes da Europa*. Lisboa: Typografia Vicente Jorge de Castro & Irmão, 1844. Disponível em: <https://purl.pt/24762>. Acesso em 02/02/2023 às 16h56.
- GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Edição Nacional, 1956.
- LUCAS, Prosper. *Traité Philosophique e physiologique de l'Heredité Naturelle*. Tomo 2º.
- MAGALHÃES, José Vieira Couto. *Viagem ao Araguaia*. Cidade de Goyas: Topographya Provincial, 1863. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKewiDu4rZ19z9AhVFupUCHepXBulQFnoECBAQAQ&url=http%3A%2F%2Fbi>

blio.wdfiles.com%2Flocal--files%2Fmagalhaes-1902-viagem%2Fmagalhaes_1902_viagem.pdf&usq=AOvVaw20xsoxBn8FAfF-mgrGIKnR. Acesso em 14/03/2023 às 21h34.

MARINHO, José Antônio. *História do movimento político, que no anno de 1842 teve lugar na provincia de Minas Geraes*. Rio de Janeiro: se., 1844.

MERCATUS, Luois. De morbis Hereditarius ad calcem operum. *Opera Omnia* T. II, Valladolid, 1605.

MORGAGNI, J. Baptistae. *Epistola Anatomico-Medica XI. De sedibus et causis Morborum per anatomen indagatis*. Tomo I. Helvetia, 1779. p.164-173. Disponível em *fac-símile* em: https://books.google.com.br/books?id=OzVCAAAAcAAJ&printsec=frontcover&dir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em 18/02/2023 às 20h00.

Ordenações Filipinas. Exemplar da Biblioteca do Senado Federal. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242733>. Acesso em 02/04/2024 às 17h39.

O sacrosanto, e ecumenico Concilio de Trento em latim e portuguez. Exemplar da Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: http://purl.pt/360/4/sc-7007-p/sc-7007-p_item4/sc-7007-p_PDF/sc-7007-p_PDF_24-C-R0150/sc-7007-p_0000_capa-guardas2_t24-C-R0150.pdf.

PASTORET, Caude-Emmanuel. *Histoire de la Legislation*. Vol.V. Paris: DE L'Imprimerie Royale, 1854. P.515. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9758856h.textelimage>. Acesso em 10/03/2023 às 23h31.

PORTAL, Antoine. *Considerations sur la nature et traitement de quelques maladies héréditaires ou de famille*. Paris: A. Paris, 1814.

PORTAL, Antoine. *Considerations sur la nature et traitement de quelques maladies héréditaires ou de famille*. Paris: A. Paris, 1814. Disponível em *fac-símile* em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5407909z>. Acesso em 11/02/2023 às 11h33.

TROPLONG, Raymond Theodore. *Da influencia do christianismo sobre o direito civil dos romanos*. Tradução de Jose Raymundo da Costa Menezes. BDJur, Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br//dspace/handle/2011/11430>. Acesso em 07/03/2023 às 10h09.

TROPLONG, Raymond Theodore. **Dos impedimentos de parentesco**. *Da influencia do christianismo sobre o direito civil dos romanos*. Tradução de Jose Raymundo da Costa Menezes. BDJur, Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br//dspace/handle/2011/11430>. Acesso em 07/03/2023 às 10h16.

1.2.2) Periódicos:

1.2.2.1) Biblioteca Nacional:

Acervo Digital:

1.2.2.1.1) *Gazeta do Rio de Janeiro*. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/gazeta_rj/gazeta_rj_1808/gazeta_rj_1808.htm. Acesso em 04/01/2022 às 11h17:

Número 014, (29/10/1808);

Número 016, (23/02/1808);

Número 051, (27/06/1810);

Número 050, (22/06/1811);

Número 060, (27/07/1811);

Número 074, (14/09/1811);

Número 084, (19/10/1811);

Número 030, (11/04/1812);

Número 077, (27/09/1815);
 Número 081, (11/10/1815);
 Número 084, (21/10/1815);
 Número 074, (14/09/1816);
 Número 075, (18/09/1816);
 Número 076, (21/09/1816);
 Número 096, (01/12/1819);

1.2.2.1.2) *Idade d'Ouro do Brasil.* Disponível em:
<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/idade-d-ouro/749940>. Acesso em
 11/01/2023 às 12h02:

Número 013, (25/06/1811);
 Número 055, (10/06/1818);
 Número 104, (25/12/1822);

1.2.2.1.3) *Correio Braziliense.* Disponível em:
http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/correio_braziliense/correio_braziliense.htm. Acesso em 28/01/2022 às 20h31:

Volume 1, número 5;

1.2.2.1.4) *Investigador Portuguez.* Disponível em:
<https://permalinkbnd.bnportugal.gov.pt/idurl/1/6576>. Acesso em 17/01/2022 às 10h05:

Número 001, (Julho de 1811);
 Número 002, (Agosto de 1811);
 Número 003, (Setembro de 1811);
 Número 004, (Outubro de 1811);
 Número 010, (Abril de 1812);
 Número 017, (Novembro de 1812);
 Número 018, (Dezembro de 1812);
 Número 021, (Março de 1813);
 Número 033, (Março de 1814);
 Número 034, (Abril de 1814);
 Número 035, (Maio de 1814);
 Número 066, (Dezembro de 1816);
 Número 108, (Maio de 1817);

1.2.2.1.5) *Gazeta do Rio de Janeiro.* Disponível em:
http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/gazeta_rj/gazeta_rj_1808/gazeta_rj_1808.htm. Acesso em 17/01/2022 às 15h33.

Número 030, (11/04/1812);

Número 040, (19/05/1819).

1.2.2.1.6) *Annaes Fluminenses de Sciencias Artes, e Litteratura Publicados por huma Sociedade Philo-Technica no Rio de Janeiro.* Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=700258>. Acesso em
 Acesso em: 15/08/2022 às 10h05.

1.2.2.1.7) *Jornal Scientifico, Economico e Litterario.* Disponível em:
http://memoria.bn.br/pdf/700290/per700290_1826_00001.pdf. Acesso em:
 15/08/2022 às 15h05:

1826, nº2.

1.2.2.1.8) *Propagador de Ciências Médicas ou Annaes de Medicina, Cirurgia e Pharmácia para o Império do Brazil.* Disponível em:
<http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.html>. Acesso em 15/08/2022 às 17h22.

Número 001, (Janeiro de 1827);

Número 002, (Fevereiro de 1827);

Número 003, (Março de 1827);
Número 004, (Abril de 1827);
Número 008, (Agosto de 1827);
Número 011, (Novembro de 1827);
Número 011, (Novembro de 1828).

1.2.2.1.9) *Semanario de Saude Publica*, Disponível em:
<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/semanario/702560>. Acesso em 23/01/2023 às 20h32:

Número 001, (03/01/1831);
Número 011, (12/03/1831);
Número 012, (21/03/1831);
Número 013, (26/03/1831);
Número 014, (02/04/1831);
Número 015, (09/04/1831);
Número 019, (07/05/1831);
Número 031, (30/07/1831);
Número 060, (18/02/1832);
Número 091, (25/02/1832);
Número 092, (05/03/1832);
Número 093, (10/03/1832);
Número 101, (12/05/1832);
Número 107, (25/06/1832);
Número 112, (04/08/1832);
Número 114, (18/08/1832);
Número 115, (25/08/1832);
Número 118, (15/09/1832);
Número 121, (06/10/1832);
Número 127, (24/11/1832);
Número 128, (01/12/1832);
Número 129, (08/12/1832);
Número 130, (15/12/1832);
Número 132, (29/12/1832);
Número 138, (09/02/1833);
Número 147, (20/04/1833);
Número 155, (15/06/1833);
Número 065, (1834).

1.2.2.1.10) *Diário da Saúde ou Ephemerides das Sciencias Medicas e Naturaes do Brazil*. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/diario-saude/702900>. Acesso em 03/09/2022 às 14h41:

Número 001, (18/04/1835);
Número 053, (16/04/1836);

1.2.2.1.11) *Revista Médica Fluminense*. Disponível em:
<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/revista-medica-fluminense/341622>. Acesso em 04/09/2022 às 19h52:

Número 001, (Abril de 1835);
Número 002, (Maio de 1835);
Número 003, (Junho de 1835);
Número 004, (Julho de 1835);
Número 007, (Outubro de 1835);
Número 008, (Novembro de 1835);

Número 010, (Janeiro de 1836);
 Número 001, (Abril de 1836);
 Número 002, (Maio de 1836);
 Número 003, (Junho de 1836);
 Número 005, (Julho de 1836);
 Número 006 (Agosto de 1836),
 Número 006, (Setembro de 1836);
 Número 001, (Abril de 1838);
 Número 001, (Abril de 1839);
 Número 002, (Maio de 1839);
 Número 003, (Junho de 1839);
 Número 004, (Julho de 1839);
 Número 005, (Agosto de 1839);
 Número 007, (Outubro de 1839);
 Número 008, (Novembro de 1839);
 Número 009, (Dezembro de 1839);
 Número 010, (Janeiro de 1840);
 Número 001, (Abril de 1840);
 Número 002, (Maio de 1840);
 Número 003, (Junho de 1840);
 Número 004, (Julho de 1840);
 Número 005, (Setembro de 1840);
 Número 007, (Outubro de 1840);
 Número 012, (Março de 1841);
 Número 001, (Maio de 1842);
 Número 010, (Fevereiro de 1843).

1.2.2.1.12) *O Guanabara: Revista Mensal Artística, Científica e Litteraria.*

Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/guanabara/700630>. Acesso em 30/01/2023 às 17h59:

Número 001, (1849);

1.2.2.1.13) *Diário da Saúde ou Ephemerides das Sciencias Medicas e Naturaes do Brazil.* Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/diario-saude/702900>.

Acesso em 25/01/2023 às 15h11:

Número 019, (22/08/1835);
 Número 019, (28/08/1835);
 Número 020, (29/08/1835);
 Número 024, (26/09/1835);
 Número 021, (30/09/1835);
 Número 025, (03/10/1835);
 Número 029, (31/10/1835);
 Número 033, (28/11/1835);
 Número 034 (06/12/1835);
 Número 035, (12/12/1835);
 Número 038, (02/01/1836);
 Número 045, (20/02/1836);
 Número 052, (09/04/1836);
 Número 053, (16/04/1836).

1.2.2.1.14) *Jornal do Commercio.* Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=364568&pesq=>. Acesso em 25/01/2023 às 12h49:

1.2.2.1.15) *Revista Medica Brasileira*. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/revista-medica-brasileira/146366>. Acesso em 30/01/2023 às 12h12:

- Número 001, (Maio de 1841);
- Número 002, (Junho de 1841);
- Número 003, (Julho de 1841);
- Número 006, (Outubro de 1841);
- Número 008, (Dezembro de 1841);
- Número 009, (Janeiro de 1842);
- Número 010, (Fevereiro de 1842);
- Número 011, (Março de 1842).
- Número 007, (Novembro de 1842);
- Número 008, (Dezembro de 1842);
- Número 011, (Março de 1843).

1.2.2.1.16) *Arquivo Medico Brasileiro: Gazeta Mensal de Medicina, Cirurgia, e Sciencias Accessorias*. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/arquivo-medico-brasileiro/700347>. Acesso em 19/02/2023 às 12h28:

- Número 009, (Abril de 1845);
- Número 006, (Janeiro de 1845);
- Número 004, (Dezembro de 1845);
- Número 006, (Janeiro de 1845);
- Número 011, (Junho de 1845);
- Número 001, (Setembro de 1846);
- Número 012, (Agosto de 1847);
- Número 003, (Dezembro de 1847);
- Número 004, (Janeiro de 1848);
- Número 008, (Maio de 1848).

1.2.2.1.17) *O Guanabara: Revista Mensal Artistica, Scientifica e Litteraria*. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/guanabara/700630>. Acesso em 30/01/2023 às 12h33:

- Número 001, (1849).

1.2.2.1.18) *Revista Brasileira, jornal de ciências, letras e artes*. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/revista-brasileira/139955>. Acesso em 05/02/2023 às 18h50:

- Número 002, (1879).

1.2.2.1.19) *Annaes Brasilienses de Medicina*. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>. Acesso em 22/02/2023 às 10h46:

- Número 005, (Julho de 1857);
- Número 007, (Setembro de 1857);
- Número 008, (Outubro de 1857);
- Número 010, (Dezembro de 1857);
- Número 012, (Fevereiro de 1858);
- Número 010, (Dezembro de 1858);
- Número 004, (Junho de 1859);
- Número 005, (Julho de 1859);
- Número 009, (Fevereiro de 1864);
- Número 003, (Agosto de 1865);
- Número 009, (Fevereiro de 1865);
- Número 004, (Setembro de 1866);

Número 005, (Outubro de 1866);
Número 007, (Dezembro de 1866);
Número 009, (Fevereiro de 1867);
Número 003, (Agosto de 1867);
Número 004, (Setembro de 1867);
Número 006, (Novembro de 1867);
Número 012, (Maio de 1868);
Número 003, (Agosto de 1869);
Número 007, (Dezembro de 1869);
Número 008, (Janeiro de 1869);
Número 009, (Fevereiro de 1871);
Número 010, (Março de 1871);
Número 011 (Abril de 1871);
Número 012, (Maio de 1871);
Número 004, (Setembro de 1872);
Número 011, (Abril de 1872);
Número 011, (Abril de 1873);
Número 012, (Maio de 1873);
Número 002, (Julho de 1875);
Número 012, (Maio de 1875);
Número 009, (Fevereiro de 1876);
Número 012, (Maio de 1876);
Número 012, (Maio de 1876);
Número 002, (Julho de 1877);
Número 009, (Julho de 1877);
Número 001, (Agosto de 1879);
Número 001, (Outubro, Novembro e Dezembro de 1880);
Número 002, (Outubro, Novembro e Dezembro de 1881);
Número 003, (Janeiro, Fevereiro e Março de 1882);
Número 003, (Abril, Maio e Junho de 1882).

1.2.2.1.20) *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica/809411>. Acesso em 21/02/2023 às 15h41:

Número 001, (01/01/1862);
Número 002, (15/01/1862);
Número 003, (01/02/1862);
Número 006, (01/06/1862);
Número 006, (15/08/1862);
Número 010, (15/10/1862);
Número 014, (15/12/1862);
Número 011, (01/06/1863);
Número 012, (15/06/1863);
Número 014, (15/07/1863);
Número 019, (01/10/1863);
Número 022, (15/11/1863);
Número 001, (01/01/1864);
Número 005, (01/03/1864);
Número 010, (15/05/1864).

1.2.2.1.21) *Gazeta Médica da Bahia*. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-medica-bahia/165646>. Acesso em 28/03/2023 às 20h10:

Número 002, (25/07/1866);
Número 004, (25/08/1866);
Número 008, (25/10/1866);
Número 018, (25/03/1867);
Número 049, (15/08/1867);
Número 036, (31/12/1867);
Número 046, (31/05/1868);
Número 075, (15/09/1869);
Número 090, (30/04/1870);
Número 093, (15/06/1870);
Número 094, (30/06/1870);
Número 117, (15/06/1872);
Número 119, (15/07/1872);
Número 121, (15/08/1872);
Número 127, (15/11/1872);
Número 143, (15/07/1873);
Número 157, (15/02/1873);
Número 158, (28/02/1873);
Número 078, (30/09/1873);
Número 151, (15/11/1873);
Número 166, (30/06/1874);
Número 001, volume I, (Janeiro de 1876);
Número 011, volume I, (Novembro de 1876);
Número 012, volume I, (Dezembro de 1876);
Número 003, volume II, (Março de 1877);
Número 005, volume III, (Maio de 1878);
Número 006, volume III, (Junho de 1878);
Número 007, volume III, (Julho de 1878);
Número 008, volume III, (Agosto de 1878);
Número 009, volume III, (Setembro de 1878);
Número 010, volume III, (Outubro de 1878);
Número 012, volume III, (Dezembro de 1878);
Número 002, volume IV, (Fevereiro de 1879);
Número 005, volume IV, (Maio de 1879);
Número 008, volume IV, (Agosto de 1879);
Número 003, volume V, (Agosto de 1880);
Número 006, volume V, (Dezembro de 1880);
Número 007, volume V, (Janeiro de 1881);
Número 008, volume V, (Fevereiro de 1881);
Número 002, volume VI, (Agosto de 1881);
Número 004, volume VI, (Outubro de 1881);
Número 005, volume VI, (Novembro de 1881);
Número 002, volume VII, (Agosto de 1882);
Número 005, volume VII, (Novembro de 1882);
Número 012, volume VII, (Junho de 1883).

1.2.2.1.22) *Gazeta de Notícias*. Disponível em:

http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1893_00284.pdf. Acesso em 03/10/2023 às 06h49:

Número 284, (12/10/1893).

1.2.2.1.23) *O Campo Belo.* Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/873276/1>. Acesso em 03/10/2023 às 06h18:

Número 036, (17/09/1893).

1.2.2.1.24) *Boletim de Eugenia.* Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em 03/10/2023 às 17h42:

Número 024, (Dezembro de 1930).

1.2.2.2) Coleção Brasileira, U.S.P.:

Acervo Digital:

1.2.2.2.1) *Correio Braziliense.* Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6868>. Acesso em 12/01/2023 às 19h01:

Número 079, (Dezembro de 1813);

Número 078, (Novembro de 1814);

Número 080, (Janeiro de 1815);

Número 084, (Maio de 1815).

1.2.2.2.2) *O Patriota: jornal litterario, politico, mercantil.* Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm-ext/1274>. Acesso em 18/01/2023 às 20h45:

Número 001, (Janeiro de 1813);

Número 002, (Fevereiro de 1813);

Número 003, (Março de 1813);

Número 006, (Junho de 1813);

Número 015, (Maio/Junho de 1814);

Número 016, (Julho/Agosto de 1816).

1.2.2.3) Universidade Federal da Bahia (UFBA):

Acervo Digital:

1.2.2.3.1) *Gazeta Médica da Bahia.* Disponível em: <http://gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/issue/archive?issuesPage=29#issues>.

Acesso em 10/02/2023 às 17h08:

Número 001, (10/06/1866);

Número 049, (15/08/1868);

Número 100, (30/09/1871);

Número 117, (15/06/1872);

Número 126, (31/10/1872);

Número 137, (15/04/1873);

Número 139, (15/05/1873);

Número 142, (30/06/1873);

Número 146, (30/08/1873);

Número 147, (15/09/1873);

Número 155, (15/01/1874);

Número 160, (31/03/1874);

Número 129, (15/12/1878);

Número 130, (31/12/1878).

1.2.3) Documentos:

1.2.3.1) Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ):

Biblioteca Digital de Obras Raras:

Projecto de estatutos para a Escola de Medicina do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/1284>. Acesso em 08/02/2023 às 14h35.

1.2.4) Teses Médicas:

1.2.4.1) Arquivo Público Mineiro (APM):

Biblioteca:

Teses Médicas: Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/teses/search.php?query=&andor=AND&dt1=&dt2=¬acao=&nantiga=&ordenar=30&asc_desc=10&submit=Executar+pesquisa&action=results&id_REQUEST=0a94dda04639b057c378d68c46f298c0. Acesso em 15/09/2023 às 07h46:

- TM – 0072. Camillo Maria Ferreira Armond (1837);
- TM – 0083. Camillo Maria Ferreira da Fonseca (1874);
- TM – 0199. José Cândido da Costa Sena (1875);
- TM – 0142. Matheus Chaves de Magalhães (1875);
- TM – 0149. Theodoro da Costa Mattos (1878);
- TM – 0077. João Antônio Lopes de Figueiredo (1880);
- TM – 0065. José Pedro Drummond (1880);
- TM – 0134. Álvaro da Matta Machado (1880);
- TM – 0174. Tibúrcio Antônio da Paixão (1881);
- TM – 0031. João Pinheiro de Campos (1891);
- TM – 0126. Alfredo Garção Stockler de Lima (1892);
- TM – 0211. José Ribeiro da Silva (1894).

Revistas do Arquivo Público Mineiro:

Notícia biográfica e literária, Ano 7, Volume 1, Jan-Jun, 1902, p.3-12. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/1634.pdf. Acesso em 28/09/2023 às 10h30.

1.2.4.2) Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ):

Biblioteca Digital de Obras Raras: https://bdor.sibi.ufrj.br/simple-search?location=%2F&query=casame&rpp=10&sort_by=score&order=desc. Acesso em 15/09/2023 às 07h44.

2) Bibliografia:

2.1) Bibliografia impressa:

- ACCORSI, Giulia Engel. **Sífilis, loucura e civilização: a paralisia geral progressiva e a institucionalização do campo neuropsiquiátrico no Rio de Janeiro (1868-1924)**. 2020. 362 p. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2020.
- ALEGRIO, Leila Vilela. Fazenda Santa Sophia: caminho das entradas mineiras. Revisão do Café. Rio de Janeiro. Setembro 2009. Ano 88. Nº 831.
- ALMEIDA, Ângela. (org) *Pensando a família no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/ Editora da UFRJ, 1983.
- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e Pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. 1ª ed. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.
- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de Almeida. De Vila Rica ao Rio das Mortes: mudança do eixo econômico em Minas colonial. *Revista de história*. Juiz de Fora, v. 11, n. 1 e 2, p. 137-160, 2005.
- ALVES, Robson Henriques. *Medicina Legal entre Direito ou Medicina: o caminho de sua institucionalização no Brasil*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2014.
- ANDRADE, Leandro Braga de. Uma pequena praça comercial e seus agentes: integração mercantil e hierarquia social em Minas Gerais no século XIX. *Temporalidades*, v. 2, n. 1. Belo Horizonte, 2010.

- ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. *Propriedade agrária e arranjos matrimoniais: uma análise comparada entre São Paulo do Muriaé e Minho, no século XIX*. Juiz de Fora: UFJF, 2012.
- ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de Andrade; GONTIJO, Beatriz Simão. A terra e o altar: análise comparativa dos sistemas de casamento e uso da terra. São Paulo do Muriaé e Baixo Minho, século XIX. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. Anpuh 50 anos, São Paulo, 17 a 22 de julho de 2011.
- ANDREAZZA, Maria Luiza. Cultura Familiar e Registros Paroquiais. In: BASSANEZI, Maria Sílvia C. Beozzo. BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Linhas e Entrelinhas: as diferentes leituras das atas paroquiais dos setecentos e oitocentos*. Belo Horizonte: Veredas e Cenários, 2011.
- ANDREAZZA, M.L.; BOSCHILIA, R. (Org.) *Portuguesas na diáspora: histórias e sensibilidades*. 2.ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2013.
- ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, Leis e Moral. Pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.
- ARCANJO, Fernanda Gonçalves. SILVA, Edson Pereira da. A Pangênese Darwiniana: o uso de velhas ideias para introduzir novidades no ensino de biologia. *Revista da SBEnBIO*. N.º7. Outubro de 2014.
- ARNER, G.B.L. Consanguineous marriages in the American population. *Studies in History, Economics and Public Law*. Columbia University, 31, no. 3: 1-100, 1908.
- BARROSO, Elaine Aparecida Lier. História Social da Cultura e História da Medicina: possibilidades de análise. *Anais do I Colóquio do LAHES*, Juiz de Fora, 13 à 16 de junho de 2015.
- BEIGUELMAN, Bernardo. Os Efeitos da Consanguinidade. In: *Genética de Populações Humanas*. Campinas: UNICAMP, 2005. <http://lineu.icb.usp.br/bbeiguel/GeneticaPopulacoes/>.
- BEIGUELMAN, Bernardo. *Genética e ética*. *Revista Ciência e Cultura*, 1990. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/46463411/Beiguelman-Bernardo-Genetica-y-etica>. Acesso em 13/01/2023 às 15h58.
- BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. IN ORTIZ, Renato (Org.). Pierre Bourdieu: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983, p.46-81.
- BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. Casar-se em Minas: uma análise das uniões matrimoniais na Comarca do Rio das Mortes (1820 – 1850). *Análise Social*, vol. XLV, n. 194, 2010, p.141-163.
- BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: família e sociedade. (São João Del Rei – séculos XVIII e XIX)*. São Paulo, Annablume, 2007.
- CALDAS, Andréa Christina da Silva Panaro. À sombra de um cafezal: estratégias sociais, familiares, Produtivas e políticas de barões do café na zona da mata Mineira - (1830-1890). *Anais do XIX Encontro Regional de História profissão Historiador: Formação e Mercado de Trabalho*. Juiz de Fora – 28 a 31 de julho de 2014.
- CASA DE OSWALDO CRUZ. *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, s/d. Disponível em <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/scripts/?IsisScript=iah.xis&base=dic&lang=pt&form=A&user=GU EST>. Acesso em 04/09/2022 às 20h05.
- CEPULLI, Fernando Fontes. *O Antropólogo das Caveiras: Francisco Ferraz de Macedo e os Saberes Criminológicos no Mundo Atlântico (final do século XIX e*

- início do século XX*). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2022 [Dissertação de Mestrado]
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHAGAS, Gabriel Afonso Vieira. **Estratégia de família: casamentos endogâmicos em grupos familiares do entorno da Serra do Camapuã (1750-1890)**. 2018. 184 p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.
- COHN, Marjorie Rocha. *A fazenda Santa Sofia: cafeicultura e escravidão no Vale do Paraíba Mineiro, 1850-1882*. São Paulo: USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2013. [Tese de Doutorado].
- CORRÊA, Mariza. *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- COSTA, Dilvanir José da. A família nas Constituições. Brasília a. 43 n. 169 jan./mar. 2006. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/92305/Costa%20Dilvanir.pdf?sequence=6&isAllowed=y#:~:text=b\)%20A%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20de%2024,de%201916%20o%20regulou%20exaustivamente](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/92305/Costa%20Dilvanir.pdf?sequence=6&isAllowed=y#:~:text=b)%20A%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20de%2024,de%201916%20o%20regulou%20exaustivamente). Acesso em 26/09/2023 às 06h13.
- DAHLBERG, G. Inbreeding in man Nova York. *Genetics* 14: p.421-454, 1929.
- DAHLBERG, G. *Mathematical methods for Population Genetics*. Nova York: Interscience, 1948.
- DAHLBERG, G. On rare defects in human populations with particular regard to inbreeding and isolate effects. *Proc. Roy. Soc. Edinburgh*, 58, Part II: 213-232, 1938.
- DELL'ARINGA, Alfredo Rafael. **Contribuição ao estudo da etiologia das perdas auditivas hereditárias, progressivas e de causas desconhecidas**. 1999. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- DÓRIA, Renato Palumbo. De padres revolucionários à cirurgiões desenhistas: as luzes sombrias do século XIX. *Anais do 41º Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte: Arte em tempos sombrios*. 23-27 nov. 2021. p.876-887
- DURÃES, Margarida. Estratégias de sobrevivência econômica nas famílias camponesas minhotas: os padrões hereditários (sécs XVIII-XIX). In: *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais/ABEP*. Caxambu-MG, 20 a 24 de setembro de 2004.
- EDLER, Flavio C. **As reformas do ensino médico e a profissionalização da medicina na corte do Rio de Janeiro - 1854-1884**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1992.
- ELIAS, Nobert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1994.
- FUSTO, David F. The Theory of Hereditary disease of Luis Mercado: Chief Physician to the Spanish Hapsburgs. *Bulletin of the History of Medicine. The Johns Hopkins University Press*. Vol.35, Nº4, Julho-Agosto de 1961, págs. 346-373. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/44449752>. Acesso em 18/02/2023 às 20h24.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FERREIRA, L. O. Os periódicos médicos e a invenção de uma agenda sanitária para o Brasil (1827-43). *História, Ciências, Saúde*. Rio de Janeiro, Manguinhos, VI (2): 331-51, jul.-out. 1999.

- FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. **Ciência na busca do Eldorado: a institucionalização das ciências geológicas no Brasil, 1808-1907**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1992 [Tese de Doutorado].
- FLANDRIN, Jean-Louis. *Familles, parenté, maison, sexualité dans l'ancienne Société*. Paris: Seuil, 1984.
- FLANDRIN, Jean-Louis. *Famílias: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*. Lisboa: Editorial Estampa, 1991.
- FLECK, Ludwik. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.
- FORTUNA, Cristina Maria Mascarenhas, *Memórias Históricas da Faculdade de Medicina da Bahia*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2014.
- FREIRE-MAIA, Newton. Os casamentos consanguíneos e o novo código de direito canônico. *Revista Brasileira de Genética*. 1986.
- FREITAS, Maria Helena. Considerações acerca dos primeiros periódicos científicos brasileiros. *Revista IBCT*. 07/03/2007. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1113/1243>. Acesso em: 15/08/2022 às 10h05.
- FURTADO, Júnia F. A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi e DE LUCA, Tania R. (orgs.) *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.
- FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócios: a interiorização da Metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. 1ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- FURTADO, Júnia F. Novas tendências da historiografia sobre Minas Gerais no período colonial. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n.2, 2009, p.116-162.
- GILBERT, Scott F. *Biologia do Desenvolvimento*. 5ª Ed. Ribeirão Preto: FUNPEC Editora. 2003.
- GODINHO, Ricardo. KEOGH, Ivan. EAVEY, Roland. Perda auditiva Genética. *Revista Brasileira Otorrinolaringologia*. v.69, n.1, p.100-104. 2003.
- GONÇALVES, Monique de Siqueira. Entre livros e apólices: a trajetória do clínico, lente e acadêmico Antônio Corrêa de Souza Costa. *Anais do I Seminário Internacional Brasil do Século XIX*. Vitória, Espírito Santo: UFES, 2014.
- GOODY, Jack. *Família e casamento na Europa*. Oeiras: Celta Editora, 1995.
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. "Padrões de transmissão de fortunas nas famílias da elite mercantil da Comarca do Rio das Mortes, c. 1750-c.1850." LIBBY, Douglas Cole. MENESES, José Newton Coelho. FURTADO, Júnia Ferreira. FRANK, Zephir L. *História da Família no Brasil (séculos XVIII, XIX e XX): Novas análises e perspectivas*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.
- GRANDA, José. *Arte de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na corte Imperial*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.
- GRAZINOLI, Danniell de Miranda. *Fazenda Santa Sophia (MG): Preocupação com o aspecto social do escravo no Brasil do Segundo Império*. Valença: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Valença, 2004. [Monografia]
- GUIMARÃENS, Elione Silva. Escravos e libertos da zona da mata mineira: da luta pela liberdade aos primeiros anos do pós-emancipação (1870-1900). *Revista Científica da FAMINAS*. v. 1, n. 2. 2005.
- GUIMARÃENS, Elione Silva. Economia autônoma de escravos nas grandes fazendas cafeeiras do sudeste do Brasil (Zona da Mata mineira –século XIX). *História Econômica da América Latina*. nº.32 México jul./dic. 2009.
- GUIMARÃES, Elione Silva. MOTTA, Márcia Maria Menendes. (Org.) *Campos em disputa: história agrária e companhia*. São Paulo: Annablume, 2007.

- HALDANE, J.B.S. & MOSHINSKY, P. Inbreeding in mendelian populations with special reference to human cousin marriage. *Ann. Eugen.* 9: 321-340, 1939.
- HERZLICH, Claudine. The evolution of relations between French physicians and State from 1880 to 1980. *A Journal of Medicine Sociology*, vol. 4. 1982. London.
- KEOGH, Ivan. Perda Auditiva Hereditária. *IX Manual de Otorrinolaringologia pediátrica da IAPO*. p.288. <https://cdn.gn1.link/iapo/manuals/br/Perda-Auditiva-Hereditaria.pdf>. Acessado em 25/01/2022 às 12h33.
- LACERDA, Antônio Henrique Duarte. **Negócios de Minas: família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas Minas Gerais – a família Ferreira Armonde (1751-1850)**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, p. 53. 2010.
- LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Negócios de Minas: família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas Minas Gerais – a família Ferreira Armonde (1751-1850)*. São Paulo: Intermeios, 2013, p. 53.
- LACERDA, Antônio Henrique Duarte. A evolução do patrimônio da família Ferreira Armonde através de três gerações (Comarca do Rio das Mortes – Minas Gerais, 1751-1850). GUIMARÃES, Elione Silva. MOTTA, Márcia Maria Menendes. (Org.) *Campos em disputa: história agrária e companhia*. São Paulo: Annablume, 2007.
- LAMONT, Peter. *Crenças extraordinárias: uma abordagem histórica de um problema psicológico*. São Paulo: Editora UNESP, 2017.
- LAROCCA, Liliana Muller. MARQUE, Vera Regina Beltrão. Quando a higiene se torna pública: saúde e estado. *Cogitare Enferm*, 2005, jan/abr; 10(1):75-80.
- LARSON, Magali Sarfatti. *The Rise of Professionalism: A Sociological Analysis*. Berkeley. Califórnia: University of Califórnia Press, 1977.
- LATOURETTE, B. Ciência em Ação. Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. Tradução (REVISÃO), I. C. B. e. J. d. P. A. São Paulo: UNESP, 1987/1997.
- LEANDRO, Maria Engrácia. Transformações da família na história do Ocidente. *Revista Teológica*, 2.^a Série, 41, 1 (2006)
- LEANDRO, Maria Engrácia. *Transformações da família na História do Ocidente*. Lisboa: Universidade Aberta, 2006.
- LEBRUN, François. *A vida conjugal no Antigo Regime*. Lisboa: Edições Rolim, 1999.
- LIBBY, Douglas Cole; MENESES, José Newton Coelho; FURTADO, Júnia Ferreira; FRANK, Zephyr. *História da Família no Brasil (séculos XIII, XIX e XX). Novas análises e perspectivas – 1. Ed.* – Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2015.
- LIMA, Lílian Martins de. Um discurso sobre o Brasil: uma análise do jornal Minerva Brasiliense - Rio de Janeiro (1843-1845). *Revista Histórica do Arquivo do Estado de São Paulo*. São Paulo, SP: 16 de novembro de 2006.
- LOBO, I. & SHAWK, K. Thomas Hunt Morgan, genetic recombination, and Gene mapping. *Nature Education* (2008) 1(1):205.
- LOPES, Fábio Henrique. Análise historiográfica e Histórica da Medicina Brasileira. Lócus: revista de história. Juiz de Fora: Núcleo de História regional. Departamento de história/Arquivo Histórico/ EDUFJF, 2003, v. 9, n. 02.
- LOPES, Maria Margareth (1993), **As ciencias naturais e os museus no Brasil no século XIX**. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1993. [Tese de Doutorado]
- LOTT, Miriam Moura. *Na Forma do Ritual Romano. Casamento e Família. Vila Rica (1804-1839)*. Belo Horizonte: Annablume, 2008.
- LUZ, Madel Terezinha et al. *Medicina e ordem política brasileira: políticas e instituições de saúde (1850-1930)*. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1982.

- MACEDO, Cristian Cláudio Quinteiro. A influência da frenologia no Instituto Histórico de Paris: raça e história durante a Monarquia de Julho (1830-1848), *Revista da USP*. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/humanidades/article/download/113338/111294/205136>. Acesso em 13/01/2023 às 16h23.
- MACHADO, Cacilda. Casamento & Compadrio. Estudo sobre relações sociais entre livres, libertos e escravos na passagem do século XVIII para o XIX. In: *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. São José dos Pinhais: ABEP, 2004.
- MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma: a medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MAIA, Joaquim Rodrigo de Castro. As relações de parentesco ritual em uma sociedade escravista: compadres, padrinhos e afilhados no cotidiano mineiro da primeira metade do século XVIII. In: *Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira*. 2008.
- MALAQUIAS, Anderson Gonçalves. **Ciência, Educação e Divulgação Científica: o nascimento da bacteriologia nas páginas da Gazeta Médica da Bahia (1866-1890)**. 2012. CEFET/RJ. Rio de Janeiro, 2012.
- MALÉCOT, G. *Les mathématiques de l'hérédité*, Paris: Masson & Cie, 1948.
- MALONOWSKI, Bronislaw. *Sexo e repressão na sociedade selvagem*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira. A herança de caracteres adquiridos nas teorias “evolutivas” do século XIX, duas possibilidades: Lamarck e Darwin. *Filosofia e História da Biologia*, v.10, n.1, p.67-84. 2015.
- MARTINS, Maria Fernanda. Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX. In: FRAGOSO, João Luis Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. (orgs.). *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MARTINS, Roberto Borges. A transferência da corte portuguesa para o Brasil: impactos sobre Minas Gerais. Acesso: <https://core.ac.uk/download/pdf/6519702.pdf>. Acesso em 28/06/2017 às 15:48.
- MASSARANI, Luisa. *A divulgação científica no Rio de Janeiro: Algumas reflexões sobre a década de 20*. Rio de Janeiro: IBICT e UFRJ, 1998. [Dissertação de Mestrado]
- MATTOSO, Katia de Queirós. *Família e Sociedade na Bahia do Século XIX*. São Paulo: Corrupio, 1988.
- MENESES, José Newton Coelho. FURTADO, Júnia Ferreira. FRANK, Zephir L. *História da Família no Brasil (séculos XVIII, XIX e XX): Novas análises e perspectivas*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.
- MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. *A arte de curar nos tempos da colônia: limites e espaços da cura*. 3ªed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2017.
- MONTAIGNE, Michel de. *Os ensaios*. Uma seleção. Tradução e notas: Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Casa, casamento e nome: fragmentos sobre relações familiares e indivíduos. MATTOSO, José. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. (orgs) *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2011, p.136-37.
- MOTULSKY, Arno G. Joseph Adams (1756-1818). Um fundador esquecido da genética médica. *AMA Archivo Interno da Medicina*. Setembro de 1959;104(3):490-496

- NÉRI, M. *Retratos da Deficiência no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, IBRE, CPS; 2003.
- OLIVEIRA, José Carlos. *A cultura científica e a Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)*, *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, Campinas, n.17, p. 29-58, jan./jun. 1997.
- OLIVEIRA, José Carlos. *As ciências no paço de d. João...* *História, Ciências e Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol.6, n.1, mar./jun. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701999000200009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 28/01/2022 às 19h41.
- OLIVEIRA, José Carlos. *Os periódicos portugueses de Inglaterra e a cultura científica brasileira (1808-1821)*. *Revista de SBHC*, nº19, pp.31-62, 1998.
- OLIVEIRA, Pedro Henrique Ferreira Danese. *“Propagador das Ciências Médicas” e “Seminário de Saúde Pública”: As moléstias mentais nos periódicos médicos brasileiros (Rio de Janeiro, 1827-1833)*. *Revista Faces de Clio*. Juiz de Fora, Minas Gerais, vol.3, n.66, jul-dez-2017.
- PAIVA, Clotilde Andrade. *População e Economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: USP, 1996. [Tese, Doutorado em Demografia Econômica]
- PEREIRA, Ana Luiza de Castro. *O sangue, a palavra e alei: faces da ilegitimidade em Sabará, 1712-1770*. Belo Horizonte: UFMG, 2004. [Dissertação, mestrado em História]
- PEREIRA, André. *A História da Profissão Médica nos Estados Unidos: O Ponto de Vista de Paul Starr*. *Série Estudos em Saúde Coletiva*, n.º 101, 1994. Instituto de Medicina Social, UERJ.
- PEREIRA, André. *Palavras, intenções e gestos. Os interesses profissionais da elite médica. Congresso Nacional dos Práticos (1922)*. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2002.
- PINHEIRO, Fábio W. A. *O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata (c.1809-c.1830)*. Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2007, [Dissertação de mestrado].
- PINHEIRO, Fábio W. A. *Os condutores de almas africanas: concentração E famílias no tráfico de escravos para Minas Gerais, c. 1809- c.1830*. Acesso: <https://core.ac.uk/download/pdf/6519617.pdf>. Acessado em 28/06/2017 às 15h46.
- RAFFIN-ALLAMEL, Catherine. LEPLÈGE, Alain. JUNIOR, Lybio Martire. *História da Medicina*. Edição brasileira organizada por Márcio Fabri dos Anjos. Revisão dos termos médicos de José Marques Filho. Tradução de Aquiles Von Zuben. Aparecida, São Paulo: Ideias & Letras, 2011.
- RAMOS, Maurício de Carvalho. *Maupertuis e o pensamento evolutivo na época das Luzes*. *Revista Kronos*. Número 2. Ano 2.
- RAMOS, Donald. *Teias Sagradas e Profanas. O lugar do Batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro*. *Vária História*, Belo Horizonte, n.31, p.41-68, Janeiro 2004.
- RESENDE, Artur. *Genealogia Mineira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1937, vol.1.
- REVEL, J. *A história ao rés do chão*. In: LEVI, G. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- RIBEIRO, Lourival. *Academia Nacional de Medicina*. Rio de Janeiro: Sintra Gráfica e Editora Ltda, 1984.
- RODRIGUES, José Damião. *“Endogamia, consanguinidade e reprodução social: o mercado matrimonial das elites açorianas no Antigo Regime.”* SANTOS, Carlota. MATOS, Paulo Teodoro de. *Demografia das Sociedades Insulares Portuguesas. Séculos XV a XXI*. Braga: CITCEM, 2013.

- SABBATINI, Renato M.E. Craniologia, uma Pseudociência Médica. Universidade Estadual de Campinas, 1999. Disponível em: https://www.sabbatini.com/renato/papers/Craniologia_Uma_Pseudociencia_Medica.pdf. Acesso em 13/01/2023 às 15h54.
- SABBATINI, Renato M.E. A História da Localização Cerebral. *Revista Cérebro & Mente*, março de 1997. Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: http://www.cerebromente.org.br/n01/frenolog/frenologia_port.htm. Acesso em 13/01/2023 às 15h55.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *A família Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 4ed. 1993.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família, São Paulo, século XIX*. São Paulo: Marco Zero, Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.
- SAMARA, Eni de Mesquita. Estratégias matrimoniais no Brasil do século XIX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Ed. Marco Zero/ANPUH, v.8, n.15, set./fev.1988, p.91-105.
- SANTOS, Nadja P e ALENCASTRO, R Bicca de: Pinto, Ângelo da C. “Jornais científicos brasileiros do século XIX (1813-1889) - Publicações na área da química”. *Química Nova*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.
- SANTOS, N. P.; ALENCASTRO, R. B.; PINTO, A. C. **Jornais Científicos Brasileiros da segunda metade do século XIX - publicações na área da Química**. In: *22ª Anais da 22ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Química*. V.03. São Paulo: Sociedade Brasileira de Química, 1999.
- SANTOS, Silvana Cristina dos. MELO, Uirá Souto. LOPES, Simone Silva dos Santos. WELLER, Mathias. KOK, Fernando. A endogamia explicaria a elevada prevalência de deficiências em populações do Nordeste brasileiro? *Ciência e saúde coletiva*. Vol.18 nº.4 Rio de Janeiro Abril de 2013.
- SANTOS, S. KOK, F. WELLER, M. PAIVA, F.R.L. OTTO, P.A. Consanguinity in Northeastern Brazil: strategies for the prospection of new genetic disorders. *Genetics and Molecular Biology* 2010; 33(2): 220-223.
- SARTI, Cyntia A. “Deixarás o teu pai e a tua mãe”: notas para uma discussão sobre Lévi-Strauss e a família. *Anais do XXIII Encontro Anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais)*. Caxambu, 1999.
- SAYD, Jane Dutra. *Mediar, Mediar e Remediar: aspectos da terapêutica na medicina ocidental*. Rio de Janeiro: EDUERJ. 1998.
- SCOTT, Ana Silvia Volpi Scott. “Entre a ‘curva’ e o ‘caso’: três décadas de história da família no Brasil”. LIBBY, Douglas Cole; MENESES, José Newton Coelho; FURTADO, Júnia Ferreira; FRANK, Zephyr. (orgs.) *História da Família no Brasil (séculos XIII, XIX e XX)*. *Novas análises e perspectivas* – 1. Ed. – Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2015.
- SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva. *Hagiografia e História da Saúde*. Rio de Janeiro: EDUFRJ. 2004.
- SILVA, César Agenor Fernandes da. **O Correio Braziliense e seu projeto de civilização (1808-1822)**. 2006. Dissertação de Mestrado. UNESP. Franca, 2006.
- SLUZKI, Carlos. *A Rede Social na Prática Sistêmica*, Ed. Casa do Psicólogo: São Paulo, 1997.
- STARR, Paul. *The Social Transformation of American Medicine*. New York: Basic Books, 1982.
- VAINFAS, Ronaldo. *Casamento, Amor e Desejo no Ocidente Cristão*. São Paulo: Ática, 1992.
- VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

- VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes. SANTOS, Leonor Maria Pacheco. Tributo a Manoel da Gama Lobo (1835-1883), pioneiro na epidemiologia da deficiência de vitamina A no Brasil. *História da Ciência e Saúde-Manguinhos* 14 (4). Dez 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/xZcV93kQp8QmZgwLmQqDPcz/?lang=pt>. Acesso em 27/02/2023 às 21h25.
- VIDAL, Monique Leone Cunha. **A febre amarela, os médicos e a cremação de cadáveres no Rio de Janeiro das décadas de 1870 e 1880**. 2015. Dissertação de Mestrado, UNIRIO. Rio de Janeiro, 2015.
- WHELING, Arno. e WEHLING, Maria José, *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- WOORTMANN, Klaas. WOORTMANN, Ellen F. Monoparentalidade e chefia feminina. Conceitos, contextos e circunstâncias. *Série Antropológica*. Nº357. Brasília, 2004.
- WRIGHT, S. Coefficients of inbreeding and relationship. *Amer. Nat.* 56: 330-338, 1922.
- WRIGHT, S. Systems of mating. I-V. *Genetics* 6: 111-178, 1921.
- WRIGHT, S. The genetic structure of populations. *Ann. Eugen.* 15: 323-354, 1951.
- ZILLES, Urbano. *Os Sacramentos da Igreja Católica*. 3ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

2.2) Bibliografia digital:

- O Professor Newton Freire Maia foi o pioneiro das pesquisas científicas da UFPR. Disponível em: <http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/o-professor-newton-freire-maia-foi-o-pioneiro-das-pesquisas-cientificas-da-ufpr/>. Acesso em 09/01/2022 às 17h20.
- Casamento entre parentes ainda é prática comum no Oriente. Disponível em: <https://ceert.org.br/noticias/historia-cultura-arte/10608/casamentos-entre-parentes-ainda-e-pratica-comum-no-oriente>. Acesso em 09/01/2022 às 17h23.
- <https://www.ent-hnshistoricalociety.org/history/>. Acesso em 25/01/2021 às 18h10.
- Fundamentos da Genética Clássica. <https://www.esp.org/foundations/genetics/classical/gm-65.pdf>. Acesso em 20/06/2018 às 14h35.
- O Patriota. <http://www.fiocruz.br/brasiliana/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=33&sid=21>. Acesso em 28/01/2022 às 21h22.
- Os periódicos de ciência no Brasil do século 19. <http://www.fiocruz.br/brasiliana/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=77&sid=14#:~:text=Entre%20os%20peri%C3%B3dicos%20com%20maior,mensal%20art%C3%ADstica%20cient%C3%ADfica%20e%20liter%C3%A1ria>. Acesso em 29/01/2022 à 10h07.
- http://www.benedictus.mgh.de/quellen/chga/chga_057t.htm. Acesso em 21/01/2023 às 18h27.
- <https://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/socmedpe.htm>. Acesso em 19/02/2023 às 21h36.
- Revista Brasileira. <https://www.academia.org.br/publicacoes/revista-brasileira>. Acesso em 05/02/2023 às 18h36.
- Biografia de José Luiz da Costa. Disponível em: <https://www.anm.org.br/jose-luiz-da-costa/>. Acesso em 27/02/2023 às 10h04.
- Biografia de João Damasceno Peçanha da Silva. Disponível em: <https://www.anm.org.br/joao-damasceno-pecanha-da-silva/>. Acesso em 27/02/2023 às 10h12.

- Biografia de Aristides Francisco Garnier. Disponível em: <http://www.anm.org.br/aristides-francisco-garnier/>. Acesso em 27/02/2023 às 20h27.
- Biografia de José Zepherino de Menezes Brum. Disponível em: <https://www.anm.org.br/jose-zepherino-de-menezes-brum/>. Acesso em 27/02/2023 às 20h34.
- Biografia de Ataliba Lopes de Gomensoro. Disponível em: <https://www.anm.org.br/ataliba-lopes-de-gomensoro/>. Acesso em 27/02/2023 às 20h44.
- <https://acervo.avozdaserra.com.br/colunas/historia-e-memoria/carlos-ebolium-nome-para-nao-ser-esquecido>. Acesso em 27/02/2023 às 20h50.
- Biografia de João Pinto Rego César. Disponível em: <https://www.anm.org.br/joao-pinto-rego-cezar/>. Acesso em 27/02/2023 às 21h01.
- Biografia de Joaquim dos Remédios Monteiro. Disponível em: <http://medicosilustresdabahia.blogspot.com/2011/02/173-joaquim-dos-remedios-monteiro.html>. Acesso em 27/02/2023 às 21h12.
- <https://dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/andnunfer.htm>. Acesso em 27/02/2023 às 21h59.
- Biografia de José Ferreira Anjos Coutinho. Disponível em: <https://www.anm.org.br/jose-ferreira-anjo-coutinho/>. Acesso em 27/02/2023 às 22h05.
- Biografia de Eduardo Augusto Pereira de Abreu. Disponível em: <http://www.anm.org.br/eduardo-augusto-pereira-de-abreu/>. Acesso em 27/02/2023 às 22h10.
- Biografia de Manoel Luiz Alvares de Carvalho. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes/70-assuntos/producao/publicacoes-2/biografias/439-manoel-luiz-alvares-de-carvalho>. Acesso em 07/02/2023 às 12h17.
- Escola Anatômica-Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/171-escola-anatomica-cirurgica-e-medica-do-rio-de-janeiro>. Acesso em 08/02/2023 às 06h09.
- Gazeta Médica da Bahia. Disponível em: <http://gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia>. Acesso em 09/02/2023 às 08h37.
- Biografia de José Pereira do Rego, Barão do Lavradio. Disponível em: <https://www.anm.org.br/jose-pereira-rego-barao-do-lavradio/>. Acesso em 18/03/2023 às 20h10.
- Biografia de José Lourenço de Magalhães. Disponível em: <https://www.anm.org.br/jose-lourenco-de-magalhaes/>. Acesso em 13/04/2023 às 20h42.
- Antony Chipault, pioneiro da cirurgia da base do crânio na França no século XIX. Disponível em: <https://www-biusante-parisdescartes-fr.translate.goog/histoire/medica/presentations/orl/f.php? x tr sl=fr& x tr tl=pt& x tr hl=pt-BR& x tr pt=sc>. Acesso em 14/03/2023 às 21h16.
- Junta de Higiene Pública. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/357-junta-de-higiene-publica>. Acesso em 17/04/2023 às 19h06.
- REGO FILHO, José Pereira. *Dos casamentos consanguineos*. - (Secção cirúrgica)/ *Das operações reclamadas pelos tumores hemorrhoidaes*. - (Secção medica)/ *Encephatilis*. - (Secção acessoria)/ *Electricidade atmosférica*. Apenas consulta de acervo, uma vez que a obra não se encontra digitalizada. Disponível em:

- <https://buscaintegrada.ufrj.br/Record/aleph-UFR01-000358536>. Acesso em 28/09/2023 às 13h49.
- Lista de estudantes do Colégio do Caraça. Disponível em: <https://www.santuariodocaraca.com.br/o-colegio-e-seminario/ex-alunos/lista-de-ex-alunos/lista-de-ex-alunos-letra-m/>. Acesso em 29/09/2023 às 18h52.
- Biografia de Matheus Chaves de Magalhães. Disponível em: <https://www.familysearch.org/tree/person/about/LT7D-8DN>. Acesso em 29/09/2023 às 20h28.
- Biografia de João Pinheiro de Campos. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6XMJ-KK88>. Acesso em 03/10/2023 às 06h45.
- Biografia de Theodoro da Costa Mattos. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939F-KPSQ-G1?view=index&personArk=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3A6X8G-YHCT&action=view>. Acesso em 03/10/2023 às 09h09.
- Biografia de José Ribeiro da Silva. Disponível em: <http://www.acadmedmg.org.br/ocupante/jose-ribeiro-da-silva/>. Acesso em 03/10/2023 às 09h32.
- Biografia de Tibúrcio Antônio da Paixão. Disponível em https://pt.everybodywiki.com/Tib%C3%BArcio_Ant%C3%B4nio_da_Paix%C3%A3o. Acesso em 03/10/2023 às 09h49.
- Biografia de José Pedro Drummond. Disponível em <http://dionisiano.blogspot.com/2020/03/dr-jose-pedro-drummond-edelberto.html>. Acesso em 03/10/2023 às 16h41.
- Biografia de Alfredo Nascimento e Silva. Disponível em: <https://www.anm.org.br/alfredo-do-nascimento-e-silva/>. Acesso em 03/10/2023 às 17h28.